SBS
MEMÓRIA



RETRATOS

Sociólogos e Sociólogas brasileiras

VOLUME III

Organização
Jacob Carlos Lima
Helena Bomeny

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
70 ANOS

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

GESTÃO **2021-2023**

Presidente

Jacob Carlos Lima, UFSCar

1º Vice Presidente

Edna Maria Ramos de Castro, UFPA

2º Vice Presidente

Helena Bomeny, UERJ

Secretário Geral

Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro

Emil Albert Sobottka, PUC-RS

1º Secretário

Marco Aurélio Santana, UFRJ

2º Secretário

José Miguel Rasia, UFPR

Diretores

Marcelo Bastos Seráfico de Assis, UFAM

Cristiano W. Noberto Ramalho, UFPE

Maria Carolina Tomás, PUC-Minas

Paula Cristina da Silva Barreto, UFBA

Lorena Cândido Fleury, UFRGS

Conselho Fiscal

Bianca Freire-Medeiros, USP

Danyelle Linin Gonçalves, UFC

Fabricio Monteiro Neves, UnB

SBS
MEMÓRIA

RETRATOS

Sociólogos e Sociólogas brasileiras

VOLUME III

Organização:
Jacob Carlos Lima
Helena Bomeny

Equipe:
Amurabi de Oliveira (UFSC)
Ana Luisa Sallas (UFPR)
Anete Brito Leal Ivo (UFBA)
Bianca Freire-Medeiros (USP)
Breilla Zanon (SBS)
Cristiano Wellington Norberto Ramalho (UFPE)
Danyelle Linin Gonçalves (UFC)
Gláucia Villas Boas (UFRJ)
Lidiane Rodrigues (UFABC)
Lorena Holzmann (UFRGS)
Luciana Teixeira de Andrade (PUC-Minas)
Maria Stela Grossi Porto (UnB)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA
70 ANOS

TRIBO DA ILHA EDITORA
2023

© 2023

Organizadores

Jacob Carlos Lima

Helena Bomeny

Capa

Breilla Zanon

Projeto Gráfico e Diagramação

Rita Motta e Ryan Dias

S678 SBS Memória Retratos [recurso eletrônico]: sociólogos e sociólogas brasileiras / organização: Jacob Carlos Lima, Helena Bomeny; equipe: Amurabi de Oliveira ... [et al.]. – 1. ed. – Florianópolis: Tribo da Ilha, 2023.
V. 3

Formato: PDF
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: https://sbsociologia.com.br
ISBN: 978-65-86602-46-3 (e-book)
Inclui referências

1. Sociologia – Brasil – História. 2. Sociólogos – Brasil – Biografia. 3. Sociólogas – Brasil – Biografia. 4. Memória. 5. Pesquisa. I. Lima, Jacob Carlos. II. Bomeny, Helena.

CDU: 316.2

Catalogação na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

EDITORA TRIBO DA ILHA
Rod. Virgílio Várzea, 1991 – S. Grande
Florianópolis-SC – CEP 88032-001
Fones: (48) 99122-3860
editoratribodailha@gmail.com
www.editoratribo.blogspot.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO 3º VOLUME, 2023 13

1ºPERÍODO: PRECURSORES –
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO, 1930-1960

ACHIM SCHRADER 18
Por Clarissa Eckert Baeta Neves (UFRGS)

AZIS SIMÃO 22
Por Carolina Castellitti (MN/UFRJ) e José Sergio Leite Lopes (MN/UFRJ)

CARLOS ALBERTO DE MEDINA 26
Por Thiago da Costa Lopes (Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz) e
Carolina Arouca Gomes de Brito (Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz)

CELSO BEISIEGEL 32
Por Felipe de Souza Tarábola (FE-USP)

CLÓVIS MOURA 37
Por Fábio Nogueira (UNEB)

FERNANDO BASTOS D'ÁVILA (PE. ÁVILA) 41
Por Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC-Rio) e Sarah Silva Telles (PUC-Rio)

HIROSHI SAITO 45
Por Gustavo Takeshi Taniguti

JACQUES LAMBERT 49
Por Lúcia Lippi Oliveira (CPDOC-FGV)

LEÔNCIO MARTINS RODRIGUES 53
Por Iram Jácome Rodrigues (USP) e Marco Aurélio Santana (UFRJ)

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO 59
Por Vania de Vasconcelos Gico (UFRN)

LUIZ PEREIRA 65
Por Conrado Pires de Castro (UFLA)

MARIALICE MENCARINI FORACCHI 70
Por Maria Carla Corrochano (UFSCar)

ROGER BASTIDE 75
Por Roberto Motta (UFPE)

SUMÁRIO

2º PERÍODO – RESISTÊNCIAS E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO 1965 -1980

AMAURY DE SOUZA 80
Por Maria Lígia de Oliveira Barbosa (UFRJ)

AMÉLIA COHN 83
Por Regina de Moraes Morel (UFRJ)

BERENICE MARTINS GUIMARAES 87
Por João Gabriel Teixeira (UFMG)

BILA SORJ 91
Por Anna Bárbara Araujo UFRN) e Aparecida F. Moraes (UFRJ)

DORA LEAL ROSA 95
Por Robert Verhine (UFBA)

DULCE CONSUELO ANDREATTA WHITAKER 99
Por Henrique Carmona Duval (UFSCar)

EDER SADER 103
Por Marcus Vinicius Spolle (UFPel)

EDMUNDO FERNANDES DIAS 106
Por Jane Barros Almeida

ELIANA MONTEIRO MOREIRA 110
Por Rejane Gomes Carvalho (UFPB) e Wanderleya dos Santos Farias (UFPB)

ELIDA RUBINI LIEDKE 114
Por Maria da Graça Pinto Bulhões (UFRGS)

ELZA MARIA FRANCO BRAGA 118
Por Danyelle Nilin Gonçalves (UFC)

ERNESTO RENAN MELO DE FREITAS PINTO 122
Por José Vicente Tavares (UFRGS)

ENNO DAGOBERTO LIEDKE FILHO 126
Por Leandro Raizer (UFRGS) e Lorena Holzmann (UFRGS)

EVA BLAY 130
Por Sérgio Adorno (NEV-USP)

FÁBIO WANDERLEY REIS 134
Por Frederico Batista Pereira (UNC Charlotte)

GISELA BLACK TASCHNER 138
Maria Arminda do Nascimento Arruda (USP)

SUMÁRIO

GLÁUCIO ARY DILLON SOARES 144
Por Dayse Miranda (Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio – IPPES)

HELENA BOMENY 148
Por André Botelho (UFRJ)

HELOÍSA RODRIGUES FERNANDES 153
Por Débora Mazza (UNICAMP) e Afrânio Mendes Catani (USP/UERJ)

IRENE DE ARRUDA RIBEIRO CARDOSO 158
Por Maíra Muhringer Volpe

JEAN HÉBETTE 162
Por Daniela Ribeiro de Oliveira (UFPA) e
Bianca Mycaella dos Santos Tsubaki (UFPA)

JOÃO BATISTA FILHO 167
Por Maria José De Rezende (UEL)

LÉA GUIMARÃES SOUKI 170
Por Renato Barbosa Fontes (NPGAU-UFMG)

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS 174
Por Sergio Pereira Leite (CPDA-UFRRJ)

LUCIA BÓGUS 178
Por Danièlle de Oliveira Bresciani Fortunato (UFES)

LUIZ ANTÔNIO DE CASTRO SANTOS 184
Por Carlos Henrique Paiva (Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

MADEL THEREZINHA LUZ 187
Por Ivo Ferreira Brito (FIOTEC-Fiocruz)

MARIA CELINA PINTO ALBANO 192
Por Silvana Cóser (UFMG)

MARIA DA GLÓRIA GOHN 195
Por Olivia Cristina Perez (UFPI)

MARIA DAS MERCÊS GOMES SOMARRIBA 199
Por Telma Menicucci (UFMG)

MARIA DE LOURDES URBAN KLEIKE 203
Por Louise Ronconi de Nazareno (IPARDES)

MARIA HELENA OLIVA AUGUSTO 206
Por Liana de Paula (Unifesp)

MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES 211
Por Luna Ribeiro Campos (CEFET/RJ; UNICAMP)

SUMÁRIO

MARIA STELLA FARIA DE AMORIM 215
Por Glaúcia Villas Bôas (UFRJ)

MARIA SULAMITA VIEIRA 220
Por Maria Neyara Araújo (UFC)

MARIA SUSANA ARROSA SOARES 224
Por Lorena Holzmann (UFRGS)

MAURÍCIO TRAGTENBERG 227
Por Liliana Segnini (Unicamp)

MIGUEL CHAIA 232
Por Rodrigo Estramanho de Almeida (FESPSP)

NELSON DO VALLE SILVA 239
Por Flavio Carvalhaes (UFRJ)

ORLANDINA DE OLIVEIRA 244
Por Ana Luisa Fayet Sallas (UFPR)

PAULO ARGIMIRO DA SILVEIRA FILHO 249
Por Afrânio Mendes Catani (USP/UERJ) e Débora Mazza (UNICAMP)

REGINA BRUNO 253
Por Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)

RENATO PAULO SAUL 257
Por Rosemary Fritsch Brum (UFRGS/UNISINOS)

SANTUZA CAMBRAIA NAVES 261
Por André Botelho (UFRJ)

SEBASTIÃO VILA NOVA 266
Por Emílio de Britto Negreiros (UFPE)

SELMA RODRIGUES DE OLIVEIRA 269
Por Tarcísio Augusto Alves da Silva (UFRPE)

SÉRGIO DE AZEVEDO 272
Por Joseane de Souza (UENF)

SIMON SCHWARTZMAN 275
Por Tiago Magaldi (UFSCar)

SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO 281
Por Vanilde F. de Souza-Esquerdo (Unicamp) e Maristela Simões do Carmo (Unesp)

TAMARA BENAKOUCHE 286
Por Elisa Correa (UDESC)

SUMÁRIO

VANIA SALLES 290
Anete Brito Leal Ivo (UFBA)

WALQUÍRIA GERTRUDES DOMINGUES LEÃO REGO 295
Por Lucas Baptista (UEL) e Daniela Mussi(UFRJ)

ZAHIDÉ MARIA TORRES MACHADO NETO.....299
Por Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)

3° PERÍODO: EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO, 1980-2000

AFRÂNIO MENDES CATANI 304
Por Maria Eduarda da Rocha (UFPE)

ANA LUÍSA FAYET SALLAS 309
Por Simone Meucci (UFPR)

ANA MARIA CHIAROTTI DE ALMEIDA 314
Por Franciele Rodrigues (UEL)

ÂNGELA MARIA CARNEIRO ARAÚJO 318
Por Ângela Maria de Sousa Lima (UEL), Carolina Cassia Batista (UFAM) e Bruno José Rodrigues Durães (UFRJ)

ANGELINA PERALVA 323
Por Carlos Freire (UFPA)

ANTONIA COLBARI 327
Por Brauner Cruz Junior (IESP-UERJ)

ANTÔNIO SÉRGIO ALFREDO GUIMARÃES 331
Por Paula Cristina da Silva Barreto (UFBA)

APARECIDA NERI DE SOUZA.....335
Por Barbara Castro (Unicamp)

CARMEM REGINA RIBEIRO.....339
Por Louise Ronconi de Nazareno (IPARDES)

CHRISTIAN AZAÏS 344
Por Cinara Rosenfield (UFRGS) e Liana Carleial (UFPR)

CIBELE SALIBA RIZEK 349
Por Camila Moreno de Camargo

CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO.....353
Por Ludmila Ribeiro (UFMG)

SUMÁRIO

DALVA MARIA BORGES DE LIMA DIAS DE SOUZA 357
Por Najla Franco Frattari (IFG)

DIMAS FLORIANI 361
Por Christian M. De Britto (FATEV-Curitiba)

EDILA ARNAUD FERREIRA MOURA 366
Por Daniela Ribeiro de Oliveira (UFPA)

ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA 371
Por Magda de Almeida Neves (UFMG/PUCMinas)

ELIZABETH FARIAS DA SILVA 375
Por Amurabi Oliveira (UFSC)

ELIZABETH FIÚZA ARAGÃO 379
Por Irapuan Peixoto Lima Filho (UFC)

FERNANDO MOTA 383
Por Luciano Oliveira (UFPE)

FRANCISCO CHAGAS EVANGELISTA RABELO 386
Por Marcelo Brice Assis Noronha (UFT) e Hemerson Ferreira Júnior (UFNT).

GUSTAVO VENTURI JUNIOR 390
Por João Filipe Cruz (USP) e Vanilda Chaves (USP)

HERIBERT SCHMITZ 395
Por Sílvio Kanner Pereira Farias (UFPA) e Éberton da Costa Moreira (UFPA)

ILZA ARAUJO LEÃO DE ANDRADE 399
Por Irene Paiva (UFRN)

JACOB CARLOS LIMA 403
Por Felipe Rangel (UFSCar), Aline Suelen Pires (UFSCar) e Angelo Martins Junior (University of Birmingham)

JALCIONE PEREIRA DE ALMEIDA 408
Por Maycom Nascimento (UFRGS)

JORDÃO HORTA NUNES 411
Por Tatiele Pereira de Souza (IFPB- Cajazeiras)

JOSÉ ARLINDO SOARES 415
Por Edvaldo Carvalho Alves (UFPB)

JOSUÉ PEREIRA DA SILVA 419
Por Enrico Bueno (IFG)

LAYMERT GARCIA DOS SANTOS 423
Por Pedro P. Ferreira (Unicamp)

SUMÁRIO

LEDA GITAHY 429
Por Claudiana Guedes de Jesus (UFRRJ) e Nanci Stancki da Luz (UFTPR)

LUIZA HELENA DE BAIRROS 433
Por Vanda Sá Barreto (CRH-UFBA)

MAÍRA BAUMGARTEN 437
Por Sayonara Leal (UnB)

MARCELO NEVES 442
Por Vinícius Madureira Maia (USP) e Daniel Rocha Chaves (UFSC)

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO 446
João Marcelo Maia (CPDOC-FGV)

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA 450
Por Andréa Borges Leão (UFC) e Maria Eduarda da Mota Rocha (UFPE)

MARIA CARMELA BUONFIGLIO 454
Por Edvaldo Carvalho Alves (UFPB)

MARIA CELESTE MAGALHÃES CORDEIRO 459
Por João Paulo Bandeira de Souza (IFCE)

MARIA CELESTE MIRA 463
Por Jorge Leite Jr (UFSCar)

MARIA CRISTINA MANESCHY 467
Por Ivanete Modesto do Amaral (UEPA)

MARIA DA GLÓRIA BONELLI 471
Por Fabiana Luci de Oliveira (UFSCar)

MARIA DO CARMO MARCONDES BRANDÃO ROLIM 476
Por Maria Henriqueta S. G. Gimenes Minasse
(Universidade Anhembi Morumbi)

MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO 480
Por Zoraide Souza Pessoa (UFRN)

MARIA IZABEL DE MEDEIROS VALLE 484
Por Cleiton Ferreira Maciel

MARIA JOSEFINA GABRIEL SANT'ANNA (MASÉ) 490
Por Marina Cavalcante Vieira
(PPGAS-UFRJ, Museu Nacional)

MARIELLE FRANCO 494
Por Lia de Mattos Rocha (UERJ)

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS 497
Por Marcelo Seráfico (UFAM)

SUMÁRIO

MAURO GUILHERME PINHEIRO KOURY 500
Por Simone Magalhães Brito (UFPB)

MICHELANGELO GIOTTO SANTORO TRIGUEIRO.....504
Por Edemilson Paraná (UFC)

MYRIAN SEPÚLVEDA DOS SANTOS 509
Por Mário Chagas (Unirio), Joana D´Arc Fernandes Ferraz(UFF)

NALDSON RAMOS DA COSTA.....515
Por Edson Benedito Rondon Filho (UFMT)

NÍSIA TRINDADE LIMA 518
Por Gilberto Hochman (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

NORMA VALENCIO.....523
Por Victor Marchezini (Cemaden/MCTI)

PAULO DÉCIO DE ARRUDA MELLO.....527
Por Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira (UFAL)

PAULO MENEZES.....531
Por Anderson Ricardo Trevisan (Unicamp) e Carla Bernava (USP)

PAULO PEIXOTO DE ALBUQUERQUE 535
Carmen Lucia Bezerra Machado (UFRGS)

RENAN SPRINGER DE FREITAS 539
Por Nina Rosas (UFMG)

RICARDO BENZAQUEN DE ARAÚJO.....543
Por Maurício Hoelz (UFRRJ)

(PE) ROQUE ZIMMERMANN 547
Por Simone Meucci (UFPR)

TEREZA CORREIA DA NÓBREGA QUEIROZ 553
Por Ana Paula Pereira Falcão (UNIPÊ) e Sheylla Maria Mendes (UFCG)

TOM DWYER.....556
Por José Vicente Tavares-dos-Santos (UFRGS)

VALTER ROBERTO SILVÉRIO.....561
Por Danilo de Souza Morais (FHO e UFSCar)

VERA TELLES.....566
Por Daniel Hirata (UFF)

APRESENTAÇÃO DO 3º VOLUME, 2023

A MEMÓRIA NO ENCONTRO COM A HISTÓRIA

Em 2019, início da primeira gestão desta diretoria, acalentávamos, sem muita segurança de êxito, o propósito sempre mencionado pelas direções anteriores, de levar adiante o projeto Memória da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Havia fundamento neste interesse coletivo: uma preocupação genuína com a Associação. A dispersão dos documentos nas várias secretarias que abrigaram os congressos bianuais, as imagens espalhadas aqui e ali que traduzem momentos importantes da história da SBS, depoimentos e relatórios de prestação de contas que de alguma maneira traduzem a movimentação de uma Associação Científica, tudo isso à espera de uma chance de reunião e construção do acervo a ser disponibilizado. A união, o esforço e a vontade coletiva nos propiciaram alcançar tal propósito. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) se tornou o depositário da documentação da SBS, com proposta de sua digitalização.

Dentro da perspectiva de recuperação dessa memória, e como parte integrante do grande esforço de preservação da memória da SBS, apresentamos aqui, o terceiro volume do

VOLTA AO SUMÁRIO

projeto SBS memória – "Retratos: sociólogos e sociólogas brasileiras", fechando as comemorações do 70° aniversário da SBS. A Sociedade Brasileira de Sociologia, foi fundada em 1937, inicialmente como Sociedade Paulista de Sociologia e, posteriormente, em 1950, transformada em sociedade científica de âmbito nacional, integrando as então recém-formadas *International Sociological Association* (ISA) e *Asociación Latinoamericana de Sociologia* (ALAS), num movimento de organização de associações nacionais, regionais e internacionais.

O projeto teve como objetivo recuperar a história da sociologia brasileira através dos /as agentes que a construíram. Não apenas aqueles/as que se tornaram canônicos/as na produção sociológica no país, mas todos/as que contribuíram em sua institucionalização e defesa da formação - em todos os níveis - e da consolidação da pesquisa sociológica. Para isso, recuperamos trajetórias dos fundadores da disciplina entre nós e daqueles que participaram dos principais momentos da sua expansão e consolidação. Para tanto, cada volume está subdividido em três partes, referentes aos momentos históricos do surgimento da Sociologia entre nós, sua expansão e consolidação. Foram recuperadas minibiografias – as bionotas – de profissionais com 65 anos ou mais, que participaram, em grande parte, desse processo.

Como sociedade científica foi imperativa a seleção na academia local dos representantes da pesquisa social, da produção sociológica e do desenvolvimento da disciplina reconhecidos por sua excelência. Mas conseguimos reunir também algumas trajetórias para além das atividades acadêmicas, ou de ensino, no desempenho em órgãos de planejamento social e/ou atuação em movimentos sociais e/ou de intervenção política. São manifestações distintas, mas cruciais à consolidação de um campo de conhecimento e de sua disseminação.

Uma outra preocupação que logramos conseguir foi a representatividade nacional, ou seja, mesmo com a forte concentração no sudeste do país, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro - onde teve início a formação e atuação dos profissionais, e de seus órgãos representativos, entre os quais se inclui a SBS. Buscamos dar visibilidade à expansão do campo pelo país, na qual o recurso biográfico se constituiu em importante ferramenta. As minibiografias, mesmo que sintéticas, possibilitaram a recuperação de trajetórias que mostram um perfil do profissional atuante na academia, sua origem social, as características geracionais que marcaram os diversos períodos, sua formação, suas redes nacionais e internacionais, as opções temáticas que configuraram a sociologia brasileira, e as lutas por sua institucionalização.

Compreender a expansão e a consolidação da sociologia no Brasil nos leva objetivamente às políticas de expansão e consolidação do ensino superior público e de sua pós-graduação que representou, com todos seus problemas e contradições, a efetivação do campo, assim como sua nacionalização – em termos de cobertura territorial - e vinculação à sociologia produzida internacionalmente.

Em termos metodológicos, embora a ideia original fosse uma complementação da história da disciplina, não podemos nos esquecer dos alertas da ilusão biográfica a que se refere Bourdieu[1] e com eles toda uma discussão sobre os limites do método biográfico na direção de conferir sentidos às trajetórias pessoais. Nosso objetivo com essas bionotas foi acrescentar elementos, dados objetivos e subjetivos, a uma história da disciplina, tendo em conta que essas biografias não existem fora dos contextos sociais onde foram vividas, seus determinantes estruturais, o acaso, as escolhas, etc. Consideramos ainda que, no geral, os(as) biografados(as) contaram com a empatia dos autores que assinaram as bionotas, mobilizando afetos, o que faz que tenhamos, em geral, uma visão multifacetada de suas trajetórias. Mesmo assim, a recuperação de trajetórias e as interpretações sobre elas nos ajudam a complementar informações presentes em documentos oficiais como o currículo Lattes e as mini-bios existentes em sites de cursos e programas, de publicações, para além dos autores canônicos que configuraram a disciplina no país, para os quais existe farta documentação sobre suas trajetórias. E, mais ainda, possibilitou dar visibilidade àqueles que batalharam pela disciplina fora dos grandes centros e foram invisibilizados por esta história canônica. Uma nota especial para a coordenação deste esforço de reconstrução da memória da Sociologia no Brasil tem sido o interesse manifestado por jovens estudantes no que passou a ser um manancial de pesquisa e informação sobre a pluralidade de um extenso e rico campo de conhecimento produzido no país.

Um outro traço considerável nesta apresentação diz respeito ao caráter voluntário das contribuições aqui presentes, desde a escrita até a proposição/seleção dos biografados. A SBS fez ampla divulgação convidando seus associados, e o público em geral, para sugerirem nomes e autores que comporiam o quadro selecionado de bionotas. Essa divulgação, entretanto, não resultou em grande adesão, sendo que recebemos um número pequeno de contribuições voluntárias, embora excelentes, oriundas dessa chamada. Com isso, as equipes que constituíram o projeto foram responsáveis por indicar a maioria dos nomes. Buscamos ampliar as equipes com diversidade regional, o que possibilitou uma maior abrangência na indicação e seleção dos colegas a serem biografados. Foram convidados colegas e alunos de pós-graduação para escreverem o que, na maioria dos casos, provocou aceitação imediata e entusiasmada. Mas também, como não poderia deixar de ser, houve recusas. Em algumas universidades, não conseguimos mobilizar colegas e/ou alunos para escreverem os textos, o que se traduziu em lacunas importantes no projeto.

Entre sociólogos e sociólogas, o projeto considerou também diversos colegas, brasileiros ou não, que marcaram parte de suas trajetórias no Brasil, ou que seguidamente estiveram em parcerias entre nós com importantes contribuições ao campo da sociologia. Também consideramos colegas que fizeram suas carreiras no exterior, constituindo-se em referências em nosso processo de internacionalização. Consideramos ainda aqueles (as) que partiram cedo para

[1] BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Morais; AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.

outras dimensões, e que, mesmo estando fora dos padrões etários estabelecidos pelo projeto, tiveram presença marcante, dentro e fora da academia.

O caráter voluntário do projeto se refletiu, em diferentes abordagens biográficas, ou no entendimento de quais informações seriam mais relevantes. Buscamos corrigir no desenrolar das atividades alertando sobre dados indispensáveis, mas em alguns casos, ficaram faltando informações mais consistentes. Contudo, apesar dos obstáculos encontrados no caminho, apresentamos neste volume 129 bionotas que se somam às 186 publicadas nos volumes anteriores num total de 315, o que permite um panorama extenso, embora incompleto, dos agentes do campo em sua constituição e consolidação.

Gostaríamos de reiterar nossos agradecimentos aos/as colegas e alunos da pós-graduação que se dispuseram a escrever voluntariamente as bionotas. Neste volume apresentamos a relação de todos/as 316 autores (vários deles escreveram mais de uma, vejam a listagem no final deste volume), evidenciando o forte envolvimento de nossa comunidade científica. E deixamos para as próximas direções da SBS o registro do imenso aprendizado que este esforço coletivo nos propiciou.

Que cuidemos da memória da Associação como parte integrante do desenvolvimento da Sociologia no Brasil.

Equipe SBS memória – Volume 3

Amurabi de Oliveira (UFSC)

Ana Luisa Sallas (UFPR)

Anete Brito Leal Ivo (UFBA)

Bianca Freire-Medeiros (USP)

Breilla Zanon (SBS midia)

Cristiano Ramalho (UFPE)

Danyelle Linin Gonçalves (UFC)

Glaucia Villas Boas (UFRJ)

Helena Bomeny (UERJ) - Coordenadora

Jacob Carlos Lima (UFSCar) - Coordenador

Lidiane Rodrigues (UFABC)

Lorena Holzmann (UFRGS)

Luciana Teixeira (PUC-Minas)

Maria Stela Grossi Porto (UnB)

1° período

PRECURSORES

A institucionalização do campo

1930-1960



ACHIM SCHRADER

Por **Clarissa Eckert Baeta Neves** (UFRGS)

O Professor Achim Schrader está associado à consolidação da área de Sociologia no Rio Grande do Sul. Sociólogo e professor universitário nasceu em 12 de agosto de 1934 em Hamburgo e faleceu em 20 de agosto de 2004 em Münster/Alemanha. Estudou Economia e Sociologia em Kiel e Hamburgo desde 1954, formando-se em Economia em 1958. Em 1959, seguiu os estudos de Sociologia, com bolsa Fulbright, na Universidade de Kansas (EUA). Em 1965, sob orientação de Helmut Schelski, defendeu sua tese de doutorado na Universidade de Münster sobre "O significado social das posses na sociedade de consumo moderna" e em 1971 fez sua Livre-Docência em Sociologia com a tese "Escolas nas Áreas Rurais no Brasil".

Ainda em 1971 assumiu a cátedra de Sociologia, na Universidade de Duisburg. Em 1975 assumiu como professor na Pädagogische Hochschule Westfalen-Lippe em Münster, que, em 1980, foi integrada à Universidade de Münster. O professor Schrader assumiu a docência nos cursos de Sociologia e Pesquisa Social Empírica trabalhando, também, com teoria sociológica, sociologia da educação, sociologia das migrações e sociologia econômica. Em 1979 criou o Grupo de Estudos da América Latina

VOLTA AO SUMÁRIO

e a revista Anuário: Educação, Sociedade e Política na América Latina, na qual eram publicadas as teses de doutorado, vinculados ao Grupo. Muitos brasileiros foram orientados por ele.

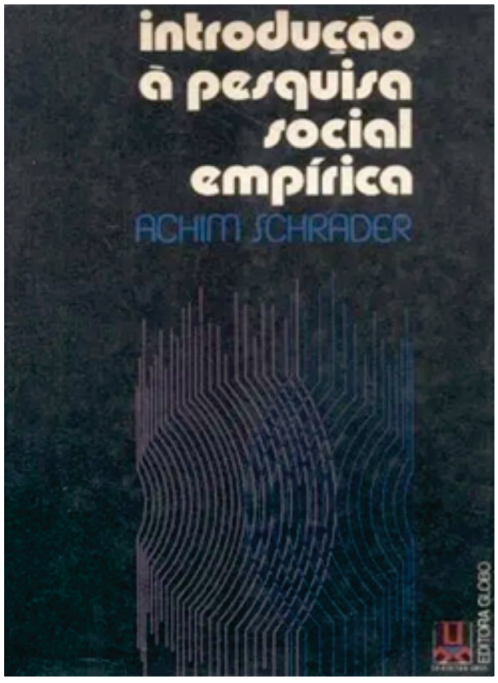
O professor Schrader atuou, também, intensamente junto ao grupo de lationamericanistas alemães organizados na ADLAF-Associação da Pesquisa Alemã sobre a América Latina, assumindo sua presidência em 1982 e 1984. Em 1987 ele criou o Centro Latino-Americano-CeLA, na Universidade de Münster, como um órgão científico com o propósito de dar às relações com a América Latina um marco institucional adequado.

Seu contato com a América Latina e, especialmente, com o Brasil, ocorre entre os anos 1960 e 1968 quando trabalhou, como sociólogo e pesquisador, no Centro de Pesquisa Social da Universidade de Münster, com sede em Dortmund, envolvendo-se, especialmente, no programa coordenado por Hans Albert Steger – o Programa de Contatos em Pesquisa em Ciências Sociais na América Latina (Cosal), que abrangia a pesquisa sobre América Latina e fomentava contato com pesquisadores latino-americanos. Foi nesse período que Schrader preparou sua viagem ao Brasil, a fim de realizar uma pesquisa sobre as aspirações da população rural acerca da formação escolar, no estado do Rio Grande do Sul. A visita do professor Laudelino de Medeiros do Centro de Estudos Sociais/CES/UFRGS ao COSAL, em 1963, viabilizou a organização da viagem do professor Schrader ao Rio Grande do Sul.

A primeira viagem a Porto Alegre ocorreu em 1966. Como pesquisador do Cosal, Schrader foi recebido no Centro de Estudos Sociais/UFRGS coordenado por Laudelino de Medeiros, que ofereceu as condições institucionais para a realização de sua pesquisa e da coleta de dados, base de sua tese de Livre-Docência, sobre as chances de formação escolar e profissional de crianças e jovens da área rural do Rio Grande do Sul. Na pesquisa contou com um grupo significativo de colaboradores, estudantes do curso de Ciências Sociais, como Manfredo Berger, Berlindes A. Rücker, Anita Brummer, Mario Riedl entre outros. Durante sua permanência, também, ministrou cursos de metodologia de pesquisa no curso de Ciências Sociais e seminários.

Um segundo contato ocorreu em 1970. O professor Schrader era membro da Diretoria da Obra Ecumênica de Estudos/ÖSW, organização vinculada à Igreja Evangélica da Alemanha, que apoiava projetos de pós-graduação de estudantes de universidades do Terceiro Mundo. O professor Schrader veio a Porto Alegre e contatou o Departamento de Ciências Sociais da UFRGS (também a Fidene/Ijuí) para oferecer um Programa de Parceria Acadêmica com o objetivo de conceder bolsas de estudos de Pós-Graduação para estudantes e docentes. O Convênio, assinado em 1971, entre a ÖSW e o departamento de Ciências Sociais, foi coordenado, na UFRGS, pela professora Maria Susana A Soares dando origem a um amplo programa de qualificação de estudantes e professores vinculados ao departamento. Estava em planejamento o curso de mestrado em Sociologia e Ciência Política inaugurado em 1972. Professores e estudantes da área de Sociologia, Ciência Política e Antropologia foram beneficiados pelo programa, qualificando-se em diferentes universidades de excelência no país e no exterior. Ao retornar, passaram a integrar, como professores doutores, o novo mestrado.

Um terceiro período importante teve início em 1986 com a assinatura de um Acordo de Parceria Acadêmica entre a UFRGS e a Universidade de Münster. No âmbito deste Acordo, as relações de cooperação científica entre o PPG Sociologia/UFRGS e o Prof. Schrader puderam ser aprofundadas e envolveram docência de curta duração, conferências, estudos e pesquisas, e publicações. Em 1990 o Prof. Schrader passou a integrar, como professor-associado, o quadro docente do PPG em Sociologia, atuando, especialmente, na área de Metodologia de Pesquisa Empírica.



Schrader desenvolveu uma carreira acadêmica centrada, de um lado, no aprofundamento do processo de pesquisa social empírica, e, de outro, na compreensão de processos sociais numa perspectiva comparada. Trabalhou, também, sobre temas como o sistema educacional brasileiro, imigração alemã no sul do Brasil e imigração judaica na América Latina. Dedicou-se, com empenho, na orientação e formação de brasileiros no nível de doutorado na Alemanha. Manteve com seus ex orientandos de doutorado frutífera cooperação tanto individual como institucional.

Sua contribuição foi, no entanto, especialmente importante no campo da metodologia. Em seminários e workshops tratou sobre a função dos indicadores sociais no planejamento social, a construção de índices, os problemas de medição e sua utilização em estudos comparativos internacionais. Schrader, foi um grande incentivador da pesquisa social empírica na Sociologia. Ele sempre afirmou que o método empírico não é o único, mas o melhor método de pesquisa na Sociologia. A pesquisa social empírica não é um fim em si mesmo. Sua razão de ser é contribuir para aperfeiçoar a teoria sociológica. Por fim, o aprendizado dos métodos da pesquisa social empírica é mais fácil para aqueles que cedo superam certos problemas cognitivos. Para Schrader: "a pesquisa social empírica segue sendo o que sempre foi, um trabalho árduo."

Por fim, cabe mencionar a Aula Magna dada por Schrader por ocasião de sua aposentadoria (25.06.1999), quando desenvolveu um tema inusitado para a Sociologia: passear como método de pesquisa empírica. O título dessa Aula foi "LOAS ao passeio: um método menosprezado na pesquisa social empírica". Schrader questionava: Será possível, adquirir conhecimentos sociológicos a pé? O andar a pé ou passear pode ser considerado uma metodologia de

pesquisa social empírica? E incitava seus alunos "a verificar através da história da Sociologia que a pesquisa social a pé, constitui-se num método digno de ser levado a sério.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SCHRADER, Achim. *Oferta e procura educacional:* pesquisa realizada no interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1973.

SCHRADER, Achim. Educadores-companhia limitada: sobre a utilidade e inutilidade dos intelectuais no estabelecimento pedagógico. In: SOARES, M.A. (org.) *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina.* Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1985, p.110-117.

SCHRADER, Achim. Educação e cultura rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, *revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,* v.14, 1990, p.49-58.

SCHRADER, Achim. *O sistema brasileiro de educação no período das reformas após 1971:* uma interpretação educacional-sociológica. Ijuí, Editora Unijuí, 2009.

SCHRADER, Achim. *Introdução à pesquisa social empírica:* um guia para o planejamento, a execução e a avaliação de projetos de pesquisa não-experimentais. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2002. 2ª edição.

NEVES, Clarissa E. Baeta e SOBOTTKA, Emil (Org). *Métodos de Pesquisa social Empírica e Indicadores Sociais*. Achim Schrader. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2002.



SOBRE O AUTOR

NEVES, Clarissa E. Baeta e SOBOTTKA, Emil (Org). *Sociologia, Pesquisa e Cooperação*. Achim Schrader. Homenagem a um cientista social. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.



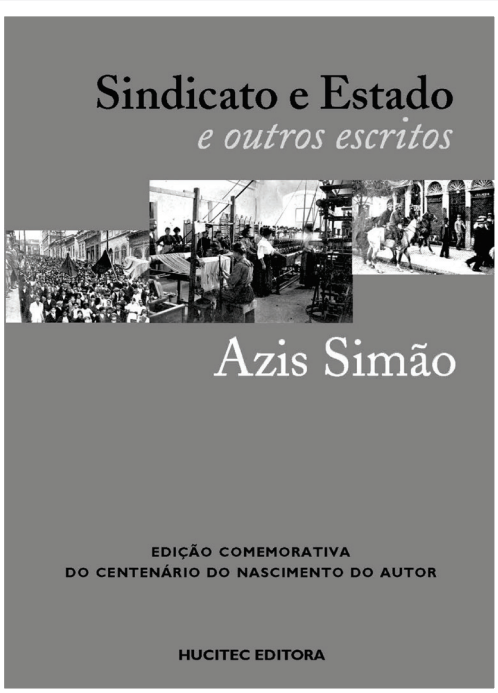
AZIS SIMÃO

Por **Carolina Castellitti** (MN/UFRJ) e
José Sergio Leite Lopes (MN/UFRJ)

Na entrevista publicada pelo Canal Ciência em maio de 1989, Azis Simão comenta que, da mesma forma que muitos da sua geração – precursora das ciências sociais no Brasil –, ele começou sua vida intelectual pela literatura. Da narrativa oral emergiu seu apego à história do movimento operário no Brasil, quando em 1929, frequentando a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, conheceu figuras como Edgard Leuenroth, João da Costa Pimenta e Aristides Lobo, que lhe contavam histórias sobre a greve dos chapeleiros de 1914 e a famosa greve geral de 1917. De certa forma, foi também através da narrativa oral, mais especificamente da leitura em voz alta, que continuou seus estudos em sociologia depois de perder a visão. Ele devolvia aos colegas em interpretação o que estes lhe davam em leitura, disse Antônio Candido na mesa realizada em homenagem ao centenário do seu nascimento, em 3 de maio de 2012, na Universidade de São Paulo. Mais precisamente, a mesa aconteceu dois dias depois do seu centenário, pois Azis Simão nasceu em Bragança Paulista no 1° de maio de 1912, uma data emblemática que pode ser interpretada como um presságio da vida e obra desse intelectual e militante da causa operária.

VOLTA AO SUMÁRIO

Azis Simão entendia a militância como "camaradagem", cultivada no sindicato, nas cantinas e cafés, com muita convivência intelectual, em uma São Paulo "pequena", difícil de imaginar nos dias atuais, onde Oswald de Andrade, Patrícia Galvão, Mario Pedrosa, Antônio Piccarolo e tantos outros se encontravam assiduamente, sem nada que se assemelhasse a um celular ou um GPS. Apesar de sua paixão pelas letras, o jovem Azis foi desiludido de estudar por seu pai que, com muito pesar, queria evitar que o filho prejudicasse a visão já afetada depois de um acidente. No entanto, depois de tentar uma vida de pequeno comerciante à que não se adaptou muito bem, se formou em farmácia, um curso de curta duração que, segundo lhe disseram, lhe daria fundamentos para filosofia. Em 1933 ingressou no recentemente criado Partido Socialista e dois anos depois, numa viagem ao interior do estado acompanhando as atividades partidárias, sofreu um novo deslocamento de rotina. A partir de 1938, tendo desenvolvido uma impressionante memória auditiva, começou a frequentar os cursos da Faculdade de Filosofia como ouvinte e logo depois como aluno regular. Em 1940 participou do movimento universitário de resistência ao Estado Novo, fundado na Faculdade de Direito e começou a estudar a consciência de classe do proletariado de São Paulo por meio de entrevistas, junto a Fernando de Azevedo. Depois das eleições de 1945 se interessou por estudar o comportamento eleitoral dos operários, entrevistando principalmente gráficos e tecelões.



Sua obra maior, Sindicato e Estado; suas relações na formação do proletariado de São Paulo, que se tornou um clássico da sociologia do trabalho, foi sua tese de livre-docência, defendida em 1964 e publicada em 1966. Nela figura a análise das transformações das associações de auxílios mútuos, confessionais e sindicais dos 30 anos iniciais do século XX para o sistema sindical reconhecido e organizado por leis e por setores especializados do Estado preocupados com a regulação dos conflitos entre trabalhadores e empregadores. Os seus capítulos tratam sucessivamente da formação da indústria e do proletariado em São Paulo, das condições de trabalho, dos conflitos coletivos do trabalho e finalmente da organização sindical. Neste livro Azis Simão se utiliza de sua observação direta e de entrevistas com seus contemporâneos que, como ele, militaram nos sindicatos nas décadas de 30 e 40, e de uma extensa pesquisa documental em jornais e documentos oficiais para estabelecer as listas de associações e as leis pertinentes.

A transformação na direção da burocratização dos sindicatos e suas relações com o Estado, estabelecendo a relação entre representantes sindicais eleitos e quadros profissionais especializados necessários diante do novo campo da justiça do trabalho e das instituições previdenciárias é analisada de forma compreensiva numa linguagem sintética que, no entanto, considera a complexidade dos processos sociais envolvidos. Estas características mantêm a atualidade do livro entre diferentes gerações de estudiosos das relações de trabalho e sindicais. No levantamento dos dados para a extensa pesquisa contou com a colaboração da colega Paula Beigelman e de orientados como Heloísa Martins, Mariana Batich e Eder Sader, que posteriormente tiveram importantes atuações na área, seja no interior da área técnica sindical (as duas primeiras), seja na pesquisa e em publicações sobre o mundo do trabalho (Martins e Sader). Contou também com o auxílio cotidiano inestimável de sua esposa Cecília Mathias Simão, que propiciava a mediação da leitura oral e da escrita nas condições de necessidades especiais visuais de seu companheiro.

A 3ª edição do livro, coordenada por Heloísa Martins, lançada por ocasião do centenário de nascimento de Simão, traz em anexo cinco artigos do autor tematicamente complementares à sua obra principal (voto operário, sindicato e política, funções sociais do sindicato, industrialização e sindicato): três deles em revistas acadêmicas, dois em instituições sindicais – o sindicato dos trabalhadores têxteis e o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos, o DIEESE, entidade com a qual tinha especial relação, tanto com seu primeiro diretor técnico, o sociólogo José Albertino Rodrigues, quanto pela indicação de Heloísa Martins que virá a ser a diretora seguinte.

Apesar dos impedimentos iniciais que retardaram sua contratação em função de sua deficiência visual, Azis Simão foi professor durante quase 30 anos, tendo alcançado a titularidade em 1973. Faleceu em 1990, oito anos depois de ter se aposentado. Seus alunos destacam o modo como explorava os sentidos para além da visão: sua potente oralidade e a agudeza de sua audição. Especialista do movimento operário com uma vivência incorporada, um olhar de dentro, sabia ensinar a cozinha da investigação. Com um irredutível senso de liberdade, herança do anarquismo, tinha uma postura de respeito mútuo e dignidade. Era um formador de cidadania, declaram emocionados em sua homenagem.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado. Suas Relações na Formação do Proletariado em São Paulo. São Paulo, Hucitec, 2012.

SIMÃO, Azis. “Na Faculdade”, in Maria Cecília Loschiavo dos Santos (org.). Maria Antonia: Uma Rua na Contramão. São Paulo, Nobel, 1988.



SOBRE O AUTOR

SIMÃO, Azis. “Entrevista”, in Ciência Hoje, vol. 9, n. 53, maio de 1989. [Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues (Departamento de Ciências Sociais, UFSCar) e Vera Rita da Costa (Ciência Hoje)].



CARLOS ALBERTO DE MEDINA

Por **Thiago da Costa Lopes**
(Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz) e
Carolina Arouca Gomes de Brito
(Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz)

Carlos Alberto de Medina nasceu no dia 1º de novembro de 1931 em Recife (PE), filho de Olga da Silva Lima de Medina e Francisco de Medina. No Rio de Janeiro, após ingressar na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ) em fins dos anos 1940, Medina adquire o título de bacharel e licenciado nos cursos de Sociologia e História. Neste momento, a aproximação com o sociólogo rural José Arthur Rios, com quem passa a colaborar profissionalmente, tornou-se decisiva para sua trajetória.

Em 1952, Medina ingressou na Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) a convite de Rios, seu primeiro coordenador. Ligado aos círculos intelectuais católicos do Rio de Janeiro, e egresso das fileiras da Resistência Democrática, movimento de oposição a Vargas surgido ao final do Estado Novo, Rios havia realizado o mestrado em Sociologia Rural nos EUA, pondo-se em contato com um dos ramos das ciências sociais que melhor expressava, naquele país, a reação comunitarista à

VOLTA AO SUMÁRIO

modernização. Ativos participantes dos experimentos em planejamento social do New Deal rural de Roosevelt, os sociólogos rurais se tornaram atores-chaves nos planos de desenvolvimento de comunidade postos em marcha em diferentes áreas pobres e rurais do mundo nos primeiros anos da Guerra Fria.

Subordinada ao Ministério da Educação e Saúde e instituída pelo Segundo Governo Vargas em meio a uma série de iniciativas voltadas à extensão da proteção social ao campo, a CNER buscava se aproximar, em seu modus operandi, daquelas estratégias de desenvolvimento, apoiando-se nas ideias de "educação de base", "educação de adultos" e "desenvolvimento de comunidade". Veiculadas por organismos multilaterais como a Unesco e por agências do governo norte-americano que, na esteira do Ponto IV de Harry Truman, passaram a prover assistência técnica ao denominado "Terceiro Mundo" em uma tentativa de conter o avanço do comunismo, tais abordagens punham ênfase na participação dos grupos locais e na possibilidade de mobilização de seus próprios recursos em programas de educação, saúde, habitação e extensão rural. "Ajudar o povo a ajudar a si mesmo" era o dístico que sintetizava esse modelo de intervenção, ele próprio um reflexo, nos embates ideológicos do período, da preocupação de reformadores e intelectuais em garantir que a ascensão econômica das massas se fizesse acompanhar de sua integração à esfera da participação política, de modo que o avanço modernizador sobre as populações rurais do globo se traduzisse em formas consideradas democráticas de governo.

A trajetória intelectual de Medina nos anos 1950 esteve entrelaçada às discussões sobre as relações entre desenvolvimento rural, participação comunitária e o papel das ciências sociais no planejamento de políticas públicas. Ainda que sem a mesma circulação internacional de Rios, ele realiza um percurso formativo afinado ao do sociólogo rural brasileiro. Em 1953, Medina participa de curso promovido no Brasil pelo padre Louis-Joseph Lebret, expoente do movimento reformador internacional Economia e Humanismo e importante interlocutor da sociologia de Rios. No ano seguinte, ele realiza treinamento em pesquisa junto a John Kolb, sociólogo rural estadunidense da Universidade de Wisconsin cuja visita ao país, sob patrocínio da Unesco, transcorreu no contexto dos acordos internacionais de cooperação técnica para o desenvolvimento de comunidades rurais no país.

Neste período, Medina toma ainda parte, como aluno, dos dois primeiros cursos de formação de técnicos em Missões Rurais organizados pela CNER na cidade de Pinhal (São Paulo). A iniciativa buscava suprir a carência de quadros técnicos capazes de conduzir o trabalho comunitário em pequenos distritos e bairros do vasto hinterland brasileiro, estruturado em uma etapa preliminar voltada para o estudo da comunidade e em um programa de ação baseado na atuação de diferentes especialistas (agrônomo, médico, assistente social, educador) em articulação com as chamadas 'lideranças locais', membros das camadas populares que, em razão da ascendência social, deveriam ser capazes de agir como fio condutor da mudança. Além de aulas teóricas, que incluíam disciplinas como "Organização de Comunidade e Técnica de Mis-

são Rural" e "Sociologia Rural", ministradas por Rios, Medina empreende o levantamento socioeconômico do município de Pinhal. A serviço da CNER, ele conduz, em 1953, estudos em cidades da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina a fim de identificar as localidades mais propícias ao trabalho de educação de base.

Em 1953, Medina se torna assistente da cadeira de "Problemas Econômicos e Sociais do Brasil" do curso de Puericultura e Administração do Departamento Nacional da Criança, órgão criado em 1940 no interior do Ministério da Educação e Saúde com o propósito de coordenar e normatizar as ações no terreno da proteção materno-infantil no país. O primeiro ocupante da cadeira, na década de 1940, foi o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos.



As relações entre saúde e ciências sociais ocuparam espaço considerável nos primeiros anos da atuação profissional de Medina como sociólogo. Em 1954, acompanhando a transferência de Rios para o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), ele passa a trabalhar como pesquisador social naquele órgão. Nascido de acordo entre os governos do Brasil e dos EUA como parte dos esforços de guerra, o SESP atuou inicialmente junto às populações rurais, especialmente entre trabalhadores, em regiões consideradas vitais para a obtenção de materiais estratégicos para o conflito, como a borracha no Vale do Amazonas. Nos anos 1950, a agência, cujos programas estiveram centrados na medicina preventiva, no saneamento e na educação sanitária, ampliou seu raio de atuação pelo território brasileiro graças à relevância atribuída ao fator saúde nos planos de desenvolvimento regional e à continuidade da assistência técnica dos EUA no contexto do Ponto IV de Harry S. Truman. A entrada de Medina no SESP se deu em um momento em que o órgão, em um esforço de rever suas estratégias de educação sanitária, adaptando-as às condições socioculturais das populações rurais brasileiras e ajustando-as ao espírito participativista dos programas de desenvolvimento de comunidade então em voga, instituiu uma Seção de Pesquisa Social, chefiada por Rios.

No SESP, onde permaneceu até o início dos anos 1960, Medina participou de estudos de localidades que precederam a instalação de novos serviços na esteira do estabelecimento de acordos de cooperação do SESP com diferentes estados da federação. Em 1955, realizou levantamentos socioeconômicos em municípios da Fronteira Oeste do Paraná. Em 1957, entrevis-

tou funcionários e usuários da unidade sanitária de Pirapora (MG) a fim de aferir a validade de materiais de educação sanitária a serem utilizados em campanha de prevenção contra a diarreia infantil, uma das principais causas de mortalidade de recém-nascidos no país. Em 1960, conduziu levantamentos em 20 municípios do Rio Grande do Norte, na região da antiga ferrovia "Great Western". Medina foi ainda escalado para uma pesquisa, que não chegou a ser realizada, sobre estereótipos relacionados a pessoas com tuberculose, e para um "estudo de atitudes" em Palmares (PE) centrado na avaliação dos fatores que dificultavam a adesão das populações rurais a projetos cooperativos de saneamento. O problema da participação dos segmentos empobrecidos da sociedade em políticas destinadas ao aprimoramento de suas próprias condições de vida assim como os limites de ações em saúde e educação na superação do que à época era chamado de "círculo vicioso da doença e da pobreza" assumem primeiro plano nas incursões do sociólogo pelo mundo rural brasileiro.

Com estas preocupações em mente, Medina irá se debruçar igualmente sobre as favelas da cidade do Rio Janeiro, participando, em fins dos anos 1950, de uma das primeiras pesquisas sociológicas de fôlego sobre esses aglomerados urbanos, realizada pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs). Fundada pelo grupo do padre Lebret no Brasil nos moldes de entidade francesa congênere, a agência contava com escritório no Rio de Janeiro, dirigido por Rios. No estudo, que contou ainda com participação do arquiteto Hélio Modesto, Medina foi um dos coordenadores das equipes que realizaram o trabalho de campo, recrutadas entre alunos dos cursos de Serviço Social da cidade. No relatório da Sagmacs, a favela surge como produto de uma forma de modernização da sociedade brasileira baseada no crescimento urbano-industrial desordenado e incapaz de solucionar os problemas sociais criados pelo antigo mundo rural, organizado em torno do latifúndio senhorial. A partir dessa experiência, Medina escreve, na atmosfera ideológica polarizada dos anos 1960 e em meio à crise do governo João Goulart, o opúsculo "A favela e o demagogo" (1964), em que se interroga pelos destinos da democracia em um país visto como preso a um padrão de desenvolvimento excludente, reprodutor das desigualdades, de frágil cultura cívica e refém de tradições políticas paternalísticas e clientelísticas. O livro também assinala o intrincado quadro socioeconômico das favelas, questionando o pressuposto de que estas constituiriam unidades sociais homogêneas e coesas. Em 1965, Medina se torna chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS). Órgão filiado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, à Conferência dos Religiosos do Brasil e à Federação de Institutos de Pesquisas Sociais e Sociorreligiosas, o CERIS nasceu com a missão de realizar estudos, planejamento e consultoria para programas de assistência social, refletindo um dos muitos esforços da Igreja Católica em tomar parte no debate sobre o subdesenvolvimento. Atuando na agência até os anos 1990, Medina foi um dos responsáveis pela avaliação de projetos. Além da condução de pesquisas de campo, sua experiência de trabalho no órgão deu origem ao livro "Participação e trabalho social: um manual de promoção humana" (1981).

A partir de 1967, Medina serviu como Secretário Geral do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), assumindo sua direção entre 1974 e 1979. Criado em 1957 sob os auspícios da Unesco e com sede no Rio de Janeiro, o CLAPCS, cuja direção coube inicialmente ao sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto, representou importante fórum de debates, nas ciências sociais, sobre a questão do desenvolvimento na América Latina. A produção intelectual de Medina na instituição esteve ligada aos temas da relação campo-cidade, do ensino agrícola, da estrutura agrária e das favelas.

A docência também fez parte das atividades de Medina nos anos 1970. Foi professor convidado da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (RJ) e do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas (RJ). Atuou como professor e conferencista do I Curso Interamericano de Planejamento Urbano e Habitação do Banco Interamericano de Desenvolvimento organizado pela Escola Nacional de Serviços Urbanos. Em 1972, foi consultor do projeto de urbanização para o Morro da Mangueira, no Rio de Janeiro, em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil e o Banco Nacional da Habitação. No mesmo ano, integrou o Grupo de Trabalho "Níveis de vida e pesquisa de orçamentos familiares na transamazônica" a convite do Ministério do Trabalho.

Nos anos 1990, a partir do interesse sociológico pela instituição familiar, Medina, em parceria com a psicóloga Berenice Fialho, com quem foi casado de 1976 até o final de sua vida, publicou o livro "A arte de viver em família: conversas com a família em crise". Em fins daquela década, empreendeu análises do primeiro ano do Governo Anthony Garotinho no Estado do Rio de Janeiro a partir de notícias dos principais jornais da época, reunindo-as no livro "Socorro: Rio de Janeiro 1999-2000", uma de suas últimas publicações.

Sem vinculações com os principais centros acadêmicos do período, a atuação profissional de Medina nos ajuda, entretanto, a compreender o complexo e multifacetado contexto institucional em que a produção sociológica brasileira se processou, em particular no Rio de Janeiro, envolvendo organismos multilaterais, agências do Estado e grupos políticos e religiosos. Questões candentes para as ciências sociais de então, como as relações entre o rural e o urbano, as condições sociais de possibilidade da democracia e os impasses do desenvolvimento em países periféricos como o Brasil, marcaram suas reflexões. Medina faleceu em 3 de maio de 2010 na cidade do Rio de Janeiro, aos 79 anos de idade. Seu acervo pessoal foi doado à Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MEDINA, Carlos Alberto de. Levantamento sócio-econômico de 20 municípios da região da "Great-Western", estado do Rio Grande do Norte. Revista do SESP, tomo XI, n. 2, pp. 427-471, jun. 1961.

MEDINA, Carlos Alberto de. A favela e o demagogo. Rio de Janeiro: Leituras do Povo, 1964.

MEDINA, Carlos Alberto de. Participação e trabalho social: um manual de promoção humana. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOBRE O AUTOR

BRITO, Carolina Arouca Gomes; LOPES, Thiago da Costa. 2022. Saúde, desenvolvimento e interpretações do Brasil: uma análise da perspectiva sociológica de Carlos Alberto de Medina. Lua Nova, 115: 43 – 80, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/jTD7fbGzHhNPPwtSFFmb3Hc/?format=pdf&lang=pt.

LOPES, Thiago da Costa; BRITO, Carolina Arouca Gomes. Uma ciência do social para a saúde: a inserção de cientistas sociais no Serviço Especial de Saúde Pública (1950). In: ARAÚJO NETO, Luiz Alves; BRITO, Carolina Arouca Gomes; FREITAS, Rodrigo Cavalari. (org.). História da saúde: diálogos para o século XXI. São Paulo: Hucitec, 2022.



CELSO BEISIEGEL

Por **Felipe de Souza Tarábola** (FE-USP)

UMA VIDA COMPROMETIDA COM A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Celso de Rui Beisiegel nasceu em Tietê, cidade do interior de São Paulo, no dia 21 de agosto de 1935. Filho de Amadeu Beisiegel, marceneiro e membro do Partido Comunista de Tietê, e Leonilde de Rui Beisiegel, costureira, cresceu e se formou na educação básica pública da cidade, tendo cursado Escola Normal com perspectiva de atuação no magistério. Aos 18 anos, contudo, fora recrutado pelo exército, tendo servido no Segundo Regimento de Obuses 105, na cidade de Itu, onde permaneceu até o final de 1954, quando se inscreveu no cursinho preparatório para o vestibular oferecido pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da própria USP. Aprovado para o curso de Ciências Sociais iniciado já em 1955 e tendo que arcar com os custos de moradia na capital, trabalhou como

VOLTA AO SUMÁRIO

bancário durante o dia no banco Itaú e estudou no período noturno nos dois primeiros anos da graduação. Em seguida, em 1957, por indicação do próprio professor de Estatística Álvaro Marchi foi realizar estágio na Divisão de Estudos Sociais da Instituição no Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo, criado em 1956 no campus da USP, na Cidade Universitária.

A relevância deste centro na formação do professor Celso e em sua trajetória no campo da educação escolar em grande medida se deve à própria missão e atuação do órgão ligado ao projeto de Anísio Teixeira em buscar fundamentar cientificamente os rumos da educação no país. A partir da ampliação de experiências prévias na administração da política educacional do estado da Bahia e na direção do INEP, Anísio Teixeira cria e dirige em seus anos iniciais um novo órgão vinculado ao Ministério da Educação, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas sobre os problemas brasileiros de educação. Junto a ele, outros cinco centros regionais também surgiram, nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Os centros estavam articulados com instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (Unesco), e com universidades, como a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL).

Logo em seguida, no mesmo ano de 1957, o professor Celso Beisiegel foi aprovado em concurso para o quadro de professores de Sociologia do magistério secundário e normal do Estado de São Paulo. Em seguida à aprovação, como era comum à época, foi comissionado junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, justamente para prestar serviços de pesquisa no CRPE. No ano posterior, em 1958, o mesmo em que concluiu a graduação em Ciências Sociais na FFCL da USP, assumiu a direção de um recém-criado ginásio estadual noturno na periferia da capital, onde permaneceu até meados de 1960, quando passou a integrar a primeira equipe do recém-criado Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE) do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, desempenhando a coordenação e execução do programa de expansão das construções escolares para o ensino primário da cidade de São Paulo.

Tais experiências de trabalho se juntaram à condução de uma investigação iniciada por Francisco Weffort no CRPE correlacionando propostas de criação de ginásios estaduais com a posição política dos deputados estaduais que as defendiam na Assembleia Legislativa de São Paulo para culminar na pesquisa de mestrado defendida em abril de 1964, sob orientação de Florestan Fernandes e intitulada como "Ação política e expansão da rede escolar".

Entre meados de 1961 e meados de 1962, prof. Celso Beisiegel trabalhou como pesquisador no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), criado e coordenado por Fernando Henrique Cardoso, na Cadeira de Sociologia I, da FFLC da USP. Reassumiu os trabalhos no FECE em meados de 1962 e, em 1963, retornou ao CRPE, para trabalhar como assistente de Florestan Fernandes em cursos de sociologia da educação e para atuar na preparação em atividades de pesquisa nos cursos de formação ali oferecidos.

Foi nessa atuação, realizando uma pesquisa de treinamento com estudantes que acompanhou o projeto piloto de alfabetização promovido pela União Estadual de Estudantes no município de Osasco, que conheceu a experiência de Paulo Freire. Posteriormente, Celso esteve com Paulo Freire em São Paulo e no Rio de Janeiro a trabalho, visitou Pernambuco e passa a acompanhar a experiência freireana de alfabetização de adultos em Angicos, Rio Grande do Norte. Ainda sob inspiração de Paulo Freire, Beisiegel também acompanhou e participou da organização da experiência de alfabetização realizada em Ubatuba, no litoral de São Paulo.



O processo de abertura da escola historicamente elitista a crianças e jovens das camadas populares e as progressivas alterações e tensões da incorporação desta população a setores seletivos, ou seja, as relações entre ação política, mudanças sociais (como os processos de urbanização, industrialização, atuação política e voto das camadas populares, o fenômeno do populismo etc.) e mudanças educacionais (sobretudo o direito à educação e a ampliação das oportunidades de acesso a níveis cada vez mais avançados de escolaridade das camadas populares, assim como a questão da qualidade de ensino das escolas públicas de massas, temática em que foi pioneiro no Brasil, desde a década de 1970) foram o grande tema deste pesquisador, assim como os compromissos com a escola pública e sua democratização. Não à toa, portanto, o último texto publicado pelo prof. Celso, de maneira póstuma, foi justamente a respeito das relações entre educação popular e o ensino superior, a partir da obra de Paulo Freire, o artigo "Educação popular e ensino superior em Paulo Freire" (Beisiegel, 2018).

A pesquisa de doutorado realizada por Celso Beisiegel inicialmente sob orientação de Florestan Fernandes e posteriormente, por Luiz Pereira, após cassação de Florestan pela ditadura civil-militar instaurada no país, foi defendida na FFCL/USP em 1972 e publicada como livro "Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos", em 1974. Tanto nele quanto em "Política e Educação Popular", originalmente tese de livre-docência defendida pelo professor Beisiegel na Faculdade de Educação da USP, em 1981, é possível encontrar férteis análises sobre a educação de jovens e adultos, assim como as tensões e contradições da orientação da ação do Estado brasileiro.

A partir de sua atuação no CRPE, Beisiegel ingressa no quadro de professores da Faculdade de Filosofia da USP, inicialmente no Setor de Orientação Educacional do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, em 1966. Após a reforma universitária de 1970, passou a ministrar as disciplinas de Sociologia da Educação do curso de Pedagogia até a aposentadoria em 2005. Contudo, sua atuação na pós-graduação da mesma Faculdade permaneceu até 2014 formando diversos pesquisadores e professores da área. Na mesma instituição, foi também chefe do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação (1984-1987; 2001-2004), vice-diretor (1987-1988) e diretor da FEUSP (1988-1990). O reconhecimento do trabalho intelectual, do compromisso social e engajamento institucional do professor Beisiegel pode ser notado por meio de sua aprovação como Professor Titular da FEUSP em 1986 e como professor emérito da Universidade de São Paulo, em 2006.

Entre outras atuações de destaque na administração universitária, foi pró-reitor de Graduação da USP (1990-1993). Sua atuação pública também incluiu a função de membro do Conselho Estadual de Educação (1984-1990). Foi membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia (1962-1964).

Professor Celso Beisiegel faleceu em 25 de novembro de 2017, deixando esposa, professora Sylvia Leser de Mello Pereira, as filhas Beatriz de Mello Beisiegel e Mariana de Mello Beisiegel, assim como diversos alunos e contribuições à educação pública brasileira e à Sociologia da Educação nacional.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris, *História Geral da Civilização Brasileira III* – O Brasil Republicano. 4 Economia e Cultura (1930-1964). 2. Ed. São Paulo, Difel, 1986, pp. 381-416.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular.* 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular:* um estudo sobre a educação de adultos. 2. Ed. Brasília: Liber Livro, 2004.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *A qualidade do ensino na escola pública.* Brasília: Liber Livros, 2005.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Paulo Freire.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010 (Coleção Educadores).

BEISIEGEL, Celso de Rui. Os primeiros tempos da pesquisa em sociologia da educação na USP. *Educação e Pesquisa*, vol. 39, núm. 3, jul-sept., 2013, pp. 589-607.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Educação popular e ensino superior em Paulo Freire*. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, 2018. https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844104010.



SOBRE O AUTOR

BARROS, Gilda Naécia Maciel de. *Celso Beisiegel:* professor, administrador e pesquisador. São Paulo: Edusp, 2009.

PAULO, Fernanda dos Santos. Legado de Celso de Rui Beisiegel: um dos pioneiros da educação popular. *Rev. Ed. Popular,* Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 233-244, jan./abr. 2019.

SPOSITO, Marilia Pontes. Celso de Rui Beisiegel: o legado de um intelectual em defesa da educação popular pública. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 44, 2018. https://doi.org/10.1590/S1678-463420184410401100



CLÓVIS MOURA

Por **Fábio Nogueira** (UNEB)

Clóvis Steiger de Assis Moura foi dos mais importantes e profícuos sociólogos brasileiros. Nascido em 10 de junho de 1925, em Amarante (Piauí) foi no interior da Bahia, na cidade de Juazeiro, nos anos 1940, que deu início à escrita de seu mais conhecido e pioneiro livro, Rebeliões da Senzala, publicado pela Editora Zumbi, em São Paulo, em 1959. A sua produção intelectual iniciada nos anos 1940 atravessou diferentes períodos da história nacional e teve como eixo o estudo da práxis negra a partir do materialismo histórico e dialético. Vinculou-se nos anos 1940 ao Partido Comunista do Brasil (PCB) na Bahia e foi diretamente influenciado pelo círculo de intelectuais formado por Jorge Amado, Edson Carneiro e Vivaldo da Costa Lima. Na interpretação mouriana, o quilombo não se trataria de um quisto ou sobrevivência cultural, mas uma resposta coletiva do escravizado a uma ordem social baseada no trabalho forçado em que este criou espaços alternativos de contrapoder e sociabilidade. O Quilombo dos Palmares, neste sentido, foi a mais emblemática e longeva experiência deste contrapoder que resistiu por mais de 100 anos e pôs em questão os fundamentos do trabalho escravizado e do colonialismo no Brasil do século XVIII. No processo de preparação de sua obra de

VOLTA AO SUMÁRIO

estreia, Rebeliões da Senzala, Clóvis Moura correspondeu-se com intelectuais acadêmicos paulistas ou radicados fora da Bahia a exemplo de Arthur Ramos, Emílio Willems, Donald Pierson, Caio Prado Junior e Edson Carneiro.



Radicou-se em São Paulo a partir dos anos 1950. Vinculou-se ao círculo de intelectuais comunistas que orbitavam em torno de Caio Prado Júnior e colaborou com as Revistas Brasiliense e Fundamentos. Clóvis Moura divergiu da linha política e teórica hegemônica no PCB o que o fez ingressar, em 1962, no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Moura atuou na imprensa paulista como redator e crítico literário em jornais como Diário da Noite, Diário de São Paulo, Última Hora e Folha de São Carlos e, ao mesmo tempo, produziu obras sobre a contra-violência do escravizado como elemento ativo na desagregação do modo de produção escravista. Em 1975 funda o IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA) e estende a sua interlocução a intelectuais norte-americanos e africanos. Integrou, em 1974, a delegação brasileira que participou da Conferência de Cultura Negra em Dakar, no Senegal, organizada sob os auspícios de Leopold Senghor (1906-2001), presidente daquele país e uma das principais referências do movimento da Negritude francófona. Participou de encontros acadêmicos nos anos 1970 no Panamá, Porto Rico e Estados Unidos. Em 1977 publicou Negro: Bom escravo, mau cidadão? obra que condensa os reflexos do escravismo à sociedade capitalista competitiva e a ideologia do negro como "mau cidadão" que tinha por finalidade justificar barragem social deste, assim como, a negação de direitos sociais como saúde, educação, acesso à terra e aos direitos trabalhistas. Nesta obra relaciona os processos de resistência ao escravismo de uma perspectiva comparada dialogando com suas expressões em outros países da América Latina e do Caribe. Clóvis Moura contribuiu particularmente ao campo da sociologia histórica e da sociologia do conhecimento sendo autor de dois livros emblemáticos a este respeito, A Sociologia posta em questão (1978) e as injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira (1990).

Clóvis Moura fez Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no período em que morou em Salvador nos anos 40. Apenas nos anos 80, Clóvis recebeu o título de Doutor Honório Saber,

pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. Este título permitiu que atuasse como examinador em bancas de mestrado e doutorado na USP e na UNICAMP. Durante a década de 80 também constitui um círculo de intelectuais mais amplo – formado por intelectuais brasileiros e estrangeiros – entre os quais os sociólogos Florestan Fernandes (1920-1995), Octávio Ianni (1926-2004), Jacob Gorender (1923-2013), e os antropólogos João Batista Borges Pereira (USP), Kabengele Munanga (USP), Vivaldo Costa Lima (1925-2010), Miriam Nicolau Ferrara, Yeda Pessoa de Castro, Thomas Skidmore, Manuel Correia de Andrade, Jean Ziegler, Stuart Schwartz, entre outros.

A retomada do ativismo negro pós ditadura civil e militar (1964-1988) teve na obra e no trabalho de Clóvis Moura uma de suas principais influências ao denunciar o mito da democracia racial, o racismo e a exclusão social do negro e da negra dos espaços de poder, a precarização e superexploração do trabalho negro e a negação de direitos. Nos anos 1980 e 1990 publica, entre outros livros, Quilombos e a Rebelião Negra (1981), Sociologia do Negro Brasileiro (1988) e A Dialética Radical do Brasil Negro (1994), obras que amplificam e redefinem aspectos ligados a dinâmica sócio-histórica do associativismo negro e sua resistência ao escravismo e a marginalização na sociedade capitalista competitiva. Sua interpretação sobre a luta negra vinculou-a aos movimentos camponeses como em A Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos – Do desparecimento de Belo Monte ao MST (2000) que dialoga diretamente com trabalhos mais voltados ao pensamento social brasileiro como é o caso do seu Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha, publicado em 1964. Em 2003, ano de seu falecimento, publicou A encruzilhada dos Orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro e em 2004, postumamente, foi publicado seu último trabalho, Dicionário da Escravidão Negra no Brasil. Esta trajetória intelectual ímpar, assim como suas obras e trabalhos, permanece pouco conhecida nos círculos intelectuais e acadêmicos, algo injustificável dado a qualidade de sua abordagem teórica inovadora, assim como, do rico manancial de temas que estudou ao longo de suas pesquisas (religiões de matriz africana, associativismo negro, imprensa negra, literatura de cordel, quilombos, escolas de samba, grupos culturais negros, pensamento social brasileiro etc).

Clóvis Moura faleceu em São Paulo no dia 23 de dezembro de 2003.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

MOURA, Clóvis. O negro: de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Conquista, 1977.

MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981b.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1988b.

MOURA, Clovis. A encruzilhada dos Orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro. Maceió: EDUFAL, 2003



FERNANDO BASTOS D'ÁVILA (PE. ÁVILA)

Por **Maria Alice Rezende de Carvalho** (PUC-Rio) e **Sarah Silva Telles** (PUC-Rio)

Neto de bem-sucedidos funcionários públicos que migraram do Espírito Santo para o Rio de Janeiro, Fernando Bastos d'Ávila, o Padre Ávila, nasceu no Distrito Federal, em 1918, e viveu seus primeiros anos em uma casa confortável, localizada na atual Rua Bolivar, em Copacabana. Seus avós paternos eram mais modestos, residindo na cidade de Petrópolis, no bairro do Retiro, próximo ao Rio Piabanha, em que o menino, nas férias, pescava lambaris. Mais tarde dirá que, em seus passeios por ali, sua atenção se voltava para um pequeno convento e uma igrejinha dedicada a São Tomás de Aquino, "o maior gênio do pensamento teológico".

A morte súbita de seu avô materno terá sido seu primeiro encontro com o mistério e o ensejo de muitas transformações. Seus pais adquiriram uma casa na Rua Gal. Polidoro, deixando o velho casarão; o menino iniciou o curso secundário no Colégio Santo Inácio; sua mãe adoeceu e atravessou alguns anos entre orações e trabalhos dedicados à Igreja, realizando, quando curada, a promessa de tornar seu filho um padre. Em 1930, aos doze anos de idade, Fernando foi enviado à Escola Apos-

VOLTA AO SUMÁRIO

tólica dos Padres Jesuítas, de Nova Friburgo, preparando-se para ingressar no noviciado da Companhia de Jesus, onde foi admitido em 1935, a contragosto de seu pai, médico, agnóstico, que sonhava em fazer dele um cientista.

No noviciado fez o curso de retórica, que faz parte do código de ensino dos jesuítas, chamado Ratio Studiorum, que consiste em gramática, humanidades e retórica. Terminado o curso de retórica e sendo necessário instituir um substituto para o seu professor, Pe. Cardoso, o jovem Fernando, mesmo sem ser padre, e pouco mais velho que seus colegas, foi indicado ao posto, no qual permaneceu entre 1943 e 1945, conhecendo seu primeiro grande desafio docente. Concluído o magistério, era preciso cursar teologia, que, no Brasil, existia somente no sul do país, ministrado por descendentes de alemães, cujos métodos não eram aprovados em Roma. Foi, então, indicado para seguir para a Itália, onde concluiu o mestrado em Filosofia e Teologia na Universidade Gregoriana. Com ele viajaram os que seriam, para sempre, seus grandes amigos: Pe. João Bosco Penido Burnier e Pe. Henrique Claudio Lima Vaz – este último considerado pelo Pe. Ávila o "irmão que não teve".

Fernando Bastos d'Ávila recebeu a ordenação sacerdotal, em 1948. Mas a conclusão de sua formação como jesuíta se deu em Florença, em 1950. Seguiu, então, para a Bélgica, onde cursou o doutorado em Ciências Políticas e Sociais na Universidade de Louvain, defendendo, em 1954, a tese L'imigration comme éxile, aprovada com a mais alta distinção. Voltou naquele mesmo ano ao Brasil e ingressou no corpo docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, provavelmente por indicação do Pe. Guimarães Lustosa, de família bem relacionada no Rio de Janeiro, que havia sido seu professor no último ano de Filosofia. Na verdade, a proximidade entre o Pe. Ávila e o Pe. Lustosa se revela na própria definição da trajetória intelectual do jovem sacerdote, cuja guinada para a sociologia se afina com as preocupações do Pe. Lustosa acerca da educação e da questão social no Brasil.

A relação do Pe. Ávila com a PUC do Rio de Janeiro se prolongou por toda a sua vida. Quando conheceu a instituição, em 1954, espantou-se com o número limitado de cursos que ela oferecia e com a ausência, numa universidade católica, de tratamento sistemático da crise social no país. Por isso sugeriu a criação de novos departamentos, erigindo, em 1955, a Escola de Sociologia, Política e Economia, de que foi diretor até 1967. Nela se dedicou, durante 16 anos, ao ensino das disciplinas Introdução às Ciências Sociais e Doutrina Social da Igreja, tendo participado da criação da revista Síntese Política, Econômica e Social – SPES, que tem ainda continuidade, publicada como Síntese – Nova Fase, pelo Instituto Santo Inácio, de Belo Horizonte.

Indagado, certa vez, sobre o modelo que terá inspirado a sua "Escola", admitiu alguma proximidade com a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ainda que em uma escala bem mais modesta. Não reconhecia outra instituição similar no Rio de Janeiro, e considerava, portanto, "[...] que a PUC inovou quando criou um departamento de pesquisas, que chamava Ciências Políticas e Sociais e que, na época, tinha que ser complementado com Economia". Pe. Ávila, a exemplo do que ocorrera em São Paulo nas décadas de 1930 e 40, embora sem recursos comparáveis, buscou também reunir e contratar um conjunto de intelectuais altamente qualificados, no qual

sobressaíram Manuel Diegues, Isaac Kesternetz, na área de Economia, Hélio Jaguaribe e outros que não chegaram a ser membros da PUC, mas gozavam de grande prestígio e participavam do seu repertório intelectual, como Artur Neiva, que faleceu inesperadamente em 1943, e Celso Furtado, com quem o Pe. Ávila estreitará laços de amizade na Academia Brasileira de Letras, no período final de sua vida.



Em 1964, Pe. Ávila foi nomeado vice-reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e se engajou na luta pelo reconhecimento da profissão de sociólogo. No ano seguinte, coordenou uma equipe de especialistas para a elaboração do livro-texto que serviria à disciplina de Moral e Civismo introduzida no currículo da escola secundária. A Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo foi publicada em 1967, e apreendida pelos censores do regime militar por ser "subversiva". Voltou a ser reeditada apenas em 1972, por iniciativa dos ministros Jarbas Passarinho e Nei Braga, conhecendo várias reimpressões.

Ao final da década de 1960, o Pe. Ávila se afastou circunstancialmente da PUC por determinação do Geral da Ordem dos Jesuítas, Pe. Arupi. "Ele soube que no Chile os jesuítas haviam criado uma instituição chamada ILADES (Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Social), e que as dioceses e os órgãos religiosos começaram a enviar alunos para esse instituto. Diante disso, o Pe. Arupi criou (em 1967) o IBRADES — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social. E fui nomeado seu primeiro diretor, cargo que ocupei por trinta anos." Tal instituição, como se sabe, tinha como principal atribuição assessorar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Como dirigente de um órgão de assessoramento, Pe. Ávila elaborou, durante vários anos, análises sobre a situação política e social do país, sendo a sua independência na condução dessa atividade o motivo que o levou a responder a Inquérito Policial Militar, e levou a instituição a sofrer constantes represálias, que culminaram com a sua invasão em 1970.

Pode-se dizer que os temas de pesquisa do Pe. Ávila giraram em torno da integração entre valores religiosos e instituições sociais ou políticas, como, por exemplo, a investigação que realizou sobre a participação do clero no parlamento brasileiro. Ligavam-se também à apropriação pública, laica, da doutrina social da igreja, do que resultou o livro Pensamento social cristão antes de Marx (1972), em que Pe. Ávila expressa a convicção de que os efeitos socialmente desastrosos da revolução industrial tinham sido objeto de preocupação da Igreja Católica bem antes de Karl

Marx abordá-los. Dessa reflexão surgiria, a pedido da Conferência Episcopal Latino-americana – CELAM, a preparação de um livro em colaboração com o Pe. Pierre Bigot sobre a difusão da Doutrina Social da Igreja e de suas propostas de solução para os problemas socioeconômicos da América Latina. Enfim, os nexos que o Pe. Ávila sempre buscou estabelecer entre valores religiosos e experiência social fizeram dele uma inspiração frequente em inúmeras instituições da sociedade civil, como a 'Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas', e um membro de organizações sociais diversas, como o 'Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio'.

Pe. Ávila aposentou-se em 1995, após 40 anos de exercício do magistério. Em 1997, se tornou o sexto ocupante da Cadeira n° 15 da Academia Brasileira de Letras – ABL, sucedendo Dom Marcos Barbosa. A obra de Pe. Ávila – quinze livros publicados e numerosos ensaios, artigos e conferências – pode ser classificada em teoria sociológica, sociologia da educação, história e doutrina social da Igreja. Seu lugar na história intelectual brasileira será sempre o de uma "ponte", como definiu o jornalista Luiz Paulo Horta, entre a mensagem da Igreja Católica e a realidade social, o que terá sido fruto de seu talento reflexivo aliado ao contexto de vigência do Concílio Vaticano II.

Seu último livro, "A Alma de um Padre. Testemunho de uma vida," publicado em 2005, foi louvado e criticado pelo mesmo motivo: sua sinceridade rara, sua franqueza sem limite, em que discute, por exemplo, o tema da vocação, que, no seu caso, não obedeceu a um "chamamento" divino, mas, antes, se construiu pela empatia para com os que sofrem.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

D'Avila, Fernando Bastos. *Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Agir ,1962.

D'Avila, Fernando Bastos. *Neocapitalismo, Socialismo e Solidarismo*, Rio de Janeiro; Editora Agir, 1963.

D'Avila, Fernando Bastos. *O pensamento social cristão antes de Marx*. Rio de Janeiro, Ed. Jose Olympio, 1972.

D'Avila, Fernando Bastos. *Solidarismo, alternativa para a globalização*. Aparecida do Norte: Santuário, 1997.

D'Avila, Fernando Bastos. *Igreja e Estado no Brasil:* perspectivas e prospectivas. São Paulo: Loyola, 1987.

D'Avila, Fernando Bastos. *Pequena enciclopédia de moral e civismo*. Rio de Janeiro: MEC-FENAME, 1967.



HIROSHI SAITO

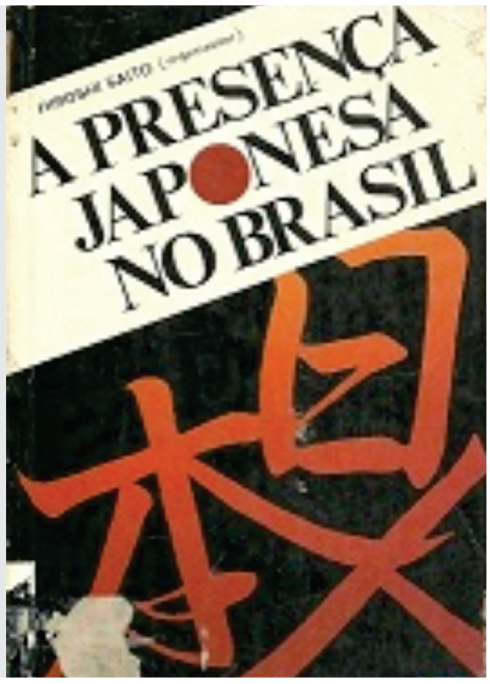
Por **Gustavo Takeshi Taniguti**

Hiroshi Saito foi o primeiro imigrante japonês a fazer carreira na sociologia brasileira. Grande parte de seus estudos foi dedicada ao tema da imigração, privilegiando a utilização da abordagem cultural-assimilacionista desenvolvida no Brasil por seus professores Donald Pierson e Emílio Willems. A partir dos anos 1950, Hiroshi fez parte de um circuito profissional envolvendo acadêmicos e instituições do Japão, Brasil e Estados Unidos. Essa característica transnacional da sua trajetória resultou em uma obra singular, que contribuiu em definitivo para o desenvolvimento dos estudos migratórios nas Ciências Sociais brasileiras.

Hiroshi nasceu em 2 de janeiro de 1919 na cidade de Miyazaki, Japão, onde estudou até a segunda série ginasial. Em 1932, aos quatorze anos de idade, emigrou para o Brasil junto de sua família, desembarcando em Santos (SP) no dia 11 de janeiro de 1933 a bordo do navio Africa Maru. Inicialmente, trabalhou na fazenda de café Serra Azul, localizada em Ribeirão Preto (SP). Em pouco tempo, Hiroshi deixou a lavoura para estudar na Escola Técnica Agrícola M'Boy, na cidade de São Paulo. A instituição havia sido planejada pelo governo japonês e visava a formação de lideranças com perfil técnico para

VOLTA AO SUMÁRIO

auxiliar as colônias agrícolas de imigrantes. Ali, estudou por três anos, alcançou a fluência na língua portuguesa e destacou-se como excelente aluno.



Em 1936, aos 17 anos, Hiroshi passou a trabalhar como redator em revistas agrícolas. Em 1941, sua mãe faleceu e isso o fez retornar à lavoura familiar de algodão estabelecida em Santa Cruz do Rio Pardo (SP), onde trabalhou até 1943, quando seu pai faleceu. A partir de então, fixa residência em São Paulo e passa a trabalhar na Câmara de Indústria e Comércio do Japão. O rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo e a posterior declaração de guerra ao Japão trouxeram inúmeras dificuldades para a vida cotidiana de Hiroshi, que assistiu ao fechamento da Câmara. Naqueles anos, ele também foi detido por falar a língua japonesa em público.

A vida na capital paulista abriu caminhos para que Hiroshi estabelecesse contato com imigrantes de classe média e alta, empresários, comerciantes, artistas, diplomatas e profissionais liberais. Logo após o fim da guerra, ao lado das principais lideranças japonesas da época, fez parte de um movimento civil organizado, dedicado a esclarecer a derrota japonesa no conflito. Em 1946, integrou o grupo Doyokai (Grupo do Sábado), que reunia intelectuais japoneses de São Paulo com o objetivo de discutir a situação de seus compatriotas no Brasil.

Hiroshi também participou do ressurgimento da imprensa japonesa e se tornou cada vez mais conhecido no debate público. Em 1947, começou a trabalhar no Jornal Paulista e ingressou no curso de Bacharelado em Ciências Políticas e Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). Nesta instituição, teve contato com importantes nomes das Ciências Sociais da época, como o sociólogo estadunidense Donald Pierson e o antropólogo e sociólogo alemão Emílio Willems, com quem publicou seu primeiro artigo acadêmico na revista Sociologia.

Entre 1952 e 1953, Hiroshi foi assistente de pesquisa do antropólogo japonês Seiichi Izumi, que veio ao Brasil para realizar uma pesquisa patrocinada pela UNESCO. No ano seguinte, ingressou no mestrado em ciências sociais na ELSP sob orientação de Donald Pierson. Sua dissertação, intitulada O Cooperativismo e a Comunidade: caso da Cooperativa Agrícola de Cotia (1964), foi dedicada a investigar a "transplantação cultural" de uma grande empresa agrícola

fundada por imigrantes no Brasil. Em 1957, após o mestrado, ocupou o cargo de Professor Associado de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Kobe, no Japão. Ali, obteve o título de doutor em economia. Sua tese, publicada com o título O Japonês no Brasil (1961), investigou a mobilidade e a fixação de imigrantes japoneses na sociedade brasileira.

De volta ao Brasil, Hiroshi dirigiu a Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais da ELSP (1961-1964) e lecionou nas seguintes instituições: Universidade Católica de São Paulo (1963-1964), Universidade de Flórida, Gainesville (1966) e Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Osasco (1967-1969). Até seus últimos dias, foi docente da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, onde ingressou em 1969.

Hiroshi Saito faleceu em dia 31 de outubro de 1983. Até então, atuava como docente da USP, Diretor do Centro de Estudos Nipo-Brasileiros e Diretor da Associação dos Naturais da Província de Miyazaki. Nos anos 1970, assessorou a implantação do Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade de Tsukuba, no Japão. Também foi um dos responsáveis pela criação do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, sendo seu primeiro diretor (1978-1983). Seu livro "Japoneses que se tornaram estrangeiros" (1978) foi premiado pelo Clube dos Ensaístas do Japão. Seu acervo pessoal composto por livros, notas, fichas e cadernos de campo, é hoje preservado pela biblioteca da Universidade de Brown, nos Estados Unidos.

A trajetória profissional de Hiroshi Saito acompanhou os impasses vividos pela coletividade japonesa em meados do século vinte no Brasil. Na condição de imigrante e ex-trabalhador rural, o sociólogo conviveu com prisões arbitrárias, assim como sofreu com preconceito e perseguição motivados por nacionalismos. Por meio de uma sociologia engajada, de viés assimilacionista e antirracista, construiu caminhos certamente pacíficos para a interpretação das relações étnico-raciais e da mobilidade de imigrantes na sociedade brasileira.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SAITO, Hiroshi; IZUMI, Seiichi. "Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil". Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais. *Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, v. 15, n. 3, p. 195 – 209, ago. 1953.

SAITO, Hiroshi. MAEYAMA, Takashi (Orgs.). *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Edusp, 1973, 558p.

SAITO, Hiroshi. “O suicídio entre os imigrantes japoneses e seus descendentes no Estado de São Paulo”. Sociologia: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais. *Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, v. 15, n. 2, p. 109 – 130, maio. 1953.

SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil:* estudo de mobilidade e fixação. São Paulo, ed. Sociologia e Política, 1961, 238p.

SAITO, Hiroshi. O cooperativismo e a comunidade. Caso da Cooperativa Agrícola de Cotia. Ed. Sociologia e Política, *Fundação Escola de Sociologia e Política de S. Paulo*, 1964, 205p.

SAITO, Hiroshi (Org). *A Presença Japonesa no Brasil.* Editora Universidade de São Paulo, 1980, 243p.

WILLEMS, Emílio; SAITO, Hiroshi. “Shindô-Renmei: um problema de aculturação”. *Sociologia:* revista didática e científica. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 133 – 152, 1947.

SOBRE O AUTOR

CASTRO, Marco Luiz de. *Entre o Japão e o Brasil:* a construção da nacionalidade na trajetória da vida de Hiroshi Saito. Dissertação (mestrado), Campinas, Unicamp, 1994, 240p.

TANIGUTI, Gustavo. JESUS, Matheus. « *Sociologie de l`immigrant*: Hiroshi Saito et l´institutionalisation des études sur les Japonais du Brésil (1940-1960) ». Brésil (s), v. 2, p. 201-224, 2012.

JACQUES LAMBERT

Por **Lúcia Lippi Oliveira** (CPDOC-FGV)

Jacques Lambert nasceu em Lyon, em 1901, e faleceu na mesma cidade, em 1991. Doutor em Direito, fez sua carreira na Universidade de Lyon. Veio ao Brasil no bojo do processo de reaproximação entre a França e o Brasil por ocasião da criação das primeiras universidades no Brasil na década de 1930. A Universidade de São Paulo, em 1934, a Universidade do Distrito Federal, em 1935 e a Universidade do Brasil, em 1939. No processo de recuperação da montagem de universidades no Brasil é recorrente a lembrança de Pierre Monbeig e Roger Bastide na USP; Donald Pierson da Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo, Pierre Desfontaine na UDF; Jacques Lambert na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI), entre muitos outros. Foi fundamental em tal aproximação George Dumas, figura chave que enfatizou a necessidade da criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e que foi o responsável pela indicação de professores franceses para a recém-criada USP. No caso da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, criada em 1939, Dumas também auxilia na escolha, seguindo as orientações oficiais do governo federal.

VOLTA AO SUMÁRIO

Em sua estada como professor de Sociologia na FNFI, Jacques Lambert teve como alunos, entre outros, José Arthur Rios, Luiz de Aguiar Costa Pinto e Alberto Guerreiro Ramos, três figuras que, seguindo caminhos distintos, desempenharam importante papel na Sociologia do Rio de Janeiro. Costa Pinto veio a ocupar sua cadeira na FNFi quando Lambert volta à França. Vale notar que Lambert permanece muito tempo, de 1933 a 1945, no Brasil já que a Segunda Guerra suspendeu o fluxo de novos professores e prolongou a permanência dos que aqui estavam.

Anos depois, Jacques Lambert retorna ao Brasil para participar de um famoso Seminário organizado por Costa Pinto, quando este dirigia o Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), entre (1957 e 1961). Costa Pinto participou de diferentes experiências de institucionalização das Ciências Sociais exemplificada pela criação de cursos de graduação, de departamentos e institutos especializados em pesquisas que não integravam as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, voltadas principalmente para a formação de professores. No caso do Rio de Janeiro vale registrar o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e o Centro Latino Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS).

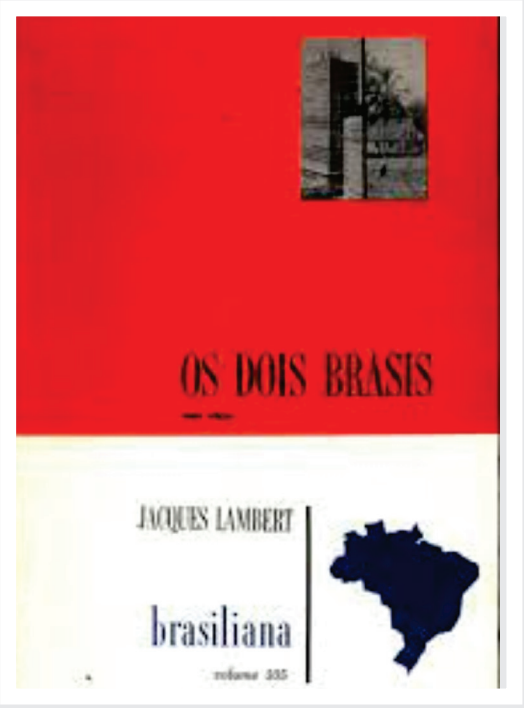
Jacques Lambert publica na França em 1953 Le Bresil: structure e institutions politiques, obra que veio a ser editada no Brasil em 1959 pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) sob o título *Os dois Brasis*. Em 1967 tal obra estava em 2ª edição integrando a famosa Coleção Brasiliana número 335; em 1972, Os dois Brasis estava em 7ª edição na Companhia Editora Nacional.

Roger Bastide em seu livro Brasil, terra de contrastes e Jacques Lambert em seu Os dois Brasis, e também Charles Wagley em seu livro A revolução brasileira: uma análise da mudança social desde 1930, os três publicados em 1959, expressam que, além de desempenhar o papel de "mestres", tais estrangeiros tiveram o Brasil como "objeto" de pesquisa e reflexão. Uma concepção de dualidade está presente nas obras acima citadas dos franceses Jacques Lambert e Roger Bastide.

Os dois Brasis é escrito e publicado em momento chave do século XX no Brasil, ou seja, entre a morte de Getúlio Vargas que, desde 1930, abriu caminhos para a industrialização brasileira e a construção de uma política de bem estar social, e o início do governo de Juscelino Kubitscheck, em 1956, quando o Estado se torna um indutor e articulador de uma nova fase da industrialização e modernização do país que tem como expoente a construção de Brasília.

Em Os dois Brasis Jacques Lambert diz que "a diversidade do Brasil, não se reduz unicamente a esse contraste entre o país desenvolvido e o país subdesenvolvido: as subculturas brasileiras são muito numerosas e o seu inventário apenas começou. Criadores das planícies irrigadas do Sul, criadores das caatingas ressecadas do Nordeste, ribeirinhos dos cursos de água da Amazônia em suas palafitas, assalariados agrícolas das usinas de açúcar do Nordeste, colonos arregimentados das plantações de café de São Paulo, aqui e acolá, colonos semi-

-independentes das fazendas decadentes, camponeses do tipo europeu de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul, pioneiros do Oeste, todos têm seus modos de vida muito peculiares. Muitos outros ainda, pescadores, mineradores de ouro ou seringueiros, operários das cidades, contribuem para a diversidade do imenso império. Mas, dentro dessa diversidade, todos pertencem a um ou outro Brasil, o Brasil arcaico e o Brasil novo." (Lambert, 1967: 102-103)



O título do livro em questão sintetiza a dicotomia da nação e nessa obra o autor registra a existência de um Brasil de muita pobreza convivendo com um outro Brasil de opulência, modernidade e avanço. Lambert afirma, entretanto, que a estrutura social dualista não é uma característica particular à realidade brasileira, mas esse contraste é particularmente acentuado pela imensidão territorial responsável pelas dificuldades de comunicação.

A dualidade estaria presente na oposição entre duas estruturas: interior estático (representado pelo latifúndio) x litoral dinâmico (indústrias). Essa visão não era exatamente nova já que se fazia presente no dualismo litoral/sertão, mas em Lambert foi apresentada sob uma nova roupagem que logo encontrou adeptos entre os desenvolvimentistas, entre eles, Ignácio Rangel.

A unificação dos dois Brasis constitui o grande problema econômico e social contemporâneo e os brasileiros, em geral, têm plena consciência disso. A unificação, naturalmente, não se poderá efetuar a não ser pela generalização a todo o país dos modos e níveis de vida que prevalecem no Sul; trata-se menos de aumentar as vantagens de que gozam os habitantes do Brasil desenvolvido do que de integrar nesse Brasil, a fim de que lhe desfrutem tais vantagens, os milhões de habitantes do Brasil arcaico (LAMBERT, 1967:193).

Do ponto de vista da Sociologia tal questão – arcaico vs. moderno; rural vs. urbano- foi tratada no importante Seminário Internacional sobre Resistência e Mudança; Fatores que impedem ou dificultam o Desenvolvimento, realizado pelo CLAPCS em outubro de 1959, no qual Jacques Lambert apresentou o trabalho "Obstáculos ao desenvolvimento decorrentes da formação de uma sociedade dualista" que pode ser lido como uma síntese das ideias do autor.

Quando a Editora Zahar publica a Coleção Textos Básicos de Ciências Sociais, organizada por Antônio Roberto Bertelli, Moacir Gracindo Palmeira e Otávio Guilherme Velho, o texto acima mencionado integrou o volume da Sociologia do Desenvolvimento, publicado em 1967. No mesmo volume foi publicado o famoso artigo de Rodolfo Stavenhagen, "Sete teses equivocadas sobre a América Latina".

Anos depois, em 1974, o economista Edmar Bacha usou a expressão "Belíndia", para denominar o Brasil como um misto de Bélgica, desenvolvida, e Índia com sua pobreza, ainda maior àquela época. E mais recentemente, em 2012, publicou Belíndia 2.0: Fábulas e ensaios sobre o país dos contrastes.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Coleção Brasiliana, 1967.

LAMBERT, Jacques. Obstáculos ao desenvolvimento decorrentes da formação de uma sociedade dualista. In: *Sociologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p.65-73.

LAMBERT, Jacques. *Le Brésil*. Structure sociale et institutions politiques. Paris: Librairie Armand Colin, 1953.



SOBRE O AUTOR

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* volume 1, São Paulo: Vértice/ Revista Dops Tribunais/Idesp, 1989, p.410-456.

PONTES, Heloisa. Brazil com Z; a produção estrangeira sobre o país, editada aqui, sob a forma de livro, entre 1930 e 1988. In: MICELI, Sérgio (Org.). MICELI. *História das Ciências Sociais no Brasil,* volume 2. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais/Idesp, 1995, p.443-477.



LEÔNCIO MARTINS RODRIGUES

Por **Iram Jácome Rodrigues** (USP) e
Marco Aurélio Santana (UFRJ)

UMA SOCIOLOGIA POLÍTICA DAS CLASSES TRABALHADORAS E DO SINDICALISMO

Leôncio Martins Rodrigues foi, juntamente com Azis Simão, Juarez Brandão Lopes, José Albertino Rodrigues e Evaristo de Moraes, um dos pais fundadores da sociologia do trabalho no Brasil, tendo transcendido no tempo essa primeira geração de pioneiros, com uma produção que se estendeu por várias décadas. Neste sentido, teve papel destacado na constituição e no desenvolvimento deste campo de pesquisa no país.

Nascido em 21 de janeiro de 1934, na cidade de São Paulo, faleceu nesta capital no dia 3 de maio de 2021, aos 87 anos. Concluiu o bacharelado e licenciatura em

VOLTA AO SUMÁRIO

Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), em 1962. Também na USP, obteve os títulos de mestre (1964), doutor (1967) e Livre-Docência (1972). Ali integrou o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) e colaborou com a famosa "Cadeira de Sociologia I" regida por Florestan Fernandes, seu orientador e por quem guardou respeito e admiração por toda a vida. Em 1981, se tornou Professor Titular de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde se aposentou. Posteriormente, passou a trabalhar no departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). No que diz respeito à participação em centros de pesquisas e associações científicas, Leôncio foi também bastante ativo ao longo de sua trajetória. Além de sua participação no CESIT, esteve, em 1969, junto ao primeiro grupo de pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e, depois, do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Com um humor aguçado, sempre instigante e provocador de bons debates, Leôncio formou um conjunto importante de pesquisadores.

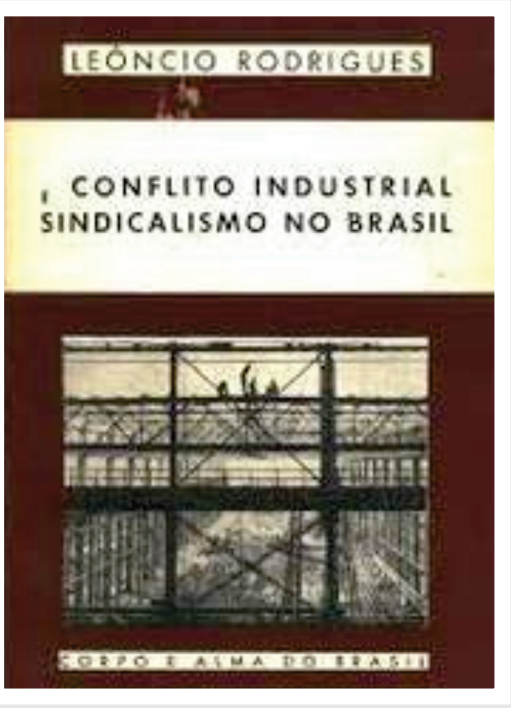
Em 2005, foi eleito para a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Por sua contribuição à sociologia brasileira, em 2009, foi agraciado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) com o prêmio Florestan Fernandes e, em 2015, com o prêmio de Excelência Acadêmica Antônio Flávio Pierucci, da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Ciência Sociais (ANPOCS). Teve forte engajamento também na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e na Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS).

Ainda que tenha se distanciado de seu engajamento político de militante trotskista em seu período de formação nos anos 1950, Leôncio sempre teve na política o eixo de suas preocupações, desde o primeiro momento, em seus estudos sobre o mundo do trabalho, os sindicatos, os partidos e os movimentos da classe trabalhadora. Assim, a trajetória das esquerdas propriamente ditas e suas vinculações com o mundo do trabalho estiveram de forma constante na mira de Leôncio, como em seu trabalho sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual se cruzam as perspectivas sociológica e histórica. Essa preocupação fica explícita mesmo em momento posterior de sua carreira, quando ele se dedicou aos estudos de partidos, eleições e formas de recrutamento partidário. Deve-se dizer, neste sentido, que ele foi responsável também pelo desenvolvimento dos estudos do trabalho na área de ciência política em nosso país.

Na sociologia do trabalho, no conjunto de investigações que remontam à primeira geração de estudos do trabalho no Brasil, deixou a sua marca produzindo obras que se tornaram clássicos, tais como Conflito industrial e sindicalismo no Brasil (1966); Industrialização e atitudes operárias (1970); e Trabalhadores, sindicatos e industrialização (1974), resultados, respectivamente, de sua dissertação de mestrado, tese de doutorado e Livre-Docência. Poderíamos destacar, ainda, Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia e política (1990); CUT: os militantes e a ideologia (1990) e Destino do Sindicalismo (1999).

Na introdução de seu primeiro livro – Conflito industrial e sindicalismo no Brasil –, Leôncio observa que "o comportamento operário não se reduz aos conflitos fabris, mas se

situa no plano da sociedade global. Implica aspirações, objetivos, formas organizatórias, concepções ideológicas e doutrinárias, lutas políticas e violência". Neste estudo, já está presente grande parte das questões teórico-metodológicas que o acompanharão em toda a sua trajetória intelectual tendo um lugar especial no conjunto de sua obra: foi uma espécie de programa de pesquisa que o acompanhou em suas reflexões sobre classe trabalhadora e sindicalismo, além de explicitar também as suas influências políticas e teóricas, advindas da militância política. Isso fica claro nesta passagem: "amiúde falamos de 'dois brasis' como se tivéssemos sempre, em compartimentos estanques, uma estrutura social arcaica e outra moderna, como se essas estruturas não se interpenetrassem, não coexistissem lado a lado, no tempo e no espaço, sempre presentes, como se os fenômenos sociais típicos de uma organização social patrimonialista não se revelassem, constantemente, no chamado Brasil moderno. É esse processo de desenvolvimento combinado que se consubstancia na dualidade estrutural básica de nossa sociedade que torna mais complexa, contraditória e singular a conduta política e social do proletariado brasileiro" (1966:37).



O estudo sobre os operários da indústria automobilística, publicado em 1970 – Industrialização e atitudes operárias –, fruto de investigação realizada em 1963, na maior empresa deste setor, à época, foi um marco no âmbito da sociologia do trabalho no Brasil e a primeira investigação sobre a classe trabalhadora em uma grande empresa multinacional em nosso país. Nesta obra, discorrendo sobre a expansão da atividade industrial a partir dos anos 1950, analisa a trajetória daqueles segmentos que vieram com o processo de industrialização, bem como sua importância política. A nova classe operária das grandes empresas, em particular, do setor automotivo, sublinhando a importância do "estudo das condutas desses grupos, que a industrialização trouxe para a arena da vida política e social se confundiria com a própria análise da formação da sociedade moderna no Brasil e suas possibilidades e formas futuras de expansão". Ao mesmo tempo, Leôncio se propôs investigar as orientações políticas, os valores e expectativas "no âmbito mais restrito" – vale dizer, no espaço micro, no âmbito da empresa, que balizariam as reivindicações destes operários "ante a sociedade global e os poderes instituídos", entre outros aspectos.

Esse estudo representa uma fotografia de um momento singular da construção do campo da sociologia do trabalho, de um lado e, de outro, das condições do processo de industrialização no país, da migração do campo para a cidade, do processo de urbanização e das novas condições postas pela sociedade urbano-industrial. Sobre esta obra, ele mesmo afirmava que as influências mais fortes vieram de Alain Touraine e Juarez Brandão Lopes.

Importante assinalar que a despeito do conhecimento enciclopédico da literatura nacional e internacional sobre os temas que estudava e pesquisava, Leôncio considerava também fundamental deixar que os "dados falassem". Em outras palavras, havia uma preocupação com a realidade tal qual se apresentava e não como gostaríamos que fosse. Exemplos, nesse sentido, são a primeira pesquisa sobre a classe trabalhadora na indústria automobilística em nosso país, de 1963, e a investigação realizada no III Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT), de 1988, em Belo Horizonte. Resultado desta última, CUT: os militantes e a ideologia, é possível assinalar um momento crucial vivido pelo país diante da forte participação dos trabalhadores e do sindicalismo após o maior período de greves visto até então (1978-1988), que impactou a reorganização do movimento sindical e sua influência na esfera política.

Ao analisar as resultantes da maior pesquisa já realizada no âmbito do mundo do trabalho – um survey com um universo de mais de 6 mil participantes no Congresso da CUT, que criaria uma tradição neste tipo de investigação –, Leôncio discorre sobre o militante sindical cutista, as diferentes posições das tendências políticas no interior desta central e as teses que foram debatidas no congresso. Examinou as diferenças entre a representatividade dos trabalhadores rurais com ampla participação na base, mas com pouca inserção na direção, em contraposição aos sindicalistas do setor urbano. Destacou, ainda, as tendências políticas no interior da CUT, suas divergências, suas visões sobre a ação sindical e, grosso modo, a divisão do conclave entre um grupo que defendia uma postura de tipo social-democrata, contratualista, e outro que advogava uma posição revolucionária, socialista.

O livro procurou dar conta da novidade que representava, mais uma vez, a entrada na cena pública da classe trabalhadora e da reorganização do sindicalismo no Brasil pós-1964. Diante do quadro político, econômico e social do final dos anos 1980, Leôncio observa que "a CUT, como todas as demais instituições da sociedade brasileira, sofrerá os impactos de uma próxima década carregada de incertezas. Para sobreviver numa situação de mudanças, as instituições necessitam aumentar sua capacidade de adaptação [...]. Nas condições atuais, isso significa menos dogmatismo e mais pragmatismo" (1990:97). Leôncio replicaria ainda esse tipo de estudo com a Força Sindical, buscando o outro lado do espectro do sindicalismo que também se reorganizava.

Leôncio Martins Rodrigues foi um dos mais profícuos pesquisadores da área da Sociologia do Trabalho no Brasil, tendo publicado alguns dos mais importantes estudos sobre sindicalismo; greves; classe operária e industrialização; classes trabalhadoras; centrais sindicais, entre outros. Um dos precursores neste campo, sua contribuição foi fundamental para a Sociologia

do Trabalho, bem como para a compreensão das classes trabalhadores e suas relações com a empresa, o sindicato, as instituições políticas, a sociedade e o Estado.

Rodrigues foi um estudioso que acompanhou de forma ativa, em sua obra, as grandes mudanças em nosso país: os anos 1950 e 1960 e o processo de industrialização; o período da ditadura militar e a redemocratização; o processo de emergência do movimento operário e do sindicalismo no período dos anos 1970-1980; a Constituinte de 1988; o surgimento das novas elites "plebeias", seja através das lutas operárias e sindicais, seja pela via da ascensão das confissões religiosas neopentecostais. E, de certa forma, seus estudos tanto no âmbito da sociologia do trabalho quanto da ciência política e, neste caso, especialmente, os estudos sobre partidos políticos, refletem e procuram explicar a participação de amplos contingentes das classes populares em nosso país e sua relação com o processo de redemocratização da sociedade brasileira que se abre com a Constituição de 1988.

Em um primeiro momento, o processo de industrialização; a migração do campo para a cidade, tema recorrente na nascente sociologia do trabalho no Brasil; o protagonismo do sindicalismo e seus atores com os estudos sobre a Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical e, por fim, a crise vivida pela instituição sindical no âmbito internacional – quando este processo ainda não era visível no Brasil. Com a sua obra mais madura, Destino do Sindicalismo (1999), considerada por ele seu trabalho mais completo, traz uma aguda reflexão sobre o sindicalismo nas sociedades capitalistas mais industrializadas, em um momento em que a ação sindical já não mostrava a pujança do período anterior e, nesse sentido, na contramão de grande parte da bibliografia sobre sindicalismo, à época. Analisando as taxas de sindicalização nos países da Europa, Estados Unidos e Canadá, número de greves e outros indicadores, Leôncio realiza, com a leitura aprofundada de vasta bibliografia, um amplo estudo sobre o sindicalismo no final do século XX. Este estudo, a despeito de analisar os principais aspectos relacionados ao mundo do trabalho e à ação sindical é, fundamentalmente, uma análise arguta da sociedade, da política e das relações entre sindicalismo e Estado na segunda metade do século XX, representando o fechamento do ciclo iniciado em 1963 com Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil.

Leôncio Martins Rodrigues foi um intelectual que colocou questões centrais e provocativas, que nem sempre eram consensuais no campo ao tempo de suas formulações, alimentando debates e abrindo sendas de possibilidades analíticas até então ausentes do horizonte. Um intelectual que percebia, para além dos epifenômenos, a tessitura das transformações no mundo do trabalho, na sociedade e na política, como expressões de embates, contradições, tensões e ambiguidades onde a ideologia e, por essa razão, os valores, também desempenham papel importante na vida das pessoas, dos grupos e classes sociais enfim, na conduta humana e que, ao mesmo tempo, esses processos estão ancorados nos interesses materiais.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

Destino do Sindicalismo, São Paulo: Edusp, 1999, 335 p.

Força Sindical – uma análise sócio-política. Com Adalberto Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 1993, 172 p.

CUT: os militantes e a ideologia. São Paulo: Paz e Terra, 1990, 143 p.

Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia e política. São Paulo: Editora Ática, 1990, 151 p.

"O PCB: os dirigentes e a organização". In: Boris Fausto (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira* – III – O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 2ª edição, 1983, p. 361-443.

Trabalhadores, sindicatos e industrialização. São Paulo: Brasiliense, 1974, 159 p.

Industrialização e atitudes operárias. São Paulo: Brasiliense, 1970, 217 p.

Sindicalismo e Sociedade (Org.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, 360 p.

Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo, 1966, 222 p.

SOBRE O AUTOR

Rodrigues, Leôncio Martins. Entrevista. Memórias das Ciências Sociais no Brasil. CPDOC-FGV – https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/leoncio-martins-rodrigues?pesquisa-conhecimento=266



LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Por **Vania de Vasconcelos Gico** (UFRN)

ESTUDIOSO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Celebrando a memória e a trajetória de atores do processo de construção da sociologia no Brasil, debruçamo-nos sobre o intelectual Luís da Câmara Cascudo, guardião das nossas tradições, tanto pelo seu compromisso social com a cultura brasileira, como pelas suas relações com a realidade histórica global, especialmente no seu período mais produtivo (1918 a 1981), destacando-se os estudos da cultura popular (GICO, 2003)[2]. Como intelectual orgânico, conforme Gramsci, articulava o conhecimento e a produção intelectual religando a província à sociedade mais ampla,

[2] Suas reflexões sobre cultura permeiam o conjunto da obra. Não separava a cultura erudita da cultura popular, afirmando que eram complementares.

VOLTA AO SUMÁRIO

mantendo intercâmbio com outros estudiosos brasileiros e estrangeiros. Era mesmo um intelectual tradicional, ainda na concepção gramsciana, sempre preocupado com as transformações, com o devir, comprometido com o saber cultural. (CRUZ, 1997)[3]

Um olhar no "universo" cascudiano (COSTA, 1969) nos possibilita reconhecer/apreciar uma produção multifacetada. Tinha um pensamento rico de ideias em várias áreas do conhecimento. Escreveu sobre os mais variados assuntos, como crítica literária, mitos, romance (Canto de muro), novelística (Cinco livros do povo), Civilização e cultura (pesquisa e notas de etnografia geral), literatura folclórica, contos, dicionário de folclore, etnografia brasileira, vários ângulos do folclore (cultura popular, festas tradicionais, folguedos e bailes, superstições, viagens e assombrações, mímicas, danças, bebidas e alimentos), personalidades, biografias, gestos, história e geografia, memórias, genealogias, literatura oral, locuções tradicionais do Brasil, catimbó, magia branca, a cachaça brasileira, rede de dormir, crenças e religião no povo, sociologia da produção canavieira, vaqueiros e cantadores (ciclo do gado), entre outros temas (GICO,1996).

Diante dessa vastidão, delimitamos para melhor apreensão desse universo três direções para suas ideias: **folclore, história e memória**. O estudo do folclore, que o consagrou, embora ele não aceitasse classificações, quando analisado do ponto de vista da antropologia cultural (usos e costumes, as tradições e a história social e cultural) manifestada em especial no Rio Grande do Norte, possui uma visão da cultura universal. As obras de história são fontes de referência documental de estudo, embora, de estilo narrativo e contornos conjunturais (GICO 1998).

Quanto aos estudos da memória, dedicou-se principalmente à "escrita de si", parafraseando Foucault (2002). Seu universo foi sendo revelado em seus livros, através de seu estilo peculiar de natureza aberta, franca, expansiva e direta (COSTA, 1969). À proporção que os anos foram se passando, a tendência denunciativa do seu perfil foi se direcionando para um livro único, a "reencontrar, a reconstruir e a reagrupar, numa tentativa sistemática, as figuras e as situações do passado perdido", como confessa o próprio Cascudo no seu livro *O tempo e eu*: confidências e proposições, de 1968.

Nessa obra, autobiográfica, encontra-se o percurso dos seus setenta anos, baseado em material por ele mesmo recolhido no decorrer do tempo. É sua localização na "família, no tempo e na cidade, sua jornada de menino rico, estudante pobre, seu esforço intelectual para afirmar-se, que não lhe exclui o trânsito pela função pública e pela cátedra de professor secundário e universitário" (CASCUDO, 1968, p. 230). Pelos encontros sucessivos com pessoas e coisas, pensamentos e paisagens idos e vividos, torna-se a obra "a história de todas as culturas humanas". Tempo-cronologia e Tempo-dimensão (MAMEDE, 1970, p. 805), revelando também o contexto em que sua produção se realiza.

[3] Intelectual orgânico é um tipo de intelectual que se mantém ligado à sua classe social originária, atuando como seu porta-voz.

Luís da Câmara Cascudo, filho de tradicional família potiguar nasceu em Natal, a 30 de dezembro de 1898, onde viveu, falecendo em 30 de julho de 1986. Estudou Humanidades no Colégio Atheneu Norte-Rio-Grandense, cursando posteriormente medicina na Bahia e Rio de Janeiro até o 4º ano, quando desistiu da carreira e ingressou na Faculdade de Direito do Recife, na qual formou-se em 1928 (COSTA, 1969).



Dedicou-se primeiramente ao jornalismo, sendo seu primeiro trabalho um artigo de jornal publicado em 18 de outubro de 1918, no jornal "A IMPRENSA" (1914-1927), diário de propriedade de seu pai. Colaborou nos jornais de Natal, mantendo secções diárias como "Bric-à-Brac", no jornal "A IMPRENSA", e "Acta Diurna", nos jornais "A República" e "Diário de Natal". Estas secções foram os germes de quase todos os seus livros, de sua obra de historiador/folclorista/antropólogo/sociológo.

Era filho do Coronel Francisco Justino de Oliveira Cascudo e Dona Ana da Câmara Cascudo. Conforme contava, dado o prestígio do casal, a seção do cinema da cidade, só começava quando seus pais chegavam, transportados por um dos três automóveis da família, numa cidade que só possuía dez deles.

Ocupou cargos de secretário do Tribunal de Justiça e consultor jurídico do estado; recebeu do governo do estado, assembléia legislativa e prefeituras municipais, encomendas para escrever obras sobre História, disciplina que foi professor desde 1923, no Atheneu Norte-rio-Grandense, na Escola Normal e no Instituto de Música. Também foi professor de Direito e Filosofia, na então Universidade do Rio Grande do Norte, na qual aposentou-se, em 1966, e recebeu, em 1967, o título de "Professor Emérito e, em 1978, o de "Doutor Honoris Causa".

Como a maioria dos brasileiros da época, Cascudo teve uma formação desordenada, assistemática, e as suas leituras foram indicadas pelos amigos letrados e mentores como Henrique Castriciano, possivelmente de quem recebeu maior influência intelectual (GICO, 1998). Lia tudo, compulsivamente, com a facilidade que tinha seu pai de mandar buscar livros na Europa, em formato de microfilmes, o que o colocava junto aos intelectuais informados com a produção internacional, pois lia francês, inglês, italiano, alemão, espanhol, grego e latim, esta última

aprendida com um professor particular na sua juventude. Essa fluência linguística facilitou, posteriormente, suas viagens à Europa para proferir palestras e consolidar intercâmbio; na viagem à África, pesquisou, coletou e embrenhou-se na coleta de dados para seus estudos de história da alimentação, além de várias outras viagens à América Latina, para realizar conferências, ver, observar, anotar e coligir material para seus estudos.

Esteve sempre presente em várias frentes de atividade cultural em sua cidade, sendo um eminente orador em quase todas as inaugurações, solenidades e acontecimentos de destaque da cidade. Foi um dos fundadores da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras; pertenceu a todos os Institutos Históricos do Brasil e de Portugal; ligou-se a sociedades de estudos e pesquisas folclóricas e etnográficas no Brasil e em Portugal. Fundou em Natal, em 1941, a Sociedade Brasileira do Folclore, da qual foi o primeiro presidente. Criou esta sociedade dedicada ao estudo das "coisas populares" por vir pesquisando sistematicamente a poesia, o conto e os costumes do Nordeste (MAMEDE, 1970), além de viva participação na vida intelectual brasileira, principalmente através das suas atividades jornalísticas, sendo conhecido e debatido fora dos espaços acadêmicos e fonte de consulta na vida cotidiana, principalmente pelo seu Dicionário do Folclore Brasileiro (2012).

Cascudo foi um dos formadores e principal estudioso do patrimônio cultural brasileiro, e faz parte da tradição de estudos sobre cultura e nossa história social. Seu processo criativo não está aprisionado ao teórico e ao metodológico, embora haja uma metodologia e uma teoria subjacentes (GICO,1996). A pesquisa bibliográfica foi sua grande aliada de pesquisa e já nos primórdios da obra usava fichas de pesquisa e de aulas, recurso raro entre os intelectuais de então. Para viabilizar as informações necessárias à elaboração dos temas fazia "inquéritos diretos" e enviava cartas aos amigos, sua "correspondência perguntadeira", além da pesquisa em arquivos no Brasil e além mar, os depoimentos da "história oral", jornais antigos e pesquisa direta nos livros. Seu recolhimento, exigia, sempre, o silêncio da noite. Passava o dia coletando dados, recebendo visitas, fazendo "pesquisa de campo"[4], enquanto mais jovem, ou dormindo e a noite escrevendo. Escrevia de uma única vez. Não fazia borrões nem remontava textos. Criava, embalando-se numa rede. Quando levantava-se, estava com o texto pronto e passava-o direto para a máquina de escrever. Dali direto para os editores, sem guardar originais, pois não existiam. Sua produção intelectual foi sempre a essência da sua vida, o que desenvolvia prazeirosamente, sem auxilio de um staff, consultando acervos dispersos, sem internet e sem o auxilio dos nossos modernos computadores[5]. Na sua longa velhice ainda afirmava: *"Queria*

[4] Segundo D. Dahlia Freire Cascudo, em entrevista em maio de 1996, após exaltar as inúmeras qualidades do marido e do amor que os unia, afirmou que o marido gostava muito de "escapulir" e quando ela perguntava, ele dizia:" pesquisando Dahlia, pesquisando....

[5] O acervo de Luís da Câmara Cascudo está sob a guarda dos seus herdeiros, no **Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo**, sob a direção da neta Daliana Cascudo Roberti Leite (Presidenta). Preservado, cuidado, organizado e a disposição do público para pesquisa, visita e consulta, in loco e/ou pelas redes sociais.

saber a história de todas as cousas do campo e da cidade. Convivências dos humildes, sábios, analfabetos, sabedores dos segredos do Mar das Estrelas, dos morros silenciosos. Assombrações. Mistérios. Jamais abandonei o caminho que leva ao encantamento do passado. Pesquisas. Indagações. Confidências que hoje não têm preço. Percepção medular da contemporaneidade." (Luís da Câmara Cascudo. Acervo Ludovicus- Instituto Câmara Cascudo, 2022).



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

CASCUDO, Luís da Câmara. **O tempo e eu**: confidências e proposições. Natal: IMP. Universitária, 1968. Edição comemorativa dos 100 anos (1898 – 1998) de Luís da Câmara Cascudo. Natal : EDUFRN, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954. 660 p. 12. ed. São Paulo: Ed. Global, 2012. 756 p.

CASCUDO, Luís da Câmara. Civilização e Cultura; pesquisas e notas de etnografia geral. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973. 741 p.

CASCUDO, Luís da Câmara. Contos Tradicionais do Brasil; confronto e notas. Rio de Janeiro: Americ-Ed., 1946. Col. Joaquim Nabuco, 8. 405 p.

CASCUDO, Luís da Câmara. História da Alimentação no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1 o volume, 1967. 396 p.

CASCUDO, Luís da Câmara. História da Cidade do Natal. Natal: Edição da Prefeitura Municipal, 1947. 411 p.



SOBRE O AUTOR

COSTA, Américo de Oliveira. **Viagem ao universo de Câmara Cascudo**: tentativa de ensaio bibliográfico. Natal: Fundação José Augusto, 1969.

MAMEDE, Zila. **Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual**, 1918-1968: Bibliografia anotada. Natal: Fundação José Augusto, 1970. 2 v. em 3.

GICO, Vania. Civilização e Cultura. In: SILVA, Marcos (Org.). **Dicionário crítico Câmara Cascudo**. São Paulo: Perspectiva, FFLCH/USP, Fapesp; Natal: EDUFRN, Fundação José Augusto, 2003.

GICO, Vânia. **Luís da Câmara Cascudo**: bibliografia comentada 1968/1995. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 1996.

GICO, Vânia. **Luís da Câmara Cascudo**: itinerário de um pensador. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais, PUC – São Paulo.



LUIZ PEREIRA

Por **Conrado Pires de Castro** (UFLA)

"Uso deste espaço para não deixar que tudo se perca, se evapore. E continuo dizendo dessa forma canhestra e imprecisa, infiel e abstrata. O fato é que tudo mudou, que era o mundo antes, o meu, bem diferente". (Roberto Salinas Fortes, Retrato Calado)

Embora seja um autor praticamente desconhecido das novas gerações, as obras e a presença de Luiz Pereira eram quase que incontornáveis às gerações de cientistas sociais formadas ao longo dos anos 60 e 70 do século passado. A ideia de obra não se limita aos registros escritos, mas abrange também – e fundamentalmente – a atividade formativa que exerceu, para além da obra impressa, através do sentido que atribuía à sua atividade docente.

Nasceu em Piracicaba no ano de 1933, momento em que a cidade diversificava sua base material e se avultava como o "centro nervoso da educação" do interior paulista. Luiz Pereira ali se fez normalista, agraciado por seu desempenho escolar com a "cadeira prêmio", equivalente à efetivação no magistério primário público estadual, o que iria custear sua mudança para São Paulo e seu curso de Pedagogia na USP. Suas primeiras incursões sociológicas,

VOLTA AO SUMÁRIO

aliás, se dão pelo estudo do grupo escolar da grande São Paulo, onde lecionou após graduar-se em 1955.

Nesse período tem lugar sua ligação com as atividades desempenhadas como pesquisador assistente da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, órgão vinculado ao Instituto Nacional de Estudos pedagógicos (INEP) dirigido à época por Anísio Teixeira, que funcionou na capital paulista por meio de um convênio firmado entre o INEP e a USP, particularmente através de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Luiz Pereira manteve vínculos diretos com CRPE/SP entre 1957 e 1959, embora estendesse seus contatos mais ou menos assíduos com projetos ali desenvolvidos até o final de 1961, como diretor de pesquisa de subprojetos do "Programa de Pesquisa sobre a Urbanização e Industrialização no Brasil", patrocinado pelo INEP, através de seu Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Devido aos fortes laços que uniam o Centro Regional paulista à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Luiz Pereira acumulou suas funções de pesquisador e coordenador de pesquisas com a elaboração de seus estudos de pós-graduação em Sociologia, sob a orientação de Florestan Fernandes.

Foi pelas mãos de seu orientador que retorna ao interior de São Paulo, para reger a cadeira de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, cargo que exerce de 1959 a abril de 1963, ocasião em que é recrutado para coordenar a pesquisa sobre "A qualificação do operário na empresa industrial" no recém-criado Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), anexo à cadeira de Sociologia I da FFCL/USP. Entre 1964 e 1967, substituiria Fernando Henrique Cardoso na direção desse centro, quando este, titular do cargo, embarca para o exílio logo após o golpe de 1964. Tem-se assim, a partir de 1963, o marco simbólico da passagem à segunda fase da carreira de Luiz Pereira, com sua nomeação como Assistente Doutor da cadeira de Sociologia I em 1964. Com a defesa da tese de livre-docência, é promovido à Assistente Docente (Livre-Docente), no ano seguinte. Paralelamente às atividades do CESIT e dos cursos de graduação, passa a desempenhar também funções no curso de Pós-Graduação de Sociologia.

Após desligamento do CESIT, em 1967, Luiz Pereira se dedicará exclusivamente às incumbências de docência e pesquisa na cadeira de Sociologia I, insinuando-se os primeiros sinais da terceira e, talvez, última transição em seu itinerário intelectual. Cumpre ressaltar que a maturação desta etapa seria perturbada pelas contingências da cassação das principais lideranças acadêmicas da USP, tanto quanto pelo desafio bifronte de reanimar o rigor das análises sociológicas uspianas e conferir estatuto científico ao materialismo histórico frente às tensões da difícil conjuntura dos anos 1970. Sem contar as complicações impostas por graves problemas de saúde que o abateram em pleno curso de lapidação teórica na segunda metade da mesma década, afastando-o das atividades públicas no início da seguinte, e o levariam precocemente a óbito em 06 de julho de 1985.

Como reconhecimento ao trabalho realizado na USP, Luiz Pereira foi eleito presidente da primeira diretoria da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, fundada em agosto de 1971. Não obstante, seja em virtude de possíveis "desajustes" atribuíveis ao seu temperamento tímido e reservado, seja pela concomitância daquilo que Florestan Fernandes chamava "de crise da USP e do poder burguês", é fato que Luiz Pereira nunca chegou ao topo da carreira universitária – salvo "por designação e a título precário", como descreve em seu Memorial para o concurso de Professor-Adjunto em julho de 1972, ter exercido as "funções de Professor Titular do Curso de Sociologia I da FFLCH da USP", entre maio de 1969 a fevereiro de 1972. Comentando os deveres impossíveis que recaíram sobre Luiz Pereira na direção da preservação da unidade do pequeno grupo de professores a que pertencia, escreveu Florestan Fernandes:



> *Fincado no solo de uma instituição em crise prolongada, nela teve de travar os seus combates e sofrer amargos desenganos. Seu temperamento retraído e altruísta não se casava com os papéis que devia desempenhar. Se soube fazer e resguardar aliados preciosos, perdeu outros e perdeu-se ele próprio na terrível selva dourada da vida acadêmica. Alguns deles seriam seus aliados naturais e lhe dariam cobertura para projetos e realizações que tiveram de ser abandonados. (...) sua concepção da dignidade da Ciência e do professor comprometiam-no com uma posição ética castradora nas suas relações com a transformação da USP, da sociedade e do sistema das ciências. Isso não induziu mas simplificou os vários esbulhos que o atingiram, pelos quais lhe foi tirado o que lhe era devido, o que ele recebia com uma resignação que acentuava sua grandeza. (FERNANDES, 1986: 239)*

Neste sentido, a trajetória de Luiz Pereira é emblemática dos descaminhos e desencontros institucionais e geracionais da sociologia paulista – e, talvez, por extensão, brasileira – no período que se abre imediatamente após o golpe civil-militar de 1964. Em seu itinerário pessoal parecem convergir os dramas vividos por boa parte da comunidade sociológica naquela quadra histórica: diante da derrota política que interrompera um rápido processo de radicalização democrática em curso, como lidar com as novas circunstâncias sem abdicar das realizações às duras penas conquistadas pelas gerações de cientistas sociais que alcançavam a plena maturidade intelectual nesse momento?

Este cenário posicionava Luiz Pereira numa situação geracional intermediária – ou mesmo explicitava o fato dele pertencer a uma unidade de geração distinta da de seus contemporâneos atingidos pela aposentadoria compulsória. Ademais, as escolhas então efetuadas para enfrentar esta situação culminaram por empurrar Luiz Pereira ainda mais à margem dos debates públicos, pois ele conservava algo do estilo de liderança intelectual que naquela conjuntura passava a ser alvo de contestação da parte de antigas e novas gerações de cientistas sociais.

Se é possível atribuir à linguagem pela qual se reveste essa obra um relativo envelhecimento de seu estilo de pensamento, os eixos que a norteiam continuam a desafiar o imaginário sociológico presente. Em linhas gerais, a produção científica e política de Luiz Pereira corresponde a um trabalho com preocupações de natureza eminentemente didáticas, seja pela informação reunida em antologias temáticas de estudos tanto quanto por meio das reflexões críticas provocadas pelas suas interpretações mais autorais. Trabalho que avança por sucessivos prolongamentos, reiterações e integrações de temáticas conexas e de aspectos multifacetados do que ele chamava de "etapa contemporânea da sociedade brasileira".

Dentre as contribuições mais significativas de Luiz Pereira destacam-se as investigações sistemáticas das "relações dinâmicas entre instituições escolares e estruturas sociais inclusivas", desdobrando-se à constituição do "sistema de classes sociais no Brasil", da condição da mulher no mundo do trabalho – intuindo as opressivas acomodações do padrão de cuidado "doméstico" e do padrão "profissional" no trabalho feminino -, e ao papel das classes subalternas no processo de rearticulação das transformações profundas observadas no entrelaçamento do sistema capitalista internacional e sua repercussão no interior da sociedade brasileira. Uma constelação de problemas equacionada a partir de um "estilo histórico de fazer sociologia", em sintonia com as necessidades de enfrentamento dos dilemas colocados pelos possíveis horizontes abertos ao presente como história, refletindo os estilhaços do mundo contemporâneo tenuemente amarrado pelos fios da lógica da acumulação e do domínio do capital – e, no vocabulário de hoje, também do patriarcado.

A importância do papel de Luiz Pereira na vida universitária uspiana durante os anos 1960/70, bem como o lugar a ele reservado na sociologia nacional, em geral, e na sociologia paulista, em particular, podem ser aferidos em sua firme, embora discreta, contribuição para avalizar a continuação de um padrão de trabalho científico plural e a manutenção do nível dos cursos do departamento de ciências sociais da Faculdade de Filosofia, acolhendo múltiplas ramificações teóricas e metodológicas, sob a capa da unidade da diversidade existente no seio da "escola paulista de sociologia". Não bastasse isso, exerceu, após a instauração das sanções do regime militar às Universidades, influência difusa, porém, decisiva, por meio da orientação e acolhimento a pesquisadoras e pesquisadores de várias filiações que logo assumiriam postos universitários em instituições de ensino superior espalhadas por todo o país.

Em tempos recentes, afora a reavaliação dos aportes feitos à sociologia da educação, sua incipiente "sociologia da inquietação operária" tem sido recuperada e aprofundada pela sociologia do trabalho que se orienta criticamente rumo a uma sociologia pública.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

PEREIRA, Luiz. *A escola numa área metropolitana:* monografia sociológica sobre o funcionamento interno e as relações da escola primária com o meio social local. 1ª Ed. Boletim nº 253 FFCL da USP, São Paulo, 1960. [Dissertação de Mestrado, 2ª edição comercial, revista e ampliada, pela Editora Pioneira/EDUSP, em 1967]

PEREIRA, Luiz. *O magistério primário numa sociedade de classes:* contribuição ao estudo sociológico de uma ocupação na cidade de São Paulo. 1ª Ed. Boletim nº 277 FFCL da USP, São Paulo, 1963. [Tese de Doutorado, 2ª edição comercial, parcialmente refundida, pela Editora Pioneira, em 1969]

PEREIRA, Luiz. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil.* São Paulo: DIFEL, 1965. [Edição comercial de Tese de Livre-docência, no mesmo ano de defesa]

PEREIRA, Luiz. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo.* São Paulo: Pioneira, 1971

PEREIRA, Luiz. *Capitalismo:* notas teóricas. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SOBRE O AUTOR

BRAGA, Ruy. *A política do precariado:* do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERNANDES, Florestan. "Luta em Surdina", in: Que tipo de República? São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 238-42. (Originalmente publicado no jornal Folha de São Paulo, em 24 de julho de 1985).

MARTINS, José de Souza. *A sociologia como aventura:* memória. São Paulo: Contexto, 2013.
Há alguns anos o sítio Marxismo 21 organizou um dossiê sobre Luiz Pereira, reunindo e disponibilizando na rede farto material a respeito deste autor. Dossiê I: Autores Marxistas: https://marxismo21.org/luiz-pereira/ Acesso em 22/06/2022.



MARIALICE MENCARINI FORACCHI

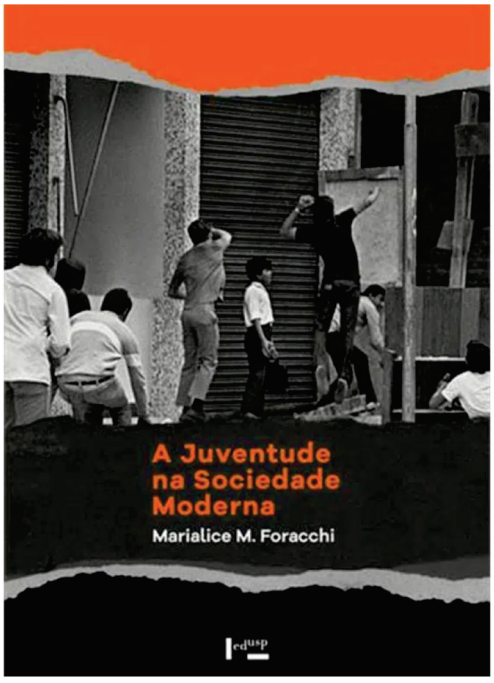
Por **Maria Carla Corrochano** (UFSCar)

Marialice Mencarini Foracchi nasceu na cidade de São Paulo, em 16 de setembro de 1929 e faleceu prematuramente aos 42 anos de idade, em 30 de junho de 1972. Realizou sua formação escolar no Colégio Nossa Senhora do Sion e no Colégio Mackenzie, entre 1937 e 1948. Concluiu o bacharelado e a licenciatura em Ciências Sociais na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) em 1952. Um ano depois assumiu, na mesma universidade, a cadeira de História e Filosofia da Educação como professora assistente, a convite do Prof. Laerte Ramos de Carvalho. Entre 1955 e 1958 tornou-se assistente do Prof. Florestan Fernandes, que também orientou sua especialização em Sociologia e sua tese de doutorado. A partir de 1960 tornou-se docente e pesquisadora da cadeira de Sociologia I, tendo ministrado várias disciplinas na graduação e na pós-graduação.

No Centro de Apoio à Pesquisa em História Sergio Buarque de Holanda, na Universidade de São Paulo, é possível encontrar uma importante documentação sobre a vida e a obra de Marialice Mencarini Foracchi, reveladora do trabalho de uma rigorosa e apaixonada artesã

VOLTA AO SUMÁRIO

intelectual, no sentido atribuído por Charles Wright Mills. O cuidado no preparo de cada uma das aulas, muitas delas escritas à mão, as anotações em cada um dos artigos elaborados e revistos, os bilhetes com anotações de ideias, possivelmente para futuros projetos e textos, ensinam muito sobre o significado do "fazer pesquisa", em meio à consolidação do pensamento sociológico no Brasil.



O conjunto de sua obra traz contribuições fundamentais para a construção do campo de estudos sociológicos da educação e da juventude no Brasil.

Ao lado de Fernando Azevedo, Antônio Candido, Florestan Fernandes e Luiz Pereira, para os quais a compreensão da mudança social no Brasil não podia prescindir da análise sobre a disseminação da educação escolar, contribuiu para a conformação inicial da sociologia da educação em nosso País. Sua leitura de Karl Mannheim, considerando a relevância do autor para o campo, os artigos sobre a situação do ensino de sociologia e sobre as condições do trabalho docente, a organização da coletânea Educação e Sociedade, ao lado de Luiz Pereira, reunindo autores e reflexões clássicas para os estudos sociológicos da educação, além de sua atuação como conselheira no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, evidenciam sua importância como uma socióloga para a qual a educação ocupou um lugar central.

A constituição da Sociologia da Juventude no Brasil é marcada por duas de suas publicações – O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira (1965) e A Juventude na Sociedade Moderna (1972) – que resultam, respectivamente, de sua tese de doutorado e de livre-docência. Dando continuidade aos esforços para a compreensão do alcance e dos limites do processo de modernização na sociedade brasileira, a autora analisa, na primeira obra, a condição e a atuação política dos estudantes universitários evidenciando as práticas e processos que possibilitam a construção dessa categoria social.

Considerando a relevância da pesquisa empírica em todo seu trabalho, a análise parte de um estudo realizado com estudantes, representantes de centros acadêmicos e lideranças do movimento estudantil de diferentes cursos da Universidade de São Paulo. Suas conclusões evidenciam que é entre as classes médias, que passam a ter acesso à educação superior e a valorizá-la como estratégia de mobilidade social ascendente, que o jovem se transforma em estudante, passando a viver as contradições desse processo. Ao longo de sua experiência universitária e da

convivência com seus pares, os estudantes adquirem consciência dos obstáculos para realização de seus projetos profissionais, passando da crítica aos cursos, currículos e à própria Reforma Universitária, para a crítica ao sistema como um todo, identificando-se com grupos que reivindicam transformações sociais mais amplas. Partindo de uma leitura das classes sociais presente na obra "O 18º Brumário de Luís Bonaparte", de Karl Marx, a autora conclui que a capacidade transformadora das ações do movimento estudantil derivadas desse processo seriam, no entanto, limitadas pelo próprio pertencimento de seus sujeitos a uma classe média "pequeno burguesa", temerosa de perder os escassos benefícios dos quais desfrutava.

O Golpe Militar de 1964 no Brasil e a ampliação da presença e da participação de jovens e de estudantes em movimentos de contestação aqui e em várias partes do mundo, produziram significativos impactos na reflexão de Marialice Mencarini Foracchi, especialmente ao lugar atribuído ao movimento estudantil, evidente nos vários artigos que escreve no período, mas sobretudo em seu livro – A Juventude na Sociedade Moderna (1982). A influência de Karl Mannheim torna-se ainda mais presente, sobretudo pelas implicações da análise do autor sobre o problema das gerações e de sua leitura da juventude como uma categoria que, por ainda não estar totalmente incorporada ao status quo, apresenta uma potencialidade que pode ou não ser canalizada para processos de mudança social.

Realizando uma análise mais abrangente sobre a condição juvenil e as várias formas de contestação de jovens, inclusive estabelecendo distinções entre movimentos juvenil e estudantil, a autora confere ainda mais centralidade a este último, que passaria a representar a forma predominante de rebelião juvenil na sociedade moderna. A crise desta sociedade seria sentida uma maneira mais aguda entre os jovens estudantes, vinculados aos setores urbanos privilegiados e com maior acesso à universidade.Pode-se dizer que sua produção inaugura uma perspectiva que compreende a importância do olhar para a juventude como a ponta do iceberg dos dilemas vividos pela sociedade como um todo, ao mesmo tempo em que contesta explicações que atribuem ao jovem, apenas por sua idade, comportamentos rebeldes, de aversão à ordem social, ou de acomodação e ausência de participação no espaço público.

Do mesmo modo, se hoje tornou-se fundamental considerar nas análises as diferenças e desigualdades que marcam as experiências juvenis, pode-se dizer que os trabalhos de Marialice Mencarini Foracchi trouxeram contribuições relevantes para a análise de algumas delas, em especial as clivagens de classe social, idade e geração. Tanto a constituição do estudante universitário como categoria social, quanto seu comportamento político, estavam vinculados, em sua análise, à estrutura de classes, em particular às classes médias no contexto de uma sociedade em desenvolvimento.

A diferenciação que estabelece entre a adolescência – e sua crise – como primeira etapa da juventude e a juventude propriamente dita também contém elementos que contribuem para evidenciar a importância de uma análise sociológica das diferentes faixas de idade no interior do que se concebe como jovem Ao mesmo tempo, ainda que circunscrevendo a constituição da

geração de 1968 ao movimento estudantil, nos oferece uma importante leitura sobre o lugar das gerações e das relações intergeracionais nos estudos sobre a juventude. Por fim, a centralidade dada à condição estudantil não a impediu de realizar férteis análises sobre o lugar do trabalho e dos projetos profissionais dos estudantes universitários, inclusive para o desencadeamento de suas ações políticas.

Em seu último projeto de pesquisa, a preocupação com o trabalho, especialmente considerando a condição dos desempregados, subempregados ou das chamadas "populações marginais" emerge como central, ao lado da própria discussão sobre o conceito de marginalidade e sua importância para as ciências sociais, em diálogo com os estudos de Fernando Henrique Cardoso, José Nun, Anibal Quijano e Luiz Pereira. No livro "A participação social dos excluídos" (1982), organizado por José de Souza Martins, podem ser encontrados alguns dos resultados deste trabalho, ao lado de um significativo conjunto de artigos publicados em diferentes revistas e jornais.

Olhar para a produção de Marialice Mencarini Foracchi permite evidenciar a importância que atribuía à divulgação científica, disseminando resultados de seus estudos não apenas em revistas acadêmicas, mas também em veículos de comunicação de larga escala, concedendo entrevistas e escrevendo artigos de opinião. Os textos elaborados para jornais de movimentos e centros acadêmicos, além de sua participação em conferências, debates e atividades organizadas por estudantes dentro e fora da USP são reveladores de seu compromisso social com a universidade, e sobretudo com os estudantes, seus movimentos e com todos aqueles e aquelas que estão à margem das estruturas de poder em nossa sociedade.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FORACCHI, Marialice M. (1982) *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Editora Hucitec.

FORACCHI, Marialice M. (1972) *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira Editora.

FORACCHI, Marialice M. (1965) *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo. Companhia Editora Nacional.

FORACCHI, Marialice M. (1960) *Educação e Planejamento* – Aspectos da contribuição de Karl Manheim para a análise sociológica da educação. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Boletim n. 252, São Paulo.

PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. (1978). *Educação e Sociedade* – Leituras de Sociologia da Educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

AUGUSTO, Maria H. O. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social,* revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2 https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200002.



ROGER BASTIDE

Por **Roberto Motta** (UFPE)

Roger Bastide (1898-1974) foi um sociólogo francês contratado como parte da "missão francesa" da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde lecionou por 16 anos (1939-1954), tendo substituído Claude Levi-Strauss (1908-2009) na cátedra de Sociologia.

Entre os grandes sociólogos e antropólogos, Roger Bastide é certamente o mais versátil. Esse protestante conseguia ser muito "católico", muito universal em suas preferências teóricas. Muitas passagens de sua obra são influenciadas por Durkheim e Halbwachs. Noutras — o que, aliás, não envolve contradição —, ele demonstra ser discípulo de Georges Gurvitch. Um pouco mais adiante, sem esquecer Lévy-Bruhl, nosso autor se apresenta como continuador de Marcel Griaule. Certos trechos de seu livro sobre As Religiões Africanas no Brasil mostram que era igualmente receptivo a um certo marxismo. Finalmente, num de seus últimos artigos, faz elogios a Claude Lévi-Strauss e ao método estruturalista, bastante apropriado, em sua opinião, para o estudo do sincretismo religioso, método do qual considera precursor nosso compatriota Raimundo Nina Rodrigues (Bastide, 1970).

VOLTA AO SUMÁRIO

Roger Bastide tinha profundo respeito pelas fontes e pelos autores que utilizava. Também sabia assimilar e reconciliar opiniões de diversas procedências. E, mesmo quando essas opiniões parecessem contraditórias, sabia descobrir, em cada uma delas, a parte de verdade que possuíam, integrando-as numa visão mais ampla. É o caso, por exemplo, da maneira como aplica, na interpretação do sistema de relações raciais de nosso país, conceitos provenientes tanto de Gilberto Freyre como de Florestan Fernandes, os quais, à primeira vista, pareceriam hurler de se trouver ensemble, mas que se conciliavam quando, por Bastide, colocados cada um em seu lugar.

Bastide traça um contraste entre a sociedade brasileira tradicional, eminentemente representada no "Nordeste do tabaco, da cana-de-açúcar e dos negros" (Bastide, 1955, p. 3), que o mesmo Brasil de Casa-grande & Senzala, e o Brasil no qual, "nas grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, forma-se uma sociedade de classes com um proletariado e um subproletariado que não são homogêneos racialmente e nos quais negros, mulatos, mestiços de índios e brancos convivem e se confraternizam" (Bastide, 1975, p. 198).

Quando quer descrever o Brasil das grandes metrópoles, Bastide se deixa influenciar, além de Gilberto Freyre, por seus ex-alunos da Universidade de São Paulo, sobretudo Florestan Fernandes, sujeito, por sua vez, a uma dupla influência: funcionalista, primeiro, e depois, cada vez mais claramente, marxista. E Bastide conclui: "O preconceito exerce agora a mesma função que tem nos Estados Unidos, que é a de 'conservar o Negro no seu lugar', impedindo-o de fazer concorrência ao Branco" (Bastide, 2001, p. 70).

Roger Bastide tomou conhecimento da "lição dos antropólogos norte-americanos", segundo Arthur Ramos, sobre aculturação e conceitos associados destacando-se o diálogo constante, na elaboração do conceito de aculturação formal, entre Roger Bastide e Melville Herskovits que se constituiu no centro de gravidade de sua obra e o cerne de Le Prochain et le Lointain (Bastide, 2001), visto como culminância do processo de modernização. Sobre o que seja essa forma de aculturação, esta se realiza quando se altera a maneira de perceber o fenômeno material, isto é, quando se altera o esp espírito, o éthos, a significação, o contexto civilizacional do fenômeno. Não se trata tanto dos aspectos materiais, mas da forma com que é apreendido e contextualizado. Alguns exemplos: o contraste entre o candomblé, representando a civilização, a Filosofia, a metafísica africana (que Bastide, em Imagens do Nordeste Místico em Branco e Preto, concebe como associada ao barroco da tradição portuguesa), e a umbanda, ligada à modernidade, à economia industrial, ao surgimento do proletariado. Mas, mesmo dentro do próprio candomblé, já pode ter surgido um processo de aculturação formal, o qual, inclusive, se configura na oposição entre o candomblé "Angola", de João da Goméia, e os grandes terreiros nagôs da Bahia. Outro exemplo freqüente de Bastide encontra-se na oposição entre africanidade e negritude, esta última sendo para ele produto da desafricanização do africano, que passa a conceber a África através de categorias européias.A evolução intelectual de Roger Bastide, no Brasil, esteve longe de limitar-se ao aprofundamento de seus contatos com a sociolo-

gia e antropologia norte-americanas. Não se tratava de um "herói civilizador", nem a isso ele tinha pretensões. Bastide, no Brasil, em São Paulo ou nas suas viagens ao Nordeste, não viveu num deserto intelectual. De fato, transformou-se num intelectual tão brasileiro quanto francês.



Em contraste com o relacionamento mais teórico de Roger Bastide com a dupla Arthur Ramos/Melville Herskovits, destaca-se, com relação a Edison Carneiro, uma correspondência mais etnográfica, que, por vezes, é igualmente literária, na qual adota a ideia do "rito nagô" como a tradição, por assim dizer, normativa, do candomblé da Bahia.

Os contatos de Bastide com a Escola de Chicago, na medida em que representada, no Brasil, por Donald Pierson, implicaram, paradoxalmente, contatos com a Escola do Recife, isto é, com Gilberto Freyre, cujas ideias sobre relações raciais foram muito bem meditadas e assimiladas por Donald Pierson. Por esse e por outros vieses, Gilberto Freyre exerceu uma das influências mais fortes sobre o pensamento de Roger Bastide, principalmente (mas não exclusivamente), no estudo das relações raciais. Imagens do Nordeste Místico em Branco e Preto possui, um forte componente freyreano. De Donald Pierson, a principal contribuição aos estudos brasileiros é, sem dúvida, Brancos e Pretos na Bahia (Pierson, 1945), cujo título, aliás, não deixa de apresentar alguma analogia com o do livro de Bastide publicado no mesmo ano.

Se Bastide está voltado para uma reflexão sobre a modernidade, não deve causar espanto que alguns de seus livros e artigos possam enquadrar-se na categoria de sociologia do desenvolvimento. Essa disciplina, no Brasil, na França, nos Estados Unidos e noutros países, foi muito praticada durante o terceiro quartel do século XX, no contexto da Guerra Fria e da disputa pelos hearts and minds dos povos do Terceiro Mundo. A ideologia do progresso, em suas formas convencionalmente hegelianas, marxistas, weberianas, parsonianas, não é central no seu pensamento, ao contrário, por exemplo, de Florestan Fernandes e das correntes dominantes no pensamento social brasileiro. Nesse aspecto, Roger Bastide está próximo a Gilberto Freyre.

De volta à França, Bastide foi professor inicialmente da École Pratique des Hautes Etudes, 6e Section, posteriormente tornou-se professor da Universidade de Paris, além de ter sido durante mais de dez anos professor no Institut des Hautes Études de l 'Amérique Latine.

Foi também diretor entre 1962 e 1974 a revista L'Année sociologique, o que reforça seu alto prestígio acadêmico na sociologia francesa. Suas pesquisas trouxeram contribuições ainda para os campos das artes e da psicologia social, demonstrando a envergadura de seu trabalho e sua capacidade de impactar para além das ciências sociais.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia (rito nagô)*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1961.

BASTIDE, Roger. *O sagrado selvagem:* e outros ensaios. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

BASTIDE, Roger. *Le Prochain et le Lontain*. Paris: Cujas, 1970.

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil:* contribuição a uma sociologia das interpenetra-ções de civilizações. Vol. I e II. São Paulo, Livraria Pioneira Editora/ EDUSP, 1971 [1960].

BASTIDE, Roger. *Sociologia*. Organizado por maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Editora Ática, 1983.

BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: DIFEL, 1959.



SOBRE O AUTOR

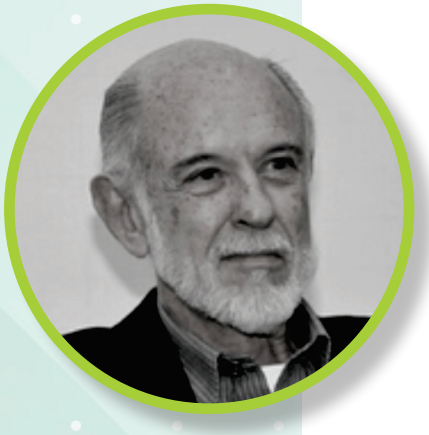
MOTTA, Roberto (Org.) *Roger Bastide Hoje:* Raça, Religião, Saudade e Literatura. Recife: Bagaço, 2005.

PEIXOTO, Fernanda A. Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.

2° PERÍODO

RESISTÊNCIAS E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO

1965 -1980



AMAURY DE SOUZA

Por **Maria Lígia de Oliveira Barbosa** (UFRJ)

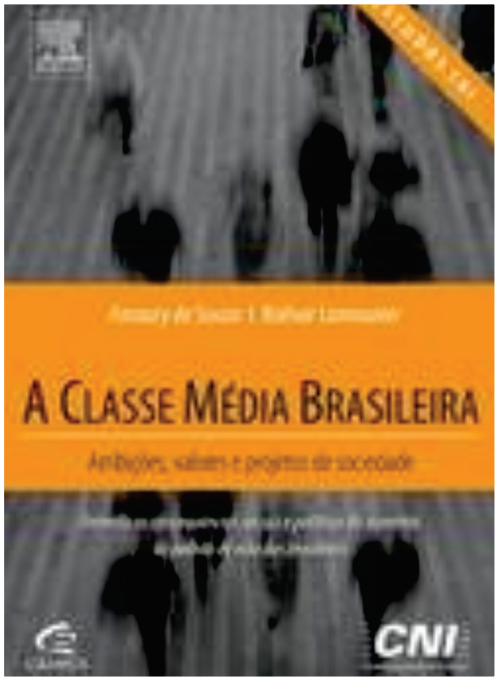
"No Brasil, liberalismo virou nome feio e ser liberal, uma categoria acusatória." Com esta frase, Roberto DaMatta encerra o obituário de Amaury de Souza, em agosto de 2012. A carreira deste cientista político e sociólogo, nascido em Uberlândia-MG em 1942, expressa muito bem os sentidos da escolha do liberalismo no contexto acadêmico brasileiro.

Como indicam seus contemporâneos, Amaury foi um dos mais brilhantes sociólogos da geração de profissionais formados na UFMG no início dos anos 1960. Graduou-se também em Administração na mesma instituição, uma das razões que orientam seu trabalho para as consultorias empresariais, ao deixar o IUPERJ em 1987. O doutoramento numa das universidades mais prestigiadas do mundo (MIT, 1978) é parte de um movimento de consolidação da pós-graduação de qualidade em nosso país.

Sua tese, muito crítica, sobre a estrutura corporativa do sindicalismo brasileiro abre perspectivas de análise sociológica dos grupos sociais bastante divergentes em relação aos estudos tradicionais de classe. Estas perspectivas se evidenciam numa pluralidade de temas impressionante: política local, eleições, sistemas eleitorais, sis-

VOLTA AO SUMÁRIO

temas partidários, elites, presidencialismo, cultura política, sindicalismo, burocracias, consolidação democrática, desenvolvimento político, economia política, política urbana, demografia, reforma política, política externa, política comercial, e a nova classe média. Ao tratar de tantos temas, Amaury de Souza mantém o rigor da abordagem focada na agência individual e coletiva. Talvez a questão que orientou os estudos ao longo de sua trajetória possa ser sintetizada numa frase do seu livro de 2010, (em parceria com Bolívar Lamounier): compreender o quanto os indivíduos e as famílias estariam desenvolvendo atitudes e valores adequados para a nova modernidade. Para isso, um leque abrangente de temas e problemas precisa ser submetido ao olhar – bem formado – do pesquisador.



É irresistível mencionar o capítulo sobre 'Atitudes Políticas e Democracia', neste último livro, que permanece atual e necessário. Como a maioria dos artigos e livros de Amaury, é uma referência para análise da nossa situação política e social.

Outra área a que Amaury se dedicou foi a da metodologia empírica aplicada à pesquisa sociopolítica, tornando-se uma das referências mais importantes no país. As pesquisas coordenadas por Amaury demonstravam robustez e sofisticação teórica e metodológica. Tendo realizado a primeira pesquisa sobre os usos do tempo no Brasil, ele introduz um desenho metodológico inovador e o uso de programas computacionais para a codificação dos dados. "É interessante notar que, neste trabalho, Amaury de Souza não só propõe algo inédito no Brasil, como dialoga com os principais intelectuais internacionais que discutiam o tema no momento, algo louvável em um contexto sem as facilidades da internet. Assim, além de apresentar um trabalho excelente, Souza nos brinda com a indicação de uma brilhante bibliografia, que contém textos até hoje não publicados no Brasil, e que são do interesse de todos os estudiosos da área". (Apresentação de Mariana Pereira Castro para a publicação do relatório: DE SOUSA, Amaury. As 24 horas do dia do carioca. Blog DADOS, 2021 [published 24 May 2021]. Available from: http://dados.iesp.uerj.br/dia-do-carioca/

Um texto primoroso, já indicando caminhos profícuos para o entendimento da vida social. Argumentador fino e brilhante, amedrontava algumas vezes, mas sua generosidade e domí-

nio sobre temas difíceis transformavam os debates mais acirrados em conversas agradáveis e, (verdade!), divertidas. Uma voz esclarecida que faz uma falta imensa no debate nacional.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. O futuro da democracia: cenários político-institucionais até 2022. Estudos avançados, v. 20, p. 43-60, 2006.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. A classe média brasileira. ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Editora Campus/CNI, 2009.

SOUZA, Amaury. A agenda internacional do Brasil: a política externa brasileira de FHC e Lula. Rio de Janeiro:Editora Campus- CEBRI, 2009.

MCDONOUGH, Peter; SOUZA, Amaury. A política de população no Brasil. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1984.



AMÉLIA COHN

Por **Regina de Moraes Morel** (UFRJ)

Amélia Cohn nasceu em 16 de janeiro de 1946, em São Paulo. Filha de Deusdá Magalhães Mota e Amélia Santos Mota. Estudou sempre em escolas públicas, seguindo os preceitos de seu avô materno e de seu pai, fervorosos militantes a favor da institucionalização da escola pública. No segundo semestre de 1967, antes mesmo da finalização do curso de ciências sociais na Universidade de São Paulo, fez um curso intensivo de especialização que marcaria fortemente suas reflexões posteriores: Curso Básico de Planejamento Econômico, organizado pela CEPAL e à altura, pela recém criada Unicamp, e ministrado por economistas e especialistas em planejamento, brasileiros e latino-americanos. Ali foi aluna, dentre outros, de Antônio Barros de Castro, e dos recém-formados João Manuel Cardoso de Almeida, Luiz Gonzaga Belluzzo, Wilson Cano, convocados para compor os quadros da Unicamp na área de economia.

Em 1969, ingressa no Mestrado em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação de Octávio Ianni. Porém, nos anos de chumbo, ele seria incluído no imenso rol de aposentadorias compulsórias de docentes e pesquisadores, determinadas pelo AI-5. Luiz Pereira,

VOLTA AO SUMÁRIO

assistente na cadeira de Florestan Fernandes, assume então a orientação. Desde seu mestrado, obtido em 1972, delineava-se claramente a linha de pesquisa e estudos que perseguiria no decorrer de sua vida acadêmica: desenvolvimento, políticas públicas e a construção de direitos sociais numa sociedade democrática. Sua tese, intitulada "Crise Regional e Planejamento – o processo de criação da SUDENE", publicada em livro, obteve o Prêmio Governador do Estado de 1975. Nesse mesmo ano, ingressa no doutorado da mesma universidade. Orientada novamente por Luiz Pereira, defende em 1980 a tese "Previdência Social e Populismo". Publicada em livro em 1981 sob o título "Previdência Social e Processo Político no Brasil", foi premiada em 1982 pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário como a melhor obra sobre o tema publicada no Brasil naquele ano.

Em 1971, Amélia é contratada como docente do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, adentrando o universo de uma socióloga no meio de docentes médicos, engajada na formação de estudantes do curso Experimental de Medicina existente entre 1968 e 1974, projeto explícito de formar médicos com perfil para responder às demandas da sociedade, o que marcou sua atuação docente, que manteve sempre esse propósito; e em 1992 fez o concurso para livre docência, não na Faculdade de Medicina, mas na Faculdade de Saúde Pública da USP. Durante todo esse período, aprofunda suas pesquisas na área de políticas de saúde, de previdência social e saúde, orientando alunos (na maioria médicos) da residência médica ao mestrado e doutorado, vários deles posteriormente ocupantes de cargos públicos na saúde, parte do processo político de construção da Reforma Sanitária no país. Bem do seu perfil, formou quadros com o cuidado de nunca formar seguidores, tal como aprendeu com seus mestres.

Uma dimensão importante da trajetória de Amélia foi a de gestora institucional, atividade que exerceu entre 1993 e 2005 enquanto diretora do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), instituição que ajudara a fundar em 1976. Sua atuação aí caracterizou-se pela montagem de grupos de pesquisa multidisciplinares na área das políticas de saúde e de desenvolvimento social, que resultaram na publicação de várias coletâneas e de livros coletivos, além de artigos científicos. Desde meados dos anos 70, e respaldada por suas pesquisas e seu compromisso com a luta para uma ordem política e social democrática no país, Amélia se engaja ativamente do processo de Reforma Sanitária no Brasil, militando junto a instituições como Abrasco e APSP, participando do debate público e político e da formação de gestores públicos.

Por indicação de organizações da sociedade civil, em 1994 Amélia foi convidada pelo Ministério das Relações Exteriores, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, para redigir o documento oficial brasileiro para a Cúpula de Copenhague, realizada em 1995, o que lhe valeu a comenda da Ordem do Rio Branco.

A partir de então, aprofundou os estudos e pesquisas sobre pobreza e desigualdade social, e, em outubro de 2003, no primeiro governo do Presidente Lula, passa a integrar a equipe da

Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família, vinculada à Presidência da República; posteriormente, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004, assumiu o cargo de Diretora de Programas, tendo importante papel na negociação de empréstimos para o Programa do Bolsa Família junto a instituições multilaterais. Aí permanece até final daquele ano, depois de fechar com sucesso rodadas de negociações com o BIRD e o BID. Retoma então suas atividades no CEDEC e na universidade. A convite do então Reitor Aloisio Teixeira, Amélia atuou como pesquisadora visitante da UFRJ nos dois anos seguintes, vindo a aposentar-se da USP em 2008. Desde então volta-se para o ensino de pós-graduação na Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), onde participou ativamente da montagem dos cursos de Mestrado e Doutorado em Saúde Coletiva. E desde 2016 integra o corpo docente do recém-criado Mestrado em Direito da Saúde – Dimensões Individuais e Coletivas, da Universidade Santa Cecília (UNISANTA), também na cidade de Santos.



Em sua trajetória acadêmica, Amélia orientou mais de meia centena de mestrados e doutorados e participou da formação de inúmeros gestores da saúde que vieram a ocupar cargos fundamentais no Estado (nacional, estaduais e municipais). No quesito das publicações, estas se caracterizam pelo seu impacto na realidade brasileira: durante décadas, seu livro sobre a SUDENE foi utilizado como obra de referência por técnicos da instituição; durante a Constituinte, o da Previdência Social serviu de base para os debates sobre seguridade social. E o de 2012, "Cartas para o Presidente Lula – Bolsa Família e Cidadania" (Editora Azougue) – teve grande repercussão; até o final do governo da Presidenta Dilma, as cartas endereçadas ao Presidente e à Presidenta passaram a ser analisadas como importante instrumento de monitoramento do Programa. Mas, mais que isso, a publicação trouxe à luz a realidade cotidiana dos pobres e vulneráveis e sua relação com o Estado, sem serem intermediadas por instituição de qualquer natureza, revelando que a busca ao presidente da República consistia no último recurso desses sujeitos, após terem percorrido sem êxito todas as instituições competentes. Mas a leitura que ela faz dessas cartas explicitando as trajetórias desses sujeitos pelas instituições, suas demandas e o modo em que são formuladas, demonstra, ao contrário do que repete o senso comum, como essas cidadãs e cidadãos brasileiros são cientes e conscientes de seus direitos.

A trajetória de Amélia tem sido marcada pela coerência absoluta na busca de uma sociedade autônoma e igualitária. Pesquisadora cuidadosa e perspicaz, foi sempre com olhar crítico que analisou o impacto de políticas sociais, os avanços e recuos em suas implementações, apontando para a necessidade de o Estado ouvir e reconhecer as demandas dos vários setores da sociedade.

Amélia é casada com Gabriel Cohn e tem dois filhos, Clarice e Sergio – ela, Clarice, antropóloga e ele, Sergio, poeta e editor –, e um neto, Leonardo.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

COHN, A. *Crise Regional de Planejamento:* o processo de criação da SUDENE. São Paulo: Perspectiva. 1976.

COHN, A. *Previdência Social e Processo Político no Brasil.* São Paulo. Moderna. 1981.

COHN, A. *Cartas ao Presidente Lula* – Bolsa Família e direitos sociais. Rio de Janeiro. Azougue. 2012.

COHN, A. (org.). *A Saúde como Direito e como Serviço*. 7a ed. São Paulo. Cortez, 1915.

COHN, A. (org.) *Wanderley Guilherme dos Santos.* Coleção Encontros. Rio de Janeiro. Azougue. 2015.

COHN, A. (org.) *Florestan Fernandes.* Coleção Encontros. Rio de Janeiro. Azougue. 2008.

COHN, A. As políticas de abate social no Brasil Contemporâneo. *Lua Nova.* Revista de Cultura e Política. Vol. 109. 2020.



BERENICE MARTINS GUIMARAES

Por **João Gabriel Teixeira** (UFMG)

Carioca de nascimento (junho do 1945) e mineira de formação universitária, Berenice Guimarães cursou Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG entre os anos de 1966 e 1969. No trato pessoal também era mineira e carioca na presença forte, na fala direta, elegante e irreverente.

Em 1975 teve início a sua carreira de professora de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, onde se aposentou, em 1993, como professora adjunta.

Foi também pesquisadora na Fundação João Pinheiro e professora da Escola de Governo da mesma instituição, por mais de uma década a partir de 1976. Entre os trabalhos que realizou se destacam a avaliação e propostas de políticas públicas de habitação para a população de baixa renda. Entre 1999 e 2001 foi professora visitante na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) junto ao Curso de Ciências Sociais e ao Mestrado de Políticas Sociais.

A temática de investigação de Berenice tem consistência e história: sua dissertação de mestrado, junto ao

VOLTA AO SUMÁRIO

departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG) em 1974, O BNH e a política do governo, se tornou referência para os estudiosos da história da política habitacional governamental.



Já a tese de doutorado em Sociologia, Cafuas, barracos e barracões. Belo Horizonte, cidade planejada, defendida no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ em 1991, sob a orientação da professora Lícia Valladares, estuda a emergência e a evolução da questão moradia, do trabalhador a partir de um projeto político, econômico, social e urbano mais amplo em Belo Horizonte. Seu período de estudo vai de 1893, início da construção da nova capital do estado de Minas Gerais, a 1945, véspera da criação da Fundação da Casa Popular quando se verifica, pela primeira vez no país, uma política nacional de habitação popular. O objetivo foi analisar como a questão da moradia para o trabalhador foi tratada pelo poder público e a dinâmica das relações que se estabeleceram entre este e os trabalhadores em um cenário singular: a construção de uma nova ordem, a Republica. Tal análise se fez juntamente com a da construção de uma nova cidade capital do estado e a emergência da classe trabalhadora. Berenice afunila a análise averiguando as diferentes funções atribuídas à moradia via intervenção do Estado, especialmente a função disciplinar – a casa como um instrumento para modelar o agir do trabalhador. Para tal, revisita a literatura especializada, sobretudo a sociologia urbana francesa, de um lado, e, de outro, a atuação dos prefeitos – leis, relatórios e imprensa oficial além de entrevistas com políticos e lideranças dos moradores. Sua tese foi importante ainda, por mostrar como as favelas surgem juntamente com a cidade planejada.

Em sua obra, Berenice acompanha a formação por quase meio século de Belo Horizonte e de sua classe trabalhadora na qual se mesclam imposição e negociação, clientelismo e paternalismo. Chama atenção para o crescimento da cidade, as mudanças na atuação do governo e da classe trabalhadora, a ausência de um lugar definido para os trabalhadores que participaram da construção da cidade e a criação de uma política nacional de habitação para a população de baixa renda, instituída nacionalmente com a Fundação da Casa Popular. Berenice mostra uma situação presente em grande parte das proposições contidas na literatura sobre o papel da intervenção do Estado, guardadas, as especificidades de uma cidade planejada. Tanto que a pro-

dução de um espaço industrial especializado – a Cidade Industrial – não se deveu às condições necessárias à reprodução do sistema e, muito menos, à função de disciplinar trabalhadores, e sim ao modelo de uma cidade moderna e funcional. A dinâmica das relações entre governo e trabalhadores não se reduziu ao acesso à moradia. Ela foi utilizada para controlar, cooptar, reproduzir e integrar os trabalhadores pois a função educativa se restringia quase ao discurso.

Participou, logo após a conclusão do doutorado, da criação de Centro de Estudos Urbanos CEURB-UFMG, direcionando a investigação da produção do espaço urbano através de processos políticos, econômicos e sociais enfatizados na política pública, particularmente da habitação dos moradores pobres. Belo Horizonte, história, política e moradia popular foi um dos principais focos da atuação profissional e das pesquisas realizadas por Berenice.

O livro Belo Horizonte em tese, é revelador da sua capacidade de liderança. Junto com o também professor Sergio de Azevedo, Berenice coordenou uma equipe de colegas e de bolsistas de graduação que constituíam o CEURB / UFMG. A feitura do livro consumiu dois anos de leitura, fichamento, entrevistas e análise de 449 trabalhos universitários (monografias, dissertações e de teses) dos quais 87% da própria UFMG e 7% do exterior.

Esses trabalhos receberam tratamentos analíticos diferenciados de acordo com a maior ou menor vinculação com a cidade. Foram objeto de síntese cerca de um quinto dos trabalhos, 20,5%, que tinham por objeto central a cidade ou um tema a ela relacionado; receberam um resumo 17% dos trabalhos, aqueles que apenas parte, um capitulo por exemplo, tratava de temas diretamente ligados à cidade e, finalmente, a grande maioria, 62,5%, constituiu uma referência bibliográfica tocando pontualmente questões relativas à cidade, às vezes como mero complemento de localização.

Faleceu em dezembro de 2008, no Rio de Janeiro.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

GUIMARÃES, Berenice M. As favelas da RMBH: desafios e perspectivas. Cadernos Metrópole, desigualdade e governança. n.5. 61-80, EDUC, São Paulo, out. 2001.

GUIMARÃES, Berenice M. Gestão urbana, o novo formato da política e a situação habitacional na RMBH in FERNANDES JR, Edésio (Org.) Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil. Belo Horizonte: Ed Del Rey, 2001 pp 561-611.

GUIMARÃES, Berenice M. Plano Estratégico de Intervenção nas Zonas de Especial Interesse Social. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/URBEL. 1999 com outros autores, 350p.

GUIMARÃES, Berenice M., AZEVEDO, Sérgio e TEIXEIRA, João Gabriel Governança em Belo Horizonte. Belo Horizonte: CEURB-UFMG/ IUPERJ Relatório Técnico de Consultoria dez 1996. 107 p.

GUIMARÃES, Berenice M. Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.



BILA SORJ

Por **Anna Bárbara Araujo** UFRN) e
Aparecida F. Moraes (UFRJ)

Bila Sorj nasceu na cidade se Santo André, São Paulo, em 06 de outubro de 1950. Em 1969 foi aprovada no vestibular para o curso de Ciências Sociais da USP. No mesmo ano, identificada com os ideais sionistas e socialistas que marcaram a experiência de muitos da sua geração, optou por graduar-se em Israel, na Universidade de Haifa. Lá, cursou história e sociologia e morou em um kibutz durante alguns meses. Em Haifa, também realizou, entre 1972 e 1974, o mestrado em sociologia sob a orientação do professor Teodor Shanin e, entre outros mestres exemplares, conheceu Zygmunt Bauman, recém-chegado da Polônia, vítima dos expurgos antissemitas que marcaram 1968.

Posteriormente, os contatos com o Departamento de Sociologia na Universidade de Manchester na metade dos anos 1970 – naquele momento um centro de formação de sociólogos bastante reconhecido e prestigiado da Inglaterra – a levaram a cursar ali o doutorado, orientada pelo professor Brian Roberts. Estas experiências terminaram por dar contornos cada vez mais definidos a uma socióloga atenta às mudanças sociais e fortemente interessada nas questões relacionadas ao trabalho e so-

VOLTA AO SUMÁRIO

lidária às causas dos trabalhadores e das mulheres, como sua trajetória iria demonstrar. É sobre as categorias "trabalho" e "classe trabalhadora/operária", aliás, que se debruçou tanto no mestrado quanto no doutorado, defendido em 1979, em que analisou a formação da ideologia e os processos de trabalho entre metalúrgicos de Minas Gerais.



Três anos antes, em 1976, tornou-se parte do corpo docente do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Em Belo Horizonte iniciou também sua aproximação com os estudos de gênero e dos feminismos. Isso se deu, especialmente, a partir do tema da violência doméstica, que viria a ser um de seus focos de pesquisa e intervenção pública. Foi uma das fundadoras do S.O.S. Violência, um serviço autônomo de assistência a mulheres vítimas de violência doméstica em Belo Horizonte.

Em 1984 transferiu-se para a Universidade Federal do Rio de Janeiro onde atuou por quase quatro décadas como professora do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), integrando o Programa de Pós- graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) no qual se mantém credenciada e vinculada ao quadro de professores permanentes. Ali, continuou interessada na temática do trabalho, mas inseriu, inequivocamente, as lentes do gênero aos seus estudos. O tema do trabalho constituía uma das áreas centrais da sociologia nos anos 1970 e 1980. Mas, divergindo das análises clássicas, Bila passou a discutir como as relações de gênero incidem sobre o trabalho, gerando resultados (e formas de trabalho) muito distintos para homens e mulheres tanto no que diz respeito ao trabalho não remunerado (parcamente reconhecido como trabalho, aliás) quanto ao trabalho remunerado. Destas preocupações emergiram, ainda nos anos 1990, pesquisas com Alice Rangel de Paiva Abreu, sobre a posição das mulheres no mercado de trabalho informal e sobre o trabalho em domicílio. Neste tipo de trabalho, a análise das relações de gênero se mostrava fundamental para compreender a articulação entre espaço doméstico e espaço de trabalho remunerado. Houve um notável esforço de Bila para que o gênero fosse incorporado aos debates mainstream da Sociologia do Trabalho, não sendo reduzido a um conjunto de questões de importân-

cia secundária. Sua contribuição foi importante para avançar o debate sobre a relação entre gênero e trabalho em termos conceituais, teóricos e analíticos.

Nos anos 1990, Bila dedicou-se também aos estudos sobre judaísmo. Em 1995, realizou um pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, estudando a colonização rural de judeus russos no sul do Brasil no início do século XX. Em 2001, foi finalista do Prêmio Jabuti na categoria Ciências Humanas, com o livro Israel, Terra em Transe. Democracia ou Teocracia, coescrito com a jornalista Guila Flint.

Tem estudado, especialmente a partir dos anos 2000, os feminismos como movimentos sociais, encarando com maestria o desafio de formular perguntas sociológicas sobre este campo, buscando observá-lo criticamente, a despeito de suas afinidades pessoais e políticas.

Também nos anos 2000, Bila passou a se debruçar sobre o tema do cuidado, e mais especificamente sobre a relação entre este, o mercado, o Estado e a família, mostrando como o sistema de cuidado, especialmente no caso brasileiro, é altamente estratificado. Bila também tem discutido os estudos de gênero e a teoria feminista como campo de saber. Nesta linha figura seu clássico texto, escrito com Maria Luisa Heilborn sobre estudos de gênero no Brasil. Mais recentemente publicou, com Verônica Toste Daflon, um livro que destaca a contribuição de mulheres do século XIX à teoria social.

O vigor de suas pesquisas e suas contribuições ao campo de estudos de gênero se visibiliza nas várias colaborações nacionais e internacionais desenvolvidas ao longo de sua carreira e na posição de bolsista de produtividade do CNPq.

É importante destacar também o papel de Bila na institucionalização dos estudos de gênero no país. Por mais de uma década, esteve vinculada à Comissão organizadora do Concurso de Dotações para Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, realizado pela Fundação Carlos Chagas/Fundação Ford. Fez parte da comissão junto com expoentes pesquisadoras na área de gênero. Ela também atuou, entre 1997 e 1999, no corpo editorial da Revista Estudos Feministas, uma das principais publicações acadêmicas brasileiras da área de gênero. Participa do Comitê Gêneros e Sexualidades da ANPOCS. Além disso, sendo uma professora excepcional e coordenando o Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (PPGSA/UFRJ), Bila tem formado gerações de pesquisadoras e pesquisadores, mostrando-se sempre uma orientadora atenciosa e perspicaz que discute sociologia com vivacidade e precisão.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila. *Clássicas do Pensamento Social:* Mulheres e Feminismos no Século XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: Roda dos Tempos, 2021.

SORJ, Bila. *Reconciling Work and Family:* Issues and Policies in Brazil. Genebra: Internacional Labour Organization, 2004.

FLINT, Guila; SORJ, Bila. *Israel, terra em transe.* Democracia ou teocracia? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 43, p. 479-490, 2013.

SORJ, Bila. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n.43, p. 25-34, 2000.



DORA LEAL ROSA

Por **Robert Verhine** (UFBA)

Dora Leal Rosa nasceu em 25 de dezembro de 1947, em Santo Amaro da Purificação, cidade do Recôncavo Baiano. Sua educação secundária teve por base o curso normal, no Instituto Central Isaías Alves (ICEIA), concluído em 1965. Seu interesse pela Sociologia surgiu no decorrer do referido curso, quando fez disciplina curricular sobre o assunto. Através dessa disciplina reconheceu a importância de compreender como a sociedade se organiza, as relações entre classes sociais e as questões relativas à mobilidade social. Ao longo desse processo de formação, Dora percebeu a relação entre educação e a transformação social e os problemas sérios enfrentados pela educação básica no Brasil. Neste contexto, Dora fez sua escolha para ingresso na universidade, optando, em 1966, pelo curso de Ciências Sociais oferecido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Não se pode deixar de mencionar que o período da graduação de Dora (1966 a 1969) foi marcado pelo clima de repressão instalado pelo então governo militar, o que limitou o acesso desses estudantes às várias perspectivas do pensamento sociológico e à literatura correspondente. Na época, o curso de Ciências Sociais era estruturado em três grandes áreas de conhecimento:

VOLTA AO SUMÁRIO

Sociologia, Antropologia e Ciência Política. O interesse maior de Dora na graduação foi a Sociologia Política e particularmente o pensamento de Max Weber referente à sua compreensão da sociedade, às possibilidades da transformação a partir da ação dos grupos sociais e às formas de liderança e de legitimação do poder político.

Ao concluir a graduação, ingressou no Mestrado em Ciências Humanas em 1970, que neste ano tinha como tema central o poder na Primeira República (1889 a 1930). Tomou como seu tema de dissertação a questão do poder político na Chapada Diamantina nesse período, focalizando a figura do Coronel Horácio de Mattos. A escolha desse tema foi motivada, em parte, pelas origens da sua família paterna, natural de Brotas de Macaúbas, e especialmente pelo fato de seu pai ter trabalhado como secretário desse chefe político. A pesquisa foi baseada no arquivo deixado pelo Coronel. Seus resultados ratificaram o papel dos laços familiares na legitimação do poder local, a hipertrofia do poder familiar e a incursão desse poder particular na ordem pública.[6]

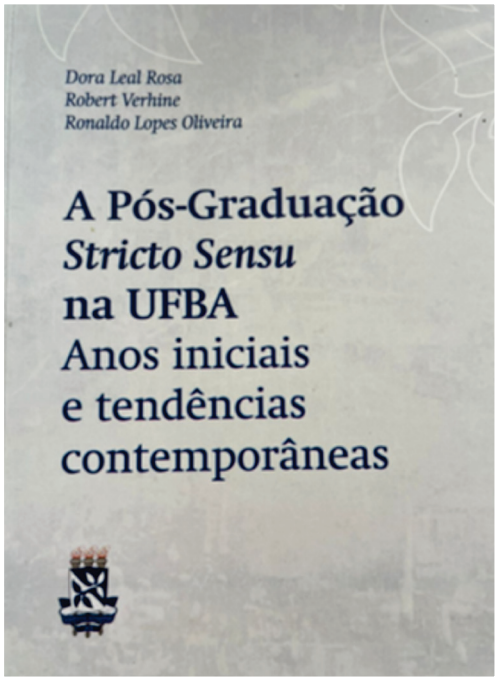
Após a conclusão do mestrado, Dora se dedicou ao desenvolvimento de sua carreira, ingressando como Técnica na Superintendência Acadêmica da UFBA, trabalhando com planejamento acadêmico e avaliação dos currículos dos cursos de graduação. Em 1978, ela foi convidada para trabalhar como socióloga no Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC) na coordenação de planejamento, realizando estudos para a criação e implantação dos cursos de tecnólogo, onde também atuou como professora de problemas brasileiros. Em 1979, além de manter seu vínculo com o CENTEC, Dora retornou para a UFBA/Assessoria de Planejamento como socióloga, trabalhando com pesquisa institucional investigando o fluxo de alunos e o destino dos egressos.

Em 1983, ela fez concurso para professora de metodologia de pesquisa, da Faculdade de Educação, deixando o CENTEC para desenvolver suas atividades de ensino na UFBA. Como professora de pesquisa em educação, ela buscou sempre estimular o aluno a compreender a contribuição da pesquisa para seu exercício profissional como professor da educação infantil e do ensino fundamental. Suas aulas focalizavam a pesquisa qualitativa como forma de perceber a realidade de forma holística. Subsequentemente, Dora assumiu a disciplina de Sociologia de Educação, buscando apresentar esse campo de conhecimento nas suas diferentes vertentes. Foi nesta época que ela descobriu a contribuição de Pierre Bourdieu para a compreensão da educação na sociedade de classes e para suas preocupações anteriores sobre a possibilidade da transformação social a partir da educação escolar.

Em 1988, Dora resolveu aprofundar seus conhecimentos sobre a metodologia de pesquisa, iniciando seu doutorado na Universidade de Ciências Humanas de Strasbourg, onde obteve, em 1989, o Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) com um projeto sobre pesquisa

[6] ROSA, Dora Leal. *O mandonismo local na Chapada Diamantina*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1973.

participante no Brasil. Ao retornar ao Brasil, ela resolveu mudar seu foco de investigação, buscando tema relacionado com a Sociologia da educação. O tema escolhido foi a análise da relação entre socialização e trabalho pedagógico, realizando um estudo comparativo entre uma escola comunitária e uma escola pública de ensino fundamental. Para tal, utilizou conceitos e construtos elaborados por Pierre Bourdieu, Lawrence Kohlberg e Jurgen Habermas. Sua tese de doutorado "*Trabalho pedagógico e socialização*: *um estudo sobre a contribuição da escola para a formação do sujeito moral*" foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1999. Nela, discutiu, com base no conceito de *habitus* definido por Bourdieu, na experiência da "*escola de comunidade justa*" desenvolvida por Kohlberg e na noção de *eu competente* discutida por Habermas, as possibilidades de a escola ser bem sucedida no processo de socialização, assim como, as condições necessárias para que ela obtivesse êxito no desenvolvimento de um projeto de educação moral de seus alunos. As contribuições do estudo doutoral foram significativas, pois seus resultados evidenciaram que a escola não tem força simbólica suficiente para inculcar valores que se contraponham aos valores hegemônicos de uma sociedade. Por outro lado, percebeu a partir dos dados coletados a importância da participação de membros internos e externos à comunidade escolar na formulação e implementação de um projeto pedagógico que possibilitasse a efetivação da educação moral. Na sua conclusão, Dora argumentou que é fundamental que a escola seja verdadeiramente um espaço democrático onde possam ser desenvolvidas as competências interativa, moral e discursiva prática, pois a construção da cidadania é uma das principais responsabilidades da escola. Por fim, ela defendeu na tese que o *habitus* na sua dimensão moral não é um destino que não possa ser modificado, mas para tal mudança, dependerá da capacidade de transformação da escola pública brasileira.



Com base no seu trabalho de campo, Dora retomou seu interesse pela metodologia de pesquisa, escrevendo um capítulo de livro sobre a elaboração da tese e a questão do método na pesquisa educacional, no qual discute o percurso da investigação, seus instrumentos e técnicas, bem como a definição operacional dos seus conceitos (ROSA, 2002). Neste texto chamou atenção para a necessidade que tem o pesquisador de aliar ao domínio teórico do seu tema e das técnicas de investigação a criatividade e a imaginação para resolver os múltiplos desafios

que surgem no decorrer da pesquisa. Enfatizou que o projeto inicialmente formulado nunca chega incólume no final do processo investigativo, pois a experiência indica que, à medida que se avança no trabalho de campo, o projeto vai sendo aprimorado, clareado e, principalmente, reduzido nas suas pretensões.

Após a conclusão do seu doutorado, Dora atuou como Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação até 2017, finalizando sua contribuição acadêmica com a produção em coautoria de um livro sobre a história da pós-graduação da UFBA, baseada na análise aprofundada de documentos arquivados na Instituição (ROSA, VERHINE e OLIVEIRA, 2018). Deve-se destacar que, em paralelo, desenvolveu atividades na alta gestão universitária, servindo como Coordenadora da Pós-Graduação, Pró-Reitora de Planejamento e, finalmente, como Reitora da UFBA (2010-2014). Suas atividades administrativas foram norteadas por sua experiência como socióloga e por sua crença na relevância de educação para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva, justa e ética.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ROSA, D. L. A escola e a formação do sujeito moral: possibilidades e limites da instituição escolar. *Revista da FACED* (Impressa), p.13-26, 2001.

ROSA, D.L. A construção da tese de doutorado e as questões do método. In: LOPES DE MATOS, K.S. e VASCONCELOS, J.G. (orgs.) *Registros de pesquisas na Educação*. Fortaleza, CE: LCR-UFC, 2002. p. 64-70.

ROSA, D. L.; LORDELO, J. A. . Famílias educógenas – como as famílias pobres criam ambientes favoráveis ao sucesso escolar? In: LORDELO, J.A., TENÓRIO, R. (orgs.) *Educação Básica* – contribuições da pós-graduação e da pesquisa. Salvador: EDUFBA, 2009.

ROSA, D. L. MIRANDA, T. G.; BORDAS, M. G. A escola inclusiva para o estudante com deficiência: depoimentos e lembranças. In: CUPICH, Zardel et al. *Sujeito, educación especial e integración*. Mexico: Universidade Autônoma do Mexico, 2010.

ROSA, D. L.; VERHINE, R.E; OLIVEIRA, R. L. *A pós-graduação stricto sensu na UFBA:* anos iniciais e tendências contemporâneas. Salvador: UFBA, 2018.



DULCE CONSUELO ANDREATTA WHITAKER

Por **Henrique Carmona Duval** (UFSCar)

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker nasceu em Curitiba/PR, em 21 de dezembro de 1934. Seus pais foram a segunda geração de imigrantes europeus no Brasil. Ainda criança se mudou com a família para Pirapozinho/SP, na região do Pontal do Paranapanema, onde ficaram por um ano antes de se mudarem definitivamente para Presidente Prudente/SP. Seu pai era alfaiate e tinha um perfil mais rural. A mãe, por outro lado, dona de casa, era uma pessoa urbana.

Ambos a incentivaram ao conhecimento, propiciaram um ambiente fértil para a aquisição de capital cultural e para a formação de seus esquemas de assimilação, especialmente por meio da leitura. O contexto era a segunda guerra mundial. Na região, sua família vivenciou o avanço da derrubada da mata virgem e o desenvolvimento urbano puxado pelos setores têxtil e comercial. Apesar disso, a infância vivida nessas cidades, sobretudo Pirapozinho, foi importante para a formação de memórias de vida rural, que seriam decisivas nas escolhas de seus temas de pesquisa.

VOLTA AO SUMÁRIO

Casou-se aos 19 anos de idade com Mario e tiveram duas filhas, Marisa e Valéria. Nessa época Dulce tocava e dava aulas de piano e teoria musical no conservatório local. Aos 29 anos decidiu prestar o vestibular. Era uma época na qual foram abertas várias faculdades de Filosofia no interior do estado de São Paulo, que depois viriam a se tornar os campi da Unesp (Universidade Estadual Paulista). Cursou Ciências Sociais na faculdade de Presidente Prudente e passou a lecionar História em escolas públicas, privadas e cursinhos pré-vestibulares.

Cursou o mestrado em Sociologia na USP, sob orientação de Aparecida Joly Gouveia, entre os anos de 1977 e 1979. Realizava viagens "bate e volta" entre Presidente Prudente e a capital, nas quais virava a noite lendo a bibliografia do curso. Chegou a viajar de trem, mas nesse período as ferrovias e trens de passageiros foram completamente substituídos pelas rodovias e ônibus. Ainda em 1977, iniciou como professora em tempo parcial na Unesp em Araraquara, então ela e sua família se mudaram para essa cidade.

Em seu mestrado, fez a crítica à educação escolar como reprodução do sistema capitalista e, especialmente, ao vestibular como uma barreira desse sistema para impedir a entrada dos mais pobres nas universidades. Com base em Bourdieu e Passeron, desmontou a meritocracia atribuída a quem ingressava nas universidades e, com o conceito de capital cultural, de Bourdieu – seu grande farol, como costuma dizer – analisou como os vestibulares promoviam uma seleção de privilegiados. Alguns anos mais tarde sua dissertação foi publicada como livro.

No doutorado Dulce aprofundou uma de suas principais contribuições intelectuais ao distinguir os conceitos de ideologia e cultura. Analisou como o processo de industrialização da agricultura impôs uma ideologia urbana nas usinas de álcool e açúcar. Demonstrou como essa ideologia dominante se apropriava da cultura rural para destruí-la, ao passo que o trabalhador da cana era proletarizado e controlado, especialmente pelo serviço social. O intenso esvaziamento do rural como moradia e trabalho, por meio da expropriação da terra e da migração das pessoas para as cidades no período, bem como da transformação de agricultores em trabalhadores volantes, foi a materialização da imposição ideológica engendrada pela produção capitalista, que rebaixou e suplantou boa parte da cultura rural. No entanto, em seus achados de pesquisa, utilizando redações de crianças rurais como técnica de investigação, analisou como elas negavam tudo o que o senso comum falava sobre o rural: de que as pessoas no meio rural não davam valor e não tinham interesse na Educação, apresentavam mais dificuldade ou que essas crianças não escreviam bem. O uso dessa técnica já indicava sua imensa criatividade e sensibilidade para a apreensão dos fenômenos sociais pesquisados.

Entre 1985 e 1986, Dulce fez pós-doutorado na universidade de Oxford, onde morou por um ano. Lá vivenciou o crescimento da liberdade das mulheres e sua presença em vários espaços sociais: as mulheres dirigiam ônibus e trens, eram juízas e presidiam importantes sindicatos de abrangência nacional. Inspirada por essa experiência, no seu retorno ao Brasil escreveu o livro "Mulher – Homem: o mito da desigualdade", participou de projetos sobre violência

doméstica e de eventos na área de relações de gênero a convite de Heleieth Saffioti.



Também durante a estadia na Inglaterra, suas orientandas brasileiras lhe enviaram por correio recortes de jornais que noticiavam as greves de trabalhadores rurais em Guariba/SP, a efervescência da luta pela terra e a criação de assentamentos rurais na região de Araraquara. Este passaria a ser seu grande tema de pesquisa: a recriação da ruralidade nos assentamentos de reforma agrária. Ao retornar, Dulce se somou a um grupo de pesquisa capitaneado por mulheres que reuniu as professoras Vera Botta, Sonia Bergamasco, Maria Aparecida Moraes, Vera Mariza Costa e Teresinha D'Aquino em torno dos estudos agrários e rurais. Manteve profícuos diálogos também com as professoras Maria Helena Antuniassi e Maria Conceição D'Incao.

Especialmente com Vera Botta, formou o Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) e a revista Retratos de Assentamentos, que se tornaram referência nos estudos rurais brasileiros no interior da Pós-Graduação em Sociologia da Unesp. Desde meados dos anos 2000, o grupo passou a ter sua sede na Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, na Universidade de Araraquara, onde Dulce mantém vínculo ativo.

Dulce se debruçou especialmente sobre os estudos em educação no grupo de pesquisa e coordenou vários projetos auxílio-integrado e bolsa produtividade CNPq. Porém esta não foi a única área em que empreendeu seus esforços de pesquisa. Passou também aos estudos sobre família, relações de gênero, envelhecimento, infância, memória, meio ambiente e metodologia científica. Nesta área, publicou o seu livro mais importante: "Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes", no qual combate os preconceitos (científicos inclusive) contra o rural e a construção de caricaturas das pessoas do campo nas práticas de pesquisa.

Um de seus ensinamentos mais marcantes é o exercício de construir registros sociológicos em diários de campo: uma lição sobre métodos e técnicas de pesquisa para a compreensão do rural. Sem dúvidas um exercício de reflexividade para os pesquisadores, que implica no cuidado com as formas de se registrar o lugar, as situações e as práticas sociais do outro. Dulce ensina que é necessário um olhar interdisciplinar para se compreender as diferentes dimensões dos agentes

e suas posições em um campo social. O livro discute ainda a superação do paradigma cartesiano que separa natureza e sociedade como uma questão central nos estudos rurais.

Dulce orientou inúmeros estudantes de graduação, mais de 45 dissertações e teses em Sociologia, em Educação Escolar e em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Sempre manteve diálogo e colaborou efetivamente com a política local, deu assessoria a movimentos sociais e, especialmente, a filhos de assentados em relação à orientação profissional e escolha da carreira. Em 2014 recebeu o título de Cidadã Araraquarense e, em 2018, o título de Professora Emérita na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara.

Faleceu em em 29/01/2023.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

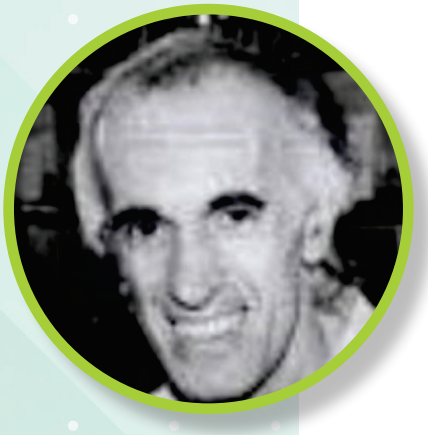
WHITAKER, D. C. A. Sociologia Rural: Questões Metodológicas Emergentes. Presidente Venceslau: Letras a Margem, 2002.

WHITAKER, D. C. A.; BEZZON, L. A. C. A Cultura e o Ecossistema. Reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea Editora, 2006.

WHITAKER, D. C. A. Mulher – Homem: O Mito da Desigualdade. São Paulo: Moderna, 1988.

WHITAKER, D. C. A. A Escolha da Carreira e Globalização. São Paulo: Moderna, 1997.

WHITAKER, D. C. A. Ideologia x Cultura: Como Harmonizar esses Conceitos tão Antagônicos? In: SOUZA, E. M. M.; CHAQUIME, L. P.; LIMA, P.G.R. (Orgs.). Teoria e prática nas Ciências Sociais. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2003, p.13-35.



EDER SADER

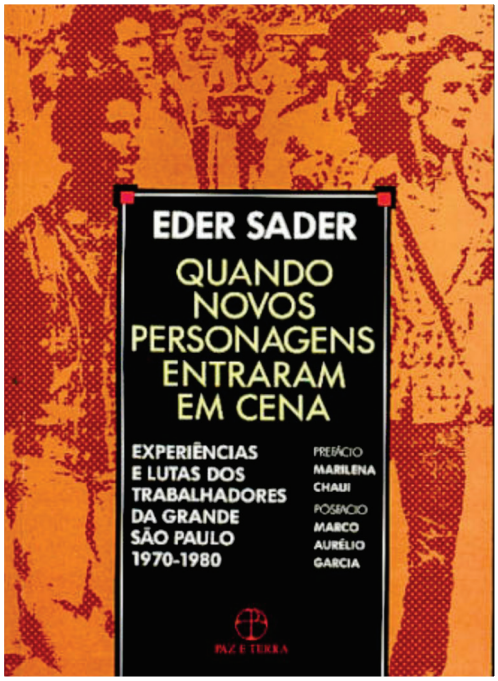
Por **Marcus Vinicius Spolle** (UFPel)

A trajetória de Eder Sader pode ser definida como a de um intelectual militante, resiliente e inovador, cuja trajetória de vida, apesar de breve, foi inspiradora para uma geração de alunos e colaboradores. Sua rigorosa formação acadêmica em sociologia, somada à percepção da importância das novas lógicas dos movimentos sociais na década de 80 do século XX, e seu humanismo, foram fontes deste intelectual ativo durante a ditadura militar. Infelizmente, sua trajetória foi interrompida aos 46 anos, em 1988, no auge de sua produção e ativismo político-social, em que ele pretendia ampliar seu trabalho como sociólogo na atuação parlamentar.

O início de sua vida acadêmica na USP, em 1961, foi caraterizado pela militância política e no seu engajamento na formação do POLOP, Organização Marxista Revolucionária, crítica à visão reformista do PCB. Em 1964, em plena ditadura militar, participou do POC (Partido operário Comunista) em uma perspectiva revolucionária centrada no operariado. Com a perseguição do governo militar, em 1970, se tornou exilado político e foi para o Chile trabalhar como professor e pesquisador na Universidade Católica de Santiago e, posteriormente, na Universidade

VOLTA AO SUMÁRIO

de Concepción, até 1973. Com o golpe militar chileno, foi considerado, novamente exilado, conseguindo asilo político na França, onde vai lecionar como professor dos Departamentos de Sociologia e Economia da Universidade de Paris VIII-Vincennes.



Com a anistia, em 1979, volta do exílio, torna-se professor do Departamento de Sociologia da USP e conjuntamente com outros intelectuais, como Marilena Chauí, Maria Celia Paoli e Vera Telles, focou seus estudos nos "novos" movimentos sociais, que apontavam para emergência de novos atores sociais, perspectiva diferente e daqueles comumente analisados pelas teorias mais estruturalistas dentro do marxismo. Criou a revista Desvios, espaço de debate para a chamada nova esquerda e de uma visão autonomista de esquerda.

Neste período, desenvolveu a sua pesquisa com os movimentos sindicalistas, que mais tarde formará o Partido dos Trabalhadores, com os movimentos sociais ligados as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e aos clubes de mães da periferia de São Paulo. Influenciado pela lógica de Gramsci, e trabalhos de Thompsom e Guatari, com base na discussão das experiências vividas e compartilhadas pela práxis operária, Eder viu nesses atores um protagonismo coletivo que, a partir das suas vivências cotidianas, irão dar novos contornos nas reinvindicações da luta política e, principalmente, na relação com o Estado. Assim, ele trouxe novas explicações, numa virada epistemológica na tradição marxista e nos estudos sobre o movimento operário, rompendo com a tentativa de grandes sistematizações, para trabalhar com as práticas de indivíduos na vivência cotidiana das lutas concretas.

Nesta pesquisa, que resultou na sua tese de doutorado, os sujeitos, apesar de atados às determinações estruturais externas, são fontes de novas leituras, interpretações e reivindicações, a partir da realidade das suas vivências cotidianas. Ele vai descrever os processos subjetivos de luta, não aqueles organizados de forma institucional, mas em pequenos movimentos, como nos boicotes organizados dentro do ambiente de trabalho pela melhoria das condições trabalho, na vivência em espaços fora do ambiente sindical, nos bares, na sinuca, nos salões de cabelereira da periferia, trazendo a ideia de Marilena Chaui de conformismo e resistência.

A vida cotidiana e suas diversas leituras e narrativas foram a argamassa deste intelectual sempre atento aos seus interlocutores de pesquisa, e capaz de romper com os cânones teóricos

dados. Quem conheceu e vivenciou Eder, como professor e pesquisador, viu as suas inquietações e sua capacidade de ouvir o outro. Assim, ele foi capaz de transitar e questionar diversas matrizes teóricas, abrindo espaço, naquele período, para uma sociologia mais relacional, pós-colonial e menos estruturante, onde o agenciamento ganha espaço de análise. Na contemporaneidade, em que as mídias sociais moldam discursos e atitudes, Eder Sader seria inspirador e um critico sagaz. Com sua ausência, perdemos todos, sociedade e admiradores a perspectiva de vê-lo atuar neste mundo social complexo.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SADER, E. Poder constituinte e a democracia hoje. In: FORTES, Luiz Roberto Salinas; NASCIMENTO, Milton Meira do. (Orgs.) A constituinte em debate: colóquio realizado de 12 a 16 de maio de 1986. São Paulo: Sofia, 1987.

SADER, E. Marxismo e teoria da revolução operária. 2a edição. São Paulo: Ática, 1991.

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. 4a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SADER, E; SANDRONI, P. Luchas obreras y táctica burguesa en Brasil. In: Cuadernos Políticos, n. 26, México D.F.: Era, outubro-dezembro, 1980.

SADER, E; PAOLI, M.C.; Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. In: Revista brasileira de história, 1983.



EDMUNDO FERNANDES DIAS

Por **Jane Barros Almeida**

Edmundo Fernandes Dias (1942-2013) foi um dos mais completos sociólogos brasileiros ao reunir todas as dimensões possíveis da sua práxis: como professor e militante socialista.

Sociólogo formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) nos anos 1960, desenvolveu parte do seu trabalho durante o período da abertura democrática, pós ditadura, tendo a universidade pública como lócus central da sua atuação. Foi professor do Departamento de Sociologia da Unicamp por quase quarenta anos, sendo uma das principais referências nacionais do pensamento do marxista italiano Antônio Gramsci.

Militante socialista e atuante, construiu de modo orgânico o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos trabalhadores (CUT), até seu rompimento em razão de divergências políticas, quando passou a militar no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), contribuindo para a fundação da Central Sindical e Popular CSP-Conlutas. Foi um dos fundadores da

VOLTA AO SUMÁRIO

seção sindical do Andes na Unicamp – Adunicamp, atuando por muitos anos, também na direção nacional da Associação.

Profundamente comprometido com o materialismo histórico dialético, como um método de ação, buscou, a partir dos seus trabalhos sistematizar o pensamento marxista de modo a divulgar reflexões, análises e caracterizações dos trabalhos de Gramsci. Dias, a partir de intensa pesquisa, desenvolveu ferramentas para a análise da realidade brasileira, com rigor científico e coerência analítica. Como bem citou em um dos seus trabalhos, "modo de produção" pode ser um conceito abstrato, e não possibilitar avanços substanciais na compreensão do real quando não historicizado, "outra coisa seria compreender o modo de produção no Brasil". Este sempre foi o "espírito" materializado em sua produção, "Fazer a revolução exige muito mais do que a disciplina militante. Exige a capacidade de decidir a partir do conhecimento que se tem do real .

No contexto da ditadura militar, havia uma distinção profunda com outras leituras de Gramsci presentes no nosso país. Ao se opor a um Gramsci "reformista" e culturalista, indica que a categoria central para a compreensão da sua obra é o conceito de "revolução" e nenhum outro que fragilize esta perspectiva. Neste caminhar, Dias aponta um Gramsci, leninista, marxista e revolucionário, que maneja e se compromete à compreensão e construção de uma nova hegemonia, compreendendo a cultura como chave do "modo de vida", possível de ser compreendido e desvelado, na sua intensa integridade histórica. Em seu texto, Projetos hegemônicos: a propósito da crise (2010), apresenta que "é no modo de vida que o jogo se dá".

Entre livros e artigos publicados, é possível destacar a preocupação central com os debates sobre os processos de luta social e coletiva e, portanto, as rigorosas análises epistemológicas do materialismo histórico, centralmente sobre Antônio Gramsci. Longe de produções dogmáticas e panfletárias, no que se refere às mensagens mais imediatas, o trabalho deste sociólogo objetiva, de modo minucioso, aprender com processos histórica e coletivamente forjados. Trabalhos publicados como "Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia ou ainda o Outro Gramsci revelam o cuidado com os processos, a compreensão da classe na sua materialidade, tendo como preocupação central a produção de análises "junto a classe" e não sobre a mesma. Uma distinção que pode parecer sutil, mas que revela a densidade e coerência da sua obra.

Em Política brasileira: embate de projetos hegemônicos (2006); Reformas ou contra-revolução? O governo Lula (2004); Reforma da previdência ou como destruir gerações (2004); Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil (coautoria de Antônio de Pádua Bosi) (2005) – apresenta análises a partir das disputas, embates e luta dos contrários, sobre a realidade brasileira.

Em uma de suas últimas produções – Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia, Dias entende o modo de vida como a "história vivida", história não como sinônimo de passado, mas como estratégia e reflexão atenta

sobre o real, "não é uma reiteração do já realizado, mas um abrir-se para os grandes desafios que nosso tempo nos coloca" (2012:11). Constata o silenciamento dos subalternos como um dos mais potentes padrões de dominação". Retoma o debate de que a violência é a parteira da história (Engels) mas também "a pedagogia dos dominantes". O livro aponta caminhos temáticos a serem desenvolvidos e problematizados, dentre os temas a relação entre classe, gênero e etnia, apontando um caminho de pesquisa e debate no interior do marxismo, sobre a relação entre a tríade, a partir da perspectiva da mulher negra, compreendo a necessidade de "decifrar esta esfinge".



Em parte de sua obra, revela um profundo incômodo em imputar a Marx, Engels e Gramsci debates e reflexões que não estavam postas a seu tempo, diferenciando inspirações de elaborações acabadas. O que leva à falsa ideia de incompletude dos clássicos, ao descontextualizar as reflexões. Em seu trabalho Revolução e história: das Teses ao Manifesto (2011), contextualiza os debates, com forte preocupação em remetê-los às condições em que foram produzidos e, principalmente, articulando-os com fatos de nossa história recente. Apresenta Engels não como um "segundo violino", mas como um interlocutor à altura de Marx.

Em boa parte dos seus artigos, apresenta a educação como um tema importante da análise sociológica, sobretudo dos fenômenos mais recentes que provocavam respostas e ações no campo da atuação política e sindical. Artigos como Intelectuais: para que e para quem? (2013.; Educação, luta de classes e revolução (2011); Modo de produção e educação (2009); Ensino superior em SP: expansão privatista e consequências na Educação básica (2010), dentre outros evidenciam a importância da educação para pensar os processos de construção, consolidação e oposição aos projetos de poder. Este esforço amplia o debate no campo da teoria sociológica, prestigiando as análises sobre Educação, como projeto, por vezes marginalizada sociologicamente.

Em síntese, um dos mais completos e coerentes sociólogos brasileiros, ao manejar a partir da sua práxis, a não separação entre teoria e prática, entre a docência e a atuação política. Elemento impulsionador da sua robusta produção teórica.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

DIAS, Edmundo Fernandes. (et al). O outro Gramsci. São Paulo, Xamã, 1996.

DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo, Xamã, 2000.

DIAS, Edmundo Fernandes. Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012

DIAS, Edmundo Fernandes. (2011). Educação, luta de classes e revolução. Germinal: Marxismo E educação Em Debate, 3(1), 43–49. https://doi.org/10.9771/gmed.v3i1.9491

DIAS, Edmundo Fernandes. (2014). Modo de Produção e Educação. Germinal: Marxismo E educação Em Debate, 1(1), 34–42. https://doi.org/10.9771/gmed.v1i1.9836



ELIANA MONTEIRO MOREIRA

Por **Rejane Gomes Carvalho** (UFPB) e
Wanderleya dos Santos Farias (UFPB)

Eliana (Nana) nasceu em Recife no dia 26 de setembro de 1942. Sua formação acadêmica e intelectual foi influenciada pelas mudanças políticas, sociais e econômicas que marcaram a consolidação da sociedade urbana industrial no Brasil. Desde cedo, demonstrou inquietação para compreender as contradições e desigualdades sociais que marcavam o país e as terras nordestinas. No seu olhar crítico, o abismo social que se entremeava com a noção de "deixa o bolo crescer, para depois dividir" apartava milhares de pessoas do direito de cidadania e de uma vida digna. Essa inquietação vai percorrer sua trajetória na docência e na pesquisa com fecundas contribuições nos temas da sociologia do trabalho, das políticas públicas e da educação popular.

Por força do trabalho de seu pai, funcionário do Banco do Brasil, Eliana saiu de Recife em 1944, passando toda a infância e parte da adolescência nas cidades mineiras de Carangola e Juiz de Fora. Nesta última, cursou o ensino primário no Instituto Santos Anjos, da ordem das Carmelitas e no Colégio Stella Matutina da ordem alemã das Servas do Espírito Santo. Ambos espa-

VOLTA AO SUMÁRIO

ços educativos de reconhecida qualidade. Em 1956, retornou para Recife, onde pode concluir os cursos de ginásio e o curso Pedagógico no Colégio São José, da ordem das Doroteias.

Nesse período, em plena década de 1960, vivia-se um clima de intenso dinamismo político em nível nacional e local. Na zona rural de Pernambuco e Paraíba, as associações dos trabalhadores rurais de cana-de-açúcar, que formavam as ligas camponesas, mobilizavam-se em busca de seus direitos por melhores condições de trabalho e vida, subtraídos pela presença do latifúndio. Em Recife, especificamente, desabrochava um forte movimento de alfabetização de adultos e de educação de base. Havia atividades culturais com a expressiva participação de estudantes universitários, artistas e intelectuais que, conjuntamente com a prefeitura sob a gestão de Miguel Arraes, participavam da criação das Praças de Cultura, levando aos bairros periféricos não somente a alfabetização, mas atividades artísticas e debates, com o objetivo de desenvolver consciência política e social nas massas trabalhadoras e, assim, levá-los a uma participação efetiva na vida política do país. O Movimento de Cultura Popular – MCP – tinha como colaborador direto o educador Paulo Freire, difundindo o conhecido método de alfabetização de adultos que marcou definitivamente o espectro da educação popular no Brasil e no mundo. O MCP foi extinto em 1964 com o golpe militar.

Nesse intenso ambiente de disputas políticas no país, Eliana iniciou a vida universitária na Faculdade de Filosofia do Recife – FAFIRE, onde concluiu o Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, em 1965; no ano seguinte, cursou a licenciatura realizada na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, com prática docente em História, uma vez que a disciplina Sociologia ainda não existia nos currículos escolares. Em seguida, realizou Especialização em Sociologia, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC. Nessa fase, pôde adquirir rica experiência de pesquisa no interior fluminense. De volta a Recife, em 1969, vivenciou periência de educação popular junto aos camponeses da zona da mata canavieira de Pernambuco, na Cooperativa de Arte e Cultura – Cooperarte. O golpe militar se encarregou de finalizar esta ação.

A formação acadêmica teve continuidade com o mestrado em Sociologia na UFPE, no antigo Instituto de Ciências do Homem, atualmente Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH, com o Programa Integrado de Mestrado em Sociologia e Economia -PIMES. Todavia, este curso foi interrompido para realizar mestrado em Sociologia na Universite Catholique de Louvain – UCL, na Bélgica, em 1969, pela Agence de Cooperation aux Pays en développement – AGCD. Realizou o trabalho intitulado “Le mouvement ouvrier dans le cadre du populisme getuliste”, sob orientação do professor Dr. Maurice Chaumont.

Com o retorno da Bélgica, em 1977, recebeu informações do amigo Luiz Francisco de Andrade sobre o movimento de forte expansão do quadro docente da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na gestão do reitor professor Lynaldo Cavalcanti. Assim, foi contratada como professora do Departamento de Ciências Sociais da UFPB, Campus de João Pessoa, desenvolvendo atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. No Ensino, lecionou disciplinas di-

retamente ligadas aos interesses e formação na área de Sociologia do Trabalho, Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia Urbana, Estratificação e Classes Sociais. Na pesquisa, desenvolveu projetos relacionados à precarização do trabalho, precarização social dos habitantes de área de favelas, com destaque para os problemas de exclusão e desenraizamento social, pobreza urbana, desigualdade social e políticas públicas.



Contribuiu, ainda, para o reconhecimento profissional da carreira de sociologia e também da própria disciplina, com militância na criação da Associação dos Sociólogos de Pernambuco – ASPE, entre 1979 e 1980.

Em 1987, foi cursar Doutorado em Sociologia na Université de Picardie Jules Verne, Amiens, França, sob orientação de Drª Sylvia Ostrowetsky. Realizou pesquisa sobre as pequenas unidades urbanas e informais de produção. Concluiu em 1994, com a tese intitulada Non, je ne veux pas être le serf de personne: le cas de la petite production em João Pessoa.

Teve intensa presença nas atividades de extensão na UFPB, em que se destaca o trabalho desenvolvido nos anos 1990 na área rural de Cruz do Espírito Santo/PB, intitulado "Programa Integrado em áreas rurais", em que pode contar com a rica colaboração do professor Paulo Freire. Nesta ação, acompanhou a luta dos camponeses ameaçados de expulsão pelos latifundiários locais. Outro importante projeto em que atuou foi o "Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares", realizado nos anos 2000.

Ao retornar da formação doutoral, destaca-se sua contribuição para criação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFPB. Na Pós-Graduação, a presença de Eliana foi fundamental para resgatar e reforçar os estudos na área da Sociologia do Trabalho. Para tanto, participou vivamente na criação do LAEPT – Laboratório de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Trabalho.

Eliana Moreira realizou dois pós-dourados: em 2000, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, com apoio da CAPES; e, em 2005, na Universite Catholique de Louvain – UCL, Bélgica. No período 2008-2009, integrou a diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia.

No LAEPT, Eliana construiu um importante espaço de reflexão e investigação em torno de temáticas do trabalho informal e precário na Paraíba e Nordeste e das políticas públicas de

emprego. Sua intensa atividade de orientação doutoral, nessa fase, também produziu análises sobre as negociações coletivas e reestruturação produtiva na indústria calçadista paraibana. O laboratório é referência até a atualidade e agrega diversos profissionais no estudo da sociologia do trabalho.

Seguiu participando ativamente do LAEPT, mesmo após sua aposentadoria, em 2012, e na condição de professora colaboradora no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – MPPGAV, do Centro de Educação/UFPB.

Seu olhar marcante e refinado sobre as contradições presentes na sociedade brasileira conseguiu produzir espaços fecundos de discussão e reflexões que ainda inspiram muitos estudiosos e pesquisadores. Fomos privilegiadas por encontrá-la nas nossas trajetórias acadêmicas e nos caminhos da vida.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FARIAS, M. S. B. ; MOREIRA, E. M. . Reflexões sobre condições e gestão do trabalho docente. In: Luiz de Souza Júnior; magna França; Maria da Salete Barboza de Farias. (Org.). *Políticas de gestão e práticas educativas* – a qualidade do ensino. 1ªed.Brasília: Liber Livro, 2011, v. 1, p. 181-195.

MOREIRA, E. M.; OLIVEIRA, R. V. (Org.) . *O fenômeno da globalização em perspectiva local e multidimensional*. 1ª. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. 210p.

MOREIRA, E. M.; CARVALHO, R. G. . Inclusão Precarizada e identidade sequestradas na nova ordem social do trabalho. *Política & Trabalho* (UFPB. Impresso), v. 27/30, p. 59-72, 2009.

OLIVEIRA, R. V. ; MOREIRA, E. M. . Sentidos da globalização: um desafio ao pensamento sociológico. *Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 27, p. 43-55, 2008.

MOREIRA, E. M.. *Servos de Ninguém*: a pequena produção urbana em João Pessoa. João Pessoa: manufatura-PPGS UFPB, 2005, 2005. v. 300. 204p.



ELIDA RUBINI LIEDKE

Por **Maria da Graça Pinto Bulhões** (UFRGS)

Elida Rubini Liedke nasceu em 15 de maio de 1949, na cidade do Rio de Janeiro. Em Porto Alegre, cursou o Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/1972), na qual veio a desenvolver suas atividades profissionais.

Sua atuação acadêmica, no ensino e na pesquisa, foi marcada por três enfoques: criticidade diante da desigualdade social dos países da semiperiferia do capitalismo globalizado, especialmente o Brasil; rigor e disciplina na realização do trabalho acadêmico, dedicado aos conhecimentos teórico-conceituais e aos empíricos; e dedicação ao desenvolvimento intelectual de seus alunos e orientandos e ao trabalho em equipe.

A criticidade diante da situação de amplas camadas da população brasileira, nas constantes crises da ordem político-econômica, vivendo sob a ameaça de ruptura de seus vínculos sociais – no trabalho, na família e nas diversas formas de convivência associativa -manifestou-se na escolha dos temas estudados no Mestrado e no Doutorado, que trataram do mundo do trabalho, na produção rural e na produção industrial respectivamente.

VOLTA AO SUMÁRIO

No Mestrado em Sociologia, na Universidade de Brasília (1977), sob a orientação de Fernando Correia Dias, sua dissertação Capitalismo e Camponeses: relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul constatou que a ação empresarial da indústria do tabaco organizava e articulava a produção de centenas de pequenas propriedades familiares. Diferentemente do trabalho assalariado, tratava-se de um processo de produção que, centralizado pela ação empresarial, mantinha a individualização de cada família produtora em seu local de trabalho, ocorrendo indiretamente a remuneração da força de trabalho, através da comercialização do produto.

No Doutorado em Sociologia, na Brown University (Estados Unidos – 1987), sob a orientação de Peter B. Evans, sua tese analisou o controle do trabalho no desenvolvimento dependente, tendo como caso a indústria eletrônica nacional no Rio Grande do Sul entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980. Enfocando o controle da força de trabalho no interior da empresa, no mercado de trabalho e na organização sindical, a tese apontou o Estado como o principal agente de regulação e controle das condições de trabalho, através da legislação trabalhista e da política salarial, além de mostrar como as grandes mobilizações nacionais do movimento sindical resultaram no fortalecimento de suas organizações e de sua capacidade de atuação mais independente. O estudo verificou também que a discriminação contra a mulher se revelou uma forma crucial de segmentação e controle da força de trabalho, com graves implicações no contexto mais abrangente da vida social.

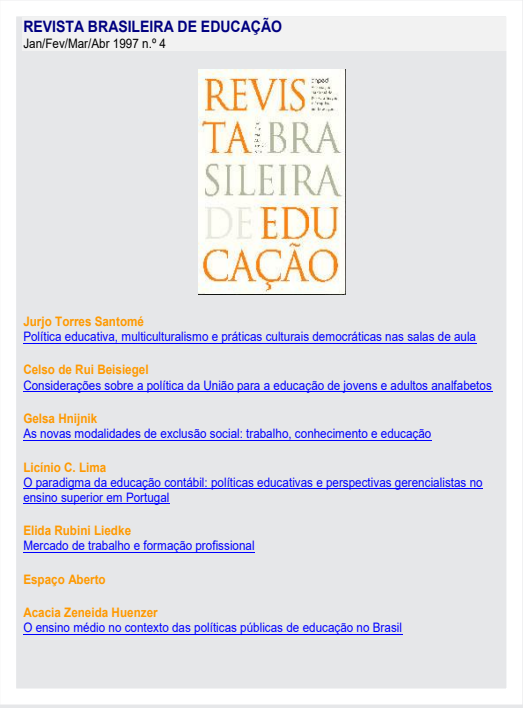
O ingresso como docente no ensino universitário, por concurso público, ocorreu no Departamento de Ciências Sociais na Universidade de Brasília (1973) e, posteriormente, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1975), onde ministrou disciplinas na Graduação em Ciências Sociais e também no Programa de Pós-graduação em Sociologia.

Na docência, dedicou-se à formação de uma base teórica sólida por parte de seus alunos, imprescindível para a pesquisa empírica, lecionando regularmente, tanto na graduação como na pós-graduação, disciplinas de Teoria Sociológica Clássica e Teoria Sociológica Contemporânea. Nessas disciplinas, abordou a teoria feminista, em suas diversas formulações, com suas contribuições acerca das relações entre gênero, sexualidade e subjetividade. Lecionou também disciplinas da área da Sociologia do Trabalho, na qual desenvolveu estudos e pesquisas acadêmicas.

Durante sua vida acadêmica, orientou trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações de Mestrado e teses de doutorado, em grande parte sobre temas relacionados à Sociologia do Trabalho e às políticas públicas de formação profissional. Supervisionou, igualmente, monografias de conclusão de curso de especialização, sobre temas como capacitação e geração de renda para trabalhadores em atividades comunitárias, bem como para mulheres chefes de família.

Realizou atividades como pesquisadora visitante junto ao Center for the Comparative Studies of Development da Brown University, Estados Unidos, e junto ao Institute of Development Studies da University of Sussex, Inglaterra.

No campo da pesquisa, coordenando equipes de trabalho, dedicou-se ao estudo das transformações tecnológicas e do trabalho, com suas implicações na situação socioeconômica dos trabalhadores e nas relações de gênero. Um exemplo desse trabalho de equipe foi o projeto de pesquisa Novas Tecnologias, Trabalho, Formação e Reinserção Profissional, sob sua coordenação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado por uma equipe interdisciplinar (1995 a 1997). A pesquisa integrou o Programa de Pesquisa em Ciência, Tecnologia, Qualificação e Produção, tendo o CEDES/UNICAMP, como unidade executora.


REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO
Jan/Fev/Mar/Abr 1997 n.º 4

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

Jurjo Torres Santomé
Política educativa, multiculturalismo e práticas culturais democráticas nas salas de aula

Celso de Rui Beisiegel
Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos

Gelsa Hnijnik
As novas modalidades de exclusão social: trabalho, conhecimento e educação

Licínio C. Lima
O paradigma da educação contábil: políticas educativas e perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal

Elida Rubini Liedke
Mercado de trabalho e formação profissional

Espaço Aberto

Acacia Zeneida Huenzer
O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil

Sua dedicação ao trabalho de equipe expressou-se de forma especial em duas situações profissionais. Na Universidade de Cabo Verde, como Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, com vistas à consolidação do Curso de Mestrado e à implantação do Curso de Doutorado.

Na UFRGS, entre 1996 e 2000, participou da pesquisa e também da coordenação de equipe interdisciplinar (com pesquisadores das áreas de Sociologia, Educação, Ciência Política, Economia, Administração, Estatística, entre outras) e interinstitucional (UFRGS, Fundação de Economia e Estatística do RS/FEE, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS) – responsável pela avaliação do Plano Nacional de Qualificação Profissional no Rio Grande do Sul. Esse Plano disponibilizou no RS, somente no ano de 2000, mais de 150 mil vagas. Face à insuficiência de estudos similares de avaliação disponíveis, a equipe elaborou uma metodologia apropriada, que incluiu técnicas quantitativas e qualitativas.

Posteriormente, no campo das pesquisas de avaliação de políticas públicas de qualificação profissional, participou da coordenação da equipe da UFRGS responsável pela avaliação do PlanTeQ/RS 2007, que envolveu também pesquisadores mestres e especialistas de outras instituições, como a PUC/RS. Foi realizada uma análise comparativa dos resultados alcançados por esse Plano e pelo de 2000.

O trabalho constante e a qualidade do ensino e da produção acadêmica de Elida, testemunhados por mim, como colega de Departamento e de equipe de pesquisa na UFRGS, estiveram sempre associados à sua capacidade de colocar em primeiro lugar seu compromisso com o de-

senvolvimento de seus alunos e orientandos, com sua equipe de pesquisa, com a universidade pública e com a perspectiva de um Brasil socialmente mais justo e solidário.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

Liedke, Elida Rubini. Temas e conceitos relevantes no debate das ciências sociais hoje. *Pensamento Plural.* Pelotas [09]: 11 – 35. jul./dez. 2011.

Liedke, Elida Rubini. Breves indicações para o ensino de teoria sociológica hoje. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 9, nº 17 p. 266-278. jan./jun. 2007.

Liedke, Elida Rubini. Reestruturação Produtiva e Qualificação para o Trabalho. In: Leda Gitahy; Márcia de Paula Leite. (Org.). *Novas tramas produtivas:* uma discussão teórico-metodológica. 1ª. ed. São Paulo: SENAC, p. 173-186, 2005.

Liedke, Elida Rubini; Maria da Graça Pinto Bulhões; Naira Lisboa Franzoi. Formação Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho. Reflexões acerca de resultados da pesquisa de acompanhamento dos egressos do Plano Estadual de Qualificação de 1997 – Rio Grande do Sul – Brasil. *Sociologias*. Porto
Alegre v. 3, n. 2, p. 74-92, jan./jun. 2000.

Liedke, Elida Rubini. Mercado de Trabalho e Formação Profissional. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 4, p. 60-76. jan./fev./Mar./Abr.1997.



ELZA MARIA FRANCO BRAGA

Por **Danyelle Nilin Gonçalves** (UFC)

O CONHECIMENTO A SERVIÇO DA JUSTIÇA SOCIAL

Nascida em 27 de fevereiro de 1949, em Fortaleza, em uma família de classe média, Elza Maria Franco Braga estudou grande parte da vida estudantil em um colégio de freiras, considerado por ela como "reacionário, mas ao mesmo tempo com um espírito de engajamento". Tal experiência estimulou que ela se interessasse em cursar Ciências Sociais, na Universidade Federal do Ceará, já na primeira turma, em 1968, algo que ocorreu após a aprovação na seleção escrita e oral. A turma composta de 20 alunos vivenciou o surgimento do curso em meio ao Ato Institucional n° 5. A alegria por estar na universidade se mesclava ao medo causado pelas cotidianas invasões policiais ao prédio quando, dentre outras coisas, livros eram recolhidos, sobretudo os que fossem considerados marxistas.

VOLTA AO SUMÁRIO

Como era corriqueiro à época, iniciou a docência, substituindo professores ainda antes da colação de grau, quando teve a certeza da escolha da carreira. Foi professora horista da UFC e posteriormente prestou concurso para a mesma universidade.

Fez o mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978) onde defendeu a dissertação "A Problemática do Emprego na Microregião do Cariri", orientada por Manuel Correia de Andrade. Seu interesse pelas políticas públicas e movimentos sociais, traço marcante de sua trajetória, já se revelava na ocasião. Ainda antes de terminar o mestrado, se inscreveu no doutorado na Universidad Nacional Autonoma de Mexico, porém questões burocráticas a impediram de terminar o curso naquele momento, ocorrendo somente em 1992, quando defendeu a tese "Programas Federales de Vivienda Popular en Brasil", orientada por Severo de Albuquerque Salles. Sua formação se completou com o estágio pós doutoral realizado na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), em 1998, com o tema Descentralização e Ação Participativa, orientado por Joaquim Brugué. A estada no México nas duas ocasiões em que lá esteve, ofereceu a oportunidade de estudar com vários professores latino-americanos, como Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, possibilitando muitas leituras de Gramsci e Marx que, junto ao conhecimento de Florestan Fernandes, adquirido na graduação e o contexto social vivido no Brasil e na cidade de Fortaleza, forjaram sua visão social e de Sociologia que se traduziu na certeza da necessidade de unir teoria e prática, como foco de uma sociologia crítica que fizesse a diferença social.

Grande parte de sua atuação se deu a partir do núcleo Estado, Planejamento, Políticas Públicas e Movimentos Sociais, composto por professores da UFC e técnicos do Estado em torno das questões de desenvolvimento urbano, políticas públicas e movimentos sociais. O núcleo firmou importantes parcerias, permitindo a realização de pesquisas de abrangência regional, sobretudo nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba sobre temas caros à época: movimentos sociais, planejamento, políticas habitacionais, gestão democrática.

Algo marcante na trajetória de Elza foi o foco em projetos extensionistas que se deram durante quase toda a sua estada na universidade. Partindo da ideia de que o "chão de sala era pequeno para a formação e precisava, portanto, ser ampliado", utilizou a disciplina de Sociologia Urbana como laboratório para muitas experiências interdisciplinares com outros cursos, em especial, com a Arquitetura. Alguns projetos de alunos realizados sob sua orientação foram executados pela prefeitura de Fortaleza, melhorando a vida das comunidades de periferia da cidade.

Com a proximidade das eleições municipais de 1990, Elza também participou do projeto UniverCidade que reunia lideranças comunitárias, profissionais e universidade em torno da construção de propostas para a cidade, colhidas a partir de seminários territoriais. Na ocasião, os documentos produzidos por eles foram entregues aos prefeituráveis e debates foram realizados, mostrando a efervescência do momento.Os interesses de Elza Braga a levaram a temas diversos, como: habitação popular, reforma agrária, alfabetização de adultos, economia solidária, segurança alimentar. Assessorou a Federação de Bairros e Favelas e Organi-

zações Não Governamentais, como Cearah Periferia, na construção de projetos urbanos e na oferta de cursos de formação para lideranças populares. Posteriormente, alguns desses ex-alunos se tornaram gestores de instituições públicas e de ONGs. Atuou também com economia solidária, assessorando projetos exitosos como o Banco Palmas, um dos primeiros bancos comunitários do país. Toda sua atuação foi permeada pelo contato com as populações vulneráveis.



Sua participação no programa Ação da Cidadania, idealizado em 1993 pelo também sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, a fez ter contato com uma temática que revelava a face cruel da desigualdade brasileira: a fome. Esse inclusive, foi seu último tema de interesse quando ainda estava na universidade: a segurança alimentar.

Com a chegada do primeiro governo Lula e com o realce que a questão alcançou, foi escolhida como a primeira presidenta do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) do estado, representando a UFC. Posteriormente foi escolhida para o CONSEA nacional, onde durante 12 anos desenvolveu uma série de projetos.

Dessas experiências saíram vários trabalhos de conclusão de curso de seus orientandos, além de produção bibliográfica, como artigos, livros e relatórios técnicos.

Além de ter atuado ativamente com o tripé da universidade "Ensino, Pesquisa e Extensão", também participou da administração superior: foi Pró Reitora Adjunta de Extensão (1997-1998), e Pró-reitora de Graduação (2000-2003), onde batalhou pelo reconhecimento de vários cursos de graduação, além de trabalhar para dar mais visibilidade às coordenações de curso, às licenciaturas e aos cursinhos populares.

Ao se aposentar, Elza Braga continuou atuando junto aos temas de seu interesse. Continuou como professora colaboradora do Mestrado de Políticas Públicas (programa que ela ajudou a criar), no Fórum Nacional de Soberania e Segurança Alimentar e no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. Em 2021, lançou o livro escrito com os moradores de uma comunidade quilombola, localizada no maciço de Baturité intitulado "Olhares sobre a comunidade quilombola Serra do Evaristo – trajetórias, descobertas e construções

identitárias", onde retrata o território, a cultura, as lutas, a descoberta do cemitério indígena e os achados arqueológicos.

Como se percebe nessa breve nota, o espírito de engajamento adquirido na escola e a consciência de que a Sociologia pode atuar em prol da redução das desigualdades sociais marcam a vida de Elza Braga e é exemplo para as novas gerações de sociólogos, sobretudo em um país que está para ser reconstruído.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BRAGA, Elza. M. Franco. *Os Labirintos da Habitação Popular* (Conjunturas, Programas e Atores). 1. ed. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha, 1995. v. 1.

BRAGA, Elza. M. Franco. *A Política da Escassez* – Lutas Urbanas e Programas Sociais Governamentais. 1. ed. Fortaleza-CE: Fundação Demócrito Rocha/Stylusn Comunicação, 1991.

BRAGA, Elza. M. Franco. Seguridad Alimentaria y el Diseño de Nuevos Espacios Públicos en Brasil. In: Margarita Favela Gaveia; Diana Guillén. (Org.). *Los derechos y las prácticas ciudadana a la luz de los movimientos populares*. 1ed.Buenos Aires/Argentuna: Consejo Latinoamericano de Ciencias sociales CLACSO, 2009, p. 111-128.

BRAGA, Elza. M. Franco; NOGUEIRA, M. C; BARREIRA, M. S. C. Faces e Disfarces do Modelo de Desenvolvimento Sustentável. In: Arlindo Soares. (Org.). *Orçamento dos Municípios no Nordeste Brasileiro*. 1ed.Brasília-DF: ED. Paralelo, 1998, v. 1.



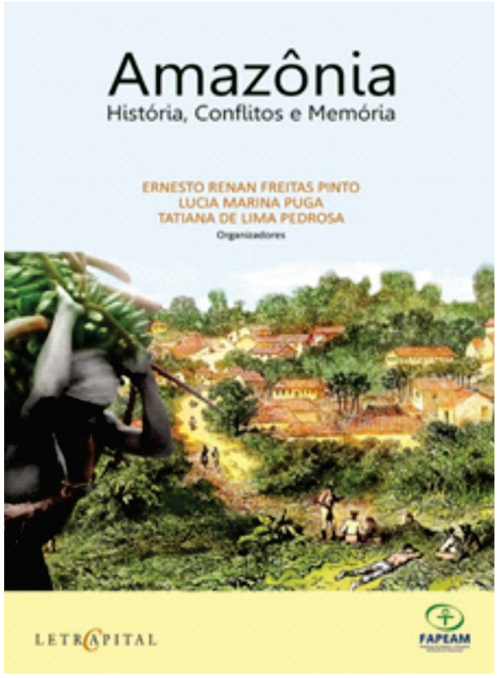
ERNESTO RENAN MELO DE FREITAS PINTO

Por **José Vicente Tavares** (UFRGS)

Renan Freitas Pinto nasceu em Maceió, Alagoas, em 1943. Desde muito jovem é um apreciador de livros. Herdou do seu pai o gosto pela leitura. Em sua residência havia uma coleção fantástica de livros sobre a Amazônia. Seu pai era um comprador e leitor voraz de livros que ocupavam os espaços da sala e adentravam pelos quartos da casa. Em seu quarto havia uma estante completa das obras de Machado de Assis, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rêgo, Raquel de Queiroz, e Guimarães Rosa e outros da literatura brasileira. Havia também muitos livros de História da Arte e de Dalcídio Jurandir. Estudou no Colégio Presbiteriano, em Maceió, morou em Fortaleza, depois foi morar em Manaus, e cursou o Secundário no C.E. Dom Pedro II. Seus familiares eram músicos, literatos e intelectuais amazônicos.

Cursou a graduação em Letras, Língua e Literatura Inglesa, na Universidade Federal do Amazonas (1969-1972). Realizou curso de aperfeiçoamento em Television Broadcasting Management (Japan International

Cooperation, Japão, 1976). Outra especialização foi sobre "A Amazônia de Tavares Bastos", realizada na UFAM, orientado por Elter Dias Maciel (1965 – 1969); também realizou um aperfeiçoamento em Língua Portuguesa (1972 – 1972), na Universidade Federal do Paraná. Em 1974, entrou como professor auxiliar na então Universidade do Amazonas (UA), tendo se tornado professor titular em 2001 e professor emérito em 2023. Desde 2012 é membro da Academia Amazonense de Letras desde 2012.



Cursou o Mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982) e o doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987 - 1992). Realizou Pós-Doutorado na Universidade de São Paulo, USP (2011-2012).

Tem experiência na área de Sociologia, trabalhando, com audácia interdisciplinar, nos seguintes temas: Amazônia, pensamento social, história das ideias, teoria sociológica, sociologia brasileira.

Suas experiências de trabalho intelectual tem sido: Rádio e Televisão, Sociologia brasileira, Florestan Fernandes, Teoria Crítica, a decolonialidade na América Latina, o Pensamento da Amazônia e Sociologia da Literatura.

1. Rádio e Televisão (1973-1978): trabalhou sobre Fotografia, Televisão Educativa, documentários sobre Filosofia, Educação cinematográfica e Comunicação.
2. Sociologia brasileira - Florestan Fernandes: escreveu a tese sobre Florestan Fernandes e a Formação do Brasil (Doutorado em Ciências Sociais (1987 – 1992, orientado por Octavio Ianni, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na qual demonstra a erudição de Florestan Fernandes, sua busca incessante de diálogos e conexões com a tradição sociológica e com os autores brasileiros, desde os estudos sobre a desintegração dos negros até a discussão sobre a revolução brasileira.
3. Teoria Sociológica: criou um núcleo de estudos sobre a Teoria Crítica, Theodor Adorno e Walter Benjamin, realizou o Pós-Doutorado na USP, sob o título: A Recepção de Theodor W. Adorno no Brasil, sob orientação do Prof. Dr. Wille Bolle.
4. Decolonialidade da América latina, livro no qual, em colaboração com Edna Castro, busca retraçar a inversão do olhar, em diversos autores do pensamento crítico latino-americano, desde José Carlos Mariátegui até Octavio Ianni e Clóvis Moura.

5. Amazônia: iniciou as pesquisas sobre os planos de desenvolvimento formulados para o Amazonas, escreveu a dissertação de Mestrado em Sociologia (1979 – 1982), na UFRGS, sob o título de "A economia da Juta em região do médio Amazonas", orientado por José Vicente Tavares dos Santos. Posteriormente, um estudo pioneiro sobre as mulheres operárias do polo industrial e da indústria têxtil em Manaus, em conjunto com as professoras Marilene Correa da Silva Freitas, Edila Moura e Edna Castro. Nos seus estudos sobre a Zona Franca de Manaus, publicou um artigo intitulado Como se produzem as Zonas Francas, pelos Cadernos Núcleo de Alto Estudos da Amazônia – NAEA, da Universidade Federal do Pará – UFPA, em que traz uma reflexão inovadora sobre a origem das zonas francas espalhadas no mundo capitalista e ajuda a compreender a Zona Franca de Manaus.
6. Mais recentemente, estudou a formação e desenvolvimento do pensamento social na Amazônia, realizando um diálogo envolvendo o patrimônio material e imaterial. Através de determinados objetos, aproxima convivialidades, histórias e memórias, muitas vezes desapercebidas em nosso cotidiano. Desde Euclides da Cunha e Djalma Batista, estuda os pensadores da Amazônia, elaborando um grande painel do pensamento amazónico, comparando autores de várias gerações, em um diálogo verdadeiramente cosmopolita.
7. Sociologia da Literatura: estudo sobre a Literatura latino-americano, temas sobre a violencia, selva, opressão social, focando em autores como: Mariano Azuela, do México; Cesar Uribe Piedra Rita, colombiano; Ciro Alegria, peruano; Alejo Carpentier, cubano; Romulo Gallegos, da Venezuela; Jorge Uicasa, do Equador. Está, ainda, recompondo autores indígenas originários, como Daniel Manduruku. Enfim, estuda outros autores da Amazônia: Benedito Monteiro, Tavares Bastos, Inglês de Souza, José Verissimo, e os contemporâneos Márcio Souza e Milton Hatoum.

A trajetória de Renan Freitas Pinto passa por várias cidades e instituições – Maceió, Fortaleza, Manaus, Tokio, Porto Alegre, São Paulo, Belém – com um intenso diálogo com a sociologia, o pensamento social e a literatura, buscando utopias, em uma vasta obra, a configurar um erudito sociólogo cosmopolita.

Conforme referenciado pela Professora Elenise Scherer, da UFAM (2023), ao proferir sua saudação na outorga do título de Professor Emérito, "ao publicar o livro-coletânea Viagem das Ideias(...), o Prof. Renan nos brinda com rica e profunda análise sobre a formação do pensamento social da Amazônia desde a colonização, para recompor a constituição e a formação do pensamento social brasileiro na Amazônia, configurando-se assim como um dos intérpretes da Amazônia, um hermeneuta do pensamento social, de extrema relevância na produção do conhecimento regional. O contraponto crítico contra o imobilismo social, a ideologia do atraso, do subdesenvolvimento regional, as leituras ingênuas e romantizadas dos povos da floresta e da dramática desigualdade social na Amazônia. A viagem das ideias é, a nosso ver, a sua maior contribuição intelectual e acadêmica na Amazônia e fora dela".

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

FERREIRA, L. M. P.; PINTO, Ernesto Renan M. F.; PEDROSA, Tatiana (Orgs.). Amazônia: apontamentos de história oral. Manaus: Editora Valer, 2020.

FERREIRA, L. M. P.; PINTO, Ernesto Renan M. F.; PEDROSA, Tatiana (Orgs.). Amazônia: história, conflitos e memória. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

CASTRO, Edna; PINTO, Ernesto Renan M. F. (Orgs.). Decolonialidade & Sociologia: Na América Latina. Belém: NAEA/UFPA, 2019.

PINTO, Ernesto Renan M. F. et al. (Orgs.). Ritos. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2017.

PINTO, Ernesto Renan M. F.; RIBEIRO, D. S.; TELLES, T. (Orgs.). Teoria Crítica e Adorno: ideias em constelação. Manaus: VALER, 2015.

PINTO, Ernesto Renan M. F.; BASTOS, Elide R. (Orgs.). Vozes da Amazônia II. Manaus/ Amazonas: Valer/ EDUA, 2014.

PINTO, Ernesto Renan M. F. A Sociologia de Florestan Fernandes. Manaus: EDUA - Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

PINTO, Ernesto Renan M. F. et al. (Orgs.). Vozes da Amazônia: Investigação sobre o pensamento social brasileiro. Manaus: EDUA, 2007.

SOBRE O AUTOR

WITKOSKI, Antonio Carlos. Entre o passado e o futuro – Trajetórias de vida e visões de mundo da intelligentsia amazônida brasileira: Estabelecidos. Manaus: VALER, 2022, vol. I, pp. 155-213.

Agência Cenarium Amazonia. Ufam homenageia com título de Professor Emérito o sociólogo Renan Freitas Pinto. https://aamazonia.com.br/ufam-homenageia-com-titulo-de-professor-emerito-o-sociologo-renan-freitas-pinto/



ENNO DAGOBERTO LIEDKE FILHO

Por **Leandro Raizer** (UFRGS) e
Lorena Holzmann (UFRGS)

Enno Dagoberto Liedke Filho nasceu em Porto Alegre em 11 de março de 1950, filho de Enno Dagoberto Liedke, professor universitário de Odontologia da UFRGS e Edith Yolanda Grohs Liedke.

Cursou o Primário e o Ginásio no Colégio Metodista Instituto Porto Alegre (IPA). O quarto ano primário foi cursado em escola pública em Dusseldorf, na Alemanha (1958-59) e o Clássico no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre 1966 e 1969, sendo bolsista do Programa Weston/Romba/Colégio de Aplicação (1967/1968).

Em 1969 foi aprovado no vestibular para os cursos de Ciências Sociais e de Direito, ambos na UFRGS. Deste último, desligou-se dois anos depois. Estudante de Ciências Sociais, foi bolsista de Iniciação Científica em 1971 e 1972 no projeto "Os Agentes do Processo de Industrialização Sul-Riograndense: Grupos Empresariais de Ação Significativa" – coordenado pelo Professor João Guilherme Correa de Souza (1971/1972), na Faculdade de Filosofia. Foi representante estudantil na Comissão Paritária

VOLTA AO SUMÁRIO

para a Reformulação do Curso de Ciências Sociais, conforme a Reforma de 1968.



Logo após concluir o curso de Ciências Sociais, começou a dar aulas no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, do qual se desligou em 1973, quando iniciou o Mestrado na Universidade de Brasília, concluído em 1977, sob a orientação do professor Mauricio Vinhas de Queiroz, com a dissertação Teoria e Método na Escola da USP (1954-1962). Foi bolsista do Oekumenische Student Werk, OESW, programa com o Departamento de Ciências Sociais da UFRGS, para formação de docentes.

Enquanto aluno do Mestrado na UNB, em 1974, fez concurso para a docência na mesma universidade, para o cargo de professor auxiliar, então o primeiro estágio na carreira docente, passando a dar aulas na UNB nas disciplinas de Introdução à Sociologia e Introdução à Metodologia Científica. No mesmo ano, fez concurso para a mesma categoria na UFRGS, sendo nomeado no ano seguinte para o Departamento de Ciências Sociais, exonerando-se da Universidade de Brasília.

Em 1990, obteve o título de Doutor em Sociologia pela Brown University nos Estados Unidos, como bolsista da CAPES. Sua tese, intitulada Sociology and Society in Brasil and Argentina (1954-1985), foi orientada pelo professor Peter Brad Evans.

Liedke Filho foi ascendendo na carreira até a categoria de Professor Titular, quando aprovado em concurso para essa categoria no Departamento de Sociologia da UFRGS, em 1994.

Desde 1975, passou a atuar no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da UFRGS, do qual foi Coordenador por dois períodos, entre 1992 e 1996. O Programa passara a ser, então, só de Sociologia, com a separação da área de Ciência Política, formatação original do Programa. Fez parte de diversas composições do Conselho do Programa. Ministrou disciplinas de Teoria Sociológica, Teoria Social Contemporânea e Epistemologia, Sociologia no Brasil, Pesquisa Social e Movimentos Sociais no Rio Grande do Sul. Foi, também, professor no Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional, da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Tendo se aposentado em 2004, permaneceu como Professor Colaborador do PPGSociologia/UFRGS até 2009. Em 2010 foi professor Visitante na Universidade de Cabo Verde, con-

tribuindo para a implantação de um programa de Doutorado e consolidação do Mestrado naquela Universidade.

Liedke Filho foi professor destacado na UFRGS. Dotado de ampla cultura em diferentes áreas, em suas aulas o conteúdo extrapolava o tema específico do encontro. Associava música, cinema, literatura ao conteúdo abordado. Eram notórios os esquemas que fazia, "desenhando" as trajetórias dos autores estudados e as conexões entre diferentes correntes teóricas e metodologias que haviam contribuído para a formação de pensadores das ciências sociais, clássicos e contemporâneos. Orientou sete teses de doutorado, 23 dissertações de mestrado, e participou de inúmeras bancas de defesa de teses, dissertações e TCCs, nas áreas em que concentrou seus estudos como Sociedade e Conhecimento, Sociologia Brasileira, Movimentos Sociais, Filosofia e História das Ciências, Sociologia da Sociologia no Brasil.

Participou em inúmeros congressos, seminários e encontros nacionais e internacionais. Como intelectual crítico e cidadão, teve participação ativa em diferentes entidades, como a Associação de Sociólogos do Rio Grande do Sul e a Associação dos Sociólogos do Brasil. Foi Assessor Cultural do Centro de Professores do Rio Grande do Sul (CPERS), e prestou assessoria a movimentos sociais e sindicais. No final dos anos 1970, no Rio Grande do Sul, quando as comemorações do Primeiro de Maio, dia do Trabalhador, eram organizadas pelas Federações Sindicais, de orientação governista, Enno teve papel relevante na organização das Semanas Sindicais Independentes, nas quais a conjuntura brasileira era objeto de debate e reflexões nas entidades de trabalhadores. Foram ocasiões importantes de aproximação da Universidade com a sociedade, sobretudo com organizações sociais e sindicais. Professor Enno foi um dos fundadores da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Partido dos Trabalhadores no Estado. Ele teve relevante atuação na formação de novas gerações de sociólogos, entre os quais professores(as) e pesquisadores(as) que hoje têm destacada inserção nacional em universidades e entidades de pesquisa.

Por sua intensa participação como sociólogo em eventos acadêmicos e extra universidade, Prof. Enno pode ser considerado um exemplar militante da sociologia.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

LIEDKE Filho. S.D; Baeta Neves, A. A.; HOLZMANN DA Silva, L. *Rio Grande do Sul:* lutas e debates atuais no movimento sindical. Sindicatos em uma época de crise. Petrópolis, Vozes/ CEDEC, p. 74-88, 1984.

LIEDKE FILHO, E. D. Florestan Fernandes: Sociologia e Cidadania. *Boletim da Sociedade Brasileira de Sociologia*. Porto Alegre, v. 12, p. 5-10, 1995.

LIEDKE FILHO, E. D. *Florestan Fernandes:* Sociologia e Cidadania. Episteme. Porto Alegre, v. 2, 1996.

LIEDKE FILHO, E. D. A Sociologia no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq 1993-1997. In: Maira Baumgarten Correa. (Org.). *Matrix ou Ágora*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

LIEDKE FILHO, E. D. Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, n.9, p. 216-245, 2003.

LIEDKE FILHO, E. D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 376-436, 2005.

LIEDKE FILHO, E. D. *Referencial Curricular de Sociologia* – Ensino Médio do Rio Grande do Sul. Lições do Rio Grande, Ciências Humanas e suas Tecnologias. Secretaria Estadual de Educação, Porto Alegre, 2009.



EVA BLAY

Por **Sérgio Adorno** (NEV-USP)

Eva Alterman Blay nasceu em São Paulo em1937, filha de imigrantes poloneses. Interessada, desde adolescente, em questões sociais, ouviu dizer por intermédio de uma colega que estudava na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP que lá se fazia pesquisa (Blay, 2019b). Embora não soubesse bem do que se tratava essa palavra mágica – conforme revela em suas memórias – decidiu participar do vestibular em Ciências Sociais, estimulada ainda mais por um livro que lhe fora presenteado por sua professora de História no curso Clássico do Colégio Estadual Presidente Roosevelt. Tratava-se de Introdução à Sociologia de Armand Cuvillier.

Foi assim que o fio da meada começou a se desenrolar e deu origem a uma das mais profícuas e longas trajetórias acadêmicas no campo da sociologia brasileira cujos momentos de maior destaque estão enfeixados em suas titulações acadêmicas: Graduação em Ciências Sociais (1959) seguida de um curso de Especialização; Mestrado (1969), Doutorado em Sociologia (1973), Livre-Docência (1982), Pós-Doutorado na École des Hautes Études em Sciences Sociales (Paris, França, 1984-1985), Professora Titular, Professora Emérita da Faculdade de

VOLTA AO SUMÁRIO

Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Recebeu inúmeras homenagens, entre as quais da Sociedade Brasileira de Sociologia na edição do 20º. Congresso (2021), cujo 2° Congresso Brasileiro, ocorrido em Belo Horizonte (1962) lembra de ter participado. Recebeu igualmente homenagens do Conselho Estadual da Condição Feminina (SP) como uma das Fundadoras da Delegacia de Defesa da Mulher (1995), assim como o Prêmio Mulheres do Milênio (2000), Mulheres de Destaque: Brasil 500 Anos (1999) e Prêmio Direitos Humanos da USP (2019).

Em suas memórias, ela relata como teve início seu entusiasmo pela pesquisa empírica. Participou de investigações que marcaram a história da sociologia paulista. Assistiu Maria Sylvia de Carvalho Franco fazendo levantamentos em empoeirados cartórios de Cunha. Acompanhou Juarez Rubens Brandão Lopes e Carolina Martucelli Bori em Cataguazes em pesquisas sobre as condições de vida dos operários das tecelagens locais. No bairro da Penha, no município de São Paulo, realizou pesquisas de campo para Bertrand Hutchinson. Desde essa época, começou a se sensibilizar para com as singularidades da vida operária das mulheres nas oficinas. E tudo isso ainda durante o curso de graduação, sem descuidar é certo da formação teórica e conceitual sob a égide de inesquecíveis docentes entre os quais Florestan Fernandes, Fernando Azevedo, Azis Simão, Ruy Galvão de Andrada Coelho e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Desde essas primeiras experiências, Eva não mais interrompeu copiosa sequência de investigações empíricas, cujas questões e objetos alcançam temas tais como: relações sociais de gênero, trabalho, sexualidade, democracia, identidade, juventude, participação política, relações internacionais, violência, direitos humanos, justiça, habitação popular, imigração judaica, planejamento urbano. Sua obra é extensa. Pesquisadora Senior do CNPq, é autora de 45 artigos completos em periódicos qualificados, 25 livros, 36 capítulos de livros, no Brasil e no exterior, a par de intensa atividade de divulgação de conhecimento sociológico para públicos acadêmicos e não-acadêmicos. Entre seus livros, destacam-se Trabalho Domesticado (1978), resultado de sua tese de doutorado; Eu não tenho onde morar – vilas operárias na cidade de São Paul (1985), originalmente apresentado como parte do concurso de Livre-Docência na FFLCH/USP; Mulheres na USP, horizontes que se abrem (2004); Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos (2008); O Brasil como destino – A imigração judaica contemporânea em São Paulo (2013). Organizou e colaborou na obra coletiva Gênero e Feminismos – Argentina, Brasil e Chile em transformação (2019).

É reconhecida como pioneira nas linhas de pesquisa às quais se dedicou, em especial no campo de estudos feministas. Antes de tudo, ao menos por algumas razões: primeiramente, por ter introduzido questões de gênero na grade dos currículos de graduação em ciências sociais e de pós-graduação em sociologia; por ter contribuído para a formulação de uma agenda própria ao campo; por ter se responsabilizado pela formação de novos e novas pesquisadoras; por lutar pela constituição de espaços institucionais de diálogo e debates acadêmicos nos principais fóruns acadêmicos no Brasil e no exterior; e por ter participando da criação de grupos de estudos como o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU/USP) e o Núcleo de Estudos e Pes-

quisas sobre a Mulher (NEMGE/USP) bem como membro de associações científicas nacionais e internacionais, como consultora do Grupo de Investigação Mulheres, Cultura, Ciência, Letras e Artes – MCCLA, da Cátedra Infante Dom Henrique de Estudos Insulares, Atlânticos e a Globalização.



Em todas essas ações e iniciativas sempre imprimiu olhar e perspectivas feministas. Sua obra e seu nome são referências bibliográficas indiscutíveis, uma liderança acadêmica construída por força de um verdadeiro programa de investigação que documentou profundas transformações, impasses, heranças do passado patrimonialista que ainda demarcam hierarquias entre gêneros, assim como conquistas na condição de vida das mulheres. Consequência dessa ousadia foi ter sido capaz de romper o mainstream dominante na agenda de questões sociais até há pouco consideradas relevantes e estratégicas para compreender a natureza e os problemas que afetam o desenvolvimento social e a consolidação democrática na sociedade brasileira. Falar em desenvolvimento social e democracia não pode prescindir da fala, do lugar e das singularidades da condição feminina nesta sociedade.

Em suas memórias, Eva ainda faz menção carinhosa à sua pesquisa sobre imigração judaica que atravessou 20 anos de sua vida. Buscando suas raízes, debruçou-se sobre a história de seus pais e da rede de relações que foi se constituindo no entorno da família. Como ela diz, uma história difícil de ser recuperada. Há hesitações e silêncios que precisam ser respeitados porque suscitam traumas vividos. Por isso, foi preciso invenção metodológica para auscultar a vida dos velhos, surpreender-lhes suas dores e sofrimentos, mas também as alegrias subjacentes ao reconhecimento de terem participado a seu modo da construção de um pedaço do Brasil. Os resultados desta longa investigação resultaram em um de seus mais queridos livros, O Brasil como destino.

Ainda estudante de graduação, aliou suas atividades de pesquisa à atuação política e de intervenção no debate público e político. Foi Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina (1983-1985), Senadora da República (1992-95), International Adviser for the Advancement of Women (Vienna UM Office), oportunidade em que atuou nas políticas de de-

senvolvimento para a mulher, visitando países como Bolívia, Turquia e Tunísia. Na condição de Assessora Sênior do Reitor da USP coordenou o USP/Mulheres da ONU.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

Blay, Eva. Trabalho domesticado. A mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1978, Col. Ensaios 35.

Blay. Eva. Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

Blay, Eva. Mulheres na USP. Horizontes que se abrem. São Paulo: Humanitas, 2004.

Blay, Eva. Assassinato de mulheres e direitos humanos. São Paulo: Editora 34, 2008.

Blay, Eva. O Brasil como destino. A imigração judaica contemporânea em São Paulo. São Paulo: UNESP, 2013.

Blay, Eva; Avelar, Lúcia; Rangel, Patrícia Duarte (orgs). Gênero e Feminismos (Argentina, Brasil e Chile em transformação). São Paulo, EDUSP, 2019a.

Blay, Eva. Memorial da Profa. Dra. Eva Blay ao receber o título de professora emérita. PLURAL. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26 1, 2019b, pp. 33-45.



FÁBIO WANDERLEY REIS

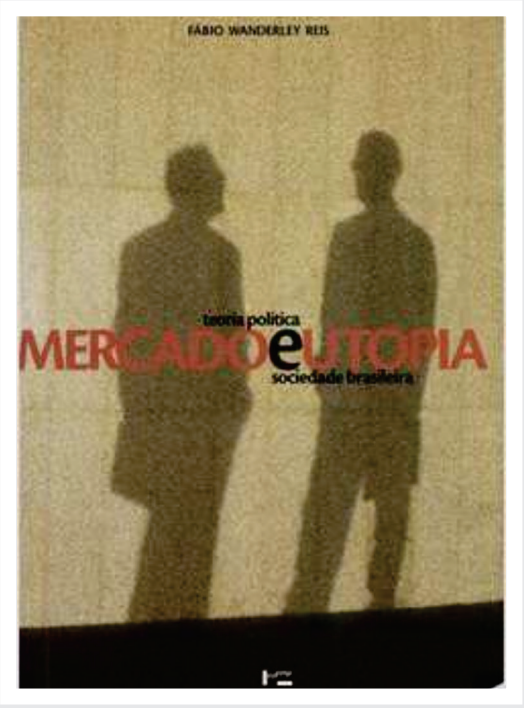
Por **Frederico Batista Pereira**
(UNC Charlotte)

Fábio Wanderley Reis nasceu em 27 de dezembro de 1937, na cidade de Peçanha, Minas Gerais. Em 1957, concluiu a graduação no curso de Sociologia e Política e Administração Pública, na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UMFG). Em 1962, ingressou na especialização em Sociologia da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), junto a nomes importantes das ciências sociais brasileiras, tais como Simon Schwartzman e Antônio Octávio Cintra. Já em 1967, Fábio recebeu uma bolsa de estudos da Fundação Ford para realizar a pós-graduação na Universidade de Harvard, onde, sob a orientação de Samuel Huntington, obteve os títulos de Mestre (em 1970) e Doutor (em 1974) em ciências política.

A trajetória acadêmica de Fábio é marcada por seu protagonismo na institucionalização das ciências sócias – e, mais especificamente, da ciência política – como campo de estudos no Brasil. Em 1966, Fábio ajudou a fundar o Departamento de Ciência Política da UFMG, onde também se instituiu a primeira pós-graduação em

VOLTA AO SUMÁRIO

ciência política no Brasil. Fábio se tornou professor titular da UFMG em 1981, com a tese Política e Racionalidade: Problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política. Tornou-se professor emérito da mesma instituição em 1997. Para além da UFMG, Fábio foi o presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) entre os anos de 1980 e 1982. Foi pesquisador visitante no Kellog Institute da Universidade de Notre Dame, e também no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) da Universidade de São Paulo (USP).



A enorme contribuição de Fábio para o pensamento político e as ciências sociais no Brasil aparece em múltiplas temáticas, onde se destacam ao menos três eixos principais. Entre os aspectos marcantes da obra do autor está a visão da ciência política como sociologia da política, na qual a desigualdade social e econômica é central para o entendimento da lógica do processo político. Sua tese de doutorado, intitulada Development and Social Class: Brazilian Authoritarianism in Perspective, articula uma profunda discussão conceitual a respeito da noção de desenvolvimento político e seu papel na construção de teorias para explicar o processo democrático em diferentes contextos e momentos históricos. A discussão reaparece com desdobramentos e matizes variados em diversos textos de Fábio publicados ao longo de sua carreira, com textos importantes no livro Mercado e Utopia: Teoria Política e Sociedade Brasileira.

A orientação teórica e conceitual dos escritos sobre desenvolvimento político se conecta de forma clara com outro eixo central da obra de Fábio. O autor defende a centralidade de debates conceituais relativos à teorização sobre racionalidade e comportamento político, visando a conciliar categorias comumente tratadas como antagônicas nas ciências sociais, tais como identidade, interesse e cultura. Tal discussão é aprofundada em Política e Racionalidade: Problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política, sua tese de professor titular na UFMG e livro premiado como melhor obra científica pela ANPOCS. Para além das discussões eminentemente conceituais e abstratas, Fábio também é um dos pioneiros no uso de pesquisas de opinião e métodos quantitativos na ciência política brasileira. Em parceria com Bolivar Lamounier, Olavo Brasil de Lima Júnior e Hélgio Trindade, Fábio conduziu pesquisas

de opinião visando a compreender a lógica do processo eleitoral brasileiro durante o regime militar. Em 1978, o grupo publicou o livro Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro, que até os dias atuais serve de referência em debates acadêmicos sobre comportamento eleitoral no Brasil. Fábio também liderou outros projetos envolvendo pesquisas de opinião ao longo das décadas seguintes, publicando trabalhos centrais no estudo da opinião pública brasileira, principalmente em parceria com Mônica Mata Machado de Castro.

Outro eixo central da obra de Fábio tem a ver com a epistemologia e a metodologia das ciências sociais, sobretudo na defesa de que o rigor teórico e conceitual não pode prescindir de disposição metodológica clara e rigorosa. Como parte de um grupo de estudiosos treinado na FLACSO, e sob influência do sociólogo Johan Galtung, Fábio se opôs à tradição então dominante nas ciências sociais brasileiras de rejeição à quantificação como técnica de análise de dados. Em diversos textos e apresentações, Fábio defendeu a viabilidade de se submeter proposições sociológicas à lógica da prova, sem que se necessariamente abdique do rigor teórico e conceitual central às ciências sociais. Embora tenha encontrado resistência ao longo do tempo, tal perspectiva é hoje amplamente aceita nos campos da sociologia e da ciência política no Brasil.

O reconhecimento das contribuições de Fábio, que vão além dos esforços de construção institucional e da vasta obra intelectual modestamente resumida acima, se ilustra em várias honras recebidas pelo autor, como a da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Científico (Presidência da República), e a da Grande Medalha da Inconfidência (Governo de Minas), entre outras. Além do reconhecimento formal, Fábio influenciou gerações de cientistas sociais como intelectual, líder, professor e mentor. Fábio segue inspirando ideias e inquietações por meio de sua obra, enquanto molda carreiras por meio de seu legado institucional.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

REIS, Fábio Wanderley; LAMOUNIER, Bolivar; LIMA JR., Olavo Brasil; TRINDADE, Hélgio (orgs.). *Os Partidos e o Regime:* a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Edições Símbolo. 1978.

REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e Utopia:* Teoria Política e Sociedade Brasileira. São Paulo: Edusp. 2000.

REIS, Fábio W. *Política e Racionalidade:* problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

REIS, Fábio Wanderley; CASTRO, Mônica Mata Machado. “Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro.” *Lua Nova:* Revista de Cultura e Política 26: 81-131.1992.

REIS, Fábio Wanderley; CASTRO, Mônica Mata Machado. “Democracia, civismo e cinismo. Um estudo empírico sobre normas e racionalidade.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 16: 25-46. 2001.



SOBRE O AUTOR

Entrevista com Fábio Wanderley Reis (08/06/2015). FGV-CPDOC – *Memórias das Ciências Sociais no Brasil*.



GISELA BLACK TASCHNER

Maria Arminda do Nascimento Arruda
(USP)

AMIGA, IRMÃ, SOCIÓLOGA PIONEIRA

Creio não ser possível pensar o percurso da socióloga Gisela Black Taschner (05-09-1948/19-08-2012) sem tratar das circunstâncias da sua formação, pessoal, acadêmica e profissional. Nascida em São Paulo em um momento de intensas transformações urbanas, quando a cidade se transformava em metrópole, os problemas de pesquisa construídos por Gisela expressaram a complexidade dos fenômenos produzidos na esteira das promessas civilizatórias contidas nas transformações em curso. Igualmente, a sua origem familiar não foi fortuita na modelagem da sua trajetória e escolhas profissionais.

VOLTA AO SUMÁRIO

De origem judaica, filha de mãe nascida na Ucrânia, na região de Odessa, o núcleo familiar materno emigrou para o Brasil quando Mary Black tinha tenra idade. A derrota Menchevique, grupo político dos parentes, possivelmente a retomada do antissemitismo nos primeiros anos da Revolução de Outubro, alimentaram a decisão de emigrar para a Argentina, país rico e florescente no início do século XX, itinerário abandonado, quando o navio aportou no Rio de Janeiro. O ramo materno revelava origem social diferenciada e cultivada; oriundo do comércio de grãos, professava a crença liberal da liberdade individual e do mérito pessoal, valores que facultaram a ampliação do arco de convivência da família, marcada pelo cultivo de amizades para além da comunidade judaica de São Paulo. O pai, nascido em Berlim, imigrante de última hora na conjuntura das perseguições nazistas, chegou ao Brasil em 1938, com pouco mais de vinte anos. O único do seu núcleo a conseguir o visto de saída, conviveu com o drama de ser sobrevivente exclusivo do seu círculo íntimo, pois sequer teve notícias do destino dos parentes. Rudolf Taschner originava-se de familiares totalmente assimilados e identificados com a cultura da classe média urbana alemã, condição que não o protegeu da barbárie reinante.

A tradição urbana embebida na cultura liberal foi parte integrante da socialização primária de Gisela, assim como o seu percurso escolar reproduziu o caminho dos filhos dos estratos médios afluentes da capital paulista: a Escola Caetano de Campos e o Colégio Rio Branco, duas instituições reconhecidas pela excelência do ensino, a despeito da condição pública da primeira e do caráter privado da segunda, formação que foi adensada no período de estágio nos Estados Unidos, durante o último ano letivo do então colegial, vivência que a singularizava, dada a experiência internacional em um ambiente estudantil de feitio provinciano. O conhecimento do idioma inglês a diferenciou entre os colegas do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo – USP, que seguiam a tradição herdada de domínio do francês, ainda persistente naqueles anos finais da década de 1960. A sua desenvoltura na língua inglesa conformou a facilidade com que frequentava os ambientes acadêmicos estrangeiros, valor em expansão no meio universitário, nos últimos decênios do século XX.

Nessas circunstâncias, a socióloga teve acesso, no período crucial de aprendizagem, à mais aprimorada educação disponível no momento e viveu numa cidade em franca modernização, na qual o consumo material, cultural e simbólico diferenciava-se e democratizava-se, trazendo no seu bojo promessas civilizatórias até então inusuais. Já durante o curso universitário (1967-1970), defrontou-se com os ditames do regime autoritário instalado em 1964, que coibiu todas as liberdades e anulou direitos, especialmente a partir da promulgação do AI5 em 1968. Esta geração foi prisioneira dos limites instituídos e compungida a conviver com as perseguições políticas, torturas e mortes, inclusive de colegas. Os ares da contracultura aqui aportados na mesma época serviam de respiradouros em meio à mudança radical dos costumes, levada à frente por esses jovens sequiosos de liberdade, seja política, seja cultural, seja ainda por meio da combinação das duas.

Enquanto pesquisadora, Gisela formulou problemas e construiu objetos sintonizados com essa experiência; como socióloga, analisou e refletiu sobre a dinâmica da modernização capitalista e os seus impasses em contexto de realização periférica e politicamente autoritária. Encontra-se subjacente à sua obra, a pergunta sobre os motivos da realização imperfeita da moderna sociedade no Brasil, questão que lhe obrigou examinar a dinâmica nos países capitalistas localizados no centro do sistema. Em outros termos, buscou elucidar as razões responsáveis pelo nosso déficit civilizatório. Não por casualidade, seus temas identificam-se com as formas avançadas da modernização; arriscaria dizer por certo desconforto com a vida em sociedades da periferia moderna. Pensando o conjunto da sua obra, é possível afirmar que percorreu a sua reflexão o problema das restrições da cidadania no Brasil. Nos temas e objetos que contemplou, a socióloga se indagou – e até perseguiu – as formas de expressão da cidadania entre nós, numa atitude que combinava perplexidade diante da carência de universalização dos direitos, à esperança de encontrar a sua presença nos desvãos do meio adverso. Não por casualidade, o seu último livro – Cultura, Consumo e Cidadania -, editado em 2009 e fruto da tese de livre-docência defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 2007, durante o período no qual sobrepôs ao vínculo permanente com a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo as aulas na USP. A publicação é uma espécie de coroamento das suas pesquisas sobre cultura, indústria cultural, cultura de massas, consumo, lazer e entretenimento. Já nas primeiras páginas do livro, a autora adverte sobre a profundidade das mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais que "podem ser indícios de uma nova etapa no processo (in) civilizador" (p.11).



Por que Gisela oscila entre pensar o momento no crivo da ambiguidade civilizatória que configura o presente estágio? Parece-me que a chave explicativa para tal juízo deriva do reconhecimento de uma cidadania mediada pelo mercado, tornando-se elemento fundamental da reprodução social. Explicitamente, a cidadania – que era na origem afirmação civilizatória de direitos e resistência frente à exploração capitalista desabrida – havia sido aprisionada no desenvolvimento da teia mercantil, cujo desdobramento é o customer lifetime value. Em outros termos, a cidadania mercantilizada aparece travestida na roupagem dos direitos do consumidor que, a um só tempo se afirmam como valor positivo na contemporaneidade, portanto, são

respiradouros frente às formas abstratas de domínio das relações de mercado, não obstante se exprimam por intermédio da troca das mercadorias. Percebe-se que Gisela está inspirada nas concepções provenientes da tradição frankfurtiana sobre a indústria cultural e as revelações objetivadas da cultura, à qual combina as chamadas teorias das sociedades pós-industriais, cujo correlato no plano societário é a pós-modernidade, da cultura o pós-modernismo.

Eis aqui o cerne dos problemas construídos pela socióloga, e que estão longe de serem triviais, sintetizados na categoria cidadania mercantil que, a despeito da sua fragilidade, permitiu o surgimento da "revolução do consumidor" e o aparecimento da terceira geração conhecida como dos "novos direitos", que "dizem respeito a interesses difusos, como os referentes ao meio ambiente, à qualidade de vida, aos consumidores, às mulheres, às crianças e adolescentes, à terceira idade, aos homossexuais, às minorias étnicas etc. Eles têm não o indivíduo, mas determinados segmentos sociais como titulares e vêm sendo acrescidos de outros (quarta geração) ainda em discussão, ligados ao que tem sido definido como bioética (uso de células-tronco, clonagens, eutanásia etc.)" (p. 20). A socióloga antecipou questões que hoje estão presentes na pauta diversificada dos direitos e das identidades. Não por casualidade, a obra discute as relações entre consumo, indústria cultural, lazer e turismo como fenômenos privilegiados para enfrentar o problema analítico central. Preserva, entretanto, a consciência da sua complexidade, movimentando-se em terreno movediço, que "aponta para a possibilidade de constituição de um novo sujeito capaz de levar adiante as transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e humanizada, que o proletariado não quis ou não pode realizar. Nesse último caso, poderemos ter novamente um horizonte de esperança" (p.187).

Os seus livros anteriores – Do Jornalismo Político à Indústria Cultural, publicado em 1978 e originado do mestrado em Sociologia defendido na USP no mesmo ano, seguido de Folhas ao Vento, Análise de um Conglomerado Jornalístico no Brasil, publicado em 1992 e resultado do doutorado defendido em 1987 na mesma instituição, têm como centro de análise a imprensa e o seu processo de transformação em veículos informativos moldados pelos ditames da indústria cultural. O primeiro, analisa sobretudo o jornal Notícias Populares classificado como imprensa marrom e o compara ao Última Hora, publicação eminentemente opinativa, indagando-se sobre a lógica subjacente à produção das respectivas mensagens e as suas conexões com as questões políticas e sociais do país. A originalidade do tratamento comparativo lhe permitiu tanto situar as conjunturas diversas de surgimento, o primeiro em 1963 e o segundo em 1951, quanto as suas similitudes, pois ambos foram pensados no bojo de motivações políticas. Notícias Populares, criado pelo grupo Herbert Levy, liderança conservadora em São Paulo, continha mensagens de nítido caráter político subliminar, presente na dominância do noticiário policial; Última Hora, fundado por Samuel Wainer no calor da eleição do segundo Governo Getúlio Vargas, notabilizou-se por privilegiar as questões eminentemente políticas, especialmente por criticar os grupos mais conservadores. Concebidos segundo formato de empresas, os diários submeteram a lógica empresarial à política, a "ela se subordinaram as demais características" (p.154), levando

à crise financeira e à venda, em 1965, ao grupo jornalístico emergente da Folha de São Paulo, conglomerado característico de indústria cultural.

Folhas ao Vento representou o desfecho das pesquisas sobre o jornalismo, espécie de culminância das suas preocupações sobre o tema, quando o perfil integralmente empresarial do jornal pôde ser caracterizado, na sequência do exame dos dois diários. "As Folhas, por terem assumido claramente uma lógica empresarial e por não terem firmado tradição de uma linha editorial politicamente unívoca nem compromissos ideológicos muito precisos (a não ser um período determinado, em seu passado), puderam levar essa lógica a suas últimas consequências – quase paroxismo – e explorar virtualmente, com base nela, todas as oportunidades que o período aberto na década de 60 apresentou para a sua consolidação" (p.199). Nos termos da autora, a reconstrução da história do jornal permitiu-lhe analisar a constituição de um complexo jornalístico de indústria cultural, atributo que passou a orientar a produção das mensagens. Os livros sobre a imprensa retrataram o escopo das preocupações analíticas perseguidas por Gisela, mas não se desprendiam dos valores recebidos na sua socialização primária, baseada no cultivo dos princípios modelares da modernidade.

A geração a qual pertencemos e que se formou em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo naquele tempo foi herdeira da tradição do chamado marxismo acadêmico, representado pelos jovens professores que organizaram o Seminário de Marx, cujo propósito fundamental era o de ler sistematicamente O Capital, independente dos seus intérpretes. Nos nossos anos de faculdade, o ambiente era dominado pelo marxismo e os seus desdobramentos interpretativos. Apesar de não ser teoria exclusiva, tampouco unívoca, foi componente inexcedível da nossa formação, uma vez que o debate intelectual não se desprendia das questões políticas. O período ditatorial era êmulo dos estudos críticos, mas punha no centro das nossas preocupações a necessidade de entender a regressão reinante. O aprofundamento da modernização conservadora imposta pelo regime desafiava os cânones assentados, que se tornavam explicativamente discutíveis diante da adesão ao regime de setores das classes médias urbanas e mesmo populares. A busca de entender o comportamento aderente, especialmente das classes trabalhadoras, era o nosso desafio.

A expansão dos modernos veículos de comunicação, especialmente a convivência e o fascínio exercido pelas mensagens da televisão, inquiriam os novos cientistas sociais, promovendo a identificação entre indústria cultural e autoritarismo. A concepção sobre o caráter ideologicamente orientado da mídia, coincidente com a criação do Sistema Globo de Comunicação, estimulava as reflexões sobre as teorias da reprodução cultural materialmente imantadas. De outro lado, a reflexão da Teoria Crítica – que se situava no universo da tradição da dialética – permitia repensar o marxismo no prisma da cultura e os seus impasses frente à modernização que se processava. Em outros termos, um processo moderno se realizava no prisma do conservadorismo político, socialmente excludente, cujo dinamismo econômico obrigava ao reposicionamento das pesquisas sobre a modernidade brasileira.

Os estudos sobre a indústria cultural elaborados pela tradição frankfurtiana respondiam adequadamente aos problemas analíticos e equacionavam as perguntas construídas pelas pesquisas sobre esses novos objetos. Creio que os livros de Gisela a respeito do jornalismo respondem de modo criativo a essas questões, diagnóstico que se combina às inquietações originadas no núcleo familiar: a crença na vocação liberal da imprensa, o seu nexo com a democracia e a constituição da cidadania. Finalmente, a reflexão busca responder às especificidades do jornalismo brasileiro que não seguiu a deontologia reconhecida da profissão, visto que a modernização do setor ocorreu sob o formato de indústria cultural, cujos efeitos manifestavam-se na modelagem da informação segundo a sua lógica, afastando-se do papel comumente atribuído à imprensa.

Gisela Black Taschner desenvolveu a sua carreira na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, na qual atingiu o cargo de Professora Titular em 1994 e ocupou posições centrais na instituição: coordenou o Núcleo de Pesquisas e Publicações, tornando-se responsável pela edição da Revista de Administração de Empresas – RAE -; foi Pró-Reitora de Pesquisa; participou da Câmara Técnica de Turismo da Fundação Procon; esteve como professora visitante na Universidade de Londres e na Universidade de Texas, em Austin. A vivência da condição de socióloga em uma escola de administração apurou a sua sensibilidade para os fenômenos produzidos na esfera mercantil, cujo peso relativo não se pode inequivocamente aquilatar. É certo, porém, que esse conjunto de vivências inspirou a sua imaginação sociológica e construiu um repositório rico de referências a ser desenvolvido pelas novas gerações. O seu falecimento precoce deixou um projeto sociológico em pleno florescimento. Casou-se duas vezes, a primeira com um médico, pai das suas três filhas; a segunda, com um colega da Fundação Getúlio Vargas. Deixou um imenso legado e muita saudade em todos nós que convivemos com ela. Em mim, especialmente, restou um vazio sem nenhuma possibilidade de superação.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

TASCHNER, Gisela Black. Do Jornalismo Político à Indústria Cultural. São Paulo, Summus, 1987.

TASCHNER, Gisela Black. Folhas ao Vento: Análise de um Conglomerado Jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

TASCHNER, Gisela Black. Cultura, Consumo e Cidadania. Bauru. Edusc. 2009.



GLÁUCIO ARY DILLON SOARES

Por **Dayse Miranda** (Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio – IPPES)

Gláucio Ary Dillon Soares nasceu em Vila Isabel na cidade do Rio de Janeiro, em 1934. Era filho único de Maria Dillon Soares e Ary Soares. A sua mãe foi professora do ensino primário. Seu pai trabalhava no Lloyd Brasileiro, uma antiga companhia de navegação, e se tornou funcionário público como contador. A sua infância foi marcada por dificuldades financeiras. Estudou em escolas públicas, mas teve a oportunidade de frequentar o Colégio Andrews, na Praia de Botafogo, um colégio de elite, graças à bolsa adquirida pelo seu mérito acadêmico. Gláucio foi um excelente aluno. Aprendeu inglês e francês como autodidata.

Formou-se em Direito pela Faculdade Cândido Mendes (1953-57). Na década de 1950, o jovem Gláucio descobriu a Sociologia com Fernando Bastos de Ávila, padre jesuíta e cientista social, criador da Escola de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Começou a ler livros de ciência política e de sociologia. Em 1956, ainda cursando Direito, resolveu fazer sociologia e ciência política na PUC-RJ. Na PUC, o futuro pesquisador desenvolveu a habilida-

VOLTA AO SUMÁRIO

de de falar em público. Eleito presidente do Centro Acadêmico Roquette Pinto, que ele havia fundado, dedicou-se à vida cultural e acadêmica, convidando conferencistas, organizando eventos e criando uma revista.



Em 1958, concluiu o bacharelado em direito e obteve uma bolsa para realizar o mestrado, na mesma área, na Universidade Tulane em Nova Orleans. Em solo americano, Gláucio conheceu e se encantou pela pesquisa. Em suas palavras, "conheci a pesquisa como maneira de olhar o mundo". No centro de pesquisa National Opinion Research Center, em Chicago, dedicou-se aos estudos de minorias e aprendeu a construir questionários, coletar, analisar dados e entrevistar. A sua vida de estudante latino nas Américas foi difícil, tendo ele trabalhado como bartender, antes de dar início à sua exitosa carreira.

Em 1962, foi para o México para ministrar um curso de métodos de pesquisa na Escuela Nacional de Antropologia e História. Essa viagem marcou o início de sua carreira internacional. Gláucio recebe um convite para fazer o doutorado em Sociologia na Universidade de Washington em St. Louis. Três anos depois conclui o doutorado com tese sobre Desenvolvimento Econômico e Radicalismo Político (1965) A sua trajetória profissional estava só no começo.

Gláucio Soares lecionou em diversas instituições no exterior como a Universidade de Harvard, Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Universidade da Califórnia, Universidade de Cornell, Universidade Nacional Autônoma do México. No Brasil foi professor na PUC-RJ, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade de Brasília (UNB) e no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Formou inúmeros alunos que se destacaram na academia. Foi precursor no uso de métodos quantitativos nas ciências sociais brasileiras. Pesquisou partidos, eleições, ditadura militar, democracia no Brasil, entre outros temas de cunho político e social. A obra "Sociedade e Política no Brasil" (1973) é uma referência obrigatória para a compreensão dos estudos de política no país. Outro livro de destaque é "Democracia Interrompida" (2001) para o qual recebeu o prêmio Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Biblioteca Nacional.

O interesse do sociólogo pelo tema da violência na América Latina começou com a violência política no Chile, Argentina e Brasil, mas depois foi direcionado à violência na sociedade, revelou ele em recente entrevista concedida à Revista de Pesquisa Fundação de Amparo à Pes-

quisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Nos meados dos anos 2000, o professor fez de sua vida acadêmica um instrumento de luta em prol da valorização da vida. Inspirado pelo lema "Salvar Vidas", Gláucio Soares publicou com colegas e ex-alunos diversos artigos e livros clássicos na área. Três deles ganharam destaque: "As Vítimas Ocultas da Violência na cidade do Rio de Janeiro" (2007), "Não matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios" (2008) e "Por que cresce a Violência no Brasil? " (2014).

Foi presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), entre 2000 e 2004, e posteriormente secretário-geral da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Em 2002, recebeu do governo brasileiro a Ordem Nacional do Mérito Científico e, em 2014, o prêmio Honra ao Mérito da Associação Brasileira de Ciência Política. Em 2015, foi agraciado com o Prêmio de Excelência Acadêmica da ANPOCS.

Nos últimos dez anos, convertido pela fé cristã e pelo desejo de fazer o bem, Gláucio encontrou um novo sentido de vida. Passou a frequentar a igreja aos domingos com regularidade e a pesquisar o amor como variável sociológica de grande relevância. Para o cientista, os dados sinalizavam que não há lugar para o estudo das emoções na sociologia brasileira. Em 2017, o pesquisador apaixonado iniciou as primeiras páginas de seu mais novo livro intitulado "Migalhas de Amor". Infelizmente, o velho, porém incansável cientista não teve tempo para dar "vida" a mais uma de suas criativas, inteligentes e apaixonantes ideias. Gláucio Ary Dillon Soares faleceu no dia 14 de junho de 2021 em decorrência das sequelas da Covid-19.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SOARES, Glaúcio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1974.

SOARES, Glaúcio Ary Dillon. *Democracia Interrompida*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001

SOARES, Glaúcio Ary Dillon ; MIRANDA, Dayse; BORGES, Doriam. *As Vítimas Ocultas da Violência na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira e CEeC, 2007.

SOARES, Glaúcio Ary Dillon. *Não matarás:* desenvolvimento, desigualdade e homicídios, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2008.

SOBRE O AUTOR

Entrevista concedida a Revista de Pesquisa da FAPESP.: https://revistapesquisa.fapesp.br/glaucio-ary-dillon-soares-o-sociologo-apaixonado/Consulta realizada no dia 15/09/2022



HELENA BOMENY

Por **André Botelho** (UFRJ)

Até o momento, janeiro de 2023, são mais de 50 orientações de pós-graduação concluídas, teses de doutorado e dissertações de mestrado. Seus livros cobrem mais de 40 anos de publicação, desde o primeiro de 1981. Sua atuação ajudou decisivamente a modelar as áreas de pensamento social brasileiro e sociologia da educação. Helena Maria Bomeny Garchet, ou apenas Helena Bomeny, como a conhecemos profissionalmente, é uma das personalidades mais agregadoras e também cativantes da sociologia brasileira.

Para nós sociólogos é sempre importante distinguir "método" de "objeto" na pesquisa cientifica, e para Helena acredito não ser diferente. Mas, é tal a intensidade da sua contribuição que já não é tão simples separar da sua obra temas como, por exemplo, o modernismo mineiro (Helena, inclusive, conviveu com alguns de seus protagonistas, entre eles Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava, não apenas como autores, mas como pessoas integrais no cotidiano), ou questões centrais como as relações entre cultura e política. Mais ainda, para aqueles que têm o privilégio da sua amizade ou mesmo da interlocução profissional com ela, é muito difícil separar esses e outros temas e questões dela mesma, Helena.

VOLTA AO SUMÁRIO

Nascida em Bom Jesus de Itabapoana, no norte do estado do Rio de Janeiro e numa família de origem libanesa (1948), Helena Bomeny graduou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1973, e fez mestrado (em Ciência Política), sob orientação de Olavo Brasil de Lima Junior, e doutorado (em Sociologia), sob a orientação de José Murilo de Carvalho, no antigo IUPERJ, em 1980 e 1991, respectivamente. Helena foi pesquisadora do CPDOC/FGV de janeiro de 1976 a dezembro de 2012, e professora titular de Sociologia da Escola Superior de Ciências Sociais na mesma instituição, entre março de 2006 e dezembro de 2012, curso que ela coordenou da concepção à implantação e formação da primeira turma de 2006-2010. Tendo ingressado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1989, chegou em 2000 a professora titular de Sociologia na mesma universidade. A sensibilidade histórica aguda da socióloga Helena Bomeny e a atenção dada à relação – sempre problemática – entre cultura e política como seu objeto de investigação empírico-documental e teórica conta muito para o desenvolvimento de uma visão matizada e renovada sobre o jogo político e institucional com a cultura, em especial no estudo da construção de políticas públicas culturais e educacionais.

Guardiães da razão: modernistas mineiros, a tese de doutorado em Sociologia de Helena Bomeny, foi publicada como livro em 1994. O livro examina de um ponto de vista sociológico a atuação da primeira geração de modernistas mineiros em Belo Horizonte, cidade planejada e em ritmo acelerado de urbanização nas primeiras décadas do século XX, contrastando os anseios cosmopolitas e universalistas desses jovens escritores às constrições inescapáveis da experiência de vida provinciana. Se destaco sua tese de doutorado é porque, em primeiro lugar, como de costume em sua geração, ela é ao mesmo tempo um momento de consolidação intelectual de uma trajetória em curso e a afirmação de uma posição intelectual própria. Em segundo lugar (e aqui temos também algo que, em grande medida, se perdeu nas ciências sociais contemporâneas), se a tese de doutorado de Helena expressa esse processo em termos indiscutivelmente autorais, estes não são exatamente "individuais". Mas, antes, o processo intelectual em pauta é em grande medida coletivo, o projeto de um grupo de pesquisadoras e pesquisadores de primeira grandeza, aliás, que deram vida ao projeto institucional de constituição de acervo e pesquisa do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Mas, se relaciona também com a própria trajetória de outros coletivos que Helena ajudou a dar vida, como o Grupo de trabalho Pensamento Social no Brasil da ANPOCS, como já observou Lucia Lippi (1999) em seu balanço da produção intelectual do grupo.

Guardiães da razão coloca-se, assim, no centro da trajetória intelectual de Helena Bomeny, que, embora tenha se iniciado com o estudo pioneiro sobre a TV Educativa no mestrado, ganha grande incremento com os estudos sobre a política mineira no contexto de centralização aberto com a Revolução de 1930. É o caso, por exemplo, do importante "A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30" publicado em *Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30*, organizado por Ângela de Castro Gomes. Trajetória

que consolida a discussão da política cultural do Estado Novo, que ela analisa como a primeira política de Estado nacional, ou seja, para o conjunto da sociedade, mas também sempre em termos mais amplos – cultura como relações nada lineares entre valores e interesses na vida social, como ela aprendeu em leituras finas de Max Weber. É o caso do já clássico *Tempos de Capanema*, de 1984, que Helena Bomeny, em co-autoria com Simon Schwartzman e Vanda Maria Ribeiro Costa, ilustra de modo exemplar aquilo que Elide Rugai Bastos aponta como movimento característico crucial do grupo do CPDOC: um esforço "voltado para a organização documental e a discussão sobre o pensamento social que informa os documentos" como modo de qualificar a articulação do campo intelectual com o político no Brasil.



Com essa bagagem intelectual invejável, *Guardiães da razão* permitiu repensar o debate sociológico sobre as relações entre intelectuais, sociedade e Estado não a partir da questão da validade ou não da representação de um *ethos* missionário historicamente cultivado pelos intelectuais ou da questão da sua cooptação ou não pelo Estado. Ao deslocar o problema para as tensões entre política e a liberdade de espírito, o livro torna as posições disjuntivas presentes nas escolhas mais convencionais entre missão ou interesse e cooptação ou não dos intelectuais por parte do Estado sem muito sentido. Daí a necessidade, enfrentada com muita competência por Helena, de recolocar o tema num patamar teórico mais amplo, relativo ao problema da racionalização da vida social, de seu desenvolvimento ambivalente e suas transformações em rotinas irracionais. A investigação sociológica das tensões entre liberdade de espírito e política está ainda em curso. Comprova-o um de seus últimos livros, *Um poeta na política. Mário de Andrade, paixão e compromisso* (2012), no qual, mais uma vez, leva a outro patamar os problemas estudados anteriormente, afirmando que o "encontro da literatura com a política – entrecruzamento de sensibilidade com poder – desafia a imaginação sociológica pela alteração que provoca simultaneamente em ambas".

Vista em conjunto, minha sensação é que o ponto de fuga dessa bela trajetória intelectual talvez esteja não por acaso na educação, nos vários sentidos que esta assume no percurso de pesquisa de Helena: como objeto do engajamento dos seus mineiros; como objeto dos seus estudos, incluídos aí *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado* e *Newton Sucupira e os rumos*

da educação superior, ambos de 2001; mas também de pesquisas empíricas igualmente referenciais na sociologia como *Empresário e Educação no Brasil* (2002), sobre violência nas escolas do Rio de Janeiro, sobre a sociologia no ensino médio, a percepção da carreira docente pelos professores e mesmo em suas pesquisas sobre classes médias. Entendo que seus trabalhos de pensamento social brasileiro são fundamentais para os de sociologia da educação porque permitem uma visão de conjunto da sociedade, das políticas públicas e do processo histórico. Assim como estes, sobre a situação contemporânea da educação, a ajudam a perceber não apenas mudanças e continuidades na sociedade brasileira, mas, sobretudo, os sentidos delas. Isso para não falar de sua contribuição ao ensino da sociologia com seu premiado livro didático *Tempos modernos, tempos de sociologia*, escrito com Bianca Freire-Medeiros, Júlia O´Donnell e Raquel Emerique, o qual vem tendo várias edições desde a original de 2010.

Haveria tanto o que dizer ainda sobre a contribuição de Helena Bomeny à sociologia brasileira, mas, termino lembrando o seu papel no estudo da própria história das ciências sociais no Brasil e da nossa disciplina também em perspectiva comparada, como no projeto Ciências Sociais em língua portuguesa. O projeto mais recente é este belíssimo *SBS memória: retratos de sociólogos e sociólogas brasileiras* que a Sociedade Brasileira de Sociologia está desenvolvendo e que, para além da memória, dá às novas e futuras gerações uma perspectiva e recursos intelectuais para enfrentarem os desafios que se colocam e se recolocam na nossa disciplina e na sociedade brasileira. Eu que tenho trilhado alguns caminhos abertos por Helena Bomeny tenho me beneficiado muito do seu brilhantismo e da sua generosidade intelectual e é uma alegria poder rever um pouco de sua trajetória, que reúne e inspira – recorrendo a palavras como as que a própria Helena evoca para se referir ao seu, nosso, Mário de Andrade - a capacidade crítica e analítica da razão, humanizada pela consciência e pela experiência compartilhada, em busca do aperfeiçoamento da cultura e da sociedade.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BASTOS, Elide Rugai. “O CPDOC e o pensamento social brasileiro”. In: *CPDOC 30 anos*. Editora FGV, 2003, pp. 97-120.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BOMENY, Helena. Guardiães da Razão: Modernistas Mineiros. RIO DE JANEIRO/SAO PAULO: UFRJ: TEMPO BRASILEIRO, 1994.

BOMENY, Helena. Intelectuais da Educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOMENY, HELENA. Darcy Ribeiro. Sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2001.

BOMENY, Helena; FREIRE-MEDEIROS, Bianca; O´DONNELL, Júlia; EMERIQUE, Raquel. Tempos Modernos, tempo de Sociologia. São Paulo, Editora do Brasil, 2010.

BOMENY, Helena. Um poeta na política. Mário de Andrade, paixão e compromisso. 1.ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.



SOBRE A AUTORA

OLIVEIRA, Lucia. Lippi. “Interpretações sobre o Brasil”. In: MICELI, S. (Org.): *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. 2a ed. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999, pp. 147-181.



HELOÍSA RODRIGUES FERNANDES

Por **Débora Mazza** (UNICAMP) e
Afrânio Mendes Catani (USP/UERJ)

Heloísa Rodrigues Fernandes nasceu em São Paulo, em 26 de janeiro de 1946. Graduou-se em Ciências Sociais (1968) pela Universidade de São Paulo (USP). Primogênita de uma prole de cinco mulheres e um homem, cresceu em uma família pequeno burguesa urbana, filha do sociólogo e professor Florestan Fernandes (1920-1995). Mestre (1970), com a dissertação A força pública de São Paulo: origem, determinações e fundamentos históricos (1831-1926) e doutora (1978), com a tese Os militares como categoria social, ambas defendidas sob a orientação de Luiz Pereira, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Em 1992, realizou o concurso de Livre Docência com a tese Sintoma social dominante e moralização infantil. Um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim.

Iniciou suas atividades como docente da FFLCH/USP em 1969, tendo lá permanecido 26 anos, atuando na graduação e pós-graduação, orientando mestrados e doutorados. A partir de 2005, com a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes em Guararema, São Pau-

VOLTA AO SUMÁRIO

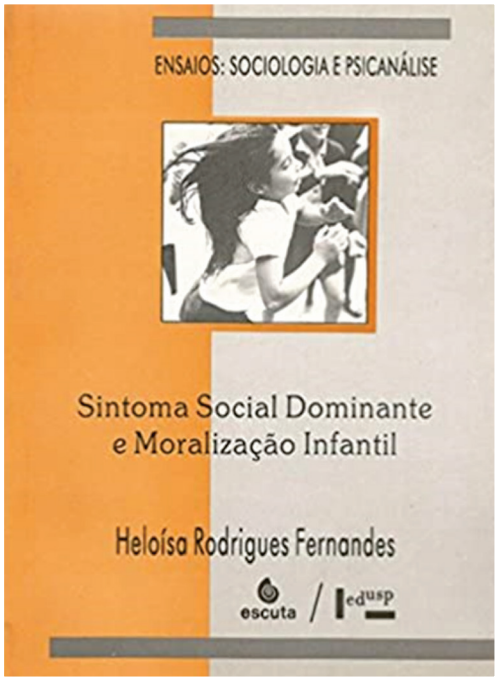
lo, atuou junto às lideranças, aos militantes e amigos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, a convite da direção, retomou a docência, privilegiando como temática a vida e a obra de Florestan Fernandes, tendo circulado por vários acampamentos do movimento (FERNANDES, 2005, 2008, 2011). E, como nos escreveu em mensagem enviada, esse trabalho lhe propiciou "um reencontro intelectual e amoroso com meu pai".

Seu primeiro livro, dedicado à Força Pública do estado de São Paulo, conta com prefácio de Florestan, que apresenta a pesquisadora, a pesquisa e os resultados alcançados. Diz que o livro revela "uma personalidade que não teme o esforço da investigação sociológica rigorosa [indo] da coleta à crítica e à interpretação dos dados, sem desfalecimentos e vacilações" (FERNANDES, 1974, p. 15). Quanto à pesquisa, sugere que o policiamento e a repressão são compreendidos a partir das relações de produção, ou seja, das estruturas econômicas e políticas da sociedade brasileira, de modo que "a instituição policial pudesse ser apreendida como um todo, e vista em ação de reciprocidade com aquelas estruturas e funções resultantes em cada uma das situações históricas fundamentais (a colonial, a imperial e a republicana)". Dessa forma, para Florestan, a reflexão honra o elenco de professores das Ciências Sociais da USP que vai de "Luiz Pereira, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Marialice Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Gioconda Mussolini e Aziz Simão, a Leôncio Martins Rodrigues, Gabriel Cohn, José de Souza Martins e Carlos Guilherme Mota" (p. 16). Por meio desta abordagem, "policiamento e repressão são colocados [...] na sua verdadeira condição de elemento de sustentação e preservação das relações de produção e, portanto, de exploração" (p. 16). Assim, o policial militar, a militarização da polícia e a polícia como instituição, são entendidos em termos do "'modo de ser' determinado pelo sistema de produção" sem que se perca "os vários graus de intermediação, em que uma relativa autonomia permite à polícia manter várias formas de relação com a sociedade local e nacional e tornar-se, mesmo, relativamente autárquica quanto a determinados fins" (p. 17).

Esta mesma temática comparece em outro livro, Os militares como categoria social, dedicado "a duas pessoas presentes numa só: Vicente e Florestan. A primeira trabalhou muito para se realizar na segunda: não a conheci, embora ela esteja em muitos trechos deste trabalho; a segunda é meu pai" (FERNANDES, 1979, p. 8). Quando Florestan nasceu, sua mãe trabalhava e morava em uma casa de família e houve um conflito de nomes: padrinhos e patrões queriam chamá-lo de Vicente e a mãe de Florestan. A madrinha o apelidou por muitos anos de Vicente, entendendo que Florestan não era nome adequado ao filho da criada.

Organizou a coletânea Wright Mills. Sociologia (1985), tendo como premissa um duplo objeto: "selecionar algumas publicações de uma obra ampla" e "apresentar trabalhos estratégicos para a compreensão do pensamento de Mills ainda não acessíveis em português" (FERNANDES, 1985, Introdução: "Mills, o sociólogo-artesão", p. 33). Recupera a crítica do autor as principais correntes da sociologia norte-americana, representadas pela "Grande Teoria" de Talcott Parsons, pelo "Empirismo Abstrato" de Paul Lazarsfeld e, ainda, pelo "Pragmatismo

Individualista" de John Dewey. Apresenta-nos um Mills que se constituiu como um sociólogo prático, entendendo a sociologia como ferramenta de desalienação dos coletivos. Nesta perspectiva, analisou com profundidade a sociedade estadunidense, indicando que "grande parte do poder e prestígio se baseiam em mentiras e seu interesse autêntico pela verdade se converte numa das poucas posses dos despossuídos" (p. 32). Assim, entende que o artesanato do sociólogo e a promessa da sociologia não se limitam à busca da verdade eminentemente prática, mas incluem a procura de seu destinatário. Isto significa que as palavras devem ser calibradas visando sua influência ativa no debate público (p. 18).



Em Sintoma social dominante e moralização infantil, a autora vê a obra de Émile Durkheim como um projeto de moralização infantil laica visando "analisar o dispositivo pedagógico que ali é construído, apresentado e justificado de modo a sustentar a tese de que esse dispositivo não está comprometido com o ideal da autonomia de cidadãos livres, responsáveis e criadores, mas que, ao contrário, é um substituto [...] da moralização cristã, com efeitos similares: identificação com a norma; submissão; demanda de crença no Outro, único a decidir, providencial e onipresentemente, sobre os destinos da vida individual e coletiva. Não é casual, aliás, que as crianças que se tornaram clientes cativas desse dispositivo escolar, público ou privado, também tenham vivido, de modo mais ou menos dramático, uma experiência de negação do seu tempo presente (infância) em nome de um adulto normal, que deveriam vir a ser, num tempo futuro, que lhes é obrigatoriamente antecipado" (FERNANDES, 1994, p. 15- 16). Assim, todas as crianças se tornam carentes de infância quando se entende que a crise da modernidade foi transformada em uma crise da moralidade. Desta forma, reafirmar, hoje, "o direito à educação pública, gratuita, obrigatória, laica, um direito coletivo crescentemente ameaçado juntamente com os escombros do Estado de Bem-Estar, não nos exime de questionar o dispositivo pedagógico disciplinar e de procurar resgatar do passado tantos outros [projetos] comprometidos com a significação da autonomia" (p. 17).

Ainda quando estava vinculada ao Departamento de Sociologia, entre 1984 e 1987 Heloísa aprofundou seu interesse pela psicanálise e frequentou cursos e seminários com Renato

Mezan, Ricardo Goldenberg e Oscar Cesarotto. Estimulada por um grupo de estudantes da pós-graduação, organizou ciclo de palestras, posteriormente corporificado na coletânea Tempo do desejo: psicanálise e sociologia (1989), objetivando questionar a cultura atual, "marcada por uma relação com a temporalidade que a torna cativa de um presente perpétuo, pois já não o questiona em nome de promessas não resgatadas do passado e, portanto, se torna impotente na produção de novas utopias". Por outro lado, realça a questão do tempo do desejo, "que subverte a concepção linear e a causalidade da sucessão que marca muitas correntes do pensamento moderno", pois na psicanálise não se pode dizer que "o passado causa o presente ou o futuro" sem enunciar imediatamente que "o presente ou o futuro se articulam arquitetados pela temporalidade do desejo" (p. 7). Nessa empreitada, a autora ensaia interfaces entre a sociologia e a psicanálise entendendo que suas relações são de oposição e complementariedade, em decorrência do trabalho de interpretação e do tempo como categoria comum (p.12).

Heloísa fala ainda que dentre as heranças que recebeu do seu pai, "uma delas parece indissipável: a de que o desejo de saber pode realizar-se nos livros; pois, se sempre falta [algo] para saber, o desejo insiste, resiste, persiste, renascendo da sua própria tensão entre o que aspirava e o que realizou. Como toda herança, porém, seu desfrute pode ser pesado; eis porque, quando começa a pesar, recorro à libertação metafórica: uma certa quantidade de livros pode ser retirada das prateleiras refazendo o prazer dos vazios do que resta a saber" (FERNANDES, Memorial apresentado à FFLCH/USP para obtenção do título de livre-docente em Sociologia, 1992, p. 7).

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FERNANDES, Heloísa R. Sintoma social dominante e moralização Infantil: Um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim. São Paulo: EDUSP, 1994.

FERNANDES, Heloísa R. (org.). Tempo do desejo. Psicanálise e Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Heloísa R. (Org.) Wright Mills: sociologia. São Paulo: Ática, 1985.

FERNANDES, Heloísa R. Os militares como categoria social. São Paulo: Global, 1979.

FERNANDES, Heloísa R. Política e Segurança. Força pública do estado de São Paulo: Fundamentos histórico-sociais. Prefácio Florestan Fernandes. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

FERNANDES, Heloísa R. Chaves do exílio e portas da esperança, Revista Versões, n. 1, p.11-21, jul.-dez. 2005.

FERNANDES, Heloísa R. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. Antología: Florestan Fernandes – Dominación y desigualdad: el dilema social latinoamericano. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/CLACSO, 2008, p.9-35; Buenos Aires: Prometeo Libros/CLACSO, 2008, p. 9-28.

FERNANDES, Heloísa R. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista (ed. rev. e ampl.), In FERNANDES, F., Brasil: Em compasso de espera, pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. 7-29.

SOBRE A AUTORA

CATANI, Afrânio M. Resenha de Heloisa Rodrigues Fernandes (Org.). Wright Mills: Sociologia. In Revista de Administração de Empresas (RAE), São Paulo, EAESP-FGV, vol. 25, n. 3, p. 85-86, julho-setembro, 1985.



IRENE DE ARRUDA RIBEIRO CARDOSO

Por **Maíra Muhringer Volpe**

O ingresso de Irene Cardoso na então chamada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, localizada na rua Maria Antônia, aconteceu semanas antes do golpe de 1964. O seu deslumbramento com aquele estimulante universo logo sofreu um abalo: certa configuração cultural, institucional e acadêmica foi interrompida pela ditadura – e tal interrupção foi problematizada ao longo de seu percurso de investigação na (e da) universidade.

Nascida em doze de setembro de 1945, Irene Cardoso ingressou no curso pedagogia aos dezoito anos e, em seguida, passou a frequentar no período noturno disciplinas das Ciências Sociais. A Maria Antônia fazia parte de seu universo cultural, como uma extensão de seu convívio familiar. Na infância e adolescência, sua casa foi frequentada por professores da Faculdade de Filosofia, pessoas ligadas ao teatro, que iam à Cinemateca e ao Teatro Municipal, intelectuais comunistas, ou seja, cresceu cercada por animadas discussões sobre cultura e política. Sua mãe, vinda de uma abastada família tradicional do interior de São Paulo, e seu pai – médico e simpatizante do Partido Comunista, possuía uma variada

VOLTA AO SUMÁRIO

biblioteca com livros de filosofia, literatura, sobre cinema e teatro, psicanálise, além de uma vasta discoteca – proporcionaram-lhe uma vivência no espaço cultural de São Paulo nos anos 1950 e 1960.

Diferentemente do que aconteceu com colegas, que ao longo do curso tornavam-se marxistas, Irene afirma que "entrou marxista" dogmática e foi aos poucos conhecendo diferentes autores e perspectivas, como Karl Mannheim e Max Weber, entre outros. Foi também se aproximando das Ciências Sociais e, em 1968, ingressou no programa de pós-graduação após ser entrevistada por Florestan Fernandes. Seus interesses convergiam, naquele momento, a um estudo sobre a USP.

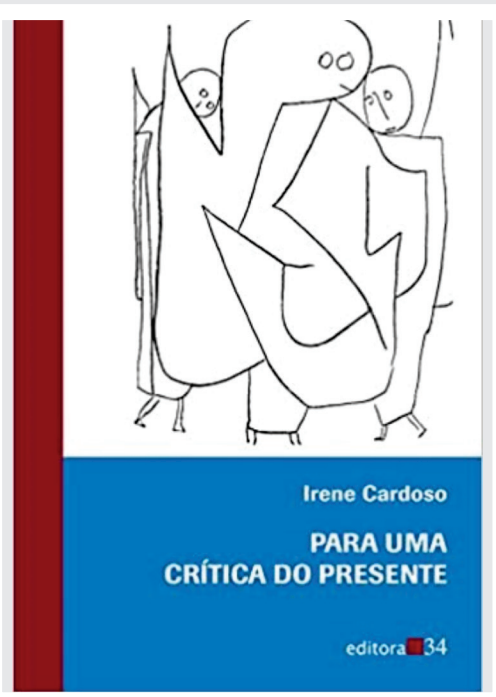
Tornou-se instrutora voluntária em 1970 e, dois anos mais tarde, auxiliar de ensino na vaga de Marialice Foracchi, que havia falecido recentemente. No mesmo período, ingressaram também Maria Célia Paoli, Maria Helena Oliva Augusto, Heloísa Fernandes e Jessita Moutinho. Todas jovens mulheres que auxiliavam o professor José de Souza Martins nas disciplinas obrigatórias. Enquanto a aula expositiva era ministrada pelo professor Martins a toda turma, "as martinetes", apelido dado pelos alunos, conduziam os seminários, numa segunda parte, a grupos menores. Nessa década, Irene dedicou-se não somente ao ensino, como também à elaboração de sua tese de doutorado A Universidade da Comunhão Paulista (Cortez, 1982). Não se tratava de uma reflexão que se restringiu ao campo da sociologia da educação, como já foi confundida. A pesquisa se voltou ao contexto político de fundação da USP, na década de 1920 até o golpe de Estado de Getúlio Vargas, em 1937, às lutas entre grupos políticos e às disputas ideológicas a respeito de seu projeto de criação. Partia da percepção de um mito liberal-democrático e o contrapunha a um autoritarismo, vindo tanto de fora, da repressão de Estado, quanto de dentro, da estrutura de poder na universidade.

Com a defesa da tese em 1980, pode ministrar no ano seguinte sua primeira disciplina optativa, "Educação e ideologia", na qual trabalhava autores que não eram considerados sociológicos, como Foucault, Adorno, Reich, Marcuse e Benjamin. O nome da disciplina era um disfarce para conseguir abarcar esses "novos" autores e tentar escapar de certo controle exercido pelo Conselho do Departamento a respeito do que era sociologia.

É nesse período dos anos 1980 que Irene seguiu cursos nas Letras e na Filosofia, bem como participou de alguns grupos de estudo com professores das áreas de letras, história, filosofia e sociologia. Essa visão menos ortodoxa da sociologia, uma perspectiva mais multidisciplinar, marca seu percurso pelo Departamento, por meio de seus cursos na graduação e na pós, bem como em seus textos.

A sala de aula, para Irene, sempre foi um momento de encontro entre ensino e pesquisa – e essa característica de um laboratório de pesquisa era percebida por seus alunos. Suas produções textuais se forjavam também ali, nas discussões teóricas com os estudantes. Seus orientandos, afinados com seu estilo de trabalho intelectual, voltaram-se para temas relacionados à família,

escola, universidade, subjetividade e cultura, memória e história. Ainda que pelos corredores o nome de Irene Cardoso fosse associado à "sociologia da universidade", é com a sociologia da cultura e, posteriormente, uma sociologia histórica, que ela identifica seus trabalhos.



Irene trilhou uma carreira burocrática extensa na Faculdade, ao longo dos anos 1980, participando também de conselhos e comissões que discutiam, ao lado de professores das áreas de exatas, química e biológicas, a construção de normas da avaliação. Ela discordava fortemente de uma avaliação quantitativa, produtivista, dos parâmetros de ensino.

Com um olhar retrospectivo, é possível dizer que Irene Cardoso manteve uma postura, sobretudo, de resistência na universidade por meio das diferentes posições institucionais que ocupou: resistiu à desarticulação promovida pela ditadura – com as aposentadorias compulsórias, exílios, prisões –, assim como resistiu às transformações liberais propostas no período de redemocratização. Guardava valores e princípios experienciados na universidade, antes do golpe, como parâmetros para pensar o presente.

Na década seguinte, decidiu sair de toda a participação administrativa na universidade e no departamento, dedicando-se aos cursos, à pesquisa e à tese de livre-docência, defendida em 1998. Sua tese, Para uma Crítica do Presente (Editora 34, 2001), reuniu quinze ensaios escritos entre 1987 e 1998, por meio dos quais se debruçou sobre sua experiência na Universidade de São Paulo, em 1968, sobre a destruição física e institucional da Maria Antônia.

Poucos anos depois, em 2003, Irene Cardoso se aposentou, restringindo, portanto, suas atividades na Faculdade às aulas na pós-graduação e às orientações. Ademais, a aposentadoria, aos 57 anos, trouxe uma mudança significativa em sua vida: Irene tornou-se psicanalista. Seu percurso de formação, no entanto, trilhado paralelamente à sociologia, foi iniciado muitos anos antes, ainda na década de 1980. Sua pesquisa e escrita mudaram ao longo desse processo psicanalítico. História, sociologia e psicanálise foram sendo articulados em sua produção, como no livro Utopia e Mal-Estar na Cultura: perspectivas psicanalíticas (Hucitec, 1997), fruto de um seminário temático organizado com Paulo Silveira no Programa de Pós-graduação em Sociologia.

O pertencimento à Faculdade de Filosofia foi sempre destacado por Irene Cardoso, em suas falas e escritos, tanto ao se referir ao seu ingresso na Universidade de São Paulo, em 1964, quanto em relação à vida institucional e administrativa. Sua publicação mais recente, Livro Branco Sobre os Acontecimentos da Rua Maria Antônia – 2 e 3 de outubro de 1968, traz uma reflexão que aprofunda a compreensão sobre a "batalha da Maria Antônia", como foi nomeado o conflito com estudantes da Universidade Mackenzie. O livro também traz a documentação, que lhe foi confiada décadas mais tarde por Antônio Candido, relator da comissão formada por professores que, à época, investigou tais acontecimentos.

Com sensibilidade e rigor, Irene se dedicou, a partir de diferentes vértices, a refletir e a elaborar uma potencialidade de desenvolvimento – representada pela Maria Antônia – que ficou soterrada pela ditadura.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

CARDOSO, I. A. R.. *A Universidade da Comunhão Paulista.* São Paulo: Cortez Editora, 1982.

CARDOSO, I. A. R.; SILVEIRA, P. (Org.). *Utopia e Mal-estar na Cultura:* perspectivas psicanalíticas. São Paulo: Hucitec, 1997.

CARDOSO, I. A. R.. O arbítrio transfigurado em lei e a tortura política. In: Alípio Freire; Izaías Almada; J.A. de Granville. (Org.). *Tiradentes:* um Presídio da Ditadura – memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

CARDOSO, I. A. R.. Prefácio: Uma crítica do presente. In: Beatriz Sarlo. (Org.). *Paisagens Imaginárias* – intelectuais, arte, meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARDOSO, I. A. R.. *Para uma Crítica do Presente. São Paulo:* Curso de Pós-Graduação em Sociologia/Editora 34, 2001.

CARDOSO, I. A. R.; TAVARES, A. (Org.). *Livro Branco sobre os Acontecimentos da Rua Maria Antônia* – 2 e 3 de outubro de 1968. São Paulo: Editora USP/FFLCH, 2018.



JEAN HÉBETTE

Por **Daniela Ribeiro de Oliveira** (UFPA) e
Bianca Mycaella dos Santos Tsubaki (UFPA)

Jean Hébette foi um importante pensador, sociólogo, pesquisador, professor e ativista da Amazônia brasileira, em sua trajetória intelectual e ação política, ao longo do período em que trabalhou no Brasil. Hébette aproximou a academia aos movimentos sociais; foi um pesquisador rigoroso e responsável pela formação de importantes quadros docentes na Amazônia, mas não apenas. No estado do Pará, por exemplo, parte do conjunto de pesquisadores e docentes que atuou e/ou ainda atua na Universidade Federal do Pará (UFPA) e na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESPA) teve Hébette como orientador e mestre.

Filho de Victor Léon Hébette e Maria Joseph Rochette, ele nasceu em 15 de fevereiro de 1925 em Winenne, na Bélgica. Iniciou sua vida religiosa em 1942, sendo ordenado em 1949. Graduou-se em licenciatura em Teologia pelo Institut Catholique Dèstudes Superieures em 1954, na França e passou a trabalhar como sacerdote em diversos países como Holanda, Alemanha, Itália, Reino Unido, Irlanda, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda. Em 1967, já como missioná-

VOLTA AO SUMÁRIO

rio e aos 42 anos de idade, chegou ao Brasil (Rio de Janeiro), junto com outros religiosos da Ordem dos Oblatos de Maria Imaculada (OMI), tendo a Teologia da Libertação como perspectiva de ação. Neste mesmo ano, mudou-se para Amazônia, residindo na capital paraense por 46 anos, tendo como principal região de atuação o sudeste paraense e toda a rodovia Transamazônica os quais tornaram-se fronts de batalhas contra as injustiças e desigualdades sociais. Na cidade de Belém, o primeiro grupo com o qual o missionário trabalhou foram com as mulheres prostitutas com as quais construiu relações de amizade.

O trabalho inicial junto às populações rurais e camponesa da Amazônia o levou a ingressar no curso de Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1973, realizando a primeira Especialização em Desenvolvimento Regional (FIPAM/NAEA/UFAP); depois conclui especialização em História Oral pela Universidade Federal Fluminense em 1975. Além disso, ele especializou-se em Sociologia Rural. Essa trajetória de formação lhe abriu caminhos para ingressar na carreira acadêmica, cuja trajetória foi singular. Hébette deixou importante legado sobre a compreensão do campesinato amazônico, bem como participou ativamente na criação de reconhecidas instituições de defesa dos trabalhadores rurais. Desenvolveu estudos sobre os efeitos da criação da Rodovia Belém-Brasília; contribuiu para a origem da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) e, em 1976, participou da (re)criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região Sul e Sudeste do Pará. Três anos depois criou, junto com outros integrantes do Grupo de Estudos sobre Agricultura na Amazônia, o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA) cujo objetivo foi a divulgação de pesquisas sobre agricultura e o fortalecimento das relações com outros pesquisadores de centros acadêmicos e profissionais de instituições de fomento.

Em parceria com a UFPA e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, em 1985, contribuiu para a criação do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) cujo objetivo foi consolidar a agricultura familiar na região, aprimorar a gestão agrícola do meio ambiente e das condições socioeconômicas, da cidadania, participação cívica e na produção por mulheres, entre outros. A partir do CAT surgiu o Laboratório Socioagroambiental do Tocantins (LASAT), em Marabá; o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET), em Altamira; o Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NEAF).

Jean Hébette participou ativamente da construção da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), na criação do curso de Ciências Sociais e de Educação no Campo da UFPA. Foi vice coordenador do NAEA entre setembro de 1989 a setembro de 1992; e em 1995 tornou-se professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) que hoje é o Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Durante sua atuação docente, lecionou disciplinas como, teoria social da modernidade; campesinato na fronteira amazônica; história agrária e do campesinato no Brasil e na Amazônia; sociologia política do campesinato; teoria sociológica e econômica; perspectivas e projetivas da Amazônia; reali-

dade amazônica; colonização e ocupação da Amazônia; economia da região norte; temas atuais de sociologia, entre outras.



Colaborou para o fortalecimento de uma escola alternativa que figurou como espaço de organização política e formação de um pensamento crítico, a Escola Familiar Agrícola (EFA). Em 2004, por meio da Campanha da Fraternidade da Bélgica, empreendeu esforços para obtenção de recursos financeiros, com a finalidade de instalar uma biblioteca na EFA para jovens rurais.

Jean viveu como ativista social e defensor dos direitos e dignidade humana da população rural, entre eles os camponeses e povos indígenas, contribuindo com outra perspectiva sobre a Amazônia e a terra. Ele integrava rigor científico e militância pela causa humanitária, além de analisar, interpretar e enunciar suas conclusões de pesquisa, também mediava o mundo real para transformá-lo. Foi defensor da Amazônia e teve como alvo de suas críticas militante e acadêmica os grandes projetos "desenvolvimentistas". Ele tornou-se referência nacional e internacional em pesquisas sobre campesinato na Amazônia; contribuiu para melhorias na gestão dos recursos naturais desses grupos sociais e para a consolidação da agricultura familiar.

Jean Hébette foi homenageado em vida, recebendo o título de professor emérito da Universidade Federal do Pará (1995); uma medalha dos 50 anos da UFPA pelos relevantes serviços prestados à instituição (2007) e o reconhecimento individual e coletivo de gerações de pesquisadores e pesquisadoras, tanto no sentido formal de mestrados e doutorados, quanto informal, por engajar bolsistas de iniciação científica ou orientações voluntárias nas reuniões que promovia. Os temas abordados por Jean foram essenciais para o entendimento das dinâmicas de fronteira e ocupação na Amazônia, como as questões de classes, fundiárias e do campesinato, privatizações de terras, condições das populações amazônicas e seus modos de vida, invasão de terras indígenas, a pecuária, incentivos fiscais, reforma agrária, produção familiar rural no campo paraense e atividades madeireiras, ocupação econômica do espaço amazônico, conflitos sociais no campo, etc. Coordenou o Grupo de Estudos sobre Agricultura na Amazônia, espaço onde discutiam temas como migração, fronteiras, colonização, movimentos sociais, luta pela terra, povos indígenas, reforma agrária etc.

Após quatro décadas como professor da UFPA e da UNIFESSPA, aposentou-se em 2014 e, em 2015, retornou para Bélgica onde faleceu de causas naturais em 11 de novembro de 2016. O reconhecimento e as homenagens in memória pelas suas contribuições para a Amazônia foram vários, entre os quais, em 2016, o Centro Agroindustrial do Tocantins (Marabá) renomeou a EFA como "Escola da Família Agrícola Prof. Jean Hébette"; em 2017 lhe foi outorgado, pela Assembléia Legislativa do Pará (ALEPA), o título de cidadão paraense; e em novembro de 2018, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), , inaugurou o "Espaço de Convivência Professor Jean Hébette".



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira:* 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Edufpa, 2004.

HÉBETTE, Jean (Org). *O cerco está se fechando.* O impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE; Belém: NAEA/UFPA, 1991.

HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa Acevedo. *Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais.* Brasília: MEC, 1977.

HÉBETTE, Jean; CASTRO, Edna Maria Ramos. *Na trilha dos grandes projetos:* modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

HÉBETTE, Jean; NAVEGANTES, R. S (Orgs.). CAT. *Ano Décimo:* etnografia de uma utopia. Belém: EDUFPA, 2000.

HÉBETTE, Jean; MANESCHY, Maria Cristina; BARBOSA, Sonia. *No mar, nos rios e na fronteira:* faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma Silva. Contradições sociais, utopias agrárias eutopias ambientais na Amazônia. In: STARLNG, Heloísa Maria Murgel; RODRIGUES, Henrique Estrada; TELLES, Marcela (Orgs.). *Utopias agrárias.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SOBRE O AUTOR

UFPA. *ALEPA presta homenagem à memória do pesquisador Jean Hébette*. Acesso em 26 de setembro de 2022: https://ppgsa.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/noticias/todas/328-alepa-presta-homenagem-a-memoria-do-pesquisador-jean-hebette

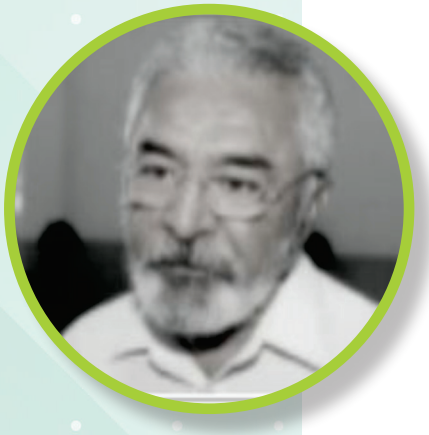
BELTRÃO, Jane Felipe. *Opinião:* Jean Hébette, o mestre se foi. Publicado em 13 de Dezembro de 2016. Disponível em: https://www.beiradorio.ufpa.br/index.php/2016/79-134-dezembro-e-janeiro/119-jean-hebette-o-mestre-se-foi Acesso em 26 de set de 2022.

LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. A contribuição de Jean Hébette. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 3, p. 509-524, out. 2019.

PINTO, Ericka. *Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA comemora 45 anos de criação*. Disponível em https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/8997-nucleo-de-altos-estudos-amazonicos-naea-comemora-45-anos-de-criacao Acesso em 26 de setembro de 2022.

PINTO, Lúcio Flávio; GUERRA, Gutemberg. *Jean Hébette, o nosso belga*. 2013. Disponível em https://gramsci.org/?page=visualizar&id=1570 Acesso em 26 de setembro de 2022

HÉBETTE, JEAN (1925 – 2016). Acesso em 27 de setembro de 2022: http://www.belgianclub.com.br/pt-br/creator/h%C3%A9bette-jean-1925-2016 *Nota de pesar pelo falecimento do professor Jean Hébette*. Publicado em 14 de Novembro de 2016. Disponível em https://unifesspa.edu.br/noticias/1197-nota-de-pesar-pelo-falecimento-do-professor-jean-hebette Acesso em 27 de setembro de 2022



JOÃO BATISTA FILHO

Por **Maria José De Rezende** (UEL)

Sociólogo, nascido em 1936 em Patos (PB), no interior de uma família numerosa. Seu pai era de origem africana e sua mãe de origem indígena. Desde muito cedo, no final da década de 1950 e no decorrer da de 1960, atuou em várias frentes com objetivo de ampliar a participação política, o acesso à educação, à moradia e aos direitos sociais e humanos das populações em situação de miserabilidade e exclusão multidimensional.

A atuação política em prol de melhorias sociais o fez entrar em rota de colisão com alguns grupos que não toleravam ações e práticas políticas que levassem os muitos segmentos populacionais, abandonados pelo poder público, a terem quaisquer expectativas de que os quadros de pobreza e de inacessibilidade aos serviços sociais básicos pudessem ser revertidos.

No final da década de 1950 e início da de 1960 incrementaram-se, em várias partes do país, ações políticas, das quais participavam intelectuais, estudantes, artistas, membros da Igreja Católica, professores e membros de diversos setores da sociedade civil organizada, atuantes em um processo que viesse a impulsionar a democratização e o reconhecimento de direitos. João Batista Filho atuou,

VOLTA AO SUMÁRIO

ao longo desses anos, em várias frentes, entre as quais as que visavam ampliar, por meio da pedagogia de Paulo Freire, a alfabetização de adultos, a conscientização política e o direito de participação dos mais pobres em vários âmbitos da vida social.

Como partícipe da vida política nacional, ele já atuava junto aos setores populares, tanto no período pré-1964 quanto nos anos pós-1964, para ajudar a construção de pautas e de agendas adequadas a situar as demandas de tais segmentos no centro das reivindicações políticas. Por essa razão, ele veio a sofrer diversas perseguições a partir da imposição da ditadura militar e de seu endurecimento com a decretação do Ato Institucional n.5, em 1968.

As perseguições derivadas dessas práticas políticas fizeram-no sair da região nordeste e migrar para São Paulo, o que foi feito como meio de sobreviver aos processos repressivos que lançavam seus tentáculos para alcançar aquelas pessoas que se envolvessem em alguma atuação política não tolerada pela ditadura militar.

A larga experiência na atuação política, junto às camadas mais pobres, foi um impulso de aproximação aos estudos de Sociologia, na década de 1970. Sua trajetória como docente, pesquisador e extensionista se deu a partir dessas atuações e práticas sociais. Antes de fazer o curso na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ele já havia cursado Teologia e Filosofia.

Habitando, com sua companheira Raimunda de Brito Batista, entre 1969 e 1970, na periferia da cidade de São Paulo, após uma migração realizada de forma compulsória, já que estava se escondendo dos asseclas do autoritarismo, presenciou todas as agruras que vivenciavam os habitantes desses bairros onde todos os serviços sociais eram escassos ou inexistentes. Conheceu de perto a pobreza, a miserabilidade, a fome, o desemprego, a exclusão e o não-acesso aos direitos de modo geral.

Entre os problemas sociais que mais lhe causavam impacto se destacava um em particular: a moradia precária, na qual não havia acesso a esgoto, água, arruamentos, transportes, escolas, postos de saúde e hospitais. Desde as suas primeiras atuações como sociólogo, ele esteve voltado para as questões referentes ao mundo urbano.

Seus projetos de pesquisa e de extensão tanto na Universidade Estadual de Londrina quanto na Universidade do Norte do Paraná estiveram relacionados ao planejamento urbano, à habitação precária, à miserabilidade, a exclusões, às desigualdades e ao não-acesso a direitos e às condições cidadãs.

No decorrer dos 25 anos em que permaneceu na UEL, foi um dos principais estudiosos do processo de favelização da cidade de Londrina. Suas análises partiam dos planos diretores da cidade, do planejamento urbano favorecedor da especulação imobiliária que potencializava o crescente processo de segregação de grupos expressivos da população. Todavia, juntamente com as pesquisas de campo ele desenvolveu um amplo trabalho de extensão nos bairros desti-

tuídos de qualquer infraestrutura urbana. Isso o levou a atuar na Coordenadoria de Extensão da UEL no sentido de estabelecer formas de ação que alcançassem tais populações em situação de absoluta exclusão.

A experiência extensionista, vivida após a aposentadoria na UEL, impulsionou, o desenvolvimento do projeto "Resgate da Cidadania, uma Questão de Direito", no qual se buscava mapear a situação de risco social em que viviam por volta de 150 mil pessoas na cidade de Londrina. O mapeamento incluía a situação de analfabetismo, baixíssima renda, desnutrição, fome, trabalho precário, desemprego e falta de documentos. Esse levantamento constatou que a grande maioria dessa população não tinha qualquer documento, o que revelava exclusão total, já que não podiam sequer reivindicar algum tipo de acesso aos programas governamentais.

João Batista Filho passou a coordenar um grupo de estudantes de Direito, que atuavam junto a esses grupos populacionais periféricos, com o objetivo de ajudá-los a fazerem os documentos e assim poderem existir diante do poder público e, consequentemente, tentarem acesso a alguns direitos, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

A vivência nas periferias de São Paulo e de Londrina e o conhecimento profundo dos processos de tribulação cotidiana da população dessas regiões foi o lastro de suas pesquisas que resultaram tanto na tese de doutoramento, intitulada O Projeto Cura no Parque Guanabara: uma política-programa de renovação urbana em Londrina, realizada entre 1980 e 1985 na Universidade de São Paulo (USP) sob a orientação de Henrique Rattner (1923-2011), quanto nos dois trabalhos de pós-doutoramento que foram realizados na França. O primeiro foi elaborado na Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne entre 1989 e 1990, no qual comparou os programas de habitação popular entre três países: Brasil, França e Polônia, com a supervisão de Henry Coing, e o segundo se desenvolveu entre 2008 e 2009, no Centre de Recherche Sur le Brésil Contemporain de l'Ecole des Hautes Etudes, sobre as questões jurídicas na habitação popular tendo Afrânio Raul Garcia como supervisor.



LÉA GUIMARÃES SOUKI

Por **Renato Barbosa Fontes** (NPGAU-UFMG)

Léa Guimarães Souki aposentou-se em 2022, após um vínculo de 48 anos como professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). A trajetória de Léa Souki conciliou docência, pesquisa e gestão acadêmica, guiada por um rigor que lhe permitiu uma prática interdisciplinar capaz de dialogar com inúmeras áreas do conhecimento. Não é fácil situar esta socióloga num campo singular das Ciências Sociais, mas arriscaria dizer que, em suas produções e pesquisas, a Sociologia Política tenha sido o campo na qual Léa tenha dado sua maior contribuição, onde destacaram-se os temas da transição à democracia, política comparada, cultura política e anarquismo.

Nascida em Divinópolis (MG), mudou-se para Belo Horizonte no início da adolescência. Graduou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1970 e, anos depois, em 1974, iniciava sua carreira docente na PUC-Minas Em 1986, defendeu sua dissertação intitulada "Autoritarismo em um Partido Político" no Departamento de Ciência Política (UFMG), orientada pelo Professor Fábio Wanderley Reis. Sua tese de doutoramento, intitulada "O paradigma da 'transição

VOLTA AO SUMÁRIO

que deu certo'", foi defendida no ano de 1994, no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação do Professor Benício Schmidt.

É no período da elaboração de sua tese que Léa inicia uma relação intelectual com a Espanha que se tornou permanente. Entre 1990 e 1992, estabeleceu-se em Madrid, onde passou por um período na Universidad Complutense, sendo a primeira professora da PUC-Minas a realizar um doutorado "sanduíche" com bolsa do CNPq. Foi aluna dos Professores Ludolfo Paramio e José Maria Maraval, duas das maiores autoridades no tema da "transição pactuada", o que lhe permitiu aprofundar seus estudos sobre "transições políticas", especialmente, sobre o "Pacto de Moncloa"[7]. Naquela ocasião desenvolveria seu apreço pelo método da "política comparada" que lhe acompanharia em pesquisas e nas disciplinas ministradas. Vale lembrar que, o início da década de 1990, era uma ocasião em que o Brasil atravessava seu próprio processo de transição, os primeiros anos da chamada "redemocratização".

Após a defesa de sua tese, Léa assumiu a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação na PUC Minas procedendo uma significativa transformação na instituição que, naquela altura, contava com apenas um programa de pós-graduação. Permaneceu por nove anos como pró-reitora, de 1994 a 2003, num período crucial em que a instituição necessitava consolidar uma política de pesquisa e programas de pós graduação *stricto sensu*, e conduziu, por meio de incentivo constante, a entrada da comunidade acadêmica junto às agências de fomento. Tratou-se de um esforço coletivo para consolidar a posição de 10 novos programas reconhecidos pela CAPES, o fortalecimento de um fundo de pesquisa para docentes e a consolidação política da Iniciação Científica. Ainda neste período, no final dos anos 1990, Léa tornar-se-ia "professora titular" por meio de concurso interno.

Entre os programas de pós-graduação que ajudou criar está o de Ciências Sociais, área de concentração "Cidades: Cultura, Trabalho e Políticas Públicas", onde foi professora e orientou dezenas de pesquisas de mestrado e doutorado, sobretudo, na linha de pesquisa "Políticas Públicas, Participação e Poder Local".

Coordenou e participou, também, de pesquisas no âmbito do atual Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia "Observatório das Metrópoles", onde se sobressaíram os estudos urbanos sobre a cultura política na região metropolitana de Belo Horizonte e sobre a governança metropolitana. Sua produção intelectual refletiu-se em vários formatos, escreveu artigos para jornais impressos como o "O Tempo" e "Correio Braziliense", além de portais da internet, como o "Jornal GGN", mesclando análise de determinadas conjunturas políticas com uma sofisticada interpretação sociológica. Dentre seus artigos, para citar apenas um, cito "A atualidade de T.H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil", publicado na Revista Civitas de Porto Alegre, constantemen-

[7] Consenso entre amplas forças políticas da Espanha que facilitou a transição entre o regime franquista e a democracia em 27 de outubro de 1977, gerando a crença de uma transição "exemplar" para parte das elites da América Latina.

te lido e citado em dissertações e teses. Fez parte da organização de livros, dentre eles, "Figura Paterna e Ordem Social: tutela, autoridade e legitimidade nas sociedades contemporâneas", com autores de diferentes países, trouxe contribuições preciosas da psicanálise e da psicossociologia aproximando-as às teorias da política e da sociologia e à tradição historiográfica. No capítulo intitulado "A metamorfose do Rei", a professora discute a tese da possível necessidade da permanência de uma instituição anterior que sirva de ponte entre o passado e o futuro nos processos de transição à democracia. Tese, cuja encarnação histórica teria se dado por meio da restauração da monarquia bourbônica, através da metamorfose e consequente proeminência da figura do príncipe Juan Carlos, cujo passado esteve subordinado de corpo e alma ao regime franquista. Os interstícios dessa metamorfose dão margem à discussão sobre a dupla lealdade e remete à tese psicanalista sobre o papel do pai na ordem social, tema básico do livro.



Provocada pelos movimentos de junho de 2013, coordenou uma pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), sobre um possível renascimento do anarquismo nos movimentos sociais urbanos em Belo Horizonte. Estimulada, Léa retornaria à Espanha, em 2016, para realizar seus estudos pós-doutorais no Institut di Govern y Politiques Publiques (IGOP), sob supervisão do Professor Joan Subirats. No IGOP, procurou identificar o que se havia preservado do anarquismo em Barcelona[8] e deparou-se como uma cultura residual nos ateneus e no cotidiano dos bairros, uma presença da cultura libertária marcada por experiências pregressas de cooperativas e assembleias, assim como uma repulsa às estruturas hierarquizadas de partidos políticos.

Correndo o risco de deixar de fora significativos momentos da carreira profissional de Léa Souki que não cabem ou não se encaixam nesta bionota, cumpre este autor, como ex-aluno e ex-orientando, o papel de enfatizar que, provavelmente, para seus leitores, ex-alunos e colegas de trabalho, sua maior contribuição foi a complexa tarefa de estar atenta aos detalhes e particu-

[8] Única experiência histórica onde o anarquismo foi governo entre os anos de 1936 a maio de 1937 na Catalunha e durante o governo da II República Espanhola com a presença de ministros vindos da Confederação Nacional do Trabalho.

laridades. Socióloga permanentemente e não apenas como ofício, Léa, em todo tempo, procura sustentar suas reflexões em experiências históricas de êxito ou mesmo fracasso, no mundo da cultura, das artes, das revoluções e dos movimentos sociais, como uma sensível e sofisticada observação sobre as determinações e sobredeterminações que atravessaram estes fatos: paixões, medos, conflitos silenciosos e contradições, captados por perspicácia e traduzidos por Léa.

Aposentada da PUC Minas, o ofício sociológico permanece ativo. Léa, para nossa fortuna, segue contribuindo como pesquisadora voluntária em pesquisas realizadas no âmbito do Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos da Escola de Arquitetura da UFMG e no INCT Observatório das Metrópoles.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ARAUJO, José N. G.; SOUKI, Léa. G. FARIA, Carlos A. P.. Figura Paterna e Ordem Social. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

SOUKI, Léa. G.. A atualidade de T.H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil. Civitas (Porto Alegre), v. 6, p. 39/58, 2006.

SOUKI, Léa. G.. A convivência de diferentes culturas políticas no espaço metropolitano. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v. 27, p. 245-262, 2012.

SOUKI, Léa. G.. Barcelona invisível, a tradição libertária no espaço urbano. Revista Indisciplinar, v. 5, p. 164-184, 2019.

SOUKI, Léa G.. Barcelona: a persistência de uma cultura libertária. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 63, p. 89-108, 2018



LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS

Por **Sergio Pereira Leite** (CPDA-UFRRJ)

Nascida em São Paulo, SP, em 07 de fevereiro de 1949 em um bairro operário, Leonilde Servolo de Medeiros construiu, ao longo da sua trajetória profissional e acadêmica, uma bela carreira como professora e pesquisadora, contrariando, como ela mesma diz em seu Memorial para professora titular, o destino que estaria reservado às moças do seu estrato social. Seu interesse por leitura e sua curiosidade intelectual, além do apoio da família e de uma rede pública de ensino, abriram oportunidades que ela soube explorar de maneira muito competente e comprometida, atributos que marcaram seu engajamento institucional e sua dedicação ao trabalho.

Matriculada no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), ela atravessou o tumultuado final dos anos 1960, dividindo-se entre a faculdade e o magistério em salas de aula no que seria hoje o Ensino Médio. Professora comprometida com a tarefa de estimular e despertar o interesse para a ciência e as artes promovendo o aprendizado dos filhos de uma camada pobre da periferia paulistana, empreendimento do qual muito se orgulha. Graduada em 1971, buscou o mestrado na mesma

VOLTA AO SUMÁRIO

instituição, ainda que alterando, no meio do percurso, o campo de interesse, defendendo sua dissertação em 1983 em Ciência Política com o tema da reforma agrária brasileira entre 1945 e 1964. Diga-se de passagem, que, já na graduação, Leonilde Medeiros começara a se interessar pelo meio rural enquanto área de estudo e pesquisa, sendo que os cursos e as atividades de trabalho com Maria Isaura Pereira de Queiroz tiveram um peso nessa escolha, assim como a frequência em outras disciplinas e o contato com outros professores da USP. Também foi nesse período – entre o início e o término do mestrado – que se inseriu no campo profissional acadêmico, seja como pesquisadora vinculada aos projetos na área, seja como professora universitária, primeiro na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) e depois no Campus de Botucatu da Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), onde se juntou a um importante grupo de colegas de diferentes áreas de formação e participou de pesquisas igualmente relevantes, além de integrar a organização de eventos que marcaram o debate na época , como aqueles sobre a mão-de-obra volante na agricultura.

Foi também nesse período que ela experimentará uma outra guinada na sua caminhada acadêmica ao ingressar, em 1979, como professora contratada do então Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) ligado à Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, que se transformaria depois no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Na realidade, a própria história do CPDA se confunde com a trajetória de Leonilde, visto que o curso havia sido criado em 1976/77 e que ela somente se aposentaria da UFRRJ em 2022, mesmo assim permanecendo vinculada ao seu corpo docente. Sua enorme disponibilidade para pensar a instituição e atuar nas mais diferentes frentes (foi coordenadora e vice do Programa diversas vezes, coordenadora de área de concentração, integrante de inúmeras comissões etc.) tornou-a personagem estratégica para operar as diferentes mudanças ao longo de mais de 40 anos de casa.

Ainda no CPDA, criou linhas de pesquisa, abriu novas disciplinas, formou um número enorme de estudantes, especialmente na pós-graduação, realizou sucessivos estudos e coordenou e/ou participou de grupos de pesquisa, em particular o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP), criado em 1997, que permanece sob sua direção. Aliás, é notório o seu envolvimento nas mais diversas redes de pesquisa e/ou associações científicas, especialmente aquelas ligadas ao campo. Além da Associação Latino-americana de Sociologia Rural (ALASRU) precisamos destacar sua contribuição decisiva na formação do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), ainda nos tempos de FGV, que viria depois a se transformar na Associação PIPSA nos anos 1990 e, em 2006, na Rede de Estudos Rurais. Em todos os momentos desse circuito singular de pesquisadores do meio rural brasileiro das mais diferentes áreas do conhecimento, Leonilde esteve à frente da diretoria, da coordenação de grupos de trabalho, da organização dos encontros unindo capacidade administrativa e contribuição acadêmica. Esteve também

associada às redes internacionais de pesquisa, frequentou um bom número de eventos e atuou em diversas situações em centros universitários e de pesquisa no exterior, mas como ela mesma afirma, optou por não investir em estadias mais longas fora do Brasil.



Sua importância e representatividade para a pesquisa de Ciências Sociais no país se refletiu nos "grants" recebidos ao longo da carreira como pesquisadora Produtividade de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como Cientista do Nosso Estado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), entre outros auxílios. Com efeito, suas reflexões, produção bibliográfica e áreas de estudo privilegiaram, em diferentes estágios da sua caminhada, áreas como Sociologia Rural, Sociologia Política, Sociologia do Direito, História, Ciência Política etc. sempre atenta ao desafio em não se fechar no diálogo relativamente hermético entre os especialistas do meio agrário, mas ao mesmo tempo valorizando-o e estimulando a necessária interlocução teórica com as Ciências Sociais de forma mais ampla, retirando o "rural" das prateleiras setorializadas.

Essa busca por elaborar um quadro interpretativo mais abrangente do rural, privilegiando seu interesse pelas lutas sociais no campo, a levou a fazer o doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), entre 1986 e 1995, defendo sua tese sobre "Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo", sob orientação de Maria de Nazareth Baudel Wanderley, retomando antigas questões de pesquisa, como as relacionadas às classes e movimentos sociais no campo, agora sob uma perspectiva menos "uspiana", sorvendo das suas incursões em outras escolas acadêmicas e leituras variadas, bem como da sua constante interação com organizações não-governamentais, sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos de luta pela terra. Aliás, essa dupla militância na academia e no ativismo político, embora tenha confirmado o acerto da sua escolha profissional na universidade como ela mesma reconhece, foi fundamental não somente para sua compreensão dessa realidade em transformação, mas como engajamento social dentro dos valores humanistas que sempre cultivou e o reconhecimento do protagonismo desses atores sociais e lideranças populares que ela se empenhou em publicizar.

Seu mergulho no resgate da história dos movimentos sociais rurais no Brasil resultou no livro de 1989 que permanece como referência obrigatória na área sendo sua publicação mais citada ainda hoje. Seus trabalhos refletem as lutas por terra e a emergência dos assentamentos de reforma agrária, com ênfase na recuperação da memória camponesa e na sua visibilidade, bem como a dramática repressão sofrida pelos trabalhadores rurais durante a ditadura militar brasileira. Seu repertório de estudos estendeu-se ainda às áreas de políticas fundiárias, às questões de gênero e à análise crítica da expansão do chamado "agronegócio" e ao entendimento das ações das organizações patronais. Temas que se refletiram também nas disciplinas de graduação e pós-graduação ministradas na UFRRJ.

Exemplo, ela própria, dessa ascensão e mobilidade social de parte da população brasileira nesse período em virtude da consolidação das instituições públicas de ensino e pesquisa, especialmente no campo das Ciências Humanas, Leonilde Medeiros soube retribuir com a generosidade intelectual que a distingue, as oportunidades que conquistou e os espaços profissionais que ocupou e ainda ocupa, abrindo caminho para novas gerações de pesquisadores, sempre com o mesmo entusiasmo e curiosidade que cultiva desde suas primeiras leituras e aprendizados no ginásio e depois no "Clássico", como se dizia em outra época.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MEDEIROS, L. S. de. *História dos movimentos sociais no campo.* Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, L. S. de; BARBOSA, M. V.; FRANCO, M. A. C.; ESTERCI, N.; LEITE, S. P. *Assentamentos rurais:* uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

MEDEIROS, L. S. de. *Movimentos sociais, disputas políticas e a reforma agrária de mercado no Brasil.* Rio de Janeiro: Unrisd e Edur, 2002.

MEDEIROS, L. S. de. *Reforma agrária no Brasil.* História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (coleção Brasil Urgente), 2003.

MEDEIROS, L. S. de (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo* – a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.



LUCIA BÓGUS

Por **Danièlle de Oliveira Bresciani Fortunato** (UFES)

Natural da cidade de São Paulo, onde nasceu em 1947, Lucia Maria Machado Bógus ingressou aos 19 anos de idade no curso de graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, localizada em Perdizes, bairro onde morou durante toda sua vida. O gosto pelo Magistério se tornou evidente a partir do terceiro ano da Faculdade, em 1969, quando deu início à sua carreira docente no Colégio Brasil-Europa, situado no bairro do Itaim, no qual ministrou as disciplinas Organização Social e Política do Brasil e Sociologia. Ali permaneceu até o final de 1972 e em março de 1973 ingressou como professora Auxiliar de Ensino, na Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. A carreira acadêmica sempre fez parte do seu projeto de vida, tendo se casado, inclusive, com um professor universitário, da área da Engenharia, com quem teve três filhas nos anos de 1977, 1979 e 1981, período que foi intercalado com a defesa do mestrado em Ciências Sociais na PUC-SP e o ingresso no doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – FAU-USP, ambos sob a orientação da profa. Neide Lopes Patarra.

VOLTA AO SUMÁRIO

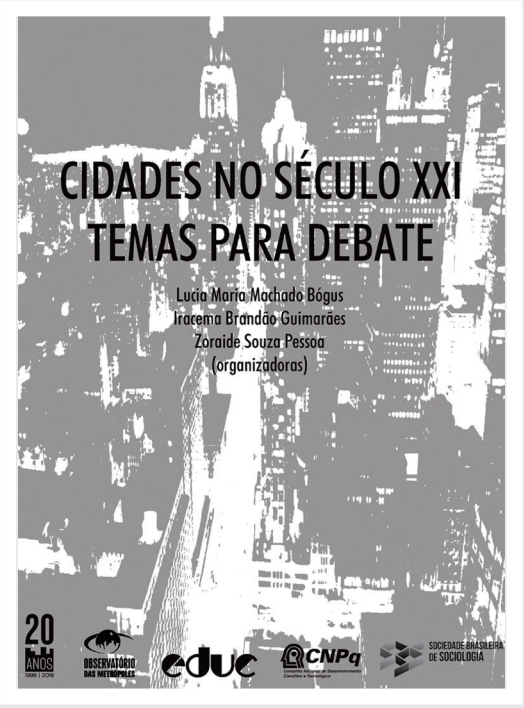
A sua trajetória acadêmica está relacionada a importantes encontros com pesquisadores que cruzaram o seu caminho. Um desses encontros foi com Maura Pardini Bicudo Véras que foi professora de Sociologia de Lucia, durante o Curso Normal do Colégio São Domingos, e foi a grande responsável pela sua escolha profissional. As aulas vibrantes e o debate crítico voltado às inquietantes questões sociais e políticas da época motivaram Lucia a optar pela graduação em Ciências Sociais na PUCSP, onde se tornaram colegas. O Interesse pela pesquisa também foi se aprofundando e, em 1974, recebeu um convite do professor Candido Procópio Ferreira de Camargo, de quem fora aluna, em 1972, no Curso de Especialização em Saúde Pública na USP, para participar de uma das equipes da Pesquisa Nacional de Reprodução Humana, do CEBRAP, coordenada pelos professores Elza Berquó, José Arthur Gianotti, Fernando Henrique Cardoso e pelo próprio Candido Procópio. Essa pesquisa aproximou Lucia de temáticas ligadas à Demografia, sobretudo no que diz respeito à questão migratória e seus impactos sociais e políticos.

No mestrado em Ciências Sociais da PUC-SP era notório o seu interesse pelos estudos urbanos, o que a aproximou da professora Neide Patarra, docente da FAU-USP, que atuava como professora colaboradora na PUC-SP e integrava a equipe de pesquisadores do Programa de Estudos em Demografia e Urbanização, da FAU-USP. A importância de compreender a mobilidade intraurbana de expressivas parcelas de população em algumas regiões da cidade de São Paulo, em razão de projetos de reurbanização e de consequente gentrificação, motivou a realização da pesquisa de mestrado de Lucia, viabilizada pelo apoio da Fundação Ford e do CNPq. Esse apoio foi decisivo para que a pesquisa fosse realizada com êxito, resultando na dissertação "Vila do Encontro, a Cidade chega à periferia: Notas sobre política urbana, família e reprodução da força de trabalho", na qual as dinâmicas urbanas e populacionais são discutidas na perspectiva dos impactos das políticas públicas. Esse primeiro trabalho foi publicado na série CADERNOS PRODEUR, da FAU-USP, em 1988.

Na continuidade do mestrado, e como um desdobramento das análises realizadas, Lucia apresentou o projeto de pesquisa para o doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. A tese de doutorado, intitulada "Reurbanização: Por que e para quem? " foi defendida, por Lucia, em 1988, na FAU-USP e ensejou a realização de outros trabalhos de pesquisa, em diálogo com docentes da USP, da PUC e da UNICAMP. Nesse contexto, participou da equipe de pesquisa do professor Wilson Cano, no Instituto de Economia da Unicamp, entre 1991 e 1997, no projeto temático FAPESP "Migração, Emprego e Projeções Demográficas no estado de São Paulo", que resultou na publicação de livro e artigos de grande relevância para a compreensão dos processos em curso nas cidades do interior paulista e na capital.

Esse trabalho possibilitou novas parcerias e ampliou os debates em torno dos temas da migração interna e da dinâmica demográfica no estado de São Paulo bem como permitiu o estreitamento dos laços acadêmicos e de amizade com a professora Rosana Baeninger, do NEPO/UNICAMP, com quem realizou outras pesquisas e dividiu a autoria de importantes publicações em anos posteriores sobre o tema das migrações internacionais na América Latina

e no Brasil. Sobre os temas da Imigração e do Refúgio, Lucia permanece pesquisando até hoje, com vistas a ampliar o debate e a subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas à inclusão dos imigrantes, sobretudo de fluxos Sul-Sul.



No início dos anos 1990, quando se tornou evidente a saída de brasileiros para o exterior, num fluxo emigratório importante com destino aos países do hemisfério Norte, Lucia participou da elaboração do Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais do Brasil, coordenada pela profa. Neide Patarra entre 1993 e 1996, com financiamento do Núcleo de Estudos de População/ UNICAMP – Cooperação / UNFPA Brasil e que resultou em debates e publicações sobre o tema.

A carreira acadêmica de Lucia foi marcada, também, pelas orientações de teses de doutorado, dissertações de mestrado e projetos de iniciação científica, na PUC-SP, com apoios do CNPq, CAPES e FAPESP. Considerando o conjunto dos trabalhos orientados, nos temas ligados aos Estudos Urbanos e às migrações nacionais e internacionais, orientou mais de 100 trabalhos, entre teses de doutorado e dissertações de mestrado. Muitos de seus ex-orientandos já eram ou se tornaram professores em Universidades Públicas e Particulares de destaque, dando continuidade às pesquisas, ampliando as redes e formando novos pesquisadores.

Cabe registrar que, em meio às atividades de pesquisa e à apresentação de trabalhos em Congressos nacionais e Internacionais, foi na PUC-SP, onde Lucia concentrou seus maiores esforços acadêmicos e profissionais. Até 1988, como docente do Departamento de Sociologia, lecionou na graduação e ministrou Teoria Sociológica para alunos dos primeiros anos dos cursos de Ciências Sociais e Serviço Social e exerceu a Chefia de Departamento. A partir de 1989 ingressou no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCS da PUC/SP, para ministrar Seminário de Pesquisa e Sociologia Urbana e teve o privilégio de conviver com os professores Octavio Ianni, Florestan Fernandes, Heleyeth Safiotti, que então faziam parte dos quadros do Programa, ao lado de Maurício Tragtemberg e outros importantes docentes do Programa. Essa convivência resultou em aprendizado e grande estímulo para a docência e a pesquisa.

Em 1992, Lucia participou da criação do pioneiro Grupo de Pesquisa do CNPq "Núcleo de Estudos Urbanos" do Departamento de Sociologia da PUC-SP, com desdobramentos na criação de Linha de Pesquisa no Programa de Ciências Sociais e na criação do Observatório das Metrópoles, em 1998. Em 1995, foi eleita, pela primeira vez, Coordenadora do Programa de Ciências Sociais, cargo que ocupou até 2004. Nesse período ocorreu a grande expansão e consolidação do Programa, com aumento do número de alunos, sobretudo do doutorado. Foi também um período pródigo em bolsas do CNPq e da CAPES, incluindo as bolsas sanduiche, o que favoreceu a projeção nacional e internacional do Programa.

Em 1998, Lucia foi convidada pelo professor Luiz Cesar Queiroz Ribeiro para apresentar, em parceria, um projeto de pesquisa ao CNPQ, sobre desigualdades sócio espaciais metropolitanas utilizando uma metodologia inovadora, com base nas categorias sócio ocupacionais do censo demográfico e sua distribuição no espaço das cidades. Seriam analisadas, numa perspectiva comparativa, as metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Paris. Lucia coordenou em parceria com a professora Suzana Pasternak, da FAUUSP, a equipe de São Paulo, envolvendo pesquisadores da PUC-SP e da FAU-USP. O projeto foi aprovado e dele surgiu o Observatório das Metrópoles.

A liderança do professor Luiz Cesar Ribeiro expandiu com solidez a rede criada em 1998, que se transformou no INCT Observatório das Metrópoles e é hoje uma grande Rede/Programa de Pesquisa, que reúne núcleos de 17 metrópoles brasileiras e mais de 400 pesquisadores. Lucia permanece na coordenação do Núcleo de São Paulo, sediado no PPGCS da PUC-SP, em parceria com a profa. Suzana Pasternak da FAU-USP e que reúne cerca de 40 pesquisadores de várias instituições do estado de São Paulo. Um dos mais importantes produtos do Observatório das Metrópoles é o periódico Cadernos Metrópole, criado em 1998, e do qual Lucia Bógus e Luiz Cesar Ribeiro são editores. Em 2023 os Cadernos Metrópole, periódico de envergadura internacional, completa 25 anos de existência.

Ao longo das décadas de 2000 e 2010, Lucia participou da promoção e coordenação de várias parcerias interinstitucionais do Programa de Ciências Sociais da PUC-SP com universidades de outros estados brasileiros, por meio de Editais da CAPES, como os Mestrados Interinstitucionais PUCSP-UESB e PUCSP-Universidade Federal do Acre e o Mestrado Associado com a Universidade Vila Velha, no Espírito Santo. A Formação de pesquisadores e docentes sempre foi a grande vocação do Programa da PUC-SP e Lucia participou ativamente dessas parcerias, coordenando, orientando e ministrando disciplinas ligadas à suas áreas de atuação.

Cabe mencionar ainda que Lucia foi membro ad hoc do Comitê de Avaliação de Sociologia da CAPES, no início da década de 2000, a convite da profa. Maria Arminda do Nascimento Arruda, então coordenadora da Área de Sociologia. A participação no Comitê lhe possibilitou conhecer e visitar a maioria dos Programas de Pós-graduação do Brasil, durante alguns períodos nas décadas de 2000 e 2010.

Entre 2005 e 2009 coordenou a Assessoria de Relações Internacionais e Institucionais--ARII, da PUC-SP, o que lhe possibilitou firmar Convênios e Parcerias no Brasil e no exterior, ampliando horizontes para o ensino e a pesquisa, tanto na graduação como na Pós-graduação. Após essa atividade de coordenação da ARII, Lucia voltou a coordenar o Programa de Pós-graduação em outros momentos, em parceria com a profa. Vera Lucia M. Chaia.

Ao longo de toda a sua trajetória acadêmica Lucia sempre se preocupou em discutir e apresentar os resultados de suas pesquisas em Congressos Nacionais e Internacionais, entre os quais merecem destaque os Encontros da ANPOCS, ABEP, SBS e ANPUR, além de Congressos Internacionais da ISA, ALAS e de grupo de pesquisa de universidades parceiras em Portugal, Espanha, Itália, Argentina e Chile. Lucia coordenou Grupos de Trabalho sobre Estudos Urbanos e Desigualdades em Encontros da ANPOCS e da ANPUR e coordena, com a professora Iracema Guimarães, da UFBA, o Comitê de Pesquisa em Sociologia Urbana da SBS.

Quanto aos projetos de pesquisa realizados em parcerias internacionais, cabe mencionar, primeiramente, o projeto Viver nas Periferias, iniciado em 1997, com o Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa e cujas discussões foram revisitadas em Seminário sobre o mesmo tema, realizado na Universidade de Lisboa em outubro de 2022.

Outro acontecimento importante ocorreu em 2005, quanto Lucia foi convidada a integrar a equipe de pesquisadores da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos, em parceria de Universidades Brasileiras- PUCSP, USP, UFCE, UFSE com a Universidade de Coimbra, sob a coordenação dos professores Carlos Fortuna, do CES, Universidade de Coimbra e de Rogério Proença Leite, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. O projeto foi iniciado em 2006, com apoio do CNPq/FCT, e desenvolvido até 2015, com a realização de Missões de Trabalho, apresentações em Congressos e publicações de coletâneas e artigos em revistas científicas.

Durante a Pandemia da COVID-19, com a interrupção dos encontros presenciais, Lucia participou de debates on-line em que se discutiram os impactos da pandemia nas transformações urbanas e nos processos migratórios nacionais e internacionais. No âmbito do INCT Observatório das Metrópoles, esses debates foram divulgados no site www.observatoriodasmetropoles.net em dossiês e nos Boletins semanais. Atualmente, o esforço dessa rede de pesquisa está em colaborar no debate das principais questões urbanas nacionais, com vistas à reconstrução do país e à recuperação das conquistas da democracia.

O percurso acadêmico norteado pelas temáticas sociais pesquisadas, pela dedicação aos alunos, pelo engajamento à gestão acadêmica e pelas contribuições decorrentes de sua produção sociológica fazem de Lucia Bógus uma voz ativa que ecoa em âmbito nacional e internacional.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

PATARRA, N. L.; BÓGUS, L. M. M.. *Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana:* São Paulo 1980-1993. 1. ed. CAMPINAS: UNICAMP, 1997. 574p

BÓGUS, L. M. M.; FORTUNA, C. (Org.). *Cidade e Espetáculo* – A cena teatral luso-brasileira contemporânea. 1. ed. São Paulo: EDUC, 2013. 328p

BÓGUS, L. M. M. ; BAENINGER, ROSANA (Org.). *A Nova Face da Emigração Internacional no Brasil*. 1. ed. São Paulo – SP: EDUC, 2018. v. 1. 508p

BÓGUS, L. M. M.; CARVALHO, I. ; GUIMARAES, I. B.. Entre os Estudos Urbanos e a Sociologia Urbana. *REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA*, v. 6, p. 201-221, 2018.

BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, Suzana. Mapa social de la región metropolitana de São Paulo: desigualdades espaciales. *Andamios* , v. 16, p. 151-175, 2019.

BÓGUS, L. M. M; ALVIM, A. A. T. B.; MANZIANE, V.. Conflits, Vulnerable *Areas and Sustainability in São Paulo. MACROMETROPOLIS. AMBIENTE & SOCIEDADE* (ONLINE), v. 23, p. 1-24, 2020.

BÓGUS, L. M. M. (Org.); PASTERNAK, Suzana (Org.). *Reforma Urbana e Direito à Cidade:* São Paulo. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. v. 1. 254p

BÓGUS, L. M. M.; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Cidades Educadoras e Políticas para imigrantes: o caso do município de São Paulo. *ECCOS REVISTA CIENTÍFICA* (ONLINE) , v. 61, p. 1-18, 2022.

BÓGUS, L. M. M; PASTERNAK, S.; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. A Macrometrópole Paulista e a Pandemia da Covid-19. In: Pedro Henrique Campello Torres; Lucia Maria Machado Bógus; Pedro Roberto Jacobi; Suzana Pasternak. (Org.). *Ordenamento e Governança da Macrometrópole Paulista*. 1ed. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2022, v. 1, p. 23-47.



LUIZ ANTÔNIO DE CASTRO SANTOS

Por **Carlos Henrique Paiva**
(Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Luiz Antônio de Castro Santos (Campinas-SP, 1945) é autor de textos que combinam a abordagens sociológica e histórica de forma precursora nas análises sobre saúde pública e pensamento social no cenário brasileiro. No contexto dos anos 1980, quando a sociologia histórica pouco se aventurava por estabelecer relações entre a saúde pública e a história do Brasil, Castro Santos publicava suas primeiras contribuições para os estudos sobre a reforma sanitária em São Paulo e na Bahia nas primeiras décadas do século XX. Desta época, vieram à público os primeiros trabalhos que, a partir de sua tese de doutorado, defendida na Universidade de Harvard em 1987, não só estabeleceriam de forma seminal diferentes relações entre saúde, pensamento social e políticas de saúde no país, como também, por esta via, abririam caminho para uma vertente de estudos históricos que, a partir destes mesmos trabalhos, aprofundaria o conhecimento sobre diferentes questões de interesse para historiadores e cientistas sociais interessados em saúde pública e pensamento social brasileiro, mas também entre sanitaristas e pesquisadores da saúde pública e coletiva.

VOLTA AO SUMÁRIO

Castro Santos inicia sua atividade profissional no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) em agosto de 1985. Cerca de 12 anos depois, em meados de 1997, se instala no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), uma instituição que desde meados dos anos 1970 desempenhava papel de destaque nas discussões e iniciativas relativas à chamada reforma sanitária brasileira. No IMS/Uerj, Castro Santos conduziu importantes pesquisas no campo da sociologia histórica da saúde. Estudos que abriram caminho para diversos pesquisadores que, desde então, voltaram-se para as diferentes relações entre saúde internacional, nacionalismo e saúde pública, pensamento social e história das profissões de saúde no país.



O pioneirismo se fez acompanhar por uma trajetória constantemente dedicada à formação de jovens pesquisadores, mas também de atenção e contribuição a diferentes problemáticas, sejam relativas à ética em pesquisa, sejam na defesa da educação básica universal e de qualidade. No que se refere à ética em pesquisa, sensível às peculiaridades da pesquisa social, Castro Santos defende a criação da Plataforma Brasil-Humanas, como um recurso independente para as Ciências Humanas e Sociais. No terreno da educação pública, ele se posiciona em favor da recuperação urgente da escola pública e do Ensino Básico em tempo integral, em todo o Brasil, tal como idealizado por Darcy Ribeiro. Essas e outras questões ganharam centralidade não só em textos mais recentes, mas também em palestras feitas em diferentes associações e instituições da ciência e do ensino em nosso país.

Em 2015, já aposentado no IMS/Uerj, Castro Santos migrou para a cidade de Porto Seguro, Bahia, onde se envolveu com o inovador projeto da Universidade Federal do Sul da Bahia, então conduzido pelo professor Naomar de Almeida Filho. Como professor-visitante na UFSBA, Castro Santos contribuiu em diferentes frentes, destaque para suas atividades docentes no Mestrado Profissional em Saúde da Família (Profsaúde), empreendimento dedicado à formação de profissionais para atuação direta na Atenção Primária à Saúde e no Sistema Único de Saúde.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. *O PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL:* ESTILOS, IDIOMAS. 2. ed. Rio de Janeiro: Gramma & EdUERJ, 2017. v. 1. 289p.

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. *Contrapontos:* Ensaios sobre Saúde e Sociedade. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. v. 1. 252p

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de; FARIA, Lina. *Saúde & História*. São Paulo: HUCITEC, 2010. 328p

SOBRE O AUTOR

Entrevista: CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de; PAIVA, Carlos Henrique Assunção; PIRES-ALVES, Fernando ; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Lutas pela história da saúde: perspectivas sobre as ciências sociais em saúde a partir da trajetória intelectual de Luiz Antônio de Castro Santos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 26, p. 993-1012, 2019.



MADEL THEREZINHA LUZ

Por **Ivo Ferreira Brito** (FIOTEC-Fiocruz)

Madel Therezinha Luz nasceu no ano de 1939, na cidade do Rio de Janeiro. Desde a infância se mostrou uma pessoa inquieta e curiosa. Herdou dos pais a paixão pela leitura, em particular pela poesia. Em entrevista ao portal do "Observatório de Práticas Integrativas em Saúde" (OBESERVAPICS/FIOCRUZ), espaço criado em sua homenagem, Madel deixou claro que seu interesse de pesquisa esteve pautado sempre pelo trabalho com a sociologia da "área da saúde da vida", campo de conhecimento que se constituirá como referência para toda a nova geração de pesquisadores da saúde pública e da sociologia da saúde.

Graduou-se em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1958-1962). Entre 1965 e 1969, concluiu o mestrado na Université Cathólic de Louvain, na Bélgica, sob a orientação do sociólogo e professor Pierre de Bie (1917-1996). O contexto social e político no qual se deu sua passagem em Louvain foi marcado por dois movimentos marcantes que trouxeram à tona novas reflexões: a) a discussão da reforma do ensino da Sociologia na Bélgica, protagonizada por Pierre de Bie e George Balandier; e b) o levante estudantil de maio de 1968 em

VOLTA AO SUMÁRIO

Paris e a conformação de uma nova agenda política, que viria a se constituir como uma "comunidade da diferença[9]. O primeiro movimento desencadeou uma completa revisão do ensino de Sociologia na Bélgica. O segundo, sob influência das pautas estudantis de contestação da ordem vigente, Guerra Fria, Guerra do Vietnã, crítica aos costumes e do surgimento do capitalismo de organização do II pós-guerra, trouxe à tona a necessidade de se fazer uma crítica ao método estrutural-funcional dominante na Sociologia.

É nesse contexto que Madel Luz dedicou-se a questionar, em sua dissertação de mestrado, as bases ideológicas do método estrutural-funcionalista da estratificação e das classes sociais e sua aplicação para a compreensão da realidade[10]. Sua estadia em Louvain e sua aproximação com as reflexões epistemológicas de Pierre Bie sobre o método sociológico, principalmente em relação aos limites das abordagens positivistas e objetivas dos fatos sociais, despertaram o seu interesse em desvendar os meandros das relações entre estratificação e classe social no campo da sociologia do conhecimento. O conhecimento dos fatos sociais não podia se restringir à sua exterioridade, à observação e à experiência, pois resultariam em um conhecimento parcial e restrito da realidade. Mais do que especular sobre as estruturas e suas funções, era necessário penetrar nos sentidos da ação, ou seja, uma guinada metodológica em direção ao sujeito. Daí a crítica à ideologia subjacente nas teorias da estratificação e das classes sociais sob a égide do método estrutural-funcionalista na Sociologia.

De retorno ao Brasil, no início da década de 1970, Madel irá confrontar, em plena repressão e controle político do regime militar, um ambiente universitário sob vigilância e interdição, onde a liberdade de opinião e o direito de manifestação são suprimidos, restando apenas as brechas sob as quais uma contracultura de enfrentamento ao regime vinha sendo gestada. Esse contexto foi explorado em um artigo de Luciano Martins, publicado em 1979 nos Cadernos de Opinião, sob o título de "Geração AI-5"[11]. As brechas contraculturais e suas expressões epistemológicas estarão presentes no ambiente acadêmico do Instituto de Medicina Social (IMS-UERJ), do qual Madel faria parte, ambiente no qual uma geração de pesquisadores de diferentes formações, desde o campo biomédico por excelência até as vertentes transversais da antropologia da saúde, sociologia das instituições médicas, epidemiologistas, se debruçaram a compreender as determinações do processo saúde-doença e seus modos de produção social no Brasil.

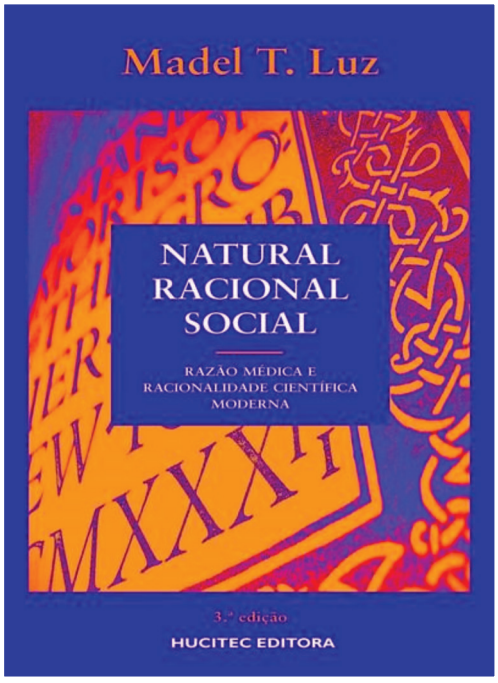
---

[9] Comunidade da diferença é um conceito utilizado por Miroslav Milovic,, como alternativa a reificação moderna da identidade, uma nova condição onde se encontram a luta de classes e as distinções expressas pelas diferenças de gênero, raça e de orientação sexual. O conceito foi desenvolvido no livro "Comunidade da Diferença", publicado pela Editora Relume Dumará/UNIJUI, 2004

[10] Luz, Madel T. "Fondements idéologiques de la méthode structurelle – fonctionnelle: vision fontionnaliste de la stratification et des classes sociales dans une perspective de sociologie de la connaissance". Universite Catholique de Louvain, Belgica, 1969.

[11] Martins, Luciano "Geração AI-5". Cardemos de Opinião; volume 11, 1979.

Madel integrou o corpo docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, nessa instituição, foi responsável por lecionar e conduzir pesquisas na área de saúde coletiva, na pós-graduação do então Instituto de Medicina Social (IMS). Nessa instituição realizou os primeiros estudos sobre o campo de prática da saúde coletiva, sobre as instituições médicas e sobre as políticas de saúde no Brasil, dedicando-se à formação de toda uma geração de profissionais de saúde.



Ingressou no doutorado em Ciências Políticas da Universidade de São Paulo (1974-1978), sob orientação do professor José Augusto Guilhon Albuquerque, tendo como objeto de estudo as instituições médicas e as estratégias de hegemonia. A tese de doutorado é publicada em 1979, "As Instituições Médicas no Brasil: Instituição e Estratégia de Hegemonia"[12], e toma como objeto central as estratégias de poder adotadas pelas instituições médicas e sua capacidade de produzir hegemonia a partir de um discurso técnico-científico, em dois momentos conjunturais constitutivos dos projetos de políticas de saúde no Brasil. O primeiro momento é demarcado pela unificação do sistema de caixas e pensões em um sistema unificado de assistência médica vinculado à previdência social. Esse sistema beneficia apenas a parcela de trabalhadores urbanos que contribuem para a previdência social. O segundo momento é caracterizado pela crescente expansão do complexo médico industrial, que adquire importância não apenas no modelo hospitalocêntrico, mas sobretudo na formação e capacitação dos profissionais de saúde, tendo como lugar de prática o Hospital Universitário. A análise institucional a partir do conceito de hegemonia promove um deslocamento crítico das abordagens da sociologia organizacional para o campo político de disputa de poder. Madel deixa clara sua posição analítica: "pretendo *descobrir nas instituições sua densidade específica como modos de poder de um modo de produção social, evitando reduzi-las a reflexo da evolução das forças produtivas ou à função de reprodutoras das relações sociais de produção"*. Esse pressuposto trata, portanto, o campo da ciência, no caso a ciência da clínica que dá suporte às instituições médicas, não como um campo neutro e autônomo do saber médico, cuja racionalidade se apre-

[12] Luz, Madel T. "As Instituições Médicas no Brasil: Instituição e Estratégia de Hegemonia". Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1979.

senta à sociedade como algo acima dos conflitos, sem nenhuma relação com os processos de reprodução do capital e suas contradições.

Atenta às contradições e ideologias subjacentes, à racionalidade que norteia o pensamento científico moderno, Madel dedicou parte expressiva de seu tempo a investigar e compreender os meandros das "racionalidades médicas" e suas relações sociais, como se constituem e como se afirmam enquanto saberes hegemônicos, muitos dos quais presentes no discurso e na prática da medicina flexneriana. Utilizo "racionalidades" no plural porque foi assim concebido o campo de estudo explorado por Madel Luz e toda a sua equipe. Pesquisadores que atualmente integram o grupo de pesquisa "Racionalidades em Saúde: Sistemas Médicos e Práticas Complementares e Integrativas", no CNPQ. As "racionalidades" em saúde emergem como uma crítica às práticas médicas ocidentais e avançam no sentido de demonstrar outras "racionalidades" possíveis no cuidado à saúde das pessoas. A existência de saberes e práticas em saúde não hegemônicos não se contrapõe às práticas da medicina moderna, mas exige que sejam reconhecidos e que tenham um lugar de prática no sistema de saúde. Madel reconhece e torna transparente a existência de um outro tipo ideal de racionalidade biomédica, que vê a saúde e a vida de um outro ponto de vista, ou seja, mais humano, integral e em harmonia com o ambiente.

A partir das reflexões sobre as racionalidades no campo da medicina e da saúde coletiva, de suas pesquisas de campo e de sua dedicação à formação de toda uma geração de pesquisadores e profissionais de saúde dedicados a pensar novas práticas de cuidado, tornou-se realidade concreta a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), oficializada em 2006. Essas práticas constituem-se como um conjunto de recursos terapêuticos complementares na promoção, prevenção e recuperação da saúde, que passaram a ser ofertados em toda a extensão das redes de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, a rede de atenção passou a ofertar homeopatia, medicina tradicional chinesa, plantas medicinais e fitoterapia, entre muitos outros campos de conhecimento e de práticas alternativas em saúde. O protagonismo de Madel Luz na defesa dessas modalidades de conhecimento, de práticas integrativas e complementares foi vital na discussão da humanização, do acolhimento e da promoção integral do cuidado humano. A síntese das reflexões sobre as "racionalidades médicas" é encontrada em sua obra, "Natural, Racional, Social. Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna", dedicada a esmiuçar as relações sociais da ciência moderna do século XVI ao século XIX, sob a perspectiva do método sociológico.

Madel cita como principais referências na sua formação intelectual, as contribuições de Robert Castel, Michel Foucault, François Jullien e Isabele Stenguers, referências que abordaram o tema da racionalidade científica e que deram contribuições importantes para a compreensão do campo de prática da saúde e Jean Ladriere, com quem compartilhou suas reflexões críticas ao positivismo durante a estadia em Louvain. A essas referências, Madel agrega a contribuição de Roberto Machado, sobretudo as reflexões sobre o campo de prática da saúde

coletiva. Perguntei à Madel, dentre os clássicos da sociologia quem ela nomearia como a principal referência em sua formação? A resposta veio de imediato: Max Weber

Mas se não bastasse toda essa dedicação ao ensino e à pesquisa em saúde coletiva, Madel, também, dedicou-se a discutir, nos idos dos anos 80, em plena retomada das lutas pela democratização e do ascenso dos movimentos sociais, a condição da mulher, tendo como resultado a organização do livro "O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual", publicado em 1982. Outro aspecto importante é que sua produção não se resume exclusivamente ao campo da sociologia. Àqueles que desejarem se aproximar do mundo íntimo e cativante de Madel, recomendo seus livros de passagem pela literatura. O romance "Novelo: narrativa ao fio da memória" nos leva a uma narrativa biográfica que descreve a busca de encontro da personagem com sua história pessoal, com a história de sua geração e a história de seu país. Dois outros títulos foram publicados: o livro de contos "Caminhos, contos e quadros parisienses" e o livro de poesia "Azul de vidro". Madel surpreende pelo humor, pela dedicação ao ensino e sobretudo por sua especial contribuição na luta pela Reforma Sanitária do País.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

LUZ, Madel T, *Natural, Racional, Social: Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1988.

LUZ, Madel T. *As Instituições Médicas no Brasil. Instituição e Estratégia de Hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986.

LUZ, Madel T. *Medicina e Ordem Política Brasileira. Política e Instituições de Saúde no Brasil (1850 – 1930)*. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1982.

Luz, Madel T. *A Arte de Curar Versus a Ciência das Doenças História Social da Homeopatia*. São Paulo, Dynamis Editorial, 1996.



MARIA CELINA PINTO ALBANO

Por **Silvana Cóser** (UFMG)

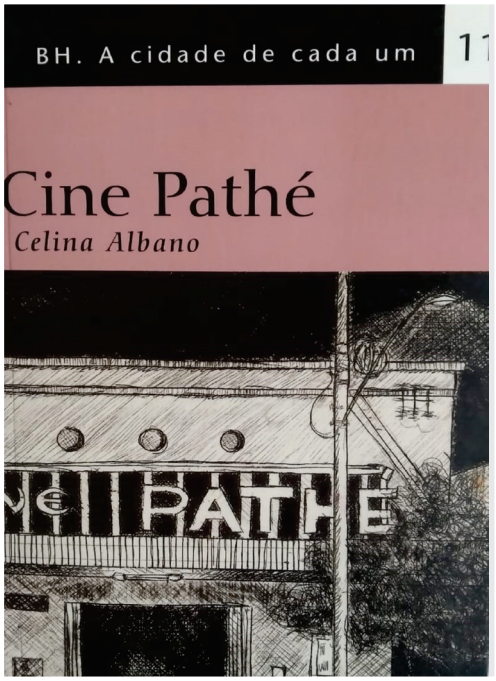
Maria Celina Pinto Albano, mais conhecida como Celina Albano, é natural de Belo Horizonte onde nasceu em 1944. Graduou-se em Sociologia e Política, em 1967, quando o curso ainda funcionava junto à Faculdade de Ciências Econômicas, no centro de Belo Horizonte. Possui Doutorado em Sociologia pela University of Manchester, Inglaterra (1980). Sua área de conhecimento é Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica, Sociologia Urbana, Sociologia Política e Sociologia da Cultura.

Celina Albano tem a marca da ousadia. Entrou como professora na UFMG em 1970, foi a primeira mulher a ocupar a direção da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, a nossa querida e rebelde Fafich, além de ter coordenado o curso de graduação em Ciências Sociais e também o Curso de Mestrado em Sociologia. Não se deixou capturar por um único aspecto da Sociologia e trabalhou principalmente no campo das políticas culturais, como políticas públicas.

Leitora voraz e cinéfila, foi crítica de cinema e aproximou-se das políticas culturais. Ao retornar ao Brasil,

VOLTA AO SUMÁRIO

após o doutorado, o ambiente por aqui fervilhava com o movimento feminista e o Quem Ama Não Mata. Celina juntou-se ao grupo de jornalistas que encabeçava o movimento e participou ativamente de toda a mobilização que vivia a sociedade brasileira, em particular a belo-horizontina, tornando-se uma referência dessa luta e desse movimento.



Como desdobramento desse engajamento e protagonismo, foi convidada a participar do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em plena Constituinte de 1988, integrando o Lobby do Baton e contribuindo para a articulação dos avanços obtidos na constituição no que respeita aos direitos das mulheres. Após a passagem por Brasília, exerceu o cargo de secretária de estado da cultura no governo Hélio Garcia, sendo a primeira gestora a permanecer à frente da SECMG por um mandato completo, quatro anos. Posteriormente, voltaria a atuar nas políticas públicas na área cultural, ocupando a Secretaria de Cultura de Belo Horizonte no governo Célio de Castro e, na sequência, a presidência da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Durante esse período, importantes iniciativas foram tomadas, entre elas a formulação do projeto Bolsa Pampulha, do Museu de Arte da Pampulha, projeto pioneiro e inovador que fez escola, sendo seguido por várias iniciativas similares em outras instituições. Na academia orientou muitos trabalhos envolvendo a temática das mulheres e também das políticas culturais. Depois, voltou-se ao trabalho de consultoria na área de programas sociais, tendo sido consultora externa do Banco Mundial (BIRD) para programas e projetos nas áreas de Educação, Patrimônio, Cultura e Meio Ambiente (Honduras), no período de 1995-2003. Prestes a se aposentar da UFMG, enveredou pelos estudos no campo do turismo, tendo realizado várias consultorias na área, incluindo oficinas interpretativas de patrimônio, e se responsabilizando pela elaboração dos projetos de implantação do curso de turismo na UFMG e PUC Minas.

Suas publicações refletem essa trajetória diferenciada e sempre pronta a abrir novas frentes de atuação. Uma profissional de grande criatividade e olhar arguto. Influenciou muitas gerações e é uma referência no campo da sociologia da cultura e dos estudos feministas.

É autora do volume sobre o Cine Pathé da coleção A Cidade de Cada Um, onde reafirma sua ligação com o cinema e com a cultura. Foi convidada para redigir o volume por sua dupla

condição de socióloga e personagem da história desse cinema, que é também parte de sua própria história, como moradora que era da região da Savassi.

O Pathé, ícone da intelectualidade local, se firmou por uma personalidade engajada, estética e ideologicamente construída, sobretudo nos anos 1960. "Foi um grupo de críticos do Centro de Estudos Cinematográficos (CEC, do qual Celina fazia parte) que transformou o Pathé num "cinema de arte" no final dos anos 1960", conta Celina, que na época tornou-se crítica de cinema no "Estado de Minas". "Foi o Pathé que abriu as portas para o cinema europeu, para a Nouvelle Vague, o cinema italiano, Antonioni." Depois que o Cine Pathé foi fechado, o número 315 da avenida Cristóvão Colombo foi transformado "em um nada" para lástima da cidade que perdeu praticamente todos os seus cinemas de rua e um ícone de sua identidade.

Mesmo afastada da boca de cena, Celina permanece conectada ao ar de seu tempo e uma observadora atenta às mudanças e movimentações atuais por que passa a sociedade atual.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ALBANO, M. C. P. *As Pontes de Cantaria da Estrada Real:* Recuperação de Patrimônio. Ouro Preto: Fundação Educativa Ouro Preto – FEOP, 2009.

ALBANO, M. C. P. *Cine Pathé.* Belo Horizonte: Editora Conceito, 2008.

ALBANO, M. C. P. MURTA, S. M. *Interpretar o Patrimônio:* um exercício do olhar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALBANO, M. C. P. Cultura e cidadania: diretrizes para uma gestão plural. *Revista Pensar BH*, v. 1, p. 6-9, 2001.

ALBANO, M. C. P. A unidade na diversidade: a regionalização da cultura em Minas Gerais. *Revista do Legislativo*, v. 6, p. 7-11, 1994.

ALBANO, M. C. P. Entre os limites do passado e as demandas do futuro: uma análise da cidade história de Ouro Preto, Minas Gerais. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo* (PUCMG), v. 2, p. 87-114, 1994.

ALBANO, M. C. P.; VEIGA, L.; SOMARRIBA, M.; BARBOSA, M. L. UFMG – *Trajetória de Um Projeto Modernizante*. REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – UFMG, v. 32, p. 1-22, 1987.



MARIA DA GLÓRIA GOHN

Por **Olivia Cristina Perez** (UFPI)

A professora Maria da Glória Gohn é referência no campo dos movimentos sociais. Sua trajetória revela uma extrema dedicação ao trabalho que tem como pano de fundo a aposta no poder da ação coletiva para alterar e/ou democratizar os aparelhos estatais e a própria sociedade civil.

Nascida em São Bento do Sapucaí no ano de 1947, Maria da Glória passou sua infância e adolescência entre pequenas cidades no interior do estado de São Paulo e no Vale do Paraíba. Em 1966 mudou-se para São Paulo e se casou com seu companheiro, Renato Gohn, com quem tem dois filhos e uma neta.

Foi o golpe militar e o inconformismo em relação àquela situação, assim como a atuação junto à Juventude Católica, que despertaram o interesse de Maria da Glória para as Ciências Sociais. Seguindo esse curso, em 1967 ingressou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Era uma época de grandes mobilizações políticas e culturais e esse contexto influenciou na escolha do tema de estudos que a acompanhou por toda a sua trajetória: os movimentos sociais.

VOLTA AO SUMÁRIO

Apaixonada pela escrita, Maria da Glória ingressou na pós-graduação em Sociologia na USP, sob a orientação do professor Leôncio Martins Rodrigues, finalizando em 1979 o mestrado com a dissertação Classes Populares, Periferia Urbana e Movimentos Sociais Urbanos: O Movimento da Sociedade Amigos de Bairros em São Paulo. A defesa do doutorado também sob a orientação de Leôncio, mas na área de Ciência Política, ocorreu em 1983 com a tese Participação Popular e Estado – O Movimento de Luta por Creches em São Paulo. Tais reflexões revelam as mobilizações sociais da época voltadas à redemocratização do país.

A relação com a militância não se restringiu ao tema dos trabalhos da professora. Como uma das formas de enfrentamento à ditadura, ainda no período da pós-graduação (de 1977 a 1982) ela foi professora no Curso de Ciências Sociais na PUC/SP ministrando aulas em cursos do URPLAN – antigo instituto de pesquisa da PUC/SP – que tinha uma grande demanda para a formação de lideranças de movimentos sociais.

Finalizado o percurso da pós-graduação, Maria da Glória mudou-se para Belo Horizonte, ingressando na FAFICH/UFMG por concurso público. Na UFMG coordenou um centro de pesquisa e orientou a primeira dissertação de mestrado defendida no novo Programa de Sociologia.

Por problemas familiares retornou a São Paulo depois de três anos e ingressou na Faculdade de Arquitetura da USP para um período de docência como substituta. Lá apresentou a tese Lutas pela Moradia Popular em São Paulo como parte das exigências de concurso para Professor Livre-Docente. Na FAU, Maria da Glória ajudou a consolidar o campo de estudos e pesquisas sobre o planejamento urbano para as populações de baixa renda.

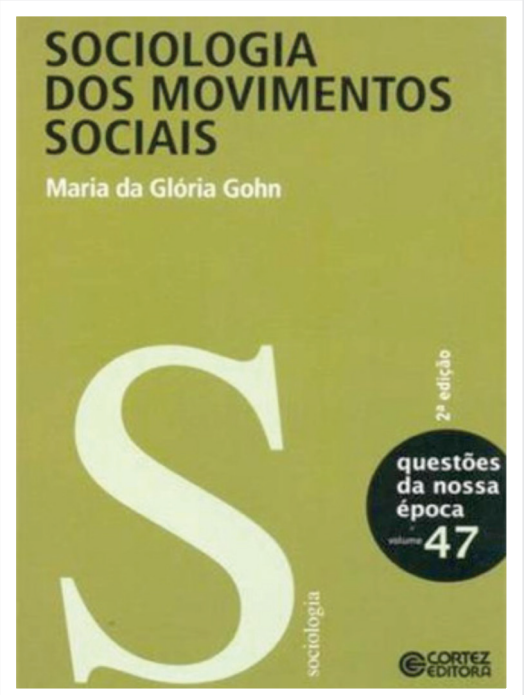
Em 1989, ingressou como docente na Faculdade de Educação na Unicamp onde orientou mais de 100 teses e dissertações sobre movimentos sociais e participação da sociedade civil.

Fez pós-doutorado na The New School for Social Research em Nova York (1996-1997), com apoio do CNPq, tendo como supervisor o professor Andrew Arato. Na New School ela teve a oportunidade de ter aulas e/ou seminários com Eric Hobsbawm, Alberto Melucci, Agnes Heller, Ulrick Beck e outros grandes mestres que passaram pela instituição na ocasião. Todos eles contribuíram para ampliar suas análises com novos olhares, que passaram a ser mais universais e transversais.

Aposentou-se em 2004, mas continuou a atuar como professora colaboradora na Unicamp e como professora visitante sênior da Universidade Federal do ABC (UFABC).

A professora tem uma capacidade ímpar de compreender os fenômenos ainda quando eles estão acontecendo e de publicar excelente explicações de forma célere. Não é possível em tão pouco espaço nomear todos os seus livros, artigos e capítulos. Basta mencionar que foram 23 livros publicados entre 1982 e 2022, sendo 20 de autoria individual e 03 como organizadora e autora, além de 80 capítulos em livros organizados por outros pesquisadores e 134 artigos

em revistas. A professora é Bolsista Produtividade em pesquisa do CNPQ desde 1985 e a partir de 2014 passou a ser pesquisadora 1A.



Apenas para mencionar algumas das suas principais obras, ela publicou A Força da Periferia (Vozes, 1985) como resultado da tese de doutorado; Entre 1990 e 1992 desenvolveu a pesquisa Movimentos Sociais e Educação que gerou o livro com o mesmo nome (1992), com impressionantes 10 reedições sendo um clássico na área. Em 1997 publicou Sem-Terra, ONGs e Cidadania.

Atenta aos acontecimentos, ainda na primeira década deste século escreveu o livro Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica (2001) e Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo (2010), referências nos estudos sobre instituições de participação e movimentos sociais na América Latina, respectivamente.

O livro que ela própria considera mais significativo é o conhecido Teorias dos Movimentos Sociais-Paradigmas Clássicos e Contemporâneos (1997), escrito como resultado de seu estágio pós-doutoral. O livro conta com 14 reedições e várias atualizações.

Sobre um dos seus conceitos mais conhecidos, a educação não formal, publicou diversos livros a exemplo do pioneiro Educação Não Formal e Cultura Política (1999) e organizou a obra Educação Não Formal no Campo das Artes (2015).

Suas obras mais recentes versam sobre o ciclo de protestos e mobilizações no Brasil, a exemplo da obra Manifestações de Junho de 2013 no Brasil; Praças dos Indignados no Mundo (2014) e Manifestações e protestos no Brasil: Correntes e contracorrentes (2017). É importante destacar que esses livros foram escritos no calor dos acontecimentos, o que contribuiu para se tornarem referências na área. Sempre em defesa da democracia e do seu aprimoramento, uma de suas reflexões mais recentes está na obra Participação e Democracia no Brasil (2019) em que Maria da Glória já indica as ameaças ao processo democrático, assim como a necessidade de sua defesa.

A produção da professora impressiona não só pelo volume, mas pelo impacto: praticamente todos os estudiosos dos movimentos sociais em algum momento teve contato com a obra de Maria da Glória Gohn. Maria da Glória continua ativa, coordenando grupos de traba-

lho, participando de diversos congressos e escrevendo livros. Fica então o convite para conhecer sua obra, destacando-se seu mais recente livro Ativismo no Brasil: Movimentos Sociais, Coletivos e Organizações Sociais Civis – como impactam e por que importam (2022). Se tiver sorte, é possível ouvi-la e cumprimentá-la em alguns dos diversos eventos científicos de que ela participa, a exemplo dos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e dos Congressos Brasileiros de Sociologia (SBS).



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

GOHN, Maria da Glória. *Ativismo no Brasil:* Movimentos Sociais, Coletivos e Organizações Sociais Civis – como impactam e por que importam. Petrópolis: Vozes, 2022.

GOHN, Maria da Glória. *Participação e Democracia no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2020 [2019].

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo*. 9ª ed, Petrópolis: Vozes, 2019 [2010].

GOHN, Maria da Glória. *Educação Não Formal e Cultura Política*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2018 [1999].

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil*: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais* – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 14ª ed. São Paulo: Loyola, 2017 [1997].

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais*. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 2013 [1995].

GOHN, Maria da Glória. *A Forca da Periferia*. Petrópolis: Vozes, 1985.



MARIA DAS MERCÊS GOMES SOMARRIBA

Por **Telma Menicucci** (UFMG)

Mercês Somarriba, como ficou conhecida, é mineira, nascida em Jequeri, na zona da Mata mineira, em 24 de setembro de 1943. Filha de fazendeiro e de mãe professora, que assumiu uma escola rural de forma voluntária para alfabetizar os filhos dos trabalhadores rurais da região, além de ter também alfabetizado seus 12 filhos. Nessa escola, já despontava a vocação de professora de Mercês, desenvolvida brilhantemente mais tarde, uma vez que, desde os oito anos, ajudava a mãe nas aulas da escola rural. A grande sensibilidade social dos pais já influenciava a menina e deixaria marcas na sua trajetória, marcada pela união indissociável entre o conhecimento da academia e a preocupação político-social.

Seu ginasial, como então era chamado o segundo ciclo do ensino fundamental, foi cursado num internato em Ponte Nova. Dessa experiência ficou a lembrança negativa das freiras anticomunistas e a consciência da desigualdade racial, pois observava que apenas uma interna era negra e que sofria discriminação. E não por acaso, era a grande amiga da adolescente Mercês. Também em Ponte Nova concluiu o curso normal – o destino

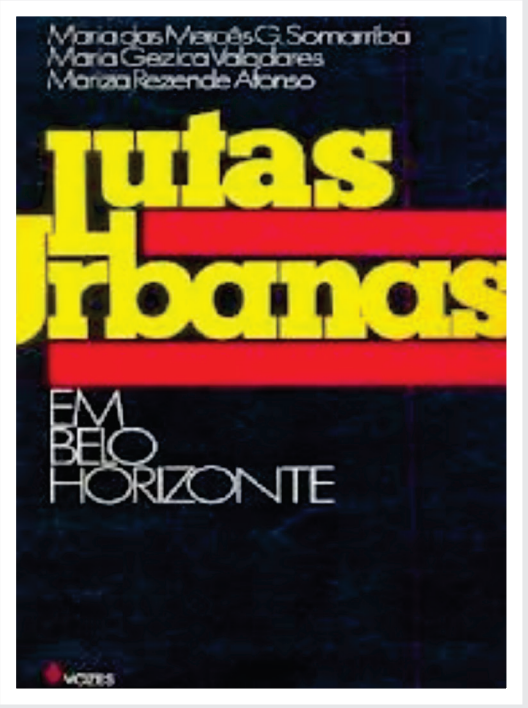
VOLTA AO SUMÁRIO

esperado para as moças da época -, depois de uma pequena passagem por Ouro Preto. Embora curta, essa experiência foi fundamental para seu processo de politização e para a escolha da Sociologia, que venceu seu embate com a possível escolha pelo curso de Letras, uma vez que a literatura era uma das paixões da jovem que devorava livros, particularmente todos os de Jorge Amado.

O distanciamento gradativo do mundo rural completou-se com a mudança para Belo Horizonte a partir do ingresso, em 1964, no curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Nessa escola, que se destacou pela qualidade e incentivos à formação de estudantes para o mundo acadêmico, formaram-se vários professores e pesquisadores importantes para as ciências sociais brasileiras, técnicos de instituições governamentais, ministros de Estado, etc. Mercês fez parte de uma "elite" do curso, formada pelos alunos de destaque que tinham bolsas de dedicação integral sob a condição de terem alto desempenho. Lá fez sua primeira pesquisa sobre o tema movimento estudantil, muito forte nos anos de chumbo da história brasileira, a partir de sua atuação no diretório acadêmico. Mas à noite, atuava como docente num curso de alfabetização de adultos usando o Método Paulo Freire, idealizado pela então "primeira dama" do governo de Minas. A carreira docente continua após a graduação em 1967, então ministrando a disciplina sociologia na PUC de João Monlevade, cidade a mais de 100 km de Belo Horizonte, onde durante o dia atuava como socióloga no governo estadual. Dois anos depois de graduada (1969), se torna professora colaboradora da Universidade de Brasília. Suas aulas de sociologia incomodaram o então vice-reitor da UNB, um Capitão de Mar e Guerra, no período em que a disciplina era objeto de vigilância e censura. No recém criado mestrado em sociologia da UNB, sua dissertação foi a primeira lá concluída, em 1973, e dois anos depois foi fazer o doutorado, também em sociologia, na Universidade de SUSSEX na Inglaterra, doutorando-se em 1978. A perseguição política do vice-reitor, que posteriormente se tornou reitor, se expressou na suspensão discriminatória de seu salário durante a realização do doutorado e na recusa em enquadrá-la no cargo de docente adequado após a titulação. Isso levou ao seu desligamento da UNB e seu ingresso na Fundação João Pinheiro (FJP) como pesquisadora, retornando a Belo Horizonte.

Na FJP se explicitam de forma clara as suas duas áreas de atuação que marcaram sua trajetória acadêmica: movimentos populares e saúde. Montou uma área de pesquisa em saúde na perspectiva da sociologia política, algo novo à época e fez o seu primeiro trabalho de fôlego, em coautoria com Marisa Afonso e Jessica Valadares e que veio a ser uma referência: Lutas Urbanas em Belo Horizonte, publicado pela editora Vozes, em 1984. No final da ditadura, o associativismo urbano tinha explodido e o trabalho foi pioneiro ao estudar essa temática no próprio momento, realizando uma pesquisa empírica relevante e tendo logrado construir uma tipologia do associativismo local. Antes do grande desenvolvimento dos estudos e da literatura sobre participação e sobre movimentos sociais, que acompanha as transformações da democracia e do ativismo após a retomada da democracia no país, o Lutas Urbanas já trazia a

temática da participação e da democratização do poder local.



Foi na UFMG que Mercês teve sua principal atuação acadêmica em todas as suas expressões no período de 1981 a 1995, destacando-se não apenas na docência, pesquisa e extensão, mas também desempenhando um trabalho de construção institucional inclusive, sendo uma das responsáveis pela criação do programa de doutorado em Ciências Humanas – Sociologia e Política -, fruto de uma parceria entre o Departamento de Sociologia e Antropologia e o Departamento de Ciência Política da UFMG.

Os estudos sobre a saúde como tema sociológico, foram introduzidos no programa de pós-graduação por Mercês, que deu uma contribuição marcante e inovadora para a formação de profissionais de diversas áreas profissionais, muitos deles vinculados ao movimento sanitário, responsável pela introdução do SUS na constituição brasileira. Mercês foi sempre uma orientadora séria e afetuosa e foi responsável por favorecer a carreira acadêmica de muitos estudantes de pós-graduação em sociologia. Além de ter se tornado uma referência acadêmica nessa área, formou vários discípulos.

Neste período de muita atividade, além das atividades acadêmicas, também teve papel institucional de destaque com sua contribuição para as associações nacionais da área: fez parte da diretoria da Anpocs (biênio 1995-1996), integrou o Conselho Fiscal da Sociedade Brasileira de Sociologia (1995) e foi também diretora da SBS (1988-1989).

Após sua aposentadoria na UFMG, retomou à Fundação João Pinheiro como consultora e, entre outras atividades, participou da criação, implantação e consolidação do programa de pós-graduação em administração pública desta instituição.

Ao lado de sua atuação acadêmica e institucional no campo da sociologia da saúde e da participação popular, Mercês sempre exerceu de forma discreta, mas nem por isso irrelevante, a militância político-partidária. Participou ativamente do processo de formação política do Partido dos Trabalhadores, buscando socializar no partido aquilo que fazia na academia. De fato, a sua militância política é indissociada de sua vida acadêmica, podendo-se dizer que o conhecimento produzido e acumulado enquanto acadêmica, era colocado a serviço da políti-

ca. Nesse sentido, sempre fez política na sua forma nobre e alicerçada no saber sociológico. E sempre contribuindo para a formação de pessoas em diferentes espaços de atuação.

Mercês é antes de tudo uma mestra.

Mercês tem dois filhos, Valentina e Tomás, e três netos.

Após sua aposentadoria definitiva, se considera hoje uma sitiante. Num sítio, cuida de bichos, hortas e jardins.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SOMARRIBA, M. M. G. On The Limitations Of Community Health Programmes. In: Susan B. Rifkin. (Org.). *Readings In Health, Development And Community Participation*. Genebra-Suiça: World Councilof Churches, 1980, p. 61-67.

SOMARRIBA, M. M. G.; AFONSO, M. R.; VALADARES, M. G. *Lutas Urbanas em Belo Horizonte*. 1ª. ed. Petrópolis-Belo Horizonte: VOZES-Fundação João Pinheiro, 1984. 140p .

SOMARRIBA, M. M. G. As Ciências Sociais em Saúde e o Ensino: Notas para Debate. In: Ana Maria Canesqui. (Org.). *Dilemas e Desafios das Ciências Sociais na Saúde Coletiva*. 1ªed.São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – Abrasco, 1995, p. 145-149.

SOMARRIBA, M. M. G.; DULCI, O. S. A democratização do poder local e seus dilemas: a dinâmica atual da participação popular em Belo Horizonte. In: Eli Diniz; Sérgio de Azevedo. (Org.). *Reforma do Estado e Democracia no Brasil*. 1ªed.Brasília: UnB – ENAP, 1997, p. 391-425.

SOMARRIBA, Mercês; SOMARRIBA, Valentina. "Um século de avanços e retrocessos da cidadania no Brasil", in: Claudemir Francisco Alves (Org.). *Igreja e sociedade:* análises em perspectiva. Contagem/MG: editora FUMARC, 2015.



MARIA DE LOURDES URBAN KLEIKE

Por **Louise Ronconi de Nazareno** (IPARDES)

Nascida em, 09 de fevereiro de 1940, em Curitiba, é a mais velha de quatro irmãos, descendente de poloneses.

O pai era um pequeno empresário, tinha uma oficina de móveis de estilo e a família morava no mesmo terreno que a oficina-fábrica. O bairro era um adensamento de imigrantes de várias nacionalidades e a fábrica e a casa um território no qual circulava essa vizinhança vinda dos quatro cantos do mundo. Pela maior identificação com os polacos sua mãe criava muitas atividades com essas crianças por entender que a arte e o lúdico unidos tinham valor inestimável para construção do caráter e sustentação para sobrevivência.

Sempre pensou que deveria estudar para poder auxiliar o pai nos negócios familiares, por isso fez técnico em contabilidade. Mas o casamento a distanciou um pouco do urbano quando o marido diante das oportunidades da política agrícola dos anos 60, deixa a ocupação de bancário para se dedicar à produção rural em uma pequena área nos arredores de Curitiba.

VOLTA AO SUMÁRIO

Essa proximidade com os desafios da atividade produtiva familiar passa a ser uma importante experiência de vida. Entender as questões econômicas e sociais ganha um interesse particular com a participação no Movimento Familiar Cristão, uma linha progressista da igreja católica. Nesse contexto a universidade se apresentava como perspectiva de melhor compreensão das profundas mudanças que estavam ocorrendo no País.

Seus irmãos mais novos já estavam engajados na política estudantil contra a ditadura. Já com 28 anos de idade, 11 de casada e dois filhos, entrou no curso de Ciências Sociais em 1969, da Universidade Federal do Paraná, por sugestão da irmã mais nova Tereza Urban, combatente contra ditadura militar que se exilou no Chile de 1970 a 1972.

Sua vida de mãe, esposa e apoio à família que enfrentava os desmandos da ditadura com a prisão de dois de seus irmãos, não permitia o envolvimento intenso na universidade para além das aulas, mas sendo boa aluna, terminou os estudos em 1972 e logo, conseguiu, por indicação de um professor de economia, ministrar algumas aulas na PUC-PR. Foi também sua professora Lia Zanotta Machado quem a levou para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, recentemente criado.

O convite para trabalhar no Instituto foi uma grata surpresa e marcou o encantamento dela pela descoberta do que seria a sociologia para além da teoria e dos estudos acadêmicos, além de um instrumento importante para explicar mudanças e tendências e fundamentar o planejamento a partir de dados.

Ainda se demorou para compreender a importância e a dimensão da contribuição da Sociologia para as políticas públicas no Paraná. Os estudos e pesquisas do IPARDES foram avançando em capacidade analítica, em valorização dessa captação de dados primários, bem como de uso dos dados dos censos demográficos e agropecuários.

Maria de Lourdes participou dos estudos nos anos de 1970 e início de 1980 que mostravam as transformações no rural paranaense e colocavam as migrações, sua expressividade e tipo, no centro das discussões sobre esvaziamento rural e urbanização periférica.

Em fins de 1984, ela foi encaminhada para Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, sem muita explicação pelo novo presidente da Instituição. Um novo ciclo de aprendizado se instalou. Enquanto no IPARDES se dedicou a trabalhar com o esvaziamento e transformações do rural, agora na COMEC, podia observar o momento de intenso crescimento e a gravidade dos problemas urbanos nas periferias da capital e municípios vizinhos.

O retorno para o IPARDES veio com a presidência de Mariano de Matos Macedo e um novo desafio de estudos na área de Políticas Sociais e que teve no estudo “Planejamento e Implantação da Descentralização dos Serviços de Saúde” uma importante contribuição. Esse tempo era de introdução massiva de informática e de base de dados sistemática dos registros administrativos em que o instituto se envolveu fortemente para melhoria da análise de dados

dos municípios paranaenses. Cresce nesse período o uso de indicadores e as possibilidades de espacialização que ampliam e agilizam as respostas ao planejamento.

A longa permanência no campo profissional no instituto, permitiu que Maria de Lourdes, carinhosa e respeitosamente chamada de Mainha por seus colegas profissionais, convivesse com diferentes perfis de profissionais e se envolvesse em diversos temas de pesquisa e equipes. Suas últimas contribuições foram no âmbito da Rede IPEA e Associação Nacional das Instituições de Planejamento Pesquisa e Estatística – ANIPES, no projeto Fortalecimento Institucional e Qualificação da Gestão Municipal. Os trabalhos do IPARDES costumam ser de autoria coletiva-institucional e essa característica cria uma aproximação e uma prática de discussão intensa entre colegas, o que Maria de Lourdes destaca como um processo de permanente aprendizado e de trabalho fascinantes.

Os trabalhos aqui sugeridos são parte da história do aprendizado e da trajetória de envolvimento do conhecimento da realidade paranaense feito pela autora nos grupos e parcerias que desenvolveu.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

IPARDES. *O trabalho Rural Volante no estado do Paraná*. Vol. 1, 2, 3. Curitiba: IPARDES, 1978. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Relatorios-de-Pesquisa-1978 Acesso em 24 out. 2022

IPARDES – Fundação Edison Vieira. *As migrações e as transformações produtiva e fundiária no Paraná*. Curitiba: IPARDES, 1983. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/RP_migracoes_estrut_produtiva_06_1983.pdf Acesso em 21 out. 2022

IPARDES – Fundação Edison Vieira. *Serviços Públicos e Política de Saúde:* saúde na perspectiva do município – planejamento e execução. Curitiba: IPARDES, 1991. 79P. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/serv_pub_saude_03_91.pdf Acesso em 31/10/2022

IPEA/IBGE/UNICAMP/IPARDES – Caracterização e Tendência da Rede Urbana do Brasil – vol. 6, *Redes Urbanas Regionais;* Sul – Brasília/DF – 2000.

IPARDES. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – *IDHM – 2000:* anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2003. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/RP_idhm-2000_2003.pdf Acesso em: 24 out. 2022



MARIA HELENA OLIVA AUGUSTO

Por **Liana de Paula** (Unifesp)

Nascida em 29 de setembro de 1944 em Botucatu, no estado de São Paulo, Maria Helena Oliva Augusto formou-se no magistério no Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Curitiba, em 1962, graduando-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná em 1966.

Ainda em 1966, Maria Helena, juntamente com Maria Célia Paoli (na época, Pinheiro Machado), foi a São Paulo para fazer contato com Marialice Foracchi para convidá-la a apresentar em Curitiba seu então recém-lançado livro O estudante e a transformação da sociedade brasileira; e se informar sobre as condições para ingressar na pós-graduação na Universidade de São Paulo – USP. Sem saberem que não havia aulas na USP na Semana Santa, Maria Helena e Maria Célia encontraram a antiga sede da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na rua Maria Antônia, quase vazia. Ainda assim, conseguiram ser recebidas por Leôncio Martins Rodrigues, que lhes deu o telefone de Marialice. De volta a Curitiba, conversaram com Marialice, que aceitou o convite e, quando foi a Curitiba, sabedora da intenção delas

VOLTA AO SUMÁRIO

de estudar na USP, passou a orientá-las sobre as exigências da pós-graduação e, por meio de cartas, indicou os autores e títulos que deveriam ler.

Em 1967, iniciaram a pós-graduação na Cadeira de Sociologia I, acompanhadas de Elizabeth Bello, que foi para a Cadeira de Sociologia II. Ao receberam os atestados de conclusão, no final de 1968, descobriram que haviam feito uma especialização e que os cursos de pós-graduação stricto sensu na sociologia da USP estavam se estruturando naquele momento. De fato, quando houve essa estruturação, matricularam-se no mestrado.

No começo de 1969, Maria Helena e Maria Célia foram convidadas a ingressar no Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho – CESIT como pesquisadoras. Criado por Florestan Fernandes em 1961, o CESIT era vinculado à Cadeira de Sociologia I e era dirigido, naquele momento, por Leôncio Martins Rodrigues.

Porém, a Reforma Universitária de 1968, resultante do endurecimento da ditadura em relação às universidades, atingiu fortemente a USP, levando à extinção das Cadeiras de Sociologia I, Sociologia II, Antropologia e Política, que passaram a constituir o Departamento de Ciências Sociais, e à aposentadoria compulsória de vários professores da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, entre eles, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Nesse processo, o CESIT deixou de existir.

Com o fim do CESIT, Maria Helena e outras jovens pesquisadoras foram incorporadas ao recém-criado Departamento de Ciências Sociais como docentes, no nível de instrutoras. A fim de preparar as ingressantes na carreira docente, Marialice Foracchi e José de Souza Martins organizaram seminários semanais para a discussão de autores clássicos (Weber, Marx, Durkheim e Simmel). Participando desse grupo, estavam também Maria Célia Paoli, Irene Cardoso, Jessita Nogueira Moutinho, Heloísa Fernandes e Heloisa Martins. Com o falecimento de Marialice Foracchi em 1972, o grupo passou a ser coordenado por José de Souza Martins.

Em 1971, Maria Helena iniciou o mestrado, sob a orientação de Luiz Pereira, focando o tema do desenvolvimento a partir do papel do Estado, tratado por ela em uma leitura marxista apoiada nas contribuições de Poulantzas e Althusser. Sua dissertação, intitulada Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista, foi defendida em 1976 e publicada em 1978 pela Editora Símbolo. Em 2017, a Editora da Universidade Federal do Paraná reeditou a obra.

Em 1979, foi convidada a participar da comissão de coordenação de uma pesquisa sobre classe operária em Cubatão, conduzida por Marcília Medrado de Faria, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP. Naquele momento, os sindicatos não discutiam a questão da saúde dos trabalhadores, o que veio a constituir um objeto de pesquisa para Maria Helena. Embora tenha posteriormente se afastado dessa pesquisa, a questão da saúde permaneceu como interesse.

Nesse sentido, em 1982, Maria Helena foi convidada pela Secretaria de Saúde a participar de um curso para a formação de pesquisadores em saúde coletiva. E, de 1984 a 1986, coordenou um projeto de pesquisa sobre tecnologias em saúde, em parceria com Olavo Viana Costa, que era um dos professores desse curso e veio a se tornar o seu primeiro orientando de pós-graduação. Aprovada pela Organização Panamericana de Saúde, a pesquisa serviu de base para a elaboração final da tese de doutorado de Maria Helena, intitulada Política social e tecnologia em saúde.



Em paralelo, no início dos anos 1980, começou a ampliar suas reflexões para temáticas da teoria sociológica, passando a oferecer, em 1983, a disciplina optativa Indivíduo, razão e liberdade. Estimulada pelas discussões e leituras do programa de Sociologia I, do qual fez parte desde a sua entrada na USP, ela pretendia discutir, a partir dos clássicos, a maneira como diferentes autores e teorias, em momentos históricos diversos, examinavam esses conceitos, sendo o primeiro deles – de indivíduo – pouco discutido na área sociológica, o que se modificou com o passar do tempo.

Contudo, as pressões de carreira, com a chegada do prazo para depositar a tese de doutorado no final de 1986, levaram à opção pela manutenção, naquele momento, do tema do Estado na tese, com foco na saúde. Com o falecimento de Luiz Pereira em 1985, a tese contou com a orientação de Leôncio Martins Rodrigues em sua etapa final. A tese foi defendida em 1987, mesmo ano em que o Departamento de Ciências Sociais se dividiu em três, de Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

As reflexões a partir de sua participação fundante no campo da sociologia da saúde levaram a várias pesquisas e produções ao longo de sua carreira, das quais destacam-se, mais recentemente, a organização de um dossiê para a revista Tempo Social em 2015 e a participação em uma pesquisa em andamento sobre reprodução assistida.

Porém, as reflexões sobre indivíduo e teoria sociológica permaneceram em sua trajetória intelectual, seja na optativa Indivíduo, razão e liberdade, que foi oferecida até 2016 e marcou gerações de cientistas sociais formados pela USP, seja na pós-graduação, com a disciplina O indivíduo na teoria social e, nos dois níveis, Individualismo e Contemporaneidade, seja em

pesquisas e publicações posteriores. Dessas, destaca-se sua participação na organização do seminário internacional de comemoração dos 150 anos de nascimento de Durkheim, promovido pelo Departamento de Sociologia da USP em 2008, e na organização da publicação dos resultados desse seminário, em 2009. Destaca-se também sua participação no Grupo de Pesquisa sobre Governo, Ética e Subjetividade – GES, com o qual organizou um seminário internacional sobre as intersecções entre a obras de Weber e Foucault, em 2013, e um livro resultante desse seminário, publicado em 2018, em que Maria Helena contribuiu também com um capítulo sobre subjetividade e técnicas de si em Weber e Foucault.

A partir dos anos 2000, Maria Helena também retomou o tema inicial que a havia levado a buscar o contato de Marialice Foracchi ainda nos anos 1960: a sociologia da juventude. Nesse sentido, organizou com Heloísa Martins um dossiê temático para a revista Tempo Social, em 2005, e coordenou com Melissa de Mattos Pimenta o grupo de trabalho sobre juventudes nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais – Anpocs entre os anos de 2013 e 2019.

Na sua atuação em gestão e representação, foi Coordenadora da Comissão de Graduação da Área de Sociologia entre os anos de 1977 e 1987, e representante do Departamento de Sociologia na Comissão de Ensino do Curso de Ciências Sociais, de 1987 até 1992. Ainda nos anos 1990, foi vice-chefe do Departamento de Sociologia da USP, entre 1992 e 1993, e chefe do Departamento no biênio seguinte (1994-1995). Entre 1998 e 1999, foi secretária adjunta da Sociedade Brasileira de Sociologia, na presidência de José Vicente Tavares dos Santos.

Aposentou-se em 2014, seguindo como professora sênior do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, orientando doutorandos e mestrandos. Seu papel na formação de novos cientistas sociais levou à conclusão de 33 dissertações de mestrado e 33 teses de doutorado em Sociologia, sendo ela uma colega, professora e orientadora admirada e respeitada por pares, alunos e orientandos.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

OLIVA AUGUSTO, M. H. Condução da vida e governo de si: essa aproximação é possível? In. JARDIM, F. A. A.; TEIXEIRA, A. L.; LÓPES-RUIZ, O. J.; OLIVA AUGUSTO, M. H. (orgs.), *Max Weber e Michel Foucault*: paralelas e intersecções. São Paulo: Educ, Fapesp, FFLCH, 2018, p. 237-266.

OLIVA AUGUSTO, M. H. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo de caso sobre a Codepar (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná). *Curitiba:* Editora da Universidade Federal do Paraná, 2017.

OLIVA AUGUSTO, M. H.; ANTUNES, J. L. F. "Apresentação – Dossiê Ciências Sociais e Saúde", Tempo Social, v. 27, 2015, p. 9-12. Disponível em https://www.revistas.usp.br/ts/issue/view/7826.

OLIVA-AUGUSTO, M. H., MASSELLA, A. B., PINHEIRO, F. A., WEISS, R. *Durkheim 150 anos. Belo Horizonte*: Argumentum, 2009.

OLIVA AUGUSTO, M. H. "Retomada de um legado: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude", *Tempo Social,* v. 17, n. 2, 2005, p. Disponível em https://www.revistas.usp.br/ts/issue/view/993.

OLIVA AUGUSTO, M. H. "Indivíduo, vida contemporânea e tecnologia em saúde", *Saúde, Cultura e Sociedade*, São Paulo, caderno 2, 1997, p. 3-22.

OLIVA AUGUSTO, M. H. "Tecnologia em saúde no Brasil", *São Paulo em Perspectiva*, v. 6, n. 4, 1992, p. 2-8.

Depoimento de Maria Helena Oliva Augusto ao Projeto Memória do Departamento de Sociologia – USP. Disponível no canal do Departamento de Sociologia da USP: https://www.youtube.com/watch?v=1nswhrImyI0.



MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES

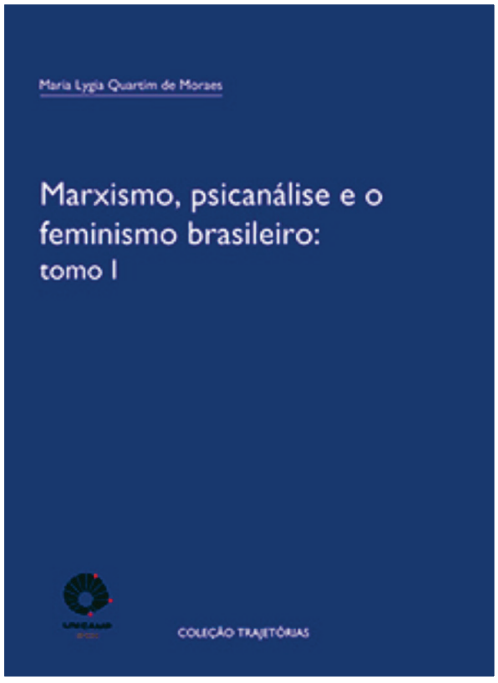
Por **Luna Ribeiro Campos**
(CEFET/RJ; UNICAMP)

Maria Lygia Quartim de Moraes nasceu na cidade de São Paulo em 1943. Entre 1963 e 1966, realizou a graduação em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), onde foi aluna de figuras como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Otávio Ianni. Nesse período, de intensa agitação política estudantil, foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Ação Libertadora Nacional (ALN). No final dos anos sessenta, com a prisão de seu marido e a perseguição política, partiu para o exílio. De 1969 a 1975, morou em Cuba, na França e no Chile.

Em Cuba, estabeleceu contato com movimentos revolucionários de várias partes do mundo e se aprofundou na literatura sobre as revoluções latino-americanas. Em Paris, em 1970, se aproximou de outros grupos intelectuais de esquerda, participando de seminários e grupos de estudo e se aprofundando na teoria marxista. Também é desse período o contato com o feminismo e a participação ativa no debate feminista no interior da militância de esquerda exilada.

VOLTA AO SUMÁRIO

Em 1971, com a posse de Salvador Allende, Maria Lygia se mudou para o Chile, seguindo o caminho de tantas outras pessoas exiladas e perseguidas, do Brasil e de outras partes da América Latina, que viam naquele país a esperança socialista. Os anos de exílio e mobilização política foram acompanhados de muito estudo: Maria Lygia realizou cursos de pós-graduação na França e no Chile entre 1970 e 1974. Em 1975, ao retornar ao Brasil, integrou o grupo de pesquisadores de economia do Centro Brasileiro de Planejamento (CEBRAP), em que participou de diversos projetos e da editoria de alguns jornais, como o Movimento e o Em tempo, ao lado de Francisco de Oliveira e Guido Mântega. Em 1977, iniciou o doutorado em Ciência Política na USP. Concomitantemente, participou ativamente da militância feminista e foi uma das fundadoras do jornal Nós Mulheres, um dos periódicos mais relevantes do período para o avanço das ideias feministas e os debates sobre socialização do cuidado.



No ano seguinte, junto a Cynthia Sarti, realizou uma pesquisa sobre a imprensa "feminina" que foi financiada pela Fundação Ford e redirecionou seus interesses de pesquisa. A tese de doutoramento, intitulada Família e Feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres, defendida em 1982, foi produto daquela pesquisa e, desde então, Maria Lygia dedicou-se à questão da família, da imprensa e do feminismo.

Sua carreira acadêmica teve início em 1983 na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atuou em cursos de pós-graduação e em núcleos de pesquisa, desenvolvendo projetos sobre a chamada questão feminina. Entre suas atividades no período, ajudou a fundar e consolidar o Núcleo de Estudos sobre a Mulher da UFBA. Em 1985, retornou a São Paulo e ingressou no Departamento de Sociologia da UNESP/Araraquara, onde permaneceu como docente e pesquisadora por quase uma década.

Em 1993, tornou-se parte do corpo docente do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nesta mesma universidade, defendeu sua tese de livre-docência em 1997 e tornou-se professora titular em 2005. Atualmente, é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp e professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas

Sociais da UNIFESP/Baixada Santista. Além disso, é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (Unicamp) e pesquisadora (Bolsa de Produtividade) 1B do CNPq. Também é membro do GT Estado Laico da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e líder do GP Teorias e Militâncias Feministas do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

Além de seu envolvimento político contra a ditadura militar, a luta para elucidar as circunstâncias da morte de seu primeiro marido, Norberto Nehring, fez com que a reflexão sobre memória, exílio e direitos humanos fosse uma constante em sua produção intelectual e atuação política. Destaco aqui, no âmbito de sua atuação na Unicamp, a coordenação do projeto "Documentos e memórias da repressão e da resistência política – Brasil, 1964-1982" e a presidência da Comissão da Verdade e Memória "Otávio Ianni".

Especialista em Sociologia clássica, Maria Lygia também é pesquisadora na área de movimentos sociais, família, direitos reprodutivos, feminismo, marxismo e psicanálise. Em sua trajetória, publicou livros, capítulos de livros e artigos no país e no exterior, além de ter coordenado diversos projetos de pesquisa e de ter orientado estudantes de mestrado e doutorado em pesquisas nessas áreas de interesse.

Nas últimas décadas, tem se dedicado a pesquisar as raízes do pensamento feminista e os impasses do feminismo enquanto um dos movimentos sociais mais expressivos do século XX, além de refletir sobre a forma como os ativismos feministas vêm sendo centrais para a reconstrução da democracia nos países do Cone Sul. Entre suas principais contribuições para o campo dos estudos feministas no Brasil, destaco seus textos sobre a relação entre marxismo e feminismo e seus esforços em pautar o debate sobre os direitos das mulheres nos espaços de esquerda. Isso fica evidente em suas contribuições para a revista Margem Esquerda e em outros artigos publicados em diversas revistas acadêmicas.

Em 2017, foi publicado no site do IFCH da Unicamp, na Coleção Trajetórias, um livro em dois tomos que reúne os seus artigos escritos nas últimas quatro décadas sobre suas principais fontes de inspiração: marxismo e psicanálise. Intitulada "Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro", a obra compila parte de sua tese de doutorado e de sua tese de livre docência, nas quais articula esses marcos teóricos à história do feminismo no Brasil, que se mistura, por sua vez, com sua própria biografia.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MORAES, Maria Lygia Quartim de. "Raízes do feminismo político e embates atuais". *Germinal:* Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 12, n. 1, p. 8-23, abr. 2020.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro. Tomo 1: *A crítica feminista às teorias sobre a família e ao "eterno feminino"*. Coleção Trajetória n. 9. Campinas: IFCH-Unicamp, 2017.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro. Tomo 2: *Movimentos sociais, cidadania e democracia no Cone Sul*. Coleção Trajetória n. 9. Campinas: IFCH-Unicamp, 2017.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. "O feminismo político do século XX". *Margem Esquerda* – ensaios marxistas, Boitempo Editorial, n. 9, 2007.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. "Pós-modernismo, marxismo e feminismo". *Margem Esquerda* – ensaios marxistas, Boitempo Editorial, n. 2, 2003.

SOBRE A AUTORA

Entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes. CPDOC-FGV, *Projeto Memória das Ciências Sociais no Brasil*, 11/07/2019. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=VhVfNDl5O9w

TEGA, Danielle. *Uma feminista marxista*. Entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes. Revista Plural, vol.28, n°2, pp. 203-222.



MARIA STELLA FARIA DE AMORIM

Por **Glaúcia Villas Bôas** (UFRJ)

Maria Stella Faria de Amorim nasceu em 26 de janeiro de 1936, em Niterói, em uma família de imigrantes portugueses, e faleceu em 11 de setembro de 2022, no Rio de Janeiro. Foi aluna do curso de Ciências Sociais da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, de 1958 a 1961. Após a conclusão da licenciatura e bacharelado, Stella ingressou com uma bolsa de estudo no Instituto de Ciências Sociais, e pouco depois, mediante aprovação em concurso público, passou a integrar o quadro permanente de pesquisadores do ICS[13]. Foi pesquisadora assistente de David Melbourne Lewis na Universidade de Harvard de 1971 a 1972. Em seguida, fez sua livre docência em Sociologia na Universidade Federal Fluminense, em 1975.

Stella foi uma das poucas mulheres que se formou na fase de florescimento da pesquisa em Ciências Sociais na cidade do Rio de Janeiro. Embora o curso de Ciências Sociais da antiga Universidade do Brasil tivesse sido criado

[13] Para informações sobre o instituto, ver de Glaucia Villas Bôas, "80 anos de Ciências Sociais na UFRJ. Relembrando o pioneirismo dos projetos Grupos Econômicos (1962) e Trabalhadores Cariocas (1987)", *Sociologia & Antropologia* V 09.0I, jan.fev.2019, 297-312.

VOLTA AO SUMÁRIO

em 1939, a realização de projetos de pesquisa coletivos e a iniciação regular de jovens na investigação social ocorreram somente no final da década de 1950, quando o Centro Latino Americano de Pesquisa em Ciências Sociais/CLACSO, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/CBPE e o Instituto de Ciências Sociais/ICS estavam no auge de suas atividades. Os centros e o instituto mantinham bibliotecas atualizadas à disposição de professores, pesquisadores e estudantes, e recebiam, com frequência, pesquisadores brasileiros e estrangeiros a exemplo de Herbert Blumer, José Medina Echevarria, Gino Germani e Wright Mills, entre tantos outros.

Em entrevista que concedeu em 28 fevereiro de 2020[14], Stella disse que, junto aos centros de pesquisa atuantes na cidade, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros/ISEB constituía a grande atração dos estudantes do curso de Ciências Sociais. Eles costumavam ir ao ISEB para ouvir as conferências de professores afamados e se inteirar do debate sobre o desenvolvimento do país. Ela também frequentava o Instituto, e embora incentivada para a pesquisa etnológica por Roberto Cardoso de Oliveira e Darcy Ribeiro, no ISEB que descobriu sua vocação para a sociologia. Na época, figuravam de seu círculo de relações Maurício Vinhas de Queiroz, Luciano Martins, Evaristo de Moraes Filho, Luiz Aguiar da Costa Pinto, Roberto Cardoso de Oliveira e Darcy Ribeiro. Stella relembra com carinho, que conheceu, também, Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins e Alberto Coelho de Souza, na FNFI, quando eles estudavam filosofia e lideravam o movimento estudantil na cidade.

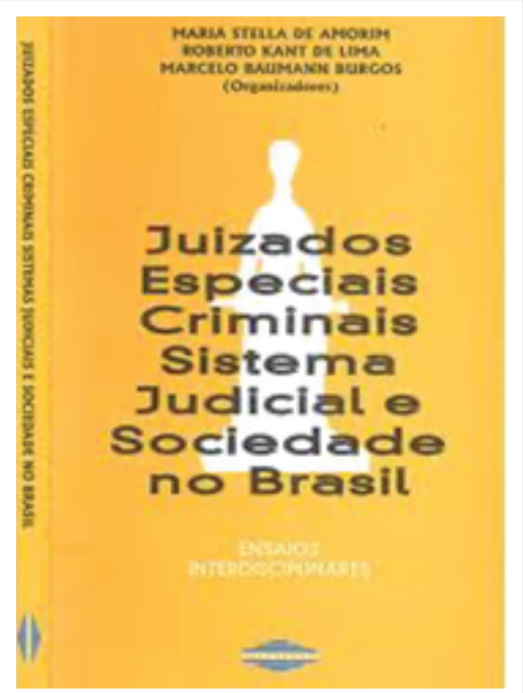
A inserção de Stella na Universidade do Brasil, como aluna, pesquisadora do ICS e, posteriormente, transferida como professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, contribuiu para que viesse a desempenhar um papel chave na história do curso carioca. Ao lado de outros poucos colegas, destaca-se o empenho notável de Stella em manter aberto o curso de Ciências Sociais da UFRJ depois de 1964, quando se instaurou a ditadura militar no país. Durante o governo autoritário, sem biblioteca e com as salas vigiadas por agentes do Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, foi Stella quem, generosamente, passou o legado do curso para os jovens professores, impedidos que estavam de conhecer ou manter vínculos com seus antecessores, devido à repressão política e às cassações. Não fora o seu entusiasmo com a vida acadêmica e apoio aos jovens, ao lado de sua determinação em revelar às novas gerações o seu passado institucional, pouco se saberia da história das ciências sociais, não somente na UFRJ, mas na cidade do Rio de Janeiro.

A reviravolta política e institucional que marcou a trajetória profissional de Stella se faz sentir nas diferentes fases do seu percurso na pesquisa. Este percurso se inicia com um estudo sobre os Maxacalí, do qual, publicou o artigo "A situação dos Maxacali" (1967)[15]. A partir de

[14] Entrevista concedida por Stella Amorim a Glaucia Villas Bôas, Yvonne Maggie e Antônio Brasil Jr. em 28 de fevereiro de 2020. Acervo Glaucia Villas Bôas.

[15] Amorim, Maria Stella de F, "A situação dos Maxacalí", Revista do Instituto de Ciências Sociais (vol. 4, no 1, Rio de Janeiro: UFRJ, 1967, p. 3- 25); publicado também em *Índios Maxakalí: resistência ou morte*, de Marcos Magalhães Rubinger, Maria Stella Amorim e Sônia de Almeida Marcato, Belo Horizonte, Interlivros, 1980.

dados coletados em 1963, no nordeste de Minas Gerais, ela mostra como os Maxacalí tiveram suas terras usurpadas e resistiam às influências do mundo de *fora*, defendendo a língua indígena e se opondo aos casamentos interétnicos. Porém, o envolvimento de Stella na pesquisa etnológica, que tinha na figura de Roberto Cardoso de Oliveira o seu mentor, passou por uma profunda mudança, como ela própria relata, com o desafio posto por Mauricio Vinhas de Queiroz ao formular o projeto dos grupos econômicos multibilionários no Instituto de Ciências Sociais. A proposta contrariava a tese corrente de que havia um número pequeno daqueles grupos no país, e resultou em uma intervenção de peso nos debates sobre o papel da burguesia nacional no desenvolvimento do país. Stella participou do subprojeto intitulado Grupos Multibilionários Nacionais e Estrangeiros, juntamente com Maurício Vinhas de Queiroz. A experiência como pesquisadora nesse projeto motivou a jovem a investigar os meandros do sistema burocrático brasileiro, na tentativa de compreender as relações entre a burocracia do Estado e o investimento no empresariado nacional.



O projeto teve início com um levantamento da burocracia estatal desde a fundação do DASP em 1942, até 1968. As questões diziam respeito à existência e qualidade dos serviços e das políticas implementadas em favor do desenvolvimento brasileiro. Participaram desta pesquisa, ainda como graduandos e bolsistas da UFRJ, Gilberto Velho, Yvonne Costa Ribeiro e Luitgarde Cavalcanti que, posteriormente, desenvolveram suas carreiras no ensino superior. A pesquisa iniciada no ICS foi absorvida em 1967 pelo IFCS quando Stella foi transferida daquele instituto para a universidade. Segundo relata, em seu Curriculum Vitae (Lattes), ao término da organização de um arquivo " com o material colhido e quando se entrava em fase analítica, o IFCS passou por período de instabilidade, em que os órgãos de segurança de então, revistavam os arquivos das pesquisas. No caso da pesquisa em tela havia levantamento dos ministérios militares, levantando suspeitas sobre o projeto, o que nos levou a considerá-lo oficialmente extinto. Os arquivos foram doados ao CPDOC da FGV, mediante oficio de recebimento desta instituição".

Em 1968, Stella retomou a pesquisa sobre a relação entre a burocracia estatal e o desenvolvimento do país, ao vincular-se ao Projeto Estudo Comparativo do Desenvolvimento

Regional, coordenado pelos Professores David Maybury-Lewis e Roberto Cardoso de Oliveira, e desenvolvido na antiga Divisão de Antropologia do Museu Nacional, que se incorporou ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ em 1969. Com projeto sobre o tema da burocracia, ela inscreveu-se no doutorado na USP sob a orientação de Fernando Henrique Cardoso. Mais uma vez, devido à repressão política, teve o doutorado interrompido, vindo a apresentar sua pesquisa sobre burocracia e desenvolvimento em concurso de livre docência no Departamento de Sociologia da UFF, trabalho que foi equiparado ao título de doutorado de acordo com a legislação vigente na época. Fizeram parte de sua banca, Luís de Castro Faria, Roberto Cardoso de Oliveira, Pedro Demo e Arthur Rios.

Perseguindo uma trajetória singular, Stella atuou no campo da sociologia, e, quando aposentada como professora titular na UFRJ, enveredou pela área da Sociologia do Direito, como docente em programa de pós graduação em Direito da Universidade Gama Filho e, em seguida, da Universidade Veiga de Almeida, onde exerceu suas atividades de pesquisa e formação de pesquisadores como professora titular até seu falecimento. Nessa fase, Stella enfrentou o desafio de incentivar os estudantes de Direito a investigar o tema da administração de conflitos em modelos de Estado Democrático de Direito, de uma perspectiva empírica, combatendo assim as abordagens tradicionais e dogmáticas utilizadas no campo do Direito. Stella se envolveu e participou ativamente do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, InEAC/Instituto de Estudos comparados em Administração Institucional de Conflitos, sob a coordenação de Roberto Kant de Lima.

Stella viveu cercada de alunos e colegas queridos. Deu aulas em universidades estrangeiras e participou de inúmeros seminários e congressos, vivendo intensamente a vida acadêmica. Vale lembrar que em meio às suas pesquisas e publicações, chama a atenção o seu interesse em registrar a memória de seus mestres e contemporâneos, como demonstram seus textos sobre Luiz Aguiar da Costa Pinto, Berta Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira e Guerreiro Ramos, além de sua atuação frente à Fundação Darcy Ribeiro. Em 1989, organizou no IFCS um evento inesquecível comemorativo dos 50 anos do curso de ciências sociais, registrado em documentário (1989)[16], no qual homenageou os fundadores do curso e fez um balanço de sua história.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

[16] VILLAS BÔAS, Glaucia K.; LINHART, A. M. G. . Continuidade e ruptura: os 50 anos do curso de Ciências Sociais na UFRJ. 1998. Vídeo. Arquivo Glaucia Villas Boas CPDOC/FGV

AMORIM, Maria Stella de. Juizados Especiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, v 17, 2006, p. 107-131.

AMORIM, Maria Stella de; LIMA, Roberto Kant de (Org.); BURGOS, Marcelo Baumann (Org.) . Juizados Especiais Criminais, sistema judicial e sociedade no Brasil. 1. ed. Niterói: Editora Intertexto, 2003, 229 p

AMORIM, Maria Stella de. Roberto Cardoso de Oliveira, um artífice da Antropologia. Brasília: Paralelo 15/CAPES, 2001, 132p.

AMORIM, Maria Stella de; RUBINGER, Marcos Magalhães; MARCATO, Sônia de Almeida. Índios Maxakali: resistência ou morte. Belo Horizonte: Interlivros de Minas Gerais Ltda., 1980, 199p.

AMORIM, Maria Stella de. Costa Pinto e a missão sociológica. In: Marcos Chor Maio; Glaucia Villas Bôas. (Org.). Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999,



MARIA SULAMITA VIEIRA

Por **Maria Neyara Araújo** (UFC)

Maria Sulamita de Almeida Vieira nasceu no município de Canindé, sertão central do Ceará, região do Estado das mais castigadas pelas estiagens. Esta não é apenas uma informação retirada de documento oficial, pois, como ela mesma, orgulhosamente, diz: carrega em si a identidade de filha do sertão. Quem desfruta do privilégio de sua convivência percebe bem o profundo significado disso. Ou seja, eu poderia dizer: não é que ela tenha vindo à luz em uma localidade casual denominada Serra do Machado e, sim, que ela foi gestada pelo sertão, no centro do sertão.

Ali, um jovem casal, herdeiro de um médio proprietário rural, tomou nas mãos o seu quinhão de terra, que não era grande, posto que representava apenas um décimo da terra destinada aos filhos de seu avô materno. Daquela terra, o jovem casal extraiu a sobrevivência de sua dúzia de filhos, dois dos quais adotados, coisa muito própria das famílias sertanejas de então. Na fila dos dez filhos biológicos Sulamita é a quinta.

VOLTA AO SUMÁRIO

A mãe foi a professora dos filhos, pois não havia escola no lugar. O pai foi o enfermeiro prático de toda a vizinhança, pois não havia serviço médico no lugar.

Haveria o que naquele sertão, meu Deus? Se não havia escola, nem posto de saúde, nem estrada!... Seu pai que se ocupasse em abrir passagem em direção à cidade mais próxima!

Havia situações incompreensíveis à menina Sulamita – moradores homens que vinham prestar serviço na fazenda em dia combinado; moradoras mulheres ocupadas na cozinha sob a direção de sua mãe; o tipo e o jeito de comer, diferentes dos hábitos de sua família... E tantas outras situações, as quais, posteriormente, a jovem estudante de Ciências Sociais, Sulamita Vieira, começou a desnaturalizar, e como, hoje, a Professora Sulamita se ocupa em ensinar para os seus alunos.

Dentro de casa, em meio a tantas dificuldades e desafios, Sulamita reconhece que a mãe ensinou aos filhos uma qualidade inestimável: sobrepor o coletivo ao individual. No futuro, Sulamita teria um irmão preso pela ditadura militar e outro assassinado pelo latifúndio... A mãe também legou aos filhos o espírito curioso e o gosto pela leitura, imprimindo-lhes o hábito da interpretação – "Não queiram aprender como papagaio que repete só aquilo que você diz".

Quem convive com a Sulamita percebe facilmente que ela é dona de uma delicada rigidez de berço. Este traço fundamental de sua personalidade pavimenta não só a sua sociabilidade, mas também supre de significados e de valores a sua trajetória acadêmica. Digo melhor: a sua vida acadêmica. Ela mesma diz que encontrou naqueles confins uma vasta biblioteca que lhe abriu a mente – e eu acrescento: para a compreensão do mundo de maneira sensível, solidária e diversa. Forja-se aí a base para a formação da brilhante cientista social que ela é, para quem a fronteira da Antropologia com a Sociologia é bastante tênue.

A sua formação em Ciências Sociais foi iniciada em 1969, na Universidade Federal do Ceará. Quem se graduou nesse período sabe bem o seu significado. Alguns nem conseguiram seguir na turma, sendo perseguidos e presos. Como lição muito positiva, Sulamita relata o modo como os estudantes superavam as dificuldades: por exemplo, diante da falta de dinheiro para a compra de livros e da inexistência de uma biblioteca universitária mais completa, eles criaram uma rede de ajuda mútua, estudando em grupo no contratempo das aulas, de modo que, aqueles que dominavam melhor um dado conteúdo, davam aula para os demais.

Apesar de tudo, o denodo dos professores permitiu o cumprimento das tarefas universitárias de ensino, pesquisa e extensão. Em relação a esta última, pela qual tenho, particularmente, muito apreço, destaco a experiência da estudante de Ciências Sociais, Sulamita Vieira, no Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC-CE). A ação envolvia estudantes de diversos cursos das diversas áreas de graduação, tendo sido concentrada geograficamente no município de Itapipoca, para onde o grupo interdisciplinar deslocava-se aos finais de semana e férias. Ali, os estudantes se iniciavam em pesquisa, imersos no território, proferiam palestras nas escolas e acompanhavam as famílias, entre outras atividades

consideradas como ação comunitária. A importância do CRUTAC na formação universitária pode ser apontada em dois vetores: o contato dos estudantes com as questões do mundo rural e a descoberta, por parte destes, do sentido social das profissões para as quais estavam se preparando.



Com relação à pesquisa científica, destaco, na formação acadêmica de Sulamita Vieira, a investigação que realizou sobre "os sistemas de relações socioculturais numa praça de mercado", a qual, posteriormente, lhe serviu de base para o seu estudo de mestrado em Sociologia sobre a feira como acontecimento sociocultural (1980).

Prosseguindo os estudos em que articula a cidade e o sertão, e trazendo à luz a noção de cultura que os atravessa, Sulamita chega ao doutorado em Sociologia com o projeto "Representações do sertão na música de Luiz Gonzaga" (1999). Ambos, mestrado e doutorado, realizados na UFC.

Tendo eu que encerrar estas notas, devo dizer que elas estão bastante incompletas, pois mil palavras são poucas para expressar a grandeza pessoal e intelectual da Sula. Sua generosidade está presente em instituições como: SBPC, onde foi eleita por dois biênios como secretária regional; FUNCAP-CE, Arquidiocese de Crateús, ADUFC, ESPLAR etc., com as quais ela contribuiu profissionalmente. Entre sua obra, além da dissertação e da tese, destaco, a meu gosto, os títulos: "Caminhos das Ciências Sociais na UFC"; "Velhos sanfoneiros"; e, notadamente, seu memorial para exame titular, publicado com o título "Do sertão para a cidade: entrelaçando caminhos". Considero o referido memorial um material didático de primeira ordem para quem deseja aprender como se escreve acerca da intrincada relação entre biografia e história.

No que diz respeito às atividades de ensino, destaco o esmero da Professora Sulamita corrigindo, palavra por palavra, os textos de seus alunos de graduação e anotando, ao lado da página, observações pertinentes, na disciplina de Cultura Brasileira; talvez, como lhe fizera sua mãe ao alfabetizá-la: preste atenção na escrita e interprete sempre! Em troca de seu inesgotável esforço, ela exige do aluno que ele supere o senso comum e aprenda a expressar seu próprio pensamento. Mal sabem eles o bem que ela lhes faz.

Encerro agora: doce-rígida educadora, generosa pesquisadora-professora, querida colega-amiga Sulamita – uma profícua carreira que se renova a cada dia.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. *Caminho das Ciências Sociais na UFC*. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2016. v. 1. 286p .

VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. *Velhos sanfoneiros*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006. 120p .

VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. *O sertão em movimento:* a dinâmica da produção cultural. 1. ed. São Paulo-SP: Annablume, 2000. v. 1. 267p .

VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. *Cultura e política:* tecidos do cotidiano brasileiro. 1. ed. Fortaleza-Ce: Edições UFC, 1998. v. 1. 238p .



MARIA SUSANA ARROSA SOARES

Por **Lorena Holzmann** (UFRGS)

Nasceu no Uruguai em 22 de novembro de 1940. Radicada em Porto Alegre com sua família, fez seus estudos de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde concluiu o curso de Ciências Sociais em 1963. Em 1965 começou a dar aulas nessa universidade, em cursos de graduação. Em 1983 concluiu o doutorado em Estudos Latino Americanos na Universidad Nacional Autónoma de México, defendendo a tese Los intelectuales y la crisis ideológica en los años 1920 en Brasil, orientada por Carlos Moreno.. Ao retornar do México passou a integrar o Curso de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, na UFRGS, origem do atual PPGSociologia. Ao curso original integrou-se, depois, a área de Antropologia, e posteriormente, as três áreas se separaram, formando programas de pós-graduação independentes. Em 1991-1992 fez pós-Doc em Paris na École des Hautes Études en Sciences Sociales, com bolsa da CAPES.

No período em que esteve no México, Susana conviveu com cientistas sociais procedentes do Brasil e de outros países da América Latina que haviam deixado seus países de origem, asilando-se no México, em decorrência

VOLTA AO SUMÁRIO

das ditaduras lá instaladas ao longo dos anos 1960 e 1970. Foi quando constatou que o Brasil conhecia pouco ou nada da produção intelectual latino-americana, assim como o Brasil era pouco conhecido entre intelectuais do continente. Foi dessa profícua convivência que Susana concebeu a proposta de realizar um evento que reunisse em Porto Alegre importantes pesquisadores latino-americanos e brasileiros, a fim de debater e refletir sobre a realidade da região, as especificidades de cada contexto nacional e as contribuições teóricas e metodológicas desses intelectuais. Essa iniciativa foi imensamente exitosa, reproduzida em mais dez versões, com uma periodicidade de dois ou mais anos. Algumas dessas versões tiveram a competente coordenação de Susana; outras foram assumidas por outros professores do Programa, mas é à professora Susana que se deve a iniciativa de tão relevante proposta, para o PPG e para as ciências sociais no sul do país.



Como docente, Susana ministrou disciplinas na área da Sociologia da Cultura e como pesquisadora desenvolveu investigações em temas de Diplomacia Cultural, Mercosul, Relações Internacionais. Organizou e coordenou o Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UFRGS. Orientou 16 dissertações de mestrado e duas teses de doutorado e participou de inúmeras bancas examinadoras de trabalhos de conclusão de graduação e pós-graduação. Teve seis livros publicados, como autora ou como organizadora, sola ou em parceria com outros professores. Coordenou a publicação do Tesauro de Relações Internacionais, publicado pela Editora da UFRGS, em 2008. Assessorou e deu consultoria a universidades para a implantação de mestrados profissionais.

Simultaneamente às atividades docentes e de pesquisa, Susana Soares exerceu funções administrativas e de coordenação, como o já citado PPG em Relações Internacionais, a coordenação do Projeto San Tiago Dantas (CAPES) no PPGRelações Internacionais. Dirigiu o Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata/UFRGS. Foi Vice-Diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS. Se aposentou em novembro de 2010.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SOARES, M.S.A. *El Mercosur y su contexto regional y internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, 213p.

SOARES, M.S.A. *Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, 492p.

SOARES, M.S.A. (coord.). *Tesauro de Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.



MAURÍCIO TRAGTENBERG

Por **Liliana Segnini** (Unicamp)

UM INTELECTUAL INTRANSIGENTE.

Maurício Tragtenberg (1929-1998) sintetiza sua trajetória pessoal e intelectual afirmando "O *que eu sou* é o *que* me *faz viver*"[17]. Frase que traduz a coerência presente em sua forma de ser, expressa a denúncia das formas de opressão, dominação e exploração, bem como a procura do conhecimento que funda a solidariedade presentes em toda a sua vida. Nesse sentido ele era intransigente: "nunca cooptou com a ciência que não tivesse como horizonte a elevação da condição humana, a dignidade do homem", nas palavras

[17] Shakespeare, *Henrique VIII: E*pígrafe do memorial apresentado por Maurício Tragtenberg na Faculdade de Educação da Unicamp no concurso para Professor Titular. In: Revista Pro-Posições, no. 4 – marçol de 1991, p. 79 – 87.

VOLTA AO SUMÁRIO

de seu ex-aluno e amigo Fernando Cláudio Prestes Motta (Motta, 2001). Sociólogo e professor, Maurício nasceu em Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, no dia 4 de novembro de 1929, e faleceu aos 69 anos, em São Paulo[18].

PRIMEIROS PASSOS NA CONSTRUÇÃO DA SOLIDARIEDADE

Na qualidade de pequenos proprietários camponeses, seus avós imigraram para o Rio Grande do Sul, no início do século XX, fugindo dos massacres provocados pelos progroms, dentro de um projeto da Cia. Judaica de Colonização no início do século. Cultivavam como unidade familiar "uma agricultura de subsistência onde o excedente era vendido no mercado, em Erebango, que depois tornou-se Erexim e, finalmente, Getúlio Vargas." (op.cit) Trata-se de uma experiência fundada no apoio mútuo e na solidariedade, tal como na revolução maknovista na Ucrânia, destruída pelo bolchevismo, em 1918.

Na biblioteca e nas discussões dos colonos, referências anarquistas por meio das leituras políticas e literárias, textos recebidos da Argentina e do Canadá. Tolstói, Pushkin e Tchekov, Bakunin, Kropotkine, Malatesta, James Guillaume, Rudolf Rocker, além de obras de Emma Goldman e Nestor Maknó contribuíam para o aprimoramento dos princípios anarquistas.

Pouco a pouco, a cidade grande atraiu sua família. Foi em Porto Alegre que Maurício frequentou o Grupo Escolar Luciana de Abreu, num bairro judeu. "A condição de `judeu´, numa sociedade nacional mais ampla, leva você a uma `politização precoce´", afirma Tragtenberg. Logo depois, a família mudava para São Paulo, num vagão de segunda classe da então Viação Férrea do Rio Grande do Sul, indo morar no bairro do Bom Retiro, na rua Tocantins. Estudou na escola judaica ortodoxa "Thalmud Torá".

UNIVERSIDADES NÃO CONVENCIONAIS

Maurício concluiu o 1º grau no terceiro ano primário, retomou os estudos escolares quando ingressou na FFCHL na USP mediante apresentação de uma monografia à Congregação (op.cit)

Reconstruindo esta trajetória, Tragtenberg relata: 'Comecei a trabalhar muito cedo para ajudar um fraco orçamento doméstico, meu pai falecera e minha mãe costurava. Iniciei minhas

[18] Os argumentos e fatos narrados neste texto foram informados pelo próprio Prof Maurício Tragtenberg, no Memorial já citado.

"universidades", frequentando um bar na rua Ribeiro de Lima, que tinha duas características: comida barata e mesa sem toalhas. Lá acorriam trabalhadores de origem letã, lituana, russa, polonesa, muitos haviam inclusive participado da Revolução Russa, haviam topado pessoalmente com Lênin, Trotsky, Zinoviev ou Bukharin. Não eram "temas" de academia e sim expressão de relações sociais e políticas vividas." (id.ibid)



Na Fundação do Partido Socialista, conheceu Antonio Candido, ministrando curso de História do Brasil. e Azis Simão que discutia sindicalismo e a burocracia. Frequentou as conferências do Centro de Cultura Social discutindo com Edgard Leuenroth, Pedro Catallo, a feminista Anita Carrijo e o escritor Mário Ferreira dos Santos.

A burocracia como poder torna-se seu objeto de estudos desde então, além de experienciar uma vivência concreta: aprovado no concurso para o cargo de escriturário do Departamento de Águas e Energia Elétrica, lá travara contato com a burocracia e seus rituais.

A Biblioteca Municipal Mário de Andrade significou uma de suas "universidades". Lá lia o que lhe interessava ler, discutia com outros autodidatas, tais como Sílvia Leser, Bento Prado Jr., Aracy Martins Rodrigues, Carlos Henrique Escobar, Flávio Rangel, Antunes Filho, Maria Lúcia Montes, Leôncio Martins Rodrigues, Cláudia Lemos. Lia-se de tudo, afirma Tragtenberg, "de Aristóteles a Sprengler, passando por Fernando Pessoa, Sá-Carneiro e José Régio." (id. Ibid)

Em certa ocasião, Antonio Candido, no saguão da Biblioteca Municipal, mencionara-lhe uma lei federal que permitiria apresentar uma monografia à FFCHL da USP, para prestar vestibular e cursar a universidade. Em 150 dias preparou a monografia e foi aprovado na USP. Inicialmente Ciências Sociais, posteriormente História. Concluiu o curso e foi aprovado no concurso de ingresso ao magistério oficial do Estado de São Paulo. Iguape, no início da carreira, Taubaté em seguida e, mais tarde, Mogi das Cruzes.

A convite do Prof. Wilson Cantoni, foi contratado como docente Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto, atual campus da Unesp onde ministrou aulas de Cultura Brasileira para os alunos do curso de Letras e Pedagogia. Ali, foi colega de Michael Löwy, que, mais tarde,

viria a fazer carreira universitária na França. “Porém, lembra Maurício, veio 64, fomos demitidos sumariamente e passamos a ministrar curso de “extensão universitária” na Delegacia de Polícia local.”(id.ibid.)

Maurício Tragtenberg viveu, no período, um esgotamento nervoso e ficou internado no Instituto Aché durante 90 dias. Leu livros, com autorização médica, estruturou a tese de doutorado, que defendeu na área de Política da USP – *Burocracia e Ideologia*. O intelectual afirma que “1964 fora realmente o pior ano de minha vida. Saí do hospital, sem cargo, sem trabalho e com dívidas a pagar, por aí a gente vê como um currículo não pode ser somente ‘edificante’ e ‘vitorioso´: é também composto de indecisões, incertezas e derrotas.” (id ibid).

Convidado por Cláudio Abramo dirigiu na *Folha de S. Paulo* o noticiário internacional, durante três anos. Posteriormente, retornou à vida acadêmica a convite da Fundação Getúlio Vargas para ministrar o curso de Sociologia da burocracia. Por outro lado, a PUC-SP e a Unicamp foram-lhe universidades relevantes quanto à formação de novos mestrandos e doutorandos, cursos e pesquisas realizadas. Formou um número grande de mestres e doutores, ensinando-lhes a elaborar perguntas pertinentes e respondê-las por meio de muita leitura e observação crítica do contexto social. Eu tive o privilégio de fazer parte deste grupo tanto no mestrado como no doutorado.

As contribuições do pensador para a crítica histórica, sociológica, política e pedagógica, possibilitaram a organização da *Coleção Maurício Tragtenberg*, pelo sociólogo Evaldo Amaro Vieira e publicado pela Editora Unesp. Composta por textos clássicos, inéditos e uma grande variedade de artigos publicados na imprensa, principalmente no jornal sindical *O Batente*, os textos que integram a coleção abrangem toda a obra do autor.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

TRAGTEMBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

TRAGTEMBERG, Maurício. *Administração, Poder e Ideologia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004

TRAGTEMBERG, Maurício. *O capitalismo do século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009

TRAGTEMBERG, Maurício. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Ed.UNESP, 2006.

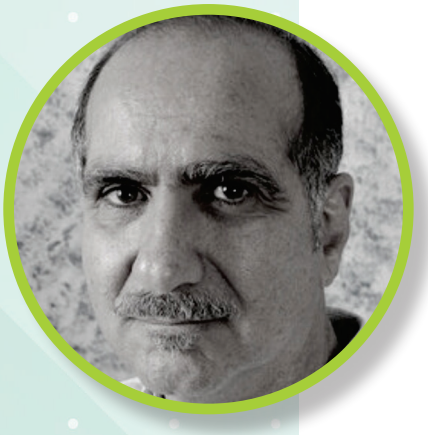
TRAGTEMBERG, Maurício. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Ed.UNESP, 2016.

SOBRE O AUTOR

CATANI, Afrânio Mendes. Maurício Tragtenberg: um intelectual contra o poder intelectual (1929-1998), *Revista ADUSP*, junho, 1999, p,88-90

VIANA, Alexandra. *O Pensamento de Maurício Tragtenberg* – Um Encontro com Marx e Weber. Editora Ragnatela, 2022.

SILVA, Doris Accioly; MARRACH, Sonia Alem (Compiladores). *Maurício Tragtenberg:* Uma vida para as ciências humanas. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.



MIGUEL CHAIA

Por **Rodrigo Estramanho de Almeida**
(FESPSP)

Miguel Wady Chaia, nasceu em São Paulo em 3 de fevereiro de 1947 e aos 40 dias de idade retornou para onde viveu seus primeiros anos de vida na fazenda Correntes, nas cercanias da cidade mato-grossense do sul de Aquidauana. Filho de pai e mãe libaneses, o primeiro, imigrante que tinha como destino os EUA, acabou por se inserir nas atividades de lavoura e pecuária no oeste brasileiro e a mãe, que se refugiava dos conflitos de fins do Império Otomano, acabou por se estabelecer com a família na cidade de São Paulo.

Foi, portanto, no pantanal brasileiro, que Miguel Chaia viveu sua primeira década de vida, cercado pela herança libanesa da cultura de seus ancestrais, bem como do meio natural do meio oeste e das línguas e culturas indígenas que frequentavam a pequena escola rural primária estabelecida dentro da fazenda por seu pai, em parceria com o poder público local.

Após a morte do pai, quando a fazenda Correntes já se mantinha como produtora agropecuária, Miguel completou oito anos e seguiu para a capital Campo Grande a fim de completar os estudos primários e dar continuidade a sua formação escolar no colégio Salesia-

VOLTA AO SUMÁRIO

no Dom Bosco. A experiência nesta escola, será intensa pelas atividades de interação que o colégio promovia com os povos indígenas da região, sobretudo com as etnias Bororo e Terena, promovendo eventos comuns e os estudos de suas tradições e línguas.

No entanto, a decisão do círculo familiar, em inícios da década de 1960, era a de que Miguel deveria fazer-se médico e para isso deveria mudar para São Paulo onde terminaria o último ano do científico e simultaneamente frequentaria aulas em um curso preparatório para essa finalidade. Assim, em 1965, mudou-se para esta cidade, instalou-se numa república, e matriculou-se no curso do último ano do científico no Colégio Ipiranga. Seguindo o plano, se inscreveu, simultaneamente, no curso preparatório para vestibulares, recentemente criado por João Carlos Di Genio (1939-2022) – atual Grupo Objetivo. Entre os amigos que Miguel conheceu no tempo do curso preparatório para medicina, a maior parte seguiu o rumo esperado, mas alguns deles passaram a se reunir para ir a teatros, cinemas, exposições e discutir leituras em geral muito mais do que estudar para medicina. Nasceu ali o que Miguel, chamou de 'verdadeiro despertar': "– Me encantei pelas artes, pelas narrativas e, sobretudo, pelo poder do cinema. E estava combinado que se eu não entrasse em medicina eu seguiria para o rumo que eu quisesse..." *

Assim, diante deste despertar para as artes e a cultura, Miguel se matriculou, por volta de 1967, na Escola Superior de Cinema São Luiz, precursora do gênero dessa formação em São Paulo, onde aglutinavam-se docentes, tais como Décio Pignatari (1927-2012), Anatol Rosenfeld (1912-1973), Luis Sergio Person (1936-1976) e Carlos Reichenbach (1945-2012) e ondem orbitavam outras figuras que viriam a ser ícones do assim denominado Cinema Marginal paulistano tal como José Mojica Marins (1936-2020), Rogério Sganzerla (1946-2004), entre outros.

Na sua passagem pela Escola de Cinema, Chaia dirigiu, roteirizou e produziu alguns filmes, curtas-metragens e animações. Parte desse material pode ser encontrado nos acervos do Itaú Cultural (IC) e da Cinemateca Brasileira. O que vale dizer aqui é que esses filmes, tais como o Entregador de panfletos (1969) e Odisseia (1970), já guardavam forte relação com os temas sociais do trabalho e do homem comum e com questões relacionadas à resistência política. Na área das atividades audiovisuais atuou, também, como assistente de direção de Roberto Santos (1927-1987) e produtor informal de Andrea Tonacci (1944-2016).

Miguel Chaia, seguirá as aulas de cinema no curso do São Luiz até o terceiro ano, tornando-se um dos criadores e presidente do Centro Acadêmico Humberto Mauro, quando, por motivos de ordem intelectual, decidiu pleitear uma vaga no curso de jornalismo na Escola de Comunicação de Artes (ECA) da Universidade São Paulo (USP), onde ingressou em 1968. No desenrolar das primeiras aulas do curso, retomou leituras iniciadas no curso preparatório para medicina, de sociólogos brasileiros, notadamente Octávio Ianni (1926-2004) e Gabriel Cohn (1938 -), bem como passou a acompanhar a produção de outros intelectuais na revista Civilização Brasileira da qual se tornou leitor assíduo. Chaia, encontrou nestes autores, sobretudo nas

obras de Ianni e Cohn, de forma mais sólida e sistematizada, temas que já o fascinavam em filmes como Deus o Diabo da Terra do Sol (1968) de Glauber Rocha (1939-1981): as forças sociais, do poder e do misticismo sobre a trajetória do homem comum brasileiro. Uma conferência do sociólogo, Leôncio Martins Rodrigues (1934-2021) – de quem mais tarde viria a ser amigo – a qual assistiu na mesma época em um evento no Teatro de Arena, somado às leituras de Ianni e de Cohn, sobretudo àqueles voltados ao conceito frankfurtiano de indústria cultural marcaram, então, em definitivo sua atração pelas Ciências Sociais.



A descoberta desta vocação – ou verdadeira paixão, como declara* – o levou ao trancamento simultâneo dos cursos de cinema e jornalismo e consequentemente ao ingresso no bacharelado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 1969, instituição onde irá se formar em 1972. No interim do curso, por vias da colega dos tempos do curso preparatório para medicina, Heloísa Ianni – sobrinha de Octávio Ianni – Miguel entrou em contato com este sociólogo, então atuante na sede do Centro Brasileiro de Análise de Planejamento (Cebrap), à época sediado na rua Bahia em São Paulo. Este encontro foi fundamental para a trajetória de Miguel Chaia na sociologia. Deste modo, os laços se estreitaram e não demorou para Ianni intermediar os primeiros encontros entre o jovem aspirante a sociólogo com outro de seus autores favoritos, Gabriel Cohn, com quem desenvolveu amizade e pareceria intelectual.

De fato, uma vez graduado na PUC/SP, Miguel Chaia elaborou seu mestrado, na Universidade de São Paulo, sob a orientação do prof. Gabriel Cohn, pautado no tema das chanchadas brasileiras, na análise interna de suas narrativas e suas ambivalências entre forma e conteúdo com o populismo varguista. A inovação, até hoje muito citada por aqueles que tomam as artes por objeto nas ciências sociais: valorizar os aspectos internos das obras como variáveis fundamentais na formulação de suas hipóteses de pesquisa, sem deixar de tencioná-los de forma crítica com a realidade circundante. Esse o mote principal de O tostão furado, dissertação defendida por Chaia no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo em 1981.

Entre o último ano do bacharelado e o encontro com Ianni e Cohn, Chaia concorreu a uma vaga de professor assistente no Departamento de Política da PUC/SP e passou a atuar

como docente na graduação daquela instituição a partir de 1973. Dois anos antes, entretanto, ainda como aluno do bacharelado foi contratado como estagiário da Hidroservice Engenharia de Projetos, onde atuou no Departamento de Economia e Sociologia (ES) sob a supervisão do sociólogo José Albertino Rodrigues (1928-1992) e da economista Lenina Pomeranz (1933-). Uma vez cumprida a etapa do estágio, foi contratado pela empresa desenvolvendo atividades relacionadas ao setor de Engenharia de Projetos atuando como sociólogo nas áreas de planejamento urbano, regional e agrário, em projetos de desenvolvimento e irrigação para o Nordeste, a América Latina e a África. Deste modo, as atividades docentes na PUC/SP e as de sociologia aplicada na Hidroservice serão conciliadas até 1982 quando acabou por se desligar desta última. No ano seguinte, duas novas jornadas foram iniciadas na trajetória acadêmica e profissional de Miguel, posto que ingressou como sociólogo na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), atuando primeiramente no desenvolvimento e implantação da pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) coordenada pela socióloga Annez Andraus Troyano (1944-), realizada em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Paralelamente, na mesma instituição, foi responsável por reativar a edição da revista São Paulo em Perspectiva, publicando análises significativas nas áreas da Economia e Ciências Sociais. Na ocasião, Miguel Chaia produziu artigos e análises voltados à renda e empregabilidade, destacando aquelas preocupadas em cruzar as variáveis raciais com desemprego o que já demonstrava condicionamentos importantes e inegáveis entre esses atributos, em uma época em que muito pouco ainda se ventilava sobre um tema de grande importância para a realidade brasileira.

Em todo caso, em meados de 1982, a ideia da tese de doutorado já se fazia presente em conversas constantes com Gabriel Cohn, mas o tema era por demais complexo, como o próprio Miguel reconhece: "- Queria identificar o potencial sociopolítico, medindo o maior ou menor grau de cada gênero e tipo de arte produzidas nos anos 1960 e 70 no Brasil. Até hoje me ocupo destas questões... Mas embora não tenha resultado em uma tese, se tornou um campo fértil ao qual tenho me dedicado até hoje." *Como este tema não foi factível, e trabalhando na fundação Seade, percebeu um manancial empírico para uma tese de doutorado que ia ao encontro de outros de seus interesses: o mundo do trabalho, a sociologia política, a universidade e os intelectuais. Resolveu por um tema que aliasse a sua experiência acadêmica e a do Seade, que lhe colocou em contato com o DIEESE. A partir desse tema mais geral, percebeu que havia um setor mais institucionalizado do mundo do trabalho onde intelectuais e sindicalistas se encontravam de forma complementar e ambivalente, e onde ocorria uma aliança no sentido da formação de uma hegemonia para a classe trabalhadora no Brasil, como resistência às instituições do regime militar. Estes os pressupostos básicos de sua tese finalizada em 1989 e que veio a ser uma de suas principais obras, Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE – 1955-1990.

Em 1998, pelo convite da profa. Elide Rugai Bastos (1937 -), Miguel Chaia passa a integrar o corpo docente do Departamento de Estudos Pós-Graduados da PUC/SP, onde estava Octávio Ianni. Um ano antes, criou junto com a cientista política, professora da PUC/SP, Vera Lúcia Michalany Chaia, com quem é casado desde 1973, o Núcleo de Estudos em Arte Mídia e Política (NEAMP), que desde 1997, realizou diversos estudos e pesquisas entres as quais destacam-se O inventário da obra da artista plástica Tomie Ohtake, coordenada por Miguel Chaia, Lideranças Políticas no Brasil, coordenada pela professora Vera Chaia, ambas financiadas pela FAPESP. As atividades do NEAMP ainda mantêm, há mais de uma década, a publicação da Aurora: revista de arte, mídia e política; além da formação e participação em seus estudos, publicações e pesquisas, de mais de uma dezena de pesquisadores nos mais diversos níveis de graduação ao pós-doutoramento. Na PUC/SP, além de professor e pesquisador Miguel Chaia também exerceu a função de Editor da Editora da Universidade Católica (Educ) entre 2006 e 2020, desenvolvendo um trabalho estratégico de renovação editorial.

Entre os cientistas sociais marcantes na carreira de Miguel outros dois contribuíram para o equacionamento de duas paixões – as Ciências Sociais e as Artes, oferecendo-lhe novas pistas para o aprofundamento de seus interesses e pesquisas.

Ainda durante a graduação em Ciências Sociais na PUC/SP durante uma conferência da antropóloga Carmem Junqueira (1936 -), Miguel conta ter escutado dela algo que para ele soou como fundamental. Tratava-se de uma palestra sobre algo como a 'Ciência dos modernos, o conhecimento nas Ciências Humanas e os saberes dos povos indígenas'. Estava sendo apresentado radicalmente ao relativismo e em um determinado ponto, Junqueira adiciona que a arte também deveria ser levada muito a sério como forma de saber e de conhecimento. Nas palavras de Chaia: "- Isso me abriu um mundo! Não à toa eu repito isso em tudo que falo e escrevo! A arte é uma forma de conhecimento, de saber! Mas foi a Carmem que me fez ver isso!" * De fato, se Miguel Chaia não está em uma sala de aula, ou envolvido em uma pesquisa ou leitura, certamente está bisbilhotando algum museu, instituto cultural, ateliê, alguma nova galeria, se interessando pelo mundo de um novo artista, escrevendo ou organizando livros nas áreas das artes tais como Mídia e Política (org. 2000) Arte e Política (org. 2007); Cinema & Política (org. 2015), capítulos como em a Arte popular brasileira: olhares contemporâneos (WMF Martins Fontes, 2019), trabalhando em dezenas de curadorias, redigindo outras dezenas de catálogos e guias de exposições de artes visuais ou mesmo atuando na direção de instituições, tais quais o Museu de Arte de São Paulo (MASP), a Bienal de São Paulo e o Instituto Tomie Ohtake.

Fato é que, há mais de 20 anos, nessas encruzilhas entre as Ciências Sociais e as Artes, Miguel vem estudando sob diversos ângulos a dramaturgia de Shakespeare, tal como pode ser ver em A natureza da política em Shakespeare e Maquiavel (CHAIA, 1995). A história que, em parte faz compreender este interesse é um tanto quanto curiosa e mais uma vez nos leva as redes das relações de nosso personagem com figuras centrais das Ciências Sociais brasileiras.

Em meados dos anos 1970, por intermédio de uma amiga em comum, a socióloga Atsuko Haga, Miguel passa a visitar com alguma frequência o então recém repatriado Prof. Florestan Fernandes. Depois de estreitado algum laço, Miguel lhe pergunta o que acharia de voltar a lecionar e se lhe conviria que esse retorno se desse na PUC/SP. Fernandes se mostrou muito disposto. Miguel Chaia, então, procurou a cientista política Maria Tereza Sadek, então na chefia do Departamento de Política daquela instituição, que poderia dar cabo da contratação a qual procedeu com grande interesse e providenciou os trâmites para que Fernandes ingressasse como professor na Graduação e pouco mais tarde na Pós-Graduação daquela universidade.

Em que pese este episódio da história das Ciências Sociais brasileiras, fato é que, certa feita, Fernandes mostrou a Miguel um artigo que teria escrito para a Folha de S.P. O artigo versava sobre a política na obra de Shakespeare e como ela podia ser aplicada para a compreensão do conturbado momento político do Brasil àquele momento. Segundo Miguel, ele teve ali a sensação parecida com a que tivera na aula de Carmem Junqueira: "- A arte tem muito a dizer sobre a política e a sociedade." *

Miguel Chaia se define em poucas palavras como um "devedor de Gabriel Cohn, sem se esquecer, também, da presença marcante de Octávio Ianni" *. Mas, para além do tributo a essas figuras em sua trajetória, Chaia se declara um adepto da 'leitura interna' do objeto em análise, sem, claro, deixar de fora os aspectos conjunturais. Nestes termos, considera, sobretudo àqueles que trabalham com arte e com intelectuais, indispensável a leitura de Antonio Candido (1918-2017). Nas suas palavras, "- Um sociólogo deve pensar sempre em 'estrutura e conjuntura' e jamais renunciar aos clássicos, sobretudo Karl Marx (1818-1883) e Marx Weber (1893-1920)" *. Entre as áreas, a sociologia da compreensão, do conflito, do conhecimento e da cultura são as que mais lhe interessam.

*entrevista gentilmente concedida por Miguel Chaia para o autor da nota biográfica em fevereiro de 2022.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

CHAIA, Miguel. (Org.). *Cinema e Política*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015.

CHAIA, Miguel. (Org.). *Arte e Política*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

CHAIA, Miguel; Vera, CHAIA. (Orgs.). *Mídia e Política*. São Paulo: EDUC, 2000.

CHAIA, Miguel. *Intelectuais e Sindicalistas:* a experiência do DIEESE (1955-1990). São Paulo: Editora Humanidades, 1992.

CHAIA, M. W.. Mirian: para além da pintura figurativa. In: Vilma Eid; Germana Monte-Mór. (Org.). *Arte popular brasileira:* olhares contemporâneos. 1ed.São Paulo: Editora Martins Fontes, 2018, v. 1, p. 131-135.

CHAIA, M. W.; DIEESE, . A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 1, n.1, p. 15-25, 1985.

CHAIA, M. W.. *A Estética Urbana do Desvario.* São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 5, n.2, p. 22-31, 1991.

CHAIA, M. W.. A Natureza da Política Em Shakespeare e Maquiavel. Revista de Estudos Avançados, USP – São Paulo, v. -, n.23, p. 165-182, 1995.

SOBRE O AUTOR

Memória Dieese – Disponível em: https://memoria.dieese.org.br/navegacao/nossas_historias/miguel-wady-chaia Acessado em: maio de 2022.



NELSON DO VALLE SILVA

Por **Flavio Carvalhaes** (UFRJ)

UM SOCIÓLOGO DAS POPULAÇÕES

Nelson do Valle Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1946. Graduou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1968. Fez mestrado em Informática – concluido em 1972 – na mesma instituição. Em 1978 doutorou-se em Sociologia na Universidade de Michigan nos Estados Unidos.

Simultaneamente a sua formação acadêmica, Nelson do Valle Silva teve uma inserção profissional direcionada à análise de dados sociais, o que, segundo ele próprio[19], o aproximou dos estudos populacionais e da

[19] SILVA, Nelson do Valle. Nelson do Valle Silva (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Varbas (FGV), (1h0min).

VOLTA AO SUMÁRIO

sociologia. Durante a década de 1970 ele passou a integrar o quadro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, onde permaneceu de 1973 a 1980. Ainda, entre 1971 e 1974 lecionou no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), para onde retornou e ficou entre 1980 a 2010. Entre 2010 e 2018 seu vínculo institucional foi com o IESP-UERJ. Depois de se desligar do IBGE, Valle Silva se integrou ao Laboratório Nacional de Computação Científica, onde permaneceu como pesquisador titular até 2002.

Essa interessante e idiossincrática trajetória acadêmica e profissional revela uma marca que perpassa os trabalhos de Nelson do Valle Silva. Nos termos de hoje é possível afirmar que Nelson foi um pioneiro da mobilização da ciência de dados na sociologia brasileira. Em seu mestrado, por exemplo, ele programou uma interface que ajudava pessoas com pouco conhecimento em programação a executar operações numéricas em bases de dados. Seus trabalhos fizeram uso das ferramentas de estatística multivariada avançadas, além de ter trabalhado com dados de volume significativo em termos de tamanho, como censos demográficos e surveys com centenas de milhares de casos, como as Pesquisas Nacionais de Amostragem Domiciliar. Isso em uma época em que o preço dos recursos computacionais era altíssimo e sua disponibilidade era ínfima. Conhecendo as dificuldades e particularidades de mobilizar dados nesse contexto, a qualidade, sofisticação e atualidade dos trabalhos de Nelson do Valle Silva em relação às discussões metodológicas e analíticas mobilizadas em suas múltiplas publicações são traços admiráveis de seu trabalho.

Uma outra característica que marca toda trajetória de Nelson é seu tratamento de temas sociológicos como problemas populacionais[20]. Em todos seus trabalhos é muito clara a preocupação de ligar a dinâmica populacional a processos que estruturam a desigualdade social. Isso significa que o trabalho de Nelson do Valle Silva está atento à variabilidade presente nos fenômenos sociais, à sua natureza probabilística e à possibilidade de encontrar certas regularidades ou padrões que são passíveis de serem conhecidos somente com a mobilização de ferramentas estatísticas, uma vez que elas não são conhecidas pelos atores sociais que as "produzem". Nessa direção, o autor fez verdadeiras descobertas científicas sobre a sociedade brasileira em diversos temas: mobilidade social, estratificação educacional, transição demográfica, entre muitos outros.

Apesar de ter se dedicado ao estudo de diversos temas, publicamente o nome de Nelson do Valle Silva está fortemente associado ao estudo da relação entre raça e desigualdade no Brasil. Sua primeira contribuição ao estudo desse objeto é sua tese de doutorado *Black-white income differentials: Brazil 1960*, orientada por William (Bill) M. Mason. Utilizando microdados do Censo de 1960[21], Valle Silva mobilizou técnicas estatísticas recém-criadas (como a

[20] Para um desenvolvimento desse argumento ver Goldthorpe, John H. *Sociology as a Population Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

[21] Para uma narrativa de Nelson sobre o acesso a esses dados ver Barbosa, Rogério Jerônimo, Murillo Alves Marschner De Brito, Diogo Ferrari, Patrick Silva, Ian Andrade Prates, and Leonardo Sangali Barone. "Ciências

decomposição Oaxaca-Blinder) e mostrou a persistência de hiatos raciais salariais da população brasileira em 1960, mesmo quando se comparavam indivíduos parecidos nos atributos medidos no censo (idade, escolaridade, região de moradia, etc). Esses resultados contradiziam tanto teses que postulavam a "democracia racial" brasileira como análises otimistas quanto ao processo de modernização que tinha como hipótese que a desigualdade racial seria paulatinamente eliminada a partir da industrialização e desenvolvimento econômico.



A partir daí, o autor tocou um verdadeiro programa de pesquisa sobre raça e desigualdade no Brasil em conjunto com o sociólogo Carlos Hasenbalg[22]. Em síntese, é possível dizer que os resultados dessas pesquisas apontaram para o processo de acumulação de desvantagens ao longo do ciclo de vida entre a população que se autoidentifica como preta e parda no Brasil. Os autores sugerem que a probabilidade de indivíduos desses grupos raciais serem pobres é maior, tanto pelo padrão de sua distribuição espacial (sobrerepresentação em regiões mais pobres do Brasil) como pelo processo histórico que marcou a transição da escravização para o mercado de trabalho capitalista no século XIX e XX. As maiores taxas de pobreza, por sua vez, estão associadas a mais dificuldades para progredir no sistema educacional faz com que negros tenham acesso empregos mais precários e com menor remuneração, em um ciclo cumulativo que os prejudica quando comparados com a população branca. Do ponto de vista analítico, duas inovações para as discussões sobre a estruturação da desigualdade social no Brasil já se fazem presentes nesses trabalhos: a importância de entender como a desigualdade é estruturada de forma diferente ao longo do ciclo de vida – nascimento, infância, vida adulta – além do caráter inter-geracional da estruturação da desigualdade. A pesquisa sobre esses temas, ainda hoje segue e está atenta a esses contornos.

---

sociais, censo e informação quantitativa no Brasil: entrevista com Elza Berquó e Nelson do Valle Silva." *Novos estudos CEBRAP*, 2013, 143–55. https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000100008.

[22] Para uma apresentação da colaboração dos autores ver Ribeiro, Carlos Antônio. "Sociologia Como Ciência Das Populações: Contribuições de Carlos Hasenbalg e Nelson Do Valle Silva No Brasil." *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais* 86, no. 2 (2018): 7–35.

Um outro registro de pesquisa interessante que marcou o trabalho de Nelson foi o estudo do mercado matrimonial[23]. O autor tomou a formação de casais como um indicador importante sobre padrões de sociabilidade e utilizou as informações das características dos casais para entender, por exemplo, a permeabilidade das fronteiras raciais no país. Usando dados do censo de 1980 Nelson encontrou que os casais da mesma raça eram mais comuns, mas que também havia taxas não triviais de casamentos entre pessoas que se identificavam como brancas e pardas, muito mais comuns do que entre pessoas brancas e pretas ou entre pessoas que se autoidentificavam como pretas e pardas.

Mais recentemente, nos anos 2000 Nelson liderou um consórcio de pesquisadores na produção de indicadores sociais a partir de dados secundários e, mais importante, na geração de dados primários sobre fenômenos estruturantes da desigualdade social no Brasil. O survey[24], de representatividade nacional, colheu informações em 8048 domicílios brasileiros no ano de 2008 sobre temas jamais pesquisados no país, como percepção de discriminação, percepção de justiça, riqueza, saúde mental, entre outros temas. A pesquisa contém aquela que é provavelmente a fonte mais rica sobre dimensões sociais da desigualdade já colhida no país, uma contribuição de valor inestimável de Nelson do Valle Silva para a construção do conhecimento sociológico brasileiro.

Por fim, ao mencionar o nome de Nelson do Valle Silva é necessário lembrar de sua facilidade, talento e didática na docência sobre qualquer assunto: indicadores sociais, metodologia de pesquisa, estratificação social entre vários outros. Responsável pela formação metodológica e estatística de inúmeros cientistas sociais que fizeram sua formação no Rio de Janeiro, Nelson contribuiu para que inúmeros pesquisadores "de humanas" tivessem conhecimento mínimo sobre a pesquisa quantitativa, além também de ajudar a despertar o interesse e o aperfeiçoamento dessa área entre estudantes de diversas gerações, como é o caso deste que aqui escreve.

Ainda que breve, este balanço permite afirmar que a contribuição de Nelson, o estudo sobre a desigualdade social no Brasil ampliou significativamente a discussão científica e sociológica brasileira. Tema de interesse geral atualmente, o tema tinha atenção mais localizada no passado, fora exceções, das quais Nelson é uma presença marcante. Ele esteve envolvido em todas as frentes ligadas ao debate público e científico sobre a desigualdade: coleta de dados, construção institucional de institutos de pesquisa, sistematização e tratamento de dados, publicação de relatórios, capítulos e artigos científicos, treinamento de alunos e sua orientação. É seguro afirmar que grande parte das pessoas envolvidas no debate sobre desigualdade no

[23] Silva, Nelson do Valle. "Distância social e casamento inter-racial no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, 14, (1987): 54-84.

[24] Disponível em: https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/noticia/base-de-dados-pesquisa-dimensoes-sociais-da-desigualdade-pdsd

país, especialmente aquelas ligadas à sociologia, é tributária em relação ao trabalho de Nelson do Valle Silva, uma referência respeitada, admirada e querida.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

VALLE SILVA, Nelson do; Pastore, J. . *Mobilidade social no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Makron Books, 1999. v. 1. 100p.

VALLE SILVA, Nelson do; HASENBALG, Carlos; Lima, M. *Cor e estratificação social no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999. v. 1. 240p.

VALLE SILVA, Nelson do; HASENBALG, Carlos. *Relações raciais no Brasil Contemporâneo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992. v. 1. 150p.

VALLE SILVA, Nelson do. "Distância social e casamento inter-racial no Brasil". *Estudos Afro-Asiáticos*, 14, (1987): 54-84.



ORLANDINA DE OLIVEIRA

Por **Ana Luisa Fayet Sallas** (UFPR)

UMA SOCIÓLOGA NO EXÍLIO

Orlandina, Lana para as amigas e amigos mais próximos, é aquela que sorri com os olhos. Dona de uma energia e vitalidade insuperáveis, confere a tudo que realiza e realizou em sua vida, um toque de alegria e entusiasmo próprio.

Segundo suas próprias palavras, teve sua infância, juventude e praticamente boa parte de sua vida caracterizada por muitas migrações. Nascida em Araguari (MG) em 25 de abril de 1943 (cidade de sua mãe), foi criada no Rio de Janeiro, junto com seus pais. Sua mãe havia estudado para ser professora, como os demais integrantes de sua família, vivendo num ambiente que estimulava a atividade intelectual, e seu pai era comerciante. Com o casamento, sua mãe passa a dedicar-se às atividades do lar. Aos seis anos de idade, sofre a primeira grande rup-

VOLTA AO SUMÁRIO

tura biográfica de sua vida, com a perda de sua mãe aos 29 anos. Diante dessa perda, passa a viver na casa de tios em Uberaba (MG) até seus 12 anos. Volta a viver no Rio de Janeiro junto ao seu pai, quando aos 17 anos retorna para Uberaba, para seguir seus estudos clássicos e, posteriormente, a formação em pedagogia.

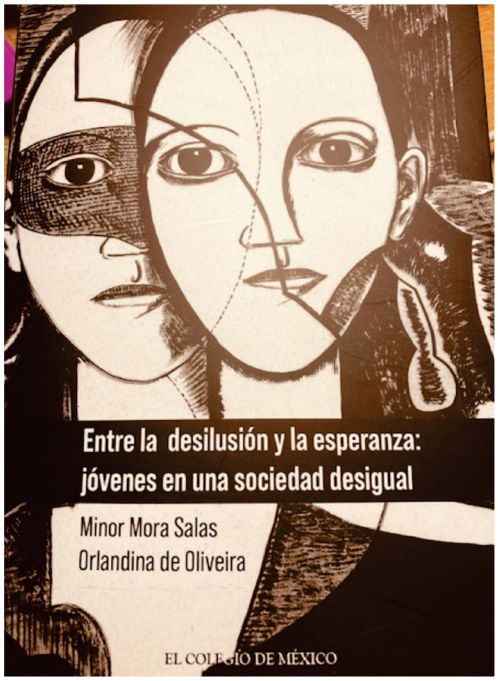
O contato com a sociologia aconteceu pelas mãos de um professor que dava aula da disciplina para o curso de Pedagogia, despertando nela um vivo interesse pelas temáticas ali aprendidas. Pela ocasião de uma longa greve nacional dos estudantes, que durou três meses, foi passear em Belo Horizonte, onde conheceu a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Encontrou ali seu lugar. Do retorno a Uberaba à realização do vestibular e mudança definitiva para a capital do estado, pouco tempo se passou. Foi nesse lugar de encontro com sua vocação que teve a sua formação em Sociologia e Política. Entre seus professores estavam Fernando Correia Dias, Fabio Guilherme Wanderley Reis, Simon Schartzman, Antônio Otavio Cintra entre outros. Seus colegas de geração foram Maria das Graças Grossi (irmã de Maria Stella Grossi Porto), Valéria Pena, Vania Drummond e as irmãs Lúcia Avelar e Sonia Avelar, Olavo Brasil Lima Junior e Renato Boschi. Além de outros estudantes de períodos anteriores como José Murilo de Carvalho, Bolivar Lamourier, Regina Faria, Vilmar Faria.

Foi marcada, como muitos jovens de sua geração pela militância política, que se iniciou ainda em Uberaba, na JEC, depois na JUC, e posteriormente na AP (Ação Popular). A militância política tornara-se um imperativo para muitos que viram no golpe militar de 1964 e no estabelecimento de uma ditadura no Brasil, algo a ser combatido de todas as formas possíveis. Na faculdade, por dispor de uma bolsa estudantil, ocupava uma sala destinada aos bolsistas, que foi invadida pelos militares e teve vários documentos apreendidos naquele momento. Em virtude desse acontecimento, foi indiciada, junto com outros colegas num inquérito político militar em Belo Horizonte e Juiz de Fora – recebendo uma acusação de 20 anos de prisão. Diante dessa situação e do aumento da repressão da ditadura militar, parte para o Santiago do Chile em 1967 – iniciando, a partir daí seu exílio, que pode ser considerada a sua segunda grande ruptura biográfica. Beneficiada de uma bolsa da UNESCO, ingressa na FLACSO no Chile, vivendo em Santiago por dois anos onde fez seu mestrado, tendo por professores Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Gláucio Odilon Soares, entre outros.

Seu mestrado que teve por título "Situación de clase y contenidos ideológicos: un análisis de comerciantes y empleados públicos en Santiago de Chile" (1968). Elaborou uma pesquisa sobre a estrutura social dos mercados de trabalho, dedicando-se ao estudo das classes medias, tomando distancia crítica daquelas visões que as pensavam como um setor homogêneo, tanto do ponto de vista ocupacional quanto socioeconômico e ideológico.

Casou-se em Santiago com o mexicano Humberto Muñoz Garcia em janeiro de 1969. Foi a partir de um convite de Gláucio Odilon Soares que o jovem casal cogitou retornar ao Brasil como docentes convidados na Universidade de Brasília. No entanto, o Ato Institucional n.5 (AI-5) em dezembro 1968, significou a impossibilidade de regresso ao Brasil, dada a condi-

ção de Lana ter processo aberto em inquérito político militar. Também significou o recrudescimento da ditatura, a perseguição e a restrição dos espaços de trabalho para cientistas sociais, além de institucionalizar a tortura no país.



No inicio de 1969 realiza sua primeira viagem ao México, quando foi selecionada para integrar um projeto de pesquisa sobre migração interna, estrutura ocupacional e mobilidade social. O projeto teve a participação técnica da CEPAL, sendo coordenado pela UNAM juntamente com o Colégio do México. Orlandina assumiu esse projeto além de iniciar a sua atuação como docente-investigadora no Centro de Estudos Econômicos e Demográficos (CEED) em 1970. Realiza seu doutorado na Universidade do Texas em Austin (Estados Unidos) em 1973. Sua tese de doutorado em Sociologia "Entry Labor Force Changes in Mexico City: A cohort analysis from 1930 to 1969" (1975) toma por base os dados da pesquisa anteriormente mencionada.

Naturaliza-se mexicana em 1972 e vincula-se definitivamente ao Colégio do México e ao Centro de Estudos Sociológicos (CES) em 1973, onde finalmente encontrou seu lugar de vida e trabalho. Se por um lado, encerra seu período de formação e das migrações iniciadas desde sua infância ao se estabelecer na Cidade do México, não deixou ao longo de sua trajetória as suas itinerâncias como professora convidada em diferentes centros de pesquisa em diversas partes do mundo. No México, criou raízes e vínculos duradouros tanto acadêmicos quanto pessoais. Constituiu sua própria família da união com Humberto Muñoz Garcia, com quem teve um filho – Luis Humberto e um neto – Matias. Desde 2006 vive seu segundo matrimônio, do reencontro na maturidade de amor da juventude, interrompido nos anos 60 pelos imponderáveis da vida daquela época.

Seu retorno ao Brasil se deu na condição de professora visitante entre os anos de 1980 e 1981 atuando em uma pesquisa comparativa sobre as condições de trabalho nas cidades de Recife e São José do Rio Preto, a partir de um convite do CEBRAP em São Paulo. Em 1994 atuou como professora visitante na Universidade de Minas Gerais, assim como entre os anos de 2004 e 2005 esteve como pesquisadora visitante na Universidade Federal do Paraná.

Mas foi sobretudo no CES que Lana pôde desenvolver e consolidar sua trajetória acadêmica e de pesquisa, onde ministrou mais de 40 cursos, além de assumir por dois períodos (1988 a 1994) a direção do Centro. Participou, em 1973, com outros colegas, sob a direção de Rodolfo Stavenhagen, da fundação do Programa de Doutorado em Ciências Sociais – Sociologia, além de colaborar na criação do PIEM (Programa Interdisciplinar de Estudo da Mulher) em 1984 vinculado ao CES. Integra o Sistema Nacional de Investigadores (SNI) desde 1984 e é atualmente pesquisadora emérita tanto do SNI quanto do Colégio do México.

Pelo reconhecimento de suas atividades de pesquisa e docência recebeu ao longo de sua trajetória vários prêmios e homenagens como o Edward Larocque Tinker Chair (1992) na Universidade do Texas (Austin); o Simon Bolivar Chair do Institut des Hautes Etudes de L'Amerique Latine da Universidade de Paris III: Sorbonne Nouvelle (1994-1995); o Alfonso Reyes Chair do Institut des Hautes Etudes de L'Amerique Latine, em Paris e em 2003-2004 recebeu o Madero Visiting Scholar do David Rochefeller Centre for Latin American Studies (DRCLAS) da Universidade de Harvard em Cambridge.

Desde de suas primeiras pesquisas, Lana esteve atenta em analisar os processos de transformação do mercado de trabalho e suas consequências na reprodução social, com destaque para as mudanças no interior das unidades domésticas e, de forma destacada, na posição das mulheres. Num primeiro momento procurou compreender esses processos de mudanças estruturais e seus impactos nos mercados de trabalhos urbanos vinculados aos processos migratórios do campo para as cidades. Desse foco de analise derivaram muitas de suas pesquisas subsequentes, observando as relações entre as crises econômicas das últimas décadas do século XX e as diferentes formas de reorganização dos mercados de trabalho, da inserção das mulheres nesses mercados, bem como os processos de precarização do trabalho, que promoveram novas formas de desigualdade e exclusão social – de gênero, classe e idade. Procurando aprofundar suas pesquisas sobre como diferentes grupos e categorias vivenciam a exclusão social, nos últimos anos dez anos tem se dedicado à pesquisa sobre como as e os jovens vivenciam os processos sociais marcados pela desigualdade: quais são suas vantagens e desvantagens sociais herdadas, seus itinerários biográficos, expectativas e o tipo de agência que desenvolvem em sua cotidianidade.

Dois aspectos notáveis de sua trajetória: o trânsito interdisciplinar e o trabalho colaborativo em equipes. Este trânsito interdisciplinar está presente pela aproximação constante que busca estabelecer entre sociologia e demografia, estando sempre muito comprometida com o desenvolvimento da sociodemografia na América Latina. Também como resultado dessa dimensão interdisciplinar encontramos em suas pesquisas enfoques metodológicos tanto de bases quantitativas como qualitativas, empenhada em destacar as experiências e os processos de subjetivação dos fenômenos demográficos, econômicos e socioculturais na trajetória de vida das pessoas. Aliada a esta visão, tem produzido, de forma fecunda, análises que articulam

o macrossocial com o micro social, encontrando nas unidades domésticas um lugar de mediação entre essas diferentes instâncias do social.

Quanto ao trabalho colaborativo, participou em pesquisas conjuntas com Brígida Garcia, Fernando Cortés, Vania Salles, Bryan Roberts, Humberto Munhoz e Teresita de Barbiere, entre outras e outros pesquisadores. Notável é que entre seus parceiros de pesquisa, encontramos ex-orientandos como Marina Ariza e Minor Mora Salas, que seguem se inspirando nessa alegria irradiante que apresenta diante dos embates e desafios da pesquisa, tornando tudo muito divertido, pois Lana, Laninha confere alegria nas descobertas da investigação, com esse espírito do destemor que a tem colocado no lugar de destaque que se encontra até hoje.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

OLIVEIRA, Orlandina de, Brígida GARCÍA y Humberto MUÑOZ, *Familia y mercado de trabajo* (un estudio de dos ciudades brasileñas), México, El Colegio de México, UNAM, 1983.

_____ y Brígida GARCÍA, *Trabajo femenino y vida familiar en México*, México, El Colegio de México, 1994.

_____ y Brígida GARCÍA, *Las familias en el México metropolitano*: visiones femeninas y masculinas, México, El Colegio de México, 2006.

OLIVEIRA, Orlandina; ARIZA, Marina. *Imágenes de la familia en el cambio de siglo, universo familiar y procesos demográficos contemporáneos Instituto de Investigaciones Sociales* (IISUNAM): Mexico City, Mexico (2004)

OLIVEIRA, Orlandina e MORA SALAS, Minor. *Entre la desilusión y la esperanza*: Jóvenes en una sociedade desigual. Ciudad de México: El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2022.



PAULO ARGIMIRO DA SILVEIRA FILHO

Por **Afrânio Mendes Catani** (USP/UERJ)
e **Débora Mazza** (UNICAMP)

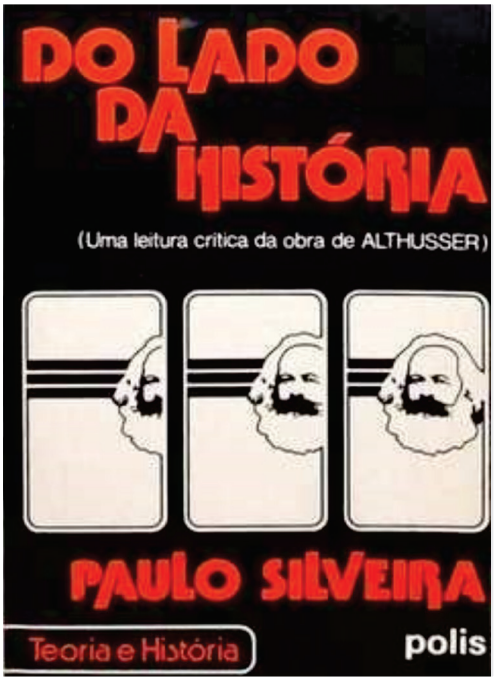
Paulo Argimiro da Silveira Filho nasceu em São Paulo em 19 de junho de 1937. Antes de ingressar na universidade fez carreira como oficial da Polícia Militar durante 12 anos, tendo pedido demissão da corporação no posto de capitão. Neste período exerceu simultaneamente atividades na área de seleção de pessoal – aplicando e avaliando testes psicológicos – e no campo do ensino, atuando na Escola de Formação de Oficiais e no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Em 1968 bacharelou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e realizou vários cursos especializados em Psicologia Aplicada. No ano de 1972 ingressou como professor na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara- SP (incorporada a UNESP em 1976) sendo recebido no Departamento de Sociologia por Heleith Safiotti, professora e pesquisadora da violência de gênero e militante feminista.

Ainda como professor em Araraquara, defendeu sua tese de doutorado intitulada Do lado da história: uma leitura crítica da obra de Louis Althusser (1974),

VOLTA AO SUMÁRIO

publicada em livro em 1978 com prefácio de Marilena Chauí. O trabalho criticava a leitura estrutural que Althusser fizera dos textos de Marx inserindo o debate no contexto mais amplo das concepções francesas de Lévi-Strauss, Foucault, Lacan etc. Em 1976 ingressou por concurso, em tempo parcial, como professor do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Paralelamente, ministrou aulas no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. A partir de 1977, assumiu o regime de dedicação integral à docência e à pesquisa na USP e, em 1978, se credenciou junto ao Programa de Pós-Graduação da unidade.



De 1978 a 1985 suas disciplinas e investigações tiveram como interesse o aprofundamento dos estudos dos modos de produção e da sociabilidade de certos períodos históricos. A ideia central era perseguir a força de trabalho como mercadoria que gera mais-valia quer sob o regime de trabalho escravo quer sob o trabalho livre, tentando entender certas inflexões em nível nacional e internacional. Orientou dissertações de mestrado e teses de doutorado respeitando a liberdade de escolha temática dos estudantes no desenvolvimento de suas pesquisas.

Em meados da década de 1980, Paulo iniciou sua inserção na área da psicanálise buscando articulações possíveis entre as teorias marxista e psicanalítica que desembocassem em "uma contribuição efetiva, inserida em uma das dimensões da luta ideológica de classes", assinalando a importância maior, ainda que "difícil e conflitiva, de articular na prática e, portanto, na política, as dimensões centrais da atividade humana: a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva" (SILVEIRA, 1989).

Esta inflexão na carreira acadêmica e na posição de professor foi tributária de sua participação no congresso em Havana, Cuba (1986), que contou com a presença de psicólogos marxistas cubanos e psicanalistas brasileiros e argentinos. Esta experiência sensível compareceu de modo mais elaborado na tese de Livre Docência, Da alienação ao fetichismo: formas de subjetivação e de objetivação (SILVEIRA, 1989).

Em trabalhos posteriores, além de Marx e Freud, Silveira agrega novos interlocutores ao esforço de articular marxismo e psicanálise. Lacan, Althusser, Adorno, Horkheimer, Lefort e Zizek comparecem para realçar a homologia entre a forma-mercadoria de Marx e a concepção lacaniana do significante. "O autor estende o alcance desta reflexão para propor que o dinheiro, como equivalente geral, ocuparia exatamente o lugar de um significante que recobre imaginariamente o sistema constituído pelo intercâmbio geral de mercadorias, suposto como sistema de trocas de equivalentes. Esta 'ilusão' revelaria 'a matriz ideológica por excelência da sociedade capitalista'; e a mais valia, como exceção não contida por essa totalidade impossível, constituiria o excedente real eliminado pelo sistema" (PACHECO FILHO, 2017, p. 411).

No texto "A interpelação ideológica: a entrada em cena da outra cena" (2010) Silveira estabelece uma relação entre a ideologia e a ética da psicanálise tal como foi concebida por Lacan para sugerir que a segunda se situa no reverso da primeira. A aposta por uma psicanálise fundada na ética do desejo seria uma possibilidade de ruptura do cordão ideológico imaginário.

Referindo-se a sua trajetória, Paulo Silveira afirmou que "renunciou ao marxismo como 'sistema' ou como 'doutrina', como ideologia, para ficar com algumas contribuições pontuais: a teoria do valor e seus complementos necessários: em um plano mais objetivo, a teoria da mais-valia, em um plano subjetivo, a teoria do fetichismo" (PACHECO FILHO, 2017, p. 412).

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SILVEIRA FILHO, Paulo A. A interpelação ideológica: a entrada em cena da outra cena. In A Peste. Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia, no. 1 (2), p. 167- 182, jan./jun. 2010.

SILVEIRA FILHO, Paulo A. Lacan e Marx – a ideologia em pessoa. Crítica Marxista 14, São Paulo, p. 117- 124, 2002.

SILVEIRA FILHO, Paulo A. Narcisismo: sintoma social? Tempo Social. Revista de Sociologia da USP: São Paulo, v. 2, n.2, p. 129-144, 2º. Sem. 1990.

SILVEIRA FILHO, P. A. Da alienação ao fetichismo: formas de subjetivação e de objetivação. SILVEIRA FILHO, P. A.; DORAY, Bernard. (Org.). Elementos Para Uma Teoria Marxista da Subjetividade. São Paulo: Vértice, 1989, p. 41- 76.

SILVEIRA FILHO, Paulo A. Um publicista revolucionário. D´INCAO, Maria Angela (Org.). O saber militante (ensaios sobre Florestan Fernandes). Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 287- 291.

SILVEIRA FILHO, Paulo A. Le fétichisme de la marchandise et la psychanalyse. Société Française, v. 1, n.23, p. 4-7, 1987.

SILVEIRA FILHO, Paulo A. Do lado da história (Uma leitura crítica da obra de Louis Althusser). São Paulo: Polis, 1978.

SILVEIRA FILHO, Paulo A. Acontecimento e estrutura. Revista Debate e Crítica. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, n.5, p. 139-141, 1975.

SOBRE O AUTOR

PACHECO FILHO, Raul A. Silveira: de Marx y Althusser a Freud...y después a Lacan. In PARKER, Ian & PAVÓN-CUÉLLAR, David (comp.). Marxismo, psicología y psicoanálisis. México, DF: Paradiso Editores, 2017, p. 410-412.



REGINA BRUNO

Por **Leonilde Servolo de Medeiros**
(CPDA/UFRRJ)

Regina Angela Landim Bruno nasceu em Fortaleza, Ceará, em 1949. É a segunda filha de uma família de nove irmãos. Seu interesse pelas Ciências Sociais e pelo que esse campo de conhecimento poderia trazer em termos de instrumentos para "mudar o mundo" surgiu na adolescência, quando via o pai, médico, preocupado em prestar assistência às pessoas mais pobres. Esse desejo de mudança, comum à geração de 1968, foi uma das razões da escolha de um caminho profissional distinto da trajetória da família, uma vez que a maior parte dos seus irmãos seguiu os passos do pai e fez medicina. Ingressou na Universidade Federal do Ceará em 1968 e compôs a primeira turma do curso de Ciências Sociais da Universidade: um curso novo, criado sob influência, entre outras, da chamada Escola Paulista de Sociologia, em especial Florestan Fernandes e Luiz Pereira. Ao longo da graduação, se envolveu com pesquisas sobre frentes de trabalho em períodos de seca e, desde então, se sensibilizou pela pesquisa sobre o mundo rural, tema com o qual já convivera ainda na adolescência, quando circulava pelo interior do Ceará com um tio,

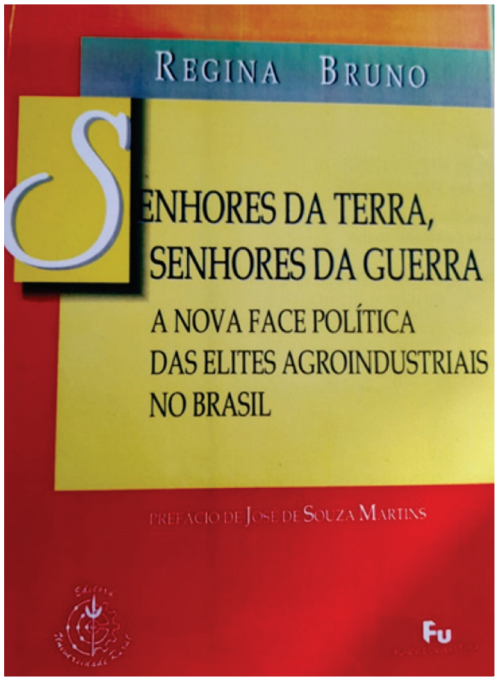
VOLTA AO SUMÁRIO

Arquimedes Bruno, padre que acompanhava a criação dos primeiros sindicatos no estado e que foi uma grande referência em sua vida.

Terminada a graduação, foi fazer mestrado na Universidade de Brasília, onde sofreu forte influência teórica de Barbara Freitag. Interessada em estudar aspectos da reforma agrária, importante bandeira das lutas camponesas no período anterior ao golpe, optou por pesquisar os núcleos rurais criados com o objetivo de formar um cinturão verde do entorno de Brasília. Ingressou no Mestrado em 1972, sob orientação de Maurício Vinhas de Queiroz, por intermédio de quem conheceu José de Souza Martins, outra referência importante de seus trabalhos. Defendeu a dissertação intitulada As condições sociais da agricultura no Distrito Federal no início de 1976. Neste momento já fizera concurso para o Departamento Técnico-cientifico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que tinha como uma de suas linhas de ação a assessoria a pequenos produtores. Ainda em 1976 foi para Paris, para fazer o doutorado no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, onde foi orientada por Jacques Chonchol, ex-ministro do governo Allende e responsável pela implementação da reforma agrária no Chile. Voltou ao Brasil em 1979, mesmo sem concluir a tese, e retomou o trabalho na Embrapa. No entanto, a pedido, em 1982, passou a ficar à disposição, mas com vínculos funcionais com a Embrapa, do então Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA), hoje Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, que acabara de se transferir da Fundação Getúlio Vargas para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Em 1987, foi aprovada em concurso para professora dessa universidade e desligou-se da Embrapa.

No CPDA/UFRRJ, Regina Bruno pôde se dedicar integralmente aos seus interesses de pesquisa sobre a questão fundiária no Brasil. Em meados dos anos 1980 escreveu o texto "Liberalismo e reforma agrária". Num contexto em que essa questão era bastante discutida sob o ângulo das lutas por terra, inovou estudando o processo de produção do Estatuto da Terra e as discussões que ocorreram no interior da comissão encarregada de elaborá-lo, no início do governo Castelo Branco. A partir daí, progressivamente foi se encaminhando para o estudo de um segmento até então relativamente pouco abordado na sociologia brasileira: as classes dominantes no campo. Num contexto político bastante conturbado, de início da Nova República, escreveu um primeiro trabalho sobre o tema, analisando a União Democrática Ruralista, uma novidade política no período. Esse texto e outros escritos nos anos 1980 compuseram seu primeiro livro Senhores da Terra, senhores da guerra. A nova face das elites agroindustriais no Brasil, prefaciado por José de Souza Martins e publicado em 1997. Nele analisa não só as condições de surgimento e as práticas da UDR, como também o que chama de nova retórica das elites agrárias, dando destaque à criação da Associação Brasileira do Agribusiness, criada no início dos anos 1990. É ainda nesse livro que traz a público suas reflexões sobre o Estatuto da Terra, anteriormente mencionadas. Em 1986 ingressou no Doutorado em Ciências Sociais na Unicamp, onde, sob orientação de Maria de Nazareth Wanderley, aprofundou suas reflexões

sobre as classes dominantes no campo no período da Nova República. Sugestivamente batizada como O ovo da Serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República, a tese foi defendida em 2002.



Em 2007, publicou um novo livro, intitulado Um Brasil ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder, que reuniu uma série de outros artigos sobre o assunto. Nos últimos anos tem continuado seus investimentos, voltando-se em especial para as formas de representação política do setor patronal e do agronegócio e focando um outro ângulo também pouco estudado, tanto na Sociologia como na Ciência Política: as suas articulações parlamentares, por meio do estudo da Frente Parlamentar da Agropecuária, conhecida como Bancada Ruralista, no Congresso Nacional. A partir dessa âncora temática, analisa questões relacionadas à violência, relações das entidades de representação dos proprietários fundiários com povos e comunidades tradicionais, com o trabalho escravo, com demandas e conflitos ambientais. No entanto, ao longo desses anos, também alargou seu campo de reflexão, com algumas pesquisas sobre assentamentos rurais e sobre relações de gênero em áreas rurais. Esses esforços de reflexão resultaram na criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa Ruralismo, Agronegócio e Relações de Poder (Narup), agregando orientandos e estudiosos do tema.

Desde suas primeiras incursões no tema agrário e no estudo das classes patronais Regina Bruno tem uma forte inspiração teórica nas reflexões marxianas e em Gramsci. Não por acaso, fez um importante estudo sobre a concepção de burguesia em Marx (Demiurgos, sanguessugas e autômatos), publicado no livro Um Brasil ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Tem se inspirado bastante também em Norbert Elias e em Bourdieu, em especial no que diz respeito à abordagem das relações de poder e à dimensão relacional da análise, muito presente nesses autores. A partir deles, analisa as práticas de classe das elites empresariais tanto nas suas associações, quanto por meio de sua representação parlamentar no Congresso Nacional, chamando a atenção para a forma como constroem suas demandas e os caminhos buscados para produzir sua legitimação simbólica. Ao longo de seus trabalhos preocupou-se ainda em trazer à luz as manifestações de rua das entidades patronais (“Trato-

raço", "Caminhonaço"), recorrentes nos anos 1990, mostrando-as não como episódios, mas como dimensões de lutas políticas que se davam em diferentes esferas.

Baseados em sólida pesquisa empírica, esses investimentos no conhecimento dos setores dominantes relacionados ao meio rural e ao agronegócio garantem a Regina Bruno um lugar de destaque no estudo das formas de dominação no Brasil contemporâneo.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BRUNO, Regina.Um Brasil ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BRUNO, Regina. Senhores da Terra, senhores da guerra (a nova face das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Forense Universitária; Seropédica: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997.

BRUNO, Regina. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e habitus de classe. Trabalho Necessário, vol. 20, no. 41, p. 1-26, 2022.

BRUNO, Regina. Bancada Ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, Renato; FLEXOR, George. (Org.). Questões Agrárias, Agrícolas e Rurais. Conjuntura e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers ed., 2017, p. 155-168.

BRUNO, Regina. Representações de trabalhadores, gatos e empregadores sobre o trabalho escravo. In: FIGUEIRA, Ricardo Resende; PRADO, Adonia Antunes. (Org.). Olhares sobre a Escravidão Contemporânea. Novas contribuições críticas. Cuiabá: Ed. UFMT, 2011, p. 37-58 (em colaboração com Maria Antonieta da Costa Vieira).

BRUNO, Regina.Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 83-105.

BRUNO, Regina. Le Statut de la Terre: entre la confrontation et la conciliation. Cahiers du Brésil Contemporain, Paris, 1995, também publicado, na versão em português, na revista Estudos Sociedade e Agricultura, 5, novembro 1995: 5-31



RENATO PAULO SAUL

Por **Rosemary Fritsch Brum**
(UFRGS/UNISINOS)

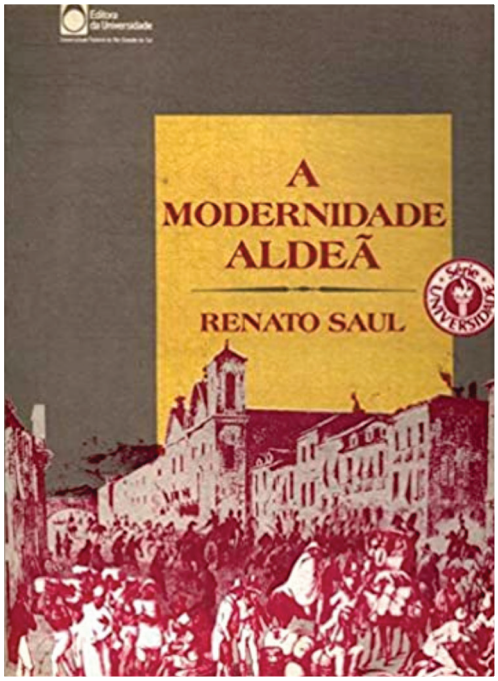
Renato Paulo Saul nasceu em Porto Alegre em 28 de maio de 1934. Entre 1963 e 1974 cursou e concluiu Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seguiu-se uma Especialização em Planejamento Urbano e Regional no Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, PROPUR, na mesma universidade.

Em 1983 concluiu o Doutorado em Ciências Sociais na Universidad Autónoma do México, UNAM, com a tese "Propriedad, Trabajo y Liberalismo en una Sociedad Esclava Moderna (Brasil Siglo XXI)", na área de Estudos em Sociologia do Desenvolvimento, com Especialização em Pensamento Social, tese que recebeu o primeiro lugar no Concurso de Teses sobre a História da América Latina, promovido pela Associação de Historiadores Latino Americanos e do Caribe, ADHLCA. Nesse mesmo ano Renato Saul foi agraciado com a Menção Honorífica da Faculdad de Ciencias Politicas e Sociales da UNAM.

Como docente e pesquisador destacou-se pela abrangência de seu olhar sobre o pensamento social latino-americano e sua realização histórica no Brasil.

VOLTA AO SUMÁRIO

Questionou como determinados paradigmas epistemológicos e soluções ideológicas correspondentes impuseram-se na teoria e na prática sociológicas. Horizontes explicativos, que na contemporaneidade do neoliberalismo justificam a hierarquia da dominação material, política e simbólica sobre os grupos sociais. Optou por perscrutar crítica e analiticamente como o mundo do trabalho, a ideologia e a violência social são assentadas no processo histórico.



A atividade profissional docente foi iniciada em 1970, quando ingressou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1993, quando se aposentou, já como professor Titular do Departamento de Sociologia e do PPGSociologia. Em 1996 recebeu Menção de Reconhecimento pela Atuação no Magistério Superior da UFGRS.

Foi professor Visitante Titular na UNISC, Universidade de Santa Cruz do Sul/RS, de 1994 a 1999, onde orientou dissertações e teses no PPG em Desenvolvimento Regional, com ênfase na Sociologia do Desenvolvimento, Processo de modernização e Desenvolvimento Sociocultural. A partir de 1999, foi docente na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo/RS, onde permaneceu até 2004. Na graduação lecionou a disciplina de Epistemologia das Ciências Sociais, e no PPG em Ciências Aplicadas pesquisou e orientou mestrandos e doutorandos em temas da contemporaneidade do trabalho, suas transformações e alternativas.

Após a publicação da "Modernidade Aldeã", em 1990, onde sistematiza suas reflexões principalmente sobre o Pensamento Social, assistimos a uma constante fertilização intelectual desdobrada em capítulos de livros, artigos publicados e trabalhos em congressos e seminários de abrangência nacional e internacional.

Sua trajetória revela uma práxis sociológica insurgente, teórica e metodologicamente, sublinhada pelo inconformismo diante do crescente corporativismo em todas dimensões da vida social. Seus escritos obedecem a uma espécie de convocação moral e axiológica da Sociologia diante da crescente desigualdade garantida pela violência perpetrada pelas instituições e corporações nacionais e internacionais. Coloca como as transformações tecnológicas sobre o mundo do trabalho resignificam as tradições categoriais da Sociologia, tais como capital humano e capital social. A esse movimento, Renato Paulo Saul esteve alerta e demonstrou como, retiradas do seu contexto histórico, essas categorias confundem –se ao próprio conceito de so-

ciedade civil. A velocidade desses projetos nas sociedades capitalistas sujeita os trabalhadores à desmaterialização do processo de trabalho e à apropriação do conhecimento gerado.

Todos esses fatores concorrem para a tematização sobre os direitos humanos, justiça social, a moralidade da questão social e o apagamento ideológico das liberdades civis, o que expõe a Sociologia para o leque do concurso das demais disciplinas sociais. O alerta do pesquisador volta-se para a crise e a regeneração paradigmática da Sociologia, o risco concreto da pulverização da sua própria organização e objeto. O estilhaçamento do ser social epistêmico será a consequência desse apagamento virtual da reflexão e da historicidade dos conceitos fundantes e dos paradigmas da Sociologia como ciência. Mas, se constata esse movimento, outras manifestações sociológicas chamam seu interesse. Tratam-se das conformações urbanas, dos movimentos sociais e seus conteúdos, o atravessamento entre o mundo real e o mundo virtual. Saber o que desejam, o que questionam, quais os mecanismos de vazão política em estado de potência são as questões preeminentes para as ciências sociais no Brasil.

O pensamento de Renato Paulo Saul é, pois, uma convocação permanente para a vigilância epistemológica, teórica e metodológica da ciência social. É o olhar manifesto do docente, pesquisador e cidadão que se sabe um ser social responsável no seu tempo. Em vista disso, sua qualidade pessoal deve ser nomeada. Na condução do debate interno e externo ao ambiente acadêmico, a germinação de suas ideias e programas de estudos foram instados a distintos sistemas socioculturais próprios. Em todos ambientes lhe foram requeridas as virtudes da intransigência ética alinhada a uma postura racional, considerando que a Sociologia e seus praticantes são acometidos e confrontados pelas operações do caráter utilitário e instrumental da sociedade abrangente. Renato Paulo Saul emprestou sua voz insurgente e deixou sua marca na formação de pesquisadores, professores, alunos e cidadãos.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SAUL, Renato Paulo. *A modernidade aldeã*. Porto Alegre, UFRGS.1990.180p.

SAUL, Renato Paulo; SANTOS, J. Vicente dos; BARREIRA, Cesar; BAUMGART, Maira (Org.). *O dilema do desenvolvimento na formação do século XX:* entre a justiça social e a democracia econômica. Crise social e multiculturalismo. São Paulo, HUCITEC, 2003. pp.47-66.

SAUL, Paulo Renato; Kell, Ivete; ALBURQUERQUE, Paulo; SOLON, Viola. (Org.).*Tradição sociológica, terceiro caminho e direitos humanos.* Direitos humanos, alternativas de justiça social na América Latina. São Leopoldo, UNISINOS, 2002, pp.29-63.

SAUL, Renato PAULO. *Sociedade negacional e pobreza*. Centro de Estudos Marxistas-RS (Org.). Os fios de Ariadne. Porto Alegre, Universidade de Passo Fundo, 1999, pp.93-115.

SAUL, Renato Paulo. *Marxismo analítico, o marxismo burguês*. Centro de Estudos Marxistas (Org.). Luz e sombra. Ensaio de Interpretação marxista, Porto Alegre. UFRGS, 1997.



SANTUZA CAMBRAIA NAVES

Por **André Botelho** (UFRJ)

Alegria, alegria! Santuza Cambraia Naves integrou uma geração brilhante de cientistas sociais atuantes no Rio de Janeiro entre fins dos anos de 1980 e os anos 2000. Fruto de formação rigorosa que, em geral combinava antropologia e sociologia, a primeira no PPGAS do Museu Nacional, onde Santuza estudou com Gilberto Velho, e depois no antigo IUPERJ, orientada por Ricardo Bezaquen de Araújo. Talvez o diálogo interdisciplinar – aliás, tão característico de seus orientadores – ajude a entender a sensibilidade aguçada com que ela e parte de sua geração souberam interpretar as transformações sociais, culturais e políticas em curso na sociedade brasileira e na cidade do Rio de Janeiro dos anos 1990, mas também vivê-las intensamente. Uma geração que sabia "viver com religiosidade a vida", para falar com Mário de Andrade, autor central da trajetória de pesquisa de Santuza. Viver a vida com autenticidade, generosidade, boemia e graça.

Mineira de Boa Esperança, cidade onde nasceu em 1953, que nos deu também o enorme pianista Nelson Freire, Santuza converteu-se do Direito à Sociologia pelas mãos de Barbara Freitag e de Regina Morel, na Uni-

VOLTA AO SUMÁRIO

versidade de Brasília, a UnB. Em 1979 veio para o Rio de Janeiro, cidade em cuja cena acadêmica e também cultural passaria a atuar e na qual acabou deixando sua marca inconfundível. A marca de Santuza na sociologia da cultura e em especial nos estudos do modernismo musical e da Musica Popular Brasileira estão, assim, muito entranhadas na experiência de sua geração, de que ela soube se fazer intérprete arguta e sensível. Imprimiu aos seus trabalhos o mesmo charme e gestual de mãos que tinha, e sua voz lindíssima com um leve pigarro ao fundo já a havia levado a experiências como cantora no Rio dos anos 1980. Eventualmente "ilustrava" suas exposições acadêmicas com trechos cantados à capela. Jamais pude esquecer-me dela cantando "Canções da cordialidade" (de Villa-Lobos e Manuel Bandeira) na casa de Lucia Lippi Oliveira. Como poderia? Ao morrer em 2012, com apenas 59 anos de idade, Santuza deixou uma carreira sólida e respeitada na PUC-Rio, o poeta Paulo Henriques Britto viúvo, dois filhos e muitos amigos órfãos. E uma obra pioneira e referencial sobre modernismo e MPB, que comentarei rapidamente agora.

Objeto não identificado – a trajetória de Caetano Veloso, dissertação de mestrado defendida em 1988 no Museu Nacional sob a orientação de Gilberto Velho mais do que um marco, de alguma forma sela a trajetória intelectual de Santuza Cambraia Naves. Não apenas o astro pop, a fatura da MPB e suas performances corporais marcariam o trabalho posterior de Santuza, mas o próprio papel da canção na modelagem da cultura contemporânea brasileira. Do ponto de vista teórico, estávamos no auge do debate sobre indústria cultural, em especial, nas vertentes da chamada Escola de Frankfurt, a dialética negativa de Theodor Adorno – especulo se não terá sido por aí que Barbara Freitag e Regina Morel capturaram a atenção de Santuza na graduação. Sem ter simplesmente abandonado os problemas da indústria cultural tais como postos por esta vertente da sociologia da cultura, então absolutamente hegemônica – com o perdão da aporia -, Santuza foi tensionando e temperando essa visão com suas próprias experiências e com uma bibliografia antropológica, especialmente ligada à antropologia urbana, que lhe permitiu valorizar os sentidos dados pelos atores sociais aos produtos da indústria cultural que passam a ser vistos como práticas sociais cheias de simbolismos. Musicalidades, corporalidades, performances construindo o cotidiano brasileiro. Artistas como produtores, intérpretes e críticos da cultura brasileira. A partir daí foi divisando novos sentidos para os fenômenos pesquisados, abrindo caminhos novos com delicadeza num campo de debates então às vezes bastante rude.

O violão azul – modernismo e música popular, publicado como livro em 1998 foi originalmente sua tese de doutoramento defendida no ano anterior. Já me perguntei em outro texto sobre o que seria das ciências sociais cariocas sem a espécie de anistia que permitiu que jovens estudantes brilhantes do antigo IUPERJ defendessem suas teses – atrasadas pelas então novas regras da CAPES. Para lembrar apenas de alguns colegas, também defenderam teses em 1997 no Iuperj: Isabel Lustosa, Marcos Chor Maio, Maria Alice Rezende de Carvalho e Nísia Trindade Lima. O trabalho de Santuza teve acolhimento imediato, ajudando a arejar o

campo de estudos sobre modernismo e música popular. Mostra a autora como a música popular concretiza um determinado ideal modernista que valoriza o despojamento e rompe com as tradições ligadas a concepções elitistas de erudição. Compositores como Noel Rosa e Lamartine Babo levaram às últimas consequências o culto da simplicidade, adotando um tom mais coloquial e desenvolvendo uma estética lírica que recorre à paródia e à ironia. Estes contam-se, sem dúvida, entre os princípios e as práticas estéticas modernistas mais impactantes no conjunto da cultura brasileira, o que Santuza mostra com grande habilidade analisando as estruturas musicais, arranjos orquestrais e os estilos de interpretação do período modernista. E, talvez, o mais importante e longevo numa trajetória tortuosa que nos liga e nos separa nesses 100 anos de Semana de Arte Moderna, Santuza mostra como, frequentemente, a linguagem associada ao cotidiano da gente simples conciliava-se com o sublime na cultura brasileira.



Sem nunca ter perdido o vezo da sua relevante descoberta, a agenda de pesquisas de Santuza Cambraia Naves se ampliou e complexificou como é de se esperar numa trajetória acadêmica exitosa, como a que teve sobretudo no Departamento de Sociologia da PUC-Rio, mas também no Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESAP – da Universidade Candido Mendes, que coordenou com sua parceira de pesquisa e amiga Maria Isabel Mendes de Almeida, falecida em 2022. Entre seus principais trabalhos posteriores destaco: Canção popular no Brasil (2010), Velô (2009), Leituras sobre música popular: reflexões sobre sonoridades e cultura (2008), Por que não? Rupturas e continuidades da contracultura (2007), A MPB em discussão – entrevistas (2006), Do samba-canção à Tropicália (2003) e Da bossa nova à tropicália (2001). Professora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, desde 1992, Santuza Naves construiu e compartilhou a partir de suas pesquisas e inquietações intelectuais e estéticas uma importante linha de pesquisa sobre música popular e sociedade no Brasil. Na PUC formou muitos alunos na graduação e também na pós-graduação que se beneficiaram das e alimentaram as discussões que ela vinha ensejando em suas publicações referenciais na área. Sempre estive atento não apenas a estas, mas também às disciplinas que Santuza ministrava para recomendar aos meus próprios orientandos que as cursassem. Guardei uma das suas ementas, a do curso “Pensamento musical no Brasil: Mário de Andrade” ministrada no Pro-

grama de Pós-graduação em Ciências Sociais no segundo semestre de 2006. O objetivo da disciplina – lê-se na ementa – era "pensar a categoria de 'intelectual' encarnado por Mário de Andrade ao longo de sua trajetória, que compreende pelo menos três fases: a inicial, de envolvimento com o movimento modernista, em que se destaca o elogio da polifonia; a fase empenhada na construção nacional, marcada pela retórica da unificação; e a fase final (dos últimos anos de sua vida), marcada pela revolta e pela melancolia, em que demonstra simpatia pelo socialismo". Na bibliografia, pioneiros na área como Elizabeth Travassos e seu insubstituível Os mandarins milagrosos: arte e etnografia em Mário de Andrade e Béla Bartók, de 1997; Telê Porto Ancona Lopes com Mário de Andrade: ramais e caminhos, de 1972; O tupi e o alaúde, de 1979, de Gilda de Mello e Souza e, entre outros, "Permanência do discurso da tradição no modernismo", de 1987, de Silviano Santiago. Uma espécie de melancolia me assola ao imaginar perdidas para nós essas aulas (e tantas outras), já que mesmo quando nossas disciplinas são relacionadas aos nossos temas de pesquisas nem tudo se consegue ou pode prender no papel ou na tela do computador. Imagine, então, no caso de Santuza que, além de conhecimentos peritos precisos, dominava como poucos a consciência corporal com sua postura charmosa e bailado de mãos característico e a compreensão profunda, talvez, decorrente também da sensibilidade artística que sempre a alimentou, de que o que acontece em sala de aula, com a interação performática entre professor e estudantes, é sempre único. Como num espetáculo, o que acontece entre o artista e seu público. Que inveja dos seus alunos e das suas alunas, suas aulas jamais estarão perdidas para eles e elas.

"O Brasil em uníssono" estava sendo escrito quando a morte alcançou Santuza. O livro foi publicado na coleção Modernismo + 90 que antecipou o balanço da Semana de Arte Moderna de 1922 e, sob a batuta de Eduardo Jardim de Moraes, reúne grandes especialistas, também eles interlocutores e amigos de Santuza, como Helena Bomeny e Frederico Coelho, além do próprio Eduardo, por exemplo. Não é pequeno o desafio dos ensaios reunidos no livro, escritos durante a última década de vida da autora: entender como a música uniu o Brasil! Dois temas principais voltam à tona renovados: as concepções de música proposta por Mário de Andrade e realizada por Villa-Lobos e a relação da música popular brasileira com a estética musical Modernista. Ao fim e ao cabo, mostra Santuza como músicos como Caetano Veloso e Chico Buarque atualizaram, nos anos 1960, as propostas defendidas por Mário de Andrade e Oswald de Andrade, nos anos 1920. Saímos da leitura convencidos sobre o papel da música como traço de união cultural e intelectual da sociedade brasileira – diversa e desigual. Um paradoxo?

Como observou Dulce Pandolfi num emocionante necrológio da amiga: "Cientista social também por vocação e com valores, Santuza fez suas escolhas na arte e na vida. Entre tais escolhas estavam alguns artistas que, segundo suas próprias palavras, "por meio de um artesanato musical acima do seu tempo, se tornaram protagonistas importantes no cenário cultural a partir dos anos 60". Segundo ela, "Chico e Caetano se notabilizaram não exatamente pelo teor de suas letras ou de seus discursos, mas pela magistralidade de suas canções". Plagiando

um pouco a própria Santuza, eu diria que ela se notabilizou não só pela qualidade de seus escritos e de suas aulas, mas, sobretudo, pela magistralidade da sua vida, ou seja, pelo "conjunto da obra". Santuza soube viver a sua vida com "religiosidade" no sentido dado por Mário de Andrade, nosso autor-fetiche comum sobre o qual tanto conversamos; e assim vive na melhor sociologia da cultura brasileira. Alegria, alegria!

Referências: Botelho, André. "Sobre as teses do IUPERJ: ciências sociais e construção democrática no Brasil contemporâneo" In: Rubem Barboza Filho; Fernando Perlatto. (Org.). Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

NAVES, Santuza Cambraia. *Canção popular no Brasil* . Rio, Civilização Brasileira, 2010

NAVES, Santuza Cambraia Velô. *Leituras sobre música popular:* reflexões sobre sonoridades e cultura. Rio, Língua Geral, 2009.

NAVES, Santuza Cambraia *Por que não?* Rupturas e continuidades da contracultura (2007),

NAVES, Santuza Cambraia. *A MPB em discussão* – entrevistas. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006

NAVES, Santuza Cambraia. *Do samba-canção à Tropicália*. Rio, Zahar Editores,2003

NAVES, Santuza Cambraia. *Da bossa nova à tropicália*. Rio, Zahar Editores, 2001



SOBRE O AUTOR

Pandolfi, Dulce Chaves. "Santuza Cambraia Naves (1952-2012) – In memoriam". Estud. hist. (Rio J.) 25 (49), Jun 2012.



SEBASTIÃO VILA NOVA

Por **Emílio de Britto Negreiros** (UFPE)

UM SOCIÓLOGO PERNAMBUCANO, MAS NÃO SOMENTE SOCIÓLOGO...

Vila Nova viveu até 2 de janeiro de 2018, 15 anos depois de um acidente vascular cerebral que o foi privando da vida pouco a pouco, e que o forçou prematuramente à aposentadoria em 2003. Viveu 73 anos, nascido em 18 de janeiro de 1944, em Rio Largo, em Alagoas, mas radicado em Pernambuco, para onde a família migra (ele então com 6 anos) em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Sua obra mais importante – inspiração para várias gerações de estudantes das Ciências Sociais no Brasil – é, sem dúvida, Introdução à Sociologia, publicado pela Atlas, desde 1981. Coordenou durante muito tempo o Seminário de Tropicologia, na FUNDAJ (Fundação Joaquim Nabuco), onde trabalhou como pesquisador (Vila, como o chamávamos, foi o Superintendente do Instituto de Tropicologia, um dos mais relevantes cargos da FUNDAJ, e editor da revista oficial desta instituição, a Ciência & Trópico, até 2002), atuando, também por toda

VOLTA AO SUMÁRIO

vida, como professor universitário (na Universidade Católica de Pernambuco). Além de pesquisador e professor, Vila era igualmente poeta, ensaísta e músico. Sabedor de seu talento e competência, fascinava pela sua erudição em sala de aula, demonstrando ao mesmo tempo rigor didático e fidelidade teórica à sociologia, talvez a maior de suas paixões, que era versada com um inteligente senso de humor ácido e preciso.



Depois de assistir a uma aula sua era impossível não se encantar pela sociologia e pelo ofício de sociólogo-professor. As aulas – e ele próprio -, eram performáticas, e isso com certeza tinha a ver com seu passado ligado ao teatro, à música (como compositor) e às radionovelas pernambucanas (em algumas das quais foi rádio ator, ainda criança). Sabia dos livros de cor, nome de autores, datas de publicação, editoras, tradutores, e passagens inteiras que ele literalmente recitava em sala, talvez fruto de sua experiência de árduo trabalho como balconista na antiga e "respeitável" (nas palavras dele mesmo) Livraria Companhia Editora Nacional, por meio da qual manteve contato com a intelectualidade pernambucana à época. A livraria era um ponto de encontro e um elo entre ele, os (as) intelectuais (mas não somente estes ou estas) e o intelectual que ele viria a ser, mesmo que por algum momento tenha cogitado ingressar na vida religiosa, quando neste meio do caminho foi aceito no Seminário de Olinda. Os "mestres" torceram com mais força e ele se converteu à vida acadêmica, e é, por isso, hoje ainda, impossível esquecer de suas aulas...em que todas essas histórias também apareciam como parte desse seu artesanato intelectual.

Apesar da memória que não lhe foi devida no fim, sua trajetória intelectual se impõe até hoje como uma marca inquestionável da qualidade de seu trabalho e de sua obra (que é bastante extensa, aliás, e que vai dos fundamentos à metassociologia, como ele costumava dizer, ou de uma sociologia reflexiva weberianamente orientada, por assim dizer. Este era seu campo de estudo e pesquisa. O catálogo completo de sua obra pode ser consultado em um trabalho importante e meticuloso realizado por Virgínia Barbosa e Lúcia Gaspar, publicado pela própria FUNDAJ e disponível na internet, no qual esta nota se apoia). A comunidade acadêmica universitária (da Sociologia em Pernambuco, especialmente) ainda lhe deve – mais amplamente – o merecido reconhecimento, comunidade esta da qual ele fez parte diretamente desde

a sua graduação em Ciências Sociais e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, e também de suas experiências internacionais na Universidade de Chicago e na Universidade Internacional de Lisboa.

Como sua mãe, que na pobreza dividia um pão entre ela e seus três filhos, de quando em vez (porque nem sempre era possível comprar pão), para que não esquecessem do sabor deste alimento ao mesmo tempo simples e fundamental, Vila também soube dividir o "pão" que recebeu, mesmo que fosse pouco, mesmo que fosse para muitos. Fez isso consigo, com seus próprios filhos (filha e filho, na mais imperfeita ordem dos desencontros e na perfeita desordem dos encontros), com sua própria vida e com o seu trabalho. Vila, de certa forma, ainda vive!



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

VILA NOVA, Sebastião. *Arte e Cultura:* uma perspectiva sociológica. Recife, PE: Editora Bagaço, 1995.

VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia.* 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995 (1981).

VILA NOVA, Sebastião. *Sociologias e Pós-Sociologias em Gilberto Freyre:* algumas fontes e afinidades teóricas e metodológicas do seu pensamento. Recife, PE: FUNDAJ/Editora Massangana, 1995.

VILA NOVA, Sebastião. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na sociologia brasileira:* entre humanistas e messiânicos. Lisboa, Portugal: Coleção Veja Universidade/Ciências Sociais e Políticas, 1998.

VILA NOVA, Sebastião. *A realidade social da ficção.* Recife: Fundaj/Editora Massangana, 2005 (1975).



SELMA RODRIGUES DE OLIVEIRA

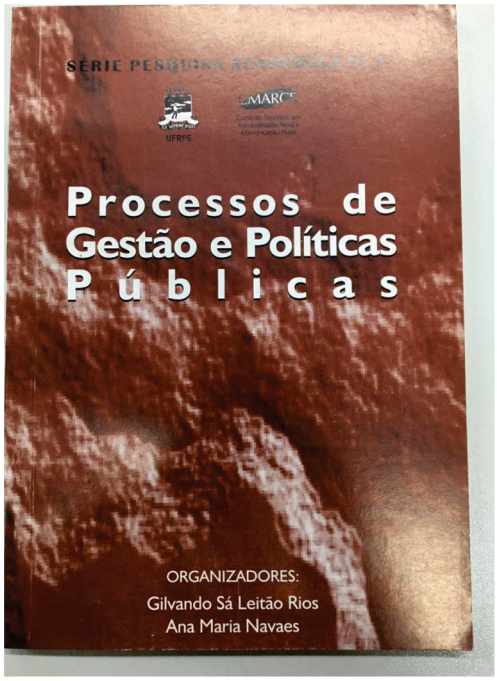
Por **Tarcísio Augusto Alves da Silva** (UFRPE)

A Sociologia brasileira possui diversas feituras. É um projeto intelectual e político que se desenha pelas contribuições de um número expressivo de homens e mulheres no trabalho daquilo que tem se chamado de pilares do ensino superior no Brasil: ensino, pesquisa e extensão. Nas Universidades públicas uma dimensão pouco expressa destas contribuições está situada nas atividades de gestão e articulação institucional, capazes de promover a manutenção de cursos e da proposição de outros, seja na graduação ou na pós-graduação.

A professora Selma Rodrigues de Oliveira insere-se neste conjunto de iniciativas tendo contribuído, posteriormente, para o trabalho já realizado pelo professor Heraldo Souto Maior, seu antigo professor, de tornar a Sociologia em Pernambuco um projeto possível. Nascida em Garanhuns, Pernambuco, em 1938, deparou-se com as primeiras inquietações sociais, pelo recorte de classe, ao se perceber como oriunda de família produtora de café e dos privilégios daí decorrentes.

VOLTA AO SUMÁRIO

O desejo de sua mãe de que se tornasse professora foi retardado o quando pôde. Bacharelou-se em Direito, em 1964, pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), e em Ciências Sociais em 1966, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Já em 1970, foi bolsista, pela Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, no curso de Especialização em Teoria Sociológica, na mesma universidade onde graduou-se em Ciências Sociais. Concluiu o mestrado em 1978, no Institut de Sciences Politiques de Paris, orientada por Michel Crozier, onde defendeu o estudo: Adaptation d´une entreprise à capital d´Etat à son environnement. Sua dissertação surge das inquietações com o ambiente organizacional das universidades onde lecionava, mas seu trabalho de campo foi realizado em Portugal, por indicação do seu orientador, devido a vigência da ditadura militar no Brasil naquele período.



Foi professora do curso de Serviço Social (UFPE), ministrando aulas também na UNICAP e depois na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), onde ingressou como titular no Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH), em 1971, sendo a primeira professora de Sociologia Rural desta instituição. No departamento, exerceu a função de diretora dando-lhe condições de atuar para que a sociologia pudesse ser reconhecida em importância dentro de um ambiente inóspito para disciplina em vista da UFRPE ter, naquele momento, uma preponderância da área de ciências agrárias em establishment.

Em seu período de trabalho nas duas universidades (UFPE e UFRPE) desempenhou diversas funções de gestão dos departamentos e cursos onde atuou, o que a conduziu aos estudos de Sociologia das Organizações no mestrado, em Paris, inquietando-se quanto aos conflitos, relações de poder e interesses tensionados naquelas experiências organizacionais. No retorno ao Brasil, foi convidada a reorganizar o extinto mestrado acadêmico de Administração (UFRPE) no qual introduziu disciplinas de Sociologia. Foi coordenadora do então curso de Bacharelado em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia Rural, da UFRPE, onde pôde lecionar, introduzindo no currículo daquele curso, a disciplina de sociologia das organizações.

Seus esforços junto ao Ministério da Educação conduziram o reconhecimento do curso, em 1999, e, em 2004 ao seu recredenciamento, momento em que é retirada a ênfase em Socio-

logia Rural. A professora Selma Rodrigues de Oliveira foi responsável pela introdução ao mundo das técnicas de pesquisa muitos estudantes de Ciências Sociais, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, por meio de uma atividade artesanal de incentivo, acompanhamento e desenvolvimento de suas formações.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

OLIVEIRA, Selma. Rodrigues de.; RIOS, Gilvando, S. (Org.) ; NAVAES, Ana. M. (Org.) . *Processos de Gestão de políticas publicas*. 1. ed. Recife: UFRPe., 1999.

OLIVEIRA, S. R.. *Dinâmica associativa em Gravatá* – PE. In: XV Encontro Regional da APIPSAr, 1997, Recife. Da Globalização ao regional. Recife: UFRPE., 1997. p. 28-29.



SÉRGIO DE AZEVEDO

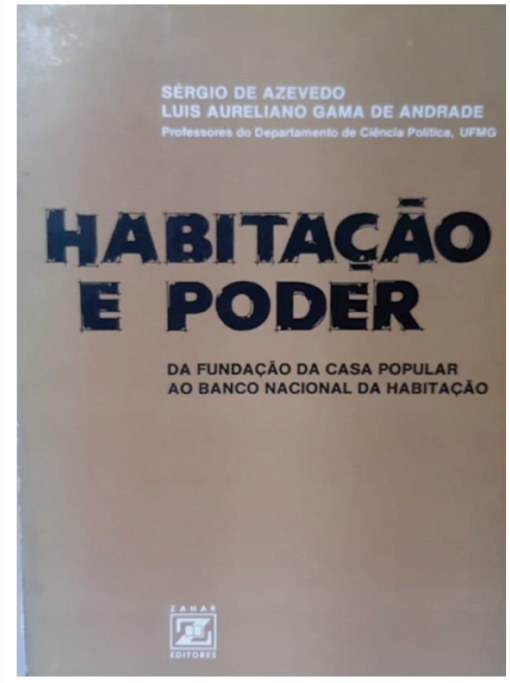
Por **Joseane de Souza** (UENF)

Sérgio de Azevedo nasceu em 26 de Agosto de 1946, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1970, graduou-se em Administração Pública, pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e, em 1973, concluiu o curso de Especialização em Administração Pública, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO, no Chile. Sua trajetória na Sociologia inicia-se em 1971, quando foi admitido no Mestrado em Ciência Política e Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), curso que concluiu em 1975; em 1983, conclui o Doutorado em Sociologia, na Université Catholique de Louvain, UCL, Bélgica; e entre 1987 e 1988 realizou seu Pós-Doutorado na Universidade de Stanford, nos EUA. Ao longo de sua carreira profissional, Sérgio atuou como Professor, Pesquisador, Consultor e Consultor ad hoc.

Sua carreira como professor divide-se em dois momentos. Durante os primeiros anos de docência ensinava, principalmente, conteúdos relacionados à Administração Pública; a partir de 1979 as disciplinas ministradas concentravam-se na área de Sociologia e Ciência Política, com destaque para aquelas da área de Políticas Públicas. Tendo passado por renomadas Ins-

VOLTA AO SUMÁRIO

tituições de Ensino Superior, nacionais e internacionais, públicas e privadas, destacamos sua atuação como professor Titular na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).



Na UFMG foi chefe do Departamento de Ciência Política, coordenou o Centro de Estudos Urbanos (CEURB), compôs comissões de estudos para a implantação de cursos de extensão e especialização. Na UENF ocupou o cargo de Vice-Reitor (2003-2007); participou do processo de implementação do curso de Ciências Sociais (1995) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (2007), o qual coordenou no período 2011-2015; fundou o Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP) e implementou o curso de Graduação em Administração Pública (2012).

Notável pesquisador e membro-fundador do Observatório das Metrópoles, Sérgio foi também técnico da Fundação João Pinheiro (FJP). Suas pesquisas concentram-se na área de Políticas Públicas, com destaque para as seguintes temáticas: Déficit Habitacional, Gestão Metropolitana e Instituições Participativas. Assinalamos suas contribuições para o aperfeiçoamento da metodologia para a mensuração do déficit habitacional no Brasil, ampliando o foco da deficiência do estoque de moradias, em si, para "necessidades habitacionais", que inclui as moradias inadequadas. Essa nova visão transformou o escopo das políticas públicas em habitação, com a inclusão das políticas complementares à construção de moradias para a minimização do problema.

Suas pesquisas o levaram a atuar como consultor de projetos de pesquisa; como consultor ad hoc de agências governamentais na área de políticas públicas, com destaque para o Ministério das Cidades, CAPES, CNPq, FAPERJ, FACEPE e FJP; e como representante ad hoc do PNUD no Brasil. Também prestou consultorias técnicas a governos municipais, estaduais e ao governo federal e integrou a Comissão de Transição do Governo Hélio Garcia, tendo sido um dos responsáveis pelo estudo das viabilidades para a área de Desenvolvimento Social.

Sérgio foi Presidente do Conselho Curador da Fundação para o Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP); integrou o Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) e vários Conselhos e Colegiados Universitários; foi membro da diretoria

da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS); coordenou Grupos de Trabalho sobre Políticas Públicas em alguns dos encontros anuais da ANPOCS; e foi membro do comitê da área de Ciência Política da CAPES.

Publicou, sozinho ou em coautoria, mais de 60 artigos em periódicos e anais de eventos científicos, mais de 40 capítulos de livros, oito livros, mais de 50 trabalhos técnicos, além dos inúmeros artigos e entrevistas em jornais e revistas de notícias. Orientou 29 mestrandos, oito doutorandos e dois pós-doutorandos. Participou como membro avaliador de inúmeras outras bancas de pós-graduação e compôs mais de 50 bancas de concursos públicos para professores (adjuntos e associados) e pesquisadores de instituições públicas e privadas.

Sua maior produção é sobre habitação e governança/gestão metropolitana. Dentre suas contribuições destacamos o livro Habitação e Poder, publicado em 1982, em parceria com Luís Aureliano Gama de Andrade, por ter sido sua primeira publicação de grande reconhecimento na área de sociologia e ciência política tornando-o referência nesta temática.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. de. *Habitação e poder* – da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Zahar Editores, 1982.

AZEVEDO, S.; Vinte Dois Anos de Politica de Habitação Popular (1964-1986): Criação, Trajetória e Extinção do BNH. *Rap Revista de Administração Pública*, v. 22, n.4, p. 107-119, 1988.

AZEVEDO, S.; ANASTASA, M. F. Governança, 'Accountability'e Responsividade: reflexões sobre a institucionalização da participação popular em experiências desenvolvidas em Minas Gerais. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 22, n.85, 2002.

AZEVEDO, S.; GUIA, V. M. Os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. (Org.). *Metrópoles:* entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. 1ed.São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/FASE/ Observatório das Metrópoles, 2004, p. 97-110.

AZEVEDO, S.; RIBEIRO, L. C. Q. *A Crise da Moradia Nas Grandes Cidades:* da Questão da Habitação À Reforma Urbana. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. 283p.



SIMON SCHWARTZMAN

Por **Tiago Magaldi** (UFSCar)

Simon Schwartzman nasceu em 1939, em Belo Horizonte, filho de imigrantes judeus. Criado na ala "progressista" da comunidade judaica belo-horizontina, o futuro sociólogo cedo se engajou em atividades culturais e políticas, incluindo a participação em uma célula da União da Juventude Comunista, ainda na década de 1950, da qual se afastaria em meio às convulsões internas provocadas pelo impacto do famoso discurso de Nikita Khrushchev que denunciava as perseguições e os crimes do líder soviético Josef Stálin.

O interesse pela política o seguirá ao entrar no curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da UFMG, em 1958, na mesma turma de Theotônio dos Santos, Herbert de Souza, Antônio Octávio Cintra e outros que se destacaram posteriormente na vida intelectual. Em 1961, como membro da juventude do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), participou da fundação da Organização Revolucionária Marxista (mais conhecida pelo acrônimo "Polop" – Política Operária), mas o impacto político da Revolução Cubana de 1959 e o posterior surgimento da perspectiva da insurreição armada nas esquerdas brasileiras não encontra-

VOLTA AO SUMÁRIO

rão eco em Schwartzman. Logo após o término de sua graduação, em 1961, partiu para Santiago, no Chile, para fazer o mestrado em Sociologia na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso). Os próximos anos seriam de constante andança pelo mundo.

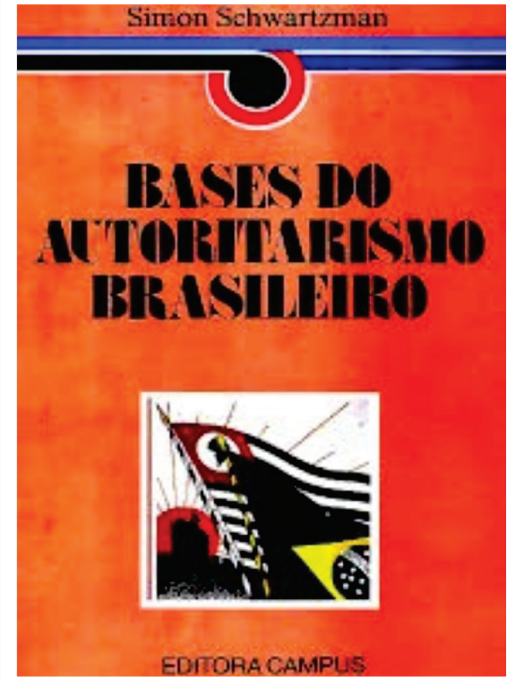
Defendida a dissertação de mestrado na FLACSO – que versava sobre as condições de produção da consciência de classe ou do "aburguesamento" entre operários chilenos – em 1963, Schwartzman retornou ao Brasil apenas para sair novamente: como muitos intelectuais de sua geração, foi perseguido, impedido de trabalhar (possuía então vínculo ativo com a Face) e, finalmente, preso e processado na Justiça Militar (por "perverter a mente da juventude"). Solto depois de 40 dias, partiu clandestinamente para Oslo para trabalhar no International Peace Research Institute, graças ao convite de Johan Galtung, chegando na cidade em 1964. Seguiu depois, em 1966, para Buenos Aires, para trabalhar no Instituto Di Tella. Em ambos os casos, a proposta era estabelecer relações entre características socioeconômicas dos países e a estabilidade das instituições políticas nacionais, fazendo uso de metodologias quantitativas.

A oportunidade de doutorar-se chegou na temporada em Buenos Aires, quando recebeu da Fundação Ford bolsa para o curso de doutorado na Universidade da California, Berkeley para onde foi no início de 1967. Entre seus professores estava Reinhard Bendix, célebre biógrafo de Max Weber – autor de particular predileção de Schwartzman. Não será o único brasileiro a fazê-lo: na mesma época, estavam no país, realizando seus respectivos doutorados, José Murilo de Carvalho, Wanderley Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier entre outros. Em dezembro de 1968, quando estava pronto para retornar ao Brasil, foi decretado o Ato Institucional Nº 5. Decidiu voltar assim mesmo.

Impedido novamente de trabalhar na UFMG, foi admitido como professor, em 1969, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), então dirigido por Bolívar Lamounier. Lecionou na instituição até 1987. Foi parte ativa da geração que contribuiu para a abertura das ciências sociais brasileiras à literatura anglo-saxã, expandindo as fronteiras bibliográficas para além do predomínio francês e latino-americano de então. Ao mesmo tempo, integrou-se ao Centro de Pesquisa da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap), da Fundação Getúlio Vargas, a qual buscou reorientar para a pesquisa sobre políticas públicas.

Em 1973 finalizou a redação de sua tese de doutorado, recebendo o título de doutor em Ciência Política. Seguindo a linha de Raymundo Faoro, Schwartzman propunha interpretar a história da dinâmica política brasileira não somente pelo conceito de "representação de interesses" – que conduzia a análise da sociedade civil ao Estado, este sendo o portador dos interesses dominantes naquela – mas também pelo de "patrimonialismo" – que deslocava a análise para os grupos que concentravam o poder estatal e o utilizavam para seus próprios fins, levando a uma dependência duradoura dos grupos sociais ao centro político. Por meio dessas chaves analíticas, chegaria à conclusão de que a instabilidade política brasileira se devia à posição relativamente subordinada do centro do poder econômico-contratual (São Paulo) em relação ao eixo do poder político-patrimonial (Rio de Janeiro-Brasília). Divergindo fron-

talmente das interpretações marxistas hegemônicas na época, às quais não hesita em chamar de "simplistas", o primeiro livro de Schwartzman publicado no Brasil dá o tom de sua verve polêmica, marca de sua produção intelectual.



Será ainda na década de 1970 que Schwartzman abrirá um novo campo de investigação que se tornaria tema central de suas preocupações: a organização nacional da ciência e tecnologia. Convidado em 1975 para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), coordenou a pesquisa que levou ao livro Formação da comunidade científica do Brasil, lançado em 1979, uma narrativa acerca da história da comunidade científica brasileira desde o Império. O tema será objeto de diversas publicações futuras do autor, que a partir da década de 1980 começa a se afastar das problemáticas típicas da ciência política e passa a se envolver cada vez mais com as de ciência, tecnologia e educação, sobretudo depois de integrar, a partir de 1988, o Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior (Nupes) na Universidade de São Paulo, convidado por Eunice Durham, participando de um esforço então inédito no país.

Dessa fase destaca-se o livro Tempos de Capanema (1984), publicado conjuntamente com Helena Bomeny e Vanda Maria Ribeiro da Costa, fruto dos esforços de pesquisa do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV. Nele, os autores procuram dimensionar a importância histórica da célebre reunião de políticos e intelectuais ao redor do então Ministro da Educação do primeiro governo Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, cujas ideias, valores e propostas foram longevos na institucionalidade brasileira, sobretudo na educação. Mais à frente, publicará outro livro que estava destinado a se tornar célebre: The new production of knowledge (1994), sobre a importância de se passar de um modo tradicional e disciplinar de se produzir ciência para um modo transdisciplinar e pragmático, centrado em problemas específicos e no impacto econômico e social da produção científica. Escrito em colaboração com cinco outros especialistas internacionais, o livro teve grande repercussão, sendo referência permanente na área. O investimento em história e sociologia da ciência foi fruto de apoio da FINEP dos anos 1970, e resultou na publicação de uma obra de referência entre as publicações de Simon: Formação da Comunidade Científica. O interesse foi

prolongado com o projeto de elaboração de uma nova política para a área de ciência e tecnologia, resultado de um grupo de trabalho que levou a vários livros editados pela FGV Editora. O envolvimento de Schwartzman com as questões do ensino superior, ciência e tecnologia provocou sua inclusão, em 1985, na Comissão de Reforma da Educação Superior, tendo sido nela o relator dos trabalhos ali desenvolvidos.

Atuante no mundo científico acadêmico e institucional, foi presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (1990-1991); e, em 1994, no governo Itamar Franco, Schwartzman assumirá sua função mais publicamente exposta: a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ficará na instituição até 1998, tendo buscado, no período, realocar sua função precípua para o atendimento da sociedade como um todo, não a considerando apenas uma auxiliadora do planejamento estatal – visão esta que criticou como "totalitária". Finda a passagem pelo IBGE, Schwartzman acrescenta aos seus temas de trabalho a questão das políticas sociais, e passa a integrar o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). Em 2004, com a guinada no ambiente político ocasionada pela posse de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da república, o autor publica dois livros: As causas da pobreza e Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo.

Aprofunda-se ainda nos temas relativos à educação básica e profissional, sobre os quais versarão muitos de seus escritos nos anos 2000. Por isso, em 2016, já sob Michel Temer, voltará a colaborar com o governo federal ao participar das discussões que culminaram com a aprovação da reforma do ensino médio em 2017 e das reuniões e relatórios do Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Embora tenha abandonado a atividade militante cedo em sua trajetória, o estilo contundente de seus escritos (do qual a polêmica travada com Richard Morse em finais da década de 1980 oferece um exemplo particularmente afiado) e a perspectiva voltada para políticas públicas não escondem o sentido prático de seus esforços, voltados não só para a compreensão dos problemas, mas também para sua superação. É nesse sentido que, sobretudo na educação, a perspectiva da avaliação ganha grande relevo: não basta formular objetivos grandiloquentes ou aumentar indiscriminadamente o investimento na área; faz-se necessário precisar quais fatores auxiliam ou impedem o seu desenvolvimento prático, sem concessões patrimonialistas ou pretensões de planejamento total da realidade.

Em seu conjunto, os temas da formação e atuação do Estado brasileiro; da organização da ciência e tecnologia no país e no mundo; da educação superior e básica; e da pobreza e desigualdade social concentraram seus principais esforços, mas não exaurem sua contribuição: tendo passado por dezenas de instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas, nacionais e internacionais – a maioria das quais de importância central seja para as ciências sociais, seja para a produção de políticas públicas –, além das propriamente governamentais, Schwartzman foi e segue sendo um importante ator institucional das ciências sociais brasileiras.

Foi pesquisador e professor visitante em diversas universidades e instituições, entre as quais o Woodrow Wilson International Center for Scholars, Universidade de Columbia, Universidade da Califórnia, Berkeley, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, École Pratique des Autes Études – Paris, Swedish Collegium for Advanced Studies in Social Sciences (SCAS)- Upsala, St. Anthony's College, Oxford, Universidade de Stanford e Universidade de Harvard. Desde 2002, é membro titular da Academia Brasileira de Ciências.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro.* Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. *O espelho de Morse.* Novos estudos, nº 22, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon; GIBBONS, Michael; TROW, Martin; LIMOGES, Camille; NOWOTNY, Helga; SCOTT, Peter. *The new production of knowledge:* the dynamics of science and research in contemporary societies. London, Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon; BERTERO, Carlos Osmar; GALLEMBECK, Eduardo Krieger e Fernando (eds). *Ciência e Tecnologia no Brasil.* Uma nova Política para um mundo global. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon, Carlos Osmar Bertero, Eduardo Krieger e Fernando Gallembeck, (eds). *Ciência e Tecnologia no Brasil:* a capacitação brasileira para a pesquisa científica e tecnológica. Vol. 3. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. *O Ensino superior no Brasil.* Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra e Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um Espaço Para a Ciência:* A Formação Da Comunidade Científica No Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SOBRE O AUTOR

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. *Os dilemas do patrimonialismo brasileiro* – as interpretações de Raymundo Faoro e Simon Schwartzman. 1. ed. São Paulo: FAPESP/ Alameda, 2018.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Sobre Simon Schwartzman. In: SCHWARTZMAN, Felipe F. et al. *O sociólogo e as políticas públicas:* Ensaios em homenagem à Simon Schwartzman. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos:* representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. Novos Estudos, nº 53, 1999.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. *Simon Schwartzman.* Disponível em https://www.abc.org.br/membro/simon-schwartzman/

FGV-CPDOC. Entrevista com Simon Schwartzman. *Projeto Memória das Ciências Sociais*: https://www.youtube.com/watch?v=b_qm2bYi19Y



SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO

Por **Vanilde F. de Souza-Esquerdo** (Unicamp) e **Maristela Simões do Carmo** (Unesp)

Fazer a bionota de uma pessoa tão querida, batalhadora e corajosa como a Sonia, com a qual convivemos durante muitos anos, nos honra e traz imensa alegria. Quão gratificante é o convívio não apenas intelectual, mas também familiar e afetivo com alguém valente, guerreira e fiel aos seus princípios!

Princípios que primam pela luta contra a desigualdade humana em todos os seus níveis, de gênero, de estratificação social, de exploração do trabalho, entre outros. Sua luta, com foco no rural, sempre buscou o fortalecimento dos agricultores e agricultoras nas suas realidades de enfrentamento com seus empregadores e também com os vínculos institucionais do Estado.

Sonia nasceu em Guaratinguetá, estado de São Paulo, em 31 de março de 1944, onde passou sua infância e parte da adolescência. Foi a sexta filha de oito irmãos do casal João Thomaz Pereira e Cacilda Pessoa Pereira.

VOLTA AO SUMÁRIO

Teve contato próximo às questões do rural por influência de seu pai, engenheiro agrônomo, extensionista pioneiro no estado de São Paulo, que costumava levar os filhos em suas andanças no trabalho junto aos agricultores e agricultoras familiares. Seu pai era muito ligado aos problemas sociais do campo, fato que a conduziu a cursar Agronomia na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"/USP, aonde ingressou em 1964. Sua formação na realidade do rural brasileiro lhe trouxe a compreensão e o amor pela causa da agricultura familiar e dos camponeses e camponesas, estrato da sociedade em que sempre depositou seus conhecimentos e dedicou toda a sua vida acadêmica.

Durante a faculdade, na sua afirmação acadêmica de aprendizado de política estudantil, foi diretora dos departamentos Feminino; de Divulgação; e de Extensão, do então Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz". Durante sua gestão no Departamento Feminino organizou viagens para vários Estados do Brasil (RS, RJ, MG, BA), proporcionando nessas viagens, às colegas contemporâneas ver e aprender in loco as necessidades do rural brasileiro, além, é claro, de conhecer pessoas e novos lugares.

Também participou dos trabalhos junto ao Grupo de Educação Popular pelo método Paulo Freire, nos bairros periféricos de Piracicaba, aflorando desde então toda a sua preocupação e dedicação com a população do campo. Desses encontros, Sonia se aproximou da sociologia e seus ensinamentos, e no quinto ano da faculdade fez especialização em Economia Rural com enfoque na Sociologia Rural. Ainda se graduou em Ciências Econômicas da Associação de Ensino de Marília, tendo colado grau em março de 1973.

Quando se graduou no curso de Agronomia, em 1968, teve inúmeras propostas de emprego, porém escolheu se dedicar às famílias agricultoras carentes, num trabalho realizado em Araçatuba-SP, junto ao Instituto Paulista de Promoção Humana (IPPH), ligado à Igreja Católica. Sonia relata essa experiência como maravilhosa em sua vida, porém que pouco durou pelo fato desse Instituto ter sido fechado, já que vivíamos os anos de chumbo da ditadura militar. Após essa experiência profissional no IPPH, Sonia foi professora no colégio agrícola em São Manuel-SP e em abril de 1969 iniciou suas atividades docentes na Unesp de Botucatu.

Fez mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (1976), mas já tinha defendido tese de doutorado em Agronomia em 1974, na Unesp de Botucatu, cujo título foi: "Nível de vida das famílias rurais do município de Botucatu-SP – 1972". Sua Livre-Docência, também na Unesp de Botucatu, ocorreu em 1983, com a tese: "Agricultura e Assistência Técnica no estado de São Paulo". Durante suas atividades acadêmicas, chama atenção a necessidade de expandir seus conhecimentos para além das fronteiras nacionais em cursos de especialização e de pós-doutoramento. Fez especialização em Extensão Rural para o Desenvolvimento Socioeconômico pela Wageningen University, em 1985; e entre os diferentes pós-doutorados realizados, cabe destacar o da École des Hautés Études en Sciences Sociales. Em 1987 ingressou no quadro permanente de docente da Unicamp, na Faculdade de Engenharia Agrícola, onde permaneceu até a sua aposentadoria.

Foi docente dos Programas de Pós-Graduação em Energia na Agricultura, na FCA-Unesp; Mestrado em Ciências Sociais, na Unesp-Araraquara; em Engenharia Agrícola, na Feagri/Unicamp; Doutorado em Ciências Sociais, no IFCH/Unicamp; e no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, da UFSCar.



Uma curiosidade sobre sua trajetória acadêmica é que ela fez dois concursos para professora Titular, um deles pela Universidade Estadual Paulista/Unesp, em 1990, e outro pela Unicamp, em 1992, sendo desta forma professora "bi-titular".

Sonia fez tantos eventos, realizou tantos debates, reuniões, encontros e congressos que precisaríamos de mais de 100 páginas para nominá-los e descrevê-los. Por isso, vamos apenas ressaltar alguns, nos mais distintos períodos da sua caminhada acadêmica.

Dentre os eventos que organizou e coordenou em conjunto com vários professores e pesquisadores destacamos os seguintes: as Reuniões Nacionais sobre Mão de Obra Volante na Agricultura; as Reuniões do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura – PIPSA e seu desdobramento na Associação PIPSA (APIPSA). Importante ressaltar que este projeto de intercâmbio, enquanto um espaço democrático de discussão entre pesquisadores, docentes, estudantes e outros intelectuais teve sua continuidade na Rede de Estudos Rurais a partir de 2006.

Entre os diversos cargos ocupados destacamos dois deles: foi presidente da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Sober, no biênio 1995-1997, instituição na qual tornou-se, em 2013, membro legendário. Também foi presidente da Asociación Latinoamericaca de Sociología Rural, de 2006 a 2009.

Dos contatos no exterior houve dois projetos que cabem salientar, o Projeto Alfa – Rede Estrela de Desenvolvimento Rural, em conjunto com a École Nationale Supérieure Agronomique de Rennes; e o Projeto CAPES-Brafagri, para intercâmbio de estudantes de graduação do Brasil e da França.

Como resultado das parcerias internacionais, em 2003 organizou a 1ª Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, na Feagri/Unicamp, em parceria com a École des Hautés Études en Sciences Sociales, evento este que permanece na atualidade, realizado a cada dois anos, alter-

nado com o Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, organizado sob a coordenação da professora Vera Lúcia da Silveira Botta Ferrante, na Uniara, (Universidade de Araraquara).

Próxima à sua aposentadoria, Sonia coordenou o curso de especialização latu sensu "Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa" – Residência Agrária no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera/MDA/INCRA/CNPq, na Feagri/Unicamp, de 2012 a 2015. Este curso gerou dois livros a partir dos artigos relacionados aos Trabalhos de Conclusão de Curso dos educandos.

Uma bionota sobre Sonia Bergamasco não poderia deixar de citar o seu lado de liderança, afável, contemporizador e sua grande capacidade de agregar seus colegas, alunas e alunos em inúmeros eventos sociais por ela promovidos. Suas orientandas e orientandos, certamente, recordarão das diversas horas de orientação permeadas pelo acolhimento, não apenas na faculdade, mas também na sua residência.

Sonia continua em atividade, como professora colaboradora voluntária na Feagri/Unicamp, e também orientando alunos da pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais no IFCH/Unicamp, demonstrando seu vigor e capacidade de continuar lutando pela agricultura familiar e camponesa.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira e NORDER, Luiz A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo, Brasiliense, 1996. (Primeiros Passos, 301).

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira e KAGEYAMA, Angela. A estrutura de produção no campo em 1980. *Perspectivas*, São Paulo, n. 12/13, 1989/1990, p. 55-72.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira e CARMO, Maristela Simões do. Reforma agrária dá certo? O (in)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais. *Reforma Agrária*, v. 21, p. 60-68, jan./abr. 1991.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL Maria-Edy. *Por um atlas dos assentamentos brasileiros:* espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil; 1997.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; CARMO, Maristela Simões do; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de; COMITRE, Valeria; FIGUEIREDO, Nelly M. S. *Estudo prospectivo de*

demanda por terra: cenários possíveis para a reforma agrária. Brasília: Coleção FAO/INCRA, 2000. 107p.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira e NORDER, Luiz A. Cabello. *A alternativa dos assentamentos rurais:* organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

KAGEYAMA, Angela A.; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2013;51(1):105-122.

DELGADO, Guilherme e BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Eds.). *Agricultura familiar brasileira:* desafios e perspectivas de futuro Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SOBRE A AUTORA

CAMARGO, R. Ap. Leite de; BORSATTO, Ricardo S.; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde F. de. *Entrevista com Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco:* Uma história de vida dedicada à agricultura familiar paulista. Agricultura Familiar e Políticas Públicas no estado de São Paulo. São Carlos: EDUFSCar, 2022, 526p.



TAMARA BENAKOUCHE

Por **Elisa Correa** (UDESC)

A historiografia da internet brasileira teve seu início marcado pela análise sociotécnica publicada por ninguém menos do que Tamara Benakouche, considerada a pioneira dos estudos sociológicos sobre inovação e tecnologia no Brasil.

Tamara nasceu em Recife, onde se formou em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco no ano de 1970. Nessa mesma década iniciou sua trajetória profissional como Socióloga do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE) e atuou como professora colaboradora da Faculdade de Filosofia do Recife, posteriormente denominada Faculdade Frassineti do Recife (FAFIRE).

Ainda nos anos 1970, Tamara recebe bolsa do Centre International d'etudiants et Stagiaires, CIES, na França, e desenvolve sua pesquisa de pós-graduação com ênfase em estudos sobre urbanismo e migração no nordeste brasileiro, conquistando o título de Mestre pela Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne). De volta ao Brasil, escolhas pessoais a trouxeram para o sul do país, inicialmente na cidade de Curitiba, onde trabalhou como socióloga no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) no período de 1979 a 1982.

VOLTA AO SUMÁRIO

Inicia sua trajetória docente em Florianópolis em 1982, quando é aprovada em concurso público para o cargo de professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atuou por mais de 20 anos. Em sua carreira acadêmica, Tamara exerceu cargos administrativos como chefe do Departamento de Ciências Sociais, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP/UFSC) e membro do Conselho de Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Foi também editora da Revista Política e Sociedade (UFSC) e membro do corpo editorial da Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS). Desenvolveu atividades de ensino de graduação e pós-graduação, extensão e pesquisa, conquistando a posição de professora titular do Departamento em 1994.

Por conta de seus estudos sobre urbanização, inicialmente encontrou no campo da Geografia o espaço para suas primeiras pesquisas e publicações sobre o tema no Brasil na década de 1980, influenciada pelos contatos acadêmicos iniciados na França, onde conheceu pessoalmente Milton Santos. Participou de eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) com apresentação de trabalhos e coordenação de Grupos de Trabalho, ampliando sua rede de relacionamentos científicos entre os pesquisadores brasileiros até migrar definitivamente para os espaços sociológicos, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), onde foi coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Estudos Urbanos.

O direcionamento temático das pesquisas desenvolvidas por Tamara sobre Ciência, Sociologia e Sociedade nos anos 1980, foi influenciado por preocupações sociais em relação à chegada da tecnologia nas cidades, os chamados "impactos tecnológicos". Rumores e previsões nada animadores a respeito da diluição e fragmentação das cidades por conta da comunicação à distância que, supostamente, tiraria as pessoas das ruas inviabilizando o comércio e a vida social urbana, tornaram-se o interesse de pesquisa que iniciou a transição temática que culminaria nos estudos sociotécnicos que marcaram a docência e pesquisa de Tamara até o final de sua trajetória acadêmica.

O aprofundamento na leitura de autores franceses sobre as discussões sociológicas que envolviam o urbanismo e, na época, a teleinformática, levou-a de volta a Paris, agora para o curso de Doutorado na Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne). Sua pesquisa sobre as políticas de implementação da 'teleinformática' no Brasil enquanto precursora da internet como a conhecemos hoje, foi uma importante guinada para sua inserção como pesquisadora da análise sociotécnica. A partir do estudo das novas tecnologias nos espaços urbanos e, especialmente, do que passou a chamar de implicações sociais da tecnologia como alternativa ao termo 'impacto tecnológico', Tamara começa a definir com maior clareza uma área de estudos e pesquisas ainda muito incipiente, ou mesmo inexistente no Brasil: a Sociologia da Técnica, conhecida posteriormente como Sociologia da Inovação.

Duas publicações representam mais acentuadamente seu legado para os estudos sociológicos sobre tecnologia no Brasil: o primeiro deles, intitulado Redes técnicas/redes sociais: a pré-

-história da Internet no Brasil, publicado em 1997 na Revista USP, faz um levantamento histórico-cronológico sobre a implementação e expansão da internet no Brasil, dando ênfase ao que Tamara chama de "agenciamentos sociotécnicos", expressão usada por Pierre Lèvy (1993), para compreender os processos e negociações que permearam a pré-história da internet no país.



O artigo faz uma análise que parte desde os primeiros movimentos, tanto do governo brasileiro quanto de diversas instituições que se utilizavam da teleinformática já na década de 1970, discutindo as negociações, problemas enfrentados e soluções encontradas, apresentando as iniciativas de criação das primeiras redes de serviços de transmissão de dados e sua evolução ao longo das duas décadas seguintes.

Esse texto pioneiro já apontava o que Tamara chamou de "riscos" envolvidos no uso de arquivamento e transmissão de dados pela rede internet, conceito que ultrapassa a noção de impacto tecnológico, discutido com mais profundidade em sua outra publicação considerada como a segunda contribuição mais importante para os estudos sobre tecnologia e sociedade no Brasil: Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico.

Este segundo texto é resultado da pesquisa de pós-doutorado realizado na Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, publicado em 1999 no periódico Cadernos de Pesquisa. O capítulo discorre sobre as críticas necessárias ao uso da palavra 'impacto' como referência às implicações da tecnologia na sociedade pois, segundo a autora, "Responsabilizar a técnica pelos seus "impactos sociais negativos", ou mesmo seus "impactos sociais positivos", é desconhecer, antes de mais nada, o quanto – objetiva e subjetivamente – ela é construída por atores sociais, ou seja, no contexto da própria sociedade." (BENAKOUCHE, 1997, p.2).

Em sua análise, Tamara argumenta o caráter social da construção da tecnologia, apresentando a teoria ator-rede de Latour e Callon que discute a rede de atores humanos e não humanos responsável pelo desenvolvimento de tecnologias na sociedade que, nesse processo social, recebe diferentes apropriações ou 'traduções' por parte dos membros da sociedade que a elas atribui diferentes identidades e usos. Dessa forma, o texto desmistifica a tecnologia como algo que "impacta" a sociedade fortalecendo seu caráter social, acompanhado dos riscos e benefícios inerentes a todas as interações e produtos sociais.

Esses textos repercutiram em diferentes publicações, seja em dissertações e teses, seja em artigos científicos que, até os dias de hoje, levantam questões importantes sobre o caráter social da técnica e da tecnologia.

Além das contribuições evidenciadas nessas análises, Tamara foi pioneira também em sua atuação na criação de cursos de Ensino à Distância em Santa Catarina, dedicando parte de suas pesquisas e atuação profissional voltadas à Sociologia da Educação, com ênfase nos aspectos tecnológicos que permeiam práticas educacionais.

Ao final de sua trajetória acadêmica, a partir de 2008, atuou como membro do Comitê de avaliação da CAPES na área de Sociologia, encerrando assim sua participação mais ativa em atividades profissionais. No entanto, a obra de Tamara Benakouche, mantém uma relevância indiscutível nos debates sempre necessários sobre tecnologia e sociedade.

O complexo universo da informação digital representa enormes desafios técnicos e sociais que não podem ser ignorados, e que demandam novas análises que possam trazer maior compreensão da sociedade de hoje, levantando o debate sobre problemas contemporâneos que precisam ser discutidos, alguns, inclusive, com extrema urgência, tendo em vista o cenário de notícias falsas que ameaça a democracia no Brasil e no mundo. Além disso, as mudanças provocadas pela pandemia de COVID 19, intensificaram as relações sociais por meio da comunicação digital e trouxeram novas formas de trabalho e constituição da vida nas cidades – possibilidades que motivaram Tamara em seus primeiros estudos sociotécnicos focados em urbanização na década de 1980.

Revisitar os textos de Tamara Benakouche é, portanto, condição básica e ponto de partida para todo aquele que deseje adentrar esse universo de possibilidades de estudos e pesquisa sobre as tecnologias digitais.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BENAKOUCHE, Tamara. Redes Técnicas/Redes Sociais: pré-história da Internet no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v.35, p.124-133, 1997. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26923 Acesso em: 31 jan. 2023.

BENAKOUCHE, Tamara. Tecnologia é Sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. *Cadernos de Pesquisa do PPGSP,* Florianópolis, n. 17, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 1999. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41838/1/ARTIGO_ProducaoSocialTecnologia.pdf Acesso em: 31 jan. 2023.



VANIA SALLES

Anete Brito Leal Ivo (UFBA)

Vania Salles foi uma socióloga brasileira dedicada às temáticas da sociologia agrária; aos estudos sobre família, gênero e pobreza e à sociologia da cultura e da vida cotidiana. Desenvolveu reconhecida carreira acadêmica de professora-investigadora no Centro de Estudios Sociológicos (CES) de El Colegio de México, por mais de trinta anos. Membro da Academia Mexicana de Ciências e professora visitante em várias instituições estrangeiras: Universidade da Florida; FLACSO (sede México) a Universidade Federal da Bahia e a Universidade de Brasília, no Brasil, e a Universidade Livre de Bruxelas, além de circular como convidada em congressos e eventos em diversos países.

Vania nasceu em Uberlândia- Minas Gerais, em 1940, e faleceu no México, em agosto de 2006. Passou a infância e a juventude em Salvador-Bahia, onde se diplomou em Letras e Literatura, pela Universidade da Bahia, em 1963. Nesse mesmo ano, ingressou na primeira turma do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade da Bahia[25]. A participação nesse curso produziu uma

[25] Instituição criada em 1963 pelo prof. Thales de Azevedo, fechada pelo governo militar ao final da década de 1960. O curso abarcava um grande espectro temático e funcionava em regime intensivo de

VOLTA AO SUMÁRIO

inflexão no seu itinerário acadêmico para a Sociologia, tanto pela iniciação à docência, em disciplinas introdutórias à Sociologia (na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia), como pela sua participação como pesquisadora no projeto coletivo "Estrutura da propriedade e uso da terra", coordenado pelo Instituto.

Desde sua juventude Vania sempre esteve comprometida com a luta democrática, tendo atuado em movimentos estudantis da esquerda católica – a Juventude Universitária Católica (JUC), na década de sessenta. Em 1964, casada com Severo Salles[26], transfere-se com ele, para Brasília, dando prosseguimento à sua experiência docente no ensino de disciplinas introdutórias de Sociologia, na Universidade de Brasília. O ambiente repressivo do golpe militar de 1964, no entanto, obrigou-os a deixar o Brasil, exilando-se na França, em meados de 1966. É fácil imaginar os desafios que ela enfrentou na instalação num novo país, com um filho ainda bebê- Ricardo de Almeida Salles- e compromissos de estudo e inserção no novo país. Com grande determinação e sensibilidade afetiva ela soube conciliar a sua dedicação materna com os estudos, no país de acolhimento, e, ao final do seu mestrado, em 1969, teve o seu segundo filho – Paulo de Almeida Salles[27]. Vania iniciou seus estudos em Paris, em 1966, com bolsa do governo francês, no Institut International de Récherche et Formation en vue du Développement Harmonisé (IRFED) e realizou o Mestrado em Sociologia (*Diplôme d'Études Approfondies en Sciences Sociales*) na École des Hautes Études em Sciences Sociales, com a dissertação: *Le feodalisme dans les textes agraires de Weber et Kautsky* (1969), temática que aglutinou seus interesses teóricos até o seu doutorado em Sociologia, em 1984, na Université de Paris X (Nanterre), com a tese *Paysannerie et capitalisme au Mexique: la periode de Cárdenas*.

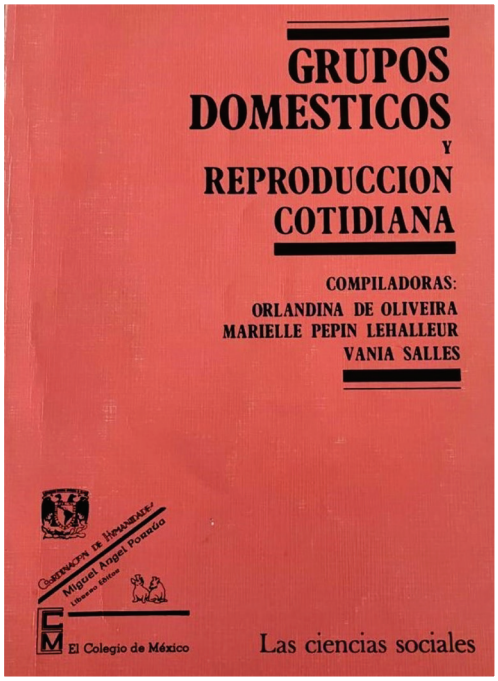
Suas primeiras pesquisas empíricas e teóricas, situam-se, portanto, no campo dos estudos agrários, tratam das organizações camponesas e do futuro do campesinato no capitalismo, problemática inscrita no debate mexicano multidisciplinar sobre o desaparecimento ou permanência do campesinato nas sociedades contemporâneas, além de pesquisar sobre as estruturas sociais regionais agrarias. Nos anos oitenta suas pesquisas evoluem para o estudo das organizações familiares e a reprodução da força de trabalho; vida cotidiana e grupos domésticos; relaciones de gênero e transformações agrárias. Nos anos 1990, aprofunda estudos sobre as diversas formas de estruturação entre família, pobreza e condição feminina e, ao final

dedicação dos alunos. Nele circularam intelectuais brasileiros e estrangeiros de grande prestígio: Roger Bastide, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. J. Medina Echevarria, Katia Mattoso, Hélio Jaguaribe, Alain Touraine, Rodolfo Stavenhagen, Romulo Almeida, Inácio Rangel, Pierre George, entre outros visitantes.

[26] Vania Salles teve dois casamentos: o primeiro, no início da década de sessenta, com o brasileiro Severo Salles, Professor Titular do Centro de Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional Autonoma de Mexico – UNAM, com quem teve dois filhos: Ricardo e Paulo, que lhes deram quatro netos, dois de cada filho. O seu segundo casamento foi com médico-biólogo Gustavo Viniegra, professor da Universidad Autónoma Metropolitana – UAM do México, no início dos anos dois mil.

[27] Ricardo de Almeida Salles, seu primeiro filho, é doutor em Filosofia pela King's College London, investigador do Instituto de Investigaciones Filosóficas da UNAM. O segundo filho, Paulo de Almeida Salles, é engenheiro e realiza atualmente carreira acadêmica no Instituto de Engenharia da UNAM.

dessa década, faz uma inflexão para a Sociologia da Cultura, examinando as dimensões socioculturais das identidades sociais, religiosidades e místicas populares, as organizações vicinais, a formação de identidades e pertenças sócioterritoriais, temáticas desenvolvidas em parcerias com diversos colegas.



Suas contribuições empíricas eram indissociáveis da dimensão teórica. A teorização a permitia transitar por diferentes questões de pesquisa. Tais campos empíricos exploravam recorrências e especificidades, como uma espécie de atualização contínua e aprofundamento de preocupações teóricas de pesquisa. Nesse âmbito, interessou-se por autores clássicos, como Max Weber, Georg Simmel, Pierre Bourdieu, além do debate entre modernidade e pós-modernidade. Explorou as relações micro e macro; reprodução social e reprodução da força de trabalho (com Orlandina Oliveira); as teorias da cultura e da vida cotidiana, entre outras contribuições. Dois anos antes do seu falecimento, fazia uma leitura sobre as contribuições teóricas de Raymond Aron.

Com uma concepção do trabalho científico coletivo ela empreendeu e coordenou inúmeros projetos, em colaboração com colega no CES e financiamentos de prestigiosas instituições internacionais e nacionais, cujos resultados foram publicados em livros e revistas de circulação internacional, em inglês, português e espanhol. No âmbito da gestão universitária foi Coordenadora Acadêmica do Centro de Estudios Sociologicos (CES) do El Colegio de Mexico e liderou diversos projetos no Programa Interdisciplinario de Estudios sobre la Mujer-PIEM, do CES (1986 e 1988). A dimensão coletiva do seu trabalho ganhou expressão relevante à frente da direção da revista *Estudios sociológicos,* por dois períodos (1993-1996 e 2000-2006).

Outra característica que marcou o itinerário acadêmico de Vânia Salles foi sua generosidade em compartilhar ideias e transmiti-las de forma pedagógica, particularmente, aos seus orientandos e estudantes. Ministrou muitos cursos de pós-graduação e atuou na orientação de inúmeras teses de doutorado. Com uma capacidade agregadora e grande disponibilidade de escuta, ela abria-se à reflexão de ideias, e ajudava no exercício de resoluções e encaminhamentos acadêmicos das questões de pesquisa.

Em plena efervescência da transição democrática, no Brasil, em 1987, Vania voltou ao Brasil, com a família. Alimentava-a dois sonhos: viver a utopia da renovação democrática do Brasil (em pleno processo da Assembleia Constituinte e abertura para eleições diretas) e aprofundar vínculos de intercâmbio universitário entre as instituições brasileiras e as universidades latino-americanas, especialmente as do México, gerando oportunidades de interlocução e difusão regionais, já que a sociologia brasileira, à época, havia se afastado do debate latino-americano.

Na sua tentativa de permanecer no Brasil, no entanto, sentiu o desconforto de interromper uma consolidada carreira acadêmica, no México, onde estabelecera ricas parcerias com colegas e uma rede de amigos, além de uma ativa atuação universitária. Assim, optou por permanecer definitivamente no México e inserir-se temporariamente como pesquisadora visitante no Brasil. Permaneceu entre 1988 e 1989 no Centro de Recursos Humanos (atualmente Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, contribuindo nos debates sobre linhas de pesquisa com as quais tinha afinidade teórica e de pesquisa (os estudos agrários e pesquisas sobre família e reprodução da força de trabalho) e, no ensino, participou do curso sobre Sociologia Agrária, que eu ministrava no Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da UFBA. Durante sua permanência no Brasil circulou em eventos regionais e nacionais e colaborou na Universidade de Brasília, num curso teórico sobre Max Weber, sob a responsabilidade de Maria Stela Grossi.

Visando estreitar os diálogos interuniversitários entre o México e o Brasil e, como resultado da sua permanência temporária em instituições brasileiras, ela coordenou um número da *Estudios Sociologicos* (v. 9, n. 25, 1991) dedicado ao tema da "Democracia no Brasil", com a publicação de artigos de colegas brasileiros. E, do lado brasileiro, a *Caderno CRH* publicou, em 1991 e 1992 os artigos: "Reprodução Social e Reprodução da Força de Trabalho: reflexões teóricas para os estudos do tema" (em coautoria com Orlandina de Oliveira, n.14, 1991, traduzida e revista por Nadya Castro) e o artigo "Quando falamos em família de que família estamos falando" (n.17, 1992, trad. revista por Anete Ivo)

Vania Salles foi uma socióloga com grande inquietação intelectual, uma enorme capacidade de diálogo, colaborando com *insights* inspiradores na formulação de conhecimentos e um compromisso incontornável com as instituições acadêmicas. Resultado de uma trajetória marcada por diversas parcerias acadêmicas com colegas, ela soube cultivar amigos, com seu entusiasmo e sorriso acolhedor. A sua produção é marcada por várias colaborações com Orlandina de Oliveira; Marielle Pepin Lehalleur, Rodolfo Tuirán, Jose Manuel Valenzuela entre outros. Recebeu reconhecimento da comunidade acadêmica mexicana, como docente e pesquisadora de referência no sistema de ciências, além de sua circulação no âmbito regional e internacional. Suas contribuições acadêmicas estão publicadas em livros e revistas e podem ser analisadas nos depoimentos em sua homenagem, publicados m livro editado pelo Colégio de Mexico, 2007, um ano após o seu falecimento.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

OLIVEIRA, Orlandina; SALLES Vânia &. LEHALLEUR, Marielle P. (eds.), *Grupos domésticos y Reproducción Cotidiana,* UNAMEI, Colegio de México, México,1989.

SALLES, Vania. Cuando hablamos de familia, ¿de qué familia estamos hablando? *Nueva Antropología*, n. 39, pp. 53-87, 1991. [Publicada em portugués como o titulo: Quando falamos de familia, de que familia estamos falando? *Caderno CRH*, Salvador- Bahia, UFBA, n. 17, pp. 106-140, 1992.

OLIVEIRA, Orlandina & SALLES, Vania. Reprodução social e reprodução da força de trabalho: reflexões teóricas sobre o estudo do tema. *Caderno CRH*, Universidade Federal da Bahia, v.4, n.14, 1991. Publicada em español, em 2007, com o título: Reflexiones teóricas para el estudio de la reproducción de la fuerza de trabajo. *Argumentos. Estudios críticos de la sociedad*, n. 96, pp. 19-43, 2007.

SALLES, Vania & TUIRÁN, R. Cambios demográficos y socioculturales: familias contemporáneas en México", en Beatriz SCHMUKLER (coord.). *Familias y relaciones de género en transformación. Cambios trascendentales en América Latina y el Caribe*, EDAMEX, México, 1998. p. 83-123.

VALENZUELA, José Manuel & SALLES, Vânia, *Vida Familiar y cultura contemporánea*, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, México, 1998.

SOBRE A AUTORA

COLEGIO DE MÉXICO. *Tejiendo y Entretejiendo recuerdos, homenaje a Vania Salles* (1940-2006). Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio de México, México, 2007.

OLIVEIRA, Orlandina de. Homenaje a Vania Salles. *Estudios Demográficos e Urbanos*. v. 22, n. 1, pp. 205 – 208, jan. 2007.



WALQUÍRIA GERTRUDES DOMINGUES LEÃO REGO

Por **Lucas Baptista** (UEL) e
Daniela Mussi(UFRJ)

"Dejo a los varios porvenires (no a todos)
mi jardín de senderos que se bifurcan"
Jorge Luis Borges

Walquíria Leão Rego nasceu na cidade de Joaquim Távora, interior do Estado do Paraná, em 1946, e iniciou sua graduação na Faculdade de Direito da PUC-PR nos anos 1960, em Curitiba. A intensa efervescência política, cultural e intelectual dos estudantes daquele período a levou a abandonar a formação jurídica e, em 1968, ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em seguida, nos anos 1970, cursou mestrado em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), então um dos únicos programas de pós-graduação em Ciências Sociais existentes no Brasil.

VOLTA AO SUMÁRIO

Em meio ao clima de repressão perpetrado pela ditadura, a USP se revelava como um espaço singular de resistência democrática e de estímulo ao debate e pesquisa científica sobre a situação do país e da América Latina. Era, também, um canal importante para a recepção das ideias e teorias sociais e políticas que despontavam no mundo. Pensar o Brasil e a relação entre intelectuais e a política era um tema candente nas aulas de professores como Florestan Fernandes, Luís Pereira, Gabriel Cohn, Jean Paul Sartre e Antônio Cândido. Para Walquíria e muitas pessoas de sua geração, foi particularmente importante nesse contexto a tradução e maior circulação das ideias do italiano Antonio Gramsci (1891-1937) nos meios acadêmicos e políticos brasileiros.

Entender esse ambiente é determinante para interpretar sua dissertação de mestrado, defendida em 1981, com o título "Estado e revolução burguesa no Brasil: um ensaio sobre a questão da hegemonia na Primeira República". Trata-se de uma análise de inspiração poulantziana sobre as frações de classe em disputa no período inicial da experiência republicana no país, na qual se destacam as dificuldades do grupo paulista em conquistar sua hegemonia cultural e política. O trabalho foi fundamental para a trajetória da pesquisadora, uma vez que doravante ela se dedicará a pensar a realidade nacional através da história das ideias e da sociologia dos intelectuais, sobretudo, ao privilegiar o estudo do pensamento político e social brasileiro. Sua tese de Doutorado, defendida pouco tempo depois também na USP, em 1989, "A utopia federalista em Tavares Bastos", tomaria a história do liberalismo como objeto de análise, mais precisamente o estudo desse pensamento político no Brasil oitocentista. O objetivo principal do trabalho era discutir a relação entre a escravidão, a circulação das ideias liberais e a formação das instituições políticas no país a partir da perspectiva singular com que Tavares Bastos pensava o desenvolvimento do capitalismo nacional a partir da modernização do setor agrário. Nesse sentido, esse liberal seria o representante de uma espécie de tentativa de americanismo emergente na periferia do capitalismo.

Durante o doutorado, Walquíria deu início às atividades como professora em instituições de ensino superior e, no fim dos anos 1980, ingressou por concurso no Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Nos primeiros anos de docência nesta universidade, ela ministrou cursos sobre pensamento político e social brasileiro, além de ter organizado seminários e orientado teses e dissertações sobre o tema. Em parceria com a professora Élide Rugai Bastos, da mesma instituição, participou do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), que presidiu por mais de quinze anos. Cabe destacar o alcance e relevância dos seminários internacionais organizados pelo CEB nos anos 1990, quando contou com a presença de intelectuais importantes no pensamento político contemporâneo, tais como a teórica política italiana, professora da Universidade de Columbia, Nadia Urbinati, e o sociólogo britânico Steven Lukes.

Neste ínterim, Walquíria manteve viva sua agenda acadêmica no âmbito da história das ideias ao voltar-se mais ao entendimento do pensamento de Gyorgy Lukács (1875-1971), in-

telectual marxista conhecido da autora e de sua geração. Esse retorno se cristalizou na organização, em 1996, do livro "Lukács: um galileu do século XX", em parceria com o professor Ricardo Antunes. Em 1991, ela já havia iniciado seu trabalho de pós-doutorado como bolsista da Fapesp na Fundação Instituto Gramsci, em Roma, quando tratou de analisar o complexo arcabouço do liberalismo italiano dos anos 1920 e 1930. Seu objetivo era o de revelar algumas das contradições e potencialidades da corrente liberal-socialista emergente naquele país no período estudado, com ênfase em pensar a questão democrática na perspectiva da democratização radical do Estado de direito. Os resultados da pesquisa lhe serviram de base para defesa de sua livre-docência, em 1999, sendo publicada em livro nos anos 2000, sob o título Em busca do socialismo democrático.



O interesse na problematização da relação entre intelectuais e a política ganhou nova concretude com a organização do livro "Intelectuais e política", publicado em 1999 junto com a professora Élide Rugai. O volume reuniu artigos de Norberto Bobbio, Salvatore Veca, Jean Paul Sartre e tantos outros. A partir desta trajetória, Walquíria, ao analisar a questão democrática no interior do debate sobre republicanismo então colocado naquele contexto, conquistou sua titularidade na Unicamp em 2006. É possível dizer, sem exageros, que este título marcou um fechamento de longo ciclo no trabalho intelectual da pesquisadora. Um momento de bifurcação de caminhos configurado tanto pelos seus interesses acadêmicos como pela conjuntura política de experiência de governos de esquerda no Brasil democrático a partir do início dos anos 2000.

A segunda metade da década de 2000 marcou uma inflexão na forma com que esta socióloga pesquisa as ideias e, acima de tudo, o Brasil. Neste contexto, que marca sua transição do departamento de Sociologia para o departamento de Ciência Política da Unicamp, Walquíria persiste pensando no país, mas agora sob o ângulo das mulheres contempladas com programas de transferência direta de renda, precisamente o "Bolsa-Família", criado em 2003 como política de combate à fome e miséria. A história das ideias e a sociologia das ideias políticas dão lugar às vozes das mulheres bolsistas numa ousada pesquisa de campo que, em parceria com o filósofo Alessandro Pinzani (UFSC), foi levada a cabo em diversas regiões brasileiras, em especial àquelas regiões que apresentavam piores índices de miséria e pobreza – como o sertão de Alagoas e o norte de Minas Gerais. Os primeiros resultados desta empreitada têm

registro no livro "Vozes do Bolsa-Família: autonomia, dinheiro e cidadania", publicado em 2013 e indicado ao prêmio Jabuti em 2014.

Walquíria e Alessandro movimentaram as teorias da cidadania e do reconhecimento para, a partir das entrevistas, avaliar em que medida a transferência direta e sistemática de renda pelo Estado representou uma maior autonomia (no sentido kantiano do termo) por parte dessas mulheres. Porém, sem perder de vista o delicado contexto de vulnerabilidade social em que viviam. Para tal, as entrevistas foram realizadas periodicamente com as mesmas mulheres durante seis anos, no esforço geral de identificar o programa Bolsa-Família como uma política pública duradoura de cidadania. Após a publicação do livro, a pesquisa permaneceu em curso sob nova abordagem, inspirada na perspectiva teórica do sofrimento social proposta pelo filósofo francês Emmanuel Renault.

A trajetória de Walquiría Leão Rego, em resumo, é marcada pela combinação entre o estudo do pensamento e da teoria política liberal e democrática dos séculos XIX e XX e a atualização crítica dos mesmos à luz da pesquisa empírica sobre as formas práticas de superação das desigualdades econômicas produzidas e reproduzidas na periferia do sistema capitalista no século XXI. Nesse sentido, um percurso que assumiu muitas formas e caminhos, mas manteve um sentido original e compromisso bastante homogêneos: pensar a realidade, especialmente a brasileira, para identificar (e quiçá estimular) sua transformação com base nos princípios da democracia e da justiça social.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

REGO, W. D. L.; KOERNER, A.; REGO, W. G.D. L. Debates Interdisciplinares sobre Direito e Direitos Humanos Impasses, Riscos e Desafios. 1 e. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2022. v. 750. 476p .

BERCOVICI, G.; REGO, W. G.D. L.; MAQUIAVEL, N.; LIMA, M. M. B.; BATTINI, M.; WEBER, M.; MASSONETO, L. F. Cem Anos da Constituição de Weimar (1919-2019). 1. ed. Sao Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2019.

PINZANI, A.; REGO, W. G.D. L. Money,Autonomy and Citizenship: The experience of the Brazilian Bolsa Familia. 1. ed. Cham Switzerland: Springer, 2018. 140p.

REGO, W. G.D. L.; Pinzani, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. 1ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013. 248p.

REGO, W. G.D. L. A Utopia Federalista: Estudo sobre o Pensamento de Tavares Bastos. 1ª. ed. Maceió: Edufal, 2002. 280p.



ZAHIDÉ MARIA TORRES MACHADO NETO

Por **Felipe Bruno Martins Fernandes** (UFBA)

Nasceu em Salvador/Bahia no ano de 1931, filha do comerciante Emílio Torres Timótio e da farmacêutica Noélia de Vinhaes Torres. Foi casada com o sociólogo e jurista Antônio Luís Machado Neto, com quem compartilhou, além do sobrenome, uma vasta produção e colaborações acadêmicas e políticas. Obteve o título de Bacharela em Direito em 1955 e o título de Licenciada em Ciências Sociais em 1959, ambos pela Universidade Federal da Bahia. Tornou-se Mestra da primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, hoje Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA em 1969, com um trabalho intitulado "Estrutura Social dos Dois Nordestes na Obra Literária de José Lins do Rêgo" (1971) e seu doutorado em Sociologia iniciado em 1979 na Universidade de São Paulo sob a orientação de Eva Alterman Blay, de título prévio (no momento da qualificação) "Mulher: estrutura de existência e de sobrevivência", não foi concluído devido à morte prematura com 52 anos no ano de 1983.

VOLTA AO SUMÁRIO

O final dos anos 1960 viram aumentar o número de mulheres em carreiras científicas, acompanhado de um movimento de pesquisa, nas diversas áreas do conhecimento, principalmente nas Humanidades, sobre a "condição feminina" em múltiplos âmbitos da vida social. Esses estudos, germes do que posteriormente seriam denominados de "Teoria Feminista" ou "Estudos de Gênero", contaram com toda uma geração de pesquisadoras que se dedicaram à deslocar a experiência das mulheres para o centro das preocupações acadêmicas. Inspirada pela obra de Helleieth Saffioti e sua geração intelectual, Zahidé Machado Neto foi pioneira no estudo do trabalho feminino no estado da Bahia, com foco na condição da mulher como força de trabalho. Se sua geração analisava o impacto da discriminação laboral das mulheres nas suas famílias e comunidades, também Zahidé Machado Neto, em um segundo momento, focou seu olhar nos efeitos da desigualdade entre os sexos na conformação parental daquele período. Assim, o estudo da condição feminina era de amplo espectro, tendo a mulher como eixo condutor, mas a interpretação da sociedade como resultado. Temas como as "famílias proletárias e sub-proletárias" e a "adultização das crianças", principalmente no auxílio aos pais na produção da renda familiar e no funcionamento das "famílias sem homens" foram alguns tópicos presentes nos trabalhos da socióloga.

Zahidé Machado Neto tinha uma imensa capacidade de trabalho, tendo atuado na pesquisa e gestão universitárias e tido papel preponderante na criação de coletivos de mulheres em bairros e partido político ao longo de sua vida. Mesmo que o foco central na condição feminina tenha surgido em sua trajetória profissional no final dos anos 1960, a mulher já aparecia em seus estudos sobre Sociologia da Arte, tema que a motivou ao longo dessa década. No período, a socióloga se dedicava às análises das obras trabalhadas nos currículos da educação básica, como "Infância" de Graciliano Ramos, "Doidinho" de José Lins do Rêgo e "O Ateneu" de Raul Pompéia, cujas reflexões estão presentes em seu primeiro livro de relevância intitulado "Sociologia e Romance" (1960). Naquele momento o estudo da condição feminina ou o foco nas experiências das mulheres eram vistos como menos prestigiosos ou importantes para as interpretações sobre o Brasil mas, mesmo assim, Zahidé Machado Neto sempre trouxe à tona em seus trabalhos a vida das mulheres, como apontou na obra:

"a mulher nordestina do interior, trabalhada nos duros sofrimentos da seca, acostumada aos constantes reveses da sorte, a auto defesa, ao bacamarte, ao couro rodeando tudo, não foi adocicada pela sociedade dos canaviais do litoral, pela sombra muito feminina da negra escrava, pela culinária requintada da casa grande" (s/p).

Na Universidade Federal da Bahia iniciou a docência em 1962, como professora auxiliar, ministrando a disciplina de "Sociologia Criminal". Posteriormente acompanhou o marido na missão para a fundação da Universidade de Brasília (UNB). Ao retornar à capital baiana se tornou professora assistente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, no qual se concursou para professora adjunta na primeira metade dos anos 1970. Foi colaboradora de várias universidades, dentre elas a Universidade Católica de Salvador (UC-

SAL), além de ter prestado consultorias importantes para universidades do interior do estado da Bahia, como a Faculdade de Educação de Feira de Santana e a Universidade Estadual de Santa Cruz. Além disso, Zahidé Machado Neto também circulou internacionalmente, principalmente em países como México e França, em que apresentou reflexões sobre mulheres de camadas populares.



No estado da Bahia foi pioneira no ensino da condição feminina no campo das Humanidades. Lecionou, em 1974, a primeira disciplina sobre a temática, intitulada "Sociologia da Família e das Relações entre os Sexos", no Mestrado em Ciências Sociais da UFBA. No componente, Zahidé Machado Neto explorou a estrutura familiar dentro da perspectiva das ciências sociais e humanas. O programa da disciplina abordou as relações entre os sexos dentro do contexto familiar, a formação de papéis masculino e feminino e a situação das mulheres no mundo do trabalho em outros países, como Estados Unidos, França, Itália e Inglaterra. A disciplina foi divida em 11 unidades, sendo que, em todas, autores clássicos como Marx, Weber e Durkheim eram relidos com as contribuições feministas.

Nesse caminho, Zahidé Machado Neto traçou a sua carreira a partir de três grandes eixos: sociologia criminal, sociologia do romance e estudos da condição feminina. Entretanto, foi no terceiro eixo que ela mais se engajou, em cujas ideias dedicou os últimos anos de sua vida, tendo publicado, por exemplo: "Mulher: vida e trabalho – um estudo de caso com mulheres faveladas" (1977); "Meninos Trabalhadores" (1979); "Mulher, Trabalho e Discriminação: um Estudo Piloto em Salvador" (1980); "As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente na família proletária" (1980); "A força de trabalho da mulher no espaço do bairro" (1981) e "O que menina 'pode' e deve fazer: o papel da criança do sexo feminino na divisão do trabalho da família urbana" (1982).

Zahidé Maria Torres Machado Neto foi uma força criativa e intelectual na Bahia, tendo atuado na produção de conhecimento, no ensino nos níveis de graduação e pós-graduação, na gestão e política universitárias e na política partidária. Suas contribuições, apesar de menos visíveis e citadas nos dias atuais, continuam nos provocando, uma vez que as problemáticas sociais levantadas por ela ainda permanecem como eixos de desigualdades na sociedade brasileira.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MACHADO NETO, Zahidé; SIMÕES, Luzinete. *Mulher, Trabalho e Discriminação:* um Estudo Piloto em Salvador, Salvador, Universidade Federal da Bahia,1980.

MACHADO NETO, Zahidé. *Sexualidade, Reprodução e Reprodução na Força de Trabalho*, UFBA, 1982.

_____. *O Papel da Criança do Sexo Feminino na Divisão do Trabalho da Família Urbana*, 1982, UFBA.

_____. *Políticas Governamentais e a Mulher:* a cidadã de segunda classe, UFBA, 1982.

_____. *Amélia Revisitada:* violência cotidiana contra a mulher, UFBA, 1982.

_____. *A Mulher na Força do Trabalho na América Latina*, Vozes, Petrópolis, 1982.

_____. *Child Work, Development and Change* Ed., Institute of Social Studies, The Hague, Nederland, Children and Adolescents in Brazil, 1982.

SOBRE O AUTOR

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; DANTAS, Míria Moraes; PEREIRA, Maiara Diana Amaral. Zahidé Machado Neto: uma pioneira dos estudos sobre a mulher na bahia. Aceno, Cuiabá, v. 3, n. 5, p. 108-124, jul. 2016. Disponível em: file:///Users/teste/Downloads/3708-Texto%20do%20Artigo-12574-1-10-20160912%20(2).pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

3° PERÍODO

EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO

1980-2000



AFRÂNIO MENDES CATANI

Por **Maria Eduarda da Rocha** (UFPE)

Afrânio Mendes Catani nasceu em 22 de junho de 1953, na cidade de Campinas, interior de São Paulo, filho de Renato Catani e de Maria José Mendes Catani. A família materna havia vendido as terras em Piracicaba e comprado seis casas para alugar na cidade, onde o avô também emprestava dinheiro a juros e conseguia prover uma vida confortável aos seus dependentes. Do outro lado, a ascendência italiana esteve na origem do capital cultural do pai, já que o avô dominava a língua mátria além do francês e não apenas o dialeto local da Toscana de onde provinha. O avô paterno pode então viver bem como tradutor juramentado enquanto as circunstâncias da Segunda Guerra não levaram ao fechamento do Consulado da Itália, seu principal contratante. Entre bons e maus momentos, o pai de Afrânio foi o único de sua geração a cursar a faculdade, levado a Piracicaba para frequentar a Escola de Agronomia, onde se formou em 1940, casando-se com a mãe dele, dona-de-casa, em 1942.

O pai de Afrânio, Renato Catani, ingressou muito cedo no Instituto Agronômico de Campinas como pesquisador, depois do doutorado cursado em Piracicaba.

VOLTA AO SUMÁRIO

Em 1950, recebeu bolsa da Fundação Rockefeller para estudar dos Estados Unidos, na área de Química, que ajudou a consolidar em várias instituições acadêmicas do interior de São Paulo. No primeiro concurso de cátedra para Química Analítica da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP em Piracicaba, foi aprovado e pôde usufruir de um salário que, naquela época, era equiparável ao de outras carreiras de alta reputação no serviço público. Pôde assim, prover a Afrânio e a sua única irmã mais velha uma casa confortável com uma ampla biblioteca.

Aos dois anos de idade, quando o seu pai já estava estabelecido, Afrânio se mudou para Piracicaba junto com a família. Pouco depois, aos seis anos, ingressou no Grupo Escolar Prudente de Morais e mais tarde, no Instituto Educacional Piracicabano, de base metodista, o que causava incômodo sendo a sua família de filiação católica. Pesava mais naquela escolha o pragmatismo da possibilidade de uma educação de qualidade do que a inclinação religiosa, o que dá mostras da importância da aquisição de capital escolar na visão de seus pais. Enquanto a irmã seguia a trilha do pai rumo às áreas duras, optando pela Agronomia, Afrânio queria fazer da paixão pelo cinema a sua ocupação. Via filmes com muita frequência, eram a sua principal forma de lazer, especialmente as chanchadas e o cinema hollywoodiano, mas também o cinema europeu. Além disso, leituras dispersas de livros como Brasil em Tempo de Cinema, de Jean Claude Bernadet ou Por que Literatura, de Luiz Costa Lima, haviam "mudado" a sua vida ao sinalizar ser possível se dedicar a algo "que não fosse engenharia, direito ou medicina" (Catani, 2021, 38). O interior oferecia agronomia, engenharia, até a recém-criada faculdade de Direito, por tantas pessoas usada como porta de entrada para as humanidades, mas pouco atrativa por sua prematuridade e incipiência naquele contexto. Oferecia também as desconhecidas ciências sociais em Rio Claro e Araraquara. Mas estas eram opções ou desinteressantes para ele ou muito vaporosas quando comparadas a percursos tão focados como os do seu pai e de seus avôs.

Então no começo dos anos de 1970, a inclinação para as humanidades significou a mudança para a capital, trazido pelos pais para frequentar um cursinho de sete semanas e depois, como não havia obtido sucesso na primeira tentativa, o preparatório da FGV para o vestibular, ingressando no curso de Administração Pública que era gratuito. Foi ali que se deu a sua descoberta da Sociologia, através das muitas disciplinas da área que o curso oferecia e da colaboração nas pesquisas dos professores, especialmente aquela que serviu de base à tese de Sergio Miceli. Foi também ali que se manifestou a serventia de um recurso valioso trazido de casa, o domínio da língua, que o engatou de maneira definitiva no trabalho editorial. Ainda na graduação, seu professor Edgar Carone perguntou se alguém sabia corrigir prova e Afrânio, sem entender que se tratava de prova de livro, se prontificou. Quando chegou na editora Difel onde Carone atuava, só não se viu em uma situação mais difícil graças à ajuda do funcionário que se dispôs a ensinar os macetes para que adaptasse a esse serviço o bom conhecimento do português que já tinha. Foi esse recurso também que impressionou Miceli quando era diretor da Revista de Administração da FGV e pediu que os alunos fizessem resenhas de livros, abrindo

caminho para a colaboração que se seguiu, sobretudo na participação nas edições brasileiras dos livros de Bourdieu. Esse trabalho, que começa com o muito bem-sucedido Escritos de Educação, coletânea organizada em parceria com Maria Alice Nogueira (Nogueira, Catani, 2022 [1998]), culmina no Vocabulário Bourdieu, mais recentemente lançado também em colaboração com Nogueira, além de Ana Paula Hey e Cristina Medeiros (Catani et alli, 2017).



A passagem da administração para a Sociologia como área disciplinar só pode se dar em nível de pós-graduação, o que foi muito comum na sua geração. A amiga Vanya Sant'Anna, professora de Ciência Política da Getúlio Vargas, fez a ponte com Gabriel Cohn e a insistência de Afrânio fez com que aceitasse orientar um mestrado iniciado em 1976 e concluído em 1983 com o título "A Sombra da Outra: a Companhia Cinematográfica Maristela e o Cinema Industrial Paulista nos anos 50". A dissertação foi publicada muito tempo depois, em 2002, pela editora Panorama (Catani, 2002). O projeto de fazer do cinema a sua ocupação encontrou o apoio de Paulo Emílio Gomes Salles, o seu assessor na Fapesp, enquanto cursava o mestrado. Ele o condicionou a estudar profundamente o tema e, de certo modo, aquele investimento na sistematização de uma cultura cinematográfica fragmentária que trazia de muito antes era um retoque importante no trabalho que Afrânio vinha fazendo desde a sua mudança para São Paulo, de saltar de um repertório cultural disperso e "eclético" (Catani, 2021, 36), para equiparar a sua formação àquela exigida pelo meio em que passava a circular, o que fica evidente quando compara, por exemplo, o conhecimento em história adquirido no colégio do interior com o de seus primos que haviam estudado na capital. O ingresso na Sociologia aparece como parte desse esforço de autoconstrução.

O doutorado em Sociologia também foi feito na USP, mas sob orientação de Heloísa Fernandes, entre 1985 e 1992, resultando na tese "Cogumelos de uma só manhã: B. J. Duarte e o Cinema Brasileiro (Anhembi 1950-1962)", onde a influência de Bourdieu se fez mais presente, através de uma compreensão ampliada do conceito de "capital". Mas as marcas da obra do sociólogo francês na sua visão de mundo eram muito mais profundas e lhe acompanhariam ao longo de todo o seu percurso, talvez porque tenha lhe permitido compreender uma desi-

gualdade social vivenciada muito de perto, desde a primeira infância. No grupo escolar onde havia iniciado os seus estudos, ele convivia em uma classe com cerca de quarenta estudantes, sendo um dos poucos liberados de ocupações manuais. Começava ali a sua percepção do peso da origem social na trajetória escolar. Naquela turma, ele estava entre os dez alunos "filhos de gente de bem"; tinha até acesso a biblioteca e uma máquina de escrever em casa (Catani, 2002, 60). Na transição para o ginásio, mais de trinta dos seus colegas ficaram pelo caminho, absorvidos pelos trabalhos que já exerciam e a que passaram a se dedicar em tempo integral. Mas foi somente a leitura dos escritos de educação de Bourdieu que lhe permitiu ressignificar essa experiência como exclusão, bem como entender que, se naquele contexto interiorano a sua condição era privilegiada, na comparação com a formação recebida pelos primos da capital, havia um déficit em humanidades que o fazia se sentir deslocado (Catani, 2002, 61). Não por acaso, no texto em que faz o balanço de sua trajetória, é a partir desse sentimento que Afrânio faz a passagem entre a sua própria experiência e a do autor que se tornaria a sua principal referência teórica (Catani, 2013, p. 16 e ss), tomada como uma sociologia dos "interesses vitais". (Bourdieu apud Catani, 2002, p. 61).

Através de Sergio Miceli, Afrânio integrou-se à primeira geração de mediadores e mediadoras da obra de Bourdieu no Brasil, tendo frequentado o Centro de Sociologia Europeia em 1975, ao mesmo tempo que seu professor. Esse foi o contexto de sua inserção na rede de relações que lhe permitiram a organização da coletânea de artigos do sociólogo francês sobre sociologia da educação, em colaboração com Maria Alice Nogueira, muito depois (Nogueira e Catani, 2022 [1998]). Somada à sua formação em administração pública, esse trabalho lhe abriu a possibilidade de uma inserção profissional na área da Sociologia da educação. Afrânio já havia começado a dar aulas na FGV como horista durante o mestrado, onde ficou até 1980, quando ingressou na Unesp de Araraquara e de lá seguiu para um ano e meio na Unicamp até sua entrada na Faculdade de Educação da USP em 1986.

Suas linhas de pesquisa sugerem uma compreensão ampliada da sociologia da educação bourdieusiana, integrada à economia dos bens simbólicos. Nesse sentido, a história do cinema na América Latina pode vir de par com as políticas da educação superior dentre as suas preocupações. Sobre este último tema, tem publicado artigos de referência (Cf., por exemplo, Catani et alli, 2008). Ao mesmo tempo, a recepção da obra de Bourdieu no Brasil, especialmente na área da educação onde tem sido protagonista, também tem recebido atenção de sua parte. O livro que, de certa forma, faz um balanço de sua carreira, recebeu o título de Origem e Destino – pensando a sociologia reflexiva de Bourdieu (Catani, 2013). No ensaio final, parte de sua tese de livre docência defendida na Faculdade de Educação da USP, ele retoma a análise de trajetórias que havia feito ao longo de sua própria formação como pesquisador, de Benedito Duarte, Vinícius de Moraes, Octávio Ianni, Florestan Fernandes e do próprio Bourdieu, problematizando a relação entre o "berço" e a inserção no sistema de ensino, o que mostra a persistência e a profundidade das marcas deixadas por aquele pensador em sua forma de en-

xergar o mundo e, mais do que isso, indica as questões de fundo que fizeram a sociologia ter sentido para ele.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. 16. Ed. Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 2022 (1998).

CATANI, Afrânio Mendes. *A Sombra da Outra*: a Companhia Cinematográfica Maristela e o Cinema Industrial Paulista nos anos 50. Dissertação de Mestrado. USP. Sociologia, 1983.

CATANI, Afrânio Mendes. *Cogumelos de uma só manhã:* B. J. Duarte e o cinema brasileiro (ANHEMBI: 1950-1962) (revista de crítica de cinema).Tese de Doutorado. USP. Sociologia, 1992.

CATANI, Afrânio Mendes. "A Sociologia de Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável a nosso regime de leituras)". *Educação & Sociedade*, ano 23, no 78, Abril/2002a.

CATANI, Afrânio Mendes. *A sombra da outra:* a cinematográfica Maristela e o Cinema Industrial Paulista nos anos 50. 1. ed. São Paulo: Panorama, 2002b. v. 1.

CATANI, Afrânio Mendes. *Origem e Destino* – Pensando a sociologia reflexiva de Bourdieu. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

CATANI, Afrânio Mendes. "Borboleteando na biblioteca". *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica*, v. 6, n. 17, p. 34-46, 30 maio 2021.

CATANI, A.M.; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A.P.; MEDEIROS, C. *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LIMA, Licinio C.; AZEVEDO, M.L. N.; CATANI, A.M. "O Processo de Bolonha, a avaliação da Educação Superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova". In*: AVALIAÇÃO:* Revista de Avaliação da Educação Superior. Campinas SP:RAIES; Sorocaba, SP: Uniso, v. 17, n.1, p. 7-37, mar. 2008.



ANA LUÍSA FAYET SALLAS

Por **Simone Meucci** (UFPR)

Costumo dizer que Ana é uma mistura de Mary Poppins com Frida Kahlo. Parece que chega com o vento para cuidar das pessoas, posando cheia de alegria na vida da gente (frequentemente oferecendo um pote de geleia de mexerica, iguaria que ela mesma prepara). No apartamento de paredes coloridas, onde vive com seu companheiro Ângelo, recebe sempre as pessoas com um abraço longo, uma palavra afetuosa e, às vezes, um gole de mescal.

Além de seus três filhos e seu enteado – Amanda, Francisco, Lucas e Felipe – Ana inspira e orienta muitos jovens, especialmente da cena cult curitibana. É que ela vive numa Curitiba muito distante daquela do lavajatismo e do bolsonarismo, cidade outra que descobre em suas pesquisas de campo e nos ateliês de arte, cafés e bistrôs que frequenta desde 1991, quando foi nomeada professora de sociologia da UFPR.

Na verdade, chegou à cidade junto com uma revoada de docentes migrantes. No Departamento de Ciências Sociais, havia, na mesma época, muitos recém-chegados de Campinas, Rio de Janeiro e São Paulo (além de

VOLTA AO SUMÁRIO

Brasília). Era um período em que Curitiba passava por extraordinário processo de expansão de sua periferia resultante do desenvolvimento da indústria metal-mecânica; e o Departamento, originariamente dedicado à sociologia rural e das organizações, passou a diversificar seus temas e abordagens criando, assim, as condições para que, uma década depois, surgisse o Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Ana trouxe em sua bagagem, além de numerosas experiências de pesquisa, uma preocupação com fenômenos culturais, possivelmente em razão da sua formação ser, de início, mais dedicada à antropologia. Tem uma produção insubmissa a um recorte temático mais restrito, mas é possível afirmar que desenvolveu uma agenda voltada à análise dos imaginários sociais, orientação que foi decisiva para o surgimento da Linha de Pesquisa "Culturas e Sociabilidades" do PPGSOCIO/UFPR, onde orientou dezenas de trabalhos de pesquisa.

Criou, no mesmo período de consolidação do Programa, o Grupo de Estudos "Imagem e Conhecimento", espaço de reflexão e experimentação na área de sociologia visual. Foi também sob orientação desta abordagem que participou, com colegas da UFPR, sob o patrocínio da Associação das Universidades do Grupo Montevideo (AUGM), da criação do Centro de Cultura e Imagem da América Latina (CECIAL) inspirado nas ideias de Miguel Rojas Mix, com quem esteve, na Universidade de Extremadura, em reuniões de estudo.

A relação de Ana com a imagem é longeva. Pode-se dizer que, em particular, a fotografia a acompanhou desde o início de sua carreira.

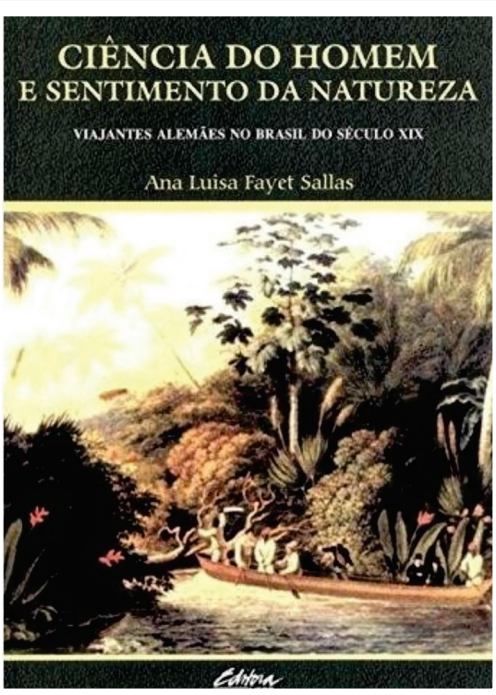
O primeiro momento foi entre 1982 e 1983, quando desenvolveu um projeto pioneiro sobre a vida de moradores do Aterro Sanitário de Brasília sob orientação do professor Klass Woortmann, da antropologia da UnB. Sentindo uma espécie de impotência descritiva diante das cenas que testemunhava, Ana pediu socorro ao amigo fotógrafo Milton Guran. Juntos, desenvolveram o trabalho documental "Gente não é lixo" (2020) que teve como premissa uma interlocução com os moradores na qual a fotografia tornou-se instrumento do processo de reconhecimento e humanização[28].

A fotografia aparece também em uma de suas produções mais recentes, "Huellas" (2019), seu livro de fotos do período em que viveu no México, no ano de 2012. Trata-se da reunião de cerca de cinquenta imagens em preto e branco nas quais desvela, sem a ajuda das cores nem das palavras, os movimentos de uma cultura rica e diversificada. As imagens compõem uma declaração de amor ao país e instituem a fotografia como sua linguagem privilegiada.

Ana, a propósito, tornou-se uma exímia fotógrafa. Das lentes da sua máquina, vê o nosso melhor sorriso, encontra a melhor composição e as melhores cores. Produz, assim, um mundo mais bonito. Sabe que brutalidade da vida exige, além de conhecimento e afeto, também arte.

[28] Guran e Ana publicaram recentemente as fotografias que compuseram o audiovisual, transformando as imagens em um fotolivro.

E, pode-se dizer que ela testemunhou, desde cedo e bem de perto, as formas da violência, em particular na vida política brasileira.



Gaúcha de Cruz Alta, onde nasceu em 1957, mudou-se para Brasília antes dos cinco anos de idade, quando a cidade era ainda um canteiro de obras. Em 1962, a família, cujo pai era jornalista, partidário de Jango, trocou o frio minuano pelo sol do planalto central. Mas, a despeito do céu luminoso de Brasília, a menininha chegou ao palco dos acontecimentos políticos mais sombrios e tornou-se adolescente na época da violência mais extrema do regime militar.

Ingressou no curso de Ciências Sociais da UnB em 1977, quando as mobilizações estudantis ainda enfrentavam a repressão, ao mesmo tempo em que jovens inventavam linguagens culturais transgressoras.

Concluiu o curso de graduação casada e mãe de dois bebês e enfrentou os desafios do início da carreira no período da abertura política. Fez pesquisas no Centro-Oeste e na Amazônia, profissionalizando-se com uma agenda na qual a sociologia e antropologia se firmavam, na tecnocracia do Estado, como narrativas constituintes de reinvindicações por direitos sociais. Trabalhou na Companhia de Desenvolvimento do Planalto, na Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste e no Ministério da Cultura. Os diagnósticos das pesquisas nas quais tomou parte denunciavam os impactos sociais da expansão da fronteira agrícola, das hidrelétricas, rodovias, áreas de mineração e recomendavam o apoio aos movimentos de criação das reservas extrativistas em defesa de trabalhadores dos seringais do Acre.

Durante o mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UnB, dedicou-se ao estudo da vida e a obra de Oswald de Andrade sob orientação de Roberto Cardoso de Oliveira. Em 1987, quando defendeu a dissertação intitulada “Da Morte à Vida de Oswald de Andrade: uma aproximação antropológica”, já era mãe de três crianças e estava recém-separada. Viveu então um período ministrando aulas no Centro Universitário de Brasília até decidir pela mudança para Curitiba, após sua aprovação no concurso público.

Seu doutorado realizou na própria UFPR, no Programa de Pós-Graduação em História, entre os anos de 1993 e 1998. Sob orientação de Ronald Raminelli, desenvolveu um estudo

sobre as representações da natureza pelos viajantes alemães no Brasil do século XIX, procurando articular textos e imagens produzidas pelos naturalistas/artistas.

Imediatamente depois da conclusão de sua tese foi convidada, por sua amiga de Brasília, Carla Coelho de Andrade, para realizar uma pesquisa comparada, financiada pela Unesco, acerca do tema juventude, violência e cidadania. A equipe local foi composta pelos colegas da UFPR Rafael Duarte Villa, Pedro Bodê de Moraes e Maria Tarcisa Silva Bega e o trabalho resultou no livro "Os Jovens de Curitiba: Esperanças e Desencantos" (2000), em cujas páginas aparece uma visão bastante caleidoscópica dos horizontes de expectativas de jovens pobres. Esta pesquisa representou uma transição importante na agenda de pesquisas de Ana para o tema da juventude, que teria prosseguimento no projeto "Imaginários Juvenis Latino-americanos", cujo desdobramento mais importante é o desenvolvimento de seu estudo de pós-doutorado na Cidade do México, dedicado ao cotejamento das culturas juvenis no Brasil e no México, sob a supervisão de Orlandina de Oliveira e Minor Mora Salas, do Colégio do México.

Neste período, Ana, além de desenvolver pesquisa empírica, também aprofundou estudos teóricos sobre sociologia das emoções, contribuição que tem dado ao ensino da pós-graduação no PPGSOCIO/UFPR, e que tem balizado suas análises mais recentes sobre as ocupações estudantis no Brasil, em parceria com Luiz Antonio Groppo.

Não se pode esquecer que Ana também esteve atenta ao compromisso com a formação de docentes para Educação Básica. Participou do projeto Licenciar da UFPR entre 2000 e 2003, momento das lutas mais decisivas para introdução da sociologia no ensino médio. Foi ainda uma das apoiadoras de primeira hora (quando se reuniam os primeiros esforços para sua criação) do Mestrado Profissional em Rede Nacional de Sociologia, onde hoje ministra aulas e orienta trabalhos.

Foi atuante nas principais associações científicas da área. Na ANPOCS, participou, entre 2015 e 2018, da Comissão de Imagem e Som. Desde 2011, é associada da International Sociological Assocation, participando dos Comitês Sociology of Communication, Knowledge and Culture e Visual Sociology. E é associada da SBS, onde foi, em 2011, secretária geral do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, trabalhando ao lado de José Miguel Rasia e Maria Celi Scalon na organização do evento. Na SBS, atualmente compõe também a Comissão do projeto SBS Memória.

Mas eu gostaria de terminar essa bionota (que nem de longe sintetiza toda contribuição de Ana Luisa para a UFPR e para a sociologia), destacando outro trabalho, para o qual lançamos pouca luz em nossas biografias acadêmicas: a atividade de gestão. Ana diz que uma das melhores ações que desenvolveu na UFPR foi a coordenação do Programa de Revitalização e Restauro do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade, no período em que foi sua diretora, entre os anos de 2002 e 2010. Desde reforma, com a transferência da reserva técnica do Museu de Paranaguá para Curitiba, o Museu tornou-se muito mais próximo dos docentes,

técnicos e estudantes, e isso resultou em enorme impacto acadêmico e no desenvolvimento de projetos de ações educativas, bastante conhecidas e premiadas pelo Ministério da Cultura.

Com esse texto espero ter demonstrado que Ana reúne qualidades raras, necessárias para o ensino, a pesquisa, a extensão e a administração acadêmica. Sua ciência e sua arte são reveladoras da sua estima pelo mundo. E isso ela transmite de um modo muito próprio, a cada um e cada uma de seus alunos e alunas.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SALLAS, A. L. F. Ciência do homem e sentimento da natureza: viajantes alemães no Brasil do século XIX. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

SALLAS, A. L. F.; BEGA, M. T. S.; MORAES, P. R. B. de; VILLA, R. D.; ANDRADE, C. C.; AMARAL, C. Os Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos. 2. ed. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2008.

SALLAS, A. L. F.; BEGA, M. T. S.; MORAES, P. R. B. de; VILLA, R. D.; ANDRADE, C. C. ; AMARAL, C; ANDRADE, C. C. ; SILVA, S. L. C. ; GUIMARES, P. R. B. ; WAISELFISZ, J. J. . Os jovens de Curitiba: esperanças e desencantos. 1. ed. Brasília: Edições UNESCO Brasil, 1999.

SALLAS, A. L. F. Sobre experiências e pesquisa com imagens no universo do Graffiti e Street Art. Revista de Ciências Sociais, v. 47, 2016.

GROPPO, L. A.; SALLAS, A. L. F. Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: sujeitos e trajetórias. Revista Brasileira de Educação, v. 27, p. 1-27, 2022.

SALLAS, A. L. F.; GURAN, M. Gente não é lixo. Curitiba: Hellograf, 2020. Acessível em: https://livrosdefotografia.org/publicacao/22034/gente-nao-e-lixo



ANA MARIA CHIAROTTI DE ALMEIDA

Por **Franciele Rodrigues** (UEL)

DE PROFESSORA DE BONECAS A EDUCADORA DE OUTROS DOCENTES

Em um dia chuvoso de 2011, lembro de chegar ao Centro de Ciências Humanas e Letras (CLCH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) para a primeira aula da disciplina "Introdução à Sociologia" e deparar-me com Ana Maria Chiarotti de Almeida, professora com quem iniciaria minha jornada pelas Ciências Sociais. De imediato, um alerta do qual nunca mais esquecerei: "cabe ao sociólogo olhar por trás dos bastidores" referindo-se a Peter Berger, um dos muitos autores que conheci através dela. A viagem, repleta de descobertas para a minha turma de calouros foi instigante, pois contávamos com o apoio da docente que além de saberes, sempre nos recebia com sorrisos generosos.

Ana Maria Chiarotti de Almeida nasceu em Jacarezinho, região conhecida como Norte Pioneiro do estado

VOLTA AO SUMÁRIO

do Paraná, em 15 de maio de 1951. É descendente de imigrantes italianos atraídos pela política de imigração adotada pelo Brasil nas lavouras de café, e de mineiros e paulistas. Ambos esperançosos na expansão das fronteiras agrícolas, no final do século XIX, atravessaram o rio Paranapanema e se estabeleceram como fazendeiros em uma pequena cidade, hoje denominada Ribeirão Claro.

Seu pai, Oscar Chiarotti desempenhou diversas funções ao longo da vida. Foi vendedor de produtos do sítio pertencente à família, depois engraxate, barbeiro, gerente de loja de utensílios domésticos, e após um período fora dos bancos escolares, cursou Contabilidade. Em 1944, casou-se com Mathilde de Souza Néia, costureira, exímia em aumentar o tempo de vida de roupas de crianças. Em 1945, os dois já eram pais de Ana Cleide Chiarotti, que anos mais tarde, também se tornou professora do departamento de Ciências Sociais da UEL.

Para as irmãs, à docência foi escolhida pelos pais já na infância: "quando nasci, em 1951, meus pais escreveram em meu álbum que eu seria professora. Minha irmã já tinha sete anos e definiram o mesmo para seu futuro", ela conta. A condição de serem mulheres em uma sociedade patriarcal, estruturada em assimetrias de gênero, demandou ainda mais esforços e atenção a fim de concluir tal empreitada. Ana Maria relata que seu pai sempre lhe dizia: "minha filha tudo é mais difícil para a mulher, se por um acaso você não casar ou o casamento não der certo, ou mesmo se surgir outra dificuldade, você terá a melhor formação e uma profissão digna como professora". No anseio de oportunizar a qualificação, sua família tomou decisões: enquanto Ana Cleide permaneceu em Jacarezinho morando com os avós e estudando em um colégio de freiras, Ana Maria acompanhou os pais na vinda para Mandaguaçu, município localizado nos arredores de Maringá.

Suas lembranças também ensinam ao contarem que naquele momento, meados da década de 1960, a cidade não dispunha de energia elétrica, água encanada entre outros serviços de saneamento básico. A maioria das casas era de madeira, construídas sob condições precárias e chão de terra vermelha. Mais adiante, as irmãs trocaram de lugar, Ana Cleide, após concluir os estudos em Escola Normal (instituição voltada à formação de professores para o ensino primário) foi para Mandaguaçu e começou a lecionar na única escola estadual da cidade, já Ana Maria, então com 11 anos, retornou a Jacarezinho, ocupando o lugar deixado no internato.

As primeiras alunas de Ana Maria foram suas bonecas e, em seguida, "Zefa", ajudante de sua mãe, que também foi companheira de brincadeiras e protetora da menina. Zefa começou a trajetória escolar já adulta e acompanhada dos palpites de Ana Maria sobre suas tarefas. Após passagem por Catanduva, interior de São Paulo, Ana Maria ingressou no Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, centro voltado à formação docente em Curitiba. Também na capital paranaense, iniciou a sua vida profissional (para além dos muros de sua casa) após ser aprovada em concurso da Prefeitura Municipal. A experiência pioneira ocorreu em escola situada na Vila Nossa Senhora da Luz.

O território marcado por múltiplas desigualdades sociais, era cenário de violências diversas como os assassinatos de jovens negros e pobres. Nele, além de sujar as mãos de giz, Ana Maria cooperou em partos de emergência, enterros, na sobrevivência de alunos abandonados pelos familiares até a condução a instâncias responsáveis. Tais vivências foram definidoras para o ingresso nas Ciências Sociais. A graduação foi realizada na Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde destacam-se influências das professoras Marília Carvalho da área de Antropologia e Lia Zanotta Machado de Sociologia do Desenvolvimento.



Outra memória do início de sua trajetória acadêmica, em 1970, versa sobre a leitura de autores como Charles Wright Mills, Pierre Bourdieu, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Octavio Ianni, Caio Prado Júnior, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, por meio de grupo de estudo complementares, visto que as discussões em sala de aula eram cerceadas pela ditadura civil-militar em curso no Brasil.

Em 1975, iniciou o mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com pesquisa sobre a participação de operários de origem rural na área urbana de Londrina. Já o doutorado em Sociologia foi realizado na Universidade de São Paulo (USP), a partir de 1988, sob a orientação da professora Maria Helena Oliva Augusto, gerando a tese intitulada: "A morada do Vale: sociabilidade e representações". Retornando ao Paraná, construiu outras experiências profissionais como docente de curso técnico no Teatro Guaíra.

Também atuou como pesquisadora na Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), onde conduziu estudos sobre os conjuntos habitacionais de Curitiba. Tornou-se, ainda, a primeira socióloga rural da antiga Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), atual Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Mas, o desejo de estar em sala de aula lhe abraçou novamente. Ana Maria Chiarotti de Almeida integrou o corpo docente do departamento de Ciências Sociais da UEL em 1978, permanecendo até 2011.

Por mais de 30 anos, lecionou em diversos cursos de graduação e pós-graduação. Seus estudos focalizados em Teoria Sociológica, Sociologia Rural, e discussões sobre populações rurais e urbanas, diversidade cultural, identidades, discurso, memória, patrimônio cultural,

lhe acompanharam. Ao mesmo tempo, participou de projetos, a exemplo do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia (LENPES), e coordenou a primeira turma de bolsistas do curso de Ciências Sociais da UEL, vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) em 2011.

Ademais, compôs as equipes de trabalho do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (CEPHA) e do Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina (IPAC). Em parceria com outros pesquisadores, publicou obras como "Memória e Cotidiano do Bosque" (2007) e "Diálogos com o patrimônio cultural e a memória coletiva: ações extensionistas" (2010). Ana Maria seguiu o conselho de Oscar e Mathilde, seus pais, e se tornouprofessora-pesquisadora. Mais do que isso: colaborou para a formação de muitos outros professores e professoras (como eu), e por meio deles, de suas práticas em sala, ela afirma: "eu consigo me enxergar". Afinal: "o educador se eterniza em cada ser que educa", palavras de Paulo Freire que ela veste sem precisar de quaisquer ajustes.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ALMEIDA, A. M. C. *Participação Social dos Operários de Origem Rural em Área Urbana* – Londrina/PR. 1. ed. Curitiba: Grafipar, 1981. v. 1000. 118p.

ALMEIDA, A. M. C. A *Morada do Vale:* sociabilidade e representações (um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal). 1. ed. Londrina/PR: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1997. v. 200. 312p.

ALMEIDA, A. M. C.; CESÁRIO, A. C. C. ; SANTOS, P. C. *Ribeirão Claro:* patrimônio e memória coletiva. 1. ed. Curitiba/PR: Imprensa Oficial do Paraná, 2000. v. 500. 139p.

ALMEIDA, A. M. C.; ADUM, S. M. S. L. *Memória e Cotidiano do Bosque*. Londrina: EDUEL, 2007. 72p.

ALMEIDA, A. M. C.; CESÁRIO, A. C. C. (Org.). *Diálogos com o patrimônio cultural e a memória coletiva:* ações extensionistas. Londrina: SETI, 2010. 288p.



ÂNGELA MARIA CARNEIRO ARAÚJO

Por **Ângela Maria de Sousa Lima** (UEL),
Carolina Cassia Batista (UFAM) e
Bruno José Rodrigues Durães (UFRJ)

Nascida em Belo Horizonte/MG, em 1952, Ângela Maria Carneiro Araújo tem uma vida dedicada à universidade pública, laica, gratuita, mais democrática e mais inclusiva. Logo após a conclusão de sua graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília em 1975, nos tempos sombrios da ditadura, a professora Ângela Araújo atuou como pesquisadora auxiliar, prestando serviço por meio do Projeto: "Mercado de Trabalho no Brasil", em um Convênio Unicamp/IFCH/IPEA [1978 – 1979].

Na década seguinte, especificamente entre 1980 e 1982, atuou como professora colaboradora, na área de Sociologia, na Universidade Federal do Maranhão, UFMA. Na mesma década, ao vincular-se ao Núcleo de Estudos em Políticas Públicas, sob a coordenação do Prof. Cláudio L. Salm, foi pesquisadora auxiliar em dois Projetos de Pesquisa: "Avaliação dos Programas de Alimentação e Nutrição do Governo do Estado de São Paulo" (1983-1984) no Convênio SEPLAN/NEPP/UNI-

VOLTA AO SUMÁRIO

CAMP; e "Alterações em Curso nas Relações de Trabalho" (1984-1985), no Convênio FUNDAP/NEPP/UNICAMP.

A partir dessa última data, tornou-se professora colaboradora no IFCH/UNICAMP. Em 1999, vincula-se como professora doutora, pois cinco anos antes, na mesma instituição, defendeu a tese de Doutorado em Ciências Sociais com o título "Construindo o consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30", sob a orientação da Profa. Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida.

Profa. Angela fez dois estágios de Pós-Doutorado com bolsa, desenvolvidos nesta sequência: na University of Manchester, Manchester/Inglaterra (2001), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); e no Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris, CRESPPA/França (2012), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES-COFECUB. A vinculação como Livre-docente, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP data de 2019, quando defende a pesquisa "Relações de Gênero, Trabalho e Política".

Suas principais preocupações de pesquisa envolvem temas como: relações de gênero e raça no trabalho, sindicalismo, informalidade, feminismo e política, cooperativismo e economia solidária, dentro das áreas de Ciência Política e Sociologia do Trabalho.

Seu empenho altruísta no aprofundamento desses temas de pesquisa fica registrado na liderança e na participação em dezenas de coletivos: coordenação do PIBID no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais/Unicamp; na Diretoria da Associação Latino Americana de Estudos do Trabalho (ALAST); na vice-presidência da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) ao lado da Profa. Andréia Galvão; na presidência da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET); no Conselho Executivo da Latin American Studies Association (LASA); na coordenação do Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU); na vice coordenadoria do Projeto ALFA III – Medidas para la inclusión social y equidad em Instituciones de Educación Superior en América Latina (MISEAL), coordenado internacionalmente pela Freie Universität Berlin.

Além da dedicação em diversas ações de ensino/pesquisa/extensão, Profa. Ângela Araújo contribuiu, por anos a fio, nas atividades de gestão universitária, assumindo diferentes funções: diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; coordenadora do Programa de Doutorado em Ciências Sociais; representante titular dos docentes MS-3 na Congregação do IFCH; chefa do Departamento de Ciência e Política; e diretora do Arquivo Edgard Leuenroth.

Seu zelo pela pesquisa, sempre desenvolvida de modo agregador com docentes e discentes de diferentes instituições, dentro e fora do Brasil, precisa ser lembrado pela atuação em vários Projetos de Pesquisa, coordenados por parceiros/as nas Ciências Sociais, na Educação, na Sociologia e na Ciência Política, além de diálogos interdisciplinares que marcam sua maneira compromissada de fazer ciência: "Trabalho no Brasil e na França. Sentido das Mudanças e Mudanças de Sentido" (Convênio CAPES/COFECUB) em parceria com a Profa. Aparecida

Neri de Souza; "Contradições do Trabalho no Brasil Atual. Formalização, precariedade, terceirização e regulação", em parceria com Profa. Márcia de Paula Leite, financiado pela FAPESP; "Projeto MISEAL", em parceria com Profa. Martha Zapata Galindo, financiado pelo Projeto Alpha II da União Europeia, que incluiu quatro universidades europeias e universidades de oito países latino-americanos; "Organização e condições do trabalho moderno: emprego, desemprego e precarização do trabalho", em parceria com Profa. Aparecida Neri de Souza (Brasil) e Profa. Daniele Linhart (França), por meio do Acordo de Cooperação Científica Internacional CAPES/COFECUB; "Trabalho, gênero e participação: identidade, associativismo e políticas de emprego e renda", pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Ação Novas Fronteiras (PROCAD), envolvendo Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp e o PPG em Sociologia da UFG, em parceria com o Prof. Jordão Horta Nunes; "A crise do trabalho e as novas formas de geração de emprego e renda", em parceria com Profa. Márcia de Paula Leite, financiado pelo CNPq e FAPESP; "Novas formas de inserção ocupacional de populações de baixa renda", em parceria com Profa. Márcia de Paula Leite, financiado pelo Institut de Recherche pour le Développement e com o auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.



Destacamos também o Projeto "Políticas públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias [...]" com apoio do CNPq/FAPESP, na parceria Unicamp e Universidade Federal de Campina Grande/UFCG. Além de parcerias diversas com pesquisadores/as em várias atividades, como Helena Hirata, Selma Venco, Liliana Segnini, Ricardo Antunes, José Dari Krein, Magda Neves, Jacob Lima, Lorena Holzmann, Nádia Castro, Danièle Kergoat, Bárbara Castro, dentre outros/as.

Nessa caminhada político-pedagógica, centrada em eixos sociopolíticos cruciais, que orbitam em torno do trabalho como elemento fundante, há de se destacar, sobretudo, sua solicitude, carinho e cuidado na orientação de dezenas de graduandos/as, pós-graduandos/as strictu sensu e lato sensu, além de pós-doutorandos/as, quando esteve na coordenação de Projetos de Pesquisa, como: "Contradições do Trabalho no Brasil Atual: relações de gênero e raça no processo de formalização, na informalidade e nas novas formas de organização do

trabalho"; "Novas configurações do trabalho no Brasil contemporâneo: trabalho associado, economia solidária e relações de gênero"; "Globalização, estratégias gerenciais e respostas operárias: um estudo comparativo da indústria de linha branca", com financiamento do CNPq; "Reestruturação Produtiva: impacto sobre as condições de trabalho e saúde das trabalhadoras metalúrgicas", financiado pela Unitrabalho e Federação dos Metalúrgicos de São Paulo/Central Única dos Trabalhadores (CUT); "Reestruturação Produtiva e negociação coletiva nos anos 90", com financiamento da FAEP – Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão da Unicamp; "Mudanças Econômicas e Culturais na Grande São Paulo e na Grande Manchester, com convênio financiado pela CAPES e BRITISH COUNCIL, entre a Área de Trabalho e Sindicalismo do IFCH – UNICAMP e o International Centre for Labour Studies da University of Manchester – Inglaterra; "Reprodução da documentação sobre o Brasil do Arquivo do Komintern, Moscou" , com financiamento do Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa – Unicamp.

Não é por menos que, desde 2015, Profa. Angela Araújo, vem atuando como bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq, publicando em periódicos qualificados e eventos regionais, nacionais e internacionais, sobretudo os resultados de uma pesquisa mais abrangente intitulada "Contradições do Trabalho no Brasil Atual: relações de gênero e raça no processo de formalização, na informalidade e nas novas formas de organização do trabalho", que envolve vários outros estudos no âmbito das linhas de pesquisa: Relações de Gênero e Trabalho; Feminismo e Política; Relações de Trabalho e Sindicalismo; Ciência Política.

A incansável professora-pesquisadora, com sua visão social crítica, persiste contribuindo decisivamente no processo de consolidação das Ciências Sociais, da Sociologia e da Ciência Política no Brasil, expandindo o alcance de seus estudos em instituições internacionais, sem deixar de atuar localmente em movimentos imprescindíveis para a valorização desses campos e para a formação/atuação de cientistas sociais, a exemplo da luta pela inserção/permanência dos conhecimentos dessas ciências nos currículos da Educação Básica no Brasil.

Duas ex-orientandas e um ex-orientando de doutorado de Ângela, que defenderam suas teses em anos diversos (2009, 2011 e 2013), juntaram-se para contar, sinteticamente, a trajetória brilhante de uma professora que encanta e contribui de forma basilar para as Ciências Sociais. Profa.Ângela é singular. Ela sabe conjugar afeto com rigor e resiste aos momentos turbulentos dentro e fora da Universidade e, principalmente, acredita no/a outro/a, respeita as diferenças, combate injustiças com envolvimento e sabe catalisar o melhor e o singelo de cada ser, mas sempre no sentido dialético, que se faz no caminhar, no aprender, no sentir, no estudar e na troca constante de saberes. Portanto, esse texto não destaca apenas a qualidade de seu trabalho, mas também expressa o respeito e o carinho pela nossa professora orientadora de doutorado que marcou e influenciou significativamente nossas histórias e carreiras acadêmicas.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ARAÚJO, Angela. M. C.; LEITE, Márcia de Paula; LIMA, Jacob. C. O trabalho na Economia Solidária: entre precariedade e emancipação. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2015.

ARAÚJO, Angela. M. C.; NUNES, Jordão Horta (org.). Trabalho, trajetórias e identidades: qualificação, deslocamentos e crises. São Paulo: Annablume, 2015. v.01.

ARAÚJO, Angela. M. C.; OLIVEIRA, R. V. (org.). Formas de Trabalho no Capitalismo Atual: condição precária e possibilidades de reinvenção. São Paulo: AnnaBlume, 2011.

LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, A. M. C. (org.). O trabalho reconfigurado: Ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 2009.

ARAÚJO, Angela. M. C. Do Corporativismo ao Neoliberalismo: Estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ARAÚJO, Angela. M. C. A Construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1998.

ARAÚJO, Angela. M. C. Trabalho, Cultura e Cidadania: Um Balanço da História Social Brasileira. São Paulo: Scritta, 1997. v.01.



SOBRE A AUTORA

Entrevista da Profa. Ângela Maria Carneiro Araújo cedida à Mara Régia, no dia 03/12/2015, no Programa Viva Maria, da Agência Brasil, no Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. https://agenciabrasil.ebc.com.br/de/node/1337662



ANGELINA PERALVA

Por **Carlos Freire** (UFPA)

Angelina Teixeira Peralva das Chagas e Silva, professora emérita da Université de Toulouse, desenvolveu sólida carreira de pesquisa e ensino entre Brasil e França. Sua obra representa importante contribuição para a análise dos tensionamentos entre violência e democracia. Contribuiu para a constituição de um espaço de cooperação franco-brasileira na sociologia que se tornou referência para intercâmbios de pesquisadoras e pesquisadores entre os dois países. As parcerias também foram outra característica marcante de sua trajetória, desde a perspectiva teórica em diálogo com Alain Touraine, as produções conjuntas com Marília Sposito, Michel Wieviorka, Sérgio Adorno, Vera Telles, entre muitas outras.

Nascida em 1950, Angelina é carioca, filha de Nadia de Abreu Teixeira e Osvaldo Peralva. Seus pais foram militantes do Partido Comunista, sendo que posteriormente romperam com o Partido. Na década de 1960, Osvaldo foi diretor do jornal Correio da Manhã, tendo apoiado o golpe militar de 1964. Mudou de posição, fez oposição à ditadura e acabou preso com a decretação do AI-5, exilando-se na Alemanha. Nesse momento, de bastante turbulência e instabilidade, Angelina ingressa no curso

VOLTA AO SUMÁRIO

de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, na UFRJ. Entre o final de 1971 e o começo de 1972, então com 21 anos, foi presa e torturada por sua militância política. Refugiou-se no Chile. Com o golpe militar que derrubou o governo Allende, acabou detida no Estádio Nacional por 45 dias. Exilou-se então na Alemanha, mas seria na França onde decidiu se estabelecer e retomar os estudos, terminando sua graduação (1976-1979) desenvolvendo seu mestrado (1979-1980) e doutorado (1981-1985), junto ao Institut d'études du développement économique et social – Université Paris 1 – Pantheon-Sorbonne, sob orientação de Yves Goussault.



Nas pesquisas de pós-graduação trabalhou com a articulação entre as lutas pela educação e a dinâmica de desenvolvimento no Brasil. Já durante o doutorado teve contato com a obra de Alain Touraine, cuja perspectiva teórica representou uma inflexão em sua trajetória. No Brasil, a luta contra a ditadura e o processo de redemocratização colocavam os movimentos sociais em evidência, na França a temática refluiu a partir da discussão sobre a crise do movimento operário. Angelina retorna ao Brasil pouco depois da anistia, em 1982. No ano seguinte, ainda antes de terminar o doutorado, ingressou como professora associada na Faculdade de Educação da USP. Realizou pesquisas sobre juventude, estudantes e a luta dos professores por melhores condições de trabalho em São Paulo, com destaque para a organização, em parceria com Marilia Sposito, de um número da Revista Brasileira de Educação com o tema Juventude e Contemporaneidade (1997).

No começo dos anos 1990, desenvolveu um pós-doutorado junto ao Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques (CADIS) da École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) sob a direção de Touraine. Paralelamente, integrou um projeto comparativo sobre racismo e xenofobia na Europa, coordenado por Michel Wieviorka, com quem publicou "Racisme et xenophobie em Europe" e "La France Raciste". A interlocução e parceria com Wieviorka levou-a a se aproximar da questão da violência. Durante boa parte dos anos 1990, dividiu sua vida profissional entre dois países, desenvolvendo pesquisas sobre violência nas escolas e os levantes urbanos na França, e sobre a violência crescente com a redemocratização no Brasil. A perspectiva comparativa sobre o problema da violência se expressa na parceria com Sérgio Adorno e o Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP), que posteriormente resultou na or-

ganização de uma edição temática da revista Cultures et Conflits. Durante 14 anos lecionou na USP, onde chegou ao posto de professora livre-docente. Ao final de 1997 se desvinculou da Faculdade de Educação e, no ano seguinte, obteve o diploma de Habilitation à Dirigir des Recherches (HDR) pela EHESS (pré-requisito para concurso de professor titular na França). No mesmo ano, se classifica em concurso junto à Université de Toulouse, onde permaneceu por mais 14 anos.

O seu livro "Democracia e Violência: o paradoxo brasileiro", de 2001, sintetiza parte das pesquisas desenvolvidas no Rio de Janeiro e São Paulo. Partindo da abordagem da metodologia da "intervenção sociológica", os movimentos sociais passam a ser um modo de problematizar a violência através dos atores, no campo das práticas, no significado do protesto potencialmente existente na violência. Angelina analisa a espiral da criminalidade legada do regime militar e exacerbada no contexto urbano, a continuidade autoritária refletida nas instituições e na ordem pública, também em termos de cultura política, no enraizamento de práticas violentas no seio da população.

A violência assume outros contornos na França. Apesar de números bem menos expressivos, gera intenso debate público; e, por vezes, levantes urbanos agitam as periferias. Em artigo publicado na revista Tempo Social, Angelina analisa os levantes de 2005 nas banlieues, em protesto contra a violência policial dirigida aos jovens filhos e netos de migrantes. Em Toulouse, Angelina estabelece interlocuções com Alain Tarrius e Olivier Pliez. A temática das migrações e da circulação transnacional se impôs na agenda.

Orientou diversas teses de doutorado com pesquisas no Brasil, Argentina, Cuba, Marrocos, entre outras. Acolheu junto à universidade pesquisadores brasileiros em estágio doutoral, como Jaqueline Sinhoretto, Luciano Rodrigues Costa, Daniel Hirata, também professores visitantes como Jacob Lima e Vera Telles. Entre 2010 e 2011, foi diretora do Institut Pluridisciplinaire pour les Etudes sur l'Amérique latine à Toulouse (IPEALT).

Em parceria com Vera Telles desenvolveu o projeto de cooperação CAPES-COFECUB, Trajetórias, circuitos e redes urbanas, nacionais e transnacionais (2007-2011). Ponto culminante do projeto foi a realização do Colóquio no Centre Culturel International de Cerisy-la-Salle, prestigiosa instituição na qual ao longo de uma semana se desenvolvem seminários, discussões e convívio entre diversos pesquisadores. Do colóquio resultou o livro organizado com Vera Telles, Ilegalismos na Globalização (2015).

Angelina aposentou-se em 2012, mas segue ativa na problematizando dos rumos incertos da arquitetura institucional democrática brasileira.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

Peralva, Angelina. Conflito e movimentos sociais no acionalismo de Alain Touraine. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, v. 106, p. 160-194, 2019.

Peralva, Angelina Teixeira. Levantes urbanos na França. Tempo Social (USP. Impresso), v. 18, p. 81-104, 2006.

Peralva, Angelina; Adorno, Sérgio. (Org). Dialogues sur la violence et la démocratie en France et au Brésil. *Cultures et Conflits (Revue)*, v. 2, p. 5-9, 2005.

Peralva, Angelina; Telles, Vera. (Org.). *Ilegalismos na Globalização.* Migração, Trabalho, Mercados. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. v. 1. 580p.

Peralva, Angelina Teixeira. *Violência e democracia:* o paradoxo brasileiro. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 1. 220p.

Peralva, Angelina Teixeira; Sposito, Marília. (Org.) . *Juventude e Contemporaneidade.* 5-6. ed. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, 1997. v. 1. 272p .

Wieviorka, M. ; Couper, K.; Martuccelli, D.; Peralva, Angelina (Org.) . *Racisme et xénophobie en Europe.* 1. ed. Paris: La Découverte, 1994. v. 1. 312p .



ANTONIA COLBARI

Por **Brauner Cruz Junior** (IESP-UERJ)

Nascida em Araraquara, interior de São Paulo, no dia 18 de dezembro de 1952. Socióloga formada na própria cidade natal pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", a UNESP, a professora Antonia de Lourdes Colbari é um nome fundamental para a articulação teórica e prática entre a sociologia econômica, do trabalho e das organizações.

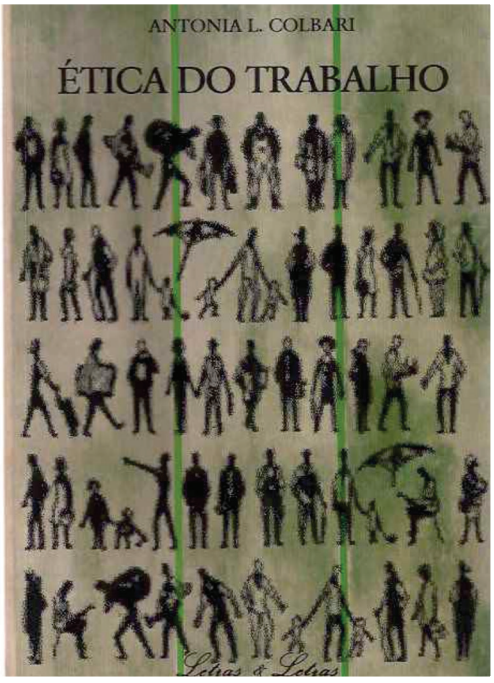
De família humilde e origem rural, com o pai caminhoneiro e a mãe dona de casa, Colbari se interessou pelo curso de Ciências Sociais como uma maneira de manter-se próxima de seu interesse pela Filosofia, História e Literatura. Ler era um hábito e uma paixão. Ela, então, ingressou em 1971 no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) de Araraquara, pouco antes desta ser incorporada à UNESP.

Em 1975, foi para o Mestrado em Sociologia da UNICAMP, estimulada por professores de Economia de quem havia sido monitora durante a graduação. Em Campinas, foi orientada por Vera Lucia Botta Ferrante, que se tornou sua amiga e importante referência profissional.

Sua Dissertação, contudo, só foi defendida em 1981, com o título "Legislação Trabalhista e Industriali-

VOLTA AO SUMÁRIO

zação no Brasil". Isso porque, ao terminar os créditos do Mestrado, no final de 1976, ingressou na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) como professora colaboradora. Começava, em 1977, uma longeva e produtiva trajetória nessa Universidade onde Antonia Colbari iria se tornar professora titular, já em 2014.



Em 1983, Colbari interrompe momentaneamente a trajetória na Ufes para se dedicar ao doutorado, feito no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), hoje Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP). Orientada pelo professor Luiz Jorge Werneck Vianna e influenciada pelos trabalhos de Juarez Brandão Lopes e pelos conselhos do professor Luiz Antonio Machado da Silva, que esteve em sua banca, ela desenvolve uma pesquisa fundamental para introduzir seu principal interesse acadêmico: como as relações sociais ligadas ao trabalho são legitimadas. Assim, com a tese "Provedores de família e operários-Padrão: a versão brasileira da ética do trabalho", Colbari busca discutir uma versão brasileira da ética do trabalho e sua íntima relação com o âmbito familiar, destacando-o como importante base cultural de legitimação. Em termos de influência teórica, há em sua pesquisa um diálogo importante com noções de Marx, Gramsci, Weber e mesmo Geertz.

Antonia Colbari dialoga intensamente com a sociologia das organizações, mobilizando a literatura aplicada à administração para pensar as relações de trabalho. Neste esforço intelectual, também se põe em contato com a sociologia econômica ao pensar nas intersecções desta com a dinâmica produtiva e profissional das empresas e a economia moral das famílias na relação com o trabalho. Assim, pesquisou e produziu estudos ligados a temas como as relações de trabalho e o movimento sindical, os aspectos ideológicos e valorativos nas representações sobre o trabalho e nas organizações, e as dinâmicas de qualificação e capacitação frente às mudanças culturais ligadas ao trabalho. Mais recentemente, Colbari tem concentrado esforços em investigar a relação entre empreendedorismo, um tema por ela bastante desenvolvido, e o trabalho assistido. Ela se destaca por ser uma das poucas vozes dentro da sociologia que analisa a retórica do empreendedorismo dentro da complexidade que ela enseja, considerando sua problemática, mas também levando em conta as ambiguidades suscitadas na acepção desse discurso pelos indivíduos e suas famílias.

Sua interdisciplinaridade na produção acadêmica, que é também uma de suas principais virtudes enquanto socióloga, foi também influenciada por sua trajetória como professora na UFES. Quando ingressou na instituição, o curso de ciências sociais ainda não havia sido criado. Sendo assim, ministrou aulas em cursos como o de Administração, Serviço Social, Direito e até na Medicina e nas Engenharias. Assim, desenvolveu e explorou a capacidade de colocar em diálogo uma série de saberes. Em 1990, quando foi criada a graduação em Ciências Sociais, pôde ministrar disciplinas mais ligadas a questões teóricas e empíricas de sua formação. Em 1996, tornou-se docente do curso de pós-graduação em Educação da UFES, onde ficou até 2010. Em 2000, também se tornou professora da pós-graduação em Administração, onde permanece desde então. Finalmente, em 2008, quando criado o curso de pós-graduação em Ciências Sociais, Antonia Colbari também juntou-se à equipe, onde ministra aulas e orienta alunos.

A atuação política de Colbari enquanto docente também é carregada de importância. Ao final da década de 1970, quando o país vivia intenso processo de redemocratização, ela participou da criação da Associação de Docentes da UFES (Adufes), em 1978, e da Associação dos Docentes de Ensino Superior (Andes), em 1981, depois transformada em sindicato. A série de reivindicações e greves organizadas por essas instâncias possibilitou ganhos significativos para a estruturação da carreira docente no estado, além de ir ao encontro de um importante movimento nacional que visava novas organizações profissionais em torno do chamado "novo sindicalismo".

A trajetória de Antonia Colbari não é somente marcante pelos seus valorosos estudos em torno do sindicalismo, da identidade ligada ao trabalho e sua relação com o mundo organizacional, e do debate sobre o empreendedorismo. Ela também está marcada por uma intensa e apaixonada dedicação ao ofício como professora, aspecto esse muitas vezes esquecido na trajetória de um sociólogo ou socióloga de destaque. Entre as tarefas intelectuais que desenvolveu e desenvolve, Colbari busca se desvencilhar de amarras ideológicas e do formalismo teórico, buscando sua autonomia analítica e inspirando muitos e muitas a buscarem caminho semelhante.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

COLBARI, A. *Ética do Trabalho:* A Vida Familiar na Construção da Identidade Profissional. São Paulo: Letras & Letras/EDUFES, 1995. 278p.

COLBARI, A. *Rumos do movimento sindical no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES (Editora da Universidade Federal do Espírito Santo) e Florecultura, 2003. 198p.

COLBARI, A. A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. *Sinais* (UFES), v. 1, p. 1-28, 2007.

COLBARI, A. L. Estratégias institucionais e construções discursivas no campo do desenvolvimento local. *Política & Sociedade* (Impresso), v. 12, p. 13-40, 2013.

COLBARI, A. L. Empreendedorismo e capital social no discurso institucional do Sebrae. Simbiótica. *Revista Eletrônica,* v.1, p. 1-25, 2014.

COLBARI, A. L. Do autoemprego ao microempreendedorismo individual: desafios conceituais e empíricos. RIGS – *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 4, p. 165-189, 2015.

COLBARI, A. L. Integridade para Pequenos Negócios e desencantamento da moral. *Contemporânea – revista de sociologia da UFSCar*, v. 9, p. 123-144, 2019.



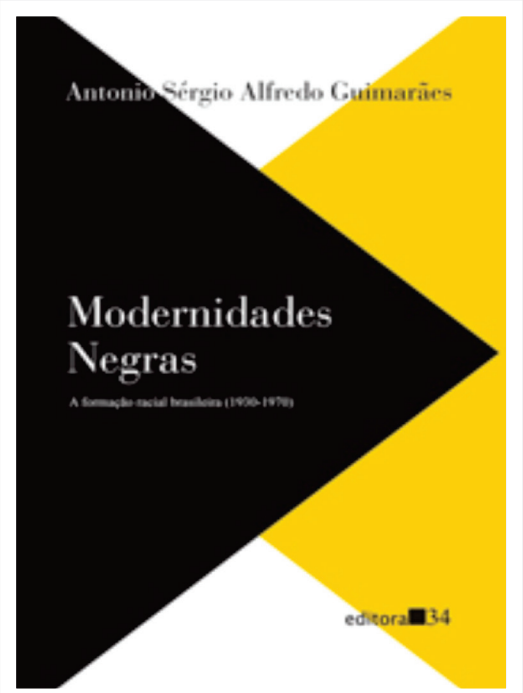
ANTÔNIO SÉRGIO ALFREDO GUIMARÃES

Por **Paula Cristina da Silva Barreto** (UFBA)

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães nasceu em Salvador, Bahia, em 12 de fevereiro de 1949, filho de um promotor público e de uma professora primária. Ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1969, graduando-se em 1972, com concentração em antropologia. A monografia de final de curso tratou da demografia dos pataxó-hã-hã-hãe, de Barra Velha, e teve a orientação de Pedro Agostinho da Silva. Em 1973, ingressou como técnico no serviço público estadual, na área de planejamento econômico e social, e seis anos depois deu início à sua trajetória na pós-graduação, no curso de Mestrado em Ciências Humanas da UFBA, onde se dedicou aos estudos sobre o planejamento econômico e a formação da burguesia baiana. Em 1980, tornou-se professor da UFBA. Em 1982, se deslocou para os Estados Unidos para a realização do doutorado em Sociologia na Universidade de Wisconsin-Madison, onde estudou com Erik Ollin Wright, autor que o apresentou ao marxismo analítico. A tese de doutorado *Class formation and factory regime, the petrochemical workers in Bahia, Brazil*, concluída em 1988, foi defendida sob a orientação de

VOLTA AO SUMÁRIO

Roberto Franzosi, e está publicada em português com o título *Um Sonho de Classe – Trabalhadores e Formação de Classe na Bahia dos Anos 80,* pela editora Hucitec (1998).



Em meados da década de 1990, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães passou a se dedicar aos estudos sobre o racismo e o antirracismo. Os primeiros passos foram dados em Salvador, através de projetos de pesquisa realizados em parceria com Michel Agier, Luiza Bairros, Vanda Sá Barreto, Nadya Guimarães e demais pesquisadores/as que criaram o Programa A Cor da Bahia[29], e tiveram continuidade durante o pós-doutorado realizado, em 1994-1995, com a supervisão de Anani Dzidzienyo, na Universidade Brown, nos Estados Unidos. A partir de 1996, com o início da carreira docente na Universidade de São Paulo (USP), passou a dedicar-se quase que exclusivamente aos estudos das relações de raça. Sem dúvida, na USP pôde consolidar uma trajetória marcada por extensa produção acadêmica, e pela formação de dezenas de pesquisadores/as, seja como docente, orientador, ou participante de bancas de exame de qualificação, e de defesa de mestrado e doutorado.

Os projetos de pesquisa realizados por Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, bem como as publicações resultantes, foram muito importantes para a consolidação de uma agenda de investigação que permitiu que o racismo fosse estudado de maneira associada ao antirracismo, e que se refletisse sobre os usos e sentidos dos conceitos de raça e outros correlatos. Por essa via, o autor aprofundou questões anteriormente abordadas por Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg. O interesse pelas práticas jurídicas e legislação antirracista, a análise comparada da discriminação racial e do tratamento desigual de brancos e negros na procura de empregos, a nacionalidade e novas identidades raciais, as políticas de ação afirmativa e as modernidades negras no Brasil são alguns dos temas que marcaram essa agenda. Nos anos 2000, quando houve um amplo debate sobre as políticas de ação afirmativa nas instituições de ensino superior, em relação às quais pesquisadores/as, docentes, bem como formadores/as de opinião pública, divergiram, a atuação de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães

[29] O *Programa de Pesquisa e Formação em Relações Raciais, Cultura e Identidade Negra na Bahia – A Cor da Bahia* foi criado em 1992 e formou gerações de pesquisadores/as dedicados/as aos estudos sobre o racismo e o antirracismo, completando, em 2022, 30 anos de atuação ininterrupta na UFBA.

foi decisiva, como estudioso e defensor destas políticas que previam a criação de reserva de vagas para acesso às universidades públicas e foram, posteriormente, regulamentadas na rede federal através da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas).

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães é Pesquisador 1A do CNPQ, foi Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (1995 a 1997) e Membro da Comissão Permanente de Políticas Públicas para a População Negra da Universidade de São Paulo, sendo filiado a diversas associações como Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Latin American Studies Association (LASA), Associação Latinoamericana de Sociologia do Trabalho (ALAS) e American Sociological Association (ASA). A sua trajetória internacional é longa e inclui missões de trabalho como pesquisador, com apoio de Rockfeller Foundation, Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération (ORSTOM) e Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (CRBC), assim como a atuação como Visiting Fellow e Visiting Professor da University of Illinois Urbana-Champaign; Freie Universität, Berlim; Princeton University; University of Oxford, Oxford; University of California, Los Angeles; e École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Em 2007, recebeu a comenda do Mérito Científico do Governo do Brasil.

Um estudo sobre a produção acadêmica tratando de relações raciais, racismo e antirracismo, no período de 1994 a 2013, apontou que Antônio Sérgio Alfredo Guimarães foi o autor com o maior número de publicações e também aquele mais citado[30]. Esta é apenas uma das evidências que sustentam a afirmação de que estamos diante de um sociólogo cuja contribuição foi decisiva para a consolidação e expansão dos estudos sobre o racismo e o antirracismo no Brasil, em especial, na sociologia.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

GUIMARÃES, Antonio S. A. *Preconceito e Discriminação*. Salvador: Novos Toques, 1998, 130 p

GUIMARÃES, Antonio S. A *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999. 238 p.

GUIMARÃES, Antonio S. A; Hamilton C; Huntley, L. Alexander, N; James W.

[30] CAMPOS, L.A.; GOMES, I. Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013). Sinais Sociais | Rio de Janeiro | v.11 n. 32 | p.1-164 | set.-dez. 2016.

Alexander, and W. James). *Beyond Racism. Race and Inequality in Brazil, South Africa, and the United States*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 2001.

GUIMARÃES, Antonio S. A *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002. v. 1. 231 p.

GUIMARÃES, Antonio S. A. *Modernidades Negras. A formação racial brasileira (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2021, 296 p.



APARECIDA NERI DE SOUZA

Por **Barbara Castro** (Unicamp)

Aparecida Neri de Souza nasceu em 1952, em Jaborandi-São Paulo. Formou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), em 1978. Com breve passagem como professora assistente pela Unesp, campus de Araraquara, entre 1996 e 1997, tornou-se professora da Unicamp, na Faculdade de Educação, a partir de 1997. Mas antes do ingresso na carreira acadêmica, atuou como professora da rede pública do estado de São Paulo por doze anos, ministrando aulas de sociologia, geografia e história, atuando como assessora da Secretaria de Educação e participando da elaboração de políticas públicas. Suas atividades de trabalho sempre articularam a prática didática com a intervenção na realidade social, seja via Estado, sindicatos ou instituições de ensino. Sua participação na elaboração da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as assessorias prestadas a sindicatos, a produção de normas pedagógicas e a formação de professoras e professores da rede pública, são algumas das atividades realizadas por ela que bem traduzem esses trânsitos e sua energia de atuação.

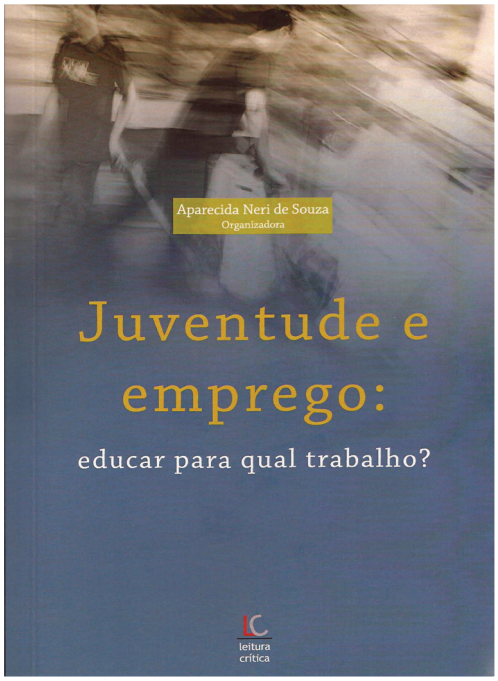
VOLTA AO SUMÁRIO

Neri, como é conhecida entre os colegas e estudantes, é nossa referência em pesquisas sobre o trabalho realizado pelas e pelos docentes. Suas contribuições à sociologia por meio de suas pesquisas, materializadas em publicações sempre qualificadas, são inegáveis. E sua trajetória é um exemplo dos desdobramentos sociológicos que um campo de pesquisa, um objeto e seus sujeitos nos oferecem. Em sua primeira pesquisa se dedicou à compreensão sobre as representações sociais que as e os professores produziam sobre seus cotidianos de trabalho, mobilizando categorias caras à sociologia do trabalho e das ocupações. Em seguida, deslocou-se dos sujeitos e suas práticas para as instituições, relacionando a relação entre formação e atividade profissional dos professores e professoras da rede pública. Como boa socióloga, não se furtou a analisar as transformações da escola, acompanhando as mudanças do Ensino Básico e as reformas do Ensino Médio ocorridas na década de 1990, e relacionando-as com novas formas de organização do trabalho docente, descrevendo o processo de precarização da profissão nas instituições públicas. Articulou sua pesquisa sobre o Brasil com experiências similares na França, relocalizando, mais uma vez, seu referencial teórico e metodológico para alcançar explicações que articulavam os movimentos macrossociais com uma microssociologia sempre competente, porque atenta às contradições da realidade social. Suas pesquisas recentes, deslocaram o olhar do trabalho docente nos ensinos fundamental e médio para o ensino superior. Mais uma vez, acompanhando as transformações da organização do trabalho induzidas por políticas públicas (ou sua ausência) e não se furtando a pesquisar os sentidos do trabalho para professores e professoras, bem como suas formas de engajamento e mobilização política classista.

Como pesquisadora, Neri circulou por inúmeros encontros, seminários e congressos de associações científicas. Coordenou e coordena GT ‘s que dão continuidade ao trabalho de formação que realiza como professora e visam estimular a pesquisa enquanto atividade coletiva. Coordenou a equipe brasileira de um acordo Capes-Cofecub com vistas a consolidar as parcerias internacionais entre Brasil e França no campo de estudos do trabalho dando continuidade a uma rede de pesquisa cujas figuras fundadoras foram Lucie Tanguy e Liliana Segnini. O acordo permitiu a circulação de doutores e pós-doutores brasileiros na França e a sedimentação da perspectiva internacional como forma de análise de Neri. Como professora, Neri formou mestres e doutores em um grupo coeso de orientandos e orientandas, sempre dedicados às relações entre Estado, instituições de ensino, mobilização política e trabalho docente. Seus ex-estudantes de Pós-Graduação atuam majoritariamente como docentes em instituições públicas de ensino superior e médio. Ressalto, também, sua contribuição para a formação de pesquisadores por meio de sua participação em bancas de qualificação e defesa. Estas remontam, aproximadamente, duas centenas de arguições, sempre gentis, generosas e muito bem preparadas. Além de meia centena de trabalhos de conclusão de curso de graduação.

Mas se, como aprendemos com Neri, o trabalho docente é polivalente, cabe destacar as camadas menos visíveis, a depender de quem lê, de sua trajetória. Seu compromisso com a coisa pública e o fazer científico se traduzem por seu forte engajamento institucional, representado

pelos inúmeros pareceres, participações em concursos públicos de seleção de docentes, e cargos e funções que desempenhou ao longo de sua trajetória. A despeito de ser comum destacarmos, nas biografias, as coordenações de Pós-Graduação, as chefias de Departamento e as direções de associações científicas, posições que ela também ocupou com brilhantismo, gostaria de dar visibilidade às inúmeras representações que exerceu na Faculdade de Educação e na Unicamp, entre comissões de representação na coordenadoria de Graduação, conselhos em núcleos de pesquisa, e supervisão do programa de formação de professores em exercício da região metropolitana de Campinas, trabalho que realizou por quatro anos entre 2002 e 2006. Esses inúmeros cargos e representações são constitutivos de sua trajetória de trabalhadora acadêmica, largamente invisibilizados nas formas de mensuração e atribuição de prestígio ao trabalho docente do ensino superior. Tais atividades realizadas por Neri representam algumas das diferentes formas de atuação que um docente tem na universidade pública, quando comprometido com um fazer institucional que torna possível com que a universidade siga de pé. E melhore.



Uma boa sociologia, bem se sabe, se faz melhor em um ambiente institucional que funcione, colaborando para que os pesquisadores e pesquisadoras se dediquem, o máximo possível, às suas pesquisas. E foi isso que Neri também nos ensinou. Transbordando sua paixão pelo conhecimento, batalhou e batalha para que as novas gerações sigam com o brilho nos olhos que ela carregou em toda sua trajetória quando um desafio lhe é lançado. Seja ele oferecer um novo curso, assumir nova orientação, coordenar um projeto internacional que viabilizasse o intercâmbio acadêmico de colegas e estudantes, se engajar em mobilizações sindicais, apagar incêndios departamentais, ou ir e voltar do cartório até o documento final de uma associação científica estar pronto. Neri atravessou todos esses anos sem atribuir maior ou menor valor a essas atividades. Não teve medo de ser uma trabalhadora docente. E não poderia ser diferente. Ela realiza, na prática, aquilo sobre o que se dedica a pensar em seu trabalho intelectual mais visível. Junto aos seus livros e artigos, o seu maior legado é o de ensinar a ser trabalhadora docente. Seguimos atentos e atentas buscando aprender.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SOUZA, A. N. Trabalhar na universidade pública no Brasil. Lugar de trabalho, qual trabalho? Revista da ABET (ONLINE), v. 17, p. 78-93, 2018.

SOUZA, A. N. de; ARAUJO, A. M. C. ; ZAFALAO, J. L. D. ; SEGNINI, L. R. P. ; SOUZA, L. B. ; ANTUNES, R. ; VENCO, S. ; LOMBA, C. ; SANTOS, F. L. B. ; FORTINO, S. ; GUILLAUME, C. ; GRECCO, F. S. ; FESTI, R. C. ; POCHIC, S. ; LAPA, T. S. . Sentidos das mudanças no trabalho no Brasil e na França. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2019. v. 1. 288p.

SOUZA, A. N. ; TROPIA, P. O movimento sindical docente contra a proletarização do trabalho no Brasil contemporâneo. In: Sadi Dal Rosso; Marcia Ondina Vieira Ferreira. (Org.). Sindicalismo em Educação e relações de trabalho – uma visão internacional. 1ed.Brasília: Paralelo 15, 2015, v. 1, p. 247-280.

SOUZA, A. N.; KOBER, C. M. ; MANDETTA, F. A. ; AMSTALDEN, J. ; CHERFEM, C. O. ; CARNICEL, A. ; BUFALFO, J. M. P. ; AMORIM, A. C. ; SEGNINI, L. R. P. ; SILVA, J. H. . Juventude e emprego: educar para qual trabalho?. 1. ed. Campinas: Leitura Critica, 2013. v. 1. 170p .

SOUZA, A. N.; LEITE, M.P. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. Educação & Sociedade (Impresso), v. 32, p. 1105-1121, 2011.

SOUZA, A. N.. Conditions de travail et carrières des enseignants brésiliens et français. In: Helena Hirata; Maria Rosa Lombardi; Magaret Maruani. (Org.). Travail et genre, regards croisés France Europe Amerique Latine. Paris: La Decouverte, 2008, v. 1, p. 1-278.

SOUZA, A. N.; RODRIGUEZ, V. (Org.). Educação e escolarização de jovens e adultos – Experiências brasileiras. São Paulo e Brasília: IBEAC e MEC, 1997. v. dois. 274p.

SOUZA, A. N.. Sou professor, sim senhor. Campinas: Papirus, 1996. 235p.



CARMEM REGINA RIBEIRO

Por **Louise Ronconi de Nazareno** (IPARDES)

Curitibana, filha de operário, Carmem nasceu em 23 de junho de 1950 e passou sua primeira infância na zona rural, já que os pais foram empregados para cuidar de um haras nos arredores de Curitiba. Para iniciar os estudos precisou vir para casa da avó, pois não havia escolas na zona rural aonde morava. Fez escola normal e, em 1968, no auge das movimentações estudantis começou o curso de Serviço Social na PUC-PR. O campus era pequeno e a escola de serviço social funcionava junto a um seminário de freiras. Um dos seus primeiros engajamentos tratava do direito de usar "calça comprida" na faculdade. Mesmo num contexto religioso, o corpo docente do curso era progressista e houve muitas discussões e as decisões de participação eram sempre debatidas e negociadas entre professores e alunos, até que em 1969, quase todos os professores foram despedidos restando apenas aqueles mais conservadores e apoiadores do regime militar. Essa foi uma das razões que a fez desistir do curso. Mas, o principal motivo é que, vindo de família de classe média baixa, não podia pagar a faculdade, tendo bolsa completa do Ministério da Educação – MEC, que no meio de 1970 foi

VOLTA AO SUMÁRIO

interrompida. Abandonou serviço Social para iniciar em seguida o curso de ciências sociais na Universidade Federal do Paraná.

Quando voltou a estudar, em 1971, estava trabalhando como auxiliar técnica na prefeitura de Curitiba no Departamento de Bem-Estar Social e casou no mesmo ano com o líder sindical e advogado Cláudio Ribeiro. Seu marido teve que sumir e foi preso e torturado no começo do ano, fruto dos comuns inquéritos policiais militares da época. Nesse período, a repressão estava violenta, tanto que, quando seu marido voltou, e começaram a persegui-la, resolveram fugir e ficaram afastados por dois meses. O que a levou a abandonar a faculdade mais uma vez, perder o emprego por abandono e a sua sogra a contratar um advogado para descobrir as fases do processo instaurado contra ela. A fase mais perigosa era a de inquérito, quando se faziam as prisões e torturas para "arrancar" depoimentos. Mas, quando o processo chegou já ao tribunal militar, voltaram para Curitiba, e ela se apresentou na auditoria militar. Todo o processo após esse momento durou um ano e foi absolvida, o que não significava nada muito além de não ser presa, pois não conseguia nenhuma certidão de ausência de ficha no Departamento de Ordem Política e Social – DOPS.

Voltou para ao curso. Na faculdade, para burlar as falhas da formação – não tiveram nenhum conteúdo de Marx – os alunos faziam grupos de estudos e procuravam importar livros em espanhol. Também assumiu um trabalho de professora normalista, adiando entregar o atestado definitivo do DOPS até quando pode. Em seguida, já em 1973, teve sua primeira filha, Ana Maria. Depois de não continuar como professora pelos impedimentos legais, conseguiu estágio no IPARDES e mesmo sendo apenas estagiária o instituto inscreveu-a no curso de planejamento em parceria da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL e Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Após formada, sobreviveu de atividades pontuais até que pode ser contratada pelo IPARDES em 1975. Pouco depois, em 1977, alguns colegas do IPARDES foram comunicados que seriam demitidos, por pressão do governo. Ela foi demitida pouco mais tarde que os demais pois estava em licença maternidade, teve seu segundo filho, Paulo. Mais tarde, lendo reportagem soube que as brigas entre generais, Geisel contra o mais linha dura Silvio Frota, havia produzido uma lista de 97 "comunistas" que eram servidores públicos e deviam ser demitidos. O seu nome estava lá. O grupo demitido fez várias denúncias aos jornais e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. "Amargou" o desemprego por uns tempos, enquanto fazia o mestrado em história na UFPR, com bolsa, até que foi convidada, por Zélia Passos, para trabalhar na área social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. Não defendeu a dissertação, por isso, manteve apenas o título de especialista.

Outro episódio repressivo importante na sua trajetória envolveu a perseguição à Escola Oficina, uma experiência cooperativa de educação de crianças, montada pelos pais amigos, que acolhiam principalmente os militantes que voltavam da clandestinidade e estavam tendo seus filhos e ainda não tinham uma sociabilidade na cidade. Seus dois filhos, Ana Maria e Pau-

lo, participaram da escola oficina. Todas as decisões pedagógicas eram decididas e feitas no coletivo dos pais, incluindo as atividades financeiras e burocráticas. Ser um militante que enfrentava a ditadura comprometia as pessoas com quem conviviam, por isso, muitas vezes colegas pediam que o militante não frequentasse a sua casa, já que qualquer envolvimento com alguém perseguido podia derivar para perseguições indiretas. A ditadura privava as pessoas de uma sociabilidade mais aberta. Para a polícia, a escola seria uma atividade para encobrir uma suposta organização clandestina de organização comunista da luta armada. A escola sofreu uma série de roubos estranhos em que cada vez algum material e aparelho era roubado, em seguida, a polícia fez a denúncias e vários pais integrantes foram presos. Aos poucos foram liberados, na época, a Anistia Internacional chegou a visitar Curitiba.



Nesse período, a prefeitura ansiava por melhorar a área de planejamento social e o trabalho no IPPUC se diferenciava daquele do IPARDES, porque era mais voltado a resolver problemas como definir aonde implantar equipamentos sociais ou como reestruturar a política de habitação urbana visto o aumento de ocupações irregulares na cidade. Muitos trabalhos sobre perfil da população e do mercado da cidade, estruturação de infraestrutura, implantação de creches e outras estruturas de construção das políticas públicas municipalizadas foram realizados na equipe do IPPUC.

Carmem Ribeiro, afetuosamente chamada de Carminha, por colegas e amigos sempre adotou uma postura engajamento político público e não se furtou a se posicionar. Aos fins de semana, no início dos anos 1980, junto com outros voluntários, ela discutia com a população residente em ocupações periféricas ainda não regularizadas em Curitiba e auxiliava na organização de associações de moradores e estruturas para que os próprios moradores criassem alternativas de melhoria da vida urbana e pudessem reivindicar junto ao poder público seus direitos. Foi uma experiência rica para compreender o que a população pensava sobre o seu espaço urbano e domiciliar e como se organizavam coletivamente. Nesse momento, movimento sindical e movimento de bairros se apoiavam no pleito aos direitos.

No final dos anos de 1980 e início da década de 1990, sua atuação profissional no IPPUC possibilitou uma maior especialização na área da saúde, tanto na sua formação, pela realização do Curso de Organização de Sistema de Saúde da Fundação Osvaldo Cruz/ENSP, como participando diretamente da implantação do SUS em Curitiba e Região Metropolitana. Atuou na capacitação dos profissionais da Rede Pública para a nova visão da atenção à saúde, universal, integral, atuando em territórios com sua complexidade socioeconômica, cultural, ambiental. Temas novos para a saúde como as questões relativas à violência urbana e violência doméstica mereceram estudos e propostas como a implantação do SAMU, a construção de Rede de proteção às Crianças e Adolescentes vítimas de violência, a atenção às mulheres em situação de violência. Protocolos foram construídos exigindo um forte trabalho de articulação interinstitucional.

A aposentadoria do IPPUC, em 2004, não a fez parar com projetos profissionais. Trabalhou oito meses no Ministério da Saúde com a proposta de implementação do SAMU, em 2003. Elaborou em equipe vários Planos Diretores de prefeituras, majoritariamente paranaenses, por consultoria e por breve tempo, participou da gestão de Lígia Mendonça (PT) na secretaria de Saúde do município de Piraquara. No Conselho Regional de Psicologia, coordenou pesquisas sobre os perfis profissionais no psicólogo nas áreas sociais, por quatro anos e por fim, seu último compromisso profissional foi na gestão municipal do prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, na gestão de Adriano Massuda na Secretaria Municipal de Saúde.

Ainda ativa, participa como representante da Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM e Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual – COPEAS. Carmem desenvolve projetos de estudos e análise de dados voluntariamente para a rede, que é formada por organizações não-governamentais, grupos feministas, pesquisadoras e grupos acadêmicos de pesquisa, conselhos e fóruns de direitos das mulheres, além de ativistas do movimento de mulheres e feministas, profissionais da saúde e outras que atuam no campo da saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

PMC; IPPUC. *Violência contra a mulher*: vítimas e agressores levantamento realizado na Delegacia da Mulher -Curitiba out/99 a maio/00. Curitiba: IPPUC, 2001.

MURARO, HEDI Martha (org.) *Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência* / organização Hedi Martha Soeder Muraro ; equipe técnica Bruna Trovão... [et al.] ; co-autores Andrea da Silva Sant'Ana ...[et al.]. – 3. ed. rev. e atual.

Curitiba: Secretaria Municipal da Saúde, 2008. 160 p. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiLt6zFjIP7AhWVvJUCHdqPBEAQFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Ffas.curitiba.pr.gov.br%2FbaixarMultimidia.aspx%3Fidf%3D391&usg=AOvVaw3PIeXo9R3dLBG30UNpiXNM Acesso em: 28 out. 2022.

MELCOP, Ana Glória; OLIVEIRA, Evaldo (orgs.). *O Impacto do uso de álcool e outras drogas em vítimas de acidentes de trânsito*. Associação Brasileira dos Departamentos de Trânsito. Brasília: 1997.

RIBEIRO, Carmen [et al.]. Cuidados às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual na Rede de Atenção Primária à Saúde. *Programa de Atualização em Enfermagem* – PROENF. Ciclo 8, vol 2. Porto Alegre: Ed. Artmed Panamericana, 2020. Disponível em: https://portal.secad.artmed.com.br/artigo/cuidados-as-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica-e-sexual-na-rede-de-atencao-primaria-a-saude Acesso em 28 out. 2022

DALTOÉ, Camila; RIBEIRO, Carmen. Violências contra as mulheres: perspectivas para avançarmos sobre o legado de lutas. In Emilia Senapeschi, Leina Peres (orgS.) *Dossiê de 30 anos da Rede Feminista de Saúde*: democracia, saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Curitiba: CRV. 2021. 156p. Acesso: https://redesaude.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Dossie%CC%82-de-30-anos-da-Rede-Feminista-de-Sau%CC%81de_Livro-Digital.pdf Acesso em 28 out. 2022



CHRISTIAN AZAÏS

Por **Cinara Rosenfield** (UFRGS) e
Liana Carleial (UFPR)

Christian Azaïs pode ser descrito como um sociólogo franco-brasileiro. Construiu uma carreira nos dois hemisférios e transitou com maestria entre muitas áreas da sociologia e afins. A riqueza do seu imenso trabalho científico repousa sobre essa diversidade de territórios, conceito que lhe é caro e atravessa sua obra e que poderia ser definido, grosso modo, como a localização integrada de relações econômicas e sociais.

Nasceu em 31 de agosto de 1952, em Marseille. Começou seus estudos universitários, em 1969, no Instituto de Estudos Políticos (IEP) de Aix-en-Provence e simutaneamente na Universidade de Letras em Aix-en-Provence, obtendo em 1972 o diploma do IEP e licenciando-se em língua espanhola. Em seguida, obteve uma maîtrise em língua espanhola, em 1973, já sinalizando sua aptidão para línguas e seu cosmopolitismo. Ainda em 1974, obteve um diploma em Administração de Empresas, formação que o remeteu ao Brasil para trabalhar na empresa Rhodia, em São Paulo. Daí iniciou-se uma série de idas e vindas entre a França e o Brasil que se mantém. Após pouco mais de dois anos (1974-1977),

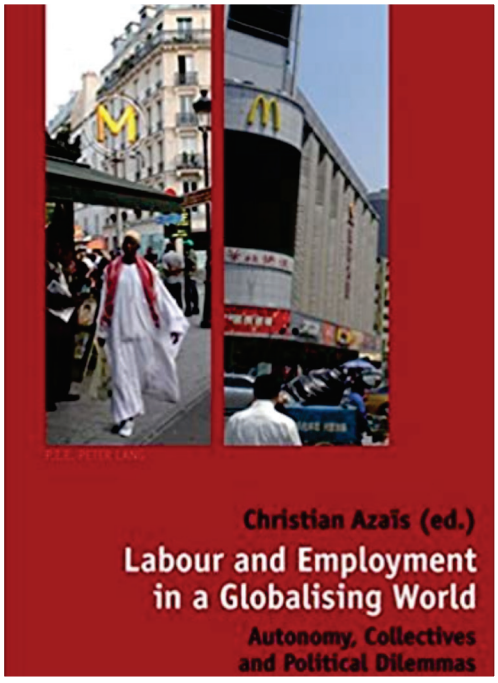
VOLTA AO SUMÁRIO

despediu-se da Rhodia, retornou à França e prosseguiu sua formação, em Ciência Política e obtendo uma licenciatura (LEA Appliquée) em inglês e português, em 1979. No mesmo ano, voltou ao Brasil, para ministrar aulas de francês em Recife. Começava aí seu amor pelo Nordeste do Brasil. Obteve seu DEA (Diplome d'Études Approfondies) na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas em Aix-en-Provence, em 1980, tendo como tema o sindicalismo no Brasil. Prestou concurso na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em dezembro de 1981, através do qual foi admitido como professor de Ciência Política, começando então sua carreira docente e de pesquisador. Ali permaneceu de 1982 a 1994, por 12 anos. Nesse ínterim, realizou seu Doutoramento em Economia (Socioeconomia do Desenvolvimento), em 1984, na Universidade Paris I – Sorbonne, com a tese "A indústria têxtil no Nordeste brasileiro, uma análise à luz das teorias sobre o setor informal". Muito claros já seu interesse e vínculo com o Brasil. Em 1993, retorna à França para um pós-doc e presta concurso e é admitido como maître de conférences em Amiens, Universidade da Picardia Jules Verne (UPJV), onde permanece de 1994 a 2016. Em 2000, obteve a Habilitation à diriger des Recherches (Livre docência), na UPJV, intitulada " Território e Trabalho", sob a supervisão de M. Christian Palloix. Em 2017, ingressa como professor titular de Sociologia (Professeur) no Conservatoire national des arts et métiers (CNAM), instituição com a qual já mantinha laços estreitos como pesquisador associado ao Laboratório Interdisciplinar para a Sociologia Econômica (LISE), desde 2014. Entremeios, foi membro do IRISSO – Institut de recherche interdisciplinaire en sociologie et en sociologie des organisations, na Universidade de Paris Dauphine, de 2003 a 2014 e do CRIISEA – Centre de recherche sur l'industrie, les institutions et les systèmes économiques d'Amiens da Faculdade de Economie et Gestion (Economia e Administração) da UPJV. Em termos de docência, ministrou aulas de Sociologia e Ciência Política na UFPB, em Economia e Administração e no departamento de Educação Permanente na UPJV, assim como teve experiência de docência na Université de la Réunion, no Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL), e na Universidade Paris-Est Créteil.

Suas áreas de pesquisa são diversificadas e atestam uma verdadeira transdisciplinaridade: sociologia do trabalho, sociologia das profissões, sociologia econômica, sociologia urbana, economia dos territórios, sociologia política, mercados de trabalho brasileiro e latino-americanos. Seus temas de pesquisa transitam entre diferentes abordagens: transformações do trabalho e do emprego, figuras emergentes do trabalho e do emprego – em especial seus estudos sobre pilotos de helicópteros no Brasil e México-, dinâmicas territoriais, comparações internacionais, zonas cinzentas do trabalho e do emprego, hibridização, temporalidades. Sua experiência acadêmica e sua trajetória pessoal e de pesquisa vão transformando-o em um sociólogo acima de tudo.

Christian Azaïs esteve sempre atento às mudanças no capitalismo que alteram a natureza do trabalho, sua centralidade e as novas formas que tomam ao longo do tempo. Igualmente, busca compreender as mudanças que ocorrem no centro do capitalismo e na sua periferia.

Por essa razão, grande parte de suas pesquisas possui uma perspectiva comparada entre esses dois mundos. Assim, ele acompanhou a crise da sociedade salarial europeia e o esboço de constituição desse processo na América Latina, notadamente, no Brasil. Atento à crise do assalariamento e à emergência de novas formas de trabalho, acompanha a disseminação das plataformas digitais e seus trabalhadores que constituem um mundo sem direitos e com reduzida organização coletiva, temas que estavam na origem de suas escolhas de pesquisa.



Mesmo depois de estabelecido na França, esteve no Brasil em vários momentos, como docente e pesquisador. Coordenou e participou de projetos de comparação internacional, incluindo o Brasil e a América Latina, assim como publicou junto com autores brasileiros. Absolutamente fluente em português, é um pesquisador enraizado por todo Brasil. Exemplo disso foi sua obtenção da Cátedra Brasil-França em São Paulo, no Departamento Sociologia da Universidade de São Paulo em 2013 com supervisão da Nadya Guimarães; no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP-São Carlos, associado à professora Cibele Rizek, com o projeto "Mercado de trabalho e novas profissões: aspectos teóricos e metodológicos ligados às comparações internacionais" (2019). Também foi contemplado com a Cátedra francesa no Rio de Janeiro, associado ao professor Luiz Antonio Machado, no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP), com o projeto intitulado "Mercados de trabalho em transformação: "zonas cinzentas" e desigualdade, uma perspectiva comparativa Sul-Norte" (2015). De outubro de 2021 a setembro de 2022, esteve na Faculdade Nacional de Direito (FND), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a convite do grupo coordenado pela professora Sayonara Grillo – Configurações Institucionais e Relações de Trabalho (CIRT) – no Programa de Pós-Graduação de Direito, com bolsa de pesquisador visitante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Christian Azaïs tem uma vasta contribuição em pesquisa tendo coordenado ou participado de projetos internacionais, dentre os quais elencamos alguns:

- Coordenador do projeto financiado pela Agence Nationale de Recherche (ANR), intitulado Metraljeux – Enjeux urbains et gouvernance dans quatre métropoles d'Amé-

rique latine: Buenos Aires, Caracas, Mexico, São Paulo, integrado ao programa Les Suds Aujourd'hui, junto ao IRISSO – Paris Dauphine (2008-2011). Foi coordenador após a aposentadoria da pesquisadora francesa Marielle Pepin-Lehalleur, que não podia mais regimentalmente coordenar o projeto.

- Responsável científico e coordenador adjunto com Donna Kesselman (Créteil) do projeto também financiado pela ANR, Inégalité-Inégalités – ZOGRIS L'évolution des normes d'emploi et nouvelles formes d'inégalités : vers une comparaison des zones grises (Brésil, France, Etats-Unis)? (2011-2015). A pesquisa contou com investigadores de vários países, sendo que entre os brasileiros constavam Paola Cappelin, Liana Carleial, Sayonara Grillo e Cinara Rosenfield.
- Co-coordenador do eixo de pesquisa Travail, junto ao LISE-CNAM, corresponsável da linha de pesquisa Activités, do Laboratoire Mixte International (LMI), IRD/LISE-CNAM/Universidade de São Paulo, Universidade Federal de São Carlos (2016-2020), sob coordenação geral da professora Isabel Georges, com a colaboração do professor Jacob Lima e da professora Cibele Rizek.
- Coordenador do projeto Regreyz&Co, juntamente com a Prof. Cibele Risek, em andamento desde 2022, intitulado Grey Zones: Social Policies and Labour Regulation, a comparison Brazil-France, com colaboração dos professores Jacob Carlos Lima, Isabel Georges, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e auxílio financeiro da ANR.
- Coordenador do projeto CAPES/COFECUB entre Universidade Federal do Pará (N.A.E.A.) e Université de Picardie Jules Verne (UFR d'Economie), com a pesquisa Système productif, territoire et transformation des rapports sociaux: étude comparative franco-brésilienne de complexes industriels et influences sur l'environnement (1995-1999); e co-coordendor de outro acordo CAPES/COFECUB entre a UFPB (Mestrado em Ciências Sociais) et a UPJV (UFR d'Economie, de Droit et Science politique et de Sociologie), com a pesquisa « Le travail au Sud et au Nord: approches comparatives » (1986-1990).

Para finalizar, alguns atributos da pessoa e do profissional Christian Azaïs: possui enorme capacidade de negociação, aptidão a liderar equipes, integridade e forte sentido de coletivo, o que faz dele um pesquisador estimado e agregador que se doa e compartilha. O interesse de Christian Azaïs pelo Brasil, suas questões e seus desafios contemporâneos são genuínos, fazendo dele um conhecedor tanto da realidade brasileira, quanto do conhecimento aqui produzido. Enquanto muitos brasilianistas têm o Brasil como objeto de pesquisa e desconhecem a trama interna de acadêmicos e instituições brasileiras, Christian Azaïs se envolve e se insere como mais um importante sociólogo entre nós.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

PIRO, Valeria; MURGIA, Annalisa; AZAÏS, Christian. "Hybrid areas of work Labour market transformations and forms of organizing". *Rassegna Italiana di Sociologia* 63.1 (2022): 269-275.

AZAÏS, Christian. "Figures émergentes". "Hybridation". "Pilote d'hélicoptère au Brésil". In: BUREAU, M.-Ch., CORSANI, A., GIRAUD O., REY, F. (dir.), *Les zones grises des relations de travail et d'emploi*. Un dictionnaire sociologique, Buenos Aires, Teseo (2019).

AZAÏS, Christian. "Être pilote d'hélicoptère au Brésil. La 'décohérence' comme illustration des relations d'emploi et d'un rapport au collectif particulier". In: REY, F., VIVÈS, C. (dir.). *Le monde des collectifs. Enquêtes sur les recompositions du travail, Partie III*. Collectifs de travail et collectifs de métier en recompositions, Buenos Aires, Teseo, (2020): 323-340.

AZAÏS, Christian; CARLEIAL, Liana da Frota (dir.) *Normes d'emploi et zone grise:* le travail aujourd'hui, Bruxelles, P.I.E. Peter Lang Ed., 2017.

CARDOSO, Adalberto; AZAÏS, Christian. "Reformas trabalhistas e seus mercados: uma comparação Brasil-França". *Caderno CRH* 32 (2019): 307-324.

DIEUAIDE, Patrick; AZAÏS, Christian. "Platforms of work, labour, and employment relationship: the grey zones of a digital governance." *Frontiers in sociology 5* (2020): 2.



CIBELE SALIBA RIZEK

Por **Camila Moreno de Camargo**

Cibele Saliba Rizek nasceu em São Paulo, em 15 de setembro de 1950. Filha de Moysés Rizek e Missade Saliba Rizek. Graduou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, em 1972, tendo como professores de referência Gabriel Cohn, Francisco Weffort, Maria Célia Paoli, Irene Arruda Cardoso, José Carlos Bruni, Heloisa Fernandes, valendo também destacar as professoras Carmem Junqueira e Otília Arantes, do primeiro ano de graduação, nas disciplinas cursadas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Os anos seguintes foram marcados pelo início de uma trajetória acadêmica, que, sobretudo, procurava desvendar os nexos entre processos urbanos, formas de trabalho e organização social. O pano de fundo para a consistência teórica e metodológica em formação é um momento importante da história de nosso país marcado pela constituição de movimentos sociais urbanos, partidos políticos de esquerda e organismos formados por trabalhadores.

É nessa cena que realiza o mestrado "Osasco 1968: a experiência de um movimento" (1988), sob orientação de Otávio Ianni, junto a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), que também estende olhar e

VOLTA AO SUMÁRIO

práticas de investigação sobre a região do ABC paulista. O compromisso crítico estará sempre presente, inclusive nas atividades militantes que assumirá junto ao mundo sindical, tendo sido parte da fundação de associações de docentes que tinham natureza sindical e assessorado alguns grupos de trabalhadores.

Isso porquê, também nesse momento, Cibele ingressa como docente na Universidade de São Paulo, tendo lecionado em outras instituições de ensino importantes anteriormente, sendo o "dar aulas" atividade formativa das mais importantes. Dessa inserção, emancipatória como costuma dizer, estabelece-se a defesa ao ensino público, gratuito e de qualidade, sempre presentes em sua trajetória.

O desenvolvimento intelectual coaduna-se, portanto, com a prática política e militante, que serão entrecruzados pela maternidade (Cibele é mãe de quatro filhos), o que parece acender, futuramente, em um conjunto de mulheres pesquisadoras que serão orientadas por Cibele, a perspectiva feminista sobre a vida acadêmica, bem como como um conjunto de temas que relacionam, de distintas formas, as discussões sobre gênero, políticas públicas e cidade.

A interface com a Arquitetura e Urbanismo constituiu-se pela docência, tendo rapidamente assumido questões e temas da sociologia urbana junto a cursos de graduação e de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Os trabalhos de pesquisa e as práticas e fundamentações metodológicas iluminaram, cada vez mais, as formas de trajetórias na cidade.

Defendeu seu Doutorado em Sociologia, em 1994, sob o título "O trabalho e suas metáforas: as representações simbólicas dos trabalhadores petroquímicos paulistas, sob orientação de Maria Célia Pinheiro Machado Paoli. Os circuitos de produção, cuja dupla formalidade-informalidade será sempre lido a partir de dimensões que evidenciam porosidades, serão importante lente para interpretações da vida, inclusive a urbana.

A Livre-docência, obtida em 2005 junto à Universidade de São Paulo, desenvolve essa trajetória através do trabalho "Estudos Sócio econômicos da urbanização. Trabalho, Cidade e Direitos. Um percurso de investigação". A partir de 2007, foi credenciada no recém criado Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da UFSCar.

Por meio de projetos com o do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC), FFLCH USP, acentua-se o vínculo com o sociólogo Francisco de Oliveira e outros pesquisadores deste grupo, pelo qual as combinações entre dimensões do estado de exceção e o avanço do capitalismo financeiro serão fios condutores para um olhar crítico acerca das constelações de políticas sociais e processos de gestão da pobreza, com importantes implicações operadas na vida das famílias pobres brasileiras. É nessa chave que Cibele se aproximará da Cidade Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo, tendo ali constituído um conjunto de camadas de investigação, a partir de projetos de pesquisa que a aproximarão de equipes de pesquisadores franceses, cabendo destacar o Professor Robert Cabanes. A primeira grande inserção talvez esteja relatada e analisada no texto "Verde, amarelo, azul e branco: o fetiche da mercado-

ria e o seu segredo" (2010). As pesquisas que se deram sobre grupos de cultura, bem como sobre entidades operativas da política de saúde, iluminaram questões acerca do desenho de políticas públicas, seus agentes e operacionalização, e formas e práticas de implementação no território. Os textos produzidos a partir de pesquisa realizada sobre o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (2015), através da Rede Cidade e Moradia que integrou várias instituições de ensino superior, podem ser lidos como um segundo momento onde mais fortemente comparecerá o tema da moradia nas discussões sobre cidade, centro e periferia.



Tornou-se Professora Titular do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU USP), em 2017, após uma série de inserções e contribuições à universidade: foi Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU USP, entre 2015 e 2018; Presidente da Comissão de Pesquisa do IAU USP, entre 2010 e 2013; Representante da Congregação e membro do Conselho de pós-Graduação do Conselho Universitário, desde 2016; dentre outras funções, apenas para se ter como exemplo.

Entre 2016 e 2018 integrou como coordenadora brasileira o Laboratório Misto Internacional LMI SAGEMM – Social activities, gender, markets and mobilities from below (Latin America) em parceria com UMR 201 Développement et Sociétés, IRD-IEDES-Paris I Sorbonne e o LISE-CNAM. O laboratório reuniu importantes pesquisadores, dimensões investigativas e questões contemporâneas, sobretudo relacionadas à América Latina, e desdobrou-se no grupo de pesquisa SAGEMM IAU, que igualmente coordena, e que reúne pesquisadores e docentes do IAU USP e do Departamento de Geografia da FFLCH USP.

Nesse âmbito, destaca-se pesquisa recente que tomando a multiescalaridade e a multissitualidade como dimensões metodológicas, ocupa-se das transformações do trabalho e das condições da vida urbana a partir dos trabalhadores de plataforma. A pesquisa "Grey Zones: Social Policies and Labour Regulation, a comparison Brazil-France", consolida os vínculos acadêmicos com a França e promove um olhar crítico às novas formas de trabalho e inserção na cidade, apontando-se como chave reconfigurada para as leituras sobre as relações entre centro e periferia no Brasil.

Tendo suas contribuições aos estudos urbanos bastante reconhecidas, Cibele é referência para pesquisadores de todo o Brasil.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

RIZEK, C. S. Um balanço de pesquisa: 10 anos na zona leste e um social reconfigurado. *Cidades*. v.13, p.94-140, 2017.

CABANES, R.; Georges, Isabel; RIZEK, C. S.; Telles, V. S. (Orgs.). *Saídas de Emergência* – ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. v. 1. 478 p.

OLIVEIRA, F.; Braga, R.; RIZEK, C. S. (Orgs.). *Hegemonia às Avessas*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. v. 1. 398 p.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Orgs). *A Era da Indeterminação*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. v. 1. 376 p.

RIZEK, C. S.; Telles, V. S. (Orgs.). *France/brésil politiques de la question sociale*. Caen: Presses Universitaires de Caen, 2000. v. 1. 278 p.

RIZEK, C. S. *Do Desmanche à Exceção*: Uma pauta de pesquisa. Francisco de Oliveira: Questões Diálogos Depoimentos. 1ed.São Paulo: Editora da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2022, v. 1, p. 69-89.

RIZEK, C. S. A produção da cidade e suas representações: das ideias clássicas às inflexões recentes. In: Raquel Rolnik e Ana Fernandes. (Org.). *Cidades*. 1ed.Rio de Janeiro: Funart, 2016, v. 1, p. 19-34.

RIZEK, C. S.; CARVALHO, C. S. ; CAMARGO, C. M. . Política Habitacional e Políticas Sociais urgências, direitos e negócios. In: Ana Fani A. Carlos, Danilo Volochko, Isabel Alvarez. (Org.). *A Cidade como Negócio*. 1ed.São Paulo: Contexto, 2015, v. 1, p. 165-184.



CLÁUDIO CHAVES BEATO FILHO

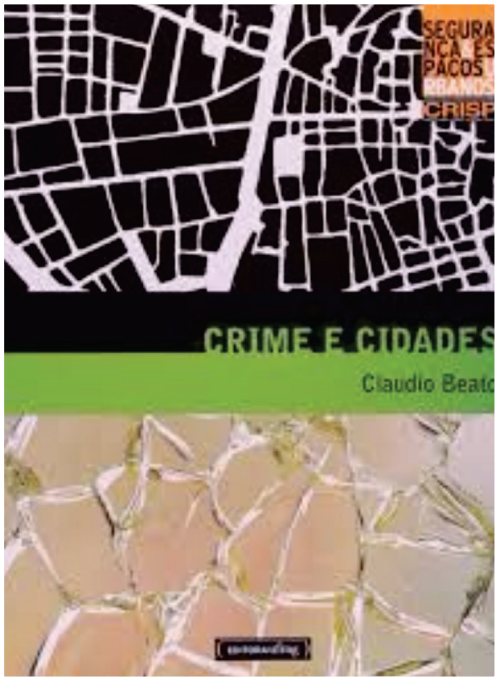
Por **Ludmila Ribeiro** (UFMG)

Nascido em 1956 na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, mudou-se para Belo Horizonte aos 14 anos de idade. Estudou no Colégio Estadual Central e, inicialmente, seguiu os passos do pai, dedicando-se ao curso de engenharia por três anos na Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Depois, aperfeiçoou-se em violão clássico e composição musical, habilidades que o alçaram a ensaiar com o grupo musical Uakti em sua juventude. Acabou indo para as ciências sociais, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em razão de seu interesse em criar soluções para problemas sociais. No final dos anos 1970, foi estagiário da Fundação João Pinheiro, onde atuavam grandes nomes das ciências sociais que se tornaram suas referências e grandes amigos, como Antônio Luiz Paixão, Antônio Augusto Prates, Antonio Otavio Cintra e Luís Aureliano Gama de Andrade.

Concluiu o curso de ciências sociais em 1981 e foi para o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 1982. Sob a coordenação de Edmundo Campos Coelho realizou o mestrado e o doutorado em sociologia. Sua dissertação foi sobre a sociologia das

VOLTA AO SUMÁRIO

profissões, dado o seu interesse em desnudar como eram as corporações de músicos. Durante o doutorado, dividiu-se entre o IUPERJ (no Rio de Janeiro) e a Universidade Católica (em Belo Horizonte), combinando a docência e a pesquisa para sua tese de doutorado. Realizou trabalho de campo num pronto-socorro de forma a entender como categorias de senso comum informavam o enquadramento de mortes como suicídio em detrimento de outros tipos.



O fim do doutorado no IUPERJ em 1993 coincidiu com a sua aprovação no concurso para professor do Departamento de Sociologia e Política da UFMG. Inicialmente, trabalhou com Antônio Luiz Paixão no projeto "Hard Sciences and Social Sciences", que tinha como objetivo entender a maneira como os campos acadêmicos se estruturavam no Brasil. Entre as principais conclusões deste estudo estavam o papel da tecnologia como elemento diferenciador entre as ciências naturais e da vida vis-à-vis as ciências sociais. É neste momento que a parceria entre os dois se transforma na fundação de uma nova forma de pensar e fazer criminologia no Brasil. Juntos construíram uma parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). O projeto, denominado de "A Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta em Minas Gerais", objetivava: (i) a organização de bases de dados, pela digitalização e geoprocessamento das ocorrências da PMMG entre 1986 e 1997, para entender quais eram os municípios que mais concentravam registros de crime, sendo essa a primeira experiência de geoprocessamento criminal do país; (ii) a produção de informações sobre a trajetória e a formação de policiais militares por meio de um survey amostral aplicado a toda a corporação, para entender a maneira de agir, pensar e sentir de praças e oficiais; (iii) a construção de novos cursos de especialização para as patentes mais elevadas, calcados em técnicas de análise estatística e espacial do crime.

Em 1997, a partir do financiamento da Fundação Ford e da Tinker Foundation, após o falecimento de Paixão, Beato, o professor Renato Assunção (estatística/UFMG) e o pesquisador Geraldo Majella Moreira Duarte, da Fundação João Pinheiro, estruturam o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), uma unidade transdisciplinar que reúne professores de diversas outras áreas da UFMG. A missão do CRISP é colaborar com as instituições públicas na produção de análises que reverberem em políticas públicas voltadas para a preven-

ção do crime. Antônio Luiz Paixão foi o grande inspirador do CRISP, e seu legado é, ainda hoje, preservado por Claudio Beato.

No começo dos anos 2000, Beato desenvolveu o projeto piloto de controle de homicídios denominado de Fica Vivo!, mais tarde, transformado em política pública através do Decreto nº 43.334, de 20 de maio de 2003. Já em 2005, baseando-se nas experiências das polícias americanas, ele estruturou a "Metodologia de Integração da Gestão em Segurança Pública – IGESP", normatizado pelo governo de Minas Gerais na Resolução Conjunta nº 154, de 29 de fevereiro de 2012. Em âmbito internacional, foi responsável pela constituição dos sistemas de análise criminal das polícias e de funcionários das cidades de Bogotá, Cali e Medellin, na Colômbia. Entre 2004 e 2006, coordenou o projeto Citizenship Security in Latin America, financiado pelo Woodrow Wilson Center. Também já estabeleceu parceria com órgãos públicos nos vários níveis de governo, municipais (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Foz do Iguaçu, Itabira), estaduais (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo e Pernambuco), federais (Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria Especial de Direitos Humanos).

Cláudio Beato recebeu importantes reconhecimentos como a Comenda do Mérito Científico Nacional, concedido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Foi Visiting Scholar no David Rockfeller Center for Latin American Studies da Harvard University e no Centre of Brazilian Studies da Oxford University. Em 2018, foi agraciado com a Cátedra Ruth Cardoso na Columbia University. Ao longo de sua carreira, atuou como consultor do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Estruturou a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, e foi também Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte entre 2019 e 2022. Permanece na coordenação Geral do CRISP.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

PAIXÃO, Antônio Luiz; BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Crimes, vítimas e policiais. *Tempo social*, v. 9, p. 233-248, 1997.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 13, p. 74-87, 1998.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Políticas públicas de segurança e a questão policial. *São Paulo em perspectiva*, v. 13, p. 13-27, 1999.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 17, p. 1163-1171, 2001.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Compreendendo e avaliando:* projetos de segurança pública. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BEATO FILHO, Claudio Chaves. *Crime e cidades.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.



SOBRE O AUTOR

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Cláudio Chaves Beato Filho* (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 10min). Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/claudio-beato



DALVA MARIA BORGES DE LIMA DIAS DE SOUZA

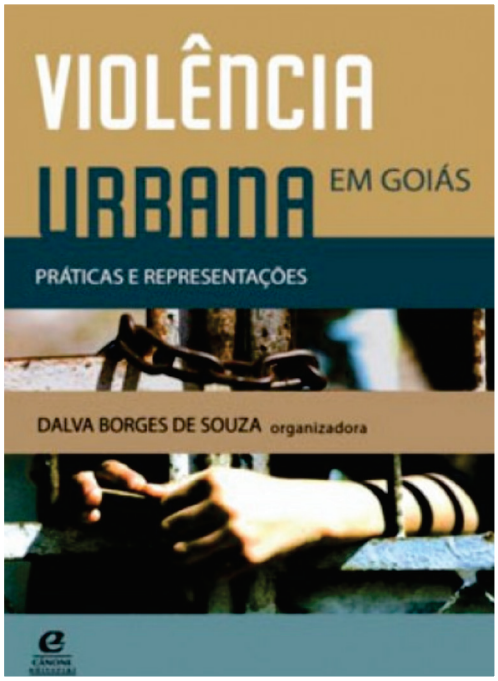
Por **Najla Franco Frattari** (IFG)

Dalva Borges de Souza nasceu em 12 de setembro de 1951, na cidade de Goiânia. Na adolescência frequentou o "curso científico" já que a pretensão era cursar Medicina, mas segundo ela mesma conta, as aulas de Química, Física e Matemática não a entusiasmavam. A predileção era pelas aulas de História, Geografia e Literatura do "curso clássico" que preparavam para as faculdades da área de humanidades. Além disso, o envolvimento com o movimento estudantil naqueles anos da ditadura militar reclamava uma maior compreensão da vida social e das coisas que estavam acontecendo no mundo. Foi assim, que deu adeus à Medicina e escolheu História, tendo cursado por um ano. O casamento e a maternidade a levaram a mudar de cidade e adiar por um tempo o retorno à Universidade. Durante esse período, trabalhou por dois anos e meio como tradutora da embaixada britânica em Brasília.

Em 1978, de volta à Goiânia, ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), por avaliar que o mesmo propiciaria maior possibilidade

VOLTA AO SUMÁRIO

de intervenção na vida social. Graduou-se em 1981 e foi professora substituta de Ciência Política entre os anos de 1984 e 1985. Em 1986, por meio de concurso, passou a integrar como efetiva o quadro docente do Departamento de Ciências Sociais da UFG.



Em 1987, ingressou no mestrado em História, o único que havia na área de humanas na UFG, com área de concentração em História das Sociedades Agrárias, o que assegurou maior conhecimento da história e da realidade social do estado de Goiás, principalmente o seu meio rural, as suas contradições e a modernização conservadora. Em 1991, defendeu a dissertação intitulada "1964 em Goiás – o ovo da serpente: militares e proprietários de terras na gestação da ditadura". O interesse de estudo foi por um tema que marcou muito a sua geração, a ditatura militar. A pesquisa tratou do golpe de 1964 em Goiás, da conjuntura da deposição do governo Mauro Borges.

Seu doutorado foi realizado na Universidade de Brasília entre 1995 e 1999. Foi nesse momento que o interesse da pesquisadora se deslocou da violência política para a violência nas relações pessoais. Tratava-se de um contexto em que os crimes de homicídio cresciam muito no país, sem que uma resposta institucional fosse dada. Foi ainda durante o doutorado, que tomou contato com a teoria social formulada pelo sociólogo alemão Norbert Elias, o que teve uma importante influência em suas reflexões sobre homicídios e segurança pública. Logo, sua tese, sob a orientação da professora Maria Stela Grossi Porto, abordou, a partir da noção de processo civilizatório de Norbert Elias, a mudança do padrão de homicídios e do padrão de autoridade no Estado de Goiás. A tese se tornou livro, intitulado "Violência, poder e autoridade em Goiás", publicado pela editora UFG em 2006. Foi a partir do doutorado também, que deixou de atuar na área da Ciência Política e passou para a área da Sociologia.

No campo da pesquisa, coordenando equipes de trabalho, a socióloga dedicou-se ao estudo da violência e criminalidade urbanas. Um exemplo desse trabalho de equipe foi o projeto Violência Urbana no Estado de Goiás. A pesquisa obteve financiamento da FINEP e teve como um de seus objetivos a realização de um amplo levantamento sobre vitimização e sentimento de insegurança em 13 municípios goianos, incluindo a capital, Goiânia. Os resultados da pesquisa estão publicados no livro Violência Urbana em Goiás: Práticas e representações (2011).

Por meio de um programa interinstitucional de cooperação entre o grupo de pesquisa da Universidade Federal de Goiás e o grupo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelo professor Luiz Antônio Machado da Silva, desenvolveu o projeto Violência Urbana: Estudos Comparativos entre o Rio de Janeiro e Goiás. O programa, apoiado pela CAPES, teve colaboração de reconhecidos pesquisadores da temática da violência, como o professor Michel Misse e a professora Márcia Leite. Os estudos sobre homicídio também contaram com uma colaboração muito produtiva com o professor Gláucio Soares.

O profícuo debate acadêmico, fomentado por essas pesquisas e interlocuções, acarretou o desenvolvimento de diversos trabalhos de iniciação cientifica, mestrado e doutorado, contribuindo com a formação de muitos jovens pesquisadores, ao mesmo tempo em que viabilizou a formação do Núcleo de Estudos de Criminalidade e Violência (NECRIVI/UFG). O núcleo conta com a participação ativa de vários de seus ex-orientandos e tem dado uma contribuição significativa para investigação sobre crime, violência, segurança pública e direitos humanos. Constitui-se, portanto, em um importante legado.

A socióloga foi chefe de departamento e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e teve sempre participação nos congressos da ABCP, da ANPOCS, e da SBS, de cuja diretoria participou. Em 2014, se aposentou após 30 anos de uma carreira dedicada ao ensino e à pesquisa, sua grande paixão. Formou e inspirou diversos alunos e alunas que seguiram suas trajetórias no campo das ciências sociais.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SOUZA, D.B (Org). Goiás – Sociedade & Estado. 1. ed. Goiânia: Cânone Editorial, 2004. v. 1. 230p.

SOUZA, D. B. Violência, poder e autoridade em Goiás. 1a. ed. Goiânia: Editora UFG, 2006. v. 500. 189p.

SOUZA, D. B (Org). Violência Urbana em Goiás: Práticas e Representações. 1. ed. Goiânia: Cânone Editorial, 2011. v. 800. 172p.

ANDRADE, L. T. (Org.); SOUZA, D.B (Org.); FREIRE, F. H. M. A. (Org.). Homicídios nas regiões metropolitanas. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 1. 430p.

SOBRE A AUTORA

SOUZA, D. B; FREITAS, L; GONÇALVES, E. Rememorar a experiência e pensar as Ciências Sociais na UFG e no Brasil: uma conversa intergeracional. Sociedade e Cultura (Online), v. 17, p. 323-329, 2014.



DIMAS FLORIANI

Por **Christian M. De Britto** (FATEV-Curitiba)

Dimas Floriani nasceu em 1950 na região do Vale do Itajaí, Santa Catarina, na então recém-criada localidade de Rio dos Cedros. É filho de descendentes italianos trentinos que lá chegaram no final do século XIX. Filho de mãe camponesa, de origem ítalo-austríaca, que diligentemente geria a casa e atendia as demandas de seus 10 filhos. Seu pai foi autodidata e exercia a função de "guarda livros", providenciando a contabilidade de pequenas indústrias da região. Admirador de Leonel Brizola, envolveu-se no campo político chegando a ser prefeito da localidade no início da década de 1960.

Enquanto descobria, pelo contexto paterno, as práticas presentes no campo político, marcado por estratégias antagônicas que influenciavam o ethos local e definiam até mesmo os ânimos das torcidas dos clubes de futebol da região, aprendia com a mãe as responsabilidades inerentes à economia de subsistência, comumente praticadas pelos demais colonos. Iniciou seus estudos em meio ao rígido processo disciplinar, normatizador de hábitos, praticado pelas freiras catequistas segundo a tradição da Igreja Católica Romana. Em observação a um conselho paterno, escolheu cedo o caminho que de-

VOLTA AO SUMÁRIO

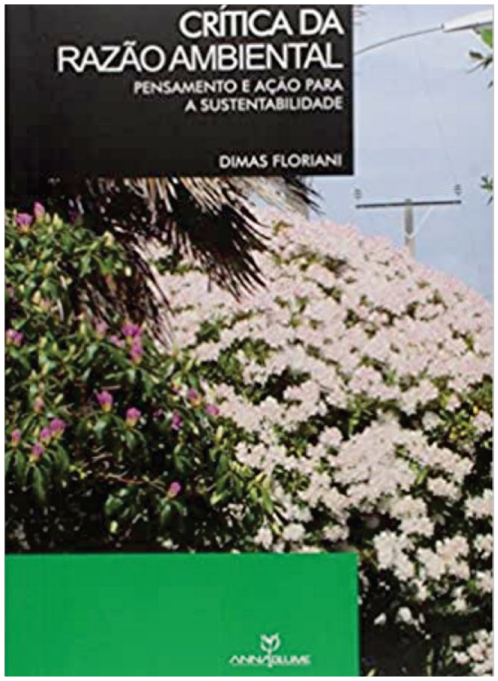
veria seguir, entre "a enxada e o livro", optou por este – uma vez que naquele contexto a enxada poderia não lhe garantir um futuro. Estudou dois anos em um seminário da Ordem dos Salesianos, onde teve contato tanto com ideias modernizadoras propostas por Dom Bosco, quanto com o pensamento Gramsciano da escola do trabalho. Cursou o ginásio no Colégio Rui Barbosa, tendo acesso a professores excelentes, muitos deles ex-seminaristas, educados na França sob a influência de ideias de Marcelino Champagnat. Foi neste contexto que descobriu o amor pelos livros, desenvolvendo o autodidatismo – que daí em diante o levaria a buscar conhecer sempre mais do que recebia pela educação formal. Nos estudos realizados no Colégio Dom Pedro II, definiu-se pelos estudos clássicos afirmando sua preferência pelas humanidades. Ali, enquanto trabalhava durante o dia como topógrafo para se manter, já com 14 anos de idade e morador da cidade de Blumenau, vivenciou o clima político do Golpe de 1964.

Em 1969, com a ajuda de familiares, mudou-se para Curitiba, no Paraná. Foi quando ingressou no curso de Direito na UFPR, enquanto trabalhava em um escritório no período da tarde de modo a garantir seu sustento. Graças à destreza adquirida desde tenra idade na máquina de datilografia do pai, conseguia concluir suas responsabilidades rapidamente e com excelência, o que lhe permitia investir o tempo restante em meio aos livros da Biblioteca Pública do Paraná. Em um período de dois anos, seu apetite o levou a registrar a leitura de aproximadamente 300 livros. Nutrido por ideais de defesa aos mais pobres, motivo que o levou ao estudo do Direito, juntamente com sentimentos anti-ditadura militar e uma desconfiança acerca de instituições totalizantes, se envolveu na militância política e municiou-se de conhecimento participando de grupos de estudos de filosofia existencialista e marxiana, acessando também ideias de Trotsky e Mao Tsé-Tung, com colegas do Centro Acadêmico Hugo Simas – cuja fundação remonta à década de 1930. Por causa dos mecanismos de repressão e controle vigentes, se viu obrigado a trancar o curso de Direito.

Em 1970, matriculou-se como estudante de Filosofia, mas no ano seguinte se viu mais uma vez obrigado a abandonar os estudos. Foi quando encontrou refúgio no ano seguinte, aos pés da magnífica cordilheira dos Andes, na bela cidade de Santiago de Chile, onde foi acolhido por organizações de apoio, a chamada "caixinha". A partir dali, teve acesso a grupos de estudo, viveu em acampamentos com construção e comida coletiva, e colegas empenhados em servir moradores que viviam na realidade das favelas chilenas, experiência compreendida por seu olhar como um laboratório de luta de classes. Ainda no clima político-cultural do governo de Salvador Allende, iniciou estudos na Faculdade de Economia Política, onde teve acesso a membros da elite intelectual latino-americana. Nesse período, também teve a oportunidade de iniciar estudos da língua alemã. Mas seus estudos foram interrompidos novamente, desta vez pelo Golpe de 1973 no Chile, com a subida do General Augusto Pinochet ao poder.

Ainda com a memória do ruído das bombas lançadas, pela força aérea chilena, no Palácio de La Moneda, se viu mais uma vez diante de fortes mecanismos de repressão e controle, que acabaram levando-o, juntamente com outros colegas, para o Panamá. Usufruindo das portas

abertas pela embaixada daquele país, encontrou abrigo em um pequeno apartamento, que chegou a contar com uma população de 400 pessoas. Foi neste contexto que conheceu aquela que seria a sua companheira de vida, a uruguaia e futura médica obstetra Gladys de Souza.



Por meio de um comitê de apoio a refugiados, ambos encontraram asilo na Bélgica, onde construíram seu lar. Ali nasceram seus dois filhos, Nicolas e Nadia. Entre os anos de 1974 e 1976 concluiu sua graduação na Faculté des Sciences Politiques et Sociales, da Université Catholique de Louvain. Nos dois anos subsequentes, concluiu na mesma universidade o programa de mestrado com a apresentação da dissertação "Les relations entre l'État et les classes sociales dans un procès de dépendance: le cas du Brésil (1930-64)".

Na década de 80 atendeu ao desejo que ardia em seu coração, o de voltar ao Brasil. Entre 1981 e 1988, novamente em Curitiba, trabalhou como pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, o IPARDES. Em 1988, tornou-se professor do curso de Ciência Política da UFPR. Em 1990, retorna à Louvain para desenvolver e defender a sua tese "Les agriculteurs modernisés au Paraná-Brésil – Trajectoires sociales et visions de classe", sob orientação do professor Fréderic Debuyst, com quem já havia trabalhado no mestrado. Mesmo com grandes conquistas na vida acadêmica, não deixou de lado o comprometimento com o bem-estar dos povos latino-americanos, e em 1985 fez parte da fundação da Casa Latino Americana, a CASLA, por meio da qual desenvolveu projetos de democratização da educação na América Latina em parceria com a UFPR. Pela mesma parceria, é apresentador do programa semanal América Latina Viva, veiculado pela UFPR TV, e parte do comitê de organização do Congresso Internacional de Cultura e Educação para a Integração da América Latina (CEPIAL) – que além de evento constitui uma rede internacional de atores envolvidos com a pesquisa acadêmica, poder público e comunidades latino-americanas. Pela mesma rede, é editor da coleção bilíngue Semeando Novos Rumos – Sembrando Nuevos Senderos, com seis títulos publicados pela Editora da UFPR.

Em meio ao fervor das relevantes discussões levantadas internacionalmente através da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92, foi

convidado para compor a equipe responsável pela fundação, no ano seguinte, do Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, o MADE – um programa pioneiro em nível nacional e internacional, com ênfase na abordagem interdisciplinar da questão ambiental e temas correlatos. Desde então se consolidou como um pesquisador de referência em abordagens epistemológicas e práticas que envolvem as relações natureza-sociedade, sempre a partir de uma visão crítica do capitalismo, com foco em paradigmas da diversidade com forte vinculação à produção intelectual latino-americana, e aproximação com autores decoloniais. Neste contexto, a abordagem socioambiental é tratada sem desconsiderar o que há de mais avançado em termos tecnológicos, mas com total comprometimento com uma base atual – que é recurso de sustentabilidade para o futuro. Tal desafio, que se inscreve no paradigma da complexidade e nos etnosaberes, se dá desde uma dimensão política da epistemologia, que reconhece as tecnociências ao mesmo tempo em que identifica os seus destinatários. Uma carreira marcada pelo projeto ético utópico de perseguir uma sociedade melhor, mais democrática, reconhecedora da diversidade e do acolhimento ao próximo. Tal perspectiva se traduz em um projeto epistêmico com vistas ao reconhecimento de pistas, e da construção de novas relações entre universidade e sociedade por meio de uma ciência pública, voltada às demandas de setores sociais mais vulneráveis. Para tanto, está envolvido com o projeto da Universidade Itinerante pelos Direitos Humanos, da Natureza, pela Paz e o Bem Viver (Unitinerante), através de mais uma parceria com a rede CASLA-CEPIAL, por meio da qual incentiva-se o diálogo de saberes e práticas entre diversos atores comprometidos com o desenvolvimento local sustentável.

Com uma trajetória sempre marcada pela ação – pautada em um olhar constantemente atento ao contexto latino americano, com sua rica diversidade, conquistas e lutas – e vigor traduzido em excelência acadêmica realizou seu pós-doutorado no Colégio de México, o COLMEX, em 2002. É também coordenador da linha e do grupo de pesquisa em Epistemologia e Sociologia Ambiental. É coeditor da Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, participa do GT em Teoria e Ambiente da ANPPAS, é professor visitante do CEDER-ULagos do Chile.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

FLORIANI, D. *Conhecimento, meio ambiente e globalização*. Curitiba-México: Editora Juruá-PNUMA, 2004.

FLORIANI, D. *Crítica da razão ambiental:* pensamento e ação para a sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2013.

FLORIANI, D.; HEVIA, ANTONIO. E. (Org.). *América Latina* – sociedade e meio ambiente: teorias, retóricas e conflitos em desenvolvimento. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

FLORIANI, D.; KNECHTEL, M. R. *Educação ambiental:* epistemologia e metodologias. Curitiba: Vicentina Gráfica Editora, 2003.

FLORIANI, D. Interdisciplinaridade e Ambiente na América Latina. In: Leila da Costa Ferreira. (Org.). *A questão ambiental na América Latina.* Campinas: UNICAMP, 2011.



SOBRE O AUTOR

Dimas Floriani. CPDOC-FGV, *Memória das Ciências Sociais no Brasil*. https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/entrevistas



EDILA ARNAUD FERREIRA MOURA

Por **Daniela Ribeiro de Oliveira** (UFPA)

Falar sobre a trajetória profissional de Edila Arnaud Ferreira Moura é, também, tratar um pouco sobre a história do curso de ciências sociais na Universidade Federal do Pará – UFPA – e da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Nasceu em Rio Branco, Acre, em 17 de julho de 1952, para onde seu pai fora transferido como funcionário do Banco da Borracha (hoje, Banco da Amazônia BASA). A família retornou à Belém do Pará, após um ano, onde fixaram residência com os demais três filhos.

Seguir a carreira de socióloga, cujo curso existia apenas na opção de licenciatura, foi resultado de um enfrentamento familiar. Sua mãe – primeira mulher, no Brasil, a ocupar o cargo de juíza – presidente do Tribunal Regional do Trabalho –, projetava para a filha uma carreira como diplomata, dada a forte inclinação da adolescente para a área das humanidades e facilidade no aprendizado de línguas estrangeiras. O interesse pela sociologia foi se definindo pelas experiências vividas ao longo de sua formação escolar. Nos anos do ensino primário, constatou que as crianças, trazidas do interior para trabalhar e estudar

VOLTA AO SUMÁRIO

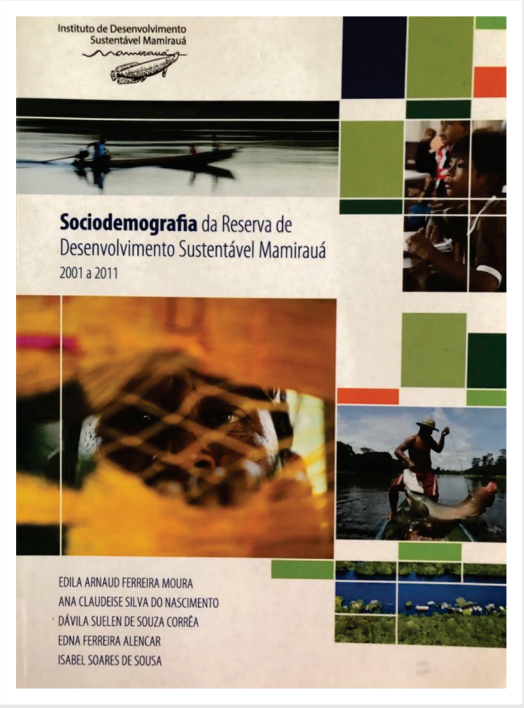
na cidade como "crias" das freiras, que frequentavam a sua escola, não recebiam a mesma atenção que as demais crianças durante as aulas e não tinham o direito de participar do recreio no mesmo pátio, entre outras situações denunciadoras da desigualdade social. Na sequência dos estudos, uma experiência de trabalho de campo em um bairro periférico de extrema pobreza na cidade de Belém, organizada por um professor de geografia humana, foi decisiva na escolha de sua profissão. Tais experiências associadas à sua curiosidade e apreço pela literatura, história e filosofia a levaram optar pela Licenciatura em Ciências Sociais.

No contexto dos anos de chumbo da Ditadura Militar, em 1970, Edila inicia a graduação em ciências sociais, na UFPA. O curso, criado em 1957, e que nos anos anteriores era o centro da efervescência do pensamento crítico nas áreas de economia, sociologia, política e antropologia a decepciona bastante pela ausência de debates e de profundidade no conteúdo das aulas. Os seus mais brilhantes professores haviam sido afastados das atividades acadêmicas pelo regime militar ou se exilaram. O curso estava desestruturado e decadente, sem atividades de pesquisa nem extensão e mesmo quase sem aulas. Nessas condições, Edila se dedicou com maior afinco ao aprendizado do inglês e do francês alcançando os mais elevados níveis de formação. Nos dois últimos anos de graduação, foi bolsista de pesquisa no Instituto de Desenvolvimento Social do Pará (IDESP) onde reconhece que teve sua principal base de conhecimento sobre a pesquisa social. Nessa instituição foi iniciada nas atividades de pesquisa documental e pesquisa de dados secundários sobre a produção socioeconômica dos municípios do estado, desenvolvendo habilidades na construção de estudos diagnósticos. Três meses após a conclusão do curso foi contratada como socióloga para trabalhar na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, passando a residir na cidade de Santarém, pelo período de dois anos, acompanhando famílias rurais que migravam para essa cidade em busca de trabalho.

Casou-se em 1977 e, logo em seguida, o casal seguiu para fazer mestrado na University of Toledo (Ohio, EUA) ele em Administração de Empresas, e ela, em Sociologia. Lá, Edila conseguiu uma bolsa que custeou todo o seu curso como também lhe possibilitou recursos para sua estadia por dois anos. Nessa condição trabalhou com dois pesquisadores em temas distintos, mas correlacionados: Estatística Social e metodologias de pesquisas sobre gênero e trabalho feminino. Dessa experiência desenvolveu um estudo em que articulou as teorias sociológicas e as diversas composições demográficas, destacando as variações nas taxas de fecundidade ao longo de décadas e entre as diversas regiões brasileiras, defendendo a dissertação "Theorethical and metodological considerations on the studies of fertility in Brasil".

Essa experiência lhe rendeu um convite, em 1979, para atuar como professora colaboradora do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia – NAEA/UFPA – e abriu caminho para a construção de uma longa trajetória profissional na qual passou pelas mais importantes instituições de ensino e pesquisa do norte do Brasil. No NAEA, lecionou Demografia Regional e Pesquisa Social, coordenou o Setor de Pesquisas, foi vice coordenadora do programa de mestrado e desenvolveu pesquisas sobre trabalho feminino e sobre remoção de famílias rurais em

decorrência da criação dos Grandes Projetos de desenvolvimento. Interrompeu as atividades no NAEA no período de 1983-1986 quando se mudou para Manaus, no Amazonas, para acompanhar o marido que fora transferido, um ano antes, para trabalhar como gerente em uma multinacional do Distrito Industrial.



Durante sua breve estadia em Manaus, foi contratada inicialmente como professora colaboradora, e posteriormente, como concursada, na Fundação Universidade do Amazonas (FUA), atual Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Lecionou Sociologia para os diversos cursos do Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL. O curso de Ciências Sociais só viria a ser criado em 1987, com marcas de sua relevante contribuição. Em 1983, era a única docente com mestrado lecionando Sociologia e, nessa condição, assumiu a coordenação do Programa de Pós-graduação (lato sensu) de Demografia Amazônica.

Sua estadia na FUA possibilitou o estreitamento de laços profissionais e afetivos que perduram até hoje, em atividades conjuntas entre os docentes dos programas de pós-graduação PPGSA/UFPA e PPGSC/UFAM. Destaca-se nesse período a pesquisa sobre a "Mobilidade do Trabalho Feminino nas Indústrias de Belém e Manaus", financiada pela ABEP, CNPq e ANPOCS, pesquisa inédita que resultou em várias produções acadêmicas sobre as condições de trabalho feminino em diversos setores da economia nas duas cidades.

Ao regressar às suas atividades profissionais na UFPA, coordena em conjunto com a Profa. Maria Lúcia Sá Maia a pesquisa "Reorganização do espaço de trabalho e do espaço doméstico das famílias de Barcarena-Pará: os efeitos do Projeto Albrás – Alunorte", nos anos de 1984-1993, que resultou em um importante dossiê sobre as condições de vida das famílias removidas de seus territórios rurais para a instalação do empreendimento. Por meio da análise do discurso dos atores do processo decisório, agentes empresariais e governamentais, a pesquisa desvendou os sentidos da ideia de progresso e desenvolvimento impostos a essas populações.

A partir de 1993, suas atividades se direcionam às pesquisas sociais e ações de extensão relacionadas à conservação ambiental da primeira reserva de desenvolvimento sustentável

criada no Brasil, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá- RDSM, localizada na região do médio Solimões, estado do Amazonas. Integrando uma equipe multidisciplinar, Edila ficou responsável pelas pesquisas sociodemográficas e socioeconômicas e participou intensamente de todas as etapas que se seguem desde a fase do Projeto Mamirauá (1993) à criação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (2000), na cidade de Tefé, hoje um dos institutos do Ministério da Ciência e Tecnologia na Amazônia. Teve destacada contribuição na formação de uma equipe de sociólogos responsáveis pela continuidade das pesquisas nesse instituto. Sua tese de doutorado, defendida em 2003 no PDTU/NAEA/UFPA, analisou "As práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá". Na sequência de suas produções acadêmicas, acompanha os comportamentos demográficos e socioambientais de cerca de 300 comunidades rurais e as formas de uso social da ciência, tecnologia e inovação na adoção de estratégias e políticas públicas de conservação da biodiversidade nessa parte da Amazônia.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MOURA, Edila A. F.; CASTRO, J. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, A. C. S. do. Mulheres de Mamirauá: relatos orais sobre trabalho, maternidade e sobrevivência na várzea amazônica. In: Ernesto Renan de Freitas Pinto; Lúcia Puga; Tatiana Pedrosa. (Org.). *Amazônia:* apontamentos de história oral. Manaus: Editora Valer, 2020, v. 1, p. 29-68.

GOMES, Maria Cecilia R.L.; NASCIMENTO, A. C. S. do; MOURA, Edila A. F.; CORREA, D. S. S.; Brito, O.S. Surrounded by sun and water: development of a water supply system for riverine peoples in Amazonia. *Revista Tecnologia e Sociedade* (Online), v.15, p. 92-112, 2019.

PENTEADO, I. M.; NASCIMENTO, A. C. S. do; CORREA, D.S.S; MOURA, Edila A. F.; Zilles, R.; GOMES, Maria Cecilia R.L.; PIRES, F. J.; Brito, O.S; SILVA, J. F.; REIS, A. V.; SOUZA, A.; PACIFICO, A. C. N. Among people and artifacts: Actor-Network Theory and the adoption of solar ice machines in the Brazilian Amazon. *Energy Research & Social Science*, v. 53, p. 1-9, 2019.

GOMES, Maria Cecilia R.L.; MOURA, Edila; PEDRO, J. P. B.; Bezerra, M. M.; Brito, O.S. Sustainability of a sanitation program in flooded areas of the Brazilian Amazon. *Journal of Water Sanitation and Hygiene for Development*, v. 5, p. 261-270, 2015.

VALER, L. R.; MOCELIN, A.; ZILLES, R.; MOURA, Edila; NASCIMENTO, A. CLAUDEISE S.. Assessment of socioeconomic impacts of access to electricity in Brazilian Amazon: case

study in two communities in Mamirauá Reserve. *Energy Sustainable Development*, v. 20, p. 58-65, 2014.

MOURA, Edila; NASCIMENTO, A. C. S. DO; CORREA, D. S. S.; SOUSA, Isabel S.; ALENCAR, Edna. *Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá*. Belém: IDSM/NAEA/UFPA, 2016. v.1. 310 p.

MOURA, Edila; CASTRO, Edna; MAIA, Sá M. L. (Orgs.). *Industrialização e Grandes Projetos:* Desorganização e Reorganização do Espaço. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995. v.1. 410 p.

MOURA, Edila; SA, M. M. L.; P., F. E.. *Zona Franca de Manaus:* os filhos da era eletroeletrônica. Belém: UNAMAZ, 1993. v. 2. 141 p.



ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA

Por M**agda de Almeida Neves**
(UFMG/PUCMinas)

Eleonora, nasceu em Lavras, cidade de Minas Gerais, onde viveu até se formar como professora, na Escola Normal, em 1963. Mudando-se para Belo Horizonte, começou a trabalhar como professora, mas a situação política do Brasil, que estava sob domínio da ditadura militar, a levou a se engajar mais efetivamente na luta contra o governo autoritário. Iniciou sua militância política, filiando-se ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, à Política Operária – Polop e, posteriormente, ao Partido Operário Comunista – POC. Mas, ao mesmo tempo que dava início à sua luta contra a ditadura, foi aprovada no curso de Ciências Sociais, na UFMG, construindo uma trajetória na qual militância e vida acadêmica caminhariam sempre entrelaçadas! Foi presa em 1971, condenada a 12 anos, cumpriu 3 anos e 8 meses no presídio Tiradentes. Sua crítica e indignação com a realidade brasileira, a levaram a retomar seus estudos no curso de Ciências Sociais. O caminho que vai trilhar foi construído com uma sólida formação teórica

VOLTA AO SUMÁRIO

e, coerente com suas inquietações, que nunca a deixaram acomodada, inseriu-se de forma efetiva em diferentes movimentos da sociedade civil.

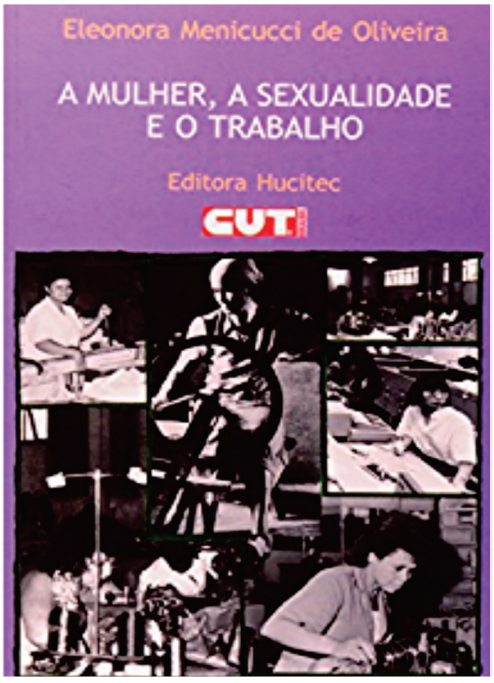
Em 1974, concluiu seu curso de graduação em Ciências Sociais pela UFMG. Em Belo Horizonte, contribuiu de maneira decisiva para a criação do Movimento Feminino pela Anistia e colaborou, nessa época, com jornais ligados ao movimento feminista, como o SOS Mulher, entre outros. Em 1978, foi contratada como professora colaboradora na Universidade Federal da Paraíba, tendo sido efetivada posteriormente e, a partir de seus estudos e questionamentos, passou a dar prioridade, aos movimentos e às lutas feministas. Dando continuidade à sua formação, defendeu seu Mestrado em Ciências Sociais na UFPb em 1983 e o seu doutorado em Ciência Política, na USP, em 1990. Eleonora sempre enfatizou nas suas pesquisas e publicações, o tema dos direitos reprodutivos e direitos sexuais. Ainda na Paraíba, participou da organização do grupo "Maria Mulher" cuja pauta dava prioridade aos estudos, pesquisas e publicações sobre as questões feministas e denúncias sobre as ações de violência contra as mulheres. De 1980 a 1990 foi assessora da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, contribuindo de forma decisiva para a incorporação de diversas questões relativas à defesa dos direitos das mulheres nas pautas do movimento sindical. Essa experiência provocou vários questionamentos e, em 1994 ela realizou um pós-doutorado em Saúde e Trabalho das mulheres na Faculdade de Medicina da "Universitá Degli Studi de Milano", Itália, procurando aprofundar seus estudos.

Após a defesa de sua tese de doutorado, Eleonora transferiu-se para a UNIFESP, onde criou a Rede Nacional Feminista de Saúde e direitos reprodutivos, cuja atuação teve repercussão nacional. Nesse contexto, enfatizou também outras questões de pesquisa relacionadas à questão do aborto, saúde integral da mulher, políticas públicas de saúde e violência de gênero, colaborando com o debate acadêmico sobre estes temas nos diversos encontros científicos, congressos e outros fóruns da sociedade civil. Em 2004, foi convidada a atuar como relatora das Nações Unidas, sobre o tema dos Direitos Humanos à Saúde, no Brasil.

Sempre ativa, não só participando dos movimentos feministas, mas também na vida acadêmica, colaborou como assessora e consultora de vários órgãos científicos, como CAPES, CNPQ, FAPESP, Fundação Macarthur, Fundação Ford, Fundação Carlos Chagas, entre outras. Ocupou vários cargos institucionais na Unifesp, assumindo a Pró Reitoria de Extensão de 2009 a 2011. Como atividade de extensão estimulou a criação da Universidade aberta do SUS, com o objetivo de estabelecer uma política nacional de educação permanente em Saúde.

Em 2006, prestou concurso para livre docente, e em 2016 para professora titular. Até assumir o cargo de Ministra da Secretaria de Política para Mulheres, no governo Dilma Rousseff entre 2012 e 2016, foi pesquisadora do CNPQ. Sua trajetória como pesquisadora dedicada e competente no campo da saúde da mulher e da violência de gênero, lhe conferiu legitimidade e o reconhecimento de entidades científicas e do movimento feminista para ser indicada, pela Presidenta Dilma Rousseff, para o cargo de Ministra. Estabeleceu políticas públicas para aten-

der as diversas reivindicações do movimento de mulheres e desenvolveu uma secretaria dinâmica e muito atuante. Deu prioridade às ações de combate à violência contra as mulheres, formulando o programa "Mulher viver sem violência", com sete ações, tendo a "Casa da Mulher Brasileira", como uma das mais importantes desenvolvidas no seu mandato. Em parceria com os estados da federação, o governo federal construiu uma casa em cada estado, abrigando todos os serviços necessários para o atendimento das mulheres vítimas de violência. Com o golpe de 2016, que retirou a primeira mulher eleita para a presidência da República, Dilma Rousseff, essa política foi paralisada.



Uma trajetória tão fecunda e dinâmica, cuja participação na luta contra a ditadura, nos movimentos sociais e feministas, na academia como professora e pesquisadora, sempre em defesa da universidade pública, e na formulação de políticas públicas, como Ministra da Secretaria das Mulheres lhe conferiu diversos prêmios. O reconhecimento das diferentes instituições públicas e de outros organismos da sociedade civil, demonstra a importância das suas ações na busca contínua por uma sociedade mais justa e igualitária. Eleonora Menicucci foi agraciada com vários títulos, prêmios e medalhas, dos quais vou mencionar alguns, que demonstram a relevância de sua atuação: 2019- Medalha do Mérito Farroupilha. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; 2017- Personagem Emérita, Direitos Humanos e Gênero. Centro de Ciências Humanas, Filosofia e Letras da Universidade Federal da Paraíba; 2017.

Homenagem a Ex-Ministra pela vida exemplar e pela defesa, sem medidas das mulheres e da população mais necessitada do nosso país. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; 2017- Título de Cidadã Baiana. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; 2017- Medalha Grão Mestre da Ordem dos Timbiras. Estado do Maranhão; 2016- 30 anos do Conselho Nacional de Direito das Mulheres. CNDM; 2015- Homenagem às Mulheres que lutaram por democracia e liberdade no contexto da Ditadura civil-militar. Câmara dos Deputados. Brasília. DF; 2015- Título de Cidadã Paraibana. Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba; 2013- Insígnia do Grau de Grã Cruz da Ordem do Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores; 2013 -V Medalha Ruth Cardoso, Conselho Estadual da Condição Feminina. São Paulo; 2012- Título de Cidadã Paulista, Câmara Municipal de São Paulo.

Como professora e pesquisadora na área da Sociologia da Saúde, e Saúde Coletiva orientou diversos alunos em Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado e contribuiu com seus estudos para a ampliação da discussão de gênero nas pesquisas sobre saúde. Seu olhar atento para as questões das mulheres, relacionadas à violência, à saúde reprodutiva e sexual, aos direitos das mulheres contribuiu significativamente para evidenciar todo um contexto de problemas específicos de gênero, muitas vezes negligenciados. Seu percurso como acadêmica e militante feminista demonstrou o quanto Eleonora sempre teve uma postura ética, competente e generosa durante toda sua trajetória, demonstrando seu compromisso com a produção sociológica, mas também com ações que possam mudar a situação de vulnerabilidade, exclusão e preconceito nas quais as mulheres muitas vezes estão inseridas. Sua voz ativa na defesa intransigente dos direitos das mulheres tem o reconhecimento do movimento feminista como uma liderança fundamental, na consolidação das lutas das mulheres.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FERNANDES, H.; OLIVEIRA, E. M.; VENTURA, R. N.; HORTA, A. L. M. ; DASPETT, C. . Violência e vulnerabilidade ao HIV/AIDS em jovens homossexuais e bissexuais. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 30, p. 390-396, 2017.

SCHRAIBER, Lilia Blima ; d& ; Portella, Ana Paula ; Menicucci, Eleonora Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 1019-1027, 2009.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; Barreto, Margarida. Engendrando gênero na compreensão das lesões por esforços repetitivos. *Saúde e Sociedade,* São Paulo, v. 6, n.1, p. 77-99, 1997

OLIVEIRA, E. M. *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. 1. ed. São Paulo: CUT Editora, 2004. v. 1000. 144p.

OLIVEIRA, E. M. A Mulher, a Sexualidade e o Trabalho. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 155p.

OLIVEIRA, E. M. Plataforma de Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais (DHESC). In: Fátima Oliveira e Ana Maria Soares. (Org.). *A presença da mulher no controle social das políticas de saúde*. Belo Horizonte: Maza Edições, 2004, v. p. 133-141.



ELIZABETH FARIAS DA SILVA

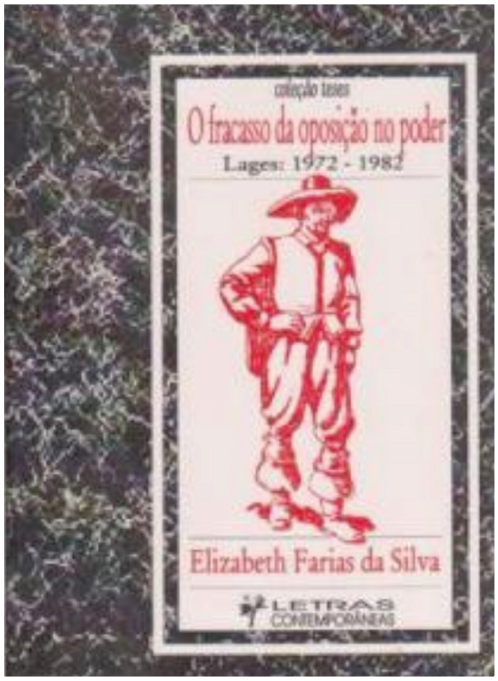
Por **Amurabi Oliveira** (UFSC)

Elizabeth Farias da Silva, professora titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nasceu em Florianópolis em 1954. Em 1972, aos 17 anos, ingressou no recém-criado curso de Ciências Sociais da UFSC, do Departamento de Sociologia, criado na Reforma Universitária de 1968. Ser discente da primeira turma do curso de Ciências Sociais foi uma opção sem qualquer hesitação dado um ambiente familiar intimamente ligado à leitura e, em especial, à literatura, sendo significativa a presença da biblioteca de seu pai em sua formação intelectual.

Formada durante os "anos de chumbo" da ditadura militar brasileira, Elizabeth foi testemunha e participou ativamente do processo de profissionalização do corpo docente da Sociologia na UFSC, tendo sido aluna de alguns professores que integraram a primeira geração a realizar uma pós-graduação stricto sensu. Ela participou e acompanhou as trajetórias pessoais e etapas de formação docente e sua dinâmica de organização da pesquisa na Universidade, além de realizar pesquisas e trabalhos de campo em âmbito local, regional e internacional, com financiamento de agências nacionais.

VOLTA AO SUMÁRIO

Sua atuação profissional teve início em 1975, ano em que se licenciou em Ciências Sociais — naquele momento não havia ainda o curso de bacharelado em Ciências Sociais–, quando foi aprovada no concurso público para assumir o posto de socióloga no Centro de Reabilitação Profissional (CRP), vinculado ao então Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Entre 1975 e 1977, atuou no INPS e realizou pesquisas no Sul do estado, no Vale do Itajaí e na Serra Catarinense.



Em meados de 1977, foi aprovada em primeiro lugar no concurso para professora do Departamento de Sociologia da UFSC, mas não assumiu o cargo, em virtude da decisão de seguir seus estudos de pós-graduação na Universidad Complutense de Madrid, Espanha, onde cursou disciplinas de doutorado durante o ano escolar 1977/78. Em 1978, realizou o curso de especialização Evaluaciones de Impacto Ambiental com bolsa da UNESCO. A Professora Elizabeth retornou ao Brasil em novembro de 1978. Em 1980 realizou concurso público para professora colaboradora na área de Teoria Sociológica, tornando-se professora em regime de dedicação exclusiva no ano seguinte. Em 1982 iniciou o mestrado em Ciências Sociais na UFSC — O curso de Mestrado em Ciências Sociais da UFSC foi criado em 1978, e em 1985 ele se desdobrou em dois programas: o de Antropologia Social e o de Sociologia Política, atualmente Sociologia e Ciência Política.

Com o título "O MDB – PMDB em Lages – Análise de um Partido de Oposição no Governo (1972-1982)", defendeu sua dissertação em 1985, com orientação do professor Eduardo Viola e banca examinadora formada pelos professores Osni de Medeiros Régis (1917-1991) — Além de professor da Faculdade de Direito da UFSC, Régis havia sido prefeito de Lages entre 1951 e 1954 — e Ilse Scherer-Warren. Sua dissertação deu origem ao livro "O Fracasso da Oposição no Poder – Lages: (1972-1982)", publicado em 1994, foi e é considerado um dos pioneiros na análise empírica da transição democrática no Estado Brasileiro.

Em 1996 iniciou seu curso de doutorado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), tendo defendido a tese "Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962-1980), orientada por Moacir Gadotti. Esse trabalho tornou-se

uma importante referência no campo da Sociologia da Educação, especialmente para a compreensão da gênese do ensino universitário em Santa Catarina.

Ao longo de sua trajetória, se especializou no campo de pesquisa em Sociologia da Educação, realizando também um trabalho de vigorosa interface com a História, o que também se reflete nos cerca de 30 trabalhos que supervisionou na pós-graduação em Sociologia Política.

Além da experiência formativa na Espanha na década de 1970, também realizou estágios pós-doutorais na Universidade de Quebec, no Canadá, na Universidade Nacional da Colômbia, em Medellin, e na Universidade Autonoma del Estado de Morelos, Cuernavaca, México. A aproximação com os estudos na América Latina não é desprovida de causalidade, uma vez que desenvolveu, ao longo de sua trajetória, um forte diálogo com os chamados Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais, sendo sob sua orientação, em 2013, a primeira tese defendida sobre a temática no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.

Ao longo de sua formação e atuação nas Ciências Sociais de Santa Catarina, participou de momentos decisivos desde a criação do curso de graduação à fundação do doutorado em Sociologia Política em 1999. Sua trajetória se vida está associada com o próprio percurso desse campo científico no estado. Assim, sua efetiva contribuição na formação de gerações de cientistas sociais e outras formações acadêmicas, reflete na própria constituição das equipes de pesquisadores que animam o debate das ciências sociais em Santa Catarina, e ainda de investigadores que atuam em diversos locais do Brasil e do mundo.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SILVA, Elizabeth Farias. *O Fracasso da Oposição no Poder* – Lages: (1972-1982). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

SILVA, Elizabeth Farias. *A universidade virtual no Brasil*. Tubarão: Ed. Unisul/ UNESCO-IESALC, 2003.

RIBEIRO, Betânia; SILVA, Elizabeth Farias. Na luta pela vida, úteis a si e à Pátria: perfil biográfico-profissional do professor Benjamin Flores. *Cadernos de História da Educação*, v. 18, p. 621-639, 2019.

RIBEIRO, Betânia; BAO, Carlos Eduardo; SILVA, Elizabeth Farias. Ensino Profissional na nova capital mineira (1909-1927): marcadores republicanos de secularização e Estado laico. *History oh Education in Latin America – HistELA*, v. 2, p. 1-16-16, 2019.

SOBRE O AUTOR

SILVA, Elizabeth Farias. *Memorial de Atividades Acadêmicas para Professor Titular do Magistério Superior*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/189960/MAA_Elizabeth%20SILVA_VF_v3.pdf?sequence=8&isAllowed=y



ELIZABETH FIÚZA ARAGÃO

Por **Irapuan Peixoto Lima Filho** (UFC)

A academia é um espaço social com vários meandros e permite realizar percursos distintos. Elizabeth Fiúza Aragão é destaque justamente por não encerrar uma trajetória óbvia, mas investir no diálogo da ciência com a sociedade, outros públicos e atores, e na formação de sociólogas/os capazes de atuar na comunidade. Crescida em um ambiente repleto de arte, na verdade, Beta (como é conhecida por todos) nasceu em 09 de junho de 1951, em Fortaleza, Ceará, filha de um médico anestesista que faleceu aos 47 anos, em 1965, deixando cinco filhos, uma viúva e uma família em uma situação financeira difícil. Coube à mãe, Ignez Fiúza, tal responsabilidade, transformando-se numa marchand, dona de galeria, curadora de exposições e importante "patrona" das artes da cidade.

Transitando nesse cenário, Elizabeth Fiúza se viu envolvida pelo interesse no humano, na compreensão da questão social, e ingressou na graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1971 como parte da quarta turma do curso (inaugurado em 1968), em plena Ditadura Cívico-Militar, e viveu o que chamou de "período de silêncio", marcado pela pri-

VOLTA AO SUMÁRIO

são de estudantes, torturas, expulsões da universidade e um clima de perseguição ao pensamento crítico.



Convicta de que queria ser professora, em 1974, se tornou docente das disciplinas de Sociologia na Escola de Serviço Social, instituição independente que seria, poucos anos depois, integrada à nascente Universidade Estadual do Ceará (UECE). Ela faria o Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento pela UFC em 1978, na primeira turma do curso, pesquisando as relações de trabalho na indústria têxtil do estado, num momento em que o setor fabril passava por uma transformação, saindo do modelo tradicional (ou arcaico) advindo do século XIX e passando à profissionalização exigida pelo financiamento de caráter desenvolvimentista do Estado.

A temática da indústria continuou a ser desenvolvida na década de 1980, quando participou do primeiro grupo de pesquisa organizado das Ciências Sociais do Ceará, liderado pela professora Tereza Haguette, o Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC), voltado a formar sociólogos cujos trabalhos pudessem ser utilizados pelo Estado, sociedade civil e iniciativa privada, e no qual realizou a primeira sistematização histórica da indústria têxtil do Ceará.

O Brasil vivia então o contexto de redemocratização e a efervescência de movimentos sociais e políticos, com reorganização do Estado e ampliação da sociedade civil. A preocupação em formar um corpo de sociólogos que pudesse efetivamente atuar como profissionais em prol da sociedade, na gestão e monitoramento de políticas públicas, assessoria de movimentos sociais, partidos políticos e da iniciativa privada mobilizou um corpo de professores (da qual ela fez parte) com o propósito de criar um curso de Ciências Sociais na UECE, inaugurado em 1989.

Sempre tive um pensamento de levar a universidade para fora, levar a academia para o extramuros, para não ficar encastelada. Eu tinha isso quase como uma missão.

No novo curso, Elizabeth Fiúza teve um papel fundamental em duas ações complementares. Primeiro, a partir de 1993, ao lado da professora Fátima Villanova, no projeto de extensão "Conhecendo e se fazendo conhecer", na qual foi realizada uma pesquisa com os egressos de Ciências Sociais, para em seguida, num esforço de "cavar" oportunidades de empregabilidade e estágio, mobilizar estudantes a dialogarem com atores e experiências nas quais pudessem

atuar profissionalmente, fosse na gestão pública, em órgãos da sociedade civil organizada ou na iniciativa privada. Pouco depois, ela e o professor Domênico Battocchio fundaram o primeiro grupo de estudos daquele curso, voltado à pesquisa dos bairros da cidade por meio da confrontação de dados oficiais e outros colhidos em campo, promovendo discussões com a comunidade e o levantamento de demandas, o que deu origem ao GPDU (Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano), em 1998.

Em 2002, as pesquisas sobre a indústria têxtil e o diálogo com a sociedade civil organizada renderam frutos quando Beta foi convidada pelo Sindicato das Indústrias Têxteis do Ceará para ampliar o antigo estudo do NUDOC, e organizar um extenso levantamento dos 120 anos de indústria têxtil no Ceará, à frente de uma equipe de sociólogos em trabalho de campo e pesquisa documental que entrevistou empresários, sindicalistas e funcionários, resultando numa obra que vai além do mero registro histórico, mas faz uma análise do desenvolvimento social da industrialização no estado em etapas sucessivas. O sucesso da publicação motivaria a realização de uma segunda edição ampliada dez anos depois.

Elizabeth Fiúza se aposentou da universidade em 2003 e, então, fez o Doutorado em Sociologia na UFC, estudando as mudanças no mundo do trabalho com a restruturação produtiva, flexibilização e seu impacto nos jovens. Fora da universidade pública, atuou no ensino superior privado e fez pesquisas sobre memória, longevidade e envelhecimento, o que abriu um novo capítulo de sua carreira para a produção de biografias. Ela descobriu a interessante possibilidade de reflexões sobre cultura, comportamento, visões de mundo e desenvolvimento da cidade a partir do olhar de sujeitos específicos, não somente "celebridades", mas essencialmente, sujeitos ordinários, cujas trajetórias singulares e olhares sensíveis permitem realizar narrativas que extrapolam o lugar comum e, como ela disse, tornam possível encontrar o extraordinário naquilo que parece (apenas parece) ser ordinário.

Dessa forma, a trajetória de Elizabeth Fiúza Aragão permite demonstrar como o fazer sociológico encontra diversas maneiras de se apresentar e contribuir à sociedade seja no mundo acadêmico, seja além dele.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. *Relações de trabalho na indústria de Fortaleza.* Fortaleza: Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento/ UFC, 1983. Coleção Pesquisa Social, v. 2.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. *A trajetória da indústria têxtil no Ceará:* o setor de fiação e tecelagem – 1880-1950. Fortaleza: Edições UFC/ Editora Stylus/ NUDOC, 1989. NUDOC: Coleção Estudos Históricos, v. 2.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza; FREITAS, Giovani J.; SANTOS, João Bosco F.; ALMEIDA, Rosemary O. (orgs.). *Fortaleza e suas tramas:* olhares sobre a cidade. Fortaleza: EdUece, 2008.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. Os sentidos do trabalho para jovens universitários. *Revista O Público e o Privado*, Fortaleza, vol. 11, 2008, p. 109-121.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza et al. *O Fiar e o Tecer:* 130 anos da indústria têxtil no Ceará. Fortaleza: Sinditêxtil/ LCR, 2014.



FERNANDO MOTA

Por **Luciano Oliveira** (UFPE)

Antonio Fernando da Mota Lima – Fernando Mota – nasceu em Igarapeba, na zona da mata pernambucana, em 3 de outubro de 1948, e faleceu em Recife, numa noite profunda entre 18 e 19 de julho de 2017, quando abriu o gás da cozinha do apartamento onde morava.

Sem chegar a ser um latifundiário, seu pai era plantador de cana, e Fernando chegou a ser um "menino de engenho". Bem mais tarde, já professor e intelectual reconhecido, nutria uma indisfarçável antipatia pelo lado "proustiano" do romancista paraibano, responsável a seu ver por uma edulcoração da miséria social e humana reinante nos ambientes em que se criavam (juntos até que a idade e a condição social os separassem) os moleques do eito e os filhinhos de papais plantadores de cana. Já era adolescente quando a família perdeu os haveres em Igarapeba e conheceu a pobreza no Recife, para onde todos se mudaram. A leitura o salvou: "Os livros foram meus agentes civilizadores, também os modelos éticos incogitáveis no ambiente em que vivi" – escreveu ele nas "Memórias de um Leitor", uma série de textos que escreveu num blog que manteve nos últimos anos da vida, destilando ensaios que obreiam em fineza e

VOLTA AO SUMÁRIO

erudição com os dos nossos melhores críticos literários e sociólogos da cultura. Tinha como modelo Antonio Candido, seu "imortal preferido", como escreveu por ocasião da morte deste último. O Brasil profundo e suas iniquidades de um modo geral, e as "igarapebas" em particular, lhe davam repulsa. Gostava de citar Antônio Callado, para quem "a única vocação de grandeza do Brasil é geográfica".

Adulto, trabalhou como operário e ingressou no curso de Direito, que logo abandonou. Outra era sua vocação. Tanto que mudou de endereço e graduou-se em letras. Leitor voraz, era um intelectual formado na tradição dos grandes humanistas como Shakespeare, Montaigne e Cervantes, os nomes que primeiro lhe "vieram à memória" quando publicou uma lista dos autores que mais lhe importaram na vida. Nela também compareciam Machado de Assis e Mário de Andrade. Deste, admitia, a admiração era menos pela obra do que pela missão que o paulista se dera de modernizar a cultura do país e de pôr-se a serviço dos jovens talentos. Em 1980, entrou por concurso na Universidade Federal de Pernambuco, no departamento de Sociologia, e aí deu aulas até se aposentar. Mário de Andrade, precisamente, foi o "objeto" de uma dissertação de mestrado que defendeu na mesma universidade, em 1985, com o título sugestivo de Brasil or not Brésil. Como nunca escondeu, escreveu-a apenas por uma obrigação funcional, "em uma semana" – como dizia, e como os amigos que conheciam sua capacidade de escrita nunca duvidaram.

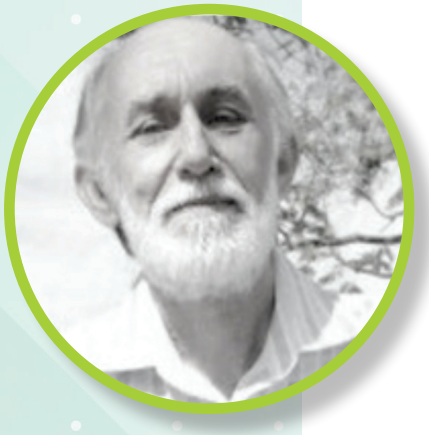
Antes de virar professor universitário, porém, viveu de "bicos": aplicou questionários em pesquisas que nada lhe diziam, deu aulas em colégios e cursinhos de pré-vestibular que também lhe diziam pouco etc. E perambulou pela cena cultural recifense nos 70, onde participou de vários e efêmeros empreendimentos de que ficou como exemplo a revista Cenoura – o título era o nome de uma cachorrinha de um dos fundadores –, uma mistura de vanguardismo, deboche e, de contrabando, marxismo, como era comum naqueles "tempos sombrios". Escreveu muito, atividade que exercia quase cotidianamente, sobretudo cartas (outra proximidade com o correspondente obsessivo que era Mário de Andrade), mas não deixou livros – exceto, em 1981, uma pequena coletânea (Feira de Retalhos) juntando textos de crítica cultural selecionados entre as centenas que ficaram e continuam dispersos por aí. Para surpresa dos amigos, não compareceu ao lançamento!

Entre os anos 80 e 90, Fernando exerceu com uma dedicação que tinha algo de "missão" sua vocação de professor. Mais do que alunos ele queria discípulos. Não no sentido de seguidores em busca de uma doutrina de salvação do mundo, que ele não tinha, mas como pessoas que, como ele, queriam se civilizar. Foi um professor old fashion way, aquele sujeito que, como o personagem alcoólatra e desabusado de Michael Caine no filme O Despertar de Rita, que ele adorava, era um erudito querendo iniciar as pessoas simples – como Rita – nos tesouros da "alta cultura", algo de cuja existência, em oposição à "baixa cultura" da indústria cultural, ele nunca duvidou. E, mesmo se não foram legião, ele os teve. Muitos, dos bons, aqueles que

superam os mestres: da UFPE em Recife à UCLA, na Califórnia, e à UNICAMP, em São Paulo, eles estão por aí, educando.

A partir de certo momento, já nos anos 2000, Fernando foi perdendo o entusiasmo e se ensimesmando. Veio o famoso "Capes way of life" pairando cada vez mais como uma intimidação na universidade brasileira: instalou-se, num regime de concorrência, o princípio do publish or perish em publicações "Qualis A" (a "B" ainda se tolera...), e os professores começaram a acumular pós-doutorados. A atividade propriamente docente (sobretudo na graduação, que era o seu forte), passou a ser desvalorizada, e ensinar a jovens que adentram o ensino superior – o jogo de palavras é inevitável – tornou-se uma atividade inferior. Afora isso, um clima cultural hostil às hierarquias de um modo geral tornou-o um professor que detestava os alunos enquanto massa constituída por sujeitos indolentes e indiferentes ao idiota se esgoelando na sua frente. Alunos de bermuda, ou, pior, consultando seus smarts em plena aula, punham-no em furor. Mas, mesmo nos últimos anos, desde que alguma alma perdida se interessasse pelo que ele dizia, Fernando Mota se desfazia em entrega.

Aposentado e cada vez mais só, a companhia de Montaigne já não era suficiente. Como ensinou Tolstói (outra de suas predileções) n´A Morte de Ivan Ilitch, o sujeito que sente dores precisa de alguém para acariciar seus pés. Em 2017, escreveu: "É difícil suportar a doença quando se vive só e habituado a cuidar de si próprio". A dependência cada vez maior para ir a médicos, fisioterapeutas e acupunturistas (tudo em vão) parecia-lhe um fardo demasiadamente pesado tanto para ele quanto para os que o ajudavam, e certa vez disse que não iria "suportar a piedade dos amigos". Dois dias antes de se matar publicou um texto chamado A Sensação de Morrer, que descreveu como "a maior sensação de serenidade e paz que senti na minha vida."



FRANCISCO CHAGAS EVANGELISTA RABELO

Por **Marcelo Brice Assis Noronha** (UFT)
e **Hemerson Ferreira Júnior** (UFNT).

Francisco Chagas Evangelista Rabelo reúne características que o fizeram, por gerações, presente no imaginário da Sociologia em Goiás e, também, levaram-no a colaborar com aspectos fundamentais da sociologia brasileira. Com uma carreira institucional duradoura (1977-2015) na Universidade Federal de Goiás, Chico Rabelo foi parte fundamental da profissionalização da Sociologia e da formação em Sociologia no estado de Goiás.

Graduado em Ciências Sociais pela UFG, nas primeiras turmas (1972), obteve o mestrado em Ciência Política na UFMG (1976), sob orientação do professor José Murilo de Carvalho, com a dissertação: "Governo Mauro Borges: Tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás (1961-1964) ". Tornou-se professor efetivo da UFG em 1977, com uma rápida passagem pela PUC-MG e pela PUC-GO. Em 1993, obteve o título de doutor em Sociologia pela USP, sob orientação de José Jeremias de Oliveira Filho, com a tese: "Programa Forte em Sociologia da Ciência – um Estudo de Caso".

VOLTA AO SUMÁRIO

Nascido em 06/06/1947, na cidade de Morada Nova – Ceará, muda-se com a família para Goiás na década de 1950. Vivencia o tráfego de uma realidade de dois extremos do Brasil que ao mesmo tempo se assemelham mediante padrões, permanências, máximas e dificuldades de mudanças, em um tempo de alterações, com todos os seus desdobramentos.

A sua atividade sociológica foi uma "experiência radical", na medida em que esteve envolvido em âmbitos distintos da vida das ciências sociais: administrativamente, no ensino, como pesquisador e como aquele que ressoa para fora da universidade.

Incialmente, no desabrochar da carreira de professor, desenvolveu uma pesquisa marcante sobre o governo Mauro Borges, mesclando os tópicos de tradição, planejamento e mobilização social, que, de certo modo, fundaram a ideia de modernidade no sertão do Centro-Oeste. Nesse sentido, ganhavam destaque a noção de planejamento, amplamente difundida nos estudos de sociologia, e a noção de desenvolvimento, tão frequente na agenda política desde então. Esse trabalho rende ao professor menções e referências constantes quando são levantados temas dessa ordem.

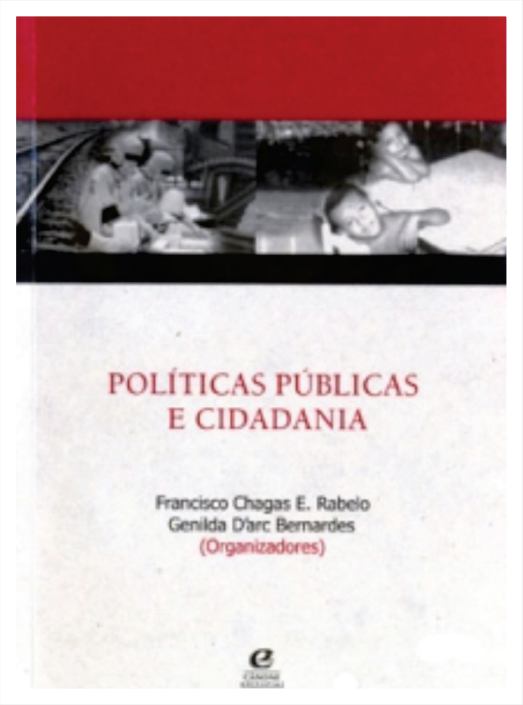
Nos anos que se seguiram, atuou de modo efetivo na consolidação das ciências sociais em Goiás, na formação de alunos, na inserção de temas e quadros técnicos no aparato institucional, além de animar um conjunto de questões que faziam a imbricação dos motes da institucionalidade e da cultura como campo sociológico a certa altura dos anos 1980.

Em decorrência do aprofundamento de suas pesquisas em Sociologia da Ciência, primeiramente como amparo para as epistemologias das ciências sociais que acarretavam em formas de metodologias de pesquisa em específico, e também ao pensar o espaço público, talvez ao modo habermasiano, e após ter feito certo percurso pelas noções de planejamento e desenvolvimento como singularidades culturais – Chico Rabelo se dedicou na sua tese de doutorado a investigar o modo com a ciência era produzida em Goiás. Ressalta-se como aparece a goianidade, como razão de uma cultura rural, e a modernidade, como forma de saída ou fuga com a qual as ciências, em especial as sociais e as humanas, pautavam e aspiravam a realidade e o novo.

Comentados os trabalhos que garantiram a obtenção dos títulos, é preciso mencionar como há, correntemente, desdobramentos nas orientações de investigações vinculadas a essas pesquisas. Mas, como o professor Chico Rabelo teve passagem enraizada e longa no Departamento de Ciências Sociais da UFG, esses são pontos, entre tantos outros, que reverberaram a imagem de um "sociólogo por vocação".

Como consequência das diversas funções de membro de comissões, de coordenador de curso, de chefe de departamento, de coordenador de pós-graduação, tanto a stricto sensu quanto a lato sensu, exercidas por mais de uma vez, granjeou reconhecimento social e credibilidade para o curso de ciências sociais, formando uma rede de comunicação, com relações, parcerias, conexões, pareceres, análises e estudos produzidos por meio do curso. Fundou e

coordenou o Laboratório de Imagem, Som e Texto (LIST) que reuniu um acervo considerável e rico no universo das ciências sociais.



Em esforço combinado com vários pares ao longo dos anos, Chico Rabelo forneceu o sociologuês aos alunos e, por extensão, aos espaços por onde esses alunos passaram. O professor fundou com colegas a Revista "Sociedade e Cultura", assim como as primeiras pós-graduações da Faculdade de Ciências Sociais, que já tinha sido parte do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) e depois Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF). Entronizou um cuidado com a leitura, dos clássicos e dos contemporâneos, e com as abordagens de pesquisa.

Não menos importante é o fato de ter estado na transição de gerações de profissionais dedicados à formação de cientistas sociais na UFG; por essa razão, participou ativamente da profissionalização das ciências sociais, de sua consolidação e de sua expansão. Assistiu à especialização científica, contribuindo para a afirmação do campo da sociologia em Goiás, como também acompanhou as lutas políticas universitárias, algumas por meio de greves, ainda sob o regime militar.

É notória a participação do professor Chico Rabelo em bancas de doutorado de colegas professores que muitos contribuíram para a Faculdade de Ciências Sociais. Até os anos 2000, Chico Rabelo figurou no debate a partir do centro do Brasil quanto a questões que envolviam sociologicamente, mas também antropologicamente e politicamente, os temas do desenvolvimento, do planejamento e do fazer nas e das ciências sociais.

Do ano 2000 em diante, com o lançamento do mestrado e depois do doutorado em sociologia, se percebe um maior direcionamento para outros grandes temas, configurando uma adição de preocupações teóricas. Como sub-coordenador de projeto financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), tendo como norte "Violência Urbana no Estado de Goiás", foi fortalecida a parceria profissional com a professora Dalva Borges de Souza. Com orientações e pesquisas sobre "Envelhecimento", "Cultura Jovem" e "Tecnologia", construiu ligações entre micro e macrossociologia.

Ao inserir Pierre Bourdieu no universo científico da FCS-UFG, o campo científico será um dos seus motes e espaço, inclusivamente pela ideia de reprodução e distinção na vida social. Ao nosso ver, um desdobramento do seu âmbito de pesquisa inicial.

Para além das epistemologias e como um de seus recortes, estudou, orientou trabalhos e participou de bancas sobre Arte e Cultura, num vínculo entre pensamento social, mercado e produção de sentido. Quando a linguagem da música ajuda a formar a noção de identidade ou a interpretação literária e as disputas em torno de um ou outro grande escritor da literatura brasileira fomentam a expressão das ideias, a sociologia da cultura ganha contornos teóricos efetivos.

A tarefa, o papel e o legado de Chico Rabelo, professor titular e, mesmo aposentado, colaborador do programa de pós-graduação, servem como exemplo e como matiz de uma história de dedicação à sociologia, ao entendimento, à compreensão e ao confronto com a realidade social.



SUGESTÕES DE BIBLIOGRAFIA DO AUTOR

RABELO, F. C. E.. Desenvolvimento e identidade: parâmetros da reconstrução das ciências sociais e humanas em Goiás. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 1, n.1, p. 63-69, 1998.

RABELO, F. C. E.. Mobilização social e tradicionalismo político em Goiás (Governo Mauro Borges, 1961-1964). In: Dalva Borges Souza. (Org.). *Goiás*: sociedade e Estado. 1ed.Goiânia: Cânone Editorial, 2004, v. 1. p. 51-84.

RABELO, F. C. E.. Relevância de Max Weber nas Ciências Sociais e da Religião no Brasil e na América Latina. *Caminhos* (UCG), Goiânia, v. 3, n.2, p. 197-209, 2005.

RABELO, F. C. E.. SOUZA, Dalva Borges de. Violência, poder e autoridade em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 2006. (resenha). *Sociedade e Cultura,* v. 10, p. 151-154, 2007.



GUSTAVO VENTURI JUNIOR

Por **João Filipe Cruz** (USP)
e **Vanilda Chaves** (USP)

Sociólogo, cientista político e pesquisador, Gustavo Venturi Júnior nasceu na cidade de São Paulo, em 17 de junho de 1958. Filho caçula de uma família de imigrantes, sua mãe, neta de portugueses, era dona de casa, e seu pai, de família italiana, técnico em contabilidade. Cresceu no bairro Jardim Paulista, na zona oeste de São Paulo, e durante os primeiros anos estudou no Externato Teixeira Branco. Após a realização de exame de admissão, ingressou, aos dez anos, no Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha, uma escola pública localizada no bairro do Brooklin, em São Paulo. Foi nessa época que teve seu primeiro contato com a pesquisa científica, ao realizar a tabulação de 200 questionários em uma pesquisa sobre o uso do papel carbono. Esse foi o primeiro de muitos trabalhos que realizaria nos anos seguintes, principalmente em projetos com aplicação de metodologias quantitativas e qualitativas. Concluiu o ensino médio no Colégio Objetivo, instituição que, conforme relato próprio, contrastava com a proposta pedagógica de ensino crítico de sua escola anterior (Venturi, 2007).

Em 1976, ao ingressar no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), retomou o contato

VOLTA AO SUMÁRIO

com a pesquisa aplicada, sua vocação de uma vida inteira. Instigado pelo professor Sedi Hirano, à época responsável pela disciplina de Métodos, inscreveu-se e foi selecionado para compor a equipe de pesquisadores que entrevistaram, durante quatro meses, aproximadamente mil operários sobre suas condições de vida e trabalho em uma metalúrgica em São Bernardo do Campo.

Em síntese, a atuação de Gustavo Venturi pode ser estruturada em quatro pilares: investigação acadêmica e em institutos de pesquisa, ensino e consultoria, na fronteira da Sociologia e Ciência Política, conforme apresentaremos a seguir em sua cronologia de formação. Por não ter se restringido a um só campo, sua profícua trajetória revela diferentes possibilidades de atuação tanto na academia como no mercado, constituindo-se como uma inspiração para jovens cientistas sociais em formação que podem observar em sua trajetória inúmeras perspectivas profissionais.

Parte importante da biografia de Gustavo consiste no período em que se afastou da academia para empreender uma viagem de quatro anos pelas Américas. Em setembro de 1977, aos 19 anos, iniciou a viagem – que o afastaria da graduação pelos anos seguintes – com destino ao Canadá, onde atuou como professor de espanhol. Longe das salas de aula da USP, pôde desenvolver outras atividades intelectuais e dar vazão ao pensamento crítico e a suas inquietações sociológicas. Conheceu, principalmente, o Peru, o Equador, a Colômbia, especialmente a cidade de Bogotá, o México, a Guatemala e a Nicarágua. Essa viagem foi uma oportunidade de mergulhar e absorver a cultura desses países, principalmente a literatura hispanoamericana, e observar suas identidades e diferenças culturais, segundo relato próprio. Na Nicarágua, não fugindo à sua vocação de pesquisador, coletou dados, fotografias e relatos – ainda que nunca os tenha publicado – do início da Revolução Sandinista, um momento fundamental para a história recente do país, pois colocaria fim à ditadura que governava o país desde os anos 1930.

De volta ao Brasil, em 1981, retomou a graduação em Ciências Sociais, que viria a concluir em 1986. Durante esse período dedicou-se a trabalhos como pesquisador e professor: trabalhou na coleta de dados para a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), aplicando questionários em domicílios para a Pesquisa de Orçamento Familiar, realizada a cada período de dez anos; deu aulas em um curso supletivo e, ainda, atuou como professor substituto de Geografia para turmas do ensino fundamental de uma escola da rede pública, no bairro do Jabaquara. Na militância estudantil, dedicou-se à articulação e coordenou o censo da população de moradores da favela de São Domingos – onde havia aproximadamente 200 moradias – para apresentação dos dados no 1º Encontro das Favelas do Butantã. Mais uma vez fora do Brasil, em 1983, ministrou durante nove meses cursos de português na Berkeley Adult School, na Califórnia (EUA).

Paralelamente à graduação na USP, em 1985, iniciou o trabalho como assistente de pesquisa no Datafolha, fundado anos antes como um departamento da Folha da Manhã. Como professor de Métodos, Gustavo lecionou na graduação na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, entre 1987 e 1988.

No ano seguinte ingressou no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na USP, sob orientação do professor Antônio Flávio Pierucci, defendendo, em 1995, a dissertação "Autonomia e heteronomia em moral sexual: meio social, idade e gênero no desenvolvimento moral", um trabalho interdisciplinar com abordagens da Sociologia e da Psicologia Social.



Durante o mestrado, seguiu atuando no Datafolha, onde permaneceu por 11 anos, entre 1985 e 1996, dirigindo-o por quatro anos. Participou ativamente da elaboração do desenho de pesquisas (metodologia e técnicas de pesquisa), da análise e da coordenação de mais de mil surveys de opinião pública, centrados em questões político-sociais e comportamentais, e de aproximadamente 400 estudos de mercado. A saída do Datafolha, em 1996, foi seguida pela atuação duradoura como consultor dedicando-se à realização de estudos quantitativos e qualitativos para governos, partidos políticos, ONGs, fundações e empresas de diversos segmentos, contribuindo como especialista em métodos e técnicas de pesquisa para diversas entidades, como o Serviço Social do Comércio (SESC); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a ONU Mulheres.

De volta à universidade, em 1998, ingressou no doutorado em Ciência Política, realizando uma pesquisa interdisciplinar entre a Filosofia Política e a Psicologia Social. Em 2003, defendeu a tese "Democracia e autonomia moral: universalismo moral e relativismo ético em teorias normativas da democracia", sob orientação do professor Gabriel Cohn.

Em 2006, foi professor temporário e, no ano seguinte, tornou-se professor efetivo das disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa no curso de Ciências Sociais da USP, ministrando-as com outros professores do Departamento de Sociologia. Gustavo foi um dos responsáveis, anos depois, pela reestruturação do projeto pedagógico de Métodos e Técnicas de Pesquisa – que antes consistia em duas matérias que abordavam separadamente métodos quantitativos e métodos qualitativos -, passando a ser integrada em dois módulos consecutivos, ministrada como um curso anual. Além destas, ministrou cursos e oficinas sobre opinião pública, comportamento eleitoral, moralidade e marcadores sociais da diferença. Também foi cotutor do PET – Ciências Sociais (Programa de Educação Tutorial do MEC) e orientou estudantes de iniciação científica na graduação em Ciências Sociais e alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. No âmbito da então disciplina de Métodos I, contando com o apoio do PET,

coordenou com outros professores a aplicação de um survey anual, a fim de mapear o perfil dos ingressantes do curso de Ciências Sociais. Esta pesquisa continua a ser realizada (2006 -) e a sistematização dos seus dados pôde contribuir para os debates sobre o impacto positivo da adoção de políticas de ação afirmativa na universidade pública.

Suas contribuições para a pesquisa aplicada seguiram na sua atuação na Fundação Perseu Abramo, onde criou e estruturou o Núcleo de Opinião Pública daquela entidade e coordenou pesquisas pioneiras sobre cultura política e marcadores sociais da diferença (gêneros e sexualidades, raças, etnias, classes sociais, juventudes e velhices), entre 2007 e 2014. Tais trabalhos, não raro, forneceram importantes contribuições para a elaboração de políticas públicas em diferentes âmbitos administrativos.

Publicou, desde os anos 1990, trabalhos que combinam resultados de investigações realizadas no âmbito profissional e acadêmico; e foram veiculadas em revistas científicas e na imprensa. Seus trabalhos mais recentes centraram-se nos temas de gênero e sexualidade, interseccionalidades e direitos humanos, moralidade e tolerância à pluralidade de identidades, alinhados à uma agenda de pesquisa que vinha desenvolvendo com interesse há muitos anos: a articulação entre teorias construtivistas de desenvolvimento moral, em especial as perspectivas de Piaget e Kohlberg, aliadas à investigação empírica sobre discriminações e intolerâncias sob a ótica da opinião pública. Alguns livros resultantes de trabalhos que Gustavo coordenou em parceria com outros pesquisadores, são: "Agenda Juventude Brasil – Leituras de uma década de mudanças" (2016); "Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado – Uma década de mudanças na opinião pública" (2013); "Indígenas no Brasil – Demandas dos povos e percepções da opinião pública" (2013); "Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil" (2011); "Direitos Humanos – Percepções da opinião pública" (2010); e "Racismo Cordial" (1995).

A atuação de Gustavo não se limitou ao que foi apresentado até aqui: foi pesquisador associado do Núcleo de Prevenção da Aids (Nepaids-USP); do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos (IEA – USP); do grupo de pesquisa Opinião Pública: marketing político e comportamento eleitoral (CNPq – UFMG); e do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP – Unicamp) – sendo que foi um de seus fundadores, em 1992, representando o Datafolha. Também foi coordenador do Núcleo de Sociologia, Gênero e Sexualidade (NÓS-USP) e, enquanto assessor do Escritório USP Mulheres, conduziu a pesquisa "Interações na Universidade de São Paulo" (2018). Além disso, participou em diversas frentes na USP: foi coordenador adjunto do Consórcio de Informações Sociais (Anpocs/USP); e representante do Departamento de Sociologia na Comissão de Direitos Humanos da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, desde 2017, presidindo-a no biênio de 2019/2020. Nessa função, apresentou propostas para o enfrentamento de discriminações étnico-raciais, de gênero, LGBTfóbicas e ações de cuidado à saúde mental.

Com uma vida dedicada à investigação científica e ao trabalho docente, Gustavo Venturi foi um profissional sensível e curioso e, atento às demandas de seu tempo, esteve engajado e comprometido com a construção de um mundo menos desigual. Faleceu em 12 de janeiro

de 2022. Deixou saudades para aqueles que tiveram a sorte de conviver e aprender com ele e também uma imensa contribuição para as Ciências Sociais brasileiras e para a formação de uma nova geração de pesquisadores, motivados a investigar os problemas sociais e políticos a partir de suas complexidades teórico-metodológicas.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

COUTO, Marcia; GRANGEIRO, Alexandre; VENTURI, Gustavo; LEVY, Renata. Rendering visible heterosexually active men in Brazil: A national study on sexual behaviour, masculinities and HIV risk. *Current Sociology,* v. 66, n. 5, p. 704-723, 2018.

VENTURI, Gustavo. Consumo de drogas, opinião pública e moralidade: motivações e argumentos baseados em uso. *Tempo Social* (Online), v. 19, p. 159-186, 2017.

VENTURI, Gustavo. Cultura de violência e drogas ilícitas no cotidiano juvenil. In: Regina Novaes; Gustavo Venturi; Eliane Ribeiro; Diógenes Pinheiro. (Org.). *Agenda Juventude Brasil*. Leituras sobre uma década de mudanças. 1ed. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016, p. 175-189.

VENTURI, Gustavo. PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. Impacto nas eleições de 2010. Perseu: História, *Memória e Política*, v. 5, p. 197-214, 2010.

VENTURI, Gustavo. O universalismo ético: Kohlberg e Habermas. *Lua Nova* (Impresso), v. 36, p. 68-84, 1995.



SOBRE O AUTOR

PASQUINI, Patrícia. Mortes: *Amante da natureza, foi um mestre em ouvir e ensinar*. In: Folha de S. Paulo. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/mortes-amante-da-natureza-foi-um-mestre-em-ouvir-e-ensinar.shtml. Acesso em: 10 dez. 2022.

VENTURI, Gustavo. *Memorial Circunstanciado*. 2007. Disponível em: https://www.fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2017-11/Gustavo_Venturi.pdf. Acesso em 10 dez. 2022.

VOCACIONAL – *Uma aventura humana.* Direção: Toni Venturi. São Paulo: Mamute Filmes e SescTv, Olhar Imaginário, 2011. (78 min.).



HERIBERT SCHMITZ

Por **Sílvio Kanner Pereira Farias** (UFPA)
e **Éberton da Costa Moreira** (UFPA)

Heribert Schmitz, Doutor em Sociologia Rural pela Universidade Humboldt de Berlim, na Alemanha, é um sociólogo do rural amazônico que mantém em sua trajetória um diálogo permanente com o Nordeste do Brasil. Suas pesquisas e atividades acadêmicas ajudaram a consolidar o ensino e a pesquisa na Sociologia Rural, especialmente sobre agricultura familiar e "povos e comunidades tradicionais" na Universidade Federal do Pará.

Nasceu no ano 1946 em Kottenheim, uma pequena aldeia a oeste do Rio Reno logo após a segunda guerra mundial. Heribert viveu nessa região até a conclusão do ginásio, explorando os seus arredores de bicicleta. As duas rodas logo iriam ser de uma moto: aos 16 anos, e aos 18 comprou um dos modelos mais avançados da Honda com recursos de trabalho ocasional nas férias. Foi entre os primeiros alunos que realizaram um intercâmbio escolar entre Alemanha e França como esforço de reconciliação entre os adversários de várias guerras. Concluída a escola, serviu dois anos no exército alemão. Seu interesse por motos e aviões o levaram a optar pelo estudo de Engenharia Mecânica e por isso realizou um dos estágios

VOLTA AO SUMÁRIO

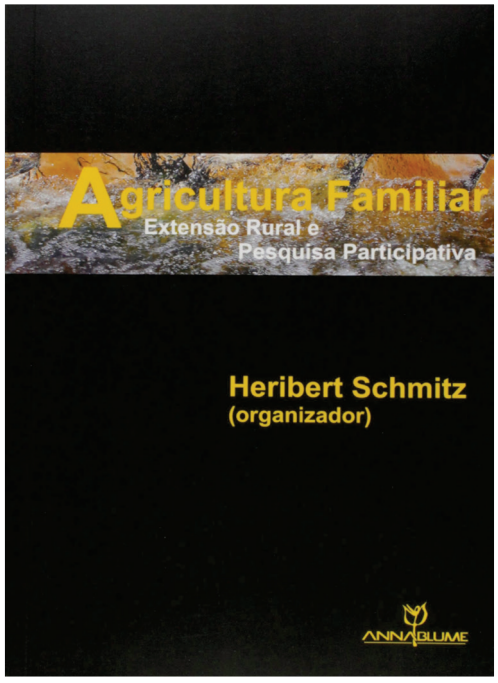
obrigatórios na fábrica da Krupp, na cidade de Rheinhausen, uma espécie de "tradição familiar", porque o avô, a tia e o pai trabalharam nessa empresa. Estava estagiando nessa fábrica quando as grandes manifestações de 1968 ocuparam o centro da cena na Europa. No curso de Engenharia Mecânica na Universidade Técnica de Aachen (RWTH) estudou os primeiros dois anos de forma bem disciplinada, mas sem deixar de aproveitar as liberdades da vida estudantil. Apenas depois de ter passado pelas rigorosas provas do exame intermediário, que eliminavam a metade dos estudantes, envolveu-se com o movimento estudantil e com debates da Sociologia. Foi também o momento da emergência da questão ambiental e o tema da energia limpa ou alternativa (não nuclear), que era muito forte na Alemanha, atraiu a sua atenção quando recém-formado. Empregou-se numa empresa de planejamento de trânsito, cujos trabalhos prometiam contribuir para a redução do transporte individual. Teve um posto com bom salário, carreira estável e a possibilidade de uma vida familiar. Mas sua inquietude e espírito livre falaram mais alto, pediu demissão e mudou-se para Berlim, em 1982. O interesse por energia alternativa o levou ao Grupo Interdisciplinar de Tecnologias Apropriadas (IPAT), uma área pioneira que tratava de forma interdisciplinar tecnologia, sociedade, meio ambiente e desenvolvimento, especialmente em relação ao espaço rural do então chamado Terceiro Mundo. Em 1984, tornou-se docente de "Tecnologias Apropriadas para Países em Desenvolvimento" no curso de Desenvolvimento Agrícola Internacional da Universidade Técnica de Berlim.

Nesse período, passou a ter contato mais direto com as tecnologias apropriadas por meio de viagens de pesquisa à Colômbia, Equador, Senegal e Brasil, e resolveu se concentrar na temática de mecanização na agricultura sustentável. Publicou um livro sobre o tema em 1991. Nas duas viagens ao Brasil, em 1987 e 1988, foi acolhido pelo Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR). O instituto tinha reformulado seu trabalho de pesquisa para considerar a abordagem sistêmica. Por sua experiência no Brasil, foi convidado para ser chefe do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (SACTES), com sede em Belo Horizonte, entre março de 1990 e dezembro de 1992. Desde então, reside no Brasil.

O professor Heribert, como os alunos carinhosamente o chamam, após sua saída do serviço alemão veio residir em Belém e juntou-se ao grupo que daria origem ao Núcleo de Agricultura Familiar (NEAF) do Centro Agropecuário da UFPA, convidado pela sua experiência com a abordagem sistêmica. Por sete anos – três anos ainda sem vínculo formal – realizou pesquisas com agricultores familiares da região da rodovia Transamazônica sobre a transição do "sistema de corte-queima" (agricultura itinerante) para sistemas mais sustentáveis com o uso da mecanização por tração animal.

A partir dessa cooperação tornou-se professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1996, na condição de visitante e coordenou o Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS), que começaria naquele ano. A partir de 1997, se tornou supervisor externo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no projeto Lumiar, atuando também na região da Transamazônica, ganhando experiência com a extensão

rural, durante muito tempo um tópico central da Sociologia Rural. Nesse período estudou as relações entre técnicos e agricultores, muitas vezes conflituosas, na pesquisa e extensão rural. Esse tema está no cerne da sua tese de doutoramento que trata das relações de poder entre organizações de pesquisa e extensão e do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica.



Em 2004, fez concurso e tornou-se professor de Sociologia do quadro permanente da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e, a partir de 2005, da UFPA, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Em seguida, tornou-se docente permanente no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA, nome atual). Seus estudos o fizeram professor de Sociologia Rural para os estudantes de ciências sociais da UFPA, constituindo-se um traço importante de sua identidade docente. Mesmo vinculado ao IFCH, continuou ministrando disciplinas e orientando alunos no MAFDS durante quase três décadas. Nestes anos, escolheu como tema principal a ação coletiva e se dedicou à temática dos movimentos sociais coordenando o Grupo de Pesquisa "Ação Coletiva e Conflitos Sociais no Campo e na Cidade". As suas aulas na graduação se destacaram por incluir por uma experiência de campo com agricultores familiares e movimentos sociais.

Esse percurso e suas parcerias o levaram a pesquisas sobre as catadoras de mangaba nos tabuleiros costeiros, que contribuíram, inclusive, para fundar o movimento das catadoras. Aqui também entra o tema da gestão coletiva de bens comuns, relacionando mundo rural, movimentos sociais, organizações e economia familiar e enriquecendo o campo da ação coletiva no meio rural. As experiências de pesquisas e a riqueza teórica dos temas tratados demandaram uma forte atenção metodológica, área na qual também se tornou referência na sociologia da Amazônia.

É marcante na sua trajetória e na sua obra, a preocupação com o contemporâneo. Energia renovável (década de 1970), mecanização adaptada à agricultura ecológica (década de 1980), agricultura familiar (década de 1990), ação coletiva (desde a década de 2000) e movimentos sociais (década de 2010).

Contudo, a conjuntura brasileira dos últimos anos é marcada pelo fenômeno das mobilizações da nova direita no Brasil e no mundo, algo que os europeus e o próprio Heribert viram nascer e com o qual tiveram que "conviver" faz muito tempo. Esse tema tem sido então objeto de pesquisas e mereceu uma tese submetida a exame entre os pares para a obtenção do título de professor titular no IFCH/UFPA, em 2021, e que ainda deve render bons frutos.

Heribert Schmitz é um sociólogo do hoje e na Amazônia um sociólogo do rural em todas as suas dimensões, principalmente das ações coletivas.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SCHMITZ, Heribert. *Partizipation und Partnerschaft:* Bauern, Forscher und Berater in Brasilien. Weikersheim: Margraf Publishers, 2005. 312p.

SCHMITZ, Heribert. Abordagem sistêmica e agricultura familiar. In: MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELOS, Helenira E.M. (Org.). *Agricultura familiar e abordagem sistêmica*. Aracaju: SBSP, 2005. p. 19-52.

SCHMITZ, Heribert (org.). *Agricultura Familiar:* Extensão Rural e Pesquisa Participativa. São Paulo: Annablume, 2010. 352p.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo; JESUS, Nádia Batista de; PEREIRA, Emanuel Oliveira. Conflitos e movimento social: ameaças e reações das catadoras de mangaba. In: MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; SCHMITZ, Heribert; RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo (Ed.). *A Mangabeira.* As Catadoras. O Extrativismo. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2011. p. 249-290.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SOUSA, Glaucia Macedo. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 12, n. 1, p. 201-220, jan.-abr. 2017.

SCHMITZ, Heribert; FARIAS, Elielson Soares. Cooperação e persistência: um estudo da ação coletiva de agricultores familiares no Oeste do Pará, Amazônia. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 26, p. 1-22, 2021.



ILZA ARAUJO LEÃO DE ANDRADE

Por **Irene Paiva** (UFRN)

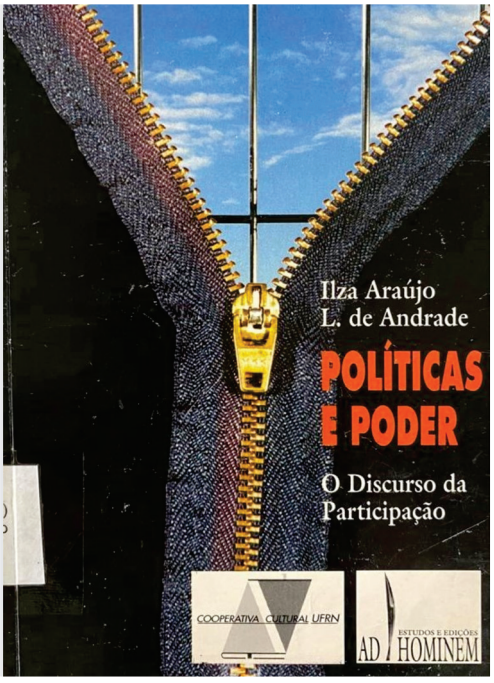
Ilza Araujo Leão de Andrade, professora titular do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFRN, de 1977 até sua aposentadoria, em 2008, construiu uma trajetória acadêmica dedicada ao ensino, à pesquisa e a extensão, contribuindo de forma significativa com as pesquisas e análises sobre o Nordeste Brasileiro.

Nascida em Acari, região do Seridó, no estado do Rio Grande do Norte, em 1953, mudou-se para Natal ainda criança. Pertence a uma família de educadores com grande prestigio no estado, especialmente a sua mãe, Iracema Brandão, uma professora que se destacou na história da educação potiguar por sua dedicação e pronunciamentos em defesa das políticas educacionais e da educação publica de qualidade e universal.

Em 1971, ingressa na Universidade, no curso de Psicologia da UFPE. Mas, no semestre seguinte, retornou para Natal e iniciou a graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde se encanta com as disciplinas de Sociologia e Antropologia. Durante o período da faculdade, participa do movimen-

VOLTA AO SUMÁRIO

to estudantil, disputando o Centro Acadêmico do curso de Serviço Social, enfrentando e questionando as restrições impostas pelo regime militar. Conclui a graduação com uma monografia sobre a crítica ao plano do Serviço Social no Rio Grande do Norte. Durante o curso, o seu senso critico foi potencializado e o interesse pela pesquisa, aguçado, fazendo opção para continuar os estudos no campo das Ciências Sociais.



Em 1975, ingressa no Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, momento de descobertas e aprendizados intelectuais a partir de uma excelente base teórica propiciada pelos cursos e professores com que teve contato. Seu encontro com o professor Manuel Correia de Andrade intensifica suas inquietações sobre a vida social do Nordeste brasileiro. Sob a orientação desse professor, dedica-se à pesquisa sobre a questão agrária, em especial sobre a produção açucareira no Rio Grande do Norte. Em 1980, defende a sua dissertação de mestrado intitulada: Condições de trabalho e migração: um estudo de caso da Zona Canavieira de Ceará-Mirim/RN. Em 1977, ainda durante o mestrado, é admitida como docente do departamento de Ciências Sociais da UFRN. Concluído o mestrado, dedica-se às atividades de ensino e sua paixão pela pesquisa é exercitada com maestria no projeto sobre a trajetória de lutas dos trabalhadores rurais no RN, de 1950 a1985. Em 1982, como integrante do Programa de Pesquisa sobre Agricultura – PIPSA, participa de uma pesquisa nacional de mapeamento dos movimentos sociais do campo.

Nos anos 1990 participa de projeto de grande repercussão sobre as temáticas dos movimentos sociais urbanos e das relações com o Estado, assumindo a coordenação da pesquisa no RN. Como resultado dessa investigação, junto com o grupo de pesquisadores, amplia a pesquisa fortalecendo os estudos sobre o tema, participando ativamente da construção do referencial teórico e do modelo analítico para pensar as especificidades dos conflitos urbanos e as formas de ação coletiva no Nordeste. Consolida o grupo de pesquisa Estado e Movimentos Sociais na UFRN, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. O resultado do seu trabalho e a sua capacidade crítica e de liderança, são reconhecidos no debate nacional por suas reflexões acerca desses movimentos na produção de artigos, livros, capítulos de livros, participação na ANPOCS, SBS e outros espaço do campo acadêmico.

Consolidando seu interesse pela política, ingressa no Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, na área de concentração Estados e Políticas Públicas, sob a orientação da profa. Argelina Figueiredo, avançando nos estudos sobre os padrões de relacionamento entre Estado e movimentos sociais no período de liberalização do regime militar. Defende a tese e a publica como livro "Políticas e Poder: o discurso da participação". Nas palavras de Argelina, a autora mostra como a política urbana e uma forma particular de implementação dessa política – formas participativas – podem ser eficazes instrumentos, não só de controle sobre o regime, mas também, de ampliação da legitimidade dos governos em um novo contexto político. Em 1997, busca ampliar o dialogo no cenário internacional, na condição de professora visitante da Universidade de New England, nos Estados Unidos.

Nos últimos anos de sua vida acadêmica, participou de pesquisas nacionais dentro do projeto Observatório das Metrópoles, coordenado pela UFRJ, assumindo, no núcleo da UFRN, os projetos sobre Cultura Política e Voto urbano.

O espírito crítico e o entusiasmo profissional e acadêmico de Ilza se faz presente durante sua atuação na consolidação das instituições de ensino e pesquisa, nas coordenações de curso de graduação e pós-graduação da UFRN, na tutoria do PET, nas comissões de pesquisa e liderança de grupo da UFRN, comitês da CAPES, ANPOCS, nas orientações de teses, dissertações e iniciação cientifica. O rigor cientifico e a criticidade, sem perder a ternura e o respeito pelo outro, são lições que os vários pesquisadores formados por ela tiveram o privilégio de compartilhar.

Parafraseando Manuel Correia de Andrade, estamos falando de uma grande pesquisadora, analista da política nacional que dá uma contribuição acadêmica da maior importância às Ciências Sociais do Nordeste e do Brasil. Sua preocupação com a democracia, com uma sociedade organizada, uma cultura cívica baseada no compromisso com o futuro do país, marca a trajetória de vida da querida professora Ilza Leão.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

ANDRADE, Ilza A.Leão. Cidadania e Cultura Política: a realidade de Natal. In: Sergio de Azevedo; Luiz Cesar Queiroz Ribeiro; Orlando Alves dos Santos Junior. (Org.). *Cultura Política, Cidadania e Voto:* desafios para a governança metropolitana. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2012

ANDRADE, Ilza A. Leão Participação Política não Eleitoral ou Partidária: Associações, conselhos e Orçamento Participativo. In: Carlos Benedito Martins; Renato Lessa. (Org.).

Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política.São Paulo: Instituto Ciência Hoje; Discurso Editorial: Editora Bacarolla, 2010

ANDRADE, Ilza A. Leão. *Desafios da gestão participativa no Nordeste.* 1 ed. Natal: EDUFRN, 2009.

ANDRADE, Ilza A. Leão. *Política e poder: o discurso da participação.* São Paulo: Ed. Ensaio, 1996.

ANDRADE, Ilza A. *Leão Igreja e Política.* Natal: Editora Z, 2000.

ANDRADE, Ilza A Leão. *A Questão do Método Nas Ciências Sociais.* NATAL: UFRN, 1993



JACOB CARLOS LIMA

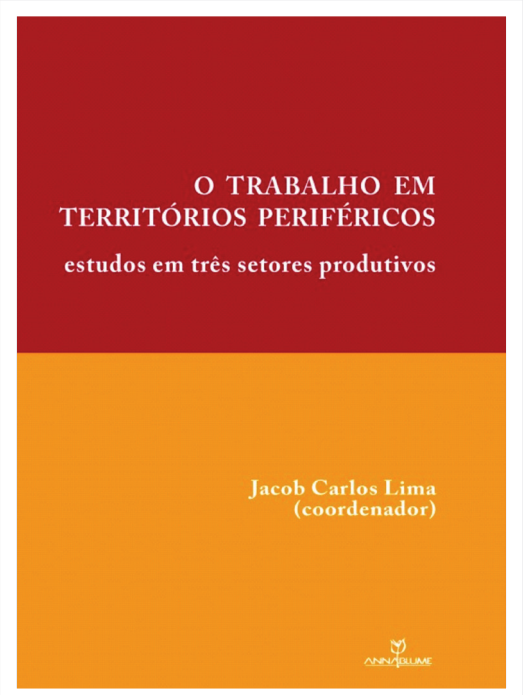
Por **Felipe Rangel** (UFSCar),
Aline Suelen Pires (UFSCar) e
Angelo Martins Junior
(University of Birmingham)

Jacob Carlos Lima é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e uma referência na Sociologia do Trabalho brasileira. Nascido em São Paulo, em 1954, filho de um motorista de ônibus e uma operária têxtil, viveu a infância e juventude no bairro da Mooca, antiga região operária na capital paulista. Essa origem de classe terá impactos em sua trajetória acadêmica, tanto em seu percurso institucional quanto nos interesses de pesquisa voltados às relações trabalho, classe e mobilidades.

Desde a educação básica, nutria interesses por história e literatura, mas o primeiro contato com as Ciências Sociais se deu durante a graduação em Psicologia, que cursou por dois anos. Em 1976, já decidido pela mudança de área, ingressou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde tomou contato com movimentos culturais e políticos da época. Foi aluno de professores como Maria da Glória Gohn, Márcia de Paula Leite e Kabengele Munanga. Este último, inclusive, é

VOLTA AO SUMÁRIO

considerado seu "padrinho acadêmico", por tê-lo incentivado a seguir os estudos na pós-graduação.



Em 1980, iniciou o mestrado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), sob a orientação de Octávio Ianni. Nessa época, a instituição contava em seu quadro com docentes da Universidade de São Paulo (USP) que haviam sido cassados ou aposentados compulsoriamente pelo regime militar, além de outros professores de destaque. Foi aluno, além do Ianni, de Florestan Fernandes, Candido Procópio F. Camargo e Vilmar Faria. As despesas do curso de mestrado foram custeadas com o trabalho como professor do ensino básico, ocupação que desempenhava desde o terceiro ano da graduação e, posteriormente, com uma bolsa do CNPq. A pesquisa foi na área da Sociologia Rural e tratou de investigar o trabalho, as condições de vida e as mobilizações políticas de trabalhadores na produção de bananas para exportação no litoral sul de São Paulo, tendo como referências principais os estudos de Maria Conceição D'Incao e José de Souza Martins.

No segundo ano do mestrado, em 1981, a partir de um edital que viu na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde fazia uma disciplina com a Prof. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, decidiu prestar concurso para professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa. As 52 horas de viagem de ônibus foram aproveitadas como tempo de estudo. Foi aprovado e, em 1982, iniciou suas atividades, lecionando em diversos cursos. A orientação do mestrado passou a funcionar por meio de cartas e eventuais telefonemas para seu orientador. A dissertação foi defendida 1983.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a UFPB vivia um momento de grande expansão com a atração de professores de todo o país e forte investimento na qualificação docente no país e no exterior. O contexto favoreceu o fortalecimento de projetos e grupos de pesquisa na universidade. Foi nesse cenário que, em 1983, convidado pelo colega Mauro Koury, passou a integrar o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), no projeto "Fontes para a história da industrialização do Nordeste", financiado pela FINEP, e que articulava uma rede de pesquisa nacional baseada na UNICAMP. A participação nesse projeto foi seguida, a partir de 1985, de sua inserção no Grupo de Pesquisa Trabalho e Tecnologia,

coordenado pela Prof. Maria Carmela Bonfiglio, recém-chegada de seu doutorado no México, e que marcou, a partir de então, sua trajetória no campo da Sociologia do Trabalho.

Em 1987, afasta-se das atividades na UFPB para realizar o doutorado na USP, instituição sempre percebida por ele como muito distante, tanto geograficamente quanto socialmente, considerando sua trajetória e origem familiar. Obteve uma bolsa do PICD da Capes, voltada à qualificação dos docentes de universidades federais. Seguindo o caminho dos estudos do Trabalho, a pesquisa do doutorado teve como foco a formação do novo operariado fabril em Pernambuco, dialogando com as pesquisas de José Sérgio Leite Lopes, sobre Paulista em Pernambuco e com o estudo de Antônio Sérgio Guimarães sobre a formação de um novo operariado petroquímico na Bahia. Defendeu a tese sobre a busca constante dos operários fabris em permanecer num mercado de trabalho restrito, desafiando a imensa informalidade circundante e as estratégias utilizadas para isso, o que indicaria a existência de uma identidade de classe, mesmo que difusa, e a existência uma cultura operária construída historicamente no Recife. Essa identidade explicaria, em distintos momentos históricos, a mobilização política da categoria. A tese foi defendida em 1992, orientada por Orlando Pinto de Miranda, e publicada em livro em 1996, com o título "Trabalho, mercado e formação de classe: estudo sobre operários fabris em Pernambuco".

Retornando a João Pessoa, participou do processo de construção do curso de graduação em Ciências Sociais na UFPB – João Pessoa, e da transformação do mestrado de Ciências Sociais em mestrado em Sociologia e, em seguida, da criação do doutorado, que teve início no ano de 2000. Ao longo dos anos 1990, desenvolveu e orientou um conjunto de pesquisas voltadas à compreensão da condição operária no Nordeste, processos de industrialização regional e mobilidade social. De modo geral, seus projetos sempre buscaram estudar as dinâmicas do trabalho para além dos espaços de trabalho, incorporando os aspectos da família, gênero, redes sociais, cultura e cotidiano. Destaca-se nesse período, pesquisas sobre a instalação de cooperativas de produção industrial, no interior da região, dentro dos processos de terceirização decorrente da reestruturação produtiva, da abertura dos mercados às exportações e a inserção do país à globalização neoliberal. As cooperativas foram utilizadas como estratégia empresarial de redução de custos com o assalariamento, com a relocalização da produção para o interior dos estados da região, integrando-as aos fluxos do capitalismo global. Com essa pesquisa, introduz de forma mais significativa a discussão da mobilidade do capital e do trabalho que estará presente em suas pesquisas posteriores.

Em 2000, foi aos Estados Unidos realizar o pós-doutorado no Department of Urban Studies and Development, do Massachusets Institute of Techonology (MIT), sob supervisão de Judith Tendler, que pesquisava projetos governamentais de desenvolvimento no Nordeste brasileiro. O período de pesquisa foi dedicado a estudar o Nordeste ¨globalizado", com foco nos "novos territórios da produção e do trabalho" e suas consequências na utilização da força de trabalho.

Nesse período, teve contato com a literatura internacional sobre informalidade e com autores da chamada Nova Sociologia Econômica, que foram fundamentais não apenas para a pesquisa de pós-doutorado, mas para a consolidação de uma perspectiva plural na abordagem do mundo do trabalho. Vale destacar que Jacob Lima sempre buscou questionar os limites tradicionais da Sociologia do Trabalho, tanto em termos teóricos, nas análises desenvolvidas, quanto na empiria privilegiando grupos considerados periféricos, marca que permanece presente em seus projetos e nas pesquisas que orientou e orienta.

Em 2004 retorna ao estado de São Paulo, ingressando como professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Em 2005, cria o Grupo de Estudo Trabalho e Mobilidade Social (GTMS), que mais tarde seria expandido e reformulado como Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades (LEST-M), por onde já passaram algumas gerações de pesquisadores dedicados a explorar o tema do Trabalho sob diferentes aspectos, mas com um enfoque especial naquilo que podemos chamar de "cultura do trabalho". Cultura esta, entendida como não apenas as condições objetivas presentes nas relações de trabalho, mas nas interpretações dos agentes sobre sua situação, e como isto se espraia pela vida social de forma geral.

Nos anos seguintes em São Carlos, participa ativamente da construção do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (2007) e do Departamento de Sociologia (2008) da UFSCar. Deu continuidade, ao longo desse período, a pesquisas relacionadas ao cooperativismo e à autogestão, as reconfigurações espaciais do trabalho e da produção, o trabalho informal e o empreendedorismo e ao chamado trabalho digital. Em cada um deles, destaca-se a preocupação em estabelecer diálogos entre pesquisadores de diferentes regiões do país, trazendo para a cena brasileira debates e atores para além do eixo hegemônico Rio-São Paulo.

Jacob Lima também esteve sempre engajado ativamente na dimensão institucional da Sociologia no país. Foi Coordenador da Área de Sociologia na CAPES no período de 2011 a 2014, e coordenou o Comitê de Assessoramento da área de Ciências Sociais-Sociologia do CNPq de 2016 a 2018. Em 2019, foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e reeleito para o período 2021- 2023.

A atuação acadêmica de Jacob Lima é reconhecida por seu engajamento em fortalecer o campo da Sociologia no país, mesmo em um contexto desfavorável à universidade pública e, especialmente, às Ciências Humanas. E essa dedicação tem sido acompanhada na mesma medida pelo esforço para formar pesquisadores e promover pesquisas dedicadas à compreensão do mundo trabalho em suas múltiplas dimensões, com forte rigor empírico e atentas às transformações sociais contemporâneas.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

LIMA, J. C. **Trabalho, mercado e formação de classe**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1996.

LIMA, J. C. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LIMA, J. C. **Ligações perigosas**: trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: Annablume, 2007.

LIMA, J. C. **Outras Sociologias do Trabalho**: Flexibilidades, Emoções e Mobilidades. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

LEITE, M. P; ARAÚJO, A.M.C; LIMA, J.C. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Annablume, 2015.

BRIDI, M. A.; LIMA, J.C. **Trabalhadores virtuais e precários? os trabalhadores em tecnologias de informação.** Curitiba: Editora da UFPR, 2018

LIMA, J. C. **O trabalho em territórios periféricos**: estudos em três setores produtivos. São Paulo: Annablume, 2020.

SOBRE O AUTOR

Projeto Memória das Ciências Sociais no Brasil- CPDOC – FGV, 2019 - https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/jacoblima

PERRUSI, Arthur; MATOS, Teresa Cristina Furtado. Entrevista com o Prof. Jacob Carlos Lima por Arthur Perrusi e Teresa Cristina Furtado Matos. Política e Trabalho, 27, 2009, p.11-14
www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6800



JALCIONE PEREIRA DE ALMEIDA

Por **Maycom Nascimento** (UFRGS)

Jalcione Almeida nasceu em 1953 na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Foi o primeiro filho do sexo masculino entre quatro irmãos. Ao final do ensino médio (antigo 2º grau), em 1975, prestou vestibular para o curso de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo sido aprovado. Após a graduação foi trabalhar na Emater/RS onde permaneceu por um período curto. Em seguida, atuou na Cooperativa Tritícola Serrana – Cotrijuí, na época umas das maiores cooperativas de produção agrícola do Brasil.

Anos mais tarde, em 1985, iniciou mestrado em Sociologia Rural na UFRGS, defendendo dissertação "Tecnologia 'moderna' versus tecnologia 'alternativa': a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura". Este trabalho se tornou referência no campo dos estudos sociais rurais e também no debate social, tendo sido um dos primeiros que, no âmbito acadêmico brasileiro, tratou sobre o tema.

Ainda durante o curso de mestrado recebeu convite para assessorar a primeira bancada do Partido dos Tra-

VOLTA AO SUMÁRIO

balhadores (PT) na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Por lá ficou por dois anos, na assessoria de temas relacionados a questões agrícolas e agrárias.



Após o término do mestrado foi para a França cursar o doutorado pleno em Sociologia, na Universidade Paris 10 – Nanterre, sob orientação de Marcel Jollivet, reconhecido sociólogo rural e ambiental francês. Sua tese, intitulada "Agriculteurs de la deuxième chance: les (re)actions de contestation et la mouvance alternative dans l'agriculture du Brésil méridional", defendida em outubro de 1993, teve influências marcantes de seu orientador, especialmente por meio de seu grande estímulo ao estudo que combinasse abordagens teóricas e metodológicas e que se abrisse a uma perspectiva multidisciplinar. Um pós-doutoramento, em 1997 na Universidade Paris 7, no tema da agricultura, ambiente e desenvolvimento, serviu para consolidar suas preferências teóricas e temáticas nesta área de pesquisa.

A experiência como docente iniciou após seu retorno ao Brasil, em março de 1994, ingressando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS como professor colaborador com uma bolsa recém doutor do CNPq. Nesta condição permaneceu até o final de maio de 1995, quando ingressou por concurso na Faculdade de Agronomia da mesma Universidade, dedicando-se inicialmente à disciplina de Extensão Rural, logo transformada em Desenvolvimento Rural. Em seguida, ingressou na pós-graduação do Programa de Fitotecnia da Faculdade de Agronomia, tendo orientado apenas dois alunos, ambos com trabalhos de cunho sociológico no campo das alternativas tecnológicas à agricultura "moderna". Devido a algumas resistências em relação às temáticas e abordagens privilegiadas, deixou o programa quatro anos após seu ingresso.

Na Faculdade de Agronomia permaneceu por 16 anos, transferindo-se ao Departamento de Sociologia (IFCH/UFRGS) em fevereiro de 2011, lá permanecendo até sua aposentadoria, em agosto de 2021. O pouco espaço para uma reflexão no campo das ciências sociais e atuação em pesquisa provocou sua aproximação a um grupo de professores e pesquisadores que atuavam, no final dos anos de 1990, no extinto Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER), vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. A eles se juntou para propor e imple-

mentar o que veio a se constituir, em março de 1999, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), inicialmente com o curso de mestrado e, posteriormente, em 2003, com doutorado. Neste programa participa ainda como professor aposentado convidado. Além do PGDR, continuou vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) como docente permanente, tendo orientado ao longo da carreira acadêmica cerca de 100 trabalhos de iniciação científica, mestrado e doutorado, bem como a supervisão de vários colegas em estágio pós-doutoral nas temáticas que abriga o grupo coordenado por ele.

Foi editor-chefe da revista Sociologias (2017-2021), um dos principais periódicos das Ciências Sociais no Brasil. Coordena, desde 1995, o Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade – TEMAS (www.ufrgs.br/temas), vinculado ao PGDR e PPGS, que integra estudantes bolsistas de graduação, pesquisadoras e pesquisadores de mestrado, doutorado e pós-doutorado, cumprindo um papel importante na formação de discentes tanto em nível nacional quanto internacional.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

ALMEIDA, Jalcione. *A construção de uma nova agricultura*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2009.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (org.). *Reconstruindo a agricultura:* ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável – Terceira edição revisada. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ALMEIDA, Jalcione; GERHARDT, Cleyton Henrique; MAGALHÃES, Sônia B. (org.). *Contextos rurais e agenda ambiental no Brasil:* práticas, políticas, conflitos, interpretações. 1. ed. Belém – PA: Rede de Estudos Rurais, 2012.

ALMEIDA, Jalcione. *Pesquisa em desenvolvimento, ambiente e conflitos*. Curitiba: Appris, 2020.

ALMEIDA, Jalcione. *Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1. 346p.

ALMEIDA, Jalcione. *Desenvolvimento, mineração, mudanças climáticas*. Porto Alegre, Ed. UFRGS. No prelo.



JORDÃO HORTA NUNES

Por **Tatiele Pereira de Souza**
(IFPB- Cajazeiras)

Nasceu em São Paulo, no dia 01 de junho de 1957, graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas em 1985. Antes de terminar a graduação, já se dedicava ao ensino de disciplinas do campo das ciências humanas em escolas públicas e, após o término, em faculdades particulares em Campinas-SP, bem como ao ensino de violão, uma de suas paixões. Em 1992 ingressou na Universidade Federal de Goiás, primeiro, e por pouco tempo, como professor do Colégio Aplicação (CEPAE), logo após, como professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, onde se encontra desde então. Em 1995 concluiu o mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás e em 2000 concluiu o doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

Em 1995, defendeu a dissertação de Mestrado na área de Filosofia Política intitulada "Filosofia, ciência e arte: o método hipotético e as analogias musicais em Diderot". Sua preocupação com a questão metodológica, com a dimensão teórica nas pesquisas, bem como o interesse pelo campo das artes e, especialmente, a música,

VOLTA AO SUMÁRIO

podem ser observadas na temática escolhida ainda no mestrado. A dissertação deu origem ao livro: "Diderot e as analogias musicais", publicado pela editora UFG, em 1997.

O ano de 2000 marca a defesa da tese de doutorado em epistemologia e metodologia das Ciências Sociais, concluída na USP, intitulada "As metáforas sociais: uma reconstrução metodológica do interacionismo simbólico", que deu origem aos livros: "As metáforas nas ciências sociais" e "Interacionismo simbólico e dramaturgia: a sociologia de Goffman", ambos publicados em 2005, pela editora Humanitas/Editora UFG.

Sua dedicação ao ensino e à formação de profissionais na área de Sociologia no estado de Goiás, no curso de licenciatura em Ciências Sociais, na especialização e na formação continuada de professores e professoras, marcaram o percurso constituído nos anos 1990, entre o período de ingresso como docente na Universidade Federal de Goiás e realização do doutorado.

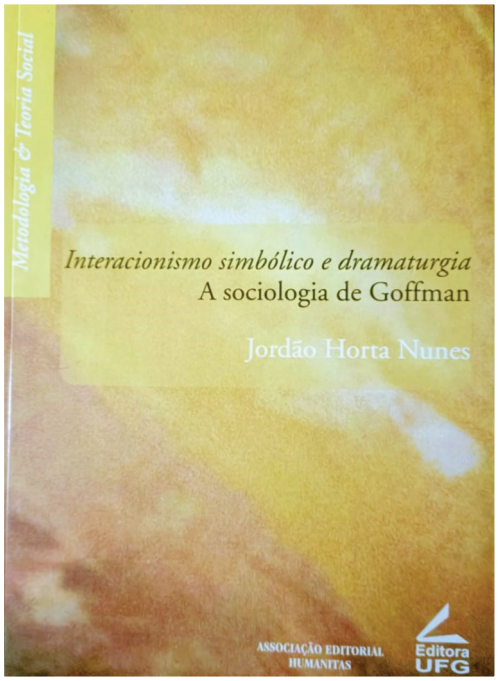
Os anos 2000 marcam o desenvolvimento do que podemos chamar de um programa de pesquisa, orientado por um conjunto de estudos, pesquisas e projetos direcionados para o campo das relações de trabalho, ocupações, profissões e o setor de serviços no estado de Goiás. A esse período se atribui um conjunto de atividades administrativas, de ensino e de pesquisa, como a coordenação do programa de pós-graduação em Sociologia (2003), a participação na licenciatura intercultural indígena (2007), a participação nas diversas edições do Congresso Brasileiro de Sociologia e a organização do Seminário de Trabalho e Gênero, que tem sua primeira edição realizada na UFG, na cidade de Goiânia (2006) e continua até 2012, quando passa a ser itinerante, com realização na UFU, em 2014.

Os projetos de pesquisa constituídos durante os anos 2000 se constroem em articulação com o desenvolvimento do Núcleo de Estudos sobre Trabalho (NEST) e apresentam uma preocupação importante: compreender, em suas diversas facetas, a região de Goiás. Vale evidenciar os projetos "O trabalho Informático em Goiás: mapeamento das ocupações e análise das formas de organização (2002-2003)", "Trabalho, gênero e precarização: o setor de confecções em Goiânia (2005-2007)", "Análise sociológica de serviços distributivos e pessoais: cultura de trabalho e práticas de consumo (2007-2011)", "Trabalho e qualificação no setor de serviços pessoais e distributivos (2008-2011)"; "As "pequenas profissões exóticas": precarização e formas atípicas de trabalho (2011-2013)".

Destaco também o projeto intitulado "Trabalho, gênero e participação: identidade, associativismo e políticas de emprego e renda", selecionado pelo Procad-NF 2008, que articulou os Programas de Pós-graduação em Sociologia da UFG (PPGS-UFG) e em Ciências Sociais da Unicamp (PPG Ciências Sociais) de 2009 a 2012, possibilitando o enriquecimento da formação de várias e vários estudantes da pós-graduação, bem como o fortalecimento do PPGS-UFG.

Nesse período, desenvolveu uma produção extensa e diversificada em formato de livros, artigos em revistas e participação em eventos nacionais e internacionais, dentre eles, os Congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia, a ABET e ALAST. Entre essas produções, des-

taco o livro "A seu dispor! Sociologia do trabalho em serviços", publicado em 2011, pela Editora da PUC. Organizado pelo próprio Jordão, o livro configura uma coletânea de pesquisas no campo do setor de serviços em Goiás, e, além de um capítulo seu, conta com outros oito textos escritos por suas orientadas e orientados, da iniciação científica à pós-graduação, tratando das mais diversas ocupações no setor de serviços em Goiás, como a identidade e a cultura de mototáxis, o trabalho em serviços musicais, a ocupação de guias de turismo, o trabalho e o consumo em serviços de fast food e o trabalho de serventes de limpeza. Ratifica, assim, uma característica de sua trajetória acadêmica e profissional: o apreço pela iniciação científica, orientando as/os discentes desde a graduação, que, em sua maioria, continuaram os estudos e pesquisas na pós-graduação, em Goiás ou em outras regiões do país.



Desde os anos de 2010, a dedicação ao ensino e a pesquisa no campo das relações de trabalho, identidade, associativismo, arte e educação, permanecem. Desde 2011, Jordão Horta Nunes é um dos coordenadores do GT Ocupações e Profissões, juntamente com Maria da Gloria Bonelli e Jacques Mick no Congresso Brasileiro de Sociologia. Foi tesoureiro da Sociedade Brasileira de Sociologia entre 2015 e 2017 e, desde 2022, é tesoureiro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET). Seus projetos consolidam um campo de pesquisa que articula trabalho em serviços, identidades, associativismo, arte e educação, orientando suas preocupações e interesses já visíveis desde suas pesquisas iniciais e fomentando um conjunto de estudos e pesquisas importantes para o campo da Sociologia e para o desenvolvimento das pesquisas sociológicas em Goiás.

Por fim, nesses 30 anos de dedicação ao ensino e à pesquisa na UFG, Jordão Horta Nunes, têm nos ensinado não apenas sobre o rigor da pesquisa e a preocupação com as teorias sociológicas, também compartilha o apreço pela arte, pela leitura e a música, construindo relações de amizade com docentes, orientadas /os e ex-orientadas/os, marcadas pela solidariedade, generosidade e sensibilidade que orientam uma geração de pesquisadoras e pesquisadores.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

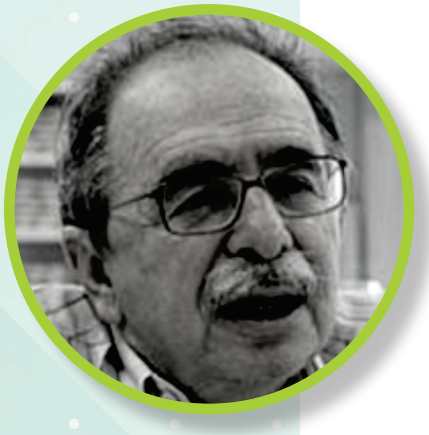
NUNES, Jordão Horta. Interacionismo simbólico e dramaturgia: a sociologia de Goffman. São Paulo/Goiânia: Humanitas/Editora UFG, 2005.

NUNES, J. H. (Org.) A seu dispor! Sociologia do trabalho em serviços. Goiânia: Editora da PUC – Goiás, 2011, v.1, p. 15-48.

NUNES, J. H. O trabalho de músicos no Brasil: tensões identitárias e arranjos domésticos. Revista Colombina de Sociología, Bogotá, v.40, p.107-128, 2017.

NUNES, J. H. Inserção múltipla, intermitência e filiação cultural. Civitas,Porto Alegre, v.21, p.159-171, 2021.

NUNES, J. H. Weegee à luz de Goffman: A construção do frame fotojornalístico. Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social, Rio de Janeiro, v.12, p.541 – 569, 2019.



JOSÉ ARLINDO SOARES

Por **Edvaldo Carvalho Alves** (UFPB)

José Arlindo Soares nasceu em 1946 na cidade de Massapê, na região do semiárido cearense distante 252 km da capital, Fortaleza. Primogênito de um pequeno comerciante e de uma funcionária pública estadual, aos 12 anos deixou a cidade natal, como faziam os filhos (as) das famílias que desejavam ter acesso a uma melhor educação, e foi estudar no seminário da cidade vizinha, Sobral. Em sua estada no seminário de Sobral, que durou três anos, Arlindo incorporou duas características fundamentais para o exercício do trabalho intelectual: a organização e a disciplina de estudo. Retornou em seguida para Massapê, onde, em meio a uma intensa participação em processos organizativos de atividades culturais e desportivas, concluiu o ginásio na CENEC (Campanha Nacional de Escolas Comunitárias). Como nesta instituição não existia o científico, hoje ensino médio, em 1963, Arlindo mudou-se para Fortaleza indo estudar no colégio João Pontes, também pertencente a esta mesma rede de ensino. Com um ano de sua chegada à capital do Ceará, eclodiu o golpe de 1964.

VOLTA AO SUMÁRIO

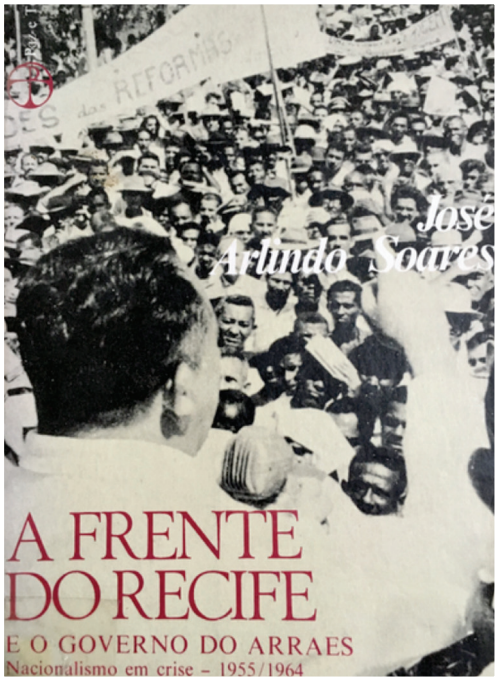
Contornando o autoritarismo do regime militar, no segundo ano de sua chegada, já presidente do grêmio de sua escola, organiza um movimento estadual, que uniu todos os representantes estudantis e, tinha como objetivo destituir a direção interventora do Centro dos Estudantes Secundaristas do Estado do Ceará (CESC). Como resultado deste movimento, conseguiu organizar um congresso estadual dos estudantes secundaristas do Ceará onde foi eleito seu presidente legal, com um programa que teve que ser aceito pelos militares.

No ano 1966, foi aprovado no vestibular para o curso de Direito na Universidade Federal do Ceará (UFC), dando continuidade à sua militância política no movimento estudantil, vinculado agora a uma pequena organização dissidente do Partido Operário Revolucionário Trotskista, denominada Fração Bolchevique. Com a publicação do AI5, em dezembro 1968, foi cassado dias depois, perdeu sua matrícula e foi forçado a deixar o Ceará, passando a viver na semiclandestinidade, residindo um tempo em São Paulo e Porto Alegre, onde alternava sua atuação política na organização trotskista com algumas atividades de trabalho. Casou-se em 1969 com Nancy, sua companheira de toda uma vida e, no ano seguinte, por solicitação da organização da qual fazia parte, embarcou para a cidade do Recife, onde teria como missão realizar um trabalho de reestruturação política. No entanto, com poucos dias de sua chegada na cidade, foi preso, processado e, em seguida, condenado a três anos de reclusão. Cumpriu dois anos e oito meses de prisão e, durante o período do cárcere, tomou a decisão de atuar politicamente apenas no âmbito de instituições legais se interessando por estudar o processo histórico, a estrutura e funcionamento do campo político e seus agentes.

Ao sair da prisão se deparou com três possibilidades para seu futuro: sair do país e viver no exilio; voltar para o Ceará ou ficar na cidade do Recife. Escolheu a última e, no final de 1972, a sociologia surgiu no seu caminho! Prestou vestibular para a Faculdade de Ciências Políticas, instituição privada de ensino superior que contava, na época, com certo reconhecimento de sua qualidade de ensino por parte da intelectualidade de esquerda do Recife e que era de propriedade de um empresário local que possuía trânsito e influência no MEC. No final do ano de 1973, por meio de um decreto do MEC, esta faculdade foi incorporada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e, assim, Arlindo se transforma em aluno de graduação do curso de Ciências Sociais da UFPE.

Durante os anos da graduação, alternou as atividades acadêmicas com o trabalho docente no ensino médio e em cursinhos pré-universitários na cidade do Recife. Concluiu a graduação em 1976 e, no mesmo ano, foi aprovado no mestrado em sociologia da UFPE. Com bolsa do CNPq e sob a orientação do professor Manoel Correia de Andrade, concluiu seu mestrado em 1980, com uma dissertação sobre o movimento da "Frente do Recife", uma aliança político-partidária que aglutinou, no período de 1955-64, as principais forças políticas de esquerda e nacionalistas do Estado de Pernambuco em defesa da institucionalidade democrática. Dois anos mais tarde, em 1982, por uma sugestão do professor Francisco de Oliveira, a disser-

tação foi lançada como livro, pela editora Paz e Terra com o título, "A frente do Recife e o Governo Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964".



Recém-concluído o mestrado, ainda no ano de 1980, por uma indicação do professor e amigo Mauro Pinheiro Guilherme Koury, prestou seleção e foi aprovado como professor colaborador no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde ministrou aulas, orientou alunos, na graduação e pós-graduação, e desenvolveu projetos de pesquisas, sempre em parceira com o Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, em Recife, que ajudou a fundar, fez parte de sua diretoria, foi presidente em várias gestões e seguiu atuando. Um exemplo dessas pesquisas foi a que deu origem ao livro "Sindicatos em uma época de crise", publicado em 1984 pela editora Vozes, que agregou, além do centro Josué de Castro e da UFPB, outras instituições de ensino superior do país com financiamento da Fundação Frederico Herbert, do Partido Social-Democrata Alemão, e tinha como objetivo central formular uma proposta alternativa à CLT, num esforço de se antecipar à proposta que vinha sendo formulada pelo governo do então general João Baptista Figueiredo.

Ainda em 1984, prestou seleção para o doutorado na Universidade de Brasília (UNB) e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Foi aprovado em ambas, mas escolheu, por questões logísticas, a UNB. Em 1985, quando já tinha concluído metade dos créditos do doutorado foi convidado pelo prefeito eleito da cidade do Recife, Jarbas Vasconcelos, para compor sua equipe de governo, ocupando a pasta da Secretaria de Ação Social. Aceitou o convite, trancou a matrícula no doutorado e tirou licença não remunerada da UFPB. Permaneceu no cargo até o final da gestão, em 1988, e publicou, a partir desta experiência, o livro "Poder local e participação popular".

Em 1989 retornou às suas atividades na UFPB e, em 1993, reabriu sua matrícula no doutorado em Sociologia. Com uma bolsa da CAPES de doutorado sanduíche, permaneceu um ano em Paris e, ao regressar, defendeu sua tese em 1996, sob a orientação do professor Benicio Ribeiro Schmitd, com título "Poder Local, Participação Popular e Alianças Políticas", tema que integrava sua agenda de pesquisa.

Retornando à UFPB, assumiu a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e, como desdobramento de sua tese, desenvolveu, mais uma vez, em parceria com o Centro Josué de Castro, a pesquisa "Os desafios da gestão democrática", com financiamento da Comunidade Econômica Europeia, que analisou, de forma comparativa, a gestão municipal em quatro cidades, duas com gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) e duas com gestão do Partido do Movimento Democrática Brasileiro (PMDB), hoje MDB. Desta pesquisa, foi publicado, em 1998, o livro "Os desafios da gestão democrática municipal".

No final deste mesmo ano, recebeu o convite para participar da elaboração do plano de governo do candidato a governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos. Após a eleição, em 1999, foi nomeado Secretário do Planejamento e Desenvolvimento social do Estado de Pernambuco, ficando no cargo até 2005. Durante este período, afastou-se das atividades acadêmicas na UFPB, voltando apenas em 2006. Em 2007, por pressões familiares no sentido de reduzir a quantidade de suas atividades de trabalho, se aposentou da UFPB, mas permaneceu atuando, como pesquisador e gestor, no Centro Josué de Castro.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o Governo Arraes:* nacionalismo em crise 1955-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SOARES, J.A. Tendências Atuais do Sindicalismo no Nordeste. In CASTRO, R. (org.) *Sindicatos em uma Época de Crise*. Petrópolis, Vozes, 1984

SOARES, J. A. *Os Desafios da gestão Democrática*. a experiência do Recife. 1. ed. São Paulo: Pólis, 1998. v. 1. 162p.

SOARES, J. A. *Alternativas para um Novo Modelo de Gestão Municipal*. 1. ed. Brasília – DF: Instituto Pólis, 1998. v. 1. 162p.

SOARES, J. A; CACCIA-BAVA, S.(Org.) *Os desafios da gestão municipal democrática*. São Paulo-SP: Cortez, 1998.

SOARES, J. A. *O Orçamento nos Municípios do Nordeste Brasileiro*. 1. ed. Brasília – DF: Paralelo, 1997. v. 1. 220p.

SOARES, J. A.; SOLER, S. (Org.). *Poder Local e Participação Popular*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. v. 1.



JOSUÉ PEREIRA DA SILVA

Por **Enrico Bueno** (IFG)

Se fosse necessário definir a sociologia de Josué Pereira da Silva em poucas palavras, o aspecto mais proeminente a ser retratado seria seu antidogmatismo. Por um lado, sua produção destaca a rejeição a qualquer ortodoxia teórica: dentre suas influências e referências, nada é tomado sem ponderações críticas, nem rejeitado sem estudo criterioso. Por outro lado, tal antidogmatismo se revela também na postura autocrítica em relação às formulações alcançadas: sempre incomodado com os limites encontrados nas posições a que aderiu, não se furta a ampliar seu leque de interlocuções para superá-los. Do que resulta não um ecletismo frouxo, mas uma verdadeira trajetória de pensamento na qual se verifica grande solidez na construção teórica de cada etapa particular, bem como um fio condutor mais ou menos claro em sua totalidade.

A heterogeneidade teórica de Josué Pereira da Silva pode ser melhor entendida à luz da heterogeneidade das experiências, existenciais e intelectuais, que concorreram para a conformação de seu pensamento. Nascido (1951) e crescido no interior da Bahia, trabalhou desde muito cedo e foi alfabetizado tardiamente. Graduou-se como Bacharel em Economia na USP em 1980, defendeu

VOLTA AO SUMÁRIO

seu Mestrado em História na Unicamp em 1988 e obteve o título de Doutor em Sociologia pela New School for Social Research, em 1993. Em 1994 começou a lecionar na Unicamp como bolsista, e em 1998 passou a integrar a instituição de forma permanente, como professor de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Nos escritos em que se permite colocações autobiográficas (SILVA, 2005, 2019, 2020, 2021), não converte sua trajetória em algum tipo de narrativa ideológica meritocrática no que tange à mobilidade social; do mesmo modo, sua obra sociológica rejeita constante e deliberadamente tal tendência. Pelo contrário: conhecendo a exaustão de longas jornadas de trabalho braçal, estudou as lutas dos trabalhadores pela redução da jornada (SILVA, 1996); familiarizado com as consequências da privação material, propôs-se a entender e defender a Renda Básica Universal (SILVA, 2014); ciente dos efeitos desumanizantes da subcidadania brasileira, fez da cidadania um dos seus objetos de investigação (SILVA, 2008).

Entre publicações monográficas e edições, sua obra contabiliza quase vinte livros, além de dezenas de outras intervenções como artigos, comunicações e capítulos. Em meio a esse rico arcabouço, alguns trabalhos ganham destaque: a) Três Discursos, Uma Sentença, resultante de sua dissertação de mestrado, na qual trata das disputas em São Paulo pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias no contexto da República Velha; b) André Gorz: trabalho e política, sua tese de doutorado, que a um só tempo discute a chamada "crise do trabalho" nas sociedades industriais contemporâneas e nos apresenta a trajetória sócio filosófica de André Gorz, constituindo um dos mais importantes trabalhos para a recepção do filósofo francês no Brasil; c) Trabalho, Cidadania e Reconhecimento, obra de grande densidade teórica, em que Josué trata das questões mais sobressalientes na teoria crítica contemporânea a partir dos três eixos conceituais anunciados no título; d) Por que Renda Básica?, uma coletânea de doze textos (entre artigos e entrevistas do autor) na qual não apenas se introduz o programa sociopolítico que o intitula, como também o relaciona com proeminentes debates da teoria social contemporânea (cidadania, desigualdade, redistribuição, reconhecimento, justiça social) e com a polêmica teórica sobre o estatuto do trabalho na atualidade; e) Sociologia Crítica e Crise da Esquerda, na qual são reunidos nove artigos, em que encontramos as posições mais acabadas do autor sobre os principais temas de sua trajetória: tempo de trabalho, reconhecimento, desigualdade, renda básica e o significado de uma teoria social crítica em face dos desafios contemporâneos.

Além da rica fortuna crítica que pode ser explorada nos trabalhos sociológicos, há também uma vertente mais literária e intimista na produção de Josué Pereira da Silva. Pode-se dizer que sua primeira manifestação se encontra em Os Filhos de Dona Silva, de 2005, um conjunto de depoimentos autobiográficos (dele e de cinco de seus irmãos) que narram suas trajetórias desde os tempos árduos em Jequié, sertão baiano, até a migração para São Paulo, bem como as lutas, desventuras, frustrações e conquistas experienciadas por cada um. Seja pela caracterização de sua personagem central, Silvana Pereira da Silva (mãe de Josué), seja pela descrição das condições de vida e do aspecto migratório, é inevitável que o livro também seja lido com olhar sociológico.

Mais tarde, em dois livros de contos que mesclam reminiscências e ficções, o universo das experiências pessoais de Josué foi expandido a seus leitores: trata-se de Quase Contos, Quase Casos, de 2020, e Contos de Outono, de 2021. Desde sua aposentadoria, em 2020, a aguçada percepção de Josué a respeito da vida social tem se deslocado para uma expressão literária em geral leve e bem-humorada, mas que não deixa de refletir, indireta e sutilmente, a significação sociológica que atribui à própria trajetória e suas experiências mais marcantes.



No que tange à obra sociológica propriamente dita, é inquestionável que sua contribuição fundamental se encontra no campo da teoria social – ou ainda, como prefere Fréderic Vandenberghe, da metateoria. No GT de Teoria Social da ANPOCS (do qual se constituiu como importante personagem), nas disciplinas ofertadas na Unicamp, nos livros e nas demais intervenções escritas, Josué buscou contribuir para a discussão dos fundamentos conceituais e a problematização de modelos macrossociológicos que servem como quadro referencial à explicação dos problemas sociais contemporâneos. Ainda que alguns escritos tenham se dedicado a questões empíricas particulares (como em sua dissertação de mestrado ou nas análises sobre a Lei da Renda Básica e o Programa Bolsa Família), seu grande legado se encontra nos estudos acerca de importantes modelos teóricos que dominaram a cena sociológica na segunda metade do século XX.

Particularmente, trata-se de uma contribuição no campo da teoria social crítica. E ainda que por vezes esse termo possa por vezes remeter, de forma específica, à orientação teórica herdeira da Escola de Frankfurt – como indicam seus trabalhos a respeito de Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, Axel Honneth e Nancy Fraser –, a compreensão de Josué acerca do campo excede essa tradição. Assim, nota-se em seus estudos a presença de Michel Foucault, Alain Caillé e Boaventura de Sousa Santos; além do já mencionado André Gorz, central em sua trajetória e de quem foi amigo pessoal.

Destarte, mesmo carregando uma conceituação para a Teoria Crítica que remonta ao programa de Max Horkheimer – uma crítica imanente da sociedade voltada à sua emancipação, sob a qual se constitui um diagnóstico de época (cf. Silva, 2018) –, possui uma visão flexível o suficiente desses termos para não restringir o campo por demasiado. Além disso, sua supra-

mencionada postura antidogmática não lhe permite abdicar de eventuais interlocuções (mesmo que, por vezes, bastante crítica) com autores que dificilmente se encaixariam no escopo: é o caso, por exemplo, de Anthony Giddens, Daniel Bell, Ralf Dahrendorf, David Lockwood e T.H. Marshall. Uma posição que deveria caracterizar o campo, mas que infelizmente é menos comum do que se supõe.

Assim, é a orientação à emancipação que deve ser vista como o fio condutor de seu trabalho; e isso é válido mesmo para sua obra anterior à sua aproximação com a tradição de Frankfurt. É sob este referencial que pode ser lida sua aproximação com o marxismo na juventude, sua discussão sobre a centralidade categórica do trabalho, seus estudos sobre as lutas por trabalho digno, seu engajamento nas discussões contemporâneas sobre cidadania e Renda Básica, bem como sua importante participação na recepção brasileira da polêmica entre Axel Honneth e Nancy Fraser. Em geral, é a busca de um refinado entendimento macrossociológico das formas contemporâneas de dominação e opressão, bem como as abordagens teóricas que tratam de pensar sua superação, que constitui sua obra. E é exatamente por isso que Josué Pereira da Silva se destaca como um dos mais proeminentes teóricos críticos da sociologia brasileira.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SILVA, Josué Pereira da. Três Discursos, Uma Sentença: Tempo e Trabalho em São Paulo (1906-1932). São Paulo: Annablume/FAPESP, 1996.

_____. André Gorz: trabalho e política. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. (org.) Os Filhos de Dona Silva. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Trabalho, Cidadania e Reconhecimento. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. SILVA, Por que renda básica? São Paulo: Annablume, 2014.

_____. "Epistemologia do Sul como Teoria Crítica? Nota crítica sobre a teoria da emancipação de Boaventura de Sousa Santos". In: Mariana Chaguri e Mário Medeiros. (Org.). Rumos do Sul: Periferia e pensamento social. São Paulo: Alameda, 2018.

_____. Sociologia crítica e a crise da esquerda. São Paulo: Intermeios, 2019.

_____. Quase Contos, Quase Casos. São Paulo: Edição do autor, 2020.

_____. Contos de Outono. São Paulo: Edição do autor, 2021.



LAYMERT GARCIA DOS SANTOS

Por **Pedro P. Ferreira** (Unicamp)

Certa vez o sociólogo brasileiro – Chico de Oliveira – disse, sobre Laymert Garcia dos Santos: "aquilo que ele produz é quase grego, é preciso ouvir com muita atenção para entender o que ele está dizendo". (in Maciel e Freitas 2013:281) De fato, aqueles de nós que já presenciamos algumas aulas ou palestras suas devemos nos lembrar do típico momento em que ele pergunta a seu público, como que para testar o funcionamento do canal de comunicação, mas também para nos convidar a embarcar na viagem que ele está propondo: "dá pra entender o que eu estou falando?" Muitas vezes, Laymert é chamado de "pessimista", por jogar sua forte luz sobre os problemas cruciais de nossa contemporaneidade (não apenas em textos acadêmicos, mas também nas suas dezenas de publicações em jornais, revistas e outros veículos de ampla circulação), ao que ele sempre responde: "não sou pessimista, sou realista". E nada me parece mais realista do que suas perspectivas críticas com relação à "esquerda" – por raramente ter conseguido pensar de fato a tecnologia –, à modernidade – por sua surdez à humanidade fundamental dos povos tradicionais da Terra – e ao Brasil em particular

VOLTA AO SUMÁRIO

– por ainda não encarar de frente seu double bind fundante, magistralmente expresso na sua versão para a torção antropofágica do dilema shakespeareano (Hamlet): "tupi and not tupi".

Desde sua graduação em Comunicação Social (Jornalismo) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1969, Laymert já vinha investigando a problemática comunicacional da mediação tecnoestética na individuação coletiva, algo que se estendeu ao seu mestrado em Sociologie des Sociétés Industrielles na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em 1975 (sob orientação de Gérard Métayer e intitulado Les rapports entre télédistribution et téléinformatique: bilan de l'évotution du probleme dans le monde des idées et réalisations), e se aprofundou em seu doutorado em Sciences de l'Information na Université de Paris VII – Université Denis Diderot, em 1980 (sob orientação de Armand Mattelart e intitulado Les dérèglements de la rationalité; publicado no Brasil em 1981 como Desregulagens: educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social). Durante esses 10 anos de estudo, pesquisa e trabalho na França, Laymert pôde acompanhar presencialmente cursos de Michel Foucault e de Gilles Deleuze, e estudou as obras desses e outros filósofos franceses (com destaque para Henri Bergson e Gilbert Simondon) que nunca mais deixaram de figurar em seus escritos.

Quando retornou ao Brasil em 1981, Laymert passou a lecionar na Faculdade de Educação (FE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), após curtas passagens como docente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Pontífica Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Naquele momento, as publicações de Laymert desenvolviam principalmente (mas não apenas) uma perspectiva crítica, fortemente influenciada pelas ideias de Bergson, Simondon e Deleuze, sobre os usos educacionais e culturais de tecnologias da informação. Em 1982, Laymert publicou uma importante tradução bilíngue de Le discours de la servitude volontaire, de Etienne de La Boétie, com comentários de Pierre Clastres, Claude Lefort e Marilena Chauí. Nesse mesmo ano, se aproximou de Félix Guattari quando este visitou o país, acompanhando-o em diversas atividades e realizando uma entrevista com ele enquanto o levava, em seu automóvel, entre um compromisso e outro – naquilo que o sociólogo descreveu como um "dispositivo de humanos e máquinas que pudesse liberar os afetos e fazer da entrevista um verdadeiro agenciamento maquínico" (Garcia dos Santos 2016:14). Além disso, Laymert contribuiu decisivamente para a publicação imediata, ainda em 1982, de uma entrevista que Guattari realizou com Luiz Inácio "Lula" da Silva – que concorria pela primeira vez a um cargo público (o governo do Estado de São Paulo) pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) –, intitulada Félix Guattari entrevista Lula. Naquele momento, importava para Laymert "pensar os deslocamentos e diferenças que a própria fidelidade aos conceitos dessa filosofia [de Deleuze e Guattari] exigiam, quando apropriados a partir do Brasil" (Garcia dos Santos 2016:14), algo que se refletiu em sua produção da época, em parte reunida em seu livro Tempo de ensaio, de 1989.

O estágio pós-doutoral de Laymert na Universidade de Oxford em 1992-3 (como "Sérgio Buarque de Holanda Visiting Fellow" no St. Antony's College) marcou, a meu ver, sua tran-

sição, do campo das telecomunicações num sentido mais amplo, para o da Sociologia da Tecnologia num sentido mais específico – uma diferença na verdade sutil, mas institucionalmente importante, e sobre a qual ele uma vez comentou:



"Sempre tive grande dificuldade para dizer o que fazia [...]. Um belo dia, quando cheguei na Inglaterra como professor visitante em 1992, [o sociólogo português] Hermínio Martins falou: 'o que você faz é Sociologia da Tecnologia'. A partir daí, adotei este rótulo." (Laymert Garcia dos Santos in CTeMe 2005:162)

Essa redefinição de Laymert no campo da sociologia da tecnologia, confirmada pela sua transferência para o Departamento de Sociologia (DS) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp em 1994, foi marcada pela problemática socioambiental, trabalhada por ele em um contexto de "predação hi-tech" e racionalidade neoliberal. Um bom exemplo deste novo momento da trajetória de Laymert foi sua aproximação do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC). Em seus primeiros anos no DS/IFCH, Laymert desenvolveu uma abordagem própria para a problemática socioambiental, articulando de maneira original: um acompanhamento atento e criterioso dos avanços tecnocientíficos nos campos da informática e da genética (biotecnologia); uma sensibilidade e aptidão notáveis para traduzir sociologicamente debates e proposições oriundas da filosofia e do mundo das artes; e um engajamento direto e consistente com a tecnoestética e a cosmopolítica do povo indígena Yanomami. Com relação a este último ponto, cabe mencionar aqui o seu intenso engajamento, durante os anos 1990, na Comissão Índios no Brasil, na Comissão Pró-Yanomami (CCPY) – em especial na pessoa de Davi Kopenawa – e no Instituto Socioambiental (ISA). Recusando simultaneamente três grandes divisores que tipicamente marcam o pensamento ocidental (entre teoria e prática, primitivos e modernos e arte e ciência), neste período Laymert produziu conhecimento sociológico que não opõe, antes articula teórica e praticamente: arte, tecnologia, ciência e xamanismo. Uma boa amostra de sua produção durante esse período foi reunida em Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética, de 2003.

Em 2003 Laymert me acompanhou na criação do Grupo de Pesquisa Conhecimento, Tecnologia e Mercado (CTeMe). Durante pouco mais de dez anos, o grupo ofereceu um contexto para

que uma dezena de pós-graduandos do IFCH pudesse se reunir para debater, com o professor, textos e outros materiais ligados às suas pesquisas, além de realizar coautorias, publicações, eventos e encontros acadêmicos. Nessa altura, porém, Laymert parecia estar já passando por uma nova inflexão em sua trajetória. Apesar de extremamente ativo no mundo acadêmico como pesquisador produtivo, orientador de dezenas de mestrados e doutorados e professor na graduação e na pós (e até chefe de departamento!), Laymert foi, ao longo dos anos 2000, se voltando cada vez mais para além das Ciências Sociais, e envolvendo-se com os aspectos tecnoestéticos e cosmopolíticos da crise socioambiental global. Foi nesse novo contexto que ele dividiu com Cynthia Morrison-Bell a curadoria da exposição coletiva Citizens no Pitzhanger Manor Museum (Londres, UK) em 2005; foi convidado pelo então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, para integrar o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC/MinC), em 2007; participou da exposição Futuro do Pretérito de Rubens Mano no Museu Nacional da República (Brasília, DF), em 2010; e foi Diretor da Fundação Bienal de São Paulo entre 2009 e 2010.

Em especial na segunda metade da década de 2000, Laymert se envolveu intensamente em uma colaboração cruzada com xamãs yanomami, pesquisadores das mais diversas áreas e artistas brasileiros e europeus na realização de encontros e viagens ligadas à composição da Ópera Multimídia Amazonas – apresentada em 2010 na Alemanha e no Brasil, e cuja concepção artística o sociólogo dividiu com os artistas Peter Ruzicka e Peter Weibel. Essa colaboração culminou, em 2011, num importante encontro de 40 xamãs yanomami na comunidade Watoriki (Demini, localizada no Estado brasileiro de Roraima), matéria prima do filme Xapiri – lançado em 2012, e cuja direção Laymert dividiu com Bruce Albert, Stella Senra, Leandro Lima e Gisela Motta. Foi ainda em 2011 que Laymert ministrou sua última disciplina IFCH/Unicamp, dedicada totalmente às obras de Gilbert Simondon (cf. Garcia dos Santos 2022), retirando-se depois disso para licenças e aposentadoria em 2012.

Desde sua aposentadoria, Laymert tem se dedicado sobretudo ao mundo das artes: realizou, em 2014, a curadoria da exposição Lorenzato, a grandeza da modéstia (Galeria Estação, São Paulo) e lançou, em 2019, o livro Às voltas com Lautréamont. Também tem sido notável sua voz ativa nas discussões políticas sobre cultura e tecnologia, em particular na resistência à revoltante escalada do fascismo no Brasil desde o golpe de 2016. Recentemente entrevistado para a terceira temporada da série Amigos, Sons e Palavras de Gilberto Gil (2023), Laymert continua causando forte impressão em seguidas gerações de pesquisadores, para muito além das Ciências Sociais.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

GARCIA DOS SANTOS, Laymert. 2023. L (site do Laymert). Acessível https://www.laymert.com.br/

_____. 2013. *Amazônia transcultural:* xamanismo e tecnociência na ópera/ Transcultural Amazonas: shamanism and technoscience in the opera. São Paulo: N-1.

_____. 2003. *Politizar as novas tecnologias:* impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed.34.

_____. 2003. A informação após a virada cibernética. In: Laymert Garcia dos Santos; Maria R. Kehl; Bernardo Kucinski; Walter Pinheiro. *Revolução tecnológica, internet e socialismo.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, pp.9-33.

_____. 2001. Drucksache N.F.6. International Heiner Muller Gesellschaft. Dusseldorf: Richert Verlag.

_____. 1989. *Tempo de ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 1982. *Alienação e capitalismo.* São Paulo, Brasiliense.

_____. 1981. *Desregulagens:* educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social. São Paulo, Brasiliense.



SOBRE O AUTOR

AMADEU, Sergio. 2021. *Novos cercamentos digitais.* Tecnopolítica 101, 27/07/2021. Acessível em: https://www.youtube.com/watch?v=DUv5qtsIm-M

CTeMe. 2005. Demasiadamente pós-humano: entrevista com Laymert Garcia dos Santos. *Novos Estudos CEBRAP* 72:161-75.

FARIA, Glauco; CARVALHO, Igor. 2013. *É preciso entender as redes e as ruas*. Fórum 127. Acessível em: https://revistaforum.com.br/midia/2013/10/20/preciso-entender-as-redes-as-ruas-7786.html

FERREIRA, Pedro P. 2019. *O xamanismo na era de sua reprodutibilidade técnica*. doispontos: 16(3):81-98.

FACTA. 2017. *Tupi and not tupi:* entrevista com Laymert Garcia dos Santos. Facta 4:82-87. Acessível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLsw_xJJWUU1SmcjEIT9YbNUJCI4E6IP2l

GIL, Gilberto. 2023. *Amigos, Sons e Palavras*. 3a Temporada. Canal Brasil.

KASSAB, Álvaro. 2008. O futuro humano. *Jornal da Unicamp* 402. 14 de julho a 2 de agosto, pp.12-3.

_____. 2003. A tecnociência no centro da discussão (embora ela não goste). *Jornal da Unicamp* 240. 8 a 23 de dezembro, pp.6-7.

ORSI, Carlos. 2016. Para Laymert, país já vive Estado de Exceção. *Jornal da Unicamp* 654. 2 a 8 de maio, pp.5-7.



LEDA GITAHY

Por **Claudiana Guedes de Jesus** (UFRRJ)
e **Nanci Stancki da Luz** (UFTPR)

Leda Maria Caira Gitahy nasceu em 26 de junho de 1949 na cidade de São Paulo. O estímulo familiar foi fundamental para a sua dedicação aos estudos. Com sua mãe, Eunice Caira Gitahy, aprendeu a gostar de literatura, e com seu pai, Heraldo de Souza Gitahy (in memoriam), pesquisador do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT e professor da Poli/USP, se inteirou da discussão sobre a importância do desenvolvimento da pesquisa endógena no país.

Leda iniciou o curso de Artes Plásticas na FAAP (1968) e História na USP (1969), mas o contexto de repressão da Ditadura Militar obrigou-a a alterar os caminhos de sua vida acadêmica quando, em outubro de 1968, durante o Congresso da UNE em Ibiúna/SP, foi presa. Através da militância política estudantil encontrou Bernardino Ribeiro de Figueiredo, companheiro de vida e pai de seus dois filhos. Na época, Bernardino era Presidente do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e, atualmente, é Geólogo e professor Emérito da Unicamp.

A promulgação do AI-5, em 1969, e a intensificação das perseguições políticas obrigaram Leda e Bernardino

VOLTA AO SUMÁRIO

a deixar o país e, por via terrestre, se deslocaram para Santiago do Chile. De 1970 a 1973, Leda foi aluna regular do curso de Sociologia da Universidade do Chile. De 1970-1971, atuou como auxiliar de pesquisa no "Fondo de Educación y Extención Sindical". O golpe militar no Chile, em 1973, e a repressão instaurada naquele país, frustraram a perspectiva e a construção de uma vida acadêmica e política. Com a proteção da Comissariado de Refugiado da ONU, deixaram o país e rumaram para Suécia. Após um tempo em campo para refugiados na Suécia, foram morar em Uppsala, onde residiram de 1973 a 1980.

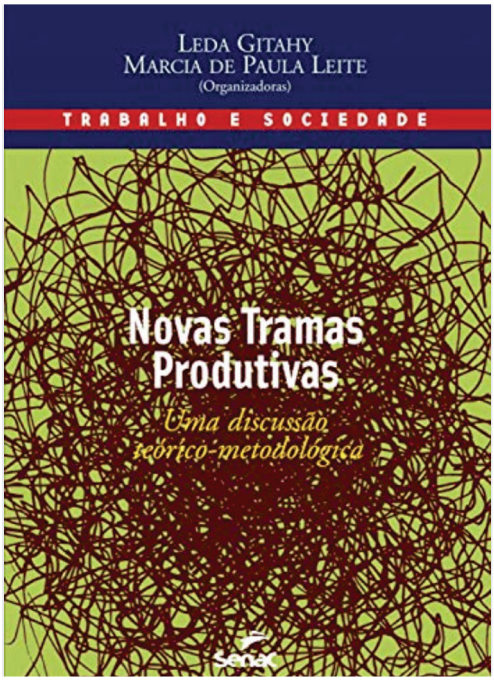
Fora do Brasil, nasceram seus dois filhos. Guilherme Gitahy de Figueiredo, primeiro filho, nasceu no Chile; é antropólogo e professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), casado com Eliane Góis da Silva. Francisco Gitahy de Figueiredo, segundo filho, nasceu na Suécia, é urbanista e arquiteto pela USP; é casado com Isaldete Rosa de Souza e pai de Sofia Souza Gitahy de Figueiredo e Ian Souza Gitahy de Figueiredo.

A continuidade de sua formação acadêmica em sociologia aconteceu no exterior quando, em 1974, ingressou na Universidade de Uppsala, instituição na qual concluiu a graduação em Sociologia (1979) com o trabalho de conclusão "Kvinnoanalysen inom den Klassiska Marxismen" (A análise da mulher no marxismo clássico). Logo depois, concluiu o mestrado em Ciências Sociais (1980) com a dissertação "Arbetsprocessens Dubbelkaraktär: En Kritik av Bravermans Degraderings Teser" (O Duplo Caráter do Processo de Trabalho: Uma Crítica às Teses de Degradação de Braverman).

O retorno ao Brasil, no início da década de 1980, deveu-se à Lei da Anistia (1979). Em 1981, residindo em Campinas, recebeu convite do Professor Amílcar Herrera para ser pesquisadora do Instituto de Geociências da UNICAMP. De 1981 a 1982, foi bolsista de doutorado da Universidade de Uppsala e, a partir de 1983 passou a ser pesquisadora do NPCT-UNICAMP no projeto "Prospectiva Tecnológica para a América Latina". Em 1984, iniciou suas atividades como docente do Instituto de Geociências (UNICAMP). Leda Gitahy teve importante contribuição, ao lado do Professor Amílcar Herrera e equipe, para a criação do Instituto de Geociências, particularmente do Departamento de Política Científica e Tecnológica (1985) e do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica (1988). Em 2000, Leda voltou à Suécia para defender seu doutorado em Sociologia com a tese "A New Paradigm of Industrial Organization: The diffusion of Technological and Managerial Innovations in the Brazilian Industry", orientada pelo Professor Pablo Suarez, composta por uma introdução teórico metodológica e seis artigos publicados. Foi a primeira tese da Universidade de Uppsala (criada em 1477) a ser publicada na internet.

Há mais de quatro décadas, dedica-se a importantes estudos na área do trabalho, ciência e tecnologia. Leda Gitahy tem relevante coordenação e/ou participação em pesquisas nacionais e internacionais, destacando-se em discussões inovadoras e críticas sobre organização do trabalho, processos de reestruturação produtiva, mudanças tecnológicas e trabalho, mulher e trabalho, mulheres e sindicato, divisão sexual do trabalho, movimentos sociais, mercado de

trabalho, sindicatos, algoritmos e desinformação e outras temáticas de grande relevância social e acadêmica.



Seu perfil solidário e colaborativo contribuiu para a formação de redes de pesquisadores de diversas instituições nacionais e internacionais. A partir de parcerias com Elizabeth Souza Lobo (in memoriam), Helena Hirata, Rosa Lúcia Moysés, John Humphrey, Alice Rangel de Paiva Abreu, Elizabeth Bortolaia Silva, Alice Abreu, Nadya Araújo Guimarães, Márcia Leite e José Ricardo Ramalho, organizou grupos de pesquisa e de trabalho, participou da criação do GTs na ANPOCS, na ABET e na Red Latinoamericana de Educación Trabajo – ALAST. Coordenou diversos projetos de pesquisas fomentados tanto por instituições nacionais quanto por internacionais (CNPq, CAPES, FINEP, Fapesp, etc.). Destacamos dois projetos atuais e aprovados pela Fapesp, a saber, um internacional ENDURE: Inequalities, Community Resilience and New Governance Modalities in a Post-Pandemic World convênio/acordo com Trans-Atlantic Plarform for the Social Sciences and Humanities e outro nacional sobre Desinformação, Negacionismo e Divulgação Científica.

Atua no Departamento de Política Científica e Tecnológica – DPCT/IG/Unicamp, além de professora colaboradora do Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal do Oeste do Pará, Coordenadora do Laboratório de Tecnologia e Transformações Sociais (LabTTS), membro do Grupo de Estudos sobre Desinformação nas Redes Sociais da Unicamp e da Rede Infovid entre outros.

Leda sempre foi docente e orientadora dedicada, amorosa e com capacidade intelectual ímpar, partilhando solidariamente sua sabedoria. Orientou vários projetos de pesquisa que resultaram em dezenas de mestras/es e doutoras/es atuando no Brasil e fora, pesquisadoras/es e professoras/es comprometida/os com um entendimento aprofundado e orientado. Professora Leda Gitahy marcou vidas e fez história. Sua visão peculiar desconstrói a visão engessada da ciência e inova nos métodos e nos temas, pensando à frente de seu tempo, somada ao seu jeito acolhedor, de se preocupar com todos. Por vários momentos, em que seus orientandos de pós-graduação estavam desanimados, desesperados e por vezes desiludidos, ela sempre diz: “Nunca percam a esperança”!

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

AZEVEDO, Alessandra B. A.; GITAHY, Leda. *The Cooperative Movement, Self-Management, and Competitiveness: The Case of Mondragón Corporación Cooperativa.* Working USA, v. 13, p. 5-29, 2010.

GITAHY, Leda; HIRATA, H.; HUMPHREY, J.; MOISÉS, R.; LOBO, E. *Le sexe du travail* – Structures familiales et système productif. Presses Universitaires de Grenoble, 1984. 320p.

GITAHY, Leda; HUMPHREY, John; LOBO, Elizabeth. *Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. A Classe operária tem dois sexos:* trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 17-46.

GITAHY, Leda; ARAUJO, Angela M. C. ; RACHID, A. ; CUNHA, A. M. . Brazil: Between Global Trends and National Politics – Restructuring and Worker's Responses. In: Nichols, T. and Cam, S. (Org.). *Labour in a Global World* – Case Studies from the White Goods Industry in Africa, South America, East Asia and Europe. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005, p. 173-205.

LOBO, Elizabeth; HUMPHREY, John; GITAHY, Leda; MOYSES, R. A "prática invisível" das operárias. In: Andrée Kartchevsks...et. al. (Org.). *O Sexo do Trabalho.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 131-144.

MEDEIROS, Iraci A.; GITAHY, Leda. *Ecologia de saberes?* Uma experiência de formação superior indígena. Educação e Socioeconomia Solidária: Fundamentos da produção social de conhecimento. 1ed.Cáceres: UNEMAT, 2019, v. 8, p. 99-128.

PARRA-ROMERO, Adela. GITAHY, Leda. *Movimiento social como actor* – red: Ensamblando el comité por la defensa del Agua y del Páramo de Santurbán. Universitas humanística, v. 84, p. 1-30, 2017.



LUIZA HELENA DE BAIRROS

Por **Vanda Sá Barreto** (CRH-UFBA)

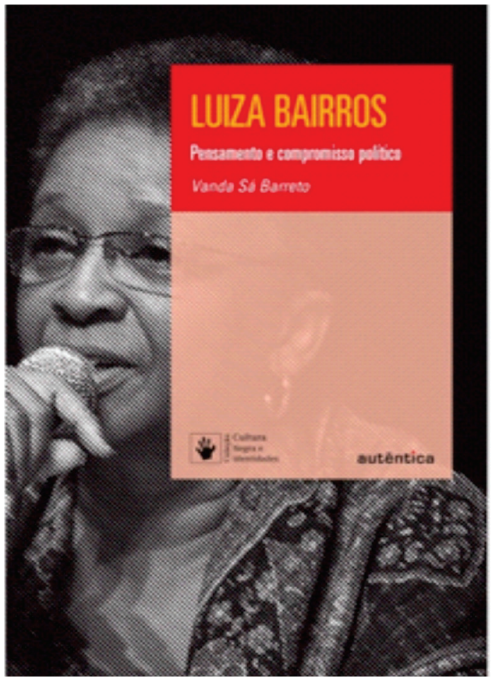
Convivi com Luiza Bairros durante mais de 30 anos, e tudo começou quando, em 1979, Luiza chega para morar em Salvador, vinda de Porto Alegre, onde nasceu em 1953. À época, era como se a Bahia tivesse se tornado uma meca para os/as militantes dos movimentos negros de outros estados. O país estava em um tempo de grande ebulição, decorrente da luta pelo fim da ditadura, pela abertura política.

Esta sua mudança para a Bahia produz uma radical transformação na sua vida, que a leva de uma militância restrita ao Movimento Negro Unificado (MNU) à Ministra de Estado (2010-2014), um processo que, ao longo de sua vida, construiu com brilhantismo.

Todas as pessoas que com ela conviveram são unânimes em afirmar a sua correção ética, o compromisso assumido com a pauta dos movimentos negros, a forma guerreira como saía em defesa dos princípios que adotara na prática política. A vida política de Luiza foi de uma diversidade e riqueza incomensurável, o que torna difícil produzir uma síntese de curto tamanho, sobre sua vida e trajetória.

VOLTA AO SUMÁRIO

Como ela detalhou em entrevista, 1979 mudou sua vida, com a vinda para a Bahia, que começou com a mudança do campo profissional, saindo da área de Administração de Empresas para a de Ciências Sociais, iniciando o Mestrado em Ciências Sociais; com o ingresso no MNU; com o conhecer e interagir com Lélia Gonzalez, a partir do que ela trilha uma trajetória muito próxima das proposições elaboradas por essa também grande intelectual negra.



O caminho que ela trilha se baseia no que ela identifica em Lélia: a dimensão do conhecimento para a luta política; a certeza de que o combate ao racismo era a tarefa principal da luta política; a compreensão de que as matrizes culturais brasileiras contêm influência negra quase total; a branquitude seria a forma mais eficaz de racismo e um dos maiores obstáculos a ser vencido. E, por fim, a não existência de oposição entre cultura e política.

Dessa forma, na sua volta dos EUA, onde permaneceu quatro anos cursando o Doutorado em Sociologia na Universidade Estadual de Michigan, empoderada pelas relações que construiu com intelectuais e organizações negras que ampliaram os seus olhares sobre a temática da diáspora, coordenou o Projeto Raça e Democracia, em 2000, uma parceria entre a Associação Nacional dos Cientistas Políticos Negros (NCOBPS) e o Centro de Recursos Humanos –CRH da UFBA. (2000).

Na sequência, Luiza abriu um novo e amplo campo de atuação política: a construção de políticas públicas nacionais contra o racismo. Começando com a aceitação de convite do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para a coordenação da elaboração da agenda da delegação brasileira do campo dos movimentos sociais à III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas conexas de Intolerância (2000-2001); para coordenar a formulação de um substitutivo ao Projeto de Lei que instituía o Estatuto da Igualdade Racial pela Câmara Federal (2003); para coordenar o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) (2002 a 2005) poderosa articulação a partir de uma parceria do Governo Brasileiro com o Programa de Cooperação do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID). Essa ação contou, dentre outros, com a participação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministério Público Federal, Ministério da

Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e das Prefeituras de Salvador e de Recife, cidades onde o PCRI foi implementado.

Percorrida esta trajetória, Luiza estava cacifada com muitas das condições técnicas e políticas para alçar voos mais altos. A passagem pela Secretaria da Promoção da Igualdade do Governo Bahia (SEPROMI) (2008-2010), como Secretária, completou esse percurso, razão pela qual foi levada ao cargo de Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) (2011 – 2014), quando comandou a construção de diversos instrumentos de gestão para a implementação do Estatuto da Igualdade Racial, com destaque para os capítulos das Cotas Raciais. Também deixou organizada a estrutura do Plano Plurianual (PPA), nele definindo os programas de combate ao racismo, pela primeira vez assim nominados, ou seja, sendo usado o conceito de racismo, racismo institucional, transformados em Programas.

Faleceu em Porto Alegre em 2016.

Esta é uma pequena parte da biografia de uma extraordinária mulher negra brasileira, que enfrentou o racismo e a desigualdade racial com coragem, competência e carisma. No livro que eu, Vanda Sá Barreto, escrevi, sobre o pensamento político de Luíza Bairros, Sueli Carneiro assim a definiu: Luiza era sempre o primeiro nome, que nos ocorria, para assumir qualquer posição relevante na esfera pública, pela excelência técnica, por seu compromisso político, pela sua coerência e resiliência; sabíamos que onde quer que ela estivesse emprestaria absoluta dignidade e competência à representação negra.

Aí está o reconhecimento de Sueli Carneiro, em texto que representa o papel que todas nós militantes atribuímos a Luíza, uma mulher que marcou a vida política do país, como nenhuma outra.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BAIRROS, Luiza (org.). Raça e Democracia nas Américas [Dossiê]. *Caderno CRH*, Salvador, Centro de Recursos Humanos – UFBA, v. 15, n. 36, pp. 13-8, 2002.

BAIRROS, Luiza. Nuestros feminismos revisitados. *Politica y Cultura*. México, UAM-X, n. 14, pp. 141-9, 2000.

BAIRROS, Luiza. Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil. Afro-Ásia. Salvador, *Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA*, n. 17, pp. 173-186, 1996.

BAIRROS, Luiza. The Black Question in Brazil: Old Myths and New Challenges". *Conexões* – Conexiones, Connexions, Connections, East Lansing, Michigan, v. 4, n. 2, p. 11, 1992.

BAIRROS, Luiza. Mulher negra: o reforço da subordinação. In: LOVELL, Peggy. (org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo.* Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

BAIRROS, Luiza, Brazil: Birthplace of Racial Democracy?in DREWAL, Henry J.; DRISKELL, David C. e BROOKS, Aurelia (orgs.)*Introspectives:* Contemporary Art by Americans and Brazilians of African Descent. Los Angeles: California Afro-American Museum Foundation, 1989. pp. 23-25.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. *Revista Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, Salvador, n. 23, p.347-368, 2000.

SOBRE A AUTORA

BARRETO, Vanda Sá. *Luiza Bairros:* Pensamento e compromisso político. Belo Horizonte: Autentica, 2021. (Cultura Negra e Identidades)

PINTO, Ana Flávia Magalhães; FREITAS, Felipe da Silva. *Luiza Bairros, uma "bem lembrada" entre nós 1953-2016.*Afro-Ásia, Universidade Federal da Bahia, n. 55, pp. 213-254, 2017.

ALVAREZ, Sonia E. Feminismos e Antirracismo: entraves e intersecções. Entrevista com Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial. *Revistas Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p.883-850, dez. 2012.



MAÍRA BAUMGARTEN

Por **Sayonara Leal** (UnB)

Nascida em 12 de junho de 1954, na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul (RS), Maíra Baumgarten é autora de uma trajetória de vida marcada por engajamentos nas áreas acadêmica, artística e cultural. Professora associada da Universidade Federal de Rio Grande (UFRGS), a cientista social gaúcha fez mestrado e doutorado em Sociologia na mesma universidade e departamento onde se tornou, mais tarde, docente e pesquisadora

A carreira profissional e acadêmica de Maíra é atravessada pelo diálogo entre pesquisa e experiência na gestão de políticas públicas em órgãos governamentais. Foi vice-diretora da Escola de Saúde Pública (1986-1989) e Assessora de Planejamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul (1989-1991). Atuou nos programas de Pós-Graduação em Sociologia e no de Políticas Públicas da UFRGS (1998-2020). Presidiu o Conselho Deliberativo da Fundação Piratini de Rádio e Televisão (gestão 2017-2018), foi Conselheira eleita da Sociedade Brasileira para o Progresso Ciência (SBPC) (2017-2021) e Presidente da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE/BR) (2019-2021). Com a aposentadoria,

VOLTA AO SUMÁRIO

Maíra tem investido fortemente em projetos culturais, se dedicando a pesquisas e releituras de exemplares de nosso acerco musical brasileiro.

Podemos destacar o seu engajamento, nos anos 1970, no prematuro movimento feminista no Brasil, via SOS Mulher no Rio Grande do Sul, atendendo mulheres vítimas de violência, atuando na criação do Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, no estado. Na área de saúde, nos anos 1980, trabalhou na Secretaria de Saúde do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, logo no início da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), coordenando a Política de Atenção à Saúde da Mulher e na vice-diretoria da Escola de Saúde Pública de seu estado, onde contribuiu na implantação do setor de divulgação científica de doenças, sendo agente de destaque no movimento regional da Reforma Sanitária, na época, em curso em todo país.

Maíra contribuiu na elaboração de políticas de CT&I quando ingressou na Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência e Tecnologia do RS, onde foi responsável por atividades de planejamento da Fundação de Amparo do Estado (FAPERGS), em articulação com o parlamento estadual e universidades do Sul do país. E ainda atuou na implementação do Sistema Estadual de Informações e Divulgação de Ciência e Tecnologia. De suas experiências profissionais no setor público, nos anos 1990, surgiram os seus objetos de estudos de pós-graduação, pioneiros no campo das ciências sociais brasileiras, até então.

No mestrado, a investigadora se volta para as políticas de ciência e tecnologia em saúde no Rio Grande do Sul, e, no doutorado, se debruça sobre as políticas de ciência e tecnologia no Brasil. Maíra tornou-se um dos nomes mais conhecidos da sociologia da ciência, tecnologia e inovação no país em função da originalidade e expressividade de suas contribuições para a disciplina, sobretudo, pelo seu interesse em privilegiar o tema da geopolítica do conhecimento, com o foco no contexto latino-americano, atuando, principalmente, nos seguintes temas: políticas públicas, divulgação científica, tecnologias sociais e ciência e sustentabilidade.

A cientista social é defensora de uma sociologia ajustada às situações e especificidades da nossa cultura, postulando uma "redução sociológica" em relação ao tratamento de nossos objetos de pesquisa circunstanciados no Sul Global. Subjacente a esses estudos, a investigadora relaciona sustentabilidade natural e social, preocupações com as desigualdades sociais e solidariedade em suas reflexões sobre a relação entre ciência, tecnologia e sociedade sob o modo de produção capitalista. Nos termos de Maíra, "Esse é, me parece, o limite da crítica à normatividade na ciência. Não estudo por curiosidade, para avançar o conhecimento ou qualquer dessas des-razões, estudo porque quero entender o que somos e o que podemos ser. Porque não creio em determinismos e porque o mundo é algo que construímos, mas a partir de alguns condicionantes que devem ser conhecidos se quisermos agir.". (NEVES, 2022, p. 20).

Maíra traz duas importantes contribuições teóricas para a sociologia da CT&I brasileira ao propor os conceitos de coletividade científica e o de inovação social. O primeiro redefine o lugar da produção do conhecimento, se dissociando da noção mertoniana de comunidade

científica (MERTON, 1968a; 1968b), caracterizada por orientações éticas universais de fabricação da ciência normal e adota uma concepção mais compatível com a diversidade e o conflito típicos desses lócus. (BAUMGARTEN, 2004). Já no segundo desenvolvimento, a autora define inovação para além da abordagem schumpeteriana, se descentrando do enfoque economicista e destacando a dimensão social da apropriação e produção da ciência e da tecnologia por coletividades produtoras de saberes eartefatos. (BAUMGARTEN, 2008).



Uma outra característica marcante na carreira acadêmica de Maíra Baumgarten é o seu investimento na condução e fortalecimento de grupos de trabalho que sediam apresentações de pesquisas na área de CT&I, em congressos de ciências sociais, tais como Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), ANPOCS, Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) e, maisrecentemente, no Simpósio ESOCITE.BR. Nestas duas últimas entidades, ela coordena os GTs "Ciencia, tecnología y innovacion" e "Ciência, tecnologia e inovação social", respectivamente.

O interesse da pesquisadora em promover espaços de divulgação de investigações científicas também envolve a sua participação no desenho do projeto editorial do importante periódico em ciências sociais, Sociologias, criado em 1999, do qual foi uma das editoras, até 2017. Integrou, até 2019, a Comissão Assessora ao Programa de Apoio à Edição de Periódicos da UFRGS.

Entre seus trabalhos mais conhecidos, podemos citar o livro Conhecimento e Sustentabilidade. Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil contemporâneo, de 2008, onde a autora discute a relação entre políticas públicas de CT&I no país e o desenvolvimento capitalista, em distintos momentos históricos e políticos, entre 1946 e 2002. Neste trabalho, Maíra joga luz sobre os atores sociais relevantes brasileiros na produção e incentivos ao desenvolvimento tecnocientífico no Brasil e a infraestrutura edificada por suas práticas que alicerça a produção de conhecimentos. A publicação sugere uma agenda para pensar sustentabilidade e CTI no país.

Mais recentemente, Maíra Baumgarten tem coordenado projetos de pesquisa, de divulgação científica e culturais, atuando na linha de frente do Laboratório de Estudos e Divulgação

de Ciência, Tecnologia e Inovação Social da UFRGS. Nos últimos anos publicou, organizou e editou diversos livros e coordena a Série Cenários do Conhecimento (Editora da UFRGS). Editora Emérita da Revista Sociologias e integra o Comitê Editorial da Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS) como Co-editora e o Comitê Editorial da Revista Ciência Hoje, bem como diversos comitês de periódicos científicos e de divulgação de ciência nacionais e internacionais. É membro do Conselho Deliberativo da ESOCITE-BR. E na área cultural, é curadora do Clube da MPB, em Porto Alegre (RS), um projeto de valorização e divulgação da música popular brasileira.

Maíra Baumgarten nos ensina que uma vida inteligente extrapola os limites do espaço acadêmico e na fronteira dos conhecimentos reinventa a sua biografia na busca da intersecção entre a arte e a ciência. A pesquisadora tem desenvolvido experimentos culturais exercendo as suas potencialidades investigativas ao promover estudos e resgates de obras da música brasileira e da literatura. O resultado desemboca em suas perfomances artísticas na interpretação de peças do nosso patrimônio musical e no registro de canções autorais. Diz a cientista social: "A relação mais íntima entre as coisas que faço talvez esteja naquilo que os estudos sociais da ciência exigem: o exercício da transdisciplinaridade, a perspectiva da complexidade. A música é, além de arte, também ciência, exige estudo, dedicação e é, como gosto, um grande desafio, além de um prazer." (NEVES, 2021, p.32).

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BAUMGARTEN, M. Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, alguns caminhos. In: Maíra Baumgarten, Julia Guivant. (Org.). Ciência e tecnologia na sociedade brasileira do limiar dos anos 2020 — notas para reflexão. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021, v. 1, p. 12-16.

_____. Redes de e Apropriação. In: Griebeler, Marcos Paulo Dhein; Riedl, Mario; (Orgs.). (Org.). Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos. 1ed.Porto Alegre: Conceito, 2017, v. 1, p. 366-371.

_____. Fazer ciência na periferia: internacionalizar é preciso?. In: Maíra Baumgarten. (Org.). Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade. Olhares sobre a América Latina. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, v. 1, p. 151-168.

_____. Sociedade e Colonialidade: construindo conhecimentos ao Sul. In: Maíra Baumgarten. (Org.). Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade. Olhares sobre a América Latina. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, v. 1, p. 13-20.

SOBRE O AUTOR

NEVES, F. Entrevista Profª. Maíra Baumgarten. In: CTS em Foco. CTS em debate construindo uma agenda brasileira. Volume 2, número 1, 2021. Disponível em: https://www.esocite.org.br/wp/wp-content/uploads/2022/02/CTS-em-foco-V2.N1.pdf .



MARCELO NEVES

Por **Vinícius Madureira Maia** (USP) e
Daniel Rocha Chaves (UFSC)

Marcelo da Costa Pinto Neves nasceu em Recife, em 16/08/1957, pertencente a uma família tradicional na política e na advocacia em Pernambuco.

Graduou-se na Faculdade de Direito do Recife (FDR) em 1980, ocupando o cargo de procurador do município do Recife no ano seguinte, após aprovação em concurso. Também mediante concurso, passa a lecionar na FDR a partir de 1983, aos vinte e seis anos de idade, como professor auxiliar da área de Teoria Geral do Estado.

Em 1986, orientado pelo Prof. Lourival Vilanova, conclui o mestrado na mesma instituição, cuja dissertação será publicada dois anos depois, sob o título "Teoria da Inconstitucionalidade das Leis", com prefácio de Raymundo Faoro.

Inicia o doutorado na Universidade de Frankfurt am Main em 1987, sob orientação de Wolf Paul, mudando-se posteriormente à Universidade de Bremen, aos cuidados de Karl-Heinz Ladeur e do sociólogo Niklas Luhmann (coorientador).

VOLTA AO SUMÁRIO

Sua tese veio a ser publicada originalmente em alemão em 1992, pela prestigiosa editora Duncker & Humblot — que dera à estampa obras de Hegel, Max Weber, Georg Simmel, Carl Schmitt, Joseph Schumpeter, entre outros tão ou mais conhecidos —, com o célebre prefácio de Luhmann; só bem mais tarde, em 2018, viria a ser traduzida ao português, intitulada "Constituição e direito na modernidade periférica: uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro". Esse trabalho, reconhecidamente, provocou mudanças profundas na derradeira configuração conferida por Luhmann à sua própria teoria dos sistemas sociais.

Ao fim de 1992, aprova-se em concurso à vaga de professor titular na área de Teoria Geral do Estado da FDR, com a tese "A constitucionalização simbólica", cuja primeira edição vem a lume em 1994. Em 1998 comparece a edição alemã, revisada e aumentada: um clássico da sociologia jurídica, que conta com Habermas entre os seus leitores e comentadores mais entusiasmados.

Em 2000, na Suíça, conquista a livre-docência junto à Universidade de Friburgo, com a tese "Entre Têmis e Leviatã, uma relação difícil: o Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas", talvez seu trabalho mais expressivo.

Pouco depois, viria a renunciar aos cargos públicos (e a um estilo de vida presumivelmente confortável) no Brasil, para então se dedicar, como bolsista, à vida acadêmica no estrangeiro.

Realizou pesquisas de pós-doutorado na Universidade de Frankfurt am Main (1996-1998, 2000) e na London School of Economics (1997); Jean Monnet Fellow no Instituto Universitário Europeu, em Florença (2000-2001); Visiting Fellow no Instituto Max Planck, em Heidelberg (2010 e 2017), e também na Universidade de Glasgow (2014); Senior Research Scholar na Faculdade de Direito de Yale (2014-2015 e 2015-2016); Resident Fellow do Stellenbosch Institute for Advanced Study, na África do Sul (2019) e Visiting Scholar na Universidade de Bielefeld (2020-2021).

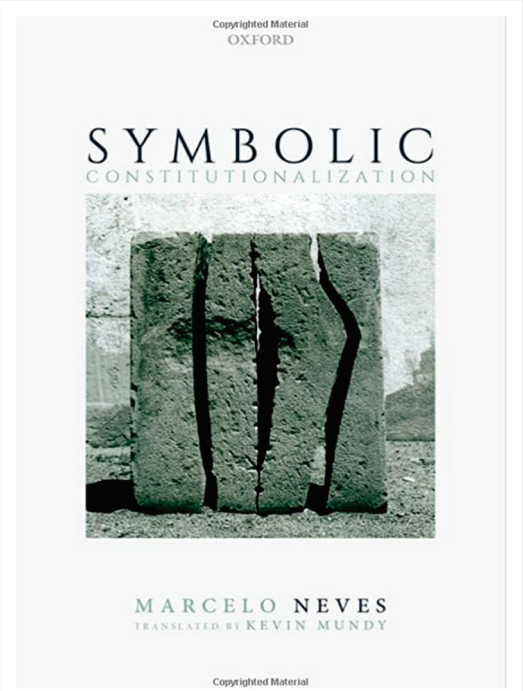
Foi ainda professor catedrático interino do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Frankfurt am Main (2001-2002), professor visitante na Universidade de Flensburg (2002-2003) e, ao retornar ao país, professor associado da Faculdade de Direito da USP (2008-2011), além de colecionar passagens pela PUC-SP, FGV-SP e IDP-DF.

Cumpriu um mandato como conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (2009-2011), indicado pelo Plenário do Senado Federal à sabatina e aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça, com sanção do Presidente da República.

Posicionou-se política e contundentemente contra o ativismo protagonizado por ministros do Supremo Tribunal Federal, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Candidatou-se, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ao cargo de senador pelo Distrito Federal nas eleições de 2018.

Desde 2011, é professor titular de Direito Público da Universidade de Brasília.

Foi agraciado, no fim de 2019, com o Humboldt-Forschungspreis, um dos prêmios mais distintivos da academia alemã, indicado pelos Profs. Alfons Bora, da Faculdade de Sociologia da Universidade de Bielefeld, e Thomas Duve, do Instituto Max Planck para História do Direito e Teoria do Direito, em Frankfurt am Main, à chancela da Fundação Alexander von Humboldt (Berlim), em reconhecimento à totalidade de sua obra, bem como à influência que detém em suas áreas de conhecimento e de atuação científica iniciada há mais de quarenta anos.



A grande parte de seus trabalhos se encontra publicada em vários idiomas, em revistas científicas de sociologia, filosofia ou ciência política, nacionais e internacionais, tais como a Revista Brasileira de Ciências Sociais, Dados, Lua Nova, Revista Brasileira de Filosofia, Archiv fur Rechts- und Sozialphilosophie, Soziale Systeme, Soziale Welt, Das Argument, Sociologia e Politiche Sociali, entre outros veículos. O próprio Neves reconhece que a sua obra possui caráter bem mais sociológico que jurídico.

Realmente, desde a sua emblemática tese de doutorado, ele tem empreendido uma sociologia do direito peculiar, não conformada ao trivial ramo específico da sociologia. A partir do escrutínio de uma circunstância histórico-social particular no plano da sociedade mundial, isto é, de que não teria havido uma adequada realização da autonomia do sistema jurídico no Brasil, de acordo com o primado da diferenciação funcional — ou, na linguagem da heterodoxia à teoria dos sistemas, o vislumbre de processos alopoiéticos como marca estrutural da reprodução do sistema jurídico no contexto da evolução social característica da modernidade periférica —, com todas as consequências de tal insuficiência, Marcelo Neves deriva proposições teóricas de maior amplitude, ultrapassando em muito o domínio de uma sociologia da formação nacional, por assim dizer, rumo a uma teoria geral dos sistemas da sociedade mundial.

Sua obra tem sido tomada em contiguidade teórica junto a uma Saskia Sassen, Ulrich Beck, Sunil Khilnani, Sudipta Kaviraj, Dipesh Chakrabarty, entre vários; sem esquecer, por outro lado, o discernimento inventivo de sua obra como sempre já uma variante dos esquemas ditos pós-coloniais ou decoloniais.

Com efeito, nela desponta o afã característico de uma vertente de intelectuais empenhados, mundo afora, em conjugar habilmente a realidade do globo às peculiaridades próprias de suas respectivas nações periféricas. Há, em particular, uma sentida afinidade com o esforço historicamente empreendido pela intelligentsia nacional no sentido de se compreender as vicissitudes do passado e do presente deste país a todo custo, de que é fina expressão a bibliografia avançada de Florestan Fernandes, Roberto Schwarz e Paulo Arantes, para citarmos apenas alguns.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

NEVES, Marcelo. *Transdemocracy* (no prelo).

NEVES, Marcelo. *A Cidadania Inexistente:* textos escolhidos de Marcelo Neves: vol. 1 (org. Edvaldo Moita). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2022.

NEVES, Marcelo. *Constituição e direito na modernidade periférica:* uma abordagem teórica e uma interpretação do caso brasileiro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

NEVES, Marcelo. *Entre Têmis e Leviatã, uma relação difícil:* o Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

NEVES, Marcelo. *A constitucionalização simbólica.* São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.



SOBRE O AUTOR

OCAMPO, Sérgio Pignoli e BRASIL JR., Antonio. "O cenário "pós-luhmanniano" e a América Latina: entrevistas com Marcelo Neves e Aldo Mascareño". *Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro*, v. 10.01: 15-72, jan.-abr., 2020.

RIBEIRO, Pedro H. "Luhmann "fora do lugar"? Como a "condição periférica" da América Latina impulsionou deslocamentos na teoria dos sistemas". *RBCS*, vol. 28 n° 83 outubro/2013, pp. 105-123.

NEVES, Rômulo F. "Entrevista com Marcelo Neves: A Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann". *Plural, Sociologia da USP*, n. 11, 2° sem., 2004, pp. 121-133.



MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO

João **Marcelo Maia** (CPDOC-FGV)

Maria Alice Rezende de Carvalho é uma historiadora convertida à sociologia, ou uma socióloga com sensibilidade historiográfica. Licenciada em História pela PUC-Rio em 1975, tornou-se professora auxiliar do mesmo departamento no ano seguinte, afastando-se em 1978 para fazer seu mestrado no programa de História Social da UNICAMP, no qual seria orientada por Maria Stella Bresciani. Na dissertação "Cidade e Fábrica: a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira", defendida em 1983, já se notava uma das principais preocupações analíticas de Maria Alice – a produção da vida urbana em uma sociedade capitalista periférica, na qual as dinâmicas burguesas foram atravessadas pela escravidão e pela informalidade.

O interesse de Maria Alice pela interpretação da experiência periférica brasileira também encontrava tradução na vida pública, em especial ao longo da década de 1980, período marcado pela abertura política e pelo processo constituinte. Nessa conjuntura, teve participação ativa no grupo da revista Presença, publicação que reunia intelectuais próximos ao PCB interessados nas conexões entre comunismo, democracia e sociedade ci-

VOLTA AO SUMÁRIO

vil, e que buscavam manter uma interlocução com o liberalismo que se mostrou central para a derrota do autoritarismo.

Após terminar seu mestrado, Maria Alice tornou-se professora adjunta no departamento da História da PUC e inscreveu-se no doutorado em Sociologia do IUPERJ em 1985. Vale lembrar que, naquele momento, no Rio de Janeiro, os programas de pós-graduação em Ciências Sociais eram mais longevos e consolidados do que os de História, em especial pelo papel cumprido pelo IUPERJ (Política e Sociologia) e pelo Museu Nacional (Antropologia), ambos criados ainda em 1969.

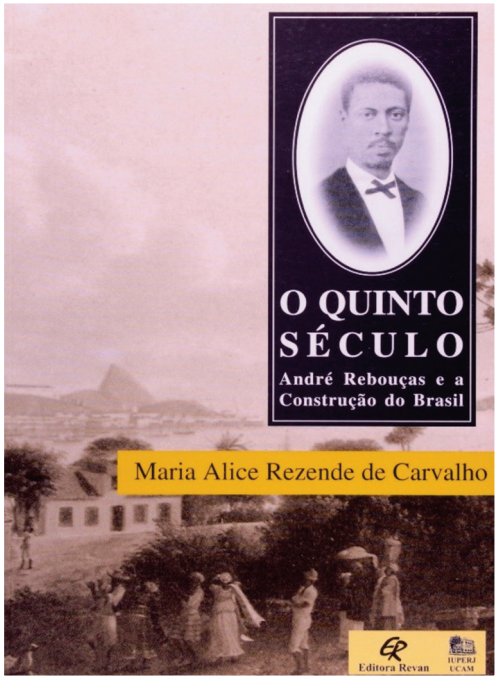
Em 1988, quando ainda era aluna de doutorado, foi aceita para fazer parte do quadro docente do IUPERJ, num movimento de renovação e abertura disciplinar conduzido pelo então diretor Wanderley Guilherme dos Santos. Nesse mesmo processo, os jovens cientistas sociais Ricardo Benzaquen de Araújo e Luiz Eduardo Soares também foram recrutados para a instituição.

Sua tese de doutorado foi finalizada em 1997, sob orientação de José Murilo de Carvalho, e emergiu em um ambiente formado por diversos pesquisadores interessados nas tensões entre americanismo e iberismo na formação brasileira, no qual participavam nomes como Luiz Werneck Vianna, Rubem Barboza Filho, Lúcia Lippi Oliveira e Beatriz Jaguaribe, além do próprio Murilo de Carvalho. Sua marca particular nesse grupo era a combinação entre o repertório conceitual de Antonio Gramsci – adquirido ao longo da década de 1980 na sua socialização no comunismo- democrático de Presença -, o treino historiográfico e o gosto por uma sociologia intelectual de longa duração que enquadrava seus objetos empíricos a partir do grande problema da modernização periférica.

Na tese "O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil", publicada em livro pela REVAN no ano seguinte à defesa (Revan, 1998), Maria Alice combina uma sociologia política orientada para processos de state-building (não apenas Gramsci, mas também Norbert Elias) e a sensibilidade historiográfica de sua formação inicial para investigar a formação e o destino da agenda americanista no Segundo Reinado, por meio de um estudo de caso do engenheiro negro André Rebouças. Combinando pesquisa em fontes primárias (em especial cartas trocadas com Joaquim Nabuco e Taunay e os registros no diário de Rebouças) com análises mais abrangentes sobre a socialização intelectual e política de seu personagem principal, o livro demonstra como o americanismo de Rebouças, orientado para a defesa da pequena propriedade e da reforma da terra, acabou convergindo para a esperança (malograda) de um reformismo conduzido pela Coroa, forma possível de americanismo numa sociedade em que o Estado e suas elites burocráticas controlavam as vias da modernização.

Maria Alice permaneceu no IUPERJ de 1988 a 2008, e ao longo desses 20 anos consolidou sua conversão à teoria sociológica, que se tornou um modo de interlocução das questões de alcance historiográfico. Três questões fundamentais orientaram seu trabalho na instituição: a sociologia urbana, a sociologia política do Poder Judiciário e o pensamento social no Bra-

sil. No primeiro caso, Maria Alice publicou em 1994 a coletânea "Quatro Vezes Cidade" (Sette Letras, 1994), com quatro estudos centrados nos atores e processos que forjaram a experiência urbana carioca. No segundo, realizou uma série de pesquisas sobre democracia, Judiciário e sociedade civil, juntamente com os colegas Luiz Werneck Vianna, Marcelo Burgos e Manoel Palácios. Em obras como "Corpo e Alma da Magistratura Brasileira" (Revan, 1997) e "A judicialização da política e das relações sociais no Brasil" (Revan, 1999), o quarteto abriu uma poderosa agenda de pesquisas sobre o papel do Judiciário na produção de novas formas da vida democrática no Brasil pós-1988. Finalmente, o livro sobre Rebouças é a grande contribuição que Maria Alice deu à área de pensamento social, mas o artigo "Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil" (RBCS, 2007) oferece excelente síntese sobre o estilo analítico da autora, marcado pelo gosto pela longa duração e pelo uso criativo de conceitos e categorias de inspiração gramsciana.



Em 2008, Maria Alice retornou à PUC-Rio, desta vez para o departamento de Sociologia e Política. Na PUC, Maria Alice retomou sua agenda sobre cidades, democracia e direitos, liderando o laboratório CENTRAL (Núcleo de Estudos e Projetos sobre Cidades) e mobilizando jovens alunos, pesquisadores, ativistas e coletivos urbanos em debates sobre o Rio de Janeiro. Foi nesse período que lançou um de seus livros mais instigantes, dedicado à trajetória profissional de Irineu Marinho (Globo, 2012), em que combina sociologias histórica e urbana para analisar o tipo de jornalismo que se plasmou na então capital da Primeira República. Também é dos tempos de PUC o artigo "Três Pretos Tristes: André Rebouças, Cruz e Souza e Lima Barreto" (Topoi, 2017), em que Maria Alice transforma sua pesquisa originária sobre Rebouças em uma inquirição mais ampla sobre a emergência de uma sensibilidade política crítica ao liberalismo entre intelectuais negros na passagem do Oitocentos para a Primeira República.

Maria Alice também teve intensa vida associativa, em especial pelo seu interesse no tema da organização dos intelectuais e da democracia. Foi Presidente da ANPOCS entre 2009 e 2010, e participou de diversos comitês voltados para o planejamento urbano do Rio de Janeiro, em especial no Instituto Pereira Passos.

Finalmente, Maria Alice é bastante reconhecida pelas suas qualidades como professora, atividade que não tem o devido reconhecimento no atual sistema de ciência e tecnologia brasileiro. Seus cursos no IUPERJ encantaram uma legião de alunos fascinados pela combinação entre erudição, fluência da exposição e criatividade no estabelecimento de nexos entre ideias e empiria. Agora, são os alunos da PUC que se beneficiam dessa virtuosa e difícil alquimia semanal. Não à toa, tornou-se também uma orientadora tarimbada, tendo formado até 2022, 27 doutores (dos quais quatro com teses premiadas) e 23 mestres.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

VIANNA, Luiz J. W; CARVALHO, Maria A.R; PALACIOS, Manuel; BURGOS, Marcelo. (1999). A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: REVAN.

VIANNA, Luiz J. W; CARVALHO, Maria A.R; PALACIOS, Manuel; BURGOS, Marcelo. (1997) Corpo e Alma da Magistratura Brasileira. Rio de Janeiro: REVAN.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (2017). "Três Pretos Tristes: André Rebouças, Cruz e Souza e Lima Barreto". Topoi. Vol. 18, pp. 6-22.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (2013), Irineu Marinho: imprensa e cidade. Rio de Janeiro: Globo Livros.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (2007), "Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil". Revista Brasileira de Ciências Sociais. 22, pp. 17-31.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (1998). O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: REVAN.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (1994). Quatro Vezes Cidade. Rio de Janeiro: Sette Letras.



MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA

Por **Andréa Borges Leão** (UFC) e **Maria Eduarda da Mota Rocha** (UFPE)

Se "mais velho era o relógio que a fazenda", o tempo corria na casa de Tombos do Rio Carangola como uma linha entretecendo no mesmo pano o presente e o passado. O relógio, trazido da Europa por um vice-rei e largado por lá, nas palavras do poeta José do Nascimento, envelhecia como símbolo de regulação das relações sociais, evocando o tempo longo que passava pelas pessoas e as coisas (Elias, 1998). O velho relógio da casa de fazenda marcava fluxos de experiências singulares. Mitologias, íntimas e coletivas, que encontravam expressão na literatura, nos acordos da política e no trabalho da memória.

Foi na fazenda de Tombos, cidade do interior de Minas Gerais, região de fronteira com o Rio de Janeiro, que nasceu Maria Arminda do Nascimento Arruda, em uma família abastada, cultivada e católica, em 1948. Uma família ligada ao negócio do café. A origem paterna era portuguesa açoriana. A da mãe, uma parte vinha de avós portugueses de Guimarães, outra parte de alemães, afeitos igualmente ao cultivo das letras e dos idiomas estrangeiros. O pai, José do Nascimento, agrônomo de formação e escritor, fez das frequentes viagens com a esposa para

VOLTA AO SUMÁRIO

a cidade do Rio de Janeiro um elo familiar entre o universo agrário e a cultura urbana carioca. Após a primeira escolarização dos filhos e na contingência das reviravoltas nos negócios e perdas financeiras, a família muda-se para o Rio de Janeiro, a fim de recomeçar embora, anos após, tenha se deslocado para São Paulo.

Maria Arminda chega em São Paulo aos 15 anos, ainda cursando o colegial. São Paulo evocava, na sua memória, entre outras imagens, o lugar onde brotavam as arvorezinhas impressas nas capas dos livros que lia na fazenda. As árvores de São Paulo eram a marca comercial da Editora Melhoramentos, que, além dos livros, também produzia papel. Arminda logo faz amizade com um grupo de jovens judeus politizados, que a levam para a militância no movimento estudantil, à experiência da sociabilidade no teatro, a ida aos cinemas. Do bairro do Bom Retiro, o grupo desbrava a metrópole.

No final dos anos 1960, Maria Arminda ingressa no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e, logo após, se casa com o historiador Jobson Arruda. Faz a sua formação de base com os professores que são referências na estruturação da sociologia brasileira, Maria Silvia Carvalho Franco, Maria Alice Foracchi, Gabriel Cohn, José de Souza Martins, Francisco Wefort, Leôncio Martins Rodrigues, Luiz Pereira, entre outros da mesma geração.

Em entrevista que concedeu ao CPDOC/FGV, em 2013, recorda as marcas deixadas pelo curso de Rui Coelho no seu trabalho intelectual em Sociologia da Cultura. A Sociologia da Comunicação, curso ministrado pelo Professor Gabriel Cohn, teve a importância de redimencionar o marxismo para a nova geração de estudantes, impondo a reprodução como problemática de base. O momento, porém, era tenebroso, uns professores caçados pelo regime militar; outros, partindo para o exílio.

No mestrado, Maria Arminda, orientada por Cohn e defendido em 1978, mergulha em profundidade na obra dos frankfurtianos, na de Theodor Adorno principalmente. A abordagem e os conceitos da Teoria Crítica foram utilizados na sua pesquisa em Sociologia da Comunicação, que resultou em trabalho pioneiro sobre a publicidade. O livro A embalagem do sistema é hoje referência nos estudos sobre as mensagens como mediações entre a produção e o consumo. Vale lembrar que nesse momento se consolidava uma indústria da cultura no Brasil, na esteira do chamado "milagre econômico", apesar de os estudos sobre o moderno sistema de produção simbólica ainda dessem os primeiros passos.

O encontro com a teoria literária de Antonio Candido foi igualmente marcante no percurso autoral de Maria Arminda. Pode-se afirmar que a problemática das congruências entre as formas estéticas e a estutura social no amadurecimento dos sistemas simbólicos atravessa o conjunto da sua obra. A tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Azis Simão, em 1986, circuscreve o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. No livro Mitologias da Mineiridade, publicado em 1990, descortinamos as diversas matrizes de uma cultura política própria que ganha relevo em momentos de transição e se objetiva nos fenômenos conhecidos como "de conciliação".

A busca por nexos e articulações entre diferentes gêneros discursivos, formas estéticas e estruturas sociais orienta boa parte do trabalho de investigação da socióloga. Nas Mitologias, afirmava que a poesia concreta "cria um quadro de referências transnacional" (Arruda, 1986, p. 20), objeto retomado no livro Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX, publicado em 2001, que resultou da tese de livre docência defendida na Universidade de São Paulo.



Trabalho de maturidade, Metrópole e Cultura aciona o vasto repertório sociológico e cultural para a construção de um "objeto prismático" em que convergem diferentes expressões simbólicas (Miceli, 2001). Em todos os planos, quando enfoca o teatro de Jorge Andrade, a sociologia de Florestan Fernandes, as vanguardas concretas ou os projetos de intervenção urbana, a obra é uma síntese das linhas de força presentes na formação de Maria Arminda, pois equilibra uma preocupação com a trajetória dos produtores e as diferentes linguagens. De um lado, vemos uma história social dos intelectuais cuja expertise foi calibrada pela participação no projeto História das Ciências Sociais no Brasil (1989 e 1995). De outro, as marcas profundas da tradição de Candido e sua concepção social da forma literária. Maria Arminda fez o último curso de Teoria Literária que o mestre ofereceu antes de se aposentar. Ficaram próximos, em muito devido ao parentesco entre Candido e Jobson Arruda, seu esposo (entrevista ao CPDOC, 21). Com a aproximação ao sociólogo Sérgio Miceli, no começo dos anos de 1980, mediada pela "amiga-irmã" Gisela Taschner, ingressa na equipe da pesquisa sobre a História das Ciências Sociais no Brasil.

Em 1973, quando Taschner trabalhava como horista na FGV, Maria Arminda dava os primeiros passos na carreira docente, com todas as dificuldades decorrentes de um casamento e maternidade precoces. Depois de uma breve passagem pela PUC de São Paulo, quando se encontrava em uma pequena faculdade de Guarulhos, Taschner a indicou para trabalhar com Miceli, na FGV, em uma investigação sobre lazer. Mais tarde, em 1985, atua como horista na Fundação. Até que finalmente é convidada por Miceli para o projeto História das Ciências Sociais no Brasil, do IDESP, onde atua como pesquisadora entre 1986 e 2000, publicando textos nos dois volumes relativos à pesquisa (1989 e 1995). O segundo deles foi sobre a obra de Florestan Fernandes e seu trabalho de institucionalização da sociologia em São Paulo, um tema caro ao longo de toda a sua carreira, marcada também pela organização de volumes e reedição de livros do autor. Arriscamos a hipótese de que a reflexão sobre o esforço de construção institucional por

Florestan Fernandes tenha contribuído para a sua própria carreira institucional na Universidade de São Paulo, onde ingressou como professora em 1988. A partir dos anos de 1990, foi progressivamente assumindo cargos de gestão acadêmica, como Chefe do Departamento de Sociologia, Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pró-Reitora de Extensão e Cultura e, em 2022, Vice-Reitora. Nesse percurso, soube fazer da USP o seu lugar.

Maria Arminda formou gerações de sociólogas e sociólogos. A maior parte exerce a docência em universidades públicas brasileiras.

Na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Maria Arminda deu vazão às suas disposições íntimas, ao gosto pelas artes plásticas, pela música de orquestra, o cinema, dirigindo a vasta aparelhagem cultural da Universidade. Como Vice- Reitora, é, mais uma vez, desafiada a por em marcha os valores herdados do mundo de origem em contexto tão diverso, agora tensionado pela crise da própria tradição a que pertence, e sobre a qual tem tido a coragem de refletir. Depois de tantos golpes na cultura, na universidade, contra os/as intelectuais e as mulheres, essa mineira paulistana, e um pouco carioca, defende sua posição com firmeza, brilho intelectual e a delicadeza da renda que, nas palavras do poeta José do Nascimento, entretece o frágil tempo com as coisas do passado.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

Arruda, Maria Arminda do Nascimento. A embalagem do Sistema. A Publicidade no Capitalismo Brasileiro. Bauru: EDUSC, 2004.

Arruda, Maria Arminda do Nascimento. Mitologias da Mineiridade. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

Arruda, Maria Arminda do Nascimento. Metrópole e Cultura. São Paulo no meio do século XX. Bauru: EDUSC, 2001.

Arruda, Maria Arminda do Nascimento. Garcia, Sylvia. Florestan Fernandes. Mestre da Sociologia Moderna. Editora Paralelo 15, 2003.



SOBRE O AUTOR

Maria Arminda do Nascimento Arruda. Memória das Ciências Sociais no Brasil, FGV-CPDOC



MARIA CARMELA BUONFIGLIO

Por **Edvaldo Carvalho Alves** (UFPB)

Maria Carmela Buonfiglio nasceu em junho do ano de 1949 na pequena cidade de Corleto Perticaria, província de Potenza, localizada na Região da Basilicata no sul da Itália. Com apenas quinze meses de vida embarcou, junto com a mãe e o irmão, em um navio em direção ao Brasil. Seu pai aqui já se encontrava há um ano, residindo e trabalhando, nas mais variadas ocupações, na cidade de São Paulo. Trajetória comum a muitos outros italianos que emigraram para o Brasil neste período movidos, tanto pela ausência de oportunidades de trabalho, consequência do imediato pós segunda guerra, como pelo sonho do "Eldorado". A visão de uma terra prometida, ainda era forte no imaginário dos italianos do sul, de que, por meio do trabalho árduo e disciplinado, conseguiriam fazer fortuna em terras brasileiras.

Ao chegarem ao Brasil, se depararam com uma realidade radicalmente diferente da cidadezinha de origem, que contava apenas com cerca de dois mil habitantes. No início dos anos 1950, São Paulo já era uma metrópole que contava com uma população urbana na casa de 2,6 milhões habitantes e vivenciava profundas transforma-

VOLTA AO SUMÁRIO

ções sociais e urbanísticas que a transformariam, nas décadas seguintes, no centro dinâmico da economia brasileira. Estas mudanças eram impulsionadas pela política desenvolvimentista iniciada pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek e foram responsáveis pelo processo de industrialização brasileira alicerçado no modelo de substituição de importações.

É neste contexto que Maria Carmela iniciará os seus estudos no Colégio Estadual Padre Manuel da Nobrega, onde concluirá no ano de 1967 o curso clássico e o normal. Em 1968 ingressa no curso de Ciências Sociais na USP, no auge do endurecimento da ditadura militar, movida pelo espírito contestador e comprometida com as lutas sociais dos jovens de sua geração.

No início de sua graduação, o curso de Ciências Sociais ainda funcionava no prédio da Rua Maria Antônia, no centro da cidade de São Paulo. A jovem Maria Carmela vivenciou e participou ativamente dos movimentos estudantis contra a ditadura militar, mas sem estabelecer uma filiação institucional a grupos e/ou tendências do movimento estudantil e a partidos políticos. Ainda durante a graduação, tanto por meio de estágios, com destaque para o que teve no DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), como através da inserção em projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do próprio curso, teve a possibilidade de experienciar a prática da pesquisa empírica, principalmente a sua fase de trabalho de campo, e fortalecer o já presente interesse pela temática do trabalho que a acompanhará durante toda sua trajetória profissional.

No ano de 1971 conclui a graduação e em 1972 inicia o mestrado em Sociologia na USP, sob a orientação do Prof. Azis Simão. No entanto, em 1973, diante de uma oportunidade de ir cursar o mestrado em seu país natal, um sonho que nutria deste cedo, desvincula-se do curso da USP e, por meio de uma bolsa do governo italiano, vai para Roma, onde cursa e conclui o mestrado no ano 1975, na Università degli Studi di Roma, com uma dissertação que propunha uma tipologia das relações entre o desenvolvimento capitalista e o mercado de trabalho.

De volta para o Brasil neste mesmo ano, vai atuar profissionalmente como pesquisadora em alguns institutos de pesquisa, com contratos temporários e precários, a exemplo do CENAFOR (Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional.) Neste último, integrará a equipe de pesquisa sobre o mercado de trabalho e a formação profissional nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A partir de uma de suas viagens, estabelece contato com o coordenador do recém-criado Mestrado em Engenharia de Produção da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), interessado em contratar um docente da área de Sociologia do Trabalho para desenvolver junto ao curso atividades de ensino e pesquisa. Importante ressaltar que a UFPB, neste momento, devido ao protagonismo de seu então Reitor, o professor Lynaldo Cavalcanti – que posteriormente, já na presidência do CNPq, se tornará um dos principais atores responsáveis pelo processo de construção e consolidação do sistema nacional de pesquisa e pós-graduação -, vivia um momento de expansão, com a criação de novos campi, de programas de pós-graduação e consequente contratação de docentes com qualificação para atuar nestes cursos. A maioria deles, a exemplo de Maria Carmela, era

oriunda das Regiões Sul e Sudeste e mesmo do exterior.

No início do ano de 1977, Maria Carmela é contratada como professora colaboradora da Universidade Federal da Paraíba, ficando lotada no Departamento de Ciências Sociais (DCS), mas com carga horária dividida entre o DCS e o Departamento de Engenharia de Produção (DEP). Além das atividades de ensino, inicia, com mestrandos(as), uma pesquisa sobre o processo de trabalho na construção civil na cidade de João Pessoa.



Em 1980, Carmela afasta-se de suas atividades docentes para iniciar o doutorado na Cidade do México, na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), onde conclui no ano de 1984, com uma tese sobre a temática das transformações nos processos e relações de trabalho oriundas da incorporação das inovações microeletrônicas ao processo produtivo e seus impactos para os trabalhadores. Retornando à UFPB, retoma suas atividades docentes e de pesquisa e funda, no ano de 1985, o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Tecnologia e Trabalho, iniciando o projeto "Inovações tecnológicas em Telecomunicações: o caso TELPA". Será no âmbito deste grupo que, por meio da cooperação e colaboração com docentes de outras áreas afins à Sociologia que tinham como tema de suas pesquisas o trabalho, que Maria Carmela irá desenvolver um conjunto de pesquisas. Essas pesquisas contribuíram significativamente para: primeiro, compreender a dinâmica local e regional da materialização dos processos mais amplos e gerais das transformações que atingiam e davam nova forma às relações e aos processos capitalistas de produção e de como estas impactavam, objetiva e subjetivamente, a classe trabalhadora; segundo, formar toda uma nova geração de pesquisadores (sociólogos ou não) na temática do trabalho. Dentre as pesquisas desenvolvidas, destacam-se duas, com financiamento do CNPq e da FINEP: 1) "Tecnologia e Organização do Trabalho no setor industrial da Paraíba, que acontece de 1987 a 1991"; 2) "Projeto Integrado de Pesquisa Reestruturação Produtiva e Trabalho", de 1997 a 2000. Os resultados alcançados nestas investigações, além de terem sido publicados em periódicos e em anais de eventos nacionais e internacionais da área, foram também compilados em livros organizados em parceria com os outros pesquisadores(as) membros do grupo, com destaque para: "Trabalhadores, tecnologia e organização do trabalho no setor industrial da

Paraíba" e "Reestruturação produtiva na industria de transformação do Nordeste: Fortaleza, Natal, João Pessoa e Recife".

Em paralelo com as atividades de ensino e pesquisa, Maria Carmela também desempenhou atividades administrativas no âmbito da estrutura burocrática acadêmica, exercendo a função de coordenadora do Mestrado em Ciências Sociais da UFPB, entre os anos de 1987 e 1989.

Na segunda metade da década de noventa, participa ativamente da fundação do núcleo da UNITRABALHO na Paraíba, tornando-se sua coordenadora entre os anos de 1995 e 1997. Em 1996, concomitantemente às atividades do núcleo na Paraíba, assume sua coordenação na Região Nordeste, tendo um papel relevante e pioneiro na busca de integrar os saberes produzidos na academia com a prática social dos trabalhadores.

No ano de 2004 se aposenta, mas continua atuando na pós-graduação, orientando até 2006. Neste período, também mantém sua colaboração com o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, que tinha se iniciado alguns anos antes. Como fruto desta colaboração no NCDH/UFPB, publica seus últimos trabalhos que passam a ter como foco principal a problemática da precarização através da flexibilização dos direitos do trabalho.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BUONFIGLIO, M. C. Paralelas em ação (ou "quase dois irmãos"): Direito ao trabalho, direitos trabalhistas, desemprego e precarização do trabalho. In: BITTAR, E. S.; TOSI, G. (Orgs). *Democracia e Direitos humanos numa época de insegurança*. Brasília: SEDH-PR, 2008.

BUONFIGLIO, M. C. Trabalhadores flexibilizados e precários e ação sindical na Itália. *Cadernos do CRH,* Salvador – BA, v.17, n.41, p.183-197, 2004.

BUONFIGLIO, M. C. Flexibilização do trabalho e perspectivas do direito do trabalho a sociedade global de risco. In: LYRA, R. P. (Org). *Direitos Humanos:* os desafios do Século XXI. Brasília: Editora Jurídica, 2002.

BUONFIGLIO, M.C.Trabalhadores e a atual Reestruturação Produtiva: Inventário de Resistências. In: *Histórias de Trabalho 1996/1997*. Porto Alegre, Unidade Editorial/ PortoAlegre, 1998, p.157-191.

BUONFIGLIO, M.C.; DOWLING, J.A. *Flexibilización y Desempleo:* una misma historia. CEA HOY, México, 2.000. p. 65-90.

BUONFIGLIO, M. C.; DOWLING, J. A. *Reestruturação produtiva na indústria de transformação do Nordeste:* Fortaleza, Natal, João Pessoa e Recife. João Pessoa: Manufatura, 1999.

BUONFIGLIO, M. C.; GOMES, M. L. B.; DOWLING, J. A.; ARAÚJO, G. M. *Trabalhadores, Tecnologia e Organização do Trabalho no Setor Industrial da Paraíba.* João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1994. 161 p.

BUONFIGLIO, M. C. Reestruturação produtiva e seus efeitos no mundo do trabalho. In: LIMA, J. C.; KOURY, M. G. P.; RIFIOTIS, T. (Orgs). *Trabalho, Sociedade e Meio ambiente.* João Pessoa: Ed.UFPB, 1997. p.13-31



MARIA CELESTE MAGALHÃES CORDEIRO

Por **João Paulo Bandeira de Souza** (IFCE)

Uma leitora ávida e voraz, como ela mesma se define, Maria Celeste Magalhães Cordeiro cultiva desde a infância um profundo amor e fascinação pelo conhecimento; pelas leituras, histórias, palavras; pelos conceitos e suas interações com o modo como a ajudavam a compreender a vida e se indignar com as questões sociais e políticas de seu tempo.

Quando menina sua habitual brincadeira de ensinar às suas bonecas aquilo que aprendia nos fascículos da revista Conhecer e nas Enciclopédias de sua casa, rendeu-lhe o carinhoso apelido de "professorinha", uma profecia realizada em princípio às apalpadelas e depois como uma forma de existir pela vida adentro, de quem fez dos livros os brinquedos preferidos, refúgios seguros, portas para o mundo, caminhos para os outros e instrumentos de trabalho.

A terceira de quatro irmãs logo passou a ler os livros que as mais adiantadas traziam da escola e depois tudo aquilo que podia acessar naquela Belém do Pará

VOLTA AO SUMÁRIO

dos anos 1960, onde nasceu em 24 de julho de 1955. Na adolescência ganhou maratonas intelectuais, concursos de redação, se destacando entre amigos e professores pela redação primorosa, opiniões firmes e diversificado conhecimento. Estudou no Instituto São Vicente de Paula, escola primária, e depois no Colégio Gentil Bitencourt, onde optou pelo curso Clássico, quando participou do movimento estudantil. Nesse tempo ao lado da leitura surgia também uma paixão por outra forma de contar histórias que acompanharia e influenciaria sua vida privada e profissional: o cinema e suas narrativas.

No final da adolescência sonhara em prestar vestibular para o curso de Psicologia, mas como não havia o curso em Belém no início dos anos 1970, acabou optando por ingressar no Bacharelado em Ciências Sociais na UFPA em 1973. Durante este período experimentou diversas ocupações paralelas: funcionária pública aprovada em concurso do DASP, lotada na polícia Federal (onde permaneceu por poucos meses, pedindo exoneração), foi repórter foca no jornal O Liberal e teve seus primeiros contatos com a sala de aula ao substituir uma colega no Colégio Santo Antônio, experiência que lhe reacendeu o interesse pelo ensino. Em 1976 concluiu o curso de Ciências Sociais e depois de uma viagem à Fortaleza, capital do estado de origem de seu avô materno, decidiu tentar a seleção para o programa de pós-graduação em Sociologia da UFC no ano de 1977.

Em 1978 depois de ser aprovada em primeiro lugar na seleção ingressou no Mestrado, foi impedida de seguir por vicissitudes da vida, o que a fizeram tentar uma segunda seleção para o mesmo programa e, enfim, no ano de 1989 defendeu a Dissertação: Comunidade Eclesiais de Base: uma nova socialidade? sob orientação do professor Dr. Manfredo de Oliveira. Um trabalho minucioso sobre as narrativas e memórias das lutas sociais de ocupação e manutenção do território do Lagamar em Fortaleza. Nesse interim foi mãe duas vezes, ingressou em 1980 como professora da Universidade Estadual do Ceará, inicialmente lecionando por dez anos as disciplinas de Políticas Públicas no curso de Serviço Social e depois fez parte do grupo que criou o curso de Ciências Sociais da universidade, o qual coordenou e trabalhou por todos os anos que esteve na instituição.

Coordenou entre 1985 e 1990 o projeto Universidade Aberta da Rádio e Jornal O Povo, além de participar ativamente dos debates na vida intelectual, social e política de Fortaleza. Durante a gestão do Reitor Paulo de Melo Jorge Filho foi Pró-Reitora de Graduação entre 1992 e 1994. Nos primeiros anos da década de 1990 também atuou como diretora da Escola de Formação de Governantes do Ceará, experiência de formação e educação política pioneira no estado. Nessa época, por cerca de quatro anos, foi colaboradora regular do jornal O POVO, publicando artigos semanais sobre assuntos diversos.

Em 1994 ingressou na primeira turma de doutorado em Sociologia da UFC, onde defendeu em 1997 a Tese: Antigos e modernos: progressismo e a reação tradicionalista no Ceará provincial sob orientação do professor Dr. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, publicada no mesmo ano com o título: Antigos e Modernos no Ceará Provincial. Um exercício de trazer o

imaginário social e político para sala de visitas das Ciências Sociais que desnuda a tensão dialógica entre um mundo que desaparecia e outro que chegava na Fortaleza do século XIX e tornou-se clássico imprescindível para compreender o Ceará contemporâneo.



No período do doutorado publicou o livro Brinquedos da Memória: a infância em Fortaleza no início do século XX em 1996, resultado de um trabalho com estudantes. Após o doutorado foi coordenadora do Núcleo de pesquisa em Associativismo e Políticas Públicas e o grupo de pesquisa do Imaginário.

Participou da criação e implementação da Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE onde desenvolveu suas atividades de pesquisadora e professora Titular de Sociologia Política até 2011, ano de sua aposentadoria. Devido a sua trajetória notória e produtiva de pesquisadora e professora de políticas públicas foi convidada para assumir a Secretaria Extraordinária de Inclusão e Mobilização Social do Estado do Ceará durante o Governo de Lúcio Alcântara, entre os anos de 2003 e 2006, quando liderou o planejamento e o desenvolvimento do plano governamental de metas e indicadores sociais. Contemporânea de uma geração de professores que foi responsável por consolidar e desenvolver as bases lançadas pelos pioneiros das Ciências Sociais no Ceará, Celeste Cordeiro, contribuiu com a formação de centenas de estudantes que tiveram a oportunidade de participar de suas aulas inovadoras, lúdicas, participativas, sempre muito bem planejadas e refletidas, ornadas de cultura e artes em suas mais variadas expressões sem jamais abrir mão do rigor teórico e metodológico e da reflexão crítica.

Sua produção teórica é ampla e diversificada e deu contribuições significativas para área da Sociologia e através de sua escrita poética produziu conhecimento sobre o Poder, Cultura Política, Políticas Públicas, Inclusão Social, Sociologia Política, Imaginário e política, Literatura e Sociedade, pensamento social brasileiro e política cearense.

O desejo frustrado no início da vida de não cursar psicologia, de certa forma foi parcialmente compensado com sua mais recente formação em Psicanálise no Instituto Corpo Freaudiano/Sessão Fortaleza.

Celeste continua cada vez mais apegada aos livros, ao cinema, às artes tendo uma vida intelectual bastante ativa, atenta às transformações contemporâneas com olhar curioso e a perspicácia que a fizeram admirada e querida por seus professores, estudantes e colegas de profissão.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. Brinquedos da memória: a infância em Fortaleza no início do século XX. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996. 163 p.

CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. Antigos e Modernos no Ceará provincial. São Paulo: AnnaBlume, 1997 299 p.

CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. Democracia e Poder Local no Brasil: desafios atuais. Essentia (Sobral/CE) , Sobral/CE, v. Ano 1, n.Número 3, p. 113-120, 2000.

CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. Brincar de ser outro: meia-idade e novos sentidos de viver. In: Fátima Vasconcelos; Érica Atem. (Org.). Alteridade – o outro como problema. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltada., 2011, v. 1, p. 9-280.

CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. O anjo caído: reflexões em torno da (des)honra de Isaías Caminha. Revista de Ciências Sociais. Vol. 27, 1996 p 38-53.



MARIA CELESTE MIRA

Por **Jorge Leite Jr** (UFSCar)

A professora e pesquisadora Maria Celeste Mira é uma das intelectuais responsáveis pelo desenvolvimento e consolidação da área de Sociologia da Cultura no Brasil, em especial no diálogo desta com a área de Comunicação. Professora livre-docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sua trajetória é marcada por uma formação multidisciplinar e o constante diálogo entre antropologia e sociologia. Com seu inabalável e contagiante bom humor, seus trabalhos são referências incontornáveis nos estudos sobre cultura popular tradicional, cultura popular de massa, consumo, lazer, entretenimento, gosto e práticas culturais no Brasil.

Nascida em 01 de dezembro de 1954 na cidade de São Paulo, quando jovem ingressa na faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (no ano de 1973), em plena ditadura. Logo após se formar e tirar a carteira da OAB, entra no curso de Serviço Social da PUC de São Paulo. Participante das Comunidades Eclesiais de Base, ansiava pelo aprofundamento na teoria social que era debatida em outras salas de aula da mesma universidade. Assim, em 1979, troca de curso e entra em Ciências Sociais, também na PUC- SP.

VOLTA AO SUMÁRIO

Em 1983, após prestar concurso, entra novamente na PUC-SP agora como professora do Ciclo Básico, iniciando sua carreira docente na disciplina Antropologia e Realidade Brasileira. Neste período, junto a outros colegas e sob a liderança de José Mário Ortiz Ramos, começa a se reunir para discutir textos sobre a cultura brasileira do período (poderíamos dizer que era um grupo de estudos avant la lettre). Nesses encontros, que marcaram sua trajetória e sua admiração intelectual por José Mário, duas coisas ficaram claras: não era possível refletir sobre a vida nacional sem levar em conta a indústria cultural – o que depois ficou claro com o livro A moderna tradição brasileira de Renato Ortiz – e o quanto esta noção frankfurtiana necessitava ser atualizada e adaptada para se pensar a América Latina e o Brasil.

Quando o ciclo Básico foi extinto, em 1987, o mesmo grupo de docentes criou a disciplina Antropologia e Crítica Cultural, para assim manter a discussão dentro da nova grade de disciplinas do curso de Ciências Sociais da PUC- SP. A bibliografia unia autores como Edgard Morin, Adorno e Horkheimer Pierre Bourdieu, Raymond Williams, Jesús Martin-Barbero, Néstor García Canclini, entre outros, além da constante atualização de autores contemporâneos. Essa disciplina se manteve por muitos anos, dela saindo vários de seus orientandos do PEPG em Ciências Sociais da PUC-SP, no qual ingressou em 1999 e alguns membros do Grupo de Estudos de Práticas Culturais Contemporâneas (GEPRACC), por ela criado – certificado em 2008 e ainda atuante. Além disso, lecionou Sociologia Geral e da Comunicação no curso de Jornalismo por mais de dez anos.

Depois de participar da pesquisa pioneira Telenovela: história e produção, coordenada por Renato Ortiz, resolve fazer com ele seu mestrado, lidando com um dos temas mais desqualificados academicamente na época: a cultura popular de massa. De maneira inovadora, Celeste Mira pesquisa o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) criado pelo apresentador de programas de auditório Silvio Santos. Ao refletir sobre a vida do dono do canal e, principalmente, sobre a grade de programação da emissora, a autora questiona as noções de "popular" e "popularesco" inserindo-as nas dinâmicas de distinção social e mercado cultural, pensando o processo de modernização no Brasil através do gosto popular.

É importante lembrar que certas produções não eram então vistas no campo da Sociologia da Cultura como "dignas" de serem estudadas e que a interpretação dominante na área das Ciências Sociais seguia o paradigma da Escola de Frankfurt. Enquanto esta linha teórica afirmava que a indústria cultural degradava a "alta cultura" e o "gosto legítimo" (Bourdieu), Mira, apoiada sobretudo nos estudos de Martín-Barbero (1987), apresenta uma ideia inovadora: a cultura popular de massa retira a grande maioria de seus temas e formas apropriando-se da cultura popular tradicional, e não da cultura erudita. Seu mestrado é publicado em 1995, com o título Circo Eletrônico (ed. Olho D´água/ Loyola) e tem uma ótima recepção – na área da Comunicação!

Ainda se questionando sobre a noção frankfurtiana de massa, Celeste Mira imagina uma pesquisa sobre as bancas de revista e sua incrível variedade de magazines (na época existiam

mais de 1000 títulos disponíveis). Em 1992, ingressa no doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, com o mesmo orientador. Desta vez, o foco é a Editora Abril e a segmentação da cultura expressa nas revistas. Novamente, a indústria cultural (e o mercado) não são a explicação, mas o que tem que ser explicado. Estudando a variação das publicações ao longo do tempo, pôde perceber a mudança dos costumes através da segmentação do mercado de revistas e a emergência de movimentos socioculturais por meio da relação entre consumo e construção de identidades. Defendido em 1997, o doutorado é publicado em 2001 com o título O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX (ed. Olho D´Água / FAPESP), sendo bastante lido nas Ciências Sociais.



Durante o período do doutorado, conhece o sociólogo Edson Silva de Farias, convidando-o para participar da Intercom. Esse encontro rendeu uma parceria profícua, que os levou a coordenar vários GTs na ANPOCS e que se mantem até hoje, sendo que, desde 2004, coordenam juntos o GT, atual CP (Comitê de Pesquisa) de Sociologia da Cultura nos congressos da SBS.

Em 2002, faz um pós-doutorado na França sobre as origens das festas populares – em sintonia com as discussões internacionais sobre o tema – e, em 2003, começa sua pesquisa de livre-docência investigando o grande revival das tradições populares. Como a cultura popular tradicional, o "folclore", dado até alguns anos antes como extinto, se tornou a "bola da vez" das políticas culturais e do mercado no início do século XXI, repercutindo em várias áreas como moda, gastronomia, música – inclusive internacionalmente. Através do trabalho dos mediadores culturais, Celeste Mira analisa como a "tradição" cultural popular é recriada por movimentos sociais em sintonia com uma nova rodada de definições políticas das identidades (e identificações) nacionais e regionais na arena mundializada, transformando a "beleza do morto" (nos termos de Michel de Certeau) em "Cultura Viva" (programa criado por Gilberto Gil quando foi ministro da cultura nos dois Governos do presidente Lula). A livre-docência é defendida em 2014 e publicada como livro em 2016, com o título Entre a beleza do morto e a cultura viva: mediadores da cultura popular na São Paulo da virada do milênio (ed: Intermeios/ FAPESP).

Em suas pesquisas, Maria Celeste Mira encontra uma forma de discutir a sociedade brasileira através das práticas culturais das classes populares. A televisão, as revistas e as festas são meios para essa reflexão. Grande conhecedora de Bourdieu, suas sofisticadas reflexões denunciam o "racismo de classe" brasileiro, apresentam como a cultura popular (tradicional ou de massa) dribla e subverte suas carências, ao mesmo tempo em que ajudaram a consolidar o campo da Sociologia da Cultura no Brasil. Se hoje já é ponto pacífico que lutas sociais são também lutas culturais e Ciências Sociais e Comunicação são áreas que dialogam tão bem, é muito graças ao trabalho desta competente – e divertida – pesquisadora.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MIRA, Maria Celeste. *Circo eletrônico*. Silvio Santos e o SBT. São Paulo, Olho D´água / Loyola, 1995.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas*. A segmentação da cultura no século XX. São Paulo. Olho D´água / FAPESP, 2001

MIRA, Maria Celeste. *Entre a beleza do morto e a cultura viva*. Mediadores da cultura popular na São Paulo da virada no milênio. São Paulo, Intermeios/ FAPESP, 2016



MARIA CRISTINA MANESCHY

Por **Ivanete Modesto do Amaral** (UEPA)

Maria Cristina Alves Maneschy nasceu em 1957, em Belém-Pará. Formou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1980. Em 1980/1, foi socióloga na Secretaria de Planejamento do Estado do Pará (SEPLAN). Em 1985, ingressou na UFPA como professora de Sociologia, no então Departamento de Ciências Sociopolíticas.

Seu trabalho de conclusão de graduação expressou o interesse em dois assuntos fundamentais na sua trajetória de pesquisadora: as condições não econômicas do capitalismo e as articulações entre os setores tradicional e moderno na economia. Como emblemático, seu estudo sobre empregadas domésticas em Belém, setor que mais absorvia mulheres no Brasil, inspirado no enfoque da socióloga brasileira Heleieth Saffioti.

A partir daí, Cristina Maneschy foi estudar comunidades pesqueiras no litoral paraense, para compreender como elas viviam as mudanças pós-abertura da fronteira amazônica nos anos 1970. Um debate sociológico da época, presente na sua pesquisa, era sobre os rumos das comunidades de pesca artesanal, à luz dos conceitos de

VOLTA AO SUMÁRIO

subordinação indireta ao capital, expropriação e proletarização. Cursou Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e sua Dissertação, defendida em 1988, publicada em livro, enfocou uma vila de pescadores em ilha ligada há pouco tempo ao continente por uma estrada, no litoral do Pará. Juntou-se então, a pesquisadores do campo de estudos socioantropológicos da pesca no Brasil vindo a integrar, em 1994, o Projeto RENAS (Recursos Naturais e Antropologia das Sociedades Pesqueiras da Amazônia), do Museu Paraense Emílio Goeldi.

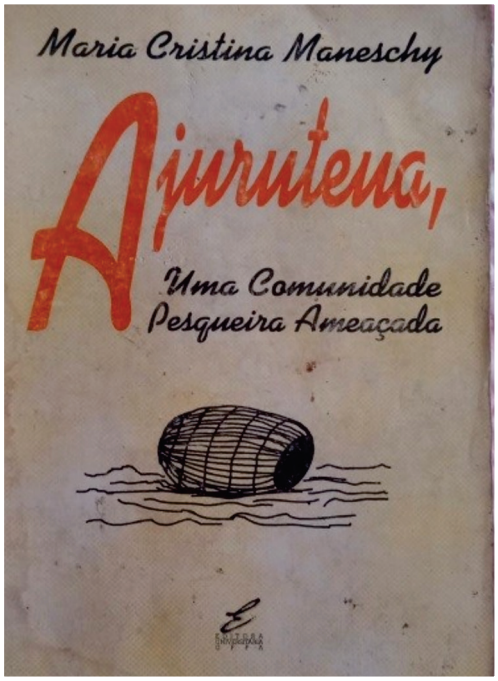
Fez Doutorado em Sociologia, na Universidade Toulouse–Le Mirail, na França, com estágios no CETMA (Centro de Etno-Tecnologia em Meios Aquáticos em Paris). Defendeu Tese em 1993, analisando como pescadores e pescadoras e suas comunidades, na região costeira paraense, se apropriam do mar e dos peixes, por deterem a principal chave de acesso: as práticas materiais e simbólicas, conhecimentos, saberes, relações de trabalho e formas de territorialização.

Desde então, dedicou-se ao tema gênero e pesca e alguns de seus estudos se tornaram referência na área. Associada ao ICSF (International Collective in Support of Fishworkers) e ao GEPEM (Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes, sobre Mulher e Relações de Gênero/UFPA), em colaboração com a pesquisadora Maria Luzia Miranda Álvares, Cristina Maneschy conduziu pesquisas, seminários, divulgação científica e intercâmbios com movimentos sociais, contribuindo com a difusão da concepção ampliada de trabalho pesqueiro no Brasil, que inclui os labores das mulheres. Dentre as publicações, destaca-se a organização, em 2005, da coletânea "Changing tides: gender, fisheries and globalization", em coautoria com Barbara Neis, Marian Binkley e Sri Gerrard.

Notadamente a partir de 1990, Cristina Maneschy voltou-se ao tema da conservação ambiental, com contributos das críticas pós-desenvolvimentistas, que reafirmavam a centralidade de povos que instituem regras de uso de meios naturais em comum. Nos anos 2000, as comunidades pesqueiras no litoral brasileiro protagonizaram a criação das Reservas Extrativistas Marinhas. Maneschy associou-se aos estudos sobre essa criação institucional participativa, atentando para as desigualdades de gênero e classe, trazendo conceitos da abordagem institucionalista, como gestão compartilhada de recursos comuns, diálogos de saberes, capital social e associativismo.

Suas pesquisas sobre questões ambientais, compartilhadas com Jean Hébette e Sônia Barbosa Magalhães, dentre outros colegas pesquisadores, resultaram também numa coletânea intitulada "No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato do Pará". Dessa produção, emergiu rica reflexão sobre elementos da organização social de diversos grupos de trabalhadores, antigos e tradicionais, no nordeste e sudeste paraense, como os extrativistas florestais, pescadores, agricultores e ribeirinhos, considerados formadores de um campesinato amazônico original.

Mantendo o olhar sobre dimensões sociais da economia, Cristina Maneschy contribuiu na difusão da Sociologia Econômica no Pará, lecionando a disciplina na Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPA e através de parcerias internacionais. Realizou estágio pós-doutoral na ANU (Australian National University), em 2005/2006 e, na sequência, uma frutífera colaboração de pesquisa com o Socius (Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações), da Universidade de Lisboa, entre 2007 e 2010. Das parcerias, resultaram seminários, visitas de campo e a produção conjunta de duas coletâneas: "Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização" (2010) e "Nos dois lados do Atlântico: trabalhadores, organizações e sociabilidade" (2011). Ambas focalizam áreas da Amazônia, Portugal e Angola, discutindo repercussões da globalização sobre as relações de trabalho, de sociabilidade e de associação.



Estimulou orientandos no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPA a empregarem análises de redes sociais no estudo de categorias de trabalhadores e seus modos de participar nos mercados. Tal empenho resultou em teses sobre "trabalhadores de supermercados", "camelôs na cidade de Belém" e "inserção de jovens com formação superior no mercado de trabalho paraense". Seguindo a perspectiva sociológica da imersão social da economia, as pesquisas identificaram que relações em redes seguem de grande influência no acesso a posições e, em consequência, no dinamismo do mercado de trabalho. As conexões das pessoas no tecido social exercem também efeitos em processos locais de desenvolvimento.

Cristina Maneschy colaborou significativamente com o avanço da pós-graduação no Pará, participando da criação do Mestrado em Sociologia da UFPA em 2000 e, em 2013, da criação do Mestrado Profissional interdisciplinar do Instituto Tecnológico Vale de Desenvolvimento Sustentável (ITV), curso que coordenou em 2017. Refletindo o rigor e a atenção que investiu nesses trabalhos, ex-alunos vieram a ocupar cargos em universidades no Pará, Amapá e Maranhão.

Nos últimos anos, Maneschy vem estudando as repercussões da mineração na Amazônia Oriental, como pesquisadora e depois, bolsista de pós-doutorado no ITV, examinando os sentidos do desenvolvimento sustentável, linguagem comum no mundo corporativo, quanto ao lugar das comunidades pesqueiras, indígenas e quilombolas presentes nos territórios da

mineração. Contribuindo na consolidação dos estudos de gênero na região, Cristina Maneschy compõe a Comissão Editorial da Revista Gênero na Amazônia, do GEPEM/UFPA.

Desde seu livro "Ajuruteua, uma Comunidade Pesqueira Ameaçada", publicado em 1993, Maneschy tem pesquisado sentidos das mudanças nas relações de trabalho na pesca artesanal. Destaca que é incontornável o olhar de gênero para se conhecer os sistemas comunitários de gestão ambiental nas zonas costeiras no Brasil e os direitos desses povos sobre as águas e as terras de que vivem.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

MANESCHY, M. C. Pescadores curralistas no litoral do estado do Pará: evolução e continuidade de uma pesca tradicional. Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 10, n. 10, p. 53-74, 1993.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 20, p 713-737, 2012.

MANESCHY, M. C. O emprego doméstico e as relações no mundo do trabalho. Revista Gênero na Amazônia, v. 3, p. 207-218, 2013.

MANESCHY, M. C.; MOREIRA, E. S. S.; HÉBETTE, J. Le développement environnemental, une valorisation du patrimoine pour nos enfants, petits-enfants et arrière-petits-enfants. Études Caribéennes, p. 1-15, 2016.

MATLABA, Valente; MOTA, José Aroudo; MANESCHY, Maria Cristina; FILIPE DOS SANTOS, Jorge. Social perception at the onset of a mining development in Eastern Amazônia, Brazil. RESOURCES POLICY, v.54, p. 157-166, 2017.



MARIA DA GLÓRIA BONELLI

Por **Fabiana Luci de Oliveira** (UFSCar)

A obra de Maria da Gloria Bonelli é basilar na constituição e expansão da área da Sociologia das Profissões no Brasil, sendo referência no campo de estudo das profissões jurídicas e das suas relações com a sociedade, o mercado, o Estado e a política.

A socióloga nasceu no Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1957, em uma família de classe média. Seu pai era médico, e sua mãe, formada em letras.

Cursou a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre 1976 e 1979, no contexto de distensão política e retomada do movimento estudantil, no qual militou ativamente pela redemocratização do país. Durante a graduação, trabalhou como pesquisadora junto ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), na realização de diagnósticos sociais em municípios das regiões nordeste, sul e centro-oeste do país, experiência à qual atribuiu importância para ter conhecido a realidade brasileira "fora dos livros".

Ingressou no mestrado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1984, para estudar os militares e a redemocratização, sob orientação

VOLTA AO SUMÁRIO

de Bolívar Lamounier, mas sua participação em um projeto sobre a classe média paulistana no IDESP (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo) levou-a para a área da Sociologia. Sua dissertação, "A classe média do 'milagre' à recessão: mobilidade social, expectativas e identidade coletiva", sob orientação de Sergio Miceli, foi defendida em 1987, e publicada como livro em 1989 (A Classe Media do Milagre à Recessão. São Paulo: IDESP, 1989).

Em 1988, como pesquisadora do IDESP, integrou a equipe do projeto "História das Ciências Sociais no Brasil", iniciando, nesse mesmo ano, o doutorado na UNICAMP, sob a orientação de Vilmar Faria, no qual estudou a identidade profissional e o mercado de trabalho dos cientistas sociais. Durante o doutorado, fez estágio sanduíche na Northwestern University, sob a co-orientação de Howard Becker, o que contribuiu para o aprofundamento da sua formação sociológica na abordagem do interacionismo simbólico, influência marcante ao longo de sua trajetória.

No retorno ao Brasil, em 1992, foi aprovada no concurso público para docente no recém-criado Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de São Carlos. No ano seguinte, defendeu a tese "Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as Ciências Sociais no sistema das profissões", na qual analisou as estratificações e competições profissionais entre os formados em ciências sociais para ingresso no mercado de trabalho e domínio de conhecimentos específicos, dialogando com modelos analíticos propostos por Andrew Abbott e Erving Goffman.

Após a defesa do doutorado, Gloria Bonelli passou a estudar as profissões jurídicas, atuando no survey "A crise do judiciário vista pelos juízes", coordenado pela cientista política Maria Tereza Aina Sadek, no IDESP, entre 1993 e 1994, voltado ao diagnóstico do funcionamento do sistema de justiça no país, para subsidiar propostas de reforma judicial. Nesse projeto, a socióloga trabalhou a morfologia social e de carreira de juízes e desembargadores, interessada nas relações entre profissões e Estado.

Em 1994, fundou o grupo de pesquisa "Sociologia das Profissões", dedicado ao estudo dos processos de profissionalização de ocupações novas, incluindo jornalismo, propaganda e marketing, youtubers, entre outras, e profissões tradicionais, como as carreiras do direito e a medicina.

As pesquisas desenvolvidas nesse período marcam uma mudança no enfoque da socióloga, redirecionando a discussão das profissões no mercado e do profissionalismo como uma estratégia coletiva da classe média para ascensão social, para as relações das profissões com a política e o Estado, estudando, para isso, os processos de profissionalização das carreiras jurídicas – advogados, magistrados, promotores públicos e delegados de polícia civil. Bonelli mostrou como o argumento da expertise era a base para fundamentar a indispensabilidade da assessoria desses profissionais ao Estado e como a construção da autoridade moral distinguia o profissionalismo jurídico da política convencional. A realização de um pós-doutorado na Ame-

rican Bar Foundation, em Chicago, em 1996, foi relevante para essa mudança, a partir do contato com pesquisadores como Terence Halliday, Lucien Karpik e Bryant Garth. Os resultados dessa agenda de pesquisa foram publicados no livro "Profissionalismo e política no mundo do Direito" (EdUFSCar/ Sumaré/ Fapesp, 2002).



Em 2003, propôs a criação do Grupo de Trabalho Ocupações e Profissões na Sociedade Brasileira de Sociologia, em parceria com Luiz Antônio de Castro Santos e Maria Ligia de Oliveira Barbosa, que se consolidou como o principal espaço de articulação e discussão da sociologia de grupos profissionais no Brasil.

Em 2006, realizou pós-doutorado no Instituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati, passando a pesquisar mudanças e disputas no conteúdo do profissionalismo, com ênfase nos impactos da reforma do Judiciário na identificação profissional dos magistrados, e as relações de importação e exportação de expertise jurídica e de formatos institucionais do sistema de justiça, discutindo a resistência local ao modelo global de reforma judiciária. Nesse mesmo ano, tornou-se Professora Titular da Universidade Federal de São Carlos.

A partir de 2008, incorporou a perspectiva de gênero e da diferença à sua agenda de pesquisa, investigando o impacto das diferenças de gênero e raciais na profissionalização nas carreiras jurídicas, incluindo magistratura, advocacia privada, defensoria pública e ministério público. Estudou, também, a fragmentação dos modelos de docência no direito e a trajetória profissional e o perfil do corpo docente nas faculdades de direito no Brasil, além de atividades paralegais, a partir do grupo profissional dos despachantes documentalistas, sob perspectiva do estigma de instituição bastarda e de trabalho sujo.

Maria da Gloria Bonelli aposentou-se no Departamento de Sociologia em 2015, seguindo como docente sênior do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, dando continuidade às pesquisas no grupo Sociologia das Profissões, investigando dinâmicas contemporâneas no profissionalismo, como a internacionalização da expertise, a participação feminina nas carreiras e a articulação entre profissionalismo, gênero e diferença. Em 2016, realizou pós-doutorado na University of Leeds Law School, no Reino Unido, estreitando a colaboração

com Hilary Sommerland, acerca dos processos globais de generificação e racialização das profissões jurídicas.

O conjunto da sua obra reúne contribuições robustas e inovadoras à sociologia brasileira no estudo das profissões, consolidando a interpretação de que a construção social das profissões e das identidades profissionais se dá tanto pelo estabelecimento de fronteiras na delimitação de práticas profissionais, quanto pelo "borramento de fronteiras" entre diferentes formas estabelecidas de profissão, e entre o profissional e o político, no caso das profissões jurídicas.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BONELLI, Maria da Gloria. O Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* São Paulo, v. 09, n.25, p. 110-126, 1994. Link: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/25/rbcs25_11.pdf>

BONELLI, Maria da Gloria. *Profissionalismo e política no mundo do Direito*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar/ Sumaré/ Fapesp, 2002. v. 1. 303p. Link: <https://edufscar.com.br/edufscar/profissionalismo-e-politica-no-mundo-do-direito-503300027?page=9&limit=50>

BONELLI, Maria da Gloria. Profissionalismo e diferença de gênero na magistratura paulista. *Civitas*. Revista de Ciências Sociais, v. 10, p. 270-292, 2010. Link: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2010.2.6491>

BONELLI, Maria da Gloria. Brazilian judges' in-between professionalism, gender and difference. International *Journal of the Legal Profession*, v. 21, p. 1-17, 2015. Link: <https://doi.org/10.1080/09695958.2015.1029488>

BONELLI, Maria da Gloria. Docência do Direito: fragmentação institucional, gênero e interseccionalidade. *CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS*. (ONLINE), v. 47, p. 94-120, 2017. <https://doi.org/10.1590/198053143659>

BONELLI, Maria da Gloria. Women, Difference and Identities in the Brazilian Legal Professoriate. In: SCHULTZ, Ulrike; SHAW, Gisela; THORNTON, Margaret; AUCHMUTY, Rosemary. (Org.). *Gender and Career in Legal Academy*. 1ed.Londres: Hart Publishing, 2021, v. 1, p. 95-114. Link: <https://www.bloomsburycollections.com/book/gender-and-careers-in-the-legal-academy/ch4-women-difference-and-identities-in-the-brazilian-legal-professoriate>

SOBRE A AUTORA

FONTAINHA, F. de C., & LEITE, M. C. L. (2019). Profissões, gênero e Sociologia do Direito – Entrevista com Maria da Gloria Bonelli. *Plural*, 26(2), 271-303. Link: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2019.165728>



MARIA DO CARMO MARCONDES BRANDÃO ROLIM

Por **Maria Henriqueta S. G. Gimenes Minasse**
(Universidade Anhembi Morumbi)

Maria do Carmo Marcondes Brandão Rolim é uma socióloga paranaense reconhecida por seus estudos sobre alimentação e referências culturais. Nasceu em 13 de julho de 1950 na cidade de Ponta Grossa, Paraná, onde realizou os estudos secundários. Ao término, mudou-se para Curitiba para ingressar na universidade.

Em 1968, iniciou sua graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Durante sua graduação, trabalhou como estagiária no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), onde realizou pesquisas sobre o processo de planejamento urbano de Curitiba. Em 1971, concluiu sua graduação e em março de 1972 foi contratada pelo Colégio Lantéri (Curitiba) para ministrar aulas de História no ensino médio.

VOLTA AO SUMÁRIO

No primeiro semestre de 1973 mudou-se para o Rio de Janeiro para fazer o Curso de Especialização em Realidade Nacional e Desenvolvimento, no Centro João XXIII de Investigação e Ação Social CIAS/IBRADES, desenvolvendo uma monografia sobre Movimentos Sociais sob orientação do prof. Pedro Demo. No mesmo ano tornou-se professora na Faculdade de Administração e Economia (FAE) em Curitiba, onde ministrou disciplinas voltadas para as áreas de Sociologia e Metodologia Científica.

Nos anos seguintes, realizou mais duas pós-graduações latu sensu. Em 1974, o Curso de Especialização em Teoria do Conhecimento na UFPR, resultando o trabalho "Considerações sobre o Conhecer" sob orientação da profa. Dra. Olga Maria Mattar. Em 1975, frequentou o Curso de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais, organizado pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política (INDIPO) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro, apresentando a monografia "Relações Sociais na Empresa" sob orientação da profa. Lícia do Prado Valladares.

Em 1976 ingressou no Mestrado em Sociologia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), tornando-se bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Cumpridos os créditos, voltou para Curitiba e começou a trabalhar na ADITEPP – Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos, instituição voltada para a Educação Comunitária na área de Saúde Preventiva em favelas de Curitiba. O envolvimento com esse trabalho motivou a escolha da temática de sua Dissertação: "Favelas, Movimento Associativo e Planejamento Urbano em Curitiba" defendida em 1985 sob a orientação também da profa. Lícia do Prado Valladares.

Em 1990 foi aprovada no concurso público para professora no Departamento de Ciências Sociais da UFPR, onde trabalhou com diferentes cursos de graduação (Administração, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Nutrição e Turismo) ministrando disciplinas relacionadas à sociologia e à metodologia da pesquisa.

Nesse período, a profa. Roseli Maria Rocha dos Santos, então chefe do Departamento de Ciências Sociais da UFPR e coordenadora do GEAS (Grupo de Estudos Agricultura e Sociedade), convidou-a a ingressar nesse grupo composto por professores dos Departamentos de Ciências Sociais, Antropologia e Economia. Aí conheceu Anamaria Bonin, antropóloga de sólida formação, quem muito a ajudou na percepção e entendimento dos significados simbólicos da alimentação. Em 1991, em uma parceria com a antropóloga, publicou o artigo "Hábitos Alimentares: tradição e inovação" no Boletim de Antropologia da UFPR. Este artigo se tornou uma referência para muitos estudos sobre alimentação desenvolvidos no Brasil, por abordar o processo de formação de hábitos alimentares e também a dinâmica socioantropológica do consumo alimentar. Nessa parceria somou-se a presença de Solange Demeterco, com quem realizou uma pesquisa sobre os Hábitos e o Valor Cultural dos Alimentos em Curitiba, procurando conhecer o consumo alimentar de diferentes categorias socioprofissionais.

Em 1993 ingressou no Doutorado em História e, sob orientação do prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos, retomou a temática da alimentação, desta vez sob a perspectiva historiográfica. Em 1997 defendeu a tese "Gosto, Prazer e Sociabilidade: Bares e Restaurantes de Curitiba – 1950 -1960", pesquisa que se tornou referência para a área de história da alimentação, ao resgatar sob os olhos de proprietários e consumidores, as dinâmicas de consumo e sociabilidade permeadas pela alimentação em bares e restaurantes tradicionais de Curitiba. No mesmo ano ingressou no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Sociologia da Universidade Federal do Paraná.



Como professora do Departamento de Ciências Sociais da UFPR, celebrou na condição de Coordenadora, um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Cultura visando a execução do Projeto Hábitos Culturais: Curitiba e Região Metropolitana, com vigência até 31 de dezembro de 1999.

Aposentou-se da Universidade Federal do Paraná em 2001, mas permaneceu como Professora Bolsista Sênior do Mestrado em Sociologia até 2003. Continuou sua carreira docente no Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), onde atuou de 2001 a 2017. Também foi professora na Universidade Positivo (UNICENP) entre 2002 e 2004.

Em outubro de 2014 teve seu Projeto "Entre Mesas e Balcões: Restaurantes e Bares de Curitiba nas décadas de 1950 e 1960", baseado em sua Tese de Doutorado, contemplado por um edital da Fundação Cultural de Curitiba. Este Projeto deu origem a uma exposição disponível entre 2015 e 2016 com o mesmo nome, na Casa Romário Martins, sobre a história dos bares e restaurantes de Curitiba que fizeram sucesso entre essas décadas. A Tese de Doutorado também subsidiou a publicação do livro "Bares e Restaurantes de Curitiba – Décadas de 1950 e 1960" em 2019.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

BONIN, A. A.; ROLIM, M. do C. Hábitos alimentares: tradição e inovação. *Boletim de. Antropologia*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 75-90, jun. 1991.

ROLIM, M. C. M. B.; GIMENES, M. H. S. Turismo, ócio y sociabilidad: bares, restaurantes y casas noturnas en Curitiba, Brasil. In: GANDARA, J.M.G; SCHLUTER, R. G. (Org.). *Gastronomía y turismo:* una introducción. 1ed. Buenos Aires: Editora CIET – Centro de Investigaciones y estudios turísticos, 2003, v. 1, p. 20-40.

ROLIM, M. C. M. B. As Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba: um movimento social reivindicativo centrado na questão da posse da terra. In: ROSA, M. A.; NEVES, L. S. (Org.). *Curitiba:* Educação, movimentos sociais e sustentabilidade. 1ed. Curitiba: CRV, 2011, p. 71-94.

ROLIM, M. C. M. B. *Bares e restaurantes de Curitiba* – décadas de 1950 e 1960. Curitiba: Máquina de Escrever, 2019, 268p.



MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO

Por **Zoraide Souza Pessoa** (UFRN)

Maria do Livramento Miranda Clementino, é professora titular da UFRN, nordestina, que nasceu em 01 de janeiro de 1950, em Taipu, pequena cidade do interior do Rio Grande do Norte. Filha única, do comerciante Lauro Miranda e da dona de casa Maria de Lourdes Miranda, viveu sua infância entre as cidades de Taipu e Ceará-Mirim, onde estudou os anos iniciais do ensino fundamental, no Grupo Escolar Joaquim Nabuco em Taipu, e concluiu os anos finais, no colégio Santa Águeda em Ceará-Mirim, do qual foi interna entre 1963-1966. Sua juventude passou na capital, Natal, cursando entre 1967-1969, o ensino médio, no Atheneu, tradicional colégio público da cidade.

Contrariando a vontade dos pais, que almejavam que se formasse em medicina, engenharia ou direito, consideradas "carreiras de futuro" segundo a percepção familiar, optou por fazer sua primeira graduação em Sociologia e Política, na Fundação José Augusto, em Natal

VOLTA AO SUMÁRIO

entre 1970 e 1973. Também cursa de 1971 a 1975 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na qual também se graduaria em Ciências Sociais entre 1976 e 1977.

Mas, a realização no Direito foi amplamente conquistada pela família, na terceira geração dos Miranda, agora Miranda Clementino, fruto do seu casamento com Francisco das Chagas Clementino, jovem potiguar farmacêutico bioquímico que arrematou seu coração no ano de 1974 em Salvador, quando cursava mestrado em química na UFBA. Da união, celebrada em 1976, nasceram seus três filhos, todos bacharéis em Direito.

Livramento, mulher, filha, mãe, esposa, avó, socióloga, economista, professora e pesquisadora vão delineando sua jornada profissional e científica que se inicia quando exerce a função de socióloga, como celetista, no serviço de pesquisa e estatística da Divisão de Orientação Social no Serviço Social do Comércio (SESC), em Natal, de 1971 a 1975. Sua carreira acadêmica se iniciaria em 1979, na UFRN. Contudo, ainda experimentaria atuar como gestora pública, ao exercer o cargo de Secretária Municipal de Administração Geral e Planejamento da prefeitura de Natal de 1993 a 1994.

Foi na UFRN, ao longo de mais de quatro décadas, que se moldaria como pesquisadora, polindo as marcas do regional, do urbano, das cidades, das metrópoles e das políticas públicas como polos centrais de sua trajetória acadêmica científica. Apresenta uma identidade ambivalente entre a sociologia e a economia como ela mesma se descreve, mas se podemos pensar em definições, trafega com maestria na interdisciplinaridade. No início de sua carreira acadêmica na década de 1980, vai forjando sua identidade no estudo do regional, temática que vai marcar grande parte de sua produção acadêmica. É neste período que cursa o mestrado, nas Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp (1982-1985) pesquisando as relações capital trabalho na exploração do algodão, atividade agrícola rural tradicional, e de base central para a dinâmica regional do Nordeste e do Rio Grande do Norte, até o seu declínio nos anos 1980. É nos estudos rurais e regionais, que vai talhar sua formação, sob a influência da profa. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, sua orientadora e uma das principais estudiosas das ruralidades brasileiras. Deste período, nasce a obra que ela considera uma das mais marcantes: O Maquinista de Algodão e o Capital Comercial, de 1987.

É no doutorado cursado de forma sequencial no Instituto de Economia da Unicamp (1985 – 1990), no qual conciliava junto com o parceiro de vida, Chagas, que também cursava doutorado no Instituto de Química, que marcaria de vez sua formação na economia regional, sob a orientação do Prof. Wilson Cano, que se tornaria uma grande referência intelectual, de pesquisa e pessoal. Sob a influência de Wilson Cano, sua tese analisa as transformações capitalistas e suas contradições como eixo analítico de sua abordagem sobre o desenvolvimento regional no contexto do capitalismo periférico, aplicado ao caso do processo de urbanização do Rio Grande do Norte, marcada pela expansão do setor terciário como influxo das contradições das relações capital trabalho e que vai forjar a sua urbanização e dos seus principais centros

regionais que compõem o livro: Economia e Urbanização: o Rio Grande do Norte nos Anos 70, publicado em 1995.



Na década de 1990, faz um Pós-Doutorado na Université Lumière, Lion2, França (1990-1991) e, ao retornar, inicia sua atuação junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e juntamente com colegas das Ciências Sociais da UFRN e outros pesquisadores do Nordeste que participavam do Grupo Temático de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) se depara com o não lugar da pesquisa regional. Para romper e ampliar o acesso aos editais de financiamento de pesquisas, utiliza como estratégia a atuação e a articulação da pesquisa em rede, que vai ser uma marca de sua trajetória, permitindo desenvolver projetos de pesquisa tendo como foco o regional e, no Nordeste, em parceria com pesquisadores do Nordeste e de outras regiões do país.

O viés da pesquisa em rede, se fortalece ao longo da primeira década do século XXI ao ingressar na Rede Observatório das Metrópoles, coordenada por Luiz César Ribeiro de Queiroz, e adentrando de vez na pesquisa sobre as cidades e a metropolização no Brasil, e na análise das desigualdades e estruturas sociais das metrópoles.

Dessa inserção, passa a coordenar em 2003, o Núcleo Natal do Observatório das Metrópoles, conduzindo uma ampla e interdisciplinar equipe de pesquisadores, que tem na metropolização de Natal o foco de estudo e pesquisas.

Em paralelo, entre os anos de 1990 e 2000, vai também consolidando em sua agenda científica o estudo das políticas públicas, que se torna um objeto revigorante frente ao processo de redemocratização e da efetivação dos direitos do cidadão, moldados pela Constituição de 1988, redefinindo o papel dos governos e da gestão pública, impondo novas perspectivas, competências e a emergência de problemáticas. Desse contexto, juntamente com outros pesquisadores, cria o grupo de pesquisa Estado e Políticas Públicas (EPP), que vai moldar a formação do Núcleo Avançado de Políticas Públicas (NAPP) no início dos anos 2000, possibilitando idealizar a criação do Departamento de Políticas Públicas em 2008, do qual passa a compor o corpo docente, depois de quase 30 anos no Departamento de Ciências Sociais. Esse momento, destaca-se em sua trajetória acadêmica ao liderar a criação do curso de Gestão de Políticas

Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, ambos em 2009, que resultou na concretização do Instituto de Políticas Públicas em 2022.

É esta trajetória interdisciplinar que vai marcar sua contribuição nas ciências sociais, tendo o urbano, o regional e as políticas públicas como foco de suas análises sociológicas e econômicas, espelhando ainda a inovação na sua pesquisa realizada em rede e de forma colaborativa.

Inspira dezenas de alunos e orientados como eu que continua formando, mas também para as gerações futuras, da quarta geração dos Miranda Clementino, seus cincos netos, para quem deixa como lição, que o mundo muda muito rápido, e precisa mudar e não pode mudar de qualquer jeito, mas de forma justa e com direitos à diversidade dos indivíduos e das formas de vida com qualidade e equilíbrio, mas com atenção crítica e com ação transformativa frente à sedução que o novo oferece.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

CLEMENTINO, M. L. M.. O Maquinista de Algodão e o Capital Comercial. Natal: Universitária UFRN, 1987. 272p (a)

CLEMENTINO, M. L. M.. Economia e Urbanização: o Rio Grande do Norte nos Anos 70. Natal: UFRN/CCHLA, 1995. 371p (b)

CLEMENTINO, M. L. M.; PESSOA, Zoraide Souza (Org.) . Natal: uma metrópole em formação. 1. ed. São Paulo – SP: EDUC – Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. v. 500. 351p. (c)

CLEMENTINO, M. L. M.; FERREIRA, Angela Lucia (Org.) . Natal, transformações na ordem urbana. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 429p. (d)

CLEMENTINO, M. L. M.. Duas Décadas da Região metropolitana de Natal. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. v. 1. 310p. (e)

RIBEIRO, M. G. (Org.) ; CLEMENTINO, M. L. M. (Org.) . Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. v. 1. 722p. (f)

CLEMENTINO, M. L. M.. Economia regional e a produção do urbano crítico: lições de Wilson Cano. Economia e Sociedade (UNICAMP), v. 30, p. 739-760, 2021.



MARIA IZABEL DE MEDEIROS VALLE

Por **Cleiton Ferreira Maciel**

Maria Izabel de Medeiros Valle, conhecida como "Bebel" na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e entre amigos, é uma socióloga amazonense, sendo uma das principais pesquisadoras da Amazônia, pioneira nos estudos de Sociologia do Trabalho e dos Estudos Urbanos e destacada analista das metamorfoses pelas quais passaram o Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus (PIM). É professora aposentada do Departamento de Ciências Sociais da UFAM e, atualmente, docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da mesma universidade.

Nasceu em Manaus, em 19 de maio de 1957, numa família muito ligada à área de humanidades. Ela é a 5ª filha de um total de 8 filhos da família Valle. Seu pai, Rodolpho Guimarães Valle, formado em Direito pela Universidade do Amazonas (UA), tornou-se conhecido na cidade por sua atuação junto às causas sociais e também por ter exercido os cargos de vereador, professor e Procurador do Município. Sua mãe, Consuelo de Medeiros Valle, formada em Serviço Social também pela UA, era professora e diretora de grupos escolares, exerceu a pro-

VOLTA AO SUMÁRIO

fissão junto às populações de leprosários e penitenciárias e atuou na regularização de terras de famílias pobres de Manaus.

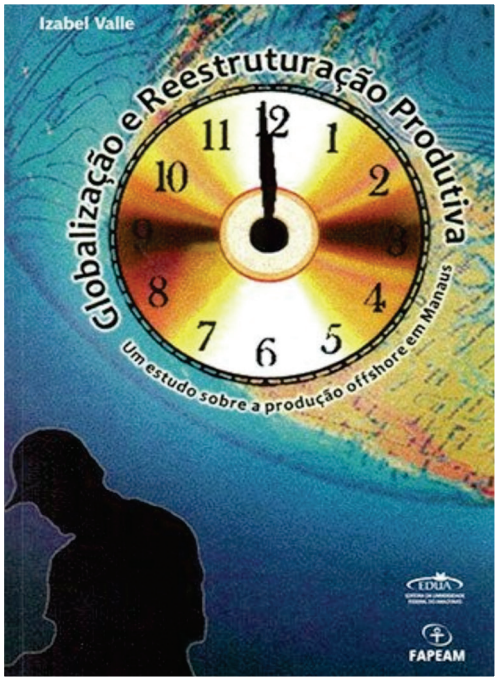
Izabel Valle fez os seus estudos primários no Grupo Escolar Marechal Hermes, o ginásio no Colégio N.S. Auxiliadora e os dois primeiros anos do secundário no Colégio Dom Bosco, uma das principais instituições de ensino do estado do Amazonas. Nessa época, também cursou música, piano e acordeão, atividades que exerceram grande influência na sua formação e que a levarão a fazer parte de diversos movimentos artísticos da cidade de Manaus, com destaque às apresentações musicais do grupo A Gente, da qual era integrante.

No começo da década de 1970, os seus irmãos mais velhos saíram de Manaus para cursar faculdade em outros estados, deslocamento que era muito comum entre a intelectualidade amazonense do período. Seguindo essa trajetória, em 1975, Izabel Valle se desloca para o Rio de Janeiro, onde residia um dos seus irmãos, e finaliza seus estudos secundários no Colégio Princesa Isabel, que tinha convênio com o Miguel Couto Bahiense, um preparatório para o vestibular. Lá teve a oportunidade de ter aulas com professores expulsos das universidades pela ditadura militar e que, nos cursinhos, fomentavam um debate crítico sobre o mundo e sobre a própria situação do país naquele momento. Isso terá grande impacto sobre Izabel Valle, que, sonhando juntar uma postura militante com uma ciência engajada, decidirá fazer o vestibular para Ciências Sociais na UFRJ.

Assim, ela ingressa no curso de Ciências Sociais da UFRJ em 1976, concluindo em 1979, tendo como patrono da sua turma o Cacique Juruna. Na graduação, Izabel Valle se destaca como uma das integrantes que ajudaram a reconstruir o Centro Acadêmico Edson Luís e como uma das lideranças do Movimento Estudantil na cidade do Rio de Janeiro. Ela também participa do Congresso Estudantil em Belo Horizonte, em 1977, que visava reconstruir a UNE, dissolvida pelos militares. O protesto dos estudantes sofreu forte repressão, e Izabel Valle, juntamente com outros líderes do movimento, fica presa durante 24h, é fichada pelo DOI-CODI e enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Defendida pelo advogado de presos políticos, Marcelo Cerqueira, responderá ao restante do processo na cidade do Rio de Janeiro.

Sua formação será marcada, por um lado, pelo controle da ditadura sobre quase toda a literatura universitária, o que não a impediu de ter contato com diversas leituras sociológicas, com destaque aos textos de Karl Marx. Por outro, como relatou-me Izabel Valle, "minha formação terá base também na convicção de que a liberdade é um valor fundamental para a convivência, as relações sociais e a vida em sociedade". Nesse aspecto, cabe destacar o papel que o professor Michel Misse, recém empossado na UFRJ, teve na trajetória da nossa autora. Misse funda um grupo de estudos chamado SOCII que se reunia semanalmente na Praça da República, "numa salinha quase clandestina, por causa da ditadura", diz Izabel Valle, para estudar o filósofo alemão. Lá ela lerá, pela primeira vez, O Capital e será impactada pela discussão sobre trabalho e capitalismo. Além de Michel Misse, marcam a formação de graduação de Izabel Valle os professores Jether Ramalho, Neide Esterci e Yvonne Maggie.

Finalizada a graduação no Rio de Janeiro, Izabel retorna para o Amazonas em 1980, com sua primeira filha Mayra, que tinha um ano e dois meses. Contratada como Técnica de Trabalhos Judiciários e, depois, Chefe da Secção de Seleção e Treinamento, em 1981, ela passa a integrar os quadros TRT-AM, 11ª Seção, que tinha sido inaugurada em Manaus. Em 1982, ela faz o concurso para o Departamento de Ciências Sociais (DCIS) da Universidade Federal do Amazonas e pede demissão do TRT em 1983, logo após o nascimento da sua segunda filha, Naysa. Nessa época, o DCIS ainda não tinha o curso de Ciências Sociais, propriamente dito, abrigando um conjunto de professores de diferentes áreas em torno do curso de Estudos Sociais.



Assim, primeiro foram sendo criados outros cursos no DCIS da UFAM, como os de Geografia e História e, em meados da década de 1980, vão ser iniciadas as discussões para a formação do curso de Ciências Sociais, tendo Izabel Valle como uma das organizadoras desse movimento. Para isso, serão realizados diversos seminários de discussão sobre o componente curricular, os referenciais teóricos e apontado o objetivo principal do curso: a formação de quadros capazes de pensar a região amazônica, suas características sociais e a sua singularidade no contexto da nação e do mundo. Além dos professores da UFAM, como Izabel Valle, Marilene Correa da Silva, Ernesto Renan Freitas Pinto, Heloísa Lara Campos da Costa e Selda Vale da Costa, foram fundamentais as diretrizes e os diálogos com professores da chamada "Escola Paulista de Sociologia", que estiveram presencialmente em Manaus, dentre eles, Octávio Ianni e Renato Ortiz. Nascia, dessa maneira, em 1986 o curso de Ciências Sociais, com seu primeiro vestibular em 1987. "Ali começaram a ser formados os primeiros cientistas sociais no Amazonas, efetivamente", relembra Izabel Valle.

Em um primeiro momento, o curso contava com professores ainda sem pós graduação. Contudo, a partir do início dos anos 1990, com a solidificação do curso, face à formação das primeiras turmas e diante da necessidade de estudos avançados acerca da Amazônia, os professores do departamento começaram a sair para cursar mestrados e doutorados em outros estados. É nesse movimento que Izabel Valle, sob a orientação da professora Alice Rangeu de Paiva Abreu, vai fazer o Mestrado em Sociologia, na UFRJ, de 1994 a 1996, defendendo o trabalho intitulado: Trabalho e Reestruturação Produtiva – Dois Ensaios, que discutia a questão

de gênero, as relações de trabalho no Brasil e analisava a modernização e a qualificação profissional no setor metalmecânico do Rio de Janeiro. Desse período, além de sua orientadora, marcam sua pós-graduação os professores José Ricardo Ramalho, Neide Esterci, Mirian Goldenberg, Bernardo Sorj e Elisa Reis.

Também orientada pela professora Alice Rangeu de Paiva Abreu na UFRJ, Izabel Valle fará o Doutorado em Sociologia e Antropologia de 1996 a 2000, defendendo a tese: Trabalho e reestruturação produtiva: Um estudo sobre a produção offshore em Manaus. Nesta pesquisa, depois transformada em livro, Valle buscou entender os impactos da modernização industrial brasileira, implementada desde o começo dos anos 1990, sobre os processos produtivos e sobre os trabalhadores do setor eletroeletrônico de Manaus. Como resultado do estudo, a autora destacou a instauração de profundas mudanças tecnológicas e gerenciais nas linhas de produção a custo de um conservadorismo em termos de participação dos sindicatos nos processos decisórios e sob a precarização dos vínculos de trabalho. Um processo que Izabel Valle denominará como neotaylorismo.

Esse trabalho será um referencial na sociologia face à pesquisa empírica de fôlego nas fábricas do PIM e pela densa análise teórica acerca do que seria o capitalismo flexível na Amazônia. Além disso, será um marco por conta do desenvolvimento de uma extensa metodologia e por abrir várias frentes de investigação para estudos subsequentes da sociologia do trabalho no PIM. Como metodologia, destacam-se o estudo multicaso de empresas globais, fazendo comparações entre elas, o acesso a essas fábricas em um momento em que elas ainda eram bastante arredias aos estudos acadêmicos e pelo amplo espectro de agentes sociais entrevistados, como trabalhadores, gerentes e líderes sindicais. Frise-se que, terminada a pesquisa, Izabel Valle continuou mantendo contato com diversos diretores industriais do PIM, recorrentemente levando estudantes para visitas aos parques fabris e, desse modo, deixando portas abertas e contatos para pesquisas ulteriores.

É diante dessa trajetória intelectual e pessoal que podemos afirmar que Izabel Valle é uma referência para a sociologia brasileira, não somente por causa do mapeamento da produção offshore no PIM e pela dedicação ao debate teórico acerca do que é a Amazônia em contexto de globalização, mas também pela sua luta política em defesa do desenvolvimento social da região, seja pautando este debate na academia e na mídia amazônica, seja estimulando os estudantes a descobrirem novos rumos e sentidos da questão local/global.

Com esse fito, ela escreverá o projeto de formação da Pós-Graduação em Sociologia da UFAM (2007) e será sua primeira coordenadora (2007-2008), formando e orientando uma geração de novos (as) pesquisadores(as) que passarão a atuar, inclusive, como professores do DCIS-UFAM. Ela também será Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFAM (2000-2004), membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia (2012-2013) e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (desde 2012). Destacam-se, ainda, como parte da sua trajetória o

fato de ser a primeira chefe do departamento de Ciências Sociais da UFAM eleita democraticamente e a primeira mulher a presidir a Associação dos Docentes da UFAM (ADUA).

Por fim, cabe aqui um depoimento pessoal. Izabel Valle foi uma orientadora que buscou direcionar os alunos para os diversos caminhos da vida acadêmica: para o compromisso da ciência com as causas da sociedade e sua transformação, para a pesquisa empírica e teórica, para a participação em eventos (não poucas vezes ajudando-os com os custos de passagens e hospedagens) e para a inserção deles na organização de congressos, publicações de artigos científicos e atuação na vida pública. Como seu orientado desde o PIBIC até o Mestrado em Sociologia, posso dizer que estar com a professora Izabel Valle não era apenas uma orientação, mas um aprendizado sobre o escrever, o articular ideias e sobre o próprio fazer sociologia com compromisso social. Suas aulas, palestras e sua energia contagiavam a todos, o que fazia a ciência ser para nós não somente uma questão de vocação e ofício, mas também de prazer e alegria.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

DANTAS, T. B.; VALLE, M. I. M. *Visões constitucionais interdisciplinares*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ágora 21, 2019.

LIMA, J. C.; VALLE, M.I.M.V. *Espaços da Globalização:* Manaus e as fábricas na Amazônia. Contemporânea. – Revista de Sociologia da UFSCar. Dossiê Processos de Territorialização e Identidades Sociais. 1 ed. São Carlos – SP; Manaus: Rima; EDUA, 2013, v. 3, Jan-Jun. 2013, p. 73-88.

MACIEL, C. F.; VALLE, M. I. M.; MOURA, J. M. B. Caminhos cruzados: relação entre empresa, trabalhadores e sindicato em Polo oleiro-cerâmico da Região Metropolitana de Manaus-AM. *Novos Cadernos NAEA,* v. 16, p. 127-162, 2013.

OLIVEIRA, M. A. A. ; VALLE, M. I. M. . As Redes Sociais e as Atividades informais no Centro de Manaus. Revista Contemporânea. *Dossiê Processos de Territorialização e Identidades Sociais*. 1 ed. São Carlos – SP; Manaus – AM: Rima; Edua, 2012, v. 2, p. 147-161.

ANDRADE, A. S. ; VALLE, M. I. M. . Modelo japonês e práticas de gestão na indústria de veículos sobre duas rodas no Brasil: um estudo de caso. *Novos Cadernos NAEA,* v. 14, p. 141-170, 2011.

VALLE, M. I. M.. Inovação tecnológica e qualificação profissional. In: Selma Baçal. (Org.). *Trabalho, Educação, Empregabilidade e Gênero*. 1ªed.Manaus: EDUA, 2009, v. 1000, p. 31-46.

VALLE, Izabel. *Globalização e reestruturação produtiva:* um estudo sobre a produção offshore em Manaus. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

VALLE, M. I. M.. Produção flexível: um novo paradigma industrial? *Revista de Geografia da Universidade do Amazonas*, Amazonas, v. 2, p. 93-117, 2000.



SOBRE A AUTORA

Entrevista com Maria Izabel de Medeiros Valle. Maciel, C. F.; Andrade, A. S. Formação sociológica em tempos de ditadura. In: *Revista Elaborar*. Ano 1, n.1, 2013, p. 118-123.



MARIA JOSEFINA GABRIEL SANT'ANNA (MASÉ)

Por **Marina Cavalcante Vieira**
(PPGAS-UFRJ, Museu Nacional)

A pesquisadora e professora Maria Josefina Gabriel Sant'Anna dedicou sua vida à Sociologia e aos estudos urbanos. Paulista radicada no Rio de Janeiro, onde reside desde 1974, Maria Josefina fez carreira como docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), formando gerações de alunos de graduação, mestrado e doutorado em Ciências Sociais e na especialização lato sensu em Sociologia Urbana.

Nascida em Cravinhos (SP), em 1948, ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1969, diante da efervescência e ressonância de maio de 1968 na França e em pleno recrudescimento da ditadura militar no Brasil. Formada por grandes mestres, assistiu à aposentadoria compulsória de tantos outros, formando-se em 1972. Desde a graduação, despertara interesse pela questão urbana, principalmente a partir dos cursos do professor Fernando Mourão, que viria a se tornar seu orientador de mestrado em Sociologia, entre os anos de 1974 e 1981, na USP.

VOLTA AO SUMÁRIO

Sua pesquisa de mestrado foi marcada por intensas trocas acadêmicas e profissionais, em que Maria Josefina teve a oportunidade de trabalhar no Centro de Pesquisa Urbana do IBAM (Instituto de Administração Municipal do Rio de Janeiro) e cursar, na Université de Toulouse II, entre 1977 e 1980, o Diplôme d'Études Approfondies na área de urbanismo, em nível equivalente ao mestrado na França, à época.



A sua dissertação defendida na USP capta, de forma singular, um processo que lentamente estava se consolidando na cidade de São Paulo: a transformação do espaço da Avenida Paulista, com a substituição dos casarões familiares e aristocráticos pela verticalidade dos edifícios comerciais. Intitulada "A Avenida Paulista no Contexto da Expansão da Área Metropolitana de São Paulo: Proposição para um Conceito de Centro Expandido", essa obra antecipa a análise de um processo ainda incipiente, mas que tomaria forma e vulto não só em São Paulo, mas nas grandes cidades brasileiras nas décadas seguintes. Maria Josefina Gabriel Sant'Anna passou a trabalhar como professora contratada da Pós-Graduação Lato Sensu em Sociologia Urbana da UERJ, no ano de 1981, prestando concurso público e se tornando professora efetiva do IFCH-UERJ em 1983, desde então oferecendo diversas disciplinas, com destaque para os cursos de Teoria Sociológica e Tópicos Especiais em Sociologia Urbana.

Entre os anos de 1994 e 1998, desenvolveu seu doutorado em Arquitetura e Urbanismo na FAU-USP, sob a orientação de Suzana Tachner, sobre as transformações nas configurações familiares e suas relações com a forma de morar na cidade do Rio de Janeiro. Flats, lofts e hotéis residência são as formas arquitetônicas que revelam, por meio das novas formas de habitar, a transitoriedade dos laços sociais e familiares. Habitações flexíveis, não planejadas e de usos múltiplos traduzem novas configurações familiares, que não mais se integram aos grupos domésticos tradicionais.

Entre 1998 e 1999, atuou como coordenadora adjunta do Convênio UERJ-IUPERJ, Banco de Dados Urbandata, idealizado de forma inovadora, ainda na década de 1980, por Lícia do Prado Valladares, com quem manteve parceria de pesquisa e duradoura amizade até a recente passagem de Lícia, em 2021.

De 1998 a 2004, assumiu a coordenação da Especialização em Sociologia Urbana, e em 1999, passou a fazer parte do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), programa que compreende as Ciências Sociais enquanto projeto interdisciplinar, onde Maria Josefina aportou grandes contribuições às linhas de pesquisa que integrou, fazendo dialogar Sociologia e Urbanismo. Entre 2007 e 2009, atuou como coordenadora adjunta do PPCIS/UERJ e, em 2009, passou a coordenar o Convênio de Cooperação entre a UERJ e a Universitá Degli Studi di Roma "Tor Vergata". Ainda em 2009, desenvolveu seu pós-doutorado no IPPUR/UFRJ, sob a supervisão de Luiz César Ribeiro, com quem já mantinha parceria de pesquisa por meio do Observatório das Metrópoles. Em 2011, assumiu a coordenação do Convênio DINTER/CNPq entre o PPCIS-UERJ e a Unimontes-MG.

Suas contribuições estão distribuídas em diversos livros organizados e artigos publicados, que discutem desde a crise dos centros urbanos até os processos de renovação de habitações coletivas e megaeventos das últimas décadas, bem como a questão das desigualdades sociais, traduzidas no Rio de Janeiro pela diferenciação entre favela, bairros e cidade, e pela dualidade centro/periferia, dialogando com a Sociologia da Educação ao pensar o papel do território para a distribuição de oportunidades educativas aos alunos da rede pública de ensino.

Maria Josefina Gabriel Sant'Anna, ou apenas Masé, como ficou conhecida na comunidade acadêmica da UERJ e nas comunidades acadêmicas estendidas por onde passou, seja na USP, Universidade de Toulouse II, Tor Vergata, Unimontes ou IPPUR-UFRJ, travou mais do que apenas relações acadêmicas produtivas e pautadas pela construção de uma carreira encravada em emblemas de nome e sobrenome. Ser conhecida por seu apelido em um campo que privilegia o sistema de citação autor/data revela principalmente seu caráter demasiadamente humano, ético e de proximidade com alunos, orientandos e colegas, tornando-se não apenas referência em seu campo de estudos, mas exemplo de professora e modelo de como produzir pesquisa de maneira generosa, compartilhada e gregária, tendo orientado 64 pesquisas ao longo de sua carreira.

Mas é é esposa do Geraldo, mãe da Carmen e da Marina, e avó da Carol e do Léo, que compartilham a atenção e o carinho da Masé com a comunidade acadêmica da UERJ e com todas as gerações de cientistas sociais que tiveram o privilégio de ser formados por ela.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SANTOS, A. M. S. Penalva; MARAFON, G.; SANT'ANNA, M. J. G. (org.). *Rio de Janeiro:* um olhar socioespacial. Rio de Janeiro: Gramma, 2010. v. 1. 392 p.

SANT'ANNA, M. J. G. Mudanças no mundo da família e seu impacto nas formas de morar: os flats, os descasados, os independentes e a esposa invisível. *Interseções*, v. 8, n. 1, p. 117-133, 2006.

SANT'ANNA, M. J. G.; PIO, L. G. *Megaeventos esportivos, dinâmica urbana e conflitos sociais:* intervenções urbanas e novo desenho para a cidade do Rio de Janeiro. In: SANTOS, A.

M. S. P.; SANT'ANNA, M. J. G. (org.). *Transformações territoriais no Rio de Janeiro do século XXI. 1*. ed. Rio de Janeiro: Gramma: Faperj, 2014. p. 103-122.

SANT'ANNA, M. J. G.; ROSSI, Enzo; SILVA, D. S. E. (org.). *Bambini e adolescenti in condizioni di vulnerabilità*. 1. ed. Roma: ARACNE Editrice, 2011. v. 1. 269 p.

SANT'ANNA, M. J. G.; VALLADARES, L. P. *Rio de Janeiro em Teses*. Catálogo bibliográfico (1960-1990). 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ; URBANDATA; IUPERJ, 1993. v. 1. 196 p.



MARIELLE FRANCO

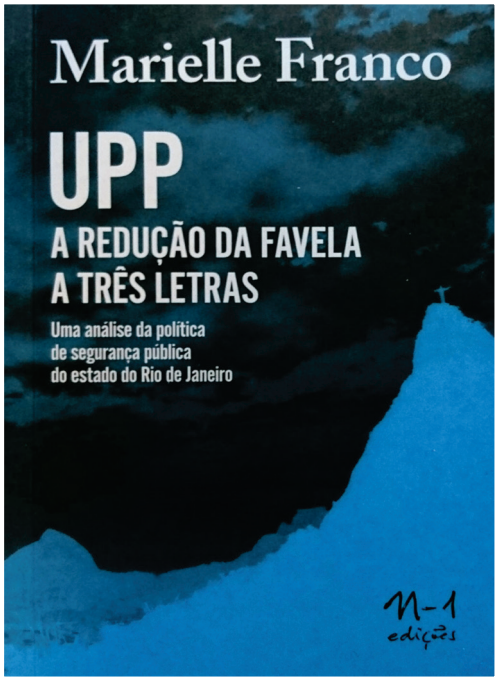
Por **Lia de Mattos Rocha** (UERJ)

Nascida em uma família de migrantes do Nordeste em 1979, Marielle Franco foi criada na Favela da Maré, bairro do Rio de Janeiro onde moravam em 2010 cerca de 140 mil pessoas (Censo 2010). Favelas são alvo de estigmas e criminalizações, mas são também lugar de resistência: a história da Maré e de seus moradores é também uma história de luta e organização coletiva, o que se refletiu diretamente na trajetória de Marielle. Foi a organização coletiva de seus moradores que criou, em 1988, o Pré-Vestibular Comunitário na localidade, onde eram feitas discussões políticas sobre as injustiças do mundo e como transformá-lo. Marielle foi aluna do Pré-Vestibular em 1998, e essa experiência marcou sua vida. Posteriormente foi aprovada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro para cursar Ciências Sociais, com uma bolsa para estudantes pobres oriundos da Maré. Assim começou sua carreira acadêmica, sempre ligada à sua origem favelada e suas preocupações sociais e políticas.

As experiências no Pré-Vestibular e depois na PUCRio abriram para Marielle um mundo novo. A militância nos Direitos Humanos, a participação em partidos políticos (primeiro no Partido dos Trabalhadores e de-

VOLTA AO SUMÁRIO

pois no Partido Socialismo e Liberdade), o trabalho como assessora parlamentar do Deputado Estadual Marcelo Freixo, a coordenação da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e, em 2016, a eleição como vereadora. A carreira política de Marielle foi rápida, ascendente, e todos nós que acompanhávamos sua trajetória tínhamos certeza que ela estava destinada a grandes realizações.



Sua campanha foi um marco na história política da cidade. Com a bandeira de ser uma mulher, negra e favelada militante dos direitos humanos, ela conseguiu o apoio de outros moradores de favelas, de intelectuais, dos movimentos negro, de mulheres, de jovens universitários que viam naquela mulher tão diferente dos outros candidatos uma oportunidade de fazer outra política. A campanha de Marielle articulava ideias que hoje são incontornáveis no léxico político, como representatividade, interseccionalidade, luta antirracista e contra todas as formas de opressão. Dos 51 vereadores eleitos no Rio de Janeiro em 2016, apenas seis eram mulheres e apenas um, além de Marielle, era negro. Ela foi eleita com surpreendentes 46.502 votos, sendo a quinta mais votada na cidade e a segunda mulher com o maior número de votos.

Antes de ser eleita, Marielle defendeu – ainda em 2014 – sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Administração, sob orientação da Prof. Joana D'Arc Fernandes Ferraz. Com o título "UPP – A Redução da Favela a Três Letras: uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro", a dissertação discute as raízes sociais que legitimam a submissão dos moradores de favelas, por meio da análise do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). O trabalho apresenta as resistências populares e as alternativas para se produzir uma outra segurança pública que considere a vida e a cidadania dessa enorme parcela de cidadãos brasileiros, da qual Marielle fazia parte e era representante. A dissertação colabora para o debate sobre a necessidade de desmilitarização da Polícia Militar e abertura das instituições policiais para a participação da sociedade civil – que inclui, na perspectiva defendida por Marielle, fundamentalmente os moradores de favela, excluídos sistematicamente deste debate. Em 2018, após sua morte, a dissertação foi publicada pela Editora n-1 (FRANCO, 2018).

Era para lutar pelo direito de favelados, negros e negras, LGBTQIA+ e mulheres de participarem da vida política que Marielle orientou seu mandato, encerrado de maneira violenta pouco depois de um ano de sua posse.

O atentado que vitimou Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes foi um terrível golpe em nossa vida política recente. Marielle foi executada, na noite do dia 14 de março de 2018, com quatro tiros. As investigações até hoje não foram capazes de identificar os mandantes desse crime. Após sua morte vimos muitas demonstrações de racismo e ódio contra sua figura, que quase cinco anos depois ainda desperta a raiva dos poderosos. Mas sua morte despertou também muita revolta, indignação e vontade de continuar sua luta.

Nos meses que se seguiram ao seu assassinato milhares de pessoas foram às ruas exigir "Justiça para Marielle e Anderson", no Brasil e no mundo. Marielle foi e continua sendo muito homenageada, tornando-se símbolo de resistência e coragem. Por isso a pergunta "Quem mandou matar Marielle Franco?" permanece atual e urgente: nela está contida a possibilidade de construirmos um país mais justo e igualitário, onde violências e massacres não sejam naturalizados, e onde seja possível viver como defendia o slogan de sua campanha "Ubuntu – eu sou porque nós somos".

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FRANCO, Marielle. UPP – *A redução da favela a três letras:* uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. São Paulo: Editora N-1, 2018.

SOBRE O AUTOR

ROCHA, Lia de Mattos. A vida e as lutas de Marielle Franco. *Revista Em Pauta:* teoria social e realidade contemporânea, v. 16, n. 42, 2018.



MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Por **Marcelo Seráfico** (UFAM)

Marilene Corrêa da Silva Freitas nasceu na cidade de Carauari, no Amazonas, em 19 de agosto de 1950. Graduou-se em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas – UFAM (1975), instituição da qual se tornou professora no ano de 1979, lecionando disciplinas de Sociologia para os cursos de Comunicação Social, Serviço Social, Contabilidade, Economia e Administração. Sob a ditadura- civil-militar, as Ciências Sociais, a História e a Geografia encontravam-se diluídas num curso de licenciatura em Estudos Sociais naquela instituição. Em 1987 é criado o Curso de Ciências Sociais na UFAM, ao qual Marilene se integra. Em 1989, conclui seu mestrado em Sociologia Política, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, em 1997, apresenta sua tese de doutoramento em Ciências Sociais, na Universidade Estadual de Campinas. Entre 2001 e 2002, realizou seus estudos de pós-doutoramento na Université de Caen e na UNESCO.

A trajetória de Marilene também é marcada por uma vigorosa participação política dentro e fora das universidades. Exerceu a função de Secretária Geral da reitoria da UFAM (1989-1993), foi Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas (2003-2007) e

VOLTA AO SUMÁRIO

reitora da Universidade do Estado do Amazonas (2007-2010).

Marilene Corrêa publicou mais de uma centena de artigos e capítulos de livros, orientou mais de quarenta dissertações de mestrado, dezoito teses de doutorado, quatorze trabalhos de conclusão de curso e vinte pesquisas de iniciação científica.

Há, por certo, mais quantidades a serem mencionadas para mostrar o alcance da militância acadêmica de Marilene. Contudo, cabe acentuar alguns aspectos específicos de sua obra sociológica que estão plenamente representados em duas delas.



O Paiz do Amazonas e *Metamorfoses da Amazônia*, que seleciono dentre os vinte e cinco livros que já publicou, são contribuições que se converteram em referências para pensar o lugar da região na dinâmica da acumulação capitalista, vista em escala mundial.

Na primeira, resultante de sua dissertação de mestrado, Marilene mostra a Amazônia como História, uma História que expressa os jogos de sociabilidade nos quais, em distintos momentos, predominam a Amazônia indígena; em seguida, portuguesa, colonial; depois, cabana, revolucionária; e, finalmente, brasileira, nacional. Nas palavras de Octavio Ianni, seu orientador e prefaciador do livro: "[Nessa História] revelam-se tanto o colonialismo e o imperialismo quanto o nativismo e o nacionalismo. (...) revelam-se os ciclos, as lutas, as realizações e as perspectivas que constituem a Amazônia".

Na segunda, fruto de sua tese de doutoramento, a análise de Marilene se volta para os modos pelos quais a Amazônia se insere à dinâmica da globalização. Daí o tratamento da Zona Franca, da questão indígena, do ecossistema e da agroindústria servirem como pontos de referência para interpretar a dinâmica social, política, econômica e cultural na Amazônia como expressões da dialética região, nação e mundo.

Em qualquer caso, seja como lugar em que se realiza a "assim chamada acumulação originária" ou a "acumulação de capital" propriamente dita, a Amazônia é tratada por Marilene como realidade marcada pelo processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Nas duas obras evita-se a tentação dos muitos determinismos e da hipertrofia das especializações que assombram, por vezes, os olhares sobre a Amazônia. Determinismos e hipertrofia que, ao fim e ao cabo, retiram as sociedades amazônicas da História, transformando

singularidades em exotismos ou caricaturas, reduzindo a Amazônia a uma palavra-chave ou a uma palavra de ordem com apelo publicitário.

O empenho de Marilene em analisar, interpretar, compreender e explicar relações e estruturas sociais, a partir da Amazônia, de modo a revelar suas características gerais e específicas, traz consigo o compromisso crítico de mostrar a historicidade das sociedades, naquilo que estas contêm de constrangimentos e de possibilidades para o avanço dos horizontes emancipatórios individuais e coletivos.

A obra sociológica de Marilene também exprime uma perspectiva epistemológica descentralizada, portanto, configura-se como importante referência para quem esteja interessado em compreender os impasses do processo de formação da sociedade nacional e mundial desde uma óptica que combina crítica e criatividade, permitindo pôr em jogo ideias e arriscar alternativas.

Essas qualidades geraram uma teoria sobre a Amazônia, ou melhor, uma teoria que, a partir da realidade amazônica é também uma teoria sobre os impasses do processo da formação nacional brasileira e da dinâmica do capitalismo em lugares outrora assimilados como colônias de exploração de classes que se organizam transnacionalmente com o fim de explorar e dominar.

O que podemos identificar como local, regional ou nacional reconfigura-se na dinâmica das relações sociais como jogos de sociabilidade, correlações de força e estratégias de ação transversais, que incluem, mas transcendem em muito as ilusões, os símbolos e os mitos com os quais, muitas vezes, se busca estenografar a realidade. Daí que experimentar hipóteses seja recurso decisivo para desfetichizar a complexidade do real, e isso implica compromisso político e pedagógico, isto é, compromisso em apreender o real e encantar os outros com a possibilidade dessa apreensão.

Em suma, a obra de Marilene Corrêa é exemplar de que as fronteiras geográficas não demarcam limites políticas e muito menos intelectuais.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

FREITAS, M. C. S. ***O Paiz do Amazonas***. 3a. ed. Manaus: Valer, 2012.

FREITAS, M. C. S. ***Metamorfoses da Amazônia***. 2ª. Ed. Manaus: Valer, 2013.

FREITAS, M.C.S.; SILVA, M. C.; BARROS, M. L.B. ***Diálogos com a Amazônia***. 1. ed. Manaus: Valer, 2010. v. 01. 192p.

FREITAS, M; SILVA, M. C. ***Sustainability: Man-Amazonia-World***. 1. ed. América Star Books Publisher, 2014. v. 1. 300p.



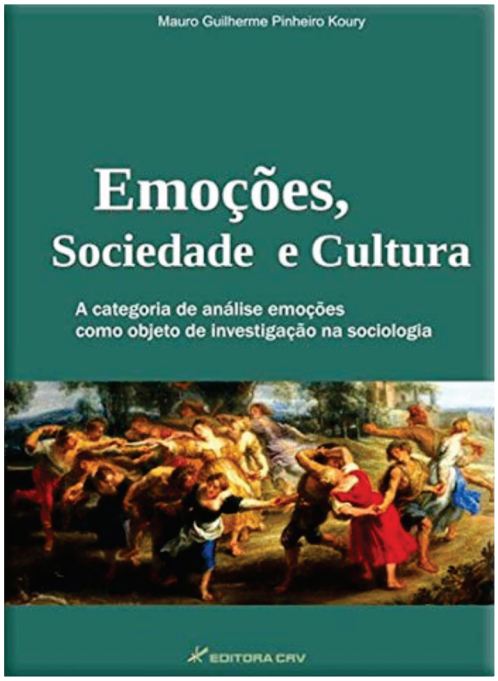
MAURO GUILHERME PINHEIRO KOURY

Por **Simone Magalhães Brito** (UFPB)

Mauro Koury, um dos principais nomes na consolidação da Sociologia e Antropologia das emoções no Brasil. Nasceu em Garanhuns, Pernambuco, em 17 de maio de 1950. Graduou-se em Ciências Sociais (1972) e obteve o título de Mestre em Sociologia (1976) pela Universidade Federal de Pernambuco. A tese de doutorado, não concluída na Universidade de Glasgow em fim dos anos 1970, foi defendida na Universidade Federal de São Carlos em 2010. Iniciou sua carreira de professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba em 1979, tendo contribuído de maneira fundamental para a consolidação do Mestrado em Ciências Sociais (hoje PPGS), a Revista Política & Trabalho (de 1998 a 2011) e a criação do Bacharelado em Ciências Sociais (1993). No plano institucional, também merece destaque seu papel na Associação de Sociólogos de Pernambuco, onde foi vice-presidente em duas gestões (1984-1985 e 1986-1987) e presidente em 1988-1989, no Centro de Pesquisas Josué de Castro e na organização dos Encontros de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (CISO).

VOLTA AO SUMÁRIO

Até o final dos anos 1980, suas pesquisas estavam voltadas para o mundo do trabalho, tendo como foco as questões da pobreza e autoritarismo. Parece haver uma grande ruptura entre os trabalhos sobre os conflitos na Zona da Mata Nordestina, autoritarismo, pobreza, sindicatos e greves e as pesquisas iniciadas nos anos 90 a partir da formação do GREM- Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções sobre luto, medo, pânico moral e violência. No entanto, há um fio que perpassa esses momentos: a sociabilidade, particularmente, os processos de constituição da sociabilidade e o sofrimento das pessoas simples. Em sua pesquisa, Mauro acompanhou a construção dos "pobres perigosos" da zona rural, estudou desde sua expulsão para a periferias das grandes cidades e tentativas frustradas de reconstituição dos sentidos de vizinhança e familiaridade até os dramas do reconhecimento e da interação num Brasil marcado pelo crescente medo e espetacularização da violência. Esse grande plano que permite conectar suas pesquisas sobre violência e autoritarismo nos anos 1960 com os dramas da sociedade brasileira em 2020, ao analisar as situações limite e o sofrimento causados pela pandemia, é, contudo, um sopro que me foi dado pela coruja de Minerva. Como pessoa intensa, pesquisador quase obsessivo que era, Mauro percorreu esse caminho "no campo", visitou bairros, arquivos, participou de eventos e, por muitos anos, conviveu com as famílias que vieram "conquistar a cidade". Por 18 anos, acompanhou a construção dos afetos entre as famílias da Rua X, na periferia de João Pessoa após uma tragédia entre vizinhos (Koury, 2018); com grupos de estudantes, mapeou os bairros de João Pessoa, ouvindo sobre os velhos e os novos medos (Koury, 2008), além de trabalhar com os arquivos de jornais e fotografias, experiência que adorava. Ao lado do GREM, em 1995, foi fundado o GREI- Grupo interdisciplinar de Estudo em Imagens. Uma vez que os objetos fotográficos emergiram como um elemento central para a experiência e compreensão das transformações nos modos de viver o luto, a relação entre imagens e emoções começa a ser desenvolvida em suas pesquisas.



Os trabalhos dos pesquisadores do GREM-GREI passaram a dialogar com a produção brasileira e latino-americana principalmente através da Revista Brasileira de Sociologia da Emoção-RBSE (fundada em 2002), da Revista Sociabilidades Urbanas (2017) e da Série de livros Cadernos do GREM. Orientou e formou como pesquisadores/as toda uma geração de

alunas/os do Curso de Ciências Sociais. Foram 23 Monografias orientadas entre 1998 e 2021. Quando se aposentou em 2020, Mauro era professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB e o energético editor dessas duas revistas e da série de livros que pretendia expandir. O compromisso e a paixão pela divulgação das Ciências Sociais em revistas acadêmicas de conteúdo aberto só se compararam ao compromisso com a sala de aula e a formação de estudantes.

Após uma longa luta contra a Covid, Mauro faleceu em 29 de agosto de 2021. Deixou duas filhas, um filho e três netas.

Ao levantar os materiais para escrever essa bionota, me surpreendeu o fato de que, apesar de ter publicado tanto, Mauro não escreveu sobre ele mesmo. Mesmo os agradecimentos, onde se costuma espiar o cotidiano, não dizem muito sobre sua vida. Assim, infelizmente, todas as ótimas conversas que tivemos sobre livros, família, o dia a dia da universidade ou os imponderáveis das pesquisas viraram uma vítima de minha memória. Talvez eu devesse respeitar essa elegância em não falar de si mesmo e continuar a ênfase nos aspectos institucionais, mencionando apenas os muitos artigos e livros que ajudaram a desenhar o campo da Sociologia e Antropologia das Emoções no Brasil, sua intensa participação nos principais eventos da área, seus orientandos que hoje são professores nas mais diversas instituições nordestinas, mas o trabalho não estaria completo sem a menção a sua força e enorme energia. Em qualquer situação acadêmica, a leitura era cuidadosa, os comentários eram extremamente rigorosos – sem deixarem de ser didáticos; nunca demorava para entregar um parecer, tudo era sempre feito com antecedência e esmero, um perfeccionismo que podia até assustar. Não era apenas o pai e avô presente, também encontrava tempo para participar da vida dos amigos, conversar e rir bastante com estórias de todas as épocas. Muito afetuoso, sua vida é uma inspiração e um paradoxo: pesquisar a dor e o medo, mantendo sempre a coragem e a alegria.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Sociologia da emoção:* o Brasil urbano sob a ótica do luto. Petrópolis: Vozes, 2003

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *De que João Pessoa tem medo?* Uma abordagem em antropologia das emoções. João Pessoa: EdUFPB; Edições do Grem, 2008.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Emoções, sociedade e cultura.* Curitiba: Ed. CRV, 2009.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Relações delicadas:* ensaios em fotografia e sociedade. João Pessoa: EdUFPB, 2010.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. Da subjetividade às emoções: a antropologia e a sociologia das emoções no Brasil. Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: Edições GREM*, Série Cadernos do GREM* n. 7, 2015.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Uma comunidade de afetos:* uma etnografia sobre uma rua de um bairro popular na perspectiva da Antropologia das Emoções. Curitiba: Appris, 2018.



MICHELANGELO GIOTTO SANTORO TRIGUEIRO

Por **Edemilson Paraná** (UFC)

Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro (1958-2022) foi um sociólogo brasileiro dedicado ao campo das relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Nesta área, publicou dezenas de artigos e capítulos de livros, e 10 livros como único autor. Seus trabalhos trataram de temas como tecnociência, biotecnologia, bioprospecção, design inteligente, avaliação institucional, universidade, e formação de recursos humanos em áreas estratégicas, com pesquisas empíricas apoiadas por distintos órgãos de fomento nacionais.

Lecionou na Universidade de Brasília (UnB) de 1989 até 2016, ano em que aposentou na condição de Professor Titular do Departamento de Sociologia. Neste período, ministrou cursos optativos e obrigatórios, e orientou dezenas de estudantes de iniciação científica, graduação, mestrado e doutorado. Exerceu ainda importantes cargos administrativos, como Decano de Ensino de Graduação e Chefe da Área de Planejamento da Universidade de Brasília. Teve participação ativa na política universitária, atuando em discussões e momentos im-

VOLTA AO SUMÁRIO

portantes da história institucional da UnB. Em 2014, foi Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF). Atuou, ainda, como professor e pesquisador visitante em importantes instituições acadêmicas nacionais e internacionais, como a University of Warwick (2016-17); a Ludwig-Maximilians-Universität (2010), a Open University (2006-07) e a Universidade de Campinas (2005-06). Além de avaliações para periódicos nacionais e internacionais, concedeu pareceres e realizou trabalhos e consultorias técnicas para vários órgãos do Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, para o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, e para instituições de fomento e avaliação acadêmica no Brasil e no exterior.

Trigueiro tem graduação, mestrado e doutorado em Sociologia pela UnB, mas iniciou sua trajetória na Engenharia Civil, curso que não chegou a concluir. Antes da UnB, lecionou matemática no ensino médio e trabalhou como pesquisador na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), onde iniciou, no então Departamento de Difusão Tecnológica (DDT), sua trajetória na Sociologia da Ciência e da Tecnologia pesquisando sobre os "fatores determinantes da escolha do problema de pesquisa no setor público agropecuário brasileiro". Em termos substantivos, a produtiva trajetória intelectual de Michelangelo pode ser melhor acessada a partir de seus trabalhos pioneiros de mestrado e doutorado, que darão a tônica das questões, abordagens e contribuições empíricas e teóricas que serão desenvolvidas e aprofundadas nos anos seguintes de atuação profissional.

Em seu primeiro de trabalho de fôlego – sua dissertação de mestrado, premiada, em 1988, pela Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) – buscou compreender o papel de uma instituição de pesquisa, a própria EMBRAPA, no processo de geração de tecnologias. Entre a Sociologia das Organizações e a Sociologia da Ciência e Tecnologia, aprofundou, na ocasião, o desenvolvimento crítico do que, em diálogo com outras referências, definiu como a "estrutura da prática tecnológica". Pelo termo, o pesquisador definiu o conjunto articulado de componentes físicos e institucionais que se relacionam entre si mediante um vasto campo de conflitos, os mais diversos, o qual é resultado de determinadas ações intencionais, no processo de produção de tecnologias. A ideia de intencionalidade, na estrutura da prática tecnológica, explica Trigueiro, significa que há certo direcionamento, um curso razoavelmente previsível na obtenção dos resultados tecnológicos, embora muitas das ações verificadas no processo de produção de tecnologia pressuponha gama muito distinta de motivações e enfrentamentos, nem sempre planejados. Em outras palavras, a estrutura da prática tecnológica atua no sentido de implementar, efetivamente, as possibilidades tecnológicas que já passaram por algum processo seletivo, mediante disputas diversificadas na prática tecnológica. Também neste trabalho, Michelangelo avança o conceito de "operador tecnológico", que diz respeito à ativação relacional dos pontos de contato entre as diversas dimensões da "prática tecnológica" (base socio-material, estrutura institucional, estoque de

conhecimentos científicos e tecnológicos e as alternativas de escolhas humanas, permeadas por um campo de conflitos a englobar todos esses aspectos).



Na passagem ao doutorado, vai se afastando das influências do Estruturalismo e do Marxismo Estrutural, características do trabalho anterior, em direção à Teoria Crítica, chegando a um engajamento com a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas. Na ocasião, passa a se dedicar ao tema novas biotecnologias, que começavam a se estruturar no Brasil em meados da década de 1980. Na visão de Trigueiro, as novas biotecnologias propiciavam condições para a ampliação de um debate no interior da sociedade, e de ações comunicativas reflexivas, nos termos de Habermas. Seu foco se volta, então, às questões ideológicas e aos embates sobre a hegemonia na condução de determinadas tecnologias, com destaque à importância do cotidiano e das relações interpessoais, em diferentes setores da vida em sociedade, na configuração de novas tecnologias. Tais estudos o aproximam, ademais, do pensamento alemão e da fenomenologia. Desde esse ponto de entrada, investiga a problemática da legitimação na prática científico-tecnológica contemporânea. A esse respeito, desenvolveu o conceito de "contexto institucional de produção científico-tecnológica", que destaca o modo como determinadas instâncias mais estruturadas da prática tecnológica condicionam o que foi designado, em seu trabalho, por "ideologia da prática" (expressão adaptada das formulações originais de Edward Yoxen), a qual, por sua vez, condiciona e também é condicionada pelas atitudes e pelos comportamentos dos pesquisadores, em suas decisões no processo investigativo.

Seguindo e aprofundando essas elaborações teóricas, Michelangelo publicou trabalhos sobre biotecnologia e biosprospecção (tema que irá lhe acompanhar até a fase final da carreira), ensino superior, reforma universitária e as universidades no Brasil, e mesmo sobre as controvérsias entre ciência e religião, como no caso do Sudário de Turim.

A despeito de muitos dos seus argumentos pregressos (como suas primeiras reflexões em torno do "conteúdo social da ciência e da tecnologia") guardarem certa proximidade e semelhança com as contribuições do Construtivismo e dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (STS), é só em meados da década de 1990, quando esses debates chegam com mais força ao

Brasil, que Trigueiro irá se engajar com este campo. Em autores como Bruno Latour, Michel Callon, Harry Collins, Karin Knorr-Cetina, Trevor Pinch, Wiebe Bijker, Steve Woolgar, dentre outros, se entusiasmou, em particular, com o programa empírico de pesquisa sobre C&T que ofereciam, em contraposição a abordagens normativas na Teoria do Conhecimento e particularmente na Sociologia da Ciência e Filosofia da Ciência. Como produto dessa aproximação, em 2006, foi convidado a prefaciar a edição brasileira do livro "Dr. Golem – como pensar a medicina", de Harry Collins e Trevor Pinch. A influência dessas ideias é notória em grande parte dos seus trabalhos da primeira década dos anos 2000.

A partir de 2010, no bojo de um período de trabalho no Instituto de Filosofia, Lógica e Teoria do Conhecimento, na Ludwig-Maximilian Universität, retorna ao debate realismo versus anti-realismo em Filosofia da Ciência e, por essa via, realiza uma inflexão na linha seguida até então, aproximando-se do chamado "Realismo modesto", de autores como James Robert Brown e de Philip Kitcher. Desta reflexão resulta um de seus mais importantes livros, "Ciência, Verdade e Sociedade – Contribuições para um Diálogo entre a Sociologia e a Filosofia da Ciência" (Fabrefactum, 2012).

Além deste e do livro "Sociologia da Tecnologia – Bioprospecção e Legitimação" (Centauro, 2009), ainda caudatário da fase anterior, quiçá esboçando uma transição entre elas, no qual adensa a noção de "conteúdo social da tecnologia", destaca-se seu último livro, publicado postumamente, poucos meses depois de seu falecimento, "A legitimação no estágio atual do capitalismo" (Contracorrente, 2022). Para além de uma aguda intervenção sobre a complexa conjuntura em que vivemos, o texto configura uma espécie de síntese de sua frutífera trajetória intelectual, acima descrita. De seu modelo geral de análise à noção de operador social, de seu enquadramento do Estado à problemática da legitimação no capitalismo contemporâneo, da reflexão sobre a crise societal à oferta de propostas e prognósticos, culminando em considerações sobre o fazer das ciências sociais no presente, encontramos, em sua última publicação, para além de novos aportes, uma intrigante costura de temáticas, reflexões e abordagens cuja operacionalização passou pelo crivo de anos investigações, publicações, debates e cursos.

Incansável, até pouco dias antes de seu falecimento, Michelangelo trabalhava em um outro projeto de livro, para o qual já havia escrito cerca de 20 páginas. Tendo em vista a pandemia do Coronavírus e a mudança climática, lhe preocupava o que via como uma impenetrabilidade da Sociologia ao atravessamento da dimensão biológica da vida no estudo da sociedade e às discussões correspondentes que isso deveria suscitar. Para tanto, pretendia refletir, conforme abertura do manuscrito que não teve tempo de finalizar, sobre "a relação entre a chamada 'base biológica' e a sociedade, em aspectos fundamentais da vida coletiva, no estágio atual do desenvolvimento capitalista. De modo mais específico, o modo como essa base interfere no Estado, no 'mundo vivido' e no que foi designado, anteriormente, como operador social".

Por fim, cumpre encerrar destacando sua dedicação e esmero para com o ensino, sua devoção quase sacerdotal à sala de aula. Na preparação exaustiva e cuidadosa dos cursos, na

atenção às necessidades dos estudantes, na busca das formas mais justas e qualificadas de avaliação, no incentivo enérgico ao aprendizado crítico e autônomo, no reconhecimento parcimonioso – nada condescendente – ao esforço, na paixão contagiante com que conduzia cada uma dessas tarefas, este Professor, no sentido forte do termo, marcou a formação intelectual de várias gerações de sociólogos e sociólogas.



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

TRIGUEIRO, M. G. S. *Sociologia da Tecnologia;* Bioprospecção e Legitimação. São Paulo: Centauro, 2009.

TRIGUEIRO, M. G. S. *Ciência, Verdade e Sociedade;* Contribuições para um Diálogo entre a Sociologia e a Filosofia da Ciência. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2012

TRIGUEIRO, M. G. S. *A legitimação no estágio atual do capitalismo.* São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.



MYRIAN SEPÚLVEDA DOS SANTOS

Por **Mário Chagas** (Unirio),
Joana D´Arc Fernandes Ferraz(UFF)

Mulher é desdobrável. Eu sou.
(Adélia Prado)

UMA INTELECTUAL DESDOBRÁVEL

Myrian Sepúlveda dos Santos é uma intelectual desdobrável. Assim como o eu lírico de Adélia Prado ela inaugura linhagens, conversa com dores, amarguras, tristezas e alegrias e firma, ao seu modo, um modo de pensar e praticar as ciências sociais. Trata-se de um modo de viver e conviver, que cuida (a palavra cuidado habita o seu cotidiano) da inseparabilidade entre a vida vivida e a ciência, entre a vida na universidade e a vida na casa; que cuida de pensar o social, a sociedade, o cultural, o histórico e, ao mesmo tempo,

VOLTA AO SUMÁRIO

pensar-se. Pensar e viver o macro e o microcosmo em correspondência é uma chave importante para acessar a obra desta intelectual diferenciada.

Pode parecer estranho para pessoas que não convivem com a Myrian um parágrafo introdutório que se abre com uma conversa poética. Mas Myrian é isso. Ela tem um diálogo forte e consistente com a literatura, o cinema, a filosofia, a história, a sociologia, a antropologia, a ciência política, a psicologia social, a psicanálise, a arte, a cultura e a museologia. Trata-se de uma intelectual rigorosamente interdisciplinar e que atravessa fronteiras. Seus livros, cursos, projetos e textos constituem, de alguma forma, "passagens intelectuais"[31], travessias temporais e, especialmente, insubmissões. De modo mais preciso: Myrian nasceu em 1955 e faz parte de uma geração insubmissa e indisciplinada do ponto de vista comportamental e intelectual. Trata-se – e esse registro é novo – de uma mulher que na década de 1970, participou da luta contra a ditadura empresarial-militar brasileira e nomeadamente do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP). Correr riscos, viver momentos de angústia e medo, viver a potência da coragem e da ousadia são marcas dessa mulher desdobrável.

Desde a década de 1980 a memória, os museus e suas relações, representações, processos e construções constituem objetos de estudo de Myrian Sepúlveda. A sua dissertação "História, Tempo e Memória: Um Estudo sobre Museus", defendida, em 1984, no antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/Cândido Mendes), bem como os artigos "Objeto, Memória e História" e o "Pesadelo da Amnésia Coletiva", publicados respectivamente, na Revista Dados, em 1992, e na Revista Brasileira de Ciências Sociais, em 1993, estão, sem dúvida, entre as primeiras pesquisas sobre Memória Social publicadas em revistas especializadas de Ciências Sociais no Brasil.

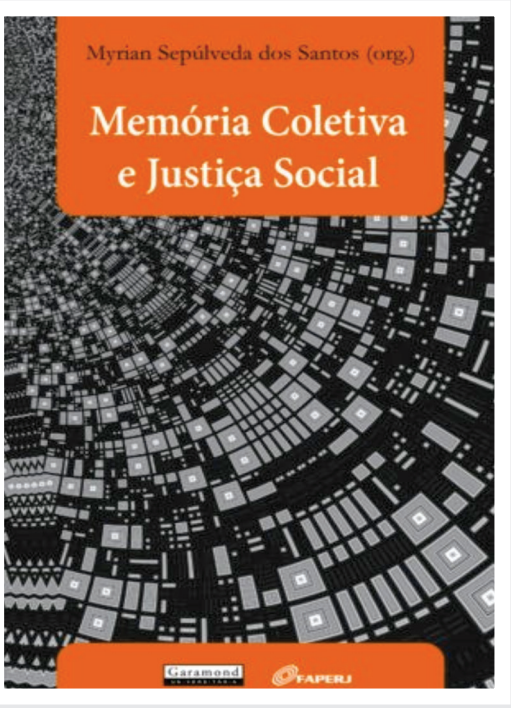
De acordo com o professor José Reginaldo Santos Gonçalves a referida dissertação ocupa na "vasta literatura sobre coleções, museus e patrimônios culturais", uma "posição original e pioneira" e um de seus méritos "é precisamente nos oferecer uma reflexão desnaturalizadora sobre esse tema, focalizando dois importantes museus brasileiros situados no Rio de Janeiro: o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial"[32].

Não obstante a posição acima mencionada – ou até mesmo por ela – a própria pesquisadora registra, no memorial publicado em 2019 em "Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares", que seu interesse pela "memória como objeto de estudo não

[31] Passagens é o título de uma obra clássica do filósofo Walter Benjamin que inspirou Myrian Sepúlveda desde a sua juventude. No Brasil, o livro Passagens foi publicado em português, em 2006, pela Editora da UFMG em parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Aqui estamos utilizando a expressão "passagens intelectuais" como uma referência à capacidade de alguns intelectuais de produzir conexões espaço-temporais diferenciadas, de propiciar, por meio de suas obras, articulação entre mundos, tempos e culturas diferentes e, especialmente, de articular saberes e fazeres distintos.

[32] Ver o prefácio do livro "A escrita do passado em museus históricos", assinado por José Reginaldo Santos Gonçalves. O livro é de autoria de Myrian Sepúlveda dos Santos e foi publicado em 2006, no Rio de Janeiro, pela editora Garamond/DEMU.

teve acolhida imediata" no IUPERJ. "Apenas, um ano depois – diz ela -, com a chegada do professor Ricardo Benzaquén de Araújo, consegui uma orientação adequada."[33]



Ao ser aprovada, em 1989, para o doutorado no Departamento de Sociologia, da *New School for Social Research*, a pesquisadora, mantendo-se fiel ao tema da memória social, embora o mesmo não estivesse, na ocasião, no rol dos objetos de estudo valorizados pela sociologia, também não encontrará facilmente uma orientação acadêmica. Superada a dificuldade inicial, com a orientação de Jeffrey Goldfarb, a pesquisadora defenderá, em 1994, a tese *"Memory: Social Construction and Critique"* e obterá o título de *PhD* em ciências sociais e políticas.

A formação acadêmica da cientista não ocorre separada de sua vida pessoal, doméstica e familiar. A sua casa é também espaço de convivência acadêmica e social, de celebração das amizades, de encontros, conversações e reuniões políticas e culturais, de performances poéticas e debates aquecidos. A cozinha de sua casa, por exemplo, tem múltiplas funções, serve para produções culinárias e também para orientações, planejamentos e articulações. Muitos de seus orientandos e amigos conheceram e, em certa medida, conviveram com os seus filhos e com o seu pai; e, cada um ao seu modo, pode compreender a sustentação que a cientista fazia da natureza política da família.

O esgarçamento – e em certas situações o rompimento – das fronteiras entre a esfera doméstica (privada) e a esfera acadêmica (pública) não tem nada de ingênuo ou inconsciente. Romper estas fronteiras, na perspectiva da intelectual desdobrável – tem correspondência direta com estudos feministas que problematizam as relações de trabalho que reproduzem distinções e desigualdades entre sexos e apontam na direção da aplicação da justiça na vida pessoal e doméstica.

A contribuição da socióloga para os estudos da memória na perspectiva das Ciências Sociais é impressionante. Trata-se de um tema que, como é fácil verificar, atravessa a sua obra. Considera-se como obra não apenas as suas publicações, mas também as aulas, os projetos –

[33] Ver o Memorial de Myrian Sepúlveda dos Santos publicado no periódico *Interseções:* Revista de Estudos Interdisciplinares. Rio de Janeiro: UERJ, v. 21, n. 1 (2019).

destaquem-se os projetos de museus -, as entrevistas, os vídeos, as orientações e mais. É possível, do ponto de vista poético e político, considerar a sua obra como uma passagem intelectual, simbólica; não se trata apenas de uma travessia entre tempos e espaços, mas também de uma travessia entre saberes. Dialogar com a obra de Myrian é um desafio para todos os que pensam o conhecimento em perspectiva ética-política e que se dispõem a atravessar fronteiras e abrir buracos nos muros do pensamento monolítico.

O estudo da memória social para Sepúlveda dos Santos tem relação direta com a vida. Trata-se de um modo de agir sobre o presente e também sobre o passado, que é força viva, instigante e catalizadora de futuros possíveis. Por tudo isso, a conexão, a articulação entre os estudos de memória e o seu percurso existencial são tão notáveis.

Myrian Sepúlveda dos Santos tem a capacidade de extrair vestígios do passado e do presente e deslizar sobre diferentes temporalidades com uma linguagem clara, precisa e rigorosa. O domínio de teorias sociais complexas, a capacidade de se movimentar em universos distintos e criar pontes e passagens; a potência de diálogo com intelectuais como Walter Benjamin, Jacques Derrida, Hannah Arendt, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, Friedrich Nietzsche, Sigmund Freud, Karl Marx, Lélia Gonzalez, Max Weber, Maurice Halbwachs, Michel Foucault, Nancy Fraser, Henri Bergson, Eric Hobsbawm, Benedict Anderson, Judith Butler, Gayatri Spivak, Susan Stewart, Marianne Hirsch e outros, fazem da professora Myrian uma intelectual desdobrável e singular.

Ainda que a memória social seja um tema que atravessa a sua obra, nela também comparecem o esquecimento, o museu, a violência, o sistema carcerário, as relações raciais, a cidade, as ruas, os bairros, o carnaval e as Escolas de Samba – tudo em movimento.

Há na obra da professora Myrian um compromisso social visível, sensível: ela nos provoca e convoca a não mirar o mundo com o olhar das esculturas patriarcais de mármore ou de bronze; ela nos desafia e nos encoraja a ver, ouvir, saborear, tocar e perceber os cheiros dos invisibilizados, subalternizados, colonizados. Em sua obra, contudo, eles não são tratados como falta, mas como potência, como brechas e desdobras, como criadores de espaços de (re) existência[34] e de repertórios inovadores.

Uma marca importante na carreira acadêmica e no percurso existencial da cientista social é o seu interesse e sua crítica contundente ao universo dos museus. Desde os seus estudos de mestrado, na década de 1980, no IUPERJ, a crítica aos museus esteve presente. Rememorando aquele período ela mesma diz: "*Meu interesse pelos museus não estava relacionado ao papel social*

[34] Termo inspirado no ciclo de webinários "Patrimônios, museus e (re)existências", organizado pelo Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia durante o ano de 2020.

das instituições, mas aos discursos relacionados ao passado"[35]. Esta pegada crítica inspirou e continua inspirando artigos, monografias, dissertações e teses em diversas áreas de conhecimento.

Estabelecendo conexões entre os museus e as relações raciais a pesquisadora sustenta que:

As representações do negro e da escravidão nos museus brasileiros lidam com questões de poder e discriminação. Em grande parte de museus subsidiados pelo Estado observamos ainda hoje silêncio, representações estereotipadas e vitimização.[36]

O interesse da professora Myrian na função social dos museus e na denominada museologia social revela-se na virada do século XX para o século XXI. Ela acompanha e participa com entusiasmo crítico a construção da Política Nacional de Museus e do Instituto Brasileiro de Museus; ela propõe e cria, de modo participativo, o Ecomuseu da Ilha Grande, o Museu do Cárcere e o Museu Afrodigital Rio, todos no âmbito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), à qual a professora está vinculada desde 1994.

A graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF), o mestrado no IUPERJ e o doutorado na New School for Social Research foram realizados com a companhia das filhas (Rita e Maria Clara) e do filho (Felipe). O pós-doutorado concluído no *Theory, Culture & Society Centre*, da *Nottingham Trent University* e no *Centre of Latin American Studies*, em Cambridge, realizou-se sem a presença cotidiana das filhas e do filho. Esta referência é importante, por um motivo relativamente simples, na década de 1980, quando a pesquisadora iniciou sua formação um dos professores fez questão de dizer: "Nas estatísticas realizadas [no IUPERJ], não há mulheres com três filhos neste curso de pós-graduação"[37]. Contrariando as estatísticas a professora Myrian indica que as mulheres são desdobráveis; com um, dois, três filhos ou mais, elas podem fazer o que quiserem, podem fazer graduação, mestrado, doutorado e mais.

Myrian Sepúlveda dos Santos é professora, pesquisadora, escritora, historiadora, socióloga e mãe de três filhos e filha de duas mães. A primeira mãe morreu quando ela tinha um ano e marcará a sua vida pela ausência de memória; a segunda, a sua madrasta, a segunda esposa de seu pai, era professora, gostava de ler e estimulou a leitura da menina Myrian.

Entre tempos domésticos e profissionais, entre mais velhos e mais novos, Myrian viveu com intensidade. Dedicou cuidado aos mais novos e aos mais velhos (madrasta e pai). Cuidou com afeto e registrou a seguinte reflexão:

A responsabilidade feminina pela esfera doméstica reproduz comportamentos. No meu caso, ela une passado e presente; os cuidados cotidianos com os idosos do presente se unem àqueles anteriores destinados aos filhos. Embora a questão de gênero não seja meu objeto de

[35] Ver o Memorial de Myrian Sepúlveda dos Santos publicado na revista *Interseções*. Rio de Janeiro: UERJ, v. 21, n. 1 (2019).

[36] Idem.

[37] Idem.

estudo, devo aos estudos feministas a ampliação teórica com que trabalho não só os conceitos de memória, mas também as diferentes questões sociológicas das quais me aproximo[38].

Ela não seria quem é se não tivesse duas filhas e um filho, se não tivesse perdido a mãe quando tinha um ano de idade; ela não seria quem é se não tivesse abandonado o curso de medicina, cursado história na UFF e feito mestrado no IUPERJ; ela não seria quem é se não tivesse entrado no mundo dos museus pelos museus convencionais. Mas, além de tudo isso, se Myrian Sepúlveda dos Santos não fosse quem é não teríamos a intelectual desdobrável que temos. Myrian é uma cientista social desdobrável, original, criativa e singular.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; RIBEIRO, Yves. *Quatro Histórias, Duas Colônias, Uma Ilha*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2017, v.01. p.296.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e Identidade Nacional.* São Paulo: Annablume, 2013

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Os Porões da República:* a barbárie nas prisões da Ilha Grande 1894-1945. Rio de Janeiro: Ed. Garamond/EDUERJ, 2009, v.1. p.280.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A Escrita do Passado nos Museus Históricos*. Rio de Janeiro: Garamond/Minc, Iphan, Demu, 2006, v.1. p.142.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (org.) *Memória coletiva e justiça social*.1 ed.Rio de Janeiro: Garamond Editora, 2021Joana D'Arc Fernandes Ferraz

[38] Idem.



NALDSON RAMOS DA COSTA

Por **Edson Benedito Rondon Filho** (UFMT)

Naldson Ramos da Costa nasceu na zona rural da cidade de Itajá (GO), em 19 de fevereiro de 1953. Ingressou na escola primária somente aos 9 (nove) anos de idade na cidade de Cassilândia (MS) e em 1970 terminou o ginasial na cidade de Três Lagoas (MS). Mudou-se para São Paulo em 1971 onde concluiu o ensino médio no Colégio Estadual Profa. Marina Cintra na capital. Fez sua graduação na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP), turma de 1979.

Enquanto sociólogo trabalhou como professor ministrando aulas no ensino fundamental e médio da capital paulista. Em 1981, ingressou por meio de concurso como técnico de nível superior na Fundação Projeto Rondon, coordenação de São Paulo, onde chegou a exercer a função de Coordenador de Operações Especiais.

Em 1984, voltou para o Mato Grosso para assumir cadeira de professor concursado do ensino público fundamental e médio. Em 1987, ingressou como professor concursado de Sociologia na Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis (MT). Em 1995 concluiu o Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara SP na linha de pesquisa Movimentos Sociais, sendo orientado por Marcelo Ridenti. Em 2004 defendeu sua tese de dou-

VOLTA AO SUMÁRIO

torado intitulada "Violência policial, segurança pública e práticas civilizatórias no Mato Grosso", na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de violência e cidadania, tendo como orientador José Vicente Tavares dos Santos.



Em 1996, Naldson Ramos da Costa veio transferido para o Campus da UFMT em Cuiabá, onde fundou em 2004, juntamente com outras professoras, o Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania (NIEVCI/UFMT), sendo seu coordenador até 2015. De 2004 a 2019 coordenou e participou de diversas pesquisas, cursos de extensão e de pós-graduação Latu Senso voltados para área de Segurança Pública, violência e Direitos Humanos, integrando a comunidade acadêmica com as Academias de Polícia Militar e Civil de Mato Grosso. De 2004 a 2014 ministrou também a disciplina sociologia da violência e do crime nas Academias de Policia Militar e Civil de Mato Grosso para oficiais e delegados de polícia.

O papel de Naldson Ramos da Costa é de destaque no cenário das políticas públicas de segurança no Estado de Mato Grosso. Sempre atuante, buscou a aproximação entre a comunidade acadêmica e as instituições de segurança pública, amenizando um distanciamento histórico e que prejudicava diretamente a compreensão relacional das ações desenvolvidas nos campos envolvidos. Como docente de vários cursos de formação e qualificação nas polícias e órgãos do sistema de justiça criminal fomentou o debate crítico, pautado na ciência e dentro de um ethos carregado de respeito e reconhecimento, o que lhe rendeu notas distintivas de diversas autoridades. Sua especialidade, a violência e o crime, sempre foi apresentada numa visão multifacetada e polissêmica, facilitando o que, via de regra, é de complexa compreensão, respeitando os pontos divergentes levantados por interlocutores, concretizando a tão necessária dialética em clara demonstração da tão defendida "imaginação sociológica" proposta por Wright Mills.

Nas pesquisas que conduziu, Naldson abordou questões relacionadas ao uso de substâncias psicotrópicas, violência urbana, polícias militares, políticas estaduais de segurança pública, cidadania, homofobia, condições de vida, vitimização, letalidade das armas de fogo, questão de segurança nas fronteiras, homicídios, monitoração eletrônica, entre tantos outros.

Naldson, podemos por assim dizer, foi um grande catalisador e ponte entre Mato Grosso e outros centros de excelência de conhecimento científico na área do crime e da violência, pois, nos seminários e outros eventos que organizava, trazia pesquisadores expoentes para debater

questões junto à sociedade local. Também, organizou rodas de leitura com reuniões mensais no NIEVCI, com participação aberta àqueles que tivessem interesse, onde os participantes debatiam e tomavam conhecimento de obras emblemáticas e escolhidas pelo seu grau de impacto nas ciências sociais.

Orientou e avaliou dezenas de trabalhos em nível de graduação e especializações strictu e latu sensu, além de coordenar seis especializações de Direitos Humanos pela Universidade Federal de Mato Grosso, ou seja, foi um grande multiplicador de conhecimento e executor de ações impactantes no campo da segurança pública e valorização de seu profissional.

Mesmo após sua aposentadoria, continua academicamente ativo, ainda participando como avaliador de bancas de especialização latu e strictu sensu e, também, como palestrante e debatedor de eventos científicos.

Por fim, não poderíamos deixar de destacar sua militância no campo político com destaque aos seus artigos de opinião sempre ácidos, diretos e carregados de ironia, onde realizava denúncias sobre as questões que tocam a humanidade, como o gênero e desigualdade, homofobia, racismo e justiça social, dentre tantos temas abordados e convertidos em denúncias diante das violações perpetradas pelo Estado e por grupos de interesse. Naldson é o tipo de sociólogo que caminha para além da universidade com objetivo claro de intervenção e mudança na realidade social em prol de uma sociedade mais justa.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

COSTA, N. R. *Sociologia em Tempo Real*. Cuiabá: ADUFMAT, 2001.

COSTA, N. R. Ofício de Polícia, violência policial e luta por cidadania em MT. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, nº 1, p. 111-117, 2004.

COSTA, N. R. – *Violência nas Escolas:* um fenômeno multidimensional. Escola que protege. Editora Asterístico (RS), 2010 p.416-24

COSTA, N. R.; Tavares dos Santos, J.V.; Teixeira, Alex Niche Russo, Mauricio. Violência e Cidadania – *Práticas Sociológicas e Compromissos Sociais*. 201. ed. Porto Alegre – RS: Editora Meridional e UFRGS, 2011. v. 2000. 533p.

COSTA, N. R. *De Engraxate a Doutor:* um caminho de lutas, superação e vitórias. 1ª. ed. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2018. v. 300. 184p.



NÍSIA TRINDADE LIMA

Por **Gilberto Hochman**
(Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

Nísia Trindade Lima é carioca, nascida em 1958, doutora em Sociologia (1997) e mestre em Ciência Política (1989) pelo então Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj – hoje, Iesp/Uerj) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É professora da UERJ desde 1991, tendo sido também professora da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Ingressou como pesquisadora em 1987 na Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) criada em 1986 sob a presidência de Sérgio Arouca. O entusiasmo e o otimismo de todos com a redemocratização do país e a luta pela reforma sanitária – na defesa de um novo modelo de saúde, como direito do cidadão e dever do Estado – imprimiram à Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e aos que, como Nísia, nela se integraram, uma marca e uma missão particular e inédita: a pesquisa história e sociológica sobre as ciências e a saúde como fundamentais para a reflexão crítica sobre a sociedade brasileira inseridas em uma, então quase nonagenária, instituição de saúde pública e biomedicina. Foi nesse contexto de efervescência política e intelectual que, como pesquisadora,

VOLTA AO SUMÁRIO

professora e, depois, gestora, Nísia participou e imprimiu sua marca nas principais iniciativas, e liderou muitas delas, que conformaram a COC/Fiocruz ao longo de mais de três décadas: a pesquisa, a educação, a informação e a comunicação nos campos da história, ciências sociais, museologia, divulgação científica e patrimônio arquivístico e arquitetônico nos campos da saúde e da ciência. A democracia, a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e a interdisciplinaridade são as molduras de percurso intelectual e institucional, do ingresso na Fiocruz em 1987 à posse como Ministra de Estado da Saúde, em janeiro de 2023.

Ao longo de sua trajetória como socióloga e pesquisadora da Fiocruz, Nísia Trindade tem dado uma excepcional contribuição acadêmica às ciências sociais e à saúde coletiva que se articula, de modo original, com uma bem-sucedida carreira de construtora de instituições públicas e gestora pública nos campos da saúde, da ciência, da tecnologia e da inovação. O reconhecimento público dessa trajetória pode ser registrado pelas homenagens, medalhas, títulos e prêmios, nacionais e internacionais, recebidos como, por exemplo, Medalha Mérito Oswaldo Cruz do Ministério da Saúde (2018); Medalha Rui Barbosa da FCRB (2016) e Euclides da Cunha (2008); Medalha Comemorativa dos 110 anos da Academia Brasileira de Letras (2007) e do Centenário da Fiocruz (2000); Prêmio Nise da Silveira-categoria mulher cientista pela Prefeitura do Rio de Janeiro (2015); Doutor Honoris Causa pela UFRJ (2021); Carioca do Ano pela Revista Veja (2020); Ordre National de la Légion d'Honneur do Governo Francês (2021); II Prêmio EMERJ de Direitos Humanos (2021); Medalha Tiradentes da Alerj (2021), Medalha Pedro Ernesto da CMRJ (2022), Prêmio Anna Nery da Alerj (2022) e a Comenda Celso Furtado (2022). É pesquisadora 1A do CNPq, sócia titular do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), membro titular da Academia Brasileira de Ciências na categoria Ciências Sociais e da Academia Mundial de Ciências para o avanço da ciência nos países em desenvolvimento (TWAS) e tem tido participação ativa nas sociedades e associações científicas tais como a SBS, Anpocs, Abrasco, ANPUH, SBHC e a SBPC.

Sua produção intelectual é referência na área de pensamento social brasileiro, história das ciências e da saúde, da sociologia urbana, da saúde coletiva e da história das ciências sociais brasileiras. Além de dezenas de artigos e capítulos, o seu livro Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais, Sertanejos e Imaginação Social é obra influente e fundamental. Originou-se de sua premiada tese de doutorado em Sociologia (IUPERJ, 1997), publicado em 1999 (Iuperj/Revan) e ganhou uma segunda edição revista e ampliada em 2013 (Hucitec Editora). Suas ideias vêm inspirando trabalhos acadêmicos em áreas disciplinares diversas tais como sociologia, história, geografia, saúde pública, literatura e educação e tem influenciado novas pesquisas e produção acadêmica. Sua hipótese central é a de que a dualidade sertão/litoral é uma referência incontornável na experiência intelectual e social brasileira. Para ela, o sertão, um termo geográfico difuso, tem sido compreendido como histórica e sociologicamente constituído tanto como mito da autenticidade nacional quanto como sinônimo de espaço doente, violência e ausência de leis, expressão do atraso e da refração à mudança. Esse é um fio condutor da re-

flexão intelectual de Nísia Trindade nas suas análises sobre as viagens científicas, sobre a presença da ciência na ocupação do território, sobre as políticas de saúde e assistência, assim como sobre o lugar da saúde e da ciência na construção do Estado e da nação e na formulação de políticas públicas para o território e as populações. Em sua arquitetura intelectual, a Amazônia como objeto de reflexão e intervenção pública tem sido uma permanente preocupação. A co-organização de uma nova edição de Rondônia: Anthropologia-Ethnografia, de Edgar Roquette-Pinto (ABL e Editora Fiocruz, 2005), a orientação de teses e inúmeros artigos e capítulos sobre a reflexão intelectual sobre a região e as ciências e a saúde na Amazônia consolidaram uma articulação original entre pensamento social, história ambiental e saúde pública que informam ações públicas.



As relações entre a história, as ciências sociais, as ciências biomédicas, e a saúde coletiva constituem o núcleo central de suas preocupações. O olhar crítico sobre o dualismo e suas consequências têm informado não suas reflexões acadêmicas como também é por ela percebido como fundamental para as ações e políticas públicas de superação dos problemas da sociedade brasileira, e em particular, da pobreza, das desigualdades e das vulnerabilidades.

Essa linha de reflexão é uma continuidade em relação aos seus estudos sobre favelas e seus movimentos associativos que estão presentes, tanto em atuação política como em pesquisas, desde o seu mestrado que resultou na dissertação O Movimento de Favelas do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais, sob orientação de Luiz Antônio Machado. Seus projetos de pesquisa sobre a favela no pensamento social e nas ciências sociais brasileiras resultaram em importantes artigos e capítulos de livros, na orientação de dissertações, teses e supervisão de pós-doutorandos e na formação de uma nova geração de pesquisadores com interesse sobre a atuação e a reflexão de antropólogos e sociólogos sobre as favelas no Rio de Janeiro. A organização e republicação do livro A sociologia do Brasil urbano, de Anthony e Elizabeth Leeds, em 2015 (Editora Fiocruz), que recebeu o Prêmio da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), é um marco na revitalização do interesse na história das relações entre a sociologia e a favela junto com o seu esforço de captação, conformação e publicização de um denso conjunto documental sobre sociologia urbana e sobre os estudos em

favelas entre as décadas de 1950 e 1970 composto, até o momento, pelos arquivos pessoais de Anthony Leeds, José Arthur Rios, Carlos Alberto Medina, Luiz Antônio Machado e Lícia do Prado Valladares, acessíveis na Casa de Oswaldo Cruz.

A favela como objeto de reflexão e de política pública esteve presente na sua atuação de articulação entre entes públicos, associações de moradores e movimentos sociais para responder e minorar os dramáticos efeitos da pandemia de Covid-19 na Comunidade da Maré, no Rio de Janeiro. A valorização do papel das ciências sociais e dos determinantes sociais da saúde nas respostas aos problemas brasileiros têm sido uma constante na sua carreira. Como vice-presidente da Fiocruz, criou, em 2015, a Rede de Ciências Sociais e Zika da Fiocruz, um Programa Integrado de Pesquisa que visou contribuir para o enfrentamento da emergência sanitária como decorrência da associação entre a epidemia de Zika e a intensificação de casos de microcefalia, contemplada com financiamento de pesquisa da União Europeia.

A sua trajetória foi e continua sendo pioneira e marcada por imensos desafios: Vice-Diretora (1992-1994) e Diretora da Casa de Oswaldo Cruz (1998-2005), Diretora da Editora Fiocruz (2006-2011), Vice-Presidente de Educação, Comunicação e Informação (2011-2016). Em 2017, tornou-se a primeira mulher e a primeira cientista social a assumir, eleita pelos trabalhadores da instituição, a Presidência da Fiocruz, a mais importante instituição de saúde pública da América Latina. Em 2021, foi reeleita e reconduzida para mais quatro anos de mandato. Entre 2020 e 2022, liderou a Fiocruz na resposta ao maior desafio da história da instituição e da saúde pública brasileira em um século: a emergência global de saúde pública decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com a pandemia de Covid-19 agravada pelo negacionismo científico e pelo ataque às instituições públicas. Foram inúmeras as ações coordenadas por Nísia Trindade nesse enfrentamento da pandemia, articulando a Fiocruz com entidades públicas, setor privado, movimentos sociais e organizações internacionais. Destaque para a criação de um Centro Hospitalar para Covid-19; aumento da capacidade nacional de produção de kits de diagnóstico e processamento de resultados de testagens; organização de ações emergenciais junto a populações vulneráveis; cursos virtuais para profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), de manejo clínico e atenção hospitalar para pacientes de Covid-19; estabelecimento de uma rede de vigilância genômica e comunicação pública sobre a trajetória da pandemia e seus efeitos por meio da criação do Observatório Covid-19. Como presidente da Fiocruz, coordenou todo o acordo de encomenda tecnológica na articulação com a Universidade de Oxford e a farmacêutica AstraZeneca. Com a conclusão da transferência de tecnologia, a Fiocruz capacitou-se a produzir e distribuir uma vacina contra a COVID-19 para o SUS com produção 100% nacional, mais de 180 milhões de doses até 2022.

A partir da compreensão do papel fundamental das organizações internacionais e de cooperação multilaterais, Nísia participou ativamente da resposta global à pandemia de Covid-19, a partir de diversos fóruns de cooperação transnacional. Integrou a Força-Tarefa da Comissão Lancet COVID-19 sobre Ajuda Humanitária, Proteção Social e Grupos Vulneráveis e da

Coalizão de Pesquisa Clínica de COVID-19, para acelerar a pesquisa clínica de COVID-19 em ambientes com recursos limitados. Co-presidiu o Grupo Diretor de Recuperação Econômica, um dos grupos do Roteiro de Pesquisa da ONU para a Recuperação da COVID-19. Tornou-se membro do Comitê Diretivo do Colaborativo Regional de Produção de Vacinas (RVMC) e da Plataforma Regional da OPAS/OMS para Avançar na Produção de Vacinas contra COVID-19 e Outras Tecnologias de Saúde nas Américas, e membro independente do Conselho da Coalizão de Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI).

Além de um ator da Saúde Global, Nísia Trindade Lima se tornou uma das mais importantes faces públicas na comunicação pública da ciência e de defesa da vida da população e das medidas sanitárias baseadas em evidências científicas tais como o uso de máscaras e a vacinação, sempre reforçando o valor social da ciência no Brasil e a realização de ações que aproximem a ciência da sociedade mesmo em contexto adverso. Em janeiro de 2023, tomou posse no cargo de Ministra de Estado da Saúde, a primeira mulher e cientista social a ocupar essa posição desde a criação do Ministério da Saúde em 1953. A trajetória de Nísia Trindade Lima mostra que a análise sociológica é, também, política pública.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

Lima, Nísia Trindade. Pandemia e interdisciplinaridade: desafios para a saúde coletiva. *Saúde em Debate,* v. 46, p. 9-24, 2022.

Lima, Nísia Trindade; Hochman, Gilberto (orgs.). *Médicos Intérpretes do Brasil.* São Paulo: Hucitec Editora, 2015.

Lima, Nísia Trindade; André Botelho. Malária como doença e perspectiva cultural nas viagens de Carlos Chagas e Mario de Andrade a Amazônia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos,* v. 20, p. 745-763, 2013.

Lima, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil.* Segunda edição. Hucitec Editora, 2013

Lima, Nísia Trindade; Dominichi Miranda de Sá (orgs.). *Antropologia Brasiliana:* ciência e educação na obra de Roquette-Pinto. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora UFMG/Editora Fiocruz, 2008

Lima, Nísia Trindade. Public Health and Social Ideas in Modern Brazil. *American Journal of Public Health*, v. 97, p. 1209-1215, 2007.

Lima, Nísia Trindade; Marchand, Marie Hélène (orgs.). *Louis Pasteur & Oswaldo Cruz*: inovação e tradição em saúde. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.



NORMA VALENCIO

Por **Victor Marchezini** (Cemaden/MCTI)

A pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, também impactou cientistas sociais, mobilizando-os(as) a analisar as causas e os efeitos desse desastre. Desde então cresceu o interesse na Sociologia dos Desastres. Muitos (as) se depararam com publicações de uma pioneira nesse tema no Brasil, a professora Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduada em Economia, mestre em Educação, doutora em Ciências Sociais e com três pós-doutorados em diferentes áreas do conhecimento e instituições (INPA, USP e Unicamp), Valencio enfrentou resistências acadêmicas para consolidar, desde 2003, a Sociologia dos Desastres como linha de pesquisa.

Fora dos muros da universidade, a realidade era outra. Os movimentos dos afetados por desastres, as defesas civis, gestores do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social, conselhos de classe – como o Conselho Federal de Psicologia -, unidades do Ministério Público de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais etc., jornalistas, cientistas de outras áreas do conhecimento constantemente falavam sobre a importância da “Sociologia dos Desastres”. Muitos ti-

VOLTA AO SUMÁRIO

veram acesso gratuito ao primeiro dos quatro volumes da coletânea "Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil", quando a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) financiou a obra para o V Seminário Internacional de Defesa Civil, ocorrido em novembro de 2009, um ano após o desastre do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Neste mesmo ano, Valencio foi agraciada com a Medalha de Defesa Civil, concedida pela SEDEC.

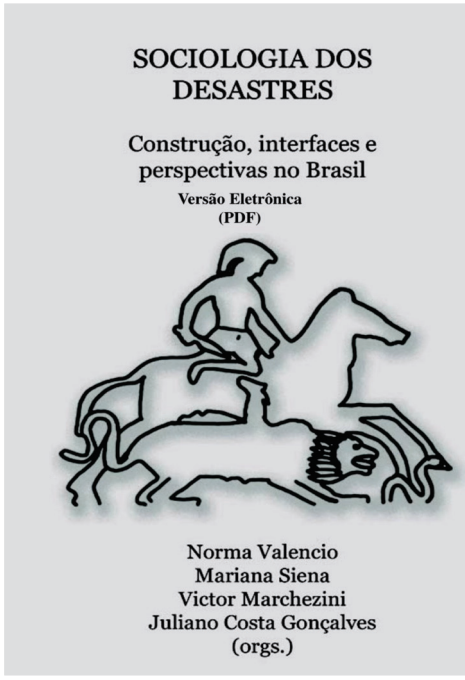
Embora o lançamento deste livro tenha sido um marco para os estudos sobre desastres no Brasil, a trajetória de Valencio neste tema remete há pelo menos seis anos antes, quando se tornou voluntária da defesa civil de São Carlos (SP) e iniciou suas pesquisas. Com o interesse de graduandos (as) em Ciências Sociais, Valencio – que já havia criado junto ao CNPq, desde 2005, o Grupo de Pesquisa "Sociedade e Recursos Hídricos" – constituiu o Grupo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (GEPED) – um embrião do que viria a ser formalizado como Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar), em 2005.

Desde esse período, CNPq, Fapesp e outras agências de fomento têm financiado as pesquisas de Valencio. Entre 2006 e 2009, o projeto "Representações sociais dos abrigos temporários no Brasil: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto de desastre relacionado às chuvas" gerou subsídios para a defesa dos direitos humanos dos afetados em desastres, disseminados em relatórios técnicos, artigos e capítulos de livro, produzidos por Valencio e orientandos(as).

Envolver os discentes nas pesquisas e nas publicações científicas sempre foi uma política de Valencio. Ao longo de sua carreira, orientou mais de 100 cientistas, pouco mais de um quarto no tema de políticas públicas de gestão de emergências e desastres, análise de danos e impactos – inclusive sob a dimensão etária, de gênero e étnico-racial -, conflitos na administração de abrigos temporários, educação para prevenção de desastres etc. Ao NEPED juntaram-se, inclusive, quatro graduandos de países africanos de língua portuguesa, a fim de estudarem políticas de gestão de risco de desastres e adaptação às mudanças climáticas em seus respectivos países. Dois deles vieram a ser orientados no mestrado e outro no doutorado.

Valencio também liderou diversas equipes interdisciplinares de pesquisa a fim de estudar, por exemplo, as vulnerabilidades de São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau aos desastres e às mudanças climáticas. Com apoio do CNPq, por meio do Programa Pró-África, coordenou instituições brasileiras e santomenses no apoio à formulação e implementação do Plano Nacional para Adaptação às Mudanças Climáticas do país insular, disseminando os resultados da pesquisa na coletânea "São Tomé e Príncipe, África: desafios socioambientais no alvorecer do sec. XXI". Seus esforços de colaboração internacional continuam incluindo outros países, como Portugal, Índia, Reino Unido, México, além de participar em redes internacionais, como o Comitê de Sociologia dos Desastres, da Associação Internacional de Sociologia, e a Waterlat-Gobacit.

Ao longo de sua carreira, Valencio tem demonstrado compromisso não só com a pesquisa – foram 78 artigos publicados, 21 livros e 96 capítulos até setembro de 2022 –, mas também com atividades de ensino e extensão. Desde 2009 começou a ofertar a disciplina "Sociologia dos Desastres", junto à graduação e programas de pós-graduação em que leciona. Em seus intercâmbios acadêmicos regionais teve destaque o Programa de Cooperação Acadêmica entre PPGS/UFSCar, PPGS/UFAM e PPGMDR/UFAC, financiado pela CAPES, entre 2008 e 2012, sob o título "Processos de territorialização e identidades sociais: construção material e simbólica do lugar em contextos político-econômicos e socioambientais distintos". Em relação à extensão, a parceria realizada com o Conselho Federal de Psicologia, por meio do projeto "Abandonados nos desastres", ainda influencia nas políticas públicas de proteção social e defesa civil.



Mesmo aposentando-se em 2016, Valencio continua atuante. De 2016 a 2019 atuou como professora visitante na Universidade de Aberdeen, Escócia. É professora sênior junto ao Departamento e Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da UFSCar, além de professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UNICAMP, participando e liderando projetos de pesquisa e extensão no tema de desastres e crises socioambientais correlatas, nos seus aspectos culturais, econômicos, políticos, institucionais e psicossociais.

Ao longo de sua trajetória na Sociologia dos Desastres, Valencio mantém seu compromisso com uma pesquisa voltada a reduzir as vulnerabilidades e injustiças socioambientais reveladas nos desastres, entendidos como processos sociais de longa duração sobre o território. Esse compromisso está refletido em suas publicações científicas, entrevistas aos meios de comunicação, palestras e minicursos para gestores públicos, comunidades e jornalistas. Mas também está refletido em sua coragem de equilibrar-se nas marombas durante as inundações de 2009 em Manaus a fim de dar voz aos atingidos, em recuperar-se de cirurgias a tempo de viajar para São Tomé e Príncipe e visibilizar os impactos de um país comido pelas bordas, em adaptar-se ao extravio de bagagem e realizar sua missão em Guiné-Bissau, no pós-guerra civil.

Em outras palavras, Valencio coloca a Sociologia dos Desastres como um ideal, mais que um meio de fazer uma carreira.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Celso Maran de (Org.). COVID-19: *Crises entremeadas no contexto de pandemia* (antecedentes, cenários e recomendações). 1. ed. São Carlos: CPOI/ UFSCar: 2020. v. 1. 447p. Disponível em: https://www.sibi.ufscar.br/arquivos/covid-19-crises-entremeadas-no-contexto-de-pandemia-antecedentes-cenarios-e-recomendacoes.pdf

VALENCIO, Norma. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v. 19, p. 3631-3644, 2014.

VALENCIO, Norma. *Para além do 'dia do desastre':* o caso brasileiro (Coleção Ciências Sociais). 1. ed. Curitiba: Appris, 2012. v. 1. 227p.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana ; MARCHEZINI, Victor . *Abandonados nos desastres:* uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados. 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. v. 1. 160p.

VALENCIO, Norma. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. *Saúde e Sociedade* (USP. Impresso), v. 19, p. 748-762, 2010.



PAULO DÉCIO DE ARRUDA MELLO

Por **Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira** (UFAL)

Paulo Décio de Arruda Mello nasceu em São Paulo, no dia 11 de junho de 1953, e iniciou a sua vida acadêmica e profissional na cidade do Rio de Janeiro, que conheceu aos 17 anos por ocasião de um carnaval. Encantado com o lugar, pediu ao pai para concluir o terceiro ano científico em terras cariocas. Já no Rio, cursou Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no período de 1970 a 1975. Ainda como estudante de graduação, em 1972, trabalhou como jornalista na sucursal cariosa de O Estado de São Paulo. Em 1974 e 1975, foi estagiário no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, onde obteve sua primeira experiência de pesquisador. Já formado em Ciências Sociais, foi assessor técnico na Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR), do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e Sociólogo do Centro de Desenvolvimento Pessoal do Banco da Previdência, em 1977 e 1978. Ainda no Rio, foi professor celetista de Sociologia e História do Brasil, em estabelecimentos regulares de ensino e em cursos livres, no período de 1973 a 1975.

VOLTA AO SUMÁRIO

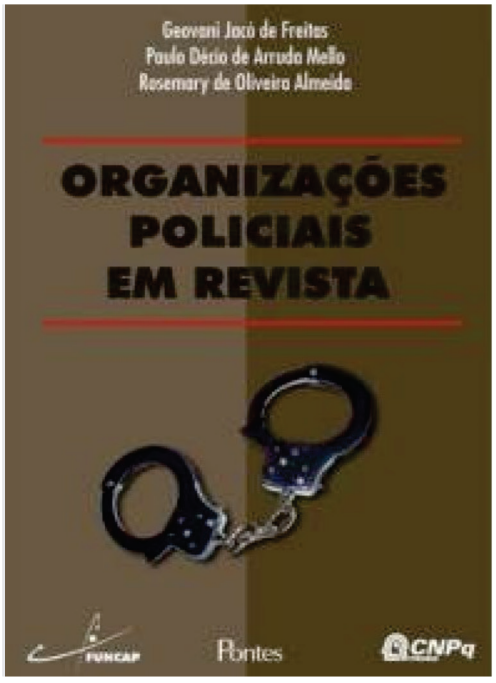
Em 1976, ganhou do pai uma viagem para conhecer o Nordeste; momento em que passou uma semana em Maceió e, mais uma vez, decidiu fazer mudanças em sua vida nutrindo o sonho de morar nesta cidade. Este sonho se concretizou em 1978, quando aceitou o convite do sociólogo Victor Leonardi para assumir a Coordenação de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, da Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN). Neste cargo, desenvolveu vários estudos sobre os setores econômicos do estado, particularmente, o setor agroindustrial e sucroalcooleiro. Já atuando na SEPLAN, participou da execução do Projeto de Levantamento Ecológico Cultural da Região das Lagoas Mandaú e Manguaba – PLEC, juntamente com uma equipe de pesquisadores arregimentados como quadros de estado para realização de diagnósticos e estudos prospectivos sobre impactos sociais e econômicos advindos da crise do setor sucro-alcooleiro. Esse investimento estatal visava identificar alternativas econômicas à cultura canavieira em declínio. Também exerceu a função de secretário Executivo do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, ligado ao SNCT/CNPq e, participou da elaboração do 1º Plano Estadual de Ciência e Tecnologia, do 1º Plano de Mapeamento e Ação Cultural do Estado de Alagoas, realizado através da SECULT e do Minc (Ministério da Cultura). Neste contexto, também foi assessor da SUDEPE/AL para ações destinadas a promover a organização social de pescadores artesanais.

Foi concursado e contratado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 1983, como professor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CHLA). Neste mesmo ano concluiu o Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, no Programa de Pós-Graduação do Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Agrário (CPDA), pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Sua dissertação desenvolveu o tema "Alagoas: sindicatos rurais e dominação", sob a orientação de Leonilde Sérvolo de Medeiros. Neste trabalho, estudou o desenvolvimento do sindicalismo rural em Alagoas, e problematizou a atuação das forças políticas locais, vinculadas ao capital sucroalcooleiro, que criavam obstáculos à autonomia das entidades representativas dos trabalhadores rurais.

Como professor, destacou-se pelo seu envolvimento no processo de institucionalização das Ciências Sociais na UFAL e, por conseguinte, em Alagoas. Primeiramente, colaborou na elaboração do projeto de Graduação em Ciências Sociais, que foi aprovado no MEC em 1994; depois, integrou a equipe que formulou o projeto de Mestrado em Sociologia, que foi aprovado pela CAPES, em 2002. E, por fim, foi protagonista do movimento que resultou na criação do Instituto de Ciências Sociais (ICS), que proporcionou a consolidação desta área de estudos na UFAL, demarcando uma identidade e autonomia, que sempre esteve à sombra de outras áreas afins. Paulo Décio foi o primeiro Diretor da Unidade Acadêmica do Instituto de Ciências Sociais, de 2007 a 2011, criado a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no ano de 2007.

Em 2002, realizou o doutorado em Sociologia, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), desenvolvendo o tema "Reestruturação produtiva na atividade canavieira: ação

sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas, a partir de 1985", sob a orientação de José Carlos Vieira Wanderley e co-orientação de Maria Nazareth Baudel Wanderley. Sua tese estudou os impactos dos novos paradigmas produtivos empregados na agroindústria alagoana, e suas implicações no desempenho de entidades sindicais e movimentos sociais rurais no Estado.



A adesão de Paulo Décio à temática da Sociologia Rural e Desenvolvimento Agrário está registrada em todo o seu percurso e formação acadêmica. Manteve-se vinculado à rede nacional de pesquisadores no campo de estudos rurais, fazendo trocas permanentes com vários profissionais gravitando em torno de personagens referenciais nessa temática, a exemplo de Beatriz Herédia (CPDA/UFRRJ) e Moacir Palmeira (Museu Nacional-UFRJ), mesmo estando distante do eixo Rio-São Paulo que, então, hegemonizava as pesquisas na área. Participou de vários encontros da ANPOCS e da SBS, com apresentação de trabalhos circunscritos nesta área de interesse e, na condição de Diretor do Instituto de Ciências Sociais, viabilizou a realização do 13º Encontro de Ciências Sociais Norte-Nordeste (CISO), na cidade de Maceió, com a participação de mais de 1.200 pesquisadores inscritos de todo o Brasil, no ano de 2007.

Em 2004, criou o Grupo de Pesquisa "Políticas Públicas e Movimentos Sociais", vinculado ao CNPq, através do qual produziu muitas pesquisas e realizou orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), PIBIC, Extensão e Mestrado com temáticas relacionadas à vida no campo, relações de poder, representação política na zona canavieira, movimentos sociais, conflitos sociais urbanos, reforma agrária, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, trabalhadores canavieiros e trabalhadores artesanais da pesca, política cultural e meio ambiente.

Além do Programa de Pós-graduação em Sociologia, integrou o corpo docente do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da UFAL, ministrando disciplinas sobre Políticas Públicas, Sociedade Civil, Poder público e Movimentos sociais. Também desenvolveu atividades de Extensão Universitária, destacando-se dois projetos: em 2001, "Incubação de Cooperação popular"; e, em 2010, "Desenvolvimento territorial e gestão estratégica".

Paulo Décio teve uma vasta atuação em Conselhos representativos e instâncias administrativas da UFAL: Diretor do Instituto de Ciências Sociais (2007-2011); Colegiado do Curso de

Mestrado (2002-2008); Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (2003); Comissão de Combate à discriminação racial no país (2002); Coordenador do Núcleo de Reflexão Agrária – NURA, (1999-2004); Coordenador de Extensão Universitária (2001); Comitê Assessor de Extensão (2001); Conselho Editorial da Revista Estudos, do Departamento de Ciências Sociais (1995); Chefe do Departamento de Ciências Sociais (2002-2004); Membro do Conselho Editorial da Revista Latitude, do Mestrado em Sociologia/UFAL (2003-2008); Consultor do Projeto de Revitalização do Baixo São Francisco (2002-2003); Coordenador da UNITRABALHO (1995-1997); Coordenador do Núcleo de Políticas Públicas e Poder Local (1994-1996); Vice coordenador do Curso de Especialização em Ciências Sociais (1990-1996).

Não poderia concluir essa bionota sem mencionar que Paulo Décio foi um homem gentil e solidário, além de grande envergadura intelectual. Seu amor pela boemia e pelos livros, o fez um sujeito bastante diferenciado. Inesquecível também o seu humor refinado e irreverente. Paulo Décio nos deixou de forma trágica, repentina e inusitada, no dia 09 de março de 2013.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MELLO, P. D. A.; CANDEIAS, C. N. B.; LYRA, E. S. S. ; ALENCAR, J. M. A. ; MELO, M. J. . Assentamentos de Reforma Agrária no contexto da Extensão Universitária. In: VI Congresso Ibero-americano de Extensão, Anais, 2001, São Paulo.

MELLO, P. D. A.. Novas formas associativas e poder local: impasses e desafios na Serra da Canastra em Alagoas. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2003, Campinas. In: Sociologia e Conhecimento: Além das Fronteiras (programação e resumos). São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2003.

MELLO, P. D. A. O Baixo São Francisco diante de novos arranjos políticos e institucionais. In: Antônio Fernando de Araújo Sá; Vanessa Maria Brasil. (Org.). Rio sem História ? Leituras sobre o Rio São Francisco. Aracajú: FAPESE, 2005, v. 1, p. 213-220.

MELLO, P. D. A.. Sustentabilidade de assentamentos rurais de reforma agrária em antigas áreas canavieiras no Estado de Alagoas. In: VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. Anais do VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Quito: Alasru, 2006. v. único. p. 176-177.

MELLO, P.D.A, FREITAS, G. e ALMEIDA, R. de O. (Orgs). Organizações Policiais em Revista. Projeto de Pesquisa: Expansões culturais da polícia: conflitos, crenças e relações interpessoais. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/FINCAP/CNPq-Pronex. Campinas, SP: Editora Pontes, 2009.



PAULO MENEZES

Por **Anderson Ricardo Trevisan** (Unicamp) e
Carla Bernava (USP)

Nasceu na capital paulista em 1956. Chegou perto de formar-se em Engenharia Civil, carreira que abandonou para ingressar no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo em 1978. Concluída a graduação em 1981, Paulo ingressou no mestrado em 1982, mesmo ano em que se tornou professor do Departamento de Sociologia da USP, onde atuou até sua aposentadoria, em 2019.

Foi no mestrado que Paulo começou a enveredar-se pelo universo da pesquisa com imagens nas ciências sociais. Sua dissertação, *Sob as cinzas da representação: manifestos e pinturas no começo do século XX*, mergulhou no mundo das pinturas para problematizar os caminhos trilhados pela arte moderna. Para isso, realizou um instigante diálogo entre arte e sociedade passando por autores como Michel Foucault, Ernst Gombrich, John Berger, Walter Benjamin, entre outros. Mas foi especialmente na Sociologia da Arte de Pierre Francastel em que Paulo se apoiou, particularmente no conceito de pensamento plástico ou visual, que concebe os objetos figurativos não como reflexo de uma realidade supostamente dada, mas como uma expressão do pensamento huma-

VOLTA AO SUMÁRIO

no, irredutível a outras formas de linguagem. Partindo disso, em sua pesquisa Paulo contrapôs os textos dos manifestos da arte moderna com as imagens ali criadas, identificando um abismo entre as duas linguagens. Concluiu o mestrado em 1989, que se tornou o livro *A trama das imagens: Manifestos e Pinturas no Começo do Século XX*, publicado em 1997.

A partir de então, em suas diversas publicações, Paulo desenvolveu um caminho até então inexplorado na Sociologia da Arte, que é aquele que tem nas imagens o foco da investigação, escapando assim das armadilhas de se pensar as manifestações artísticas como "reflexo" das estruturas sociais ou, ainda, como uma derivação do posicionamento dos artistas ou mecenas em lutar por poder.

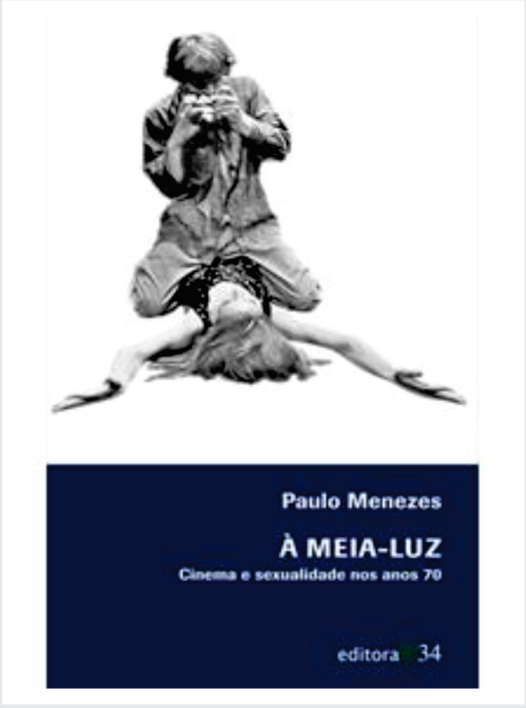
Começou a desenvolver sua pesquisa de doutorado a partir de 1990, defendendo a tese *Imagens no Tempo. Cinema: problematização e significação nos anos 70,* em 1996, que resultou em seu segundo livro, *À meia-luz: Cinema e sexualidade nos anos 70*, publicado em 2001. Paulo fez ali uma importante contribuição aos estudos sociológicos do cinema, chamando atenção para como a experiência cinematográfica afeta o espectador, mobilizando sua memória e abrindo a possibilidade para que se reposicione moralmente sobre aquilo que vê na tela. A partir disso a análise fílmica em sociologia ganhou um novo sentido, voltando-se justamente para a participação do cinema na constituição do imaginário e das relações simbólicas que amparam a construção da realidade social.

Explorando as potencialidades críticas, para as ciências sociais, de discursos concebidos visualmente, Paulo lançou *Pequena História Visual da Violência* como artigo e como vídeo em 2001. Em ambos buscou construir conceitualmente a violência tendo como anteparo único imagens de pinturas e fotografias. Assim como, ao apropriar-se da linguagem cinematográfica, Paulo se eximira de fazer uso de uma narração em voz *over* no vídeo, deixando ao espectador a tarefa de apreender os sentidos propostos pelas imagens, no artigo elas aparecem sem as respectivas legendas, provocando o leitor a interpretá-las. Esses foram modos inovadores e audaciosos de promover a reflexão crítica sobre o discurso e o fazer das ciências sociais, que têm na linguagem escrita, ainda hoje, sua principal fundamentação e material de pesquisa.

Nas décadas seguintes, Paulo continuou a dirigir seu olhar para o cinema, interessando-se cada vez mais pelo documentário social e pelo filme etnográfico. Colaborando com pesquisadores do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da USP, foi pesquisador principal de dois projetos temáticos FAPESP: *Imagem em Foco nas Ciências Sociais* (1999-2002) e *Alteridade, Expressões Culturais do Mundo Sensível e Construções da Realidade* (2003-2007). Em 2009, defendeu sua tese de livre-docência, *Cinema Documental e Fotografia no prisma da Sociologia*, trabalho em que aprofundou a discussão sobre as questões epistemológicas e metodológicas pertinentes às imagens nas ciências sociais. Foi nesse contexto de reflexões em que se torna um dos principais interlocutores brasileiros da Sociologia de Cinema proposta por Pierre Sorlin. Sua contribuição mais significativa do período adveio da construção do conceito de *representificação*, cunhado para dar conta exatamente da relação social que se estabelece entre

cinema, real e espectador, e que viria a nortear seus estudos, assim como as pesquisas de muitos dos seus orientandos.

A preocupação com a formação crítica de alunos e de novos pesquisadores, o rigor teórico-metodológico e a generosidade foram marcas de sua atuação como professor e orientador. Na USP, entre outras funções, atuou também como Membro da Comissão Editorial e Editor-responsável da revista *Tempo Social* (1994-2003), Diretor da Divisão de Publicações, Comunicação Visual e Produção do Museu de Arte Contemporânea (1997-1998), Membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Brasileiros (1999-2001) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (2011-2013).



Com ampla atuação nacional e internacional, Paulo foi Professor Visitante da Universidade do Estado do Mato Grosso (1996-1997) e Diretor de Estudos Associado da École des Hautes Études en Sciences Sociales (2003). Tornou-se Professor Visitante da Universidad Nacional de Cuyo, em 2011, e da Universidade do Chile, em 2014.

É membro e colaborou com inúmeras associações científicas. Entre 1997 e 2008, integrou a Comissão de Imagem e Som da ANPOCS em três biênios. Foi Vice-Presidente (2002-2003) e Diretor (2017-2019) da SBS. A partir de 1997, exerceu diversas funções junto a SOCINE. Foi também Presidente Ex-officio do Comitê de Pesquisa em Sociologia da Arte (RC37) e Membro do Conselho Executivo do Grupo de Trabalho em Sociologia Visual (WG03) da ISA (2014-2018). É membro do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e da Associação International de Sociologia Visual (IVSA).

Paulo Menezes soube como poucos antes dele levar o mundo visual para o interior da Sociologia, construindo um caminho profícuo de ensino e pesquisa que pensa o mundo como uma complexa trama que se organiza, também, pelas imagens que constrói sobre si mesmo. Trama essa que deve ser analisada a partir da problematização, da dúvida e do rigor metodológico. Nesse sentido, ele é uma referência inquestionável para a Sociologia da Arte brasileira, tendo construído uma tradição que agora é levada adiante por diversos pesquisadores, uma nova geração que está cada vez mais ciente do poder da imagem para organizar o imaginário e a vida social.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

MENEZES, P. *A Trama das Imagens:* Manifestos e Pinturas no Começo do Século XX. São Paulo: EDUSP, 1997.

MENEZES, P. Pequena história visual da violência. *Tempo Social*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 81-115, maio 2001.

MENEZES, P. *À meia-luz:* Cinema e sexualidade nos anos 70. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.

MENEZES, P. Problematizando a "representação": fundamentos sociológicos da relação entre cinema, real e sociedade. In: RAMOS, F.P. (org.). *Estudos de Cinema 2000* – SOCINE. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 333-348.

MENEZES, P. Representificação: as relações (im)possíveis entre cinema documental e conhecimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 87-97, fev. 2003.

MENEZES, P. "O Cinema Documental como Representificação": verdades e mentiras nas relações (im)possíveis entre representação, documentário, filme etnográfico, filme sociológico e conhecimento. In: NOVAES, S.C. et al. (orgs.). *Escrituras da Imagem.* São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2004, p. 21-45.

MENEZES, P. O nascimento do cinema documental e o processo não civilizador. In: MARTINS, J.S.; Novaes, S.C.; Eckert, C. (orgs.).*O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 27-78.

MENEZES, P. Les Maîtres Fous, de Jean Rouch: Questões epistemológicas da relação entre cinema documental e produção de conhecimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* São Paulo, v. 22, n. 63, p. 81-91, fev. 2007.

MENEZES, P. Sociologia e Cinema: aproximações teórico-metodológicas. *Teoria e Cultura,* Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 17-36, jul.- dez. 2017.



PAULO PEIXOTO DE ALBUQUERQUE

Carmen Lucia Bezerra Machado (UFRGS)

Paulo Albuquerque nasceu em Tapes/RS, num 11 de maio de 1950 e descobre aos sete anos que a mãe, tão falante, é conhecida como "a Mudinha". O filho junto com a irmã mais jovem crescem, e a linguagem gestual é a primeira forma de comunicação do agora Professor Titular de Sociologia na Faculdade de Educação da UFRGS (2022). Desde o interior gaúcho acessa ao mundo, construindo laços sociológicos. Como aluno do Colégio Júlio de Castilhoso, o Julinho, conclui o curso clássico em 1972, nega a matemática e adere ao fazer da Sociologia um modo de produzir a existência. Conclui a Licenciatura em Estudos Sociais em 1974 e o Bacharelado em Ciências Sociais e,m 1976. Em 1983 conclui o Mestrado em Sociologia da Sociedade Industrial na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e o Doutorado em Sociologia na Université Catholique de Louvain-la-Neuve, Bélgica, em 1995.

As primeiras experienciações no mundo do trabalho se constituem na afirmação da Sociologia como profissão. Foca sua atividades no planejamento e organização de cooperativas habitacionais (1975/1979), na analise dos processos de trabalho, a pesquisa de clima

VOLTA AO SUMÁRIO

organizacional (1979/1981), a organização e métodos do setor bancário (1981/1982), e na indústria, a organização e gestão de círculos de controle da qualidade (CCQ's) (1983/1985).

O seu quefazer docente resultou da trajetória na Sociologia e não o inverso. O andarilhar educativo universitário percorre do privado ao público a busca de qual fazer docente é necessário e aprendendo a aprender a ensinar, foi consolidando os conceitos em prática. Leciona de 1986-2004 na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); 1997-2002 no Centro Universitário La Salle, em Canoas; 2004-2006 na Universidade Católica de Pelotas; em 2006 na Universidade Federal de Pelotas no trânsito para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS onde ainda atua. Aqui dialoga com a formação de pedagogas e pedagogos (FACED) e de pós-graduandes na área da saúde (PPGENSAU-MP/FAMED).

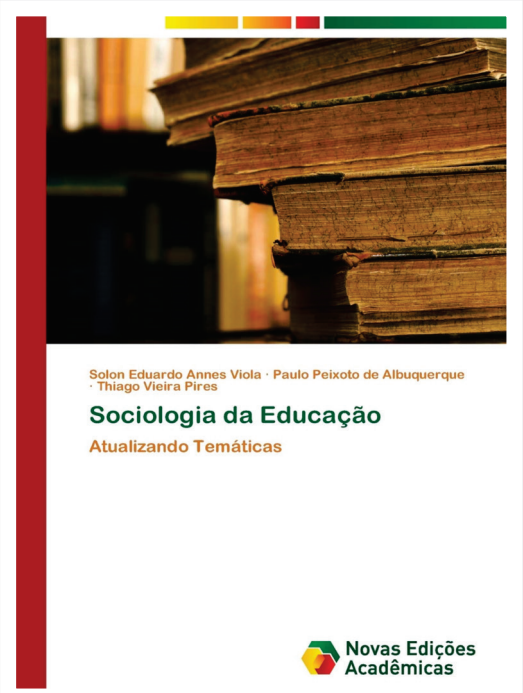
No percurso do ensino, pesquisa e extensão foi desfazendo fronteiras. A docência, iniciada como atividade complementar, torna-se condição para a formação das outras gerações de sociólogos, para além das contribuições às ciências sociais, à atuações no mundo do trabalho, ao chão de fábrica, à educação e à saúde. Participa da criação de vários cursos de pós-graduação latu e strito sensu. Organiza na UNISINOS o Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, importante por legitimar teoricamente a prática de ação social jesuítica Essa proposta foi desmontada quando a Universidade se converte às práticas neo-liberais, tendo a sétima orientanda do prof.Paulo ver seu orientador demitido. Na Universidade Católica de Pelotas organizou o Mestrado em Política Social. Orientou alunos do Mestrado em Economia Social na Universidad Nacional de General Sarmiento, e ainda atua como professor permanente na Universidad Nacional de Rosario, ambas na Argentina.

O pensamento inquieto e resistente na relação com temáticas emergentes e abordagens privilegiadas não o faz acomodar-se.. No PPGEDU/UFRGS, quatro anos após seu ingresso e tendo orientado uma tese de doutorado e sete dissertações de mestrado, se nega a permanecer no Programa por recusar a política produtivista vigente. Segue na análise direcionada aos temas: trabalho, cooperativismo, associativismo, ensino na saúde, educação social, direitos humanos e extensão universitária. Orienta. O atento extensionista, o criativo sociólogo, no contexto dos espaços do trabalho educativo, encontra pretexto para a construção de textos. Publica 11 livros e mais de 120 artigos ou capítulos de livros, disponíveis no SABI/UFRGS e listados em http://lattes.cnpq.br/8821623190315740).

Por um lado, o Professor Paulo dá conta de exigências administrativas institucionais, criando cursos e publicações como a Revista Saberes Plurais, participando das instâncias universitárias, como a Câmara de Extensão/UFRGS, e conselhos editoriais das revistas Saberes Plurais, Educação na Saúde, Académica PROCOAS-AUGM, Latinoamericana de Estudios Educativos, Estudios Cooperativos.

Por outro lado, materializa um modo de compreender o trabalho como processo social, cuja percepção da realidade é resultado de vivências que produzem sentidos (na perspectiva

weberiana) e a construção de um fazer profissional na docência, pois dada a incompletude do conhecimento, exercita a expressão livre do pensar na busca de compreender certas escolhas não fixadas, entendidas na sua historicidade, pois em educação pode-se abstrair da realidade, mas não fazer da realidade uma abstração.



Um ponto de vista não é só a vista de um ponto, mas pontos de vida. As escolhas dos momentos e situações ficam a critério de quem escreve ou relata, mas ao(s) leitor(es) fica (espero) a tarefa de perceber no dito e no silenciado que a docência é um exercício de reconhecimento da alteridade (o outro ou a outra) que não se reduz a racionalidade instrumental que legitima e entende o processo de ensino-aprendizagem (docência) apenas como ato técnico ou mera repetição. Ao contrário, como sujeitos nos construímos. O sempre incompleto processo dialógico se faz no coletivo e anuncia a complexidade do todo (da realidade) em cada ponto de vida.

No avesso do tempo passado em múltiplas orientações e coordenações na gestão do trabalho fabril, sindical e acadêmico, a prática é melhor analisada por quem a pratica como educador e como educando. A mistura intencional de instâncias nos tempos de atuação profissional e no processo de deriva que o conduziu à docência, busca dizer: o fazer docente nunca está, ou esteve, pronto, porque se reconstitui nos espaços educativos formais (da Universidade) e nos não formais.

Como diz o poeta Antônio Machado há dois modos de consciência: uma é luz e outra paciência. E, escreve o professor Paulo: "Se em educação não há gratuidade, ingenuidade, ou inocência, porque são ações que propõem sentidos e tem uma intencionalidade, pode-se dizer que na docência as coisas são o que são, mas não são o que são". Nas mais de 150 orientações realizadas na vida acadêmica, é na sala de aula, no trabalho coletivo e compartilhado vivido, que Paulo aprende a gostar do que agora entende: a matemática. E, a guisa de considerações finais, mesmo inconclusas, expressas nas palavras do acadêmico de Pedagogia – 2022/2, Lucas Castilhos, o Professor Paulo é mente inquieta em constante construção. As dificuldades em comunicar uma trajetória de trabalho descolada da vida que se apresenta aberta e incompleta deixam ao leitor fazer algumas conexões sobre o solidário e generoso colega, o brilhante sociólogo – professor.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de; PIRES, Thiago Vieira (orgs.). *Sociologia da educação:* pensamentos inquietos. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Economía social y solidaria: la necesidad de una pedagogía solidaria para contrarrestar la ambigüedad y la incertidumbre económica. In: Areas : *Revista Internacional de Ciencias Sociales*. Murcia Vol. 39 (2019), p. 45-51. [001087376]

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Educação popular e saúde: uma relação necessária? In: *Boletim da saúde*. Porto Alegre Vol. 25, n. 1 (jan./jun. 2016), p. 51-58.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Reengenharia : [verbete]. In: Dicionário de trabalho e tecnologia. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 310-315. Redes de cooperação: [verbete]. In: *Dicionário de trabalho e tecnologia*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 307-310.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Informe diagnóstico nacional de Brasil. In: Monzón, José Luis (Org.). *Economía social y su impacto en la generación de empleo:* claves para un desarrollo con equidad en América Latina. Madri: FUNDIBES, 2010. P.109-164.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestión : por una pedagogia política de la precariedad!. In: *Revista estudios cooperativos,* Montevideo, 2008. Vol. 13, n.1 (dic. 2008), p. 16-27.



RENAN SPRINGER DE FREITAS

Por **Nina Rosas** (UFMG)

Renan Springer de Freitas nasceu em 1957, em Belo Horizonte. Seus avós maternos, judeus berlinenses, chegaram ao Brasil em 1935, fugidos do nazismo. Seu pai, mineiro de Couto de Magalhães de Minas, foi seminarista em Diamantina, percorrendo a única possibilidade de estudo para quem, na época, vivia no Vale do Jequitinhonha.

Religião, etnicidade, migração e inquietações em torno do conhecimento conformaram não somente o contexto de vida de Renan, como também as grandes contribuições intelectuais oferecidas à Sociologia. Em 1980, graduou-se em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, oito anos depois, havia realizado mestrado e doutorado em Sociologia no IUPERJ. Sua dissertação, intitulada Bordel, bordéis: negociando identidades, foi publicada pela Editora Vozes, em 1985, e ainda permanece como obra incontornável sobre o trabalho sexual em Belo Horizonte. Entre 1984-1986, Renan atuou como professor na Universidade Federal de Ouro Preto. Dela se desvinculou para ingressar como docente na UFMG, onde permanece.

VOLTA AO SUMÁRIO

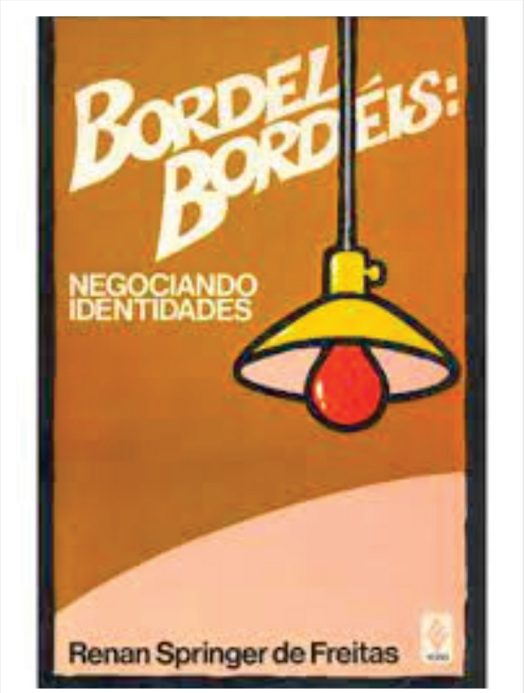
Entre 1990-1992, Renan atuou como pesquisador visitante na University of Amsterdam, na Holanda, com bolsa de pós-doutorado concedida pela CAPES. Sempre preocupado com o fazer sociológico, sua incursão na Sociologia do conhecimento e da ciência já se desenhava a partir da provocação de debates situados nas grandes correntes do pensamento, como etnometodologia, marxismo, construtivismo, racionalismo e pragmatismo. Entre 1993-1994, Renan discutiu, posicionando seu diálogo para uma audiência internacional, os princípios metodológicos dos esforços científicos. Em 1997, publicou, na revista Philosophy of the Social Sciences, Back to Darwin and Popper: Criticism, migration of conceptual schemes and the growth of knowledge, artigo que posteriormente foi traduzido para o japonês. Há mais de dez anos Renan faz parte do corpo editorial do referido periódico.

Sua trajetória na primeira década dos anos 2000 se distinguiu por inúmeras contribuições à história da ciência e às suas metodologias, com destaque para o livro Sociologia do conhecimento, pragmatismo e pensamento evolutivo, publicado em 2003, após ter recebido a premiação do Concurso Edusc-ANPOCS. A obra apontava para o paroquialismo inerente ao esforço, peculiar à Sociologia do conhecimento que se desenvolveu a partir de 1970, no sentido de fazer dela a ciência da ciência. Destaque desse período também são os textos A saga do ideal de boa ciência, publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, em 2004, e A sedução da etnografia da ciência, publicado na Revista Tempo Social, um ano depois. Em setembro de 2006, Renan foi professor visitante na Duke University, na Carolina do Norte/EUA. O final dessa década foi marcado pela investigação de uma questão que sempre esteve como pano de fundo das pesquisas do autor, qual seja, a de compreender como corpos não científicos influenciam a produção e a definição de ciência. Nessa trilha, em 2008, Renan investigou o caráter teológico do argumento sociológico a respeito da peculiaridade da civilização ocidental. Comparou a posição de Max Weber e de teólogos contemporâneos a respeito das relações entre o judaísmo antigo e o cristianismo primitivo, publicando, como resultado, uma série de artigos e, em 2010, sua tese de habilitação para professor titular, que se tornou o livro Judaísmo, racionalismo e teologia cristã da superação: um diálogo com Max Weber.

Nos anos subsequentes, continuou discutindo o fazer científico e suas controvérsias, dando ênfase a uma comparação entre áreas, tanto no que tange às diferentes subáreas da Sociologia, como a sociologia do crime, como colocando em perspectiva a Sociologia e as Ciências Biológicas.

Em 2013, inspirado pelo diálogo que vinha traçando com o trabalho do historiador Trevor-Roper, que mostrou a importância das migrações flamenga e portuguesa para o empreendedorismo econômico, Renan se propôs a escrutinar o papel das migrações de diferentes confissões religiosas para a articulação da indústria inglesa com a ciência moderna e com o capital financeiro. Como fruto desse esforço, mostrou que a imigração de escoceses e alemães para a Inglaterra, nos séculos XVII e XVIII, levou consigo uma cultura científica (trabalho em laboratórios e instituições de divulgação científica), além de conhecimentos técnicos (como os da química), capazes

de impulsionar o desenvolvimento industrial comumente atribuído à tradição educacional científica da própria Inglaterra.



Em 2015, Renan obteve cátedra no Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT-UFMG), que visa concatenar temas de repercussão internacional com abordagens inovadoras e potencialmente transdisciplinares. Esse também foi o período em que se viu o aprofundamento de suas reflexões sobre as bases epistemológicas da ciência, questionando: 1) quanto à competência de corpos não científicos, como a Teologia do Novo Testamento, serem capazes de estabelecer uma agenda de investigação comum, sem se desdobrarem em escolas de pensamento ou paradigmas, contrariamente ao observado na Sociologia; 2) quanto à inefetividade de a Sociologia produzir uma síntese teórica ("corpo único de raciocínio teórico sistemático"), dada a ausência de demanda/problema específico que a fizesse necessária. Argumentações de grande fôlego foram produzidas nesses sentidos.

Em 2020, as preocupações do autor deram origem ao livro Ciladas no caminho do conhecimento sociológico, publicado para UFRJ, para abordar o comportamento da Sociologia em termos de seus méritos epistemológicos e da capacidade (ou não) de generalização de seu conhecimento. Renan visou compreender o modo como sínteses teóricas são feitas na Sociologia e em outras áreas, e por que, somente na Sociologia, há uma multiplicação de "seitas acadêmicas" em vez de agendas de investigação comuns.

Em 2021, seus artigos foram selecionados para compor parte da Coleção Cadernos Ultramares, publicada pela Editora Oca, de Lisboa. O volume foi intitulado Em busca da sociologia não paroquial, artigo originalmente publicado em 1998.

Renan realizou diversas funções administrativas na UFMG e em outras instituições, tendo exercido o cargo de editor chefe da Revista Brasileira de Sociologia, entre 2019 e 2020. Bolsista de produtividade em Pesquisa do CNPq, dá continuidade a uma agenda de pesquisa incansável, apesar dos grandes trabalhos já realizados.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

FREITAS, Renan Springer de. Back to Darwin and Popper: Criticism, migration of piecemeal conceptual schemes, and the growth of knowledge. *Philosophy of the Social Sciences*, vol. 27, n. 2, p. 157-179, 1997.

FREITAS, Renan Springer de. *Ciladas no caminho do conhecimento sociológico.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.

FREITAS, Renan Springer de. *Judaísmo, racionalismo e teologia cristã da superação:* um diálogo com Max Weber. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

FREITAS, Renan Springer de. *Sociologia do Conhecimento, pragmatismo e pensamento evolutivo.* Bauru: Edusc, 2003. (Prêmio EDUSC-ANPOCS, 2002)

FREITAS, Renan Springer de. What happened to the historiography of science?. *Philosophy of the Social Sciences,* vol. 32, n. 1, p. 92-106, 2002.



RICARDO BENZAQUEN DE ARAÚJO

Por **Maurício Hoelz** (UFRRJ)

Ricardo Benzaquen de Araújo foi um proeminente intelectual, notabilizado como autor de estudos de referência sobre o pensamento social brasileiro, área de pesquisa interdisciplinar, hoje tradicional, que ajudou a consolidar como um dos fundadores e líderes, além de membro assíduo, de seu Grupo de Trabalho na Anpocs. Nasceu em Manaus (AM) no dia 20 de janeiro de 1952 e faleceu no dia 1º de fevereiro de 2017.

Já radicado no Rio de Janeiro, fez o ginásio no Colégio Mello e Souza e o curso clássico do ensino secundário no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde, segundo relata, aprendeu o esprit de corps institucional que orientaria sua conduta profissional. Seus anos de aprendizado prosseguem na graduação em história na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 1970 a 1974. Ali, fascinado pela descoberta de autores da chamada história social, como Marc Bloch, Georges Duby e Jean-Pierre Vernant, e influenciado pelo trio de mestres Luiz Costa Lima, Ilmar Rohloff de Mattos e Francisco Falcon, Ricardo começaria a desenvolver uma perspectiva interdisciplinar da história em diálogo com as ciências sociais,

VOLTA AO SUMÁRIO

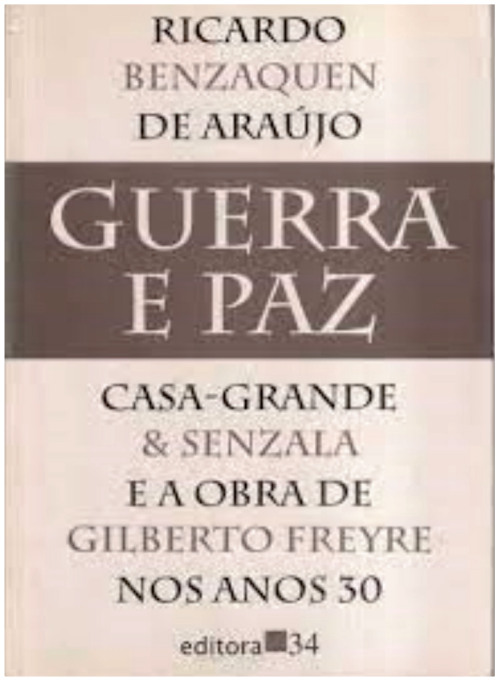
que viria a se transformar em potência de seu pensamento dificilmente domesticável pela ordeira classificação em especializações e pelas métricas do conhecimento acadêmico atual.

Ricardo jamais deixaria sua Alma Mater na carreira que então principiava. Em 1975, assumia a docência como uma vocação no Departamento de História da PUC-Rio; ao mesmo tempo, a atração pelas ciências sociais o levaria ao mestrado em antropologia social (1975-1980) no Museu Nacional da UFRJ, sob a orientação de Gilberto Velho. Testando-se nessa nova posição, a dissertação "Os gênios da pelota: um estudo do futebol como profissão" entra no campo de uma das paixões do antropólogo vascaíno, seguindo, a partir de entrevistas com jogadores em diferentes momentos da carreira, as pistas das representações do jogo construídas pelos seus discursos. Nesse estudo ainda atual – só recentemente publicado no Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social –, Ricardo discute: as razões predominantes da escolha por essa profissão – chance de enriquecimento e de autorrealização –; as categorias elementares "nativas" a que atribuem o sucesso – em particular, o talento, característica inata e individual, e uma personalidade marcada pelo autocontrole de qualidades opostas: humildade, mas não abatimento; sangue frio, mas não indiferença; raça, mas não violência –; e as relações conturbadas e paternalistas dos jogadores com os dirigentes de seus clubes.

Paralelamente às aulas e ao mestrado, Ricardo passa a integrar, de 1977 até 1987, o importante projeto "Brasiliana" do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, que reuniu o primeiro e maior grupo de pesquisa sobre o pensamento social brasileiro, sobretudo dos anos 1920 e 1930. No âmbito desse projeto, que marca a rotação de seu interesse para o pensamento brasileiro, Ricardo desenvolve seu estudo sobre o integralismo, que pretendia comparar as obras de Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Entre outros resultados, a pesquisa deu origem a Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado, publicado pela Zahar, em 1988. Nesse livro, realiza novamente uma exegese minuciosa das categorias internas ao discurso dos atores (que, nesse caso, são autores) a fim problematizar a redução do integralismo ao tradicional conservadorismo, ideologia europeia de caráter aristocrático hierarquizante e desmobilizante, e demonstrar sua proximidade às experiências totalitárias da direita revolucionária, de extração plebeia e típica de movimentos fascistas europeus, que afirmava um ideal de liberdade como participação político-social permanente – transformando todos os cidadãos em militantes –, bem como uma noção peculiar de igualdade, que implicava na homogeneização de valores.

Ricardo volta ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ em 1985 para cursar o doutorado, dessa vez orientado por Otávio Velho. Em 1987, é contratado para o corpo docente de sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), instituição com que manteria vínculo até 2010 e onde ocuparia os cargos de diretor de seminários e publicações e de ensino. Sua tese de doutorado, defendida em 1993, viraria o livro Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30, pu-

blicado pela Editora 34, em 1994, e premiado com o Jabuti. Essa que seria reconhecida como a magnum opus de Ricardo representa uma notável renovação nas pesquisas sobre a obra de Gilberto Freyre, autor cujos rótulos de reacionário e racista garantiam até então sua proscrição do debate acadêmico. Ao qualificar sua noção de raça, distinguindo-a de cultura e identificando-a com as teorias neolamarckianas, ancoradas na ideia de adaptação, mostra como Freyre busca construir uma outra versão da identidade nacional, em que a obsessão com o progresso e a razão, com a integração do país na marcha da civilização, é substituída por uma ênfase no hibridismo e nas ambiguidades da nossa formação social singular. Com isso, restitui também complexidade e matizes à concepção sincrética de mestiçagem de Freyre, que guardaria "a indelével lembrança das diferenças presentes na sua gestação", recusando-se "a se desfazer e a se reunir em uma entidade separada, original e indivisível", e fundamentaria a tese dos antagonismos em equilíbrio que caracteriza a sociedade brasileira e costura Casa-grande & senzala. Além disso, Ricardo não deixa de apontar o sentido original que Freyre confere a essa expressão: se no contexto inglês antagonismos em equilíbrio se aplica à conciliação política entre homens livres, no Brasil se refere a relações sociais assimétricas de dependência e submissão entre proprietários e escravos, entre portugueses e colonos nativos.



A partir dos anos 2000, as preocupações de Ricardo – "um etnógrafo no tempo", na denominação precisa de José Reginaldo Gonçalves – passam a se concentrar na questão da automodelagem do self e ampliam seu escopo, recuando até Joaquim Nabuco e seus contemporâneos, sem abandonar o diálogo com o modernismo e o ensaísmo dos anos 1920 e 1930. É possível considerar a dedicação de Ricardo ao tema da formação – como professor, orientador, pesquisador e generoso debatedor – uma forma de sua própria vocação, exercida na interlocução com gerações de jovens estudantes e com colegas. Como lembra justamente sua ex-aluna Luiza Larangeira, um de seus topoi prediletos era a imagem de Deus modelando o homem do barro e soprando em suas narinas o pneuma criador, o que lhe infundia a capacidade de se automodelar. De acordo com Simmel, um dos autores-chave de Ricardo, só o autoaperfeiçoamento pelo cultivo das potencialidades abriria a possibilidade de ressubjetivação da sociedade face ao domínio da "cultura objetiva".

O conjunto de artigos que Ricardo publicou ao longo de sua exitosa trajetória intelectual, devotada à formação e comprometida com a construção institucional, foram recolhidos em Zigue-zague: ensaios reunidos (1977-2016), por ele idealizado, mas só postumamente editado. O título – e cada ensaio do livro atesta que Ricardo tinha exímio talento para títulos – funciona aí como metáfora crítica da moderna concepção iluminista de história e sua vã pretensão totalizante de controlar ou abolir a tragédia e o acaso. E, por meio de seu característico exercício socrático da erudição, os ensaios escavam camadas de significados cristalizadas pelo acúmulo de intepretações sobre os autores, revelando os mais delicados matizes de tom no claro-escuro de seu pensamento a partir de humildes "impressões", como Ricardo significativamente prefere nomear seus argumentos. Enfim, como diz: "Não acredito muito em análises definitivas, particularmente nas elaboradas dentro da república das letras, pelo simples fato dela ser uma república".



SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

Araújo, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz:* Casagrande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

Araújo, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução:* o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

Araújo, Ricardo Benzaquen de. *Zigue-zague:* ensaios reunidos (1977-2016). Seleção e organização: Carmen Felgueiras, Marcelo Jasmin e Marcos Veneu. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Editora Unifesp, 2019.



SOBRE O AUTOR

Gonçalves, José Reginaldo Santos. Um amigo do mundo. *Sociologia & Antropologia,* v. 7, n. 2, 2017, p. 545-556. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v729>.

Bastos, Elide Rugai. Sobre os princípios: Ricardo Benzaquen e o pensamento social. *Sociologia & Antropologia,* v. 7, n. 2, 2017, p. 557-578. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v7210>.



(PE) ROQUE ZIMMERMANN

Por **Simone Meucci** (UFPR)

Roque Zimmermann (1939-2019), mais conhecido como "Padre Roque", é um personagem sempre lembrado quando o assunto é a luta pela obrigatoriedade do ensino da sociologia e da filosofia na Educação Básica, iniciada na segunda metade dos anos de 1990 no Brasil.

Existe uma boa razão para esta lembrança, afinal de contas, Zimmermann, quando Deputado Federal, foi responsável pela elaboração do Projeto de Lei número 3.178, instrumento a partir do qual se iniciou, em 1997, um embate político em favor da sociologia nas escolas de todo o país. Na verdade, seu Projeto catalisou uma tendência visivelmente crescente nos sistemas estaduais de ensino e trouxe a batalha para o palco nacional, no âmbito do Congresso. (Brasil, 1997)

O termo "batalha" não é exagero. Ainda que o Projeto de Lei tenha tramitado com relativa facilidade na Câmara e no Senado, recebendo pareceres favoráveis de Deputados e Senadores, enfrentou forte oposição do Poder Executivo que culminou, em 2001, com o veto da lei pelo então Presidente da República, Fernando Henrique

VOLTA AO SUMÁRIO

Cardoso. A isso se seguiu uma mobilização notável de movimentos estudantis, universidades e associações (entre as quais a Sociedade Brasileira de Sociologia) que, diante do veto, traçaram duas estratégias de ação: por um lado, apelaram ao Conselho Federal de Educação e, por outro, iniciaram nova tramitação parlamentar. Ambas foram igualmente exitosas: em 2006 foi publicado parecer favorável do Conselho e, finalmente, em 2008, o presidente em exercício, José de Alencar, sancionou a lei que obrigava, em um prazo máximo de três anos, a oferta da disciplina em todas as escolas de Ensino Médio do Brasil. (Azevedo, 2014) (Brasil, 2006; 2008)

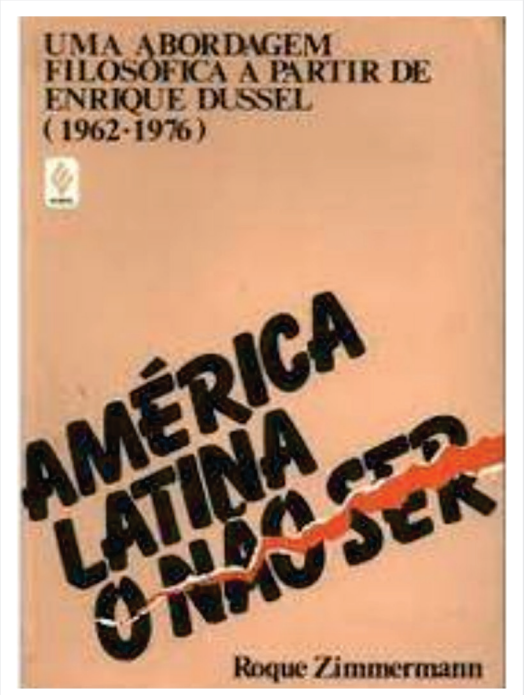
O êxito nesta empreitada possivelmente está relacionado à obstinação de seus protagonistas e à aglutinação de esforços de diferentes agentes e agências, mas também se deve a um contexto de transição democrática no qual a educação escolar passou a ser depositária de expectativas para o desenvolvimento de uma socialização adequada ao novo regime político. Em particular, disciplinas situadas dentro do campo que se convencionou denominar de "humanidades", foram entendidas como imperativas para o desenvolvimento de competências para a democracia.

Zimmermann foi, pois, um agente fundamental que atuou no Comitê de Educação, Cultura e Desporto da Câmara orientado por essa esta difusa esperança de que a intervenção escolar, através de conteúdos "humanizadores", contribuiria para a democratização da sociedade.

Em sua ação a favor da curricularização obrigatória da sociologia e da filosofia, apelou para o enunciado no artigo 36 do texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que dizia que ambas disciplinas eram "necessárias para o exercício da cidadania". (Brasil, 1996). No Projeto, Zimmermann argumentou que, se a legislação nacional as qualificava como necessárias, elas deveriam figurar como componente curricular obrigatório do Ensino Médio em todo o território do país. Em resumo, ele encontrou fundamento para a reinvindicação na norma, estabelecendo equivalência entre a necessidade instituída pela lei e a imperiosidade curricular das disciplinas, acrescentando que os dois campos de conhecimento beneficiavam o desenvolvimento da consciência crítica dos indivíduos, faculdade indispensável para a prática da autonomia e da liberdade em contextos democráticos.

É importante também destacar que exatamente no mesmo período, em 1997, Zimmermann agiu também, e de modo igualmente exitoso, em favor do Ensino Religioso, disciplina que, embora estivesse originalmente prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, era alvo de controvérsia: não havia clareza quanto à responsabilidade do Estado em arcar com os custos financeiros de sua institucionalização. O Parlamentar ajudou então a elaborar sentidos abrangentes para a disciplina argumentando, em seu parecer ao Comitê de Educação, que a promoção de uma visão transcendental, universal e ética da vida humana, conteúdo inescapável do Ensino Religioso, é tarefa imperiosamente necessária à democracia, sendo, portanto, de interesse e de responsabilidade do setor público o seu ensino. Seus argumentos sustentaram a elaboração do texto substitutivo ao artigo 33 Lei de Diretrizes e Bases que reconheceu, finalmente, a responsabilidade pública pelo Ensino Religioso, argumentando que sua

aprendizagem, excluídas todas as formas de proselitismo e respeitada a liberdade religiosa, é parte constituinte da formação cidadã. (Brasil, 1997b)



Em razão desta atividade parlamentar de Zimmermann no campo educacional, cujos efeitos foram mudanças significativas na então recente legislação nacional, o pesquisador Luiz Antônio Cunha considera-o ironicamente o "sacerdote protagonista da reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação". (Cunha, 2016: 683),

Mas cumpre destacar que, embora na esfera da educação suas ações tenham sido sabidamente consequentes, não foi apenas este tema o alvo privilegiado de sua preocupação. Sua carreira política – que compreendeu dois mandatos de Deputado Federal pelo Paraná (de 1995 a 2002) em cujo período houve uma licença de três anos (de 2003 a 2006) quando ocupou o cargo de Secretário do Trabalho do Estado -, em particular os assuntos relacionados à agricultura familiar e direitos humanos também mereceram sua dedicação.

Sensível aos movimentos sindicais de trabalhadores rurais e à questão da agroecologia, Zimmermann atuou em Comissões Permanentes e Especiais do Congresso para promulgação do Estatuto da Terra e preservação do Patrimônio Genético, além de, no governo do Paraná, frequentemente mediar, em favor dos camponeses, conflitos entre o Movimento Sem Terra e proprietários rurais. Na área dos direitos humanos, o então Deputado destacou-se em atividades para Comissões Externas da Câmara, voltadas às investigações acerca de violações de direitos dos trabalhadores rurais, especialmente prostituição, escravidão, adoção ilegal e tráfico de menores.

Nesse sentido, olhando de forma mais abrangente suas atividades parlamentares e executivas, observamos que Zimmermann entendia que a luta pela consolidação da democracia exigia, além da transformação dos valores no plano educacional, também um trabalho persistente na luta contra opressão que se traduziu, no seu caso, numa abordagem tanto em defesa dos movimentos de redistribuição da propriedade, quanto compromissada com o reconhecimento aos direitos sociais fundamentais de populações marginalizadas, pobres e crianças.

Um aspecto relevante e pouco conhecido da trajetória de Zimmermann é a publicação, em 1986, do livro "América Latina, o não ser". Este livro nos ajuda a entender os fundamentos de sua faina. Consiste na sistematização das ideias do filósofo argentino Enrique Dussel, considerado um dos fundadores da "Filosofia da Libertação". Zimmermann compartilha dos ideais do autor interpretando-os como testemunho da emergência de uma nova razão emancipadora, a "metafísica da alteridade" que, como o nome sugere, exige uma atitude cognitiva e ética comprometida com a percepção do *Outro*. O Outro é o termo usado para qualificar tanto indivíduos quanto coletividades vítimas de opressão; pode ser a América Latina, um grupo de camponeses ou cada pessoa desrespeitada, torturada, seja indígena ou mestiça, colonizada no campo e na cidade, subnutrida ou alienada. (Zimmermann, 1987, 180)

Com efeito, o compromisso de Zimmermann com a a dignificação da vida dos oprimidos, tão nitidamente expresso neste livro, foi pavimentado ao longo de uma trajetória marcada indelevelmente pela origem simples e rural, pelo sacerdócio e pelos estudos filosóficos numa época especialmente fecunda.

Natural de Santo Cristo, uma cidadezinha agrícola a Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, próxima à fronteira com Argentina, Zimmermann teve o destino de muitos jovens de famílias numerosas de imigrantes pobres: foi recrutado, entre os irmãos, para ser padre. Não sabemos precisamente quando foi que encontrou a Teologia da Libertação. O que é certo é que se formou em Filosofia no Seminário de São José de Passo Fundo no início dos anos de 1960 e entre 1963 e 1967 cursou Teologia na Universidade Católica Gregoriana na Itália.

Este foi um período de profundas mudanças na Igreja em direção a uma prática evangelizadora comprometida com a justiça social e tudo leva a crer que o jovem sacerdote gaúcho acompanhou as transformações desde seu epicentro acompanhando também sua enorme repercussão na América Latina.[39] Quando voltou ao Brasil, nos anos mais duros da ditadura, Zimmermann cumpriu o sacerdócio, estudou Letras e logo iniciou carreira docente como professor de Ensino Superior no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa onde participou ativamente do movimento sindical. Entre os anos de 1984 e 1986, fez curso de Mestrado em Ciências na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. No ano seguinte, 1987, se filiou ao Partido dos Trabalhadores e em 1993, iniciou o curso de doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, deixando-o inconcluso possivelmente devido ao ingresso na carreira política no ano seguinte. Finalizada a experiência parlamentar em 2002, retornou a Ponta Grossa voltando às suas atividades docentes na Universidade. Em 2007, no

[39] Não podemos, pois, esquecer que no período de 1962 a 1965 houve o Concílio do Vaticano II que, convocado pelo Papa João XXIII para refletir sobre as possibilidades de modernização da liturgia e da pastoral católica, resultou em um conjunto de documentos que, entre outras coisas, orientava a aproximação dos sacerdotes e leigos ao mundo mundano. Como se sabe, na América Latina o Concílio teve influência sobre a atuação de certos setores da Igreja no enfrentamento dos problemas sociais e dos regimes ditatoriais em curso no continente.

período dos escândalos do mensalão e após derrotado numa disputa política interna, desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores e voltou a atuar como sacerdote até sua morte em 2019.

Zimmermann pertence, pois, a uma geração de homens (na qual despontam especialmente Leonardo Boff e Paulo Evaristo Arns), cuja prática não distingue nitidamente a atividade religiosa da política, a fé da razão. Seu legado para todos nós é ter possibilitado um encontro entre o conhecimento sociológico e a escola no firme compromisso com a democracia.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gustavo Cravo. **Sociologia no Ensino Médio:** uma trajetória político-institucional. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/9985/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Gustavo%20Cravo.pdf?sequence=4&isAllowed=y

BRASIL. **Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. **Projeto de Lei no. 3.178, de 1997.** Brasília: Diário Câmara dos Deputados. 1997 15307. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07JUN1997.pdf#page=73

BRASIL. **Projeto de Lei no. 2.757, de 1997.** Brasília: Câmara dos Deputados. 1997b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=61CDEBE256E0069DB71E2566E4BBBA9F.node1?codteor=1132296&filename=Avulso+-PL+2757/1997 PL ER1

BRASIL. **Parecer CNE/CEB no. 38/2006**. Inclusão obrigatória da filosofia e sociologia no currículo do ensino médio. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação, Câmara da Educação Básica. 2006a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb038_06.pdf

BRASIL. **Lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008.** Altera o art. 36 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, 2008.

CUNHA, Luis Antonio. Entronização do ensino religioso na Base Curricular Comum. **Educação & Sociedade.** v. 37, n. 134, pp. 266-284, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016158352

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

ZIMMERMANN, Roque. **América Latina, o não ser:** uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962-1976). Vozes: Petrópolis, 1987.



TEREZA CORREIA DA NÓBREGA QUEIROZ

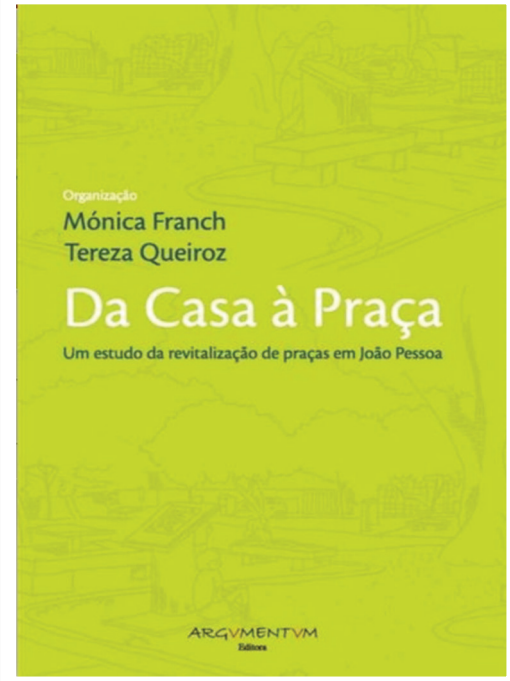
Por **Ana Paula Pereira Falcão** (UNIPÊ) e
Sheylla Maria Mendes (UFCG)

Tereza Correia da Nóbrega Queiroz nasceu em 17 de junho de 1949 na cidade Patos-PB. Concluiu o curso de Licenciatura na antiga Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFPB no ano de 1970 e o Mestrado em Sociologia na UFPB no ano de 1993. A dissertação intitulada "Políticas Participativas e Extensão da Dominação: o Programa do Leite para Crianças Carentes" foi orientada pela professora Ana Maria Queiroga Fausto Neto. Em 1999, concluiu o Doutorado em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da Profa. Silke Weber, com tese posteriormente transformada no livro "Lideranças Populares, esfera pública, identidades".

No ano de 1976, aos 26 anos, Tereza Queiroz iniciou sua trajetória docente no Departamento de Filosofia da UFPB e posteriormente no Departamento de Ciências Sociais da mesma Universidade, onde se tornou professora titular em 2017. Ao longo de quarenta e três anos de atividades no ensino superior, ministrou diversas disciplinas na Graduação e na Pós-graduação, tais como: Metodologia das Ciências, Introdução à So-

VOLTA AO SUMÁRIO

ciologia, Sociologia Brasileira, Metodologia das Ciências Sociais, Métodos de Pesquisa Qualitativa, Sociologia Urbana, Sociologia da Juventude, Teoria Sociológica I, Teoria Sociológica II, Cultura e Sociabilidades, entre outras.



Durante a sua atuação, desempenhou as funções de Chefe do Departamento de Ciências Sociais, de 2002 a 2004; Vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, de 2013 a 2015; e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, de 2015 a 2017.

Tereza Queiroz sempre permaneceu atenta e engajada nas demandas e movimentos sociais. Durante o período em que atuou na UFPB, participou de diversas pesquisas e projetos, entre eles, o Conexões dos Saberes, sobre os Movimentos Sociais Urbanos do Nordeste. O projeto era formado por pesquisadores de universidades da região, que incluíam a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal da Paraíba. A proposta era entender as insurgências que vinham ocorrendo principalmente nas capitais dos estados nordestinos e que explicitavam conflitos e articulavam a emergência de novos atores na cena política.

Outro campo de pesquisa explorado por Tereza Queiroz foi o dos grupos e culturas juvenis. Ao fundar um grupo de pesquisa na UFPB, realizou estudos sobre os anarco-punks, o hip hop, as turmas de bairro, os grupos de rock e também outros produtores de identidades juvenis. Teve ainda importante atuação no campo da Sociologia Urbana. Organizou o livro "Da Casa à Praça: um Estudo da Revitalização de Praças em João Pessoa", em parceria com a Profa. Dra. Mónica Franch, em que se analisa os impactos de um projeto de intervenção urbana em oito praças da cidade de João Pessoa-PB.

Além disso, Tereza Queiroz atuava com criatividade ministrando aulas que ultrapassavam o debate teórico ao fornecer aos discentes estímulos às pesquisas de campo. O seu desempenho enquanto orientadora de monografias, dissertações e teses de doutorado sempre esteve caracterizado pelo incentivo à autonomia e à criatividade dos alunos. Ainda assim, nos momentos em que as atribuições da vida acadêmica pareciam intransponíveis para os seus orientandos, ela os conduzia lhes encorajando a produzirem trabalhos científicos relevantes e inovadores, tais como os que tratam da condição dos jovens na contemporaneidade, os re-

lacionados aos movimentos sociais, sociabilidades, violência juvenil, sociologia urbana, entre outros.

Acreditamos que o seu compromisso ético-político com as causas sociais continua estimulando aqueles que tiveram a honra de tê-la como professora durante os quarenta e três anos de sua atuação enquanto educadora e pesquisadora confiante, sensível e capaz de orientar para além dos muros da universidade, para a vida.

SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

QUEIROZ, T. C. N.. *Lideranças populares, esfera pública, identidades*. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

QUEIROZ, T. C. N. e FRANCH, M. (Org.). *Da casa à praça. Um estudo da revitalização de praças em João Pessoa*. 1. ed. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2010. v. 1. 192p.

QUEIROZ, T. C. N.; ALVIM, R. (Org.); FERREIRA JUNIOR, E. (Org.) . *Jovens e juventudes*. 1ª. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; Edições PPGS/UFPB, 2005. v. 1. 246p.

QUEIROZ, T. C. N.; ALVIM, R. (Org.); FERREIRA JUNIOR, E. (Org.). *(Re)construções da juventude*. Cultura e representações contemporâneas. 1ª. ed. João Pessoa: Editora Universitária PPGS/UFPB, 2004. v. 01. 185p.

QUEIROZ, T. C. N.. *Juventude é atitude*. Qual é a sua? Recife: Oito comunicação humana/ Centro de Cultura Luís Freire/Prefeitura do Recife/WK Kellog Foudantion, 2003. v. 1. 36p.



TOM DWYER

Por **José Vicente Tavares-dos-Santos**
(UFRGS)

Tom Dwyer (Thomas Patrick Dwyer) nasceu em 1952, em Wellington, Nova Zelândia, de pai irlandês nascido na Nova Zelândia e mãe irlandesa; uma família de seis irmãos, quatro homens e duas irmãs, de classe média, católica. Tinham sofrido discriminação religiosa pois a Irlanda era dividida entre católicos e protestantes, The Troubles. Seu pai trabalhava em uma empresa que recuperava empresas falidas e a mãe era farmacêutica. Wellington era uma cidade pacata, cheia de montanhas, de pleno emprego; o país exportava commodities agrícolas para a Inglaterra, mas quando esta entra no Mercado Comum Europeu há uma crise econômica.

Começou em escola católica aos cinco anos, mas havia estímulo para ler: a mãe lia dicionários e deu-lhe o primeiro livro, de lendas irlandesas. Depois, na escola dos maristas, desde os 12 anos, estudou latim, inglês, francês, e outras matérias. Jogava rugby e surfava. Frequentava a Biblioteca pública lendo jornais, enciclopédias, literatura norte-americana (Hemingway, Herman Melville: Moby Dick). O Senhor dos Anéis, de J.R.R. Tolkien (A Sociedade do Anel, As Duas Torres e O Retorno

VOLTA AO SUMÁRIO

do Rei) que muito o impressionou. A Irlanda vive a literatura, com Prêmios Nobel de Literatura (Yeats, Samuel Beckett, Bernard Shaw e Seamus Heaney) além de escritores consagrados com Oscar Wilde e James Joyce.

Começou a trabalhar com o pai aos 12 anos. Nas férias, pesquisava informações sobre empresas. Com a família espalhada pelo mundo, começou a viajar: aos três anos foi conhecer a Irlanda, passou pelos Estados Unidos e, em New York, visitou o tio frade.

Na Faculdade, entrou em Administração de Empresas. Nas férias, foi trabalhar na Fábrica da Ford, tinha então 18 anos e participou de uma greve selvagem. Porém, a Administração de Empresas não correspondia ao que estava vivendo, nada na faculdade falava disto! Tinha decidido estudar Sociologia, com professores que considerava maravilhosos: um tinha estudado com Charles Tilly, nos USA, e estudava a China; outro, um inglês, ensinava o interacionismo simbólico. Decidiu fazer Antropologia escrevendo um paper sobre a fábrica e o conflito. Voltou a trabalhar em fábricas, foi lixeiro, trabalhou na construção civil e quase teve um acidente: estava em andaimes suspensos, o chefe pagava mais se enfrentassem o perigo e o vento quase o levou!

Viajou durante três meses, em 1971-1972, trabalhando na Califórnia (EUA), quebrou o braço, mas tinha seguro, foi de carona, encontrou o movimento hippie em Berkeley. Voltou à Califórnia, em 1973, mas muitos tinham se tornado conservadores. Na Irlanda, visitou os familiares foi conhecer a Suécia, depois a União Soviética, Polônia, Alemanha Oriental, o muro de Berlim e a Alemanha Ocidental. Na Universidade, não participava do grêmio estudantil, participou em manifestações contra a guerra no Vietnã, e Apartheid.

Depois que viajou, decidiu que precisava estudar mais. Lia Maurice Godelier, o estruturalismo francês, Levi Strauss, Berger & Luckmann, Alfred Schultz, Daniel Bell, Alain Touraine (La Société post-industrielle); e sobre a China, Japão e os estudos asiáticos na Nova Zelândia. Finalizou a graduação na Victoria University of Wellington, Nova Zelândia, em 1973. Fez a Pós-graduação na Nova Zelândia: um paper sobre a construção civil, adaptando Maurice Godelier. O mestrado foi na Victoria University of Wellington, Nova Zelândia, com Allan Levett, em 1975. Foi a um congresso de Sociologia na Austrália, conheceu R. Connell. Por que não vai para a França, perguntou uma feminista australiana?

Ganhou uma bolsa no Consulado da França: escreveu a Maurice Godelier e a Alain Touraine; este o aceitou para o D.E.A., e o colocou em contato com a CFDT, a central operária. Concluiu o doutorado em 1978, com Alain Touraine, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris.

Conheceu uma brasileira, na volta para a Nova Zelândia, passou pelo Brasil, em 1978, visitando várias cidades. Touraine lhe indicou Vinicius Caldeira Brandt, Leôncio Martins Rodrigues, Décio Saes, Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso. Era a época da reconstrução democrática, o início do movimento operário no ABC.

Voltou para Nova Zelândia, conseguiu um emprego na University of Auckland, mas houve o congelamento de contratações nas universidades. Conseguiu emprego como consultor: fundou uma Associação de Pesquisadores em Ciências Sociais, em 1979. Realizou um pós-doutorado na University of Canterbury. Naquela época, a Nova Zelândia era um país sem futuro, muitos jovens indo embora; estava escrevendo sobre desemprego, com muita exposição nos meios de comunicação.



Em 1982, voltou a passar pelo Brasil, indo para a França. Fernando Henrique Cardoso o estimulou, e Tom se deu conta de que poderia trabalhar aqui. Voltou ao Brasil, chegando no final de 1983: um colega de Paris, Armando Boito Junior, disse que havia uma vaga por dois meses na UNICAMP; depois, abriu uma vaga para professor efetivo, em 1984, e foi aprovado. Deu aula com Juarez Brandão Lopes e depois o substituiu, no PPG de Ciências Sociais, aprendeu sobre a Sociologia Industrial e brasileira com Leôncio M. Rodrigues..

Vinicius Caldeira Brandt o convidou para estudar o ABC paulista, 1991. Em 1992, Antônio Luiz Paixão o chamou: queriam que fosse para a UFMG. Foi professor convidado no Conservatoire National des Arts et Métiers, CNAM, França, em 1987; e na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, CEMS/EHESS, França, 2007. Fez pós-doutorado pela Cornell University (1990)

Casou-se em Ouro Preto, em 1996, com uma brasileira, empresária de sucesso. Porém pensou que seria melhor ficar em São Paulo.

Após uma primeira viagem à China, com vários sociólogos brasileiros, em 2004, começou a pesquisar as relações entre a China e o Brasil e trabalhar sobre os países BRICS. Criou o Centro de Estudos Chineses, na UNICAMP e, desde maio de 2019, é diretor brasileiro do CASS-Unicamp Centro de Estudos sobre a China.

Começou sua participação na Sociedade Brasileira de Sociologia, em Brasília, em 1999. Foi Tesoureiro (2001-2003), Vice-presidente (2004-2005) e Presidente (2006-2007; 2008-2009). Enquanto presidente da SBS, teve importante papel na reintrodução da Sociologia no Ensino Médio, tendo idealizado, buscado recursos e realizado o 1° ENESEB (Encontro Nacio-

nal de Ensino de Sociologia na Educação Básica) que aconteceu no Rio de Janeiro -antes do congresso da SBS, em 2009.

Tom Dwyer trabalhou sobre várias linhas de pesquisa: sociologia do trabalho e dos acidentes de trabalho; sociedade da informação; e estudos sociológicos das relações Brasil – China.

Em sociologia do trabalho e dos acidentes de trabalho, argumenta que os acidentes de trabalho no mundo contemporâneo ameaçam não apenas trabalhadores, mas também populações e o meio ambiente; e tratou das medidas adotadas, envolvendo legislação e fiscalização, como tentativa de controlar e limitar as consequências de acidentes no trabalho. Sua teoria de prevenção de acidentes de trabalho integra a reflexão sociológica e os resultados de pesquisas sobre acidentes.

Sobre a sociedade da informação, estudou as tecnologias da sociedade de informação, e contribuiu ao desenvolvimento de métodos e técnicas de pesquisa; também estuda como esta sociedade se articula com a vida das pessoas no dia a dia; e o uso das metodologias informacionais.

Nas Investigações sociológicas das relações entre o Brasil e a China, propõe uma sociologia de alcance mundial, para que o Brasil se capacite a enfrentar os desafios de um novo lugar no mundo. As relações com a China passaram a ocupar um lugar central, estudando o papel dos jovens em ambos os países, contribuindo à compreensão de conflitos e oportunidades. O objetivo geral é mobilizar ferramentas teóricas e metodológicas para a compreensão de: a sociologia chinesa no Brasil; a transformação das complexas relações entre o Brasil e a China; os desafios para a comunicação entre as duas culturas; e a compreensão mútua da sociologia da juventude.

A perspectiva sociológica de Tom Dwyer é teoricamente rigorosa, poliglota, empírica, criativa e interdisciplinar: uma sociologia capaz de enfrentar os desafios da compreensão do mundo contemporâneo. Em síntese, a trajetória de Tom Dwyer é a de um sociólogo cosmopolita.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

DWYER, Tom; GORSHKOV, M. K.; MODI, I.; LI, Chunling; MAPAMEDING, S. (Orgs.). *Handbook of the Sociology of Youth in BRICS Countries*. Cingapura: World Scientific, 2018.

DWYER, Tom; ZEN, E. L.; WELLER, W.; JIU, S.; GUO, K. (Orgs.). *Jovens Universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: IPEA, 2016 (Pequim, Social Sciences Academic Press, 2016)

RIBEIRO, G. L.; DWYER, Tom; BORGES, A.; VIOLA, E. (Orgs.). *Desafios Sociais, Políticos e Culturais dos BRICS*. 1São Paulo: ANPOCS, 2014.

DWYER, Tom. *Vida e Morte no Trabalho:* acidentes do trabalho e a produção social do erro. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006; 2a. ed. 2010.

RUBEM, G.; WAINER, J. e DWYER, T. (Orgs.). *Informática, Organizações e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Cortez. 2003; 2a. edição 2008.



VALTER ROBERTO SILVÉRIO

Por **Danilo de Souza Morais** (FHO e UFSCar)

Nascido em maio de 1956, na cidade de São Paulo, Valter Roberto Silvério é filho de pai metalúrgico e mãe trabalhadora doméstica. Desde criança, a partir da compreensão vinda de sua família, aprendeu que a possibilidade de mobilidade social ascendente era por meio da educação formal. Na escola, entretanto, uma das experiências mais marcantes foi com um professor que lhe disse: "você é muito inteligente, mas é uma pena que seja negro". Neste momento teve a solidariedade dos colegas de turma, que rechaçaram o professor e, desde então, apenas assistiam às aulas daquele docente virados de costas a ele. Este evento de discriminação racial, em sua trajetória escolar, segundo Valter Silvério, foi determinante para sua escolha em ser professor, para que o exercício de sua docência propiciasse uma formação diferente aos/às educandos/as.

Na juventude chegou a cursar alguns anos de Engenharia Química, sem finalizar a graduação na área, foi militante no movimento estudantil e em organização trotskista, bem como no movimento negro. Iniciou sua formação enquanto sociólogo com a graduação em Ciên-

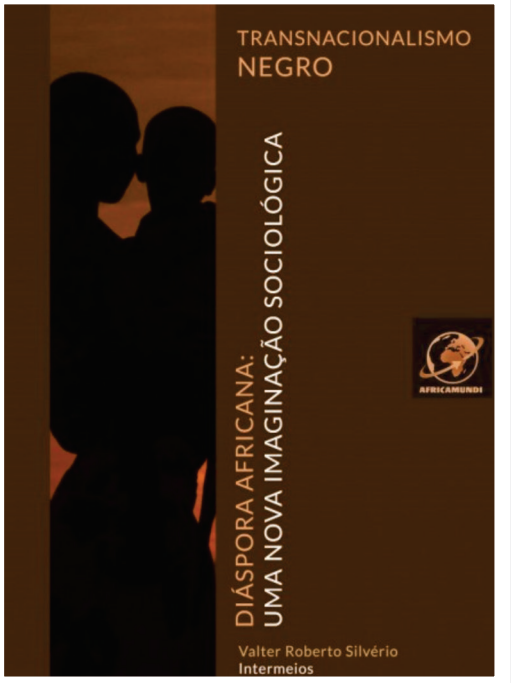
VOLTA AO SUMÁRIO

cias Políticas e Sociais, pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1985). Na pós-graduação seu mestrado foi em Sociologia realizado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1992) e o doutorado, em Ciências Sociais, na Universidade Estadual de Campinas (1999). Desenvolveu posteriormente estágio pós-doutoral em duas instituições: no Instituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati, País Basco (2006); e no *Goldsmith College, University of London* (2017). Desde 1992 é docente na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como professor titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

É um dos intelectuais responsáveis pela consolidação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFSCar (criado em 1991), uma das experiências frequentemente referenciadas nacionalmente, enquanto espaço – com participação de estudantes e docentes negras/os e não negros/as –, que de forma multidisciplinar e transdisciplinar contribui com a pesquisa, extensão e ensino de temas relevantes aos/às afro-brasileiras/os, o reconhecimento da África e sua diáspora. Para esta contribuição, dentre outras/os importantes intelectuais e educadores/as, compartilhou da liderança na construção do NEAB com Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva – referência maior no tema da educação das relações étnico-raciais no país.

A contribuição expressiva de Valter Silvério à extensão – entendida enquanto forma criativa, como descreveu em algumas oportunidades – está na perspectiva tanto do envolvimento ativo da universidade com questões a serem transformadas na vida social e em mudanças institucionais (na educação formal, por exemplo), mas também como meio de engajamento de estudantes e apoio à sua permanência, como sempre fez pela busca em garantir bolsas aos/às extensionistas, para realização e conclusão de seus estudos com melhores condições materiais. Destaca-se, neste campo, o papel pioneiro que desempenhou ao coordenar, a partir do NEAB/UFSCar, o programa de formação continuada de professores/as denominado "São Paulo: educando pela diferença para a igualdade (2003-2006)", iniciativa do Conselho Estadual da Comunidade Negra, em parceria com o governo do estado de São Paulo e em diálogo com organizações do movimento negro. O Programa envolveu estudantes da graduação e da pós-graduação como educadores/as, deslocados/as para municípios de todas as regiões do estado –, para auxiliar uma das primeiras iniciativas de implementação no ensino público, por meio da oferta de cursos aos/às professores/as da educação básica de SP, para formação adequada à então recente mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros (Lei 10.639/2003). Promoveu-se no "projeto São Paulo", como frequentemente era referido, significativa sinergia entre universidade e educação básica, assim como a potencialização da agência dos ainda poucos estudantes negros/as – num contexto anterior à implementação em larga escala de ações afirmativas para acesso ao ensino superior. Junto de muitas ações semelhantes derivadas do programa e promovidas pelo NEAB/UFSCar, o "projeto São Paulo" marcou positivamente a trajetória de dezenas de então estudantes universitários/as e mais de oito mil

professores/as da rede estadual de SP (ainda na 1ª edição), que realizaram os cursos do referido programa.



No contexto das primeiras duas décadas do século XXI, Silvério teve papel destacado para a defesa e implementação – na agenda pública nacional – de políticas de ação afirmativa, em especial no ensino superior[40]. Ainda no plano nacional atuou, na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Ministério da Educação (MEC), em uma das coordenações da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), entre 2004 e 2005. Apesar do breve período no MEC, foi diretamente responsável pela construção do 1º edital UNIAFRO (Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas Federais e Estaduais de Educação Superior), instrumento inovador e que apoiava, a partir de recursos financeiros do ministério, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros de Universidades Públicas e outras iniciativas nestas instituições, que promovessem ações afirmativas para a população negra.

Deve-se sublinhar, para uma melhor leitura das contribuições à Sociologia de Valter Silvério, a primeira vez que teve contato com uma biblioteca especializada em estudos de África, no estágio sanduíche na *Northwestern University* (Chicago/ EUA, 1997-1998), algo que influenciou decisivamente sua carreira, desde seu doutorado, em que foi orientado por Octavio Ianni. A partir das descobertas desse momento para a pesquisa que levaria ao seu trabalho de doutorado sobre a racialização, Além da influência de Ianni, conforme explica em sua tese para professor titular, Silvério localiza pontos significativos no decorrer de sua carreira, em que se destacam as experiências na África do Sul, Líbia, Zimbábue, Gana, Etiópia, Angola, Camarões, além de visitas à China e ao Japão (SILVÉRIO, 2022). A estas viagens aos continentes africano e asiático, somam-se mais de dez anos de trabalho em projetos relacionados à obra História Geral da África(da original *General History of Africa* – GHA), liderando (de 2007 a 2010), a par-

[40] Um exemplo é sua participação no debate público em torno do julgamento – em que uma das etapas foi a audiência pública de 2010 –, no Superior Tribunal Federal (STF), pela constitucionalidade das ações afirmativas para a população negra no ensino superior público e privado – o que ficou conhecido como julgamento sobre a constitucionalidade das cotas (SILVÉRIO et al., 2012).

tir do Brasil, o projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de tradução e adaptação da obra para o português dos oito volumes; e desde 2013 o exercício da vice-presidência do *International Scientific Committee*, voltados à elaboração de três novos volumes (IX, X e XI), a serem agregados à referencial obra (GHA – UNESCO).

Tais experiências se constituem relevantes para que, nos últimos anos, Silvério tenha avançado numa agenda de pesquisa e intervenção que busca compreender o pensamento e política transnacional da diáspora africana – reinterpretando uma história do pensamento e ação protagonizados por estes sujeitos e suas relações. Uma agenda que, mesmo situada nas condições empíricas do sul geopolítico global, não se dissocia das dinâmicas dominantes e emergentes das antigas metrópoles coloniais, dos imperialismos de ontem e de hoje. Propõe, a partir desta via, uma renovação da imaginação sociológica – inspiração na perspectiva de Wright Mills, reinformada em autores como Stuart Hall e Paul Gilroy –, que instigam uma sociologia política e do conhecimento, pela análise da agência criativa negra/africana na diáspora. Esta aposta numa nova imaginação sociológica, coloca-se como alternativa crítica, ao mesmo tempo, à branquitude e aos novos essencialismos – aos quais adere uma parte da agenda associativa e de certos movimentos sociais contemporâneos, inclusive imbricada às atuais dinâmicas do capital. Sua perspectiva de trabalho é alternativa às interpretações canônicas (e minimalistas) sobre relações raciais no Brasil, que focam raça enquanto categoria e em seus efeitos em termos de estratificação social, mas às quais escapa a compreensão dos processos de racialização e sua relevância para a configuração da hegemonia – não apenas nos Estados Nacionais, mas também no plano transnacional. Compreender a plasticidade dos processos de racialização, inclusive as condições em que se pode desconstrui-la, conforme argumenta Valter Roberto Silvério, é indispensável à efetiva transformação social, que não se limita aos quadros de interpretação e ação no espaço-tempo nacional.

SUGESTÕES DE OBRAS DO AUTOR

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 117, p. 219-246, 2002.

SILVÉRIO, Valter Roberto; SILVA, P.B.G; BARBOSA, L.M.A. (Orgs.) **De preto a afro-descendente:** trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

SILVÉRIO, Valter Roberto; ELIOTERIO DOS SANTOS, H.; OLIVEIRA DA COSTA, F.; NASCIMENTO DE MELO, C. W. E. B. Du Bois no centro: da Ciência, do Movimento de Direitos Civis, ao Movimento Black Lives Matter. **Revista ABPN**, v. 12, p. 367-387, 2020.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Transnacionalismo negro diáspora africana:** uma nova imaginação sociológica. 01. ed. São Paulo: Intermeios Casa de Artes e Livros, 2022.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Agência criativa negra:** rejeições articuladas e reconfigurações do racismo. 01. ed. São Paulo: Intermeios Casa de Artes e Livros, 2022.



SOBRE O AUTOR

FRANCO, Luiza. Frente democrática no Brasil não pode deixar de lado o problema do racismo, diz pesquisador. **BBC News Brasil**, São Paulo, 21 junho 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53031445. Acesso em: 05 dez. 2022.

RODRIGUES, Engel; RUY, Luana; MALDONADO, Janaína; JARA, Simon. A intersecção entre diferença e conflito urbano nas Ciências Sociais: uma entrevista com Valter Roberto Silvério (UFSCar) e Gabriel de Santis Feltran (UFSCar). **Áskesis**. São Carlos – SP, v. 9, n.1, p. 153-174, jan./jun. 2020.



VERA TELLES

Por **Daniel Hirata** (UFF)

Vera da Silva Telles, filha de Sophia Cardoso de Almeida e Jayme Augusto Penteado da Silva Telles, nasceu no dia 10 de julho de 1951, em São Paulo. Estudou no colégio Sion até 1969, ingressando no ano seguinte na graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.

Em 1972, ainda no início dos seus estudos superiores, começa a atuar na educação popular em uma comunidade eclesial de base localizada na paróquia da Vila Remo, zona sul de São Paulo. Alguns anos mais tarde, esta atuação a conduziria ao efervescente caldo do movimento sindical do ABC, ator coletivo que naquele momento galvanizava uma miríade de ações, lugares e organizações estruturadas ao longo da década de 1970. Como a carreira acadêmica de Vera Telles é inseparável dos dilemas e mobilizações políticas do Brasil, nesta fase inicial tratava-se de atuar e entender o percurso dos "anos de chumbo da ditadura militar" em direção às grandes mobilizações populares, expressas na emergência dos então "novos" movimentos sociais.

Neste interim, em 1984 defende uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo intitulada "Autoritarismo

VOLTA AO SUMÁRIO

e práticas instituintes: movimentos sociais nos anos 70". Seu orientador foi Lúcio Kowarick, com quem trabalhou diretamente em diferentes pesquisas entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, no âmbito do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), e com quem manteve diálogo estreito durante toda a sua trajetória. Neste mesmo período, também relevante, foi a interlocução que estabeleceu com Eder Sader e Maria Célia Paoli, esta última sua futura orientadora de doutorado. Em parceria com esses dois pesquisadores, realizou um importante levantamento sobre a literatura da classe trabalhadora paulista, resultando em artigos bastante influentes que articulavam o debate sobre as classes populares, a questão social e a pobreza.

No início dos anos 1990, Vera Telles passa a atuar simultaneamente na diretoria do Instituto Pólis, a convite de Silvio Caccia Bava, e como professora de sociologia da Universidade de São Paulo. Estas duas experiências, de reflexão e de ação, estarão no coração de sua tese de doutorado, defendida em 1992 junto ao PPGS/USP sob o título "Cidadania inexistente, incivilidade e pobreza: um estudo sobre trabalhadores urbanos em São Paulo". A tese ensejou a publicação de dois livros, publicados em momentos distintos, que revelam a continuidade de seus interesses de pesquisas sobre esses temas: o primeiro livro, "Direitos Sociais, afinal do que se trata?", veio a público em 1999; o segundo, "Pobreza e Cidadania", em 2001. Este último livro pode ser considerado o ponto de elaboração e de síntese mais bem acabado deste primeiro período de sua trajetória.

Um segundo período do percurso intelectual de Vera Telles inicia-se em 1993, quando junto com Maria Célia Paoli e outros pesquisadores fundou o Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania (NEDIC), atual Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC). Neste grupo, e já sob a centralidade intelectual de Francisco de Oliveira, foram travadas ao longo dos anos 1990 intensas e profícuas discussões ao redor da possibilidade da ampliação dos direitos no bojo do desmonte do Estado e da economia brasileira. Tratava-se de um momento radicalmente distinto dos anos 1970/80 e, portanto, parecia imperativo à Vera Telles deslocar os termos da compreensão política e societária, ou seja, construir categorias analíticas mais alinhadas com o grande basculamento do período. A preocupação e cuidado de Vera Telles apontava para os próprios termos do debate público e acadêmico, caracterizados por ela como fragmentários e insuficientes para o entendimento dos novos processos em curso.

Esta preocupação, contudo, não se resolveria apenas teoricamente, mas sobretudo alimentada através da pesquisa empírica e em profundidade. Nesta direção, entre os anos de 1999 e 2000 a trajetória de Vera Telles teve uma guinada prospectiva cujo ponto inicial foi seu pós-doutoramento na École de Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS, França), quando estabelece uma importante rede de interlocução com diversos pesquisadores franceses. Na interface que sempre caracterizou seu trabalho, entre a sociologia urbana e a sociologia do trabalho, cabe destacar parcerias em diferentes projetos de cooperação científica com Daniel Cefai, Robert Cabanes e Angelina Peralva, com os quais estabeleceu vínculos duradouros de pesqui-

sa para a análise do mundo contemporâneo. No âmbito dessa cooperação franco-brasileira, foi professora convidada na Maison de Sciences de L'Homme Ange Guepin entre 2006-2007; no departamento de sociologia da Universitè de Toulouse-Le Mirail entre 2010-2011; na Universitè de Paris 8 em 2014 e no Institut d'Urbanisme de Grenoble, Universitè de Pierre Mendes, em 2015. Os temas deste período foram desenvolvidos com base em pesquisas realizadas durante toda a década de 2000, tendo como eixo norteadores a chamada reestruturação produtiva, as reconfigurações urbanas e as contradições que reorganizavam o campo de atuação de movimentos sociais, ONGs e partidos políticos. Por mais de uma década, o trabalho de pesquisa foi realizado através de convênios franco-brasileiros que, além de contribuir com a formação de uma nova geração de pesquisadores brasileiros, resultou na publicação do livro "Nas tramas da cidade", em 2006. Este livro, escrito de forma coletiva por toda a equipe integrante do projeto e organizado por Vera Telles e Robert Cabanes, teve por base uma pesquisa qualitativa, longitudinal e em profundidade com mais de 200 famílias em oito bairros das zonas sul e leste da cidade de São Paulo.



Ao longo dos anos 2000, uma série de temas correlatos aqueles que já estruturavam a formulação inicial desses projetos passaram a interessar e se impor a Vera Telles, abrindo um novo leque de questões de pesquisa. No centro estava o entendimento de diferentes e sobrepostas camadas da história urbana, que articulavam uma trama expansiva das economias informais e ilegais e da produção das ordens locais inscritas nos agenciamentos concretos da vida cotidiana. Neste diapasão, entravam em cena práticas de produção de uma ordem social atravessada pela violência, em ressonância com as dinâmicas do capitalismo contemporâneo e com os jogos de poder situados entre a legalidade e a ilegalidade. No bojo destas questões, Vera Telles produziu uma extensa discussão acerca dos chamados ilegalismos urbanos, trazendo perspectivas inovadoras e influentes para a abordagem de diversos temas clássicos. O coroamento deste momento foi a realização de sua livre-docência, publicada em 2011 sob o título "A cidade nas fronteiras do Legal e Ilegal".

O período subsequente foi de intenso trabalho comparativo dos principais resultados obtidos ao longo dos anos 2000 e 2010 com outras cidades do Norte e do Sul global, apontando

a transversalidade dos processos pesquisados até então em São Paulo. Nesta direção, cabe destacar duas obras: em 2012, publica-se "Ilegalismos, cidade e política" (organizado em conjunto com Christian Azaïs e Gabriel Kessler), coletânea marcada pela comparação entre São Paulo e cidades mexicanas e argentinas; em 2015, "Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados" (com Angelina Peralva), no qual são acrescidas diferentes cidades do Oriente, da África e da Europa.

Em fevereiro de 2019 Vera Telles se aposentou de seu cargo de professora de sociologia da Universidade de São Paulo, mas deu continuidade à realização de diversas pesquisas que articulam as várias questões e "períodos" de seu percurso intelectual. O grupo "Cidade e trabalho", situado no Laboratório de Pesquisas Sociais (LAPS/USP) vêm conduzindo diferentes discussões sobre a atual crise nacional e, Vera Telles, segue as sendas de sua trajetória de observadora e analista arguta dos impasses e desafios da sociedade brasileira.



SUGESTÕES DE OBRAS DA AUTORA

Telles, Vera da Silva (1999). *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Telles, Vera da Silva (2001). *Pobreza e Cidadania.* São Paulo: Editora 34.

Telles, Vera da Silva e Cabanes, Robert (2006). *Nas tramas da cidade:* trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Editorial Humanitas.

Telles, Vera da Silva (2011). *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal.* Belo Horizonte: Editora Fino Traço.

Telles, Vera da Silva e Azaïs, Christian e Kessler, Gabriel (2012). *Ilegalismos, cidade e política.* Belo Horizonte: Editora Fino Traço.

Telles, Vera da Silva e Peralva, Angelina (2015), *Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho, mercados.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

LISTA DOS AUTORES QUE CONTRIBUIRAM NOS 3 VOLUMES DESTE PROJETO:

Afrânio Mendes Catani (USP/UERJ)

Aknaton Toczek Souza (UFPR)

Alexandre A. Cardoso (UFMG)

Alexandre Werneck (UFRJ)

Alexandro Henrique Paixão (UNICAMP)

Aline Suelen Pires (UFSCar)

Almira Rodrigues (Sociedade de Psicanálise de Brasília – SPBsb)

Amélia Cohn (USP/Unisanta)

Amurabi de Oliveira (UFSC)

Ana Luisa Fayet Sallas (UFPR)

Ana Paula Pereira Falcão (UNIPÊ)

Ana Paula Perrota Franco (UFRRJ)

Anderson Ricardo Trevisan (Unicamp)

André Botelho (UFRJ)

André Ricardo de Souza (UFSCar)

André Rocha Santos (IFSP)

Andréa Borges Leão (UFC)

Anete Brito Leal Ivo (UFBA)

Ângela Maria de Sousa Lima (UEL)

Ângelo Martins Junior (University of Birmingham)

Anna Bárbara Araujo UFRN)

Antonio Brasil Jr. (UFRJ)

Antônio J. Pedroso Neto (UFT)

Aparecida F. Moraes (UFRJ)

Barbara Castro (Unicamp)

Bianca Freire-Medeiros (USP)

Bianca Mycaella dos Santos Tsubaki (UFPA)

Brauner Cruz Junior (IESP-UERJ)

Bruno José Rodrigues Durães (UFRJ)

Camila Ferreira da Silva (UFAM)

Camila Galetti (UnB)

Camila Moreno de Camargo

Carla Bernava (USP)

Carla Bronzo (Fundação João Pinheiro)

Carla Regina Mota Alonso Diéguez (FESPSP)

Carlos Eduardo Pinto Procópio (IFSP; CEBRAP)

Carlos Eduardo Sell (UFSC)

Carlos Freire

Carlos Henrique Paiva (Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Carmen Lucia Bezerra Machado (UFRGS)

Carmen Lúcia Evangelho Lopes

Carolina Arouca Gomes de Brito (Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz)

Carolina Cassia Batista (UFAM)

Carolina Castellitti (MN/UFRJ)

Christian M. De Britto (FATEV-Curitiba)

Christiana Soares de Freitas (UnB)

Christiane Jalles de Paula (UFJF)

Cibele Saliba Rizek (USP/UFSCar)

Cimone Rozendo (UFRN)

Cinara Rosenfield (UFRGS)

Clarice Ehlert Peixoto (UERJ)

Clarissa Eckert Baeta Neves (UFRGS)

Claudiana Guedes de Jesus (UFRRJ)

Claudio Roberto de Jesus (UFRN)

Cleiton Ferreira Maciel

Conrado Pires de Castro (DCH/UFLA)

Cristiano das Neves Bodart (UFAL)

Cristina Filgueiras (PUC-Minas)

Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazônia Oriental)

Daniel Gustavo Mocelin (UFRGS)

Daniel Hirata(UFF)

Daniel Rocha Chaves (UFSC)

Daniela Mussi(UFRJ)

Daniela Ribeiro de Oliveira (UFPA)

Danièlle de Oliveira Bresciani Fortunato (UFES)

Danilo de Souza Morais (FHO e UFSCar)

Danilo Lucena Mendes (UFSCar)

Danyelle Nilin Gonçalves (UFC)

Dayse Miranda (Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio – IPPES)

Débora Mazza (UNICAMP)

Deni Alfaro Rubbo (UEMS)

Diego Greinert (UFSC)

Éberton da Costa Moreira (UFPA)

Edemilson Paraná (UFC)

Edila Moura (UFPA)

Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo (USP)

Edson Benedito Rondon Filho (UFMT)

Edvaldo Carvalho Alves (UFPB)

Elder Patrick Maia Alves (UFAL)

Elide Rugai Bastos (UNICAMP)

Elisa Correa (UDESC)

Eliska Altmann (UFRJ)

Elsa Sousa Kraychete (UFBa)

Emília Pietrafesa de Godoi (UNICAMP)

Emílio de Britto Negreiros (UFPE)

Enrico Bueno (IFG)

Fabiana Luci de Oliveira (UFSCar)

Fábio Nogueira (UNEB)

Fabrício Neves (UnB)

Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)

Felipe de Souza Tarábola (FE-USP)

Felipe Rangel (UFSCar)

Fernanda A. da F. Sobral (UnB)

Fernanda Landolfi Maia (UFPR)

Fernando Antonio Pinheiro (USP)

Filipe Baqueiro (UFBA)

Flávia Duque Brasil (Fundação João Pinheiro)

Flavio Carvalhaes (UFRJ)

Flávio Munhoz Sofiati (UFG)

Franciele Rodrigues (UEL)

Frederico Batista Pereira (UNC Charlotte)

Gabriele dos Anjos (Observatório Estadual da Segurança Pública – SSP/RS)

Geovani Jacó de Freitas (COVIO-UECE)

Gilberto Hochman (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)

Gisele Rocha Côrtes (UFPB)

Glaucia Villas Bôas (UFRJ)

Glauciria Mota Brasil (LABVIDA-UECE)

Glória Diógenes (UFC)

GPVC (Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania, UFRGS)

Graça Druck (UFBA)

Gustavo Takeschi Taniguti (USP)

Heloisa Pontes (UNICAMP)

Hemerson Ferreira Júnior (UFNT).

Henrique Carlos de O. de Castro (UFRGS)

Henrique Carmona Duval (UFSCar)

Heraldo Souto Maior (UFPE)

Ileizi Fiorelli Silva (UEL)

Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA – UCSAL)

Ione Ribeiro Valle (UFSC)

Iracema Brandão Guimarães (UFBA)

Iram Jácome Rodrigues (USP)

Irapuan Peixoto Lima Filho (UFC)

Irene Paiva (UFRN)

Irlys Barreira (UFC)

Isabel Ramos Fandiño (University of Calgary/Canadá)

Ivan Fontes Barbosa (DCS/UFS)

Ivanete Modesto do Amaral (UEPA)

Ivo Ferreira Brito (FIOTEC-Fiocruz)

Jacques Mick (UFSC)

Jane Barros Almeida

Jéssica Melo (GPSECC/USP)

Joana D´Arc Fernandes Ferraz(UFF)

Joannes Paulus Silva Forte (UVA-CE)

João Filipe Cruz (USP)

João Gabriel Teixeira (UFMG)

João Marcelo Ehlert Maia (CPDOC/FGV-RJ)

João Paulo Bandeira de Souza (IFCE)

Jorge Leite Jr (UFSCar)

José Luiz Soares (UFRJ)

José Sergio Leite Lopes (MN/UFRJ)

José Vicente Tavares-dos-Santos (UFRGS)

Joseane de Souza (UENF)

Juarez Lopes de Carvalho Filho (UFMA)

Juliana Gonzaga Jayme (PUC-Minas)

Kauê Pessoa (UFPR)

Lara Facioli (FURG)

Leandro Raizer (UFRGS)

Leila M. Passos de S. Bezerra (MARGENS-UECE)

Leonardo Augusto Lopes Rodrigues (LAPES/PPGSA/UFRJ)

Leonardo Fontes (IPP-Cebrap)

Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)

Letícia Maria Schabbach (UFRGS)

Leticia Nedel(UFSC)

Lia de Mattos Rocha (UERJ)

Liana Carleial (UFPR)

Liana de Paula (Unifesp)

Lícia Maria Souza dos Santos (UEFS)

Lígia Dabul (UFF)

Lígia Lüchmann (UFSC)

Liliana Segnini (Unicamp)

Lorena Holzmann (UFRGS)

Lorena Madruga Monteiro (UNIT/AL)

Louise Ronconi de Nazareno (IPARDES)

Lucas Baptista (UEL)

Lucas Correia Carvalho (UFRJ)

Lucia Bezerra Machado (UFRGS)

Lúcia Lippi Oliveira (CPDOC-FGV)

Luciana Teixeira de Andrade (PUC Minas)

Luciano Oliveira (UFPE)

Lúcio Vasconcellos de Verçoza (UFAL)

Ludmila Ribeiro (UFMG)

Luiz Antonio Barone (Unesp Pres.Prudente)

Luiz Carlos Jackson (USP)

Luiz Fábio S. Paiva (LEV-UFC)

Luiz Paulo de Oliveira (UFRB)

Luna Ribeiro Campos (CEFET/RJ; UNICAMP)

Magda de Almeida Neves (UFMG/ PUC MINAS)

Maíra Muhringer Volpe

Marcella Araujo (DS/IFCS/UFRJ)

Marcelo Alario Ennes (UFS)

Marcelo Brice Assis Noronha (UFT)

Marcelo Burgos (PUC/RJ)

Marcelo Saturnino da Silva (UEPB)

Marcelo Seráfico (UFAM)

Marcia da Silva Mazon (UFSC)

Márcia Esteves de Calazans (UCSal)

Marcia Tosta Dias (Unifesp)

Márcio Costa (UFRJ)

Marco Aurélio Santana (UFRJ)

Marcos Chor Maio (FIOCRUZ)

Marcos Roberto Mariano Pina (UNICAMP)

Marcus Vinicius Spolle (UFPel)

Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC-Rio)

Maria Amália de Almeida Cunha (UFMG)

Maria Andréa Luz da Silva (UECE

Maria Ângela Sitônio Wanderley (UFPB)

Maria Aparecida Bridi (UFPR)

Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar)

Maria Arminda do Nascimento Arruda (USP)

Maria Carla Corrochano (UFSCar)

Maria Chaves Jardim (UNESP-Araraquara)

Maria da Graça Pinto Bulhões (UFRGS)

Maria das Mercês Gomes Somarriba (UFMG)

Maria Eduarda da Mota Rocha (UFPE)

Maria Francisca Pinheiro Coelho (UnB)

Maria Henriqueta S. G. Gimenes Minasse (Universidade Anhembi Morumbi)

Maria Inês Rauter Mancuso (UFSCar)

Maria José de Rezende (UEL)

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (UFRJ)

Maria Lígia de Oliveira Barbosa (UFRJ)

Maria Luzia Miranda Álvares (UFPA)

Maria Neyara Araújo (UFC)

Maria Salete Kern Machado (UnB)

Maria Stela Grossi Porto (UnB)

Maria Sulamita Vieira (UFC)

Mariana Barreto (UFC)

Mariana Corrêa Azevedo (UFPR)

Mariana Miggiolaro Chaguri (UNICAMP)

Mariana Siracusa (PPCIS-UERJ)

Marília Luz David (UFRGS)

Marina Cavalcante Vieira (PPGAS-UFRJ, Museu Nacional)

Mario A. Medeiros da Silva (UNICAMP)

Mário Chagas (Unirio)

Marisete Teresinha Hoffmann-Horochovski (UFPR)

Maristela Simões do Carmo (Unesp)

Mariza Veloso (UnB)

Marlene Tamanini (UFPR)

Maurício Hoelz (UFRRJ)

Maurício Rombaldi (UFPB)

Maycom Nascimento (UFRGS)

Maycon Lopes (UFBA)

Michel Misse (UFRJ)

Milena Costa de Souza (Unespar)

Monalisa Soares (UFC)

Mónica D. Smythe

Murilo Marschner (USP)

Najla Franco Frattari (IFG)

Nanci Stancki da Luz (UFTPR)

Nina Rosas (UFMG)

Odil Matheus Fontella (GEEO/PUCRS)

Olivia Cristina Perez (UFPI)

Patricia dos Santos Dotti do Prado (UFPR)

Patrícia Lessa Santos Costa (UNEB)

Paula Cristina da Silva Barreto (UFBA)

Paulo Cesar Alves (UFBA)

Pedro Barboza (PPCIS-UERJ)

Pedro P. Ferreira (Unicamp)

Péricles Andrade (UFS)

Priscila de Oliveira Coutinho (UFMG)

Rafael Petry Trapp (UNEB)

Raquel Duaibs (Fatec Itaquera-SP)

Regina de Moraes Morel (UFRJ)

Rejane Gomes Carvalho (UFPB)

Renato Barbosa Fontes (NPGAU-UFMG)

Renato Sérgio de Lima (FBSP; FGV-EAESP)

Ricardo Carneiro (Fundação João Pinheiro)

Ricardo Costa de Oliveira (UFPR)

Ricardo Festi (UnB)

Ricardo Luiz Sapia de Campos (UFG/IIFA)

Ricardo Mariano (USP)

Robert Verhine (UFBA)

Robert Wegner (Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz)

Roberto Motta (UFPE)

Rodrigo Estramanho de Almeida (FESPSP)

Rodrigo Lessa (IFBAIANO)

Rodrigo Rossi Horochovski (UFPR)

Rodrigo Salles Pereira dos Santos (UFRJ)

Rosana Sorbille (IFSP/UFSCar)

Rosemary Fritsch Brum (UFRGS/UNISINOS)

Rubia Carla Formighieri Giordani (UFPR)

Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira (UFAL)

Ruy Braga (USP)

Sabrina Parracho Sant'Anna (UFRRJ)

Samira Feldman Marzochi (UFSCar)

Sandro Ruduit Garcia (UFRGS)

Sarah Silva Telles (PUC-Rio)

Sarita Albagli (IBICT)

Sayonara Leal (UnB)

Selena Comerlato Tavares (UFRGS)

Selma Cristina Silva (UFBA)

Sérgio Adorno (NEV-USP)

Sergio Pereira Leite (CPDA-UFRRJ)

Sheylla Maria Mendes (UFCG)

Silke Weber (UFPE)

Silvana Cóser (UFMG)

Sílvia Fernandes (UFRRJ)

Sílvio Kanner Pereira Farias (UFPA)

Simone Magalhães Brito (UFPB)

Simone Meucci (UFPR)

Simone Wolff (UEL)

Sonia Miriam Draibe (Unicamp)

Soraya Vargas Côrtes (UFRGS)

Tálisson Melo de Souza (PPGSA/UFRJ)

Tânia Mara Campos de Almeida (UnB)

Tarcísio Augusto Alves da Silva (UFRPE)

Tatiele Pereira de Souza (IFPB- Cajazeiras)

Telma Menicucci (UFMG)

Thaís de Souza Lapa (UFSC)

Thiago da Costa Lopes (FIOCRUZ)

Tiago Magaldi (UFSCar)

Valeria Floriano Machado (UFPR)

Valmir Lopes (UFC)

Vanda Sá Barreto (CRH-UFBA)

Vania de Vasconcelos Gico (UFRN)

Vanilda Chaves (USP)

Vanilde F. de Souza-Esquerdo (Unicamp)

Vera Simone Schaefer Kalsing – (UFLA)

Verônica Toste Daflon (UFF)

Victor Marchezini (Cemaden/MCTI)

Vilma Aguiar

Vinícius Madureira Maia (USP)

Vitor Blotta (ECA-USP e NEV-USP)

Wanderleya dos Santos Farias (UFPB)

Zoraide Souza Pessoa (UFRN)

Zuleika de Paula Bueno (UEM)



TRIBO DA ILHA
EDITORA